

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA**

**TESE DE DOUTORADO**

**A PSICANÁLISE APLICADA AO TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES:  
DA MODERNIDADE À HIPERMODERNIDADE.  
UMA LEITURA DO ‘TRABALHO’ EM UM FUNDO DE PENSÃO  
(O CASO PREVI “MARAVILHOSA”)**

Jaqueline Ferreira

Rio de Janeiro

Fevereiro 2017

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA**

**A PSICANÁLISE APLICADA AO TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES:  
DA MODERNIDADE À HIPERMODERNIDADE.  
UMA LEITURA DO ‘TRABALHO’ EM UM FUNDO DE PENSÃO  
(O CASO PREVI “MARAVILHOSA”)**

Jaqueline Ferreira

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos

Rio de Janeiro

Fevereiro 2017



UFRJ

**A PSICANÁLISE APLICADA AO TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES:  
DA MODERNIDADE À HIPERMODERNIDADE.  
UMA LEITURA DO ‘TRABALHO’ EM UM FUNDO DE PENSÃO  
(O CASO PREVI “MARAVILHOSA”)**

Jaqueline Ferreira

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutora em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos

Rio de Janeiro

Fevereiro 2017

**A PSICANÁLISE APLICADA AO TRABALHO NAS ORGANIZAÇÕES:  
DA MODERNIDADE À HIPERMODERNIDADE.  
UMA LEITURA DO ‘TRABALHO’ EM UM FUNDO DE PENSÃO  
(O CASO PREVI “MARAVILHOSA”)**

**JAQUELINE FERREIRA**

Orientador: **PROFA. DRA. TANIA COELHO DOS SANTOS**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pósgraduação em Teoria Psicanalítica, Instituto de Psicologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Teoria Psicanalítica.

Aprovada por:

---

Presidente, Prof<sup>a</sup>. Dra. Tania Coelho dos Santos (UFRJ) (Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Andréa Martello (UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Angélica Cantarella Tironi (PPGTP/UFRJ)

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lucia Helena Carvalho dos Santos Cunha (UNIFESO)

---

Prof. Dr. Anderson de Souza Sant’Anna (FDC/BH)

Rio de Janeiro

Fevereiro 2017

## FICHA CATALOGRÁFICA

Ferreira, Jaqueline.

**A psicanálise aplicada ao trabalho nas organizações: da modernidade à hipermodernidade. Uma leitura do ‘trabalho’ em um fundo de pensão (o caso Previ “Maravilhosa”)** / Jaqueline Ferreira. - Rio de Janeiro: UFRJ/ Instituto de Psicologia, 2017. 624 f; 31 cm.

Orientadora: Profa. Dra. Tania Coelho dos Santos.  
Tese (doutorado) – UFRJ/ Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica do Instituto de Psicologia, 2017.

Referências Bibliográficas: f. 595-606.

1. Trabalho 2. Modernidade 3. Hipermodernidade. 4. Trabalhador. 5. Mais-valia 6. Mais-de-gozar. 7. Mentalidade. I. Coelho dos Santos, Tania. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia. III. Título.

*À memória de meu pai.*

*À Madalena, minha mãe.*

*À Sílvia, minha filha.*

## **Agradecimentos**

À Tania Coelho dos Santos, por me acolher como sua orientanda e pelas diversas intervenções que contribuíram para a realização e conclusão deste trabalho. Sua presença firme e atenta foi fundamental no estabelecimento da transferência de trabalho.

Às colegas do Isepol, que me ajudaram na elaboração deste trabalho, com os temas de investigação e pesquisa dos seminários compartilhados.

Ao professor Anderson Sant'Anna, que gentilmente aceitou o convite para participar da banca, inclusive de qualificação.

Às revisoras, Sônia atenta e crítica e Anna Teresa sempre disponível, que muito contribuíram para o resultado final deste trabalho.

Aos professores do programa, em especial ao Joel Birman, pela singularidade de sua transmissão; à Fernanda Costa-Moura, pelas suas intervenções e à Andrea Martello, minha “co-orientadora”, pelas questões apresentadas durante o percurso da pesquisa e da escrita.

Ao Instituto de Psicologia e ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, por possibilitarem a realização deste estudo. Ao José Luiz, da secretaria, pela atenção em diversos momentos.

A Marcus André Vieira ao sustentar o lugar de analista que me permitiu concretizar a realização desta tese.

À minha querida filha Sílvia, a quem tanto admiro pelo seu percurso de professora e pesquisadora da UFMG.

Ao Leo, pela compreensão nas horas de estudo e pelas suas críticas sempre pertinentes.

À minha família sempre tão presente e na torcida pelos meus objetivos, em especial, à memória de meu pai com seu exemplo de trabalho e à minha mãe pelo incentivo na conciliação dos estudos e do trabalho.

Aos entrevistados que gentilmente contribuíram com esta pesquisa expondo sua opinião de forma franca e aberta; e Adriana que incentivou e viabilizou estes encontros.

Aos meus amigos Alessandra, Beth, Cynthia e Geraldinho pela presença constante em todos os momentos.

Aos ex-colegas da Previ que indiretamente contribuíram com esta pesquisa.

Aos milhares de assistidos e participantes da Previ que possam servir-se do material para uma postura mais corresponsável pela entidade.

## RESUMO

FERREIRA, Jaqueline. Rio de Janeiro, 2017. **Psicanálise aplicada ao trabalho nas organizações: da modernidade à hipermodernidade. Uma leitura do ‘trabalho’ em um fundo de pensão (o caso Previ “Maravilhosa”)**. 2017. 624 f. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A partir da experiência de trabalho em uma entidade brasileira de previdência complementar (fundo de pensão), identificam-se especificidades de um ambiente laboral exposto a uma correlação de forças político-partidárias incitadas por forças econômicas do capitalismo financeiro contrapondo-se às forças da meritocracia-burocrática. Para caracterizar o trabalho na modernidade, procurou-se identificar as contribuições da psicanálise freudiana através das diversas acepções da palavra ‘trabalho’, sendo este o modo de funcionamento do aparelho psíquico, e tendo Freud dado evidências incontestes de seu apreço pelo trabalho ao longo de toda sua obra. Para aprofundar o tema, lançou-se mão dos estudos de pensadores clássicos como Max Weber, Adam Smith e Karl Marx, teóricos da economia política. Abordou-se a transição da modernidade à hipermodernidade com base na definição de David Harvey de “acumulação flexível”. A definição de “pleonexia”, de Dufour, foi utilizada para introduzir a investigação do trabalho na hipermodernidade e o que estaria por trás da desmesura de acumulação de capital. Foram ainda analisadas as visões de outros pensadores, como Lyotard, Lipovetsky, Sennett, Boltanski e Chiapello, os quais descrevem a condição pós-moderna do “saber mercadoria”, do “vazio”, da “corrosão do caráter” e do “novo espírito do capitalismo” com seu “caráter insaciável”. Ainda para melhor compreensão dos efeitos subjetivos do capitalismo na hipermodernidade recorreu-se às contribuições da psicanálise de orientação lacaniana, com seu conceito de mais-de-gozar. De Miller foi extraído o comentário sobre o sujeito “desbussolado”. Recorreu-se à leitura da cena contemporânea, de Birman, do gozo geral e irrestrito em função do fetichismo das mercadorias. Coelho dos Santos nos valeu com sua teoria sobre o “desmentido” do Nome-do-Pai, ao apontar a moral sadéana no comando do objeto de consumo e da incitação ao gozo sem limite. Para contextualizar, faz-se uma ‘radiografia’ da entidade em estudo, a “Previ ‘Maravilhosa’”, em que se apontam indícios de uma mentalidade “arcaica”, “paternalista” e “familista”, e a presença da ação militante político-partidária, bem como da divisão ideológica interna entre “direita” e “esquerda” e seus efeitos no trabalho e no trabalhador.

**Palavras-chave:** trabalho, modernidade, hipermodernidade, trabalhador, mais-valia, mais-de-gozar, mentalidade.



## ABSTRACT

FERREIRA, Jaqueline. Rio de Janeiro, 2017. PhD thesis (Doctoral in Psychoanalytical Theory) – Institute of Psychology, Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

From our experience of work in a Brazilian entity of complementary welfare (pension fund), it identifies specificities from work environment exposed to correlation of the “political-party power” encouraged by the “economic power” of Capitalism overlapping the “bureaucratic meritocracy” power. To characterize the labor in the modernity, we tried to identify the contribution of Freudian psychoanalysis through the many meanings of the word labor, this being the mode of operation of the psychic apparatus, and Freud, gave undeniable evidences regarding his esteem for labor, throughout all his production. To further develop this theme, leaning on classical thinkers such as Max Weber, Adam Smith and Karl Marx, economic-political theorists. It was discussed the transition from modernity to hypermodernity according to the definition of David Harvey of “flexible accumulation”. The definition of “pleonexia”, of Dufour, was used to introduce the investigation of labor in the hypermodernity and of what would be behind the excess of capital accumulation. It was also analyzed others thinkers views such as Lyotard, Lipovetsky, Sennett & Boltanski and Chiapello, which they describe the post-modern condition of “to know as a commodity”, of “empty”, of “corrosion of character”, of “new capitalism spirit” with your “Insatiable character”. To better understand of the effect of the capitalism in the hypermodernity it appealed to the psychoanalysis contributions of the Lacanian guideline, with his concept of “plus-de-jouissance”. From Miller it was extracted the definition of the individual with “lacking direction”. It was resorted to the reading of the contemporary scene of Birdman, of the overall and unrestricted enjoyment in function of the goods fetishism. Coelho dos Santos presented us with his theory of the “denied” of the name of the Father, when point out the Sadist moral in the command of the good of consumption and the instigation of the unrestricted enjoyment. To contextualize, it is done a “x-ray” of the entity in studying, the “Previ maravilhosa”, bringing evidences of an “archaic”, “paternalist”, “familial” mentality and the presence of the political-party activist action, as well as the ideological division of “right” versus “left” and the effects on the labor and the laborer.

**Key-words:** labor, modernity, hypermodernity, laborer, value added, plus-de-jouissance, mentality.

## RESUMÉ

FERREIRA, Jaqueline. S. Rio de Janeiro, 2017. Mémoire de Master en Théorie Psychanalytique - Programme Pós-graduation au théorie de psychanalytique

À partir de notre expérience de travail dans une entité brésilienne de sécurité complémentaire (fond de pension), ils ont été identifiées des particularités d'un contexte de travail exposé à une corrélation de forces politique-partisanes poussée par des pouvoirs économiques du capitalisme financière, ce qui s'oppose pouvoir de la "méritocratie bureaucratique". Pour caractériser le travail dans la modernité, on a identifié les contributions de la psychanalyse freudienne à travers les différents significations du mot travail, ce qui est le mode du fonctionnement psychique, et ayant Freud donné des preuves incontestables de son appréciation pour le travail tout au long de son oeuvre. Pour approfondir le thème, on a cherché les penseurs classiques, tels que Max Weber, Adam Smith et Karl Marx, des théoriciens de l'économie-politique. On a abordé la transition de la modernité jusqu'à l'hypermodernité, avec la proposition de David Harvey sur l'époque de "l'accumulation flexible". La définition de "pléonexie", de Dufour, a été employée pour introduire l'investigation du travail dans l'hypermodernité, ce qui serait derrière la démesure de l'accumulation de capital. Ils ont été présentées les propositions d'autres penseurs comme Lyotard, Lipovetsky, Sennett et Boltanski et Chiapello, en décrivant la condition postmoderne du "savoir marchandise", du "vide", de la "corrosion du caractère", du "nouveau esprit du capitalisme", dans son "caractère insatiable". Encore pour mieux comprendre les effets subjectifs du capitalisme dans l'hypermodernité, on a fait appel aux contributions de la psychanalyse lacanienne, avec son concept de plus-de-jouir. En concernant Miller, il a été extraite la définition du sujet "déboussolé". On a recours à la lecture de la scène contemporaine de Birman à propos de la jouissance générale et sans restriction en fonction du fétichisme de la marchandise. Coelho dos Santos nous a présenté sa thèse du "démenti" du Nom-du-Père et en mettant en évidence la morale de Sade sur la maîtrise de l'objet de consommation et de l'incitation à la jouissance sans limite. À propos d'une contextualisation, on a fait une radiographie de l'entité recherchée, «Previ Merveilleuse», en exposant les preuves d'une mentalité "archaïque", "paternaliste", "familiale" et la présence de l'action militante politique-partisane, ainsi que la division idéologique interne «droit» *versus* «gauche», et ses effets sur le travail.

Mots-clés: travail, modernité, hypermodernité, travailleur, plus-value, plus-de-jouir, mentalité.

## LISTA DAS SIGLAS

Abrapp	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência
Anabb	Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil
BB	Banco do Brasil
BET	Benefício Especial Temporário
BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
Cassi	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil
CGPC	Conselho Geral de Previdência Complementar. VER CNPC
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNPC	Conselho Nacional de Previdência Complementar
Contec	Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito
ContrafCUT	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro/Central Única dos Trabalhadores
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
EC	Emenda Constitucional
Funcef	Fundação dos Economiários Federais
Funpresp	Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
Loas	Lei Orgânica da Assistência Social
MP	Medida Provisória
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
Peai	Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada
Petros	Fundação Petrobrás de Seguridade Social
PIB	Produto Interno Bruto
PLR	Participação em Lucros e Resultados
Postalis	Instituto de Previdência Complementar
Previ	Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil
Previc	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
PRI	Princípios de Investimentos Responsáveis
PT	Partido dos Trabalhadores
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RPPS	Regimes Próprios de Previdência Social
TAO	Talentos e Oportunidades

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Resumo das alterações estatutárias da Previ, desde 1980	<b>442</b>
Quadro 2	Organograma da Previ em 1998	<b>450</b>
Quadro 3	Atual estrutura organizacional da Previ	<b>451</b>
Quadro 4	Rentabilidade – 1º semestre 2016	<b>454</b>
Quadro 5	Rentabilidade do Plano Previ Futuro – final do 1º semestre de 2016	<b>455</b>
Quadro 6	Empresas em que a Previ possui participação acionária, com percentual superior a 25,53%	<b>456</b>
Quadro 7	Resumo do total de assentos preenchidos pela Previ nos Órgãos em que tem na participação na governança das empresas acionárias	<b>456</b>
Quadro 8	Número de conselheiros de administração e fiscal, titular ou suplente, distribuídos em seis categorias de empresas em que a Previ tem participação acionária	<b>457</b>
Quadro 9	Número de conselheiros de administração e fiscal	<b>458</b>
Quadro 10	Chapas eleitas e seus respectivos apoios	<b>459</b>
Quadro 11	Resumo dos eleitores da Previ 2006-2016	<b>463</b>
Quadro 12	Histórico da Previ	<b>607</b>

## GRÁFICOS

Gráfico 1	Patrimônio Ativo Total Previ (R\$ bi)	<b>452</b>
Gráfico 2	Superávit Previ (R\$ bi)	<b>452</b>
Gráfico 3	Patrimônio Plano	<b>453</b>
Gráfico 3a	Patrimônio Ativo Total Previ Futuro (R\$ bi)	<b>454</b>
Gráfico 4	Comparação entre a quantidade de eleitores aptos	<b>464</b>
Gráfico 5	Plano 1 - Rentabilidade 1º Semestre/2016	<b>612</b>
Gráficos 6	Plano 1 – Investimentos 1º Semestre/2016	<b>612</b>
Gráfico 7	Previ Futuro - Rentabilidade 1º Semestre/2016	<b>614</b>
Gráficos 8	Previ Futuro – Investimentos 1º Semestre/2016	<b>614</b>
Gráfico 9	Eleições Previ: eleitores dos últimos 10 anos	<b>621</b>

## TABELAS

Tabela 1	Governança Empresas Participadas	<b>616</b>
Tabela 2	Governança Empresas Participação Acionária e Conselhos	<b>617</b>
Tabela 3	Dados Eleições Governos Federais	<b>619</b>
Tabela 4	Eleições Previ – Chapas dos últimos 20 anos	<b>620</b>
Tabela 5	Resultados eleições últimos 10 anos	<b>622</b>

## FIGURAS

Figura 1	Trabalho resultante da energia cinética	<b>138</b>
Figura 2	Trabalho resultante de uma força constante e paralela	<b>138</b>
Figura 3	Trabalho resultante da força constante ao longo do deslocamento	<b>139</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>O TRABALHO PSÍQUICO NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO E DA SOCIEDADE (CAP.1)</b>	<b>33</b>
<b>1. AS CONTRIBUIÇÕES DE FREUD AO ‘TRABALHO’</b>	<b>33</b>
1.1. Considerações iniciais	33
1.2. O trabalho de Freud	37
1.2.1. Freud e a história do trabalho psicanalítico	37
1.2.1.1. A história de Freud e da psicanálise	37
1.2.1.2. O método de trabalho de Freud	42
1.2.2. O ‘trabalho’ em conceitos freudianos	52
1.2.2.1. Trabalho do sonho	52
1.2.2.2. Trabalho psíquico	59
1.2.2.3. Trabalho de análise	66
1.2.2.4. O trabalho da pulsão e suas vicissitudes	79
1.2.2.4.1. Conceito de pulsão	80
1.2.2.4.2. Destinos da pulsão: reversão ao seu oposto e retorno em direção ao eu	86
1.3. Trabalho e psicologia de grupo e análise do eu	91
1.3.1. Indivíduo versus grupo	91
1.3.2. Laços libidinais	95
1.3.3. O mito da horda e o ideal do eu	102
1.4. Trabalho e civilização em Freud	110
1.4.1. A função sexual	111
1.4.1.2. Inibição no trabalho	114
1.4.2. A civilização	115
1.4.3. Condições econômicas e psicológicas	125
1.5. Considerações finais	130
<b>A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO – DA MODERNIDADE À HIPERMODERNIDADE (CAP. 2, 3 E 4)</b>	<b>132</b>
<b>2. TRABALHO E ESTRUTURA DE PODER NA MODERNIDADE</b>	<b>132</b>
2.1. Conceitos do termo “trabalho”	134
2.1.1. Conceito de trabalho na física	137
2.1.2. Significados do trabalho	139
2.1.3. Considerações de David Harvey sobre a Modernidade	140
2.2. As contribuições de Max Weber e o “espírito do capitalismo”	144
2.2.1. Considerações iniciais	144
2.2.2. O “espírito” do capitalismo e os fundamentos religiosos da ascese intramundana	146
2.2.2.1. Comportamento religioso e racionalismo econômico	146
2.2.2.2. O “espírito” do capitalismo	147
2.2.2.3. “Vocação”	150
2.2.2.4. “O espírito do capitalismo [moderno]” e a forma capitalista	151
2.2.2.5. “Vocação”, motivos religiosos e capitalismo	153
2.2.2.6. Ascese e vocação profissional	156
2.2.3. Ascese e capitalismo	160

2.2.3.1.	Conduta de vida ascética e estilo de vida capitalista	163
2.2.3.2.	O declínio dos ideais religiosos e acumulação de riquezas	165
2.2.4.	Considerações	167
2.3.	Contribuições de Adam Smith – “A riqueza das nações” (volume 1)	168
2.3.1.	Comentários iniciais	168
2.3.2.	Livro I – “Causas do aprimoramento das forças produtiva do trabalho, e ordem segundo a qual seu produto é naturalmente distribuído entre os diferentes estratos do povo	172
2.3.2.1.	A divisão do trabalho	172
2.3.2.2.	O poder de troca e o trabalho	174
2.3.2.3.	A relação capital e trabalho	177
2.3.2.4.	Mercadorias: oferta e procura	179
2.3.2.5.	Salários do trabalho	180
2.3.2.6.	Lucros e salários do capital	182
2.3.3.	Livro II – “Natureza, acumulação e emprego do capital”	185
2.3.3.1.	Acumulação e emprego do capital	185
2.3.3.2.	Emprego do capital: fixo e circulante	186
2.3.3.3.	Trabalho produtivo	187
2.3.3.4.	Capital, trabalho produtivo e lucro	190
2.3.4.	Livro III – “Diferentes progressos da riqueza em diferentes nações”	192
2.3.4.1.	Economia política	193
2.3.5.	Considerações	195
2.4.	As contribuições de Karl Marx – O Capital: crítica da economia política, Livro I	198
2.4.1.	Considerações iniciais	198
2.4.2.	Trabalho e Mercadoria	202
2.4.3.	Trabalho, Mercadoria e Dinheiro: valor de uso e valor de troca	208
2.4.4.	Dinheiro e Capital	214
2.4.5.	A força de trabalho	216
2.4.6.	Processo de trabalho e mais-valia	219
2.4.7.	Jornada de trabalho	225
2.4.8.	Mais-valia relativa e mais-valia absoluta	228
2.4.9.	Cooperação e divisão do trabalho	230
2.4.10.	Divisão social do trabalho	233
2.4.11.	O trabalho na grande indústria	235
2.4.12.	Comentários à obra de Marx	242
2.4.13.	Considerações	246
2.5.	As contribuições de Louis Althusser e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)	250
2.6.	As contribuições de Michel Foucault	254
2.6.1.	Foucault e os mecanismos de poder	255
2.6.2.	Foucault e o “biopoder”	262
2.7.	Considerações	264
2.8.	Contribuições finais de David Harvey	266

<b>3. O TRABALHO NA PÓS-MODERNIDADE: DO CAPITALISMO MODERNO AO CAPITALISMO FINANCEIRO</b>	<b>270</b>
3.1. Considerações iniciais	270

3.2.	O divino Mercado	279
3.2.1.	“Fábula das abelhas”	279
3.2.2.	O liberalismo	281
3.2.3.	A Pleonexia e a hiperconcentração de riquezas	281
3.3.	A condição pós-moderna	286
3.3.1	Vida social pós-moderna	286
3.3.2.	“Acumulação flexível” e o mercado de trabalho	293
3.3.3.	A economia capitalista pós década de 70	297
3.3.4	O trabalho no capitalismo de “acumulação flexível”	300
3.3.5.	Vida social: mudanças no tempo e no espaço	304
3.3.6.	Considerações finais sobre Harvey	313
3.4.	O saber pós-moderno: força de produção (mercadoria informacional)	315
3.4.1.	Mercantilização do saber	322
3.5.	Pós-modernidade: “era do vazio”	326
3.5.1.	“Personalização”	326
3.5.2.	Sedução	330
3.5.3.	Indiferença generalizada	330
3.5.4.	Hedonismo	332
3.5.5.	Consumismo	333
3.5.6.	Sociedades democráticas-individualistas	336
3.6.	"Corrosão do caráter"	339
3.6.1.	Flexibilidade e reengenharia	342
3.6.2.	Flexibilidade, fluidez, espontaneidade, superficialidade	344
3.6.3.	Riscos e incerteza	345
3.6.4.	Mobilidade ocupacional	346
3.6.5.	Ênfase na educação	347
3.6.6.	Mercado de trabalho	347
3.6.7.	Ansiedade	348
3.6.8.	Nova ética do trabalho	348
3.6.9.	Trabalho em equipe	349
3.6.10.	Carreira	350
3.6.11.	Comunitarismo	351
3.7.	"O novo espírito do capitalismo"	352
3.7.1.	Caráter insaciável	352
3.7.2.	Novo capitalismo	354
3.7.3.	Sociedade em rede	355
3.7.4.	Nova relação com o trabalho	356
3.7.5.	Dessindicalização	358
3.7.6.	Volatilidade e mobilidade	359
3.7.7.	Conexionismo	360
3.7.8.	Autonomia, libertação e consumismo	361
3.7.9.	Mercantilização e inautenticidade	363
3.7.10.	Simulacro	365
3.8.	A sociedade ultraliberal	366
3.8.1.	O Mercado, o novo grande Sujeito	369
3.8.2.	Mal-estar pós-moderno	371
3.8.3.	Neoliberalismo	373
3.8.4.	A economia do Mercado e a economia psíquica	376
3.9.	Considerações finais	379



<b>4. PERSPECTIVAS DA PSICANÁLISE SOBRE A SOCIEDADE E O TRABALHO: DA MODERNIDADE À HIPERMODERNIDADE</b>	<b>381</b>
4.1. Modernidade	382
4.1.1. O advento da ciência e o sujeito da psicanálise	382
4.1.2. Da mais-valia ao mais-de-gozar	388
4.1.2.1. A pulsão: gozo e mais-de-gozar	392
4.1.3. A máxima sadéana	393
4.1.4. Dos quatro discursos de Lacan ao “discurso capitalista”	396
4.2. Hipermodernidade	400
4.2.1. Do inconsciente “trabalhador” ao “estilo parasita”	400
4.2.2. Do sujeito dividido ao sujeito “sem qualidades”	406
4.2.3. A “Lei de Gérson” e a sociedade do “vale tudo!”	408
4.2.4. “O olhar sem véu” na hipermodernidade	411
4.2.5. O Mercado: o Outro hipermoderno	418
4.3. Psicanálise nas organizações hipermodernas	423
4.4. Considerações finais	426

<b>O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM FUNDO DE PENSÃO BRASILEIRO VINCULADO A UMA EMPRESA ESTATAL: MERITOCRACIA <i>VERSUS</i> APARELHAMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO (CAP.5 E 6)</b>	<b>429</b>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

<b>5. O CASO PREVI “MARAVILHOSA”</b>	<b>429</b>
5.1. Contextualização: o mercado de previdência no Brasil e a Previ	430
5.1.1. Breve retrospecto da legislação de previdência privada no Brasil	430
5.1.2. Cenários da previdência no Brasil	433
5.1.3. Situação atual da previdência no Brasil	436
5.2. Apresentando a Previ	439
5.2.1. Normativos da Previ	440
5.3. Análise comparativa dos estatutos da Previ	441
5.3.1. Órgãos Sociais da Previ	443
5.3.2. Conselho Deliberativo	444
5.3.3. Diretoria Executiva	446
5.3.4. Conselho Fiscal	447
5.3.5. Conselhos Consultivos	447
5.3.6. Requisitos dos Órgãos Sociais da Previ	447
5.3.7. Processo seletivo dos empregados da Previ	449
5.4. Estrutura organizacional	449
5.5. Evolução dos ativos Previ	451
5.6. Planos de Benefícios e Rentabilidade	454
5.7. Empresas acionistas, Conselhos e conselheiros	455
5.8. Levantamento das eleições da Previ	458
5.8.1. Dados da eleição na Previ	463
5.9. A gestão de pessoas	466
5.9.1. Vínculos de trabalho	470
5.10. Considerações sobre as condições gerais da Previ	472
5.11. Comentários sobre a política na Previ	477
5.12. Projeto de Lei 268/2016	480
5.13. Reorganização Institucional e Plano Extraordinário de	482

## Aposentadoria Incentiva do Banco do Brasil (Peai)

<b>6. A MENTALIDADE PREVI “MARAVILHOSA”</b>	<b>490</b>
6.1. A mentalidade	490
6.2. "Jeitinho" dos colaboradores da Previ	491
6.3. A mentalidade Previ “Maravilhosa	492
6.4. "A cabeça do brasileiro" na Previ	492
6.5. "Perfis na Previ"	516
6.5.1. “Famílista”	516
6.5.2. “Patrimonialista”	516
6.5.3. “Paternalista”	517
6.5.4. “Patrimonialista” e “Famílista”	517
6.5.5. “Famílista”	518
6.5.6. “Hierárquica”	520
6.6. "A cabeça do brasileiro no divã" e na Previ	522
6.7. Entrevistas sobre a ‘mentalidade Previ’	529
6.7.1. Entrevista 1 – Militante Sindical	529
6.7.2. Entrevista 2 – Militante Sindical	530
6.8. Questões da entrevista 1	532
6.9. Relato da entrevista 1	534
6.9.1. Relevância do Partido dos Trabalhadores	534
6.9.2. Diferença representantes eleitos e indicados’	535
6.9.3. Ideologia da militância	536
6.9.4. Reeleição do diretor	538
6.9.5. Governança na entidade	538
6.9.6. Resultado da Previ	541
6.9.7. Futuro Previ	543
6.9.8. Mentalidade Previ	543
6.9.9. Política e Gestão	545
6.10. Questões entrevista 2	545
6.11. Relato da entrevista 2	546
6.11.1. Um pouco de história política: do governo militar ao “neoliberal”	546
6.11.2. Do movimento democrático ao movimento sindical	549
6.11.3. Gestão petista e outros governos	551
6.11.4. “Disputa ideológica”	553
6.11.5. Meritocracia versus “aparelhamento” político-partidário	554
6.11.6. Meritocracia versus poder econômico	556
6.11.7. “Burocracia meritocrática” versus “Política da urgência e da pressa”	558
6.11.8. Mentalidade Previ	560
6.12. Considerações finais	562
<b>CONCLUSÃO</b>	<b>566</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>595</b>
<b>ANEXO</b>	<b>607</b>

# INTRODUÇÃO

## 1. Considerações iniciais

O presente estudo tem como objetivo realizar uma investigação teórica sobre as várias acepções de ‘trabalho’ na obra freudiana e nas visões de pensadores clássicos da economia política, da filosofia, da sociologia, além dos pontos de vista de psicanalistas de orientação lacaniana. Conjugou-se a essa investigação minha experiência de trabalho em uma entidade de previdência complementar, a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil<sup>1</sup>, a Previ, onde atuei como analista de recursos humanos (RH) por quase uma década – percurso este que me permitiu descrever a especificidade do mal-estar no trabalho dentro da entidade. O tema de pesquisa visou articular a psicanálise à leitura de uma organização, no caso, a Previ.

A pesquisa foi norteadada por quatro eixos principais: a exploração do trabalho em Freud, para fundamentar a pesquisa psicanalítica; a investigação de “ferramentas” históricas da modernidade e da hipermodernidade sobre o universo do trabalho, e a melhor compreensão da transição entre elas; as contribuições da psicanálise lacaniana e sua leitura do contexto atual da sociedade e do trabalho; e uma análise da Previ, relacionando-a ao tema da pesquisa. Para expor os laços envolvidos nesta específica relação de trabalho, foram realizadas entrevistas com militantes sindicais visando corroborar o que seria a mentalidade e o mal-estar relacionado ao ambiente de trabalho perpassado por questões político-partidárias.

Iniciamos a pesquisa lembrando a convocação de Miller (2006) aos analistas lacanianos, com sua assertiva de que “não há clínica do sujeito sem clínica da civilização. [...] Isso faz parte do que Lacan, em outros termos, há 40 anos, chamava de ‘missão’ que cabe à psicanálise no nosso mundo” (p.30). Tal advertência é reforçada por Coelho dos Santos (2006), ao lembrar que a clínica do sujeito não se faz descontextualizada dos fenômenos da civilização (p.259).

Coelho dos Santos (2008a) esclarece-nos que a pesquisa em psicanálise nos exige atualização das ferramentas teóricas e da experiência para que possamos enfrentar os efeitos do progresso das ciências, sendo esses definidos como as novas modalidades do mal-estar e

---

<sup>1</sup> O Banco do Brasil é uma sociedade anônima de economia mista, tendo o governo federal como acionista majoritário – o que justifica o fato de todos os seus funcionários ingressarem na instituição, exclusivamente, por meio de concurso público, o que lhes confere estabilidade no emprego similar à dos funcionários públicos em geral.

do sofrimento psíquico na civilização. É urgente que os psicanalistas atualizem seu conhecimento sobre as transformações epistemológicas do discurso da ciência. Embora pareça um paradoxo, para a autora (e segundo Lacan), a psicanálise opera com o sujeito da ciência e isso traz efeitos importantes nas relações do sujeito com o grande Outro. Principalmente, no que diz respeito aos efeitos da difusão do discurso analítico, da radicalização das ideologias individualistas e sua contribuição para a hegemonia do direito ao gozo e do enfraquecimento dos laços sociais. E tem como consequência “novos imperativos ordenadores da cultura, imperativos estes que impulsionam ao consumo, aos excessos e às satisfações excluídas do circuito da fala” (p.56). É preciso considerar na obra freudiana que a abordagem do mal-estar na civilização é distinta da abordagem do mal-estar no mundo contemporâneo. O estado atual do sujeito e da cultura é bem diferente daquele da descoberta do inconsciente e de sua formalização através da teoria e da prática. A civilização mudou e o sujeito também mudou.

Segundo Coelho dos Santos (2008b): “O sintoma é uma solução de compromisso entre um desejo singular e dos discursos de uma certa civilização que lhe emprestam os recursos para se expressar” (p.7). Seguindo o psicanalista lacaniano francês Jacques-Alain Miller, os sintomas, os discursos e os laços sociais são equivalentes, por esse motivo o campo do corpo, da linguagem e do laço social ganha uma dimensão humana e torna o universal indissociável do particular. A autora comenta que, para a psicanálise, o pacto social não é igualitário, pois nascemos imersos em uma sociedade e em uma língua específica, e a desigualdade é um princípio que organiza os laços sociais fundamentais, portanto, nenhuma ordem democrática pode prescindir deste resto arcaico, resíduo da dependência infantil da condição humana. Embora sonhemos com a liberdade e a igualdade, elas serão sempre um ideal que nunca poderá ser realizado por completo.

A partir de tais orientações, valendo-me de minha condição de analista de RH, psicanalista em formação e pesquisadora em teoria psicanalítica, fui mobilizada pelo desejo de articular os novos sintomas contemporâneos com meu local de trabalho. Foi quando me dispus a escutar e a permitir a emergência da subjetividade dos trabalhadores em meio à pluralidade discursiva em uma organização brasileira do ramo de previdência complementar. É importante salientar que se trata de uma entidade vinculada a uma estatal brasileira e, conseqüentemente, perpassada por diversos discursos, dentre os quais o político e o sindical. Partindo da experiência de quase uma década de trabalho nesta entidade, apresento os efeitos discursivos presentes, especificamente, neste ambiente organizacional e nos sujeitos que ali trabalham.

No entanto, uma questão conduziu toda a pesquisa: o que de psicanalítico um analista de RH poderia fazer em um contexto em que as pessoas estão sujeitas às condições que as ultrapassam, ou seja, quando os interesses políticos, partidários, sindicais atropelam as carreiras profissionais?

Segundo Sant'Anna (2017), a tendência contemporânea é de dessubjetivação e objetificação dos indivíduos e, assim, o sujeito estabelece estratégias de sobrevivência nem sempre compatíveis com a realidade. Para a psicanálise, somos sujeitos em falta e submetidos à castração, enquanto, na organização, o discurso é contrário ao analítico e irá buscar uma objetificação radical do sujeito. Se o sonho do capitalismo industrial era o de uma organização automatizada, “sem braços”, para o autor, o sonho do capitalismo contemporâneo é, hoje, mais sofisticado – ele requer uma organização “sem cérebro”, se possível, sem sujeito. Portanto, são discursos muito distintos; enquanto a psicanálise se apoia no discurso do analista para situar o desejo do sujeito, na organização, o que existe é uma variante do discurso do mestre, o “discurso capitalista”, que transforma o sujeito em consumidor. Mas, diante do grande capital financeiro, globalizado, diferentemente do capitalismo de classes, o sujeito contemporâneo cria estratégias de sobrevivências específicas, e os mal-estares instalados nas organizações não são exclusivos do corpo funcional de carreira, mas também das funções de gestão, inclusive, do segmento estratégico.

Neste cenário, a “lei de ferro” das oligarquias impõe ao estrategista no poder que ele se “aparelhe” e estabeleça seus “dispositivos” para lidar com uma lógica capitalista mundial. A partir de Foucault (1988), em sua apresentação dos dispositivos de poder, podemos afirmar que nunca fomos modernos em nossa forma de operar nas organizações e o contexto é o da produção da mais-valia a qualquer custo. Essa descrição, com a qual concordo, também pode ser utilizada para caracterizar o ambiente organizacional da Previ, objeto de estudo desse trabalho.

O capítulo que apresenta o caso “A Previ ‘Maravilhosa’” procura expor o que se passa internamente neste fundo de pensão, que é benchmarking para os demais fundos brasileiros.

No título desse capítulo – “Uma leitura do ‘trabalho’ em um fundo de pensão (o caso Previ ‘Maravilhosa’)” –, o termo ‘maravilhosa’ faz referência ao glamour da cidade do Rio de Janeiro, sede colonial da corte portuguesa no Brasil e, hoje, da Previ, o maior fundo de pensão do Brasil e da América Latina. Para uns, a entidade é uma maravilha, possui ótimas condições de trabalho, no entanto, internamente, o sujeito paga um preço por estar atuando naquele local. O uso do termo ‘trabalho’ (entre aspas) sugere um labor diferenciado e que se complementa com o termo “Maravilhosa”, e expõe as relações do ambiente que aparecem na

tensão entre política e meritocracia. Pretendemos demonstrar no caso estudado que não se pode abordar o sujeito sem a clínica da civilização.

Antes de adentrar, mais especificamente, na descrição do trabalho na Previ, trago, as considerações de diversos pensadores sobre a questão do trabalho na modernidade e na pós-modernidade, bem como uma reflexão da sociedade e seus efeitos subjetivos, com o objetivo de situar o que se passa também na entidade. Apresento, ainda, alguns comentadores e suas percepções sobre o quadro sociopolítico no Brasil.

Diante do cenário que será traçado em “A Previ ‘Maravilhosa’”, seria possível identificar traços do trabalho moderno e quicá do pós-moderno na entidade? Esta questão é a que procuraremos responder no decorrer do estudo.

## **2. O trabalho na modernidade e na hipermodernidade**

### **2.1. Na modernidade**

O tema da pesquisa – o “trabalho” –, no sentido do labor, foi circunscrito a partir de um corte histórico da modernidade à hipermodernidade. Para descrever o trabalho na modernidade apresento-o, primeiramente, na obra de Freud e, na sequência, na de alguns autores clássicos da economia política e da filosofia.

Na obra freudiana, o trabalho é, inegavelmente, um conceito central na descrição do funcionamento do aparelho psíquico. Temos, por exemplo, o trabalho psíquico que se faz presente frente às exigências pulsionais e suas vicissitudes: ‘retorno ao próprio eu’, ‘inversão a seu oposto’, ‘recalque e sublimação’. Ou na apresentação das configurações sociais, através da análise dos grupos. Graças ao ‘trabalho’ psíquico do ideal do eu e dos mecanismos identificatórios, é possível que a organização social se estabeleça com a transferência de libido, permitindo ao indivíduo a substituição do ideal do eu pelo ideal do grupo. O amor e o trabalho, também, estão na origem da civilização humana.

Segundo Freud, o mal-estar é constitutivo da civilização. Sendo assim, não haveria saída para o sujeito? Afinal, na contemporaneidade, estariam os sujeitos, envolvidos no trabalho organizacional abrindo mão de interesses egoístas em prol dos interesses coletivos e trabalhando em prol da sociedade como um todo? O passo decisivo, para o avanço da civilização, indicado por Freud estaria presente no trabalho organizacional na Previ?

Em O mal-estar na civilização (1930 [1929]), lê-se: “A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização” (p.115). Tal afirmativa visa esclarecer que um dos aspectos característicos da civilização, a saber, a

maneira pela qual são regulados os relacionamentos mútuos dos homens, não pode ficar submetida à vontade arbitrária do indivíduo. O resultado esperado, em prol do desenvolvimento cultural, é que todos da comunidade contribuam com sua quota de sacrifício das pulsões. Em função disso, a maior parte das lutas da humanidade centra-se em torno da tarefa de encontrar uma acomodação que traga felicidade, ou mesmo acomode a reivindicação do indivíduo e, também, as reivindicações culturais do grupo. Resta-nos saber se o destino da humanidade não seria esse conflito irreconciliável ou se haveria uma acomodação possível por meio de alguma forma específica de civilização.

Um dos aspectos característicos da civilização se refere ao fato de que os homens são regulados por seus relacionamentos sociais, e isso constitui um passo decisivo para a civilização, ou seja, a substituição do poder do indivíduo pelo poder da comunidade. Para Freud, a civilização sempre reivindicará a liberdade coletiva em detrimento da liberdade individual, ao passo que o indivíduo, ao contrário, defenderá sua liberdade individual, mesmo que contra a vontade do grupo. Nessa acomodação possível entre indivíduo e civilização, a sublimação da pulsão cumpre seu papel no desenvolvimento cultural, permitindo a expressão das atividades psíquicas superiores – como a ciência e a arte. E a renúncia à satisfação das pulsões é vista como a causa da hostilidade que todas as civilizações terão de enfrentar.

Na Previ, o atual modelo de alternância de representantes de diretorias e conselhos, a descontinuidade administrativa dos eleitos, a ausência de uma perenidade de protocolo de direção provocam diversos efeitos subjetivos no Corpo Social da entidade, efeitos estes decorrentes das flutuações dos direcionamentos internos. O adoecimento ocorre atrelado a estas flutuações diante da perda do significado do trabalho, muitas vezes uma perda generalizada do conteúdo do trabalho realizado. O sujeito fica sem referências da realidade concreta de trabalho e, na ausência de novos direcionadores, ele precisa ser melhor do que antes, ter um resultado ainda mais rápido e efetivo, mesmo em um cenário de instabilidade que perpassa todos os níveis da entidade. Assim, a ansiedade surge diante da falta de referências e diante de tantas mudanças.

Na Previ há, também, o mal-estar laboral decorrente da dicotomia, do conflito de interesses entre a defesa da carreira ou a defesa da entidade. O sujeito se sente inibido para contrapor-se em relação àquele que indicou ou apoiou sua nomeação. Outro grande fator de inibição interna relaciona-se ao fato de a qualquer momento o contrato cessão de trabalho poder ser rompido e o colaborador retornar ao quadro da patrocinadora Banco do Brasil (BB). Este é também o preço de se fazer parte da Previ “Maravilhosa”.

Sendo assim, como fica a questão da segurança, da felicidade dos indivíduos quando os interesses de uns são maiores que os interesses coletivos? Há uma cota de sacrifício a ser paga por se trabalhar na Previ, a de ter de lidar com um ambiente marcado por forças político-partidárias, ainda que os indivíduos tenham boas condições econômicas e estabilidade. Pode-se dizer que, no geral, o funcionário público é prisioneiro e refém da repartição em que trabalha até o momento de sua aposentadoria. Contudo, o sonho de imensa maioria de indivíduos é trabalhar na Previ “Maravilhosa”, mesmo com seus mal-estares. No entanto, diante do dilema entre o interesse da entidade e o interesse da carreira, acredito que o segundo sobreponha-se ao primeiro. Neste sentido, na Previ, o poder do indivíduo se sobreporia ao poder de uma comunidade, contrariando o passo decisivo em direção à civilização, tal como apontado por Freud.

Para Karl Marx (1867/2013), em *O capital*, o trabalho é, antes de tudo, um processo em que participam o homem e a natureza. O homem coloca em movimento as forças naturais de seu corpo a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Porém: “Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo” (MARX, 1867/2013, p.211-2). O trabalho é definido por Marx como o “conjunto das faculdades físicas e mentais que existem no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie” (idem, p.197). No entanto, quando a constante repetição do processo de troca de mercadoria transforma-se em um processo social regular, levando parte do produto do trabalho necessariamente para a troca, a partir deste momento, consolida-se a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca; e o valor de uso dissocia-se do valor de troca (MARX, 1867/2013, p.114).

Ainda, segundo Marx, a época capitalista é caracterizada pela força de trabalho adquirida em forma de mercadoria que se transforma no trabalho assalariado. No processo de consumo da força de trabalho na produção da mercadoria, produz-se um valor excedente, a mais-valia. A mais-valia constitui o excedente do valor do produto em relação ao valor dos componentes dos produtos consumidos, que são: os meios de produção e a força de trabalho (MARX, 1867/2013, p.244). A relação social estabelecida entre os homens e os produtos do trabalho assume a forma misteriosa de uma relação entre coisas, denominada “fetichismo”.

Já para Althusser (1985), a concepção de sociedade de Marx é estruturada por “níveis”, articulados por uma determinação específica: a ‘infraestrutura’ ou base econômica, relacionada às forças produtivas e às relações de produção; e a ‘superestrutura’, compreendida



em duas instâncias: a jurídico-política e a ideológica. E acrescenta à realidade os aparelhos ideológicos do Estado, constituídos por algumas instituições como a escola, a religião, a família, a política, o sindicato, e outros. Tais aparelhos não são apenas os meios, mas o próprio lugar da luta de classes.

Para Foucault (1988), o poder não é vertical. O importante na disputa de classes é a luta, pois se determinada classe tenta dominar outra, essa outra também reage. Dessa forma, “o poder está em toda parte; (...) e provém de todos os lugares” (p.103).

As elaborações de Marx, Althusser e de Foucault também são muito apropriadas e atuais para pensarmos o trabalho e a correlação de forças presentes na entidade pesquisada.

Pensando na descrição do trabalho moderno em Marx, este seria de uma eterna luta de classes entre os proprietários do capital e do modo produção e dos não proprietários. É quase certo que Marx se surpreenderia com tamanha audácia do patamar de carreira atingido por tantos militantes no Brasil, inclusive na Previ. Tal situação, para uns, pode ser motivo de orgulho, e teria ocorrido uma subversão da “ditadura do proletariado”, enquanto, para outros, a comemoração seria pelo sucesso dos “novos capitalistas” – e, ainda, para tantos outros, seria uma aberração da carreira meritocrática-tecnocrática. Sendo assim, a Previ pode ser vista como um caso de sucesso dos movimentos dos “operários”, da carreira de militantes à carreira de dirigentes do maior fundo de pensão da América Latina!

Para situar ainda o contexto do trabalho na Previ, me apoio em Coelho dos Santos (2008b), ao comentar que Michel Foucault nos ajuda, com sua análise das relações concretas de poder, a entender que não podemos enxergar o poder como aquilo que alguém detém, cede ou aliena. A autora lembra que, para Foucault, o poder está em toda parte, mesmo os extratos menos esclarecidos da população sabem tirar proveito da mentalidade arcaica e paternalista, consentindo com o favorecimento e a corrupção. Assim, não se trata de uma prática de “vítimas” e “algozes”, “mocinhos” e “bandidos”, mas relações de interesse que beneficiam ambas as partes envolvidas (p.31). Portanto, seria um engano pensar que os indivíduos mais modernos e mais escolarizados seriam uma espécie de classe dominante, ao contrário, são indivíduos muitas vezes insatisfeitos com a política assistencialista e paternalista, com o suborno e a corrupção e com o desperdício de dinheiro público. Cito a autora:

Acreditam que a distribuição de recursos numa sociedade igualitária deve se pautar pela desigualdade de mérito. Sentem-se humilhados quando precisam recorrer ao ‘jeitinho’ para contornar as situações onde o mérito não é a medida comum que iguala todos os cidadãos perante a lei. (COELHO DOS SANTOS, 2008b, p.31)

É neste ponto que vejo, nas influências político-partidárias, a politização do ambiente de trabalho contrária à carreira por mérito. Isto é, afastam do sujeito o desejo de realização na carreira profissional quando outros interesses se sobrepõem aos seus interesses de encarecimento pautados em critérios preestabelecidos. Deixando o sujeito submetido às políticas e às práticas, aos caprichos do Outro.

Coelho dos Santos (2008b) lembra que a prática psicanalítica visa meios de liberar o sujeito de toda relação hierárquica de submissão e dependência em relação ao Outro, mas considera a igualdade entre os homens como um ideal, já que toda liberdade e toda igualdade estão limitadas à desigualdade de sexos, de gerações e de sintomas.

Pelo que foi pesquisado do trabalho na Previ consideramos que ele é, ainda, contrário ao ideário moderno.

## **2.2 Na hipermodernidade**

Para abordar o trabalho na hipermodernidade trago como referência a obra de David Harvey (2013) – *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. A partir da década de 1970, houve um marco histórico na sociedade e este se dá com as transformações dos mercados financeiros e a expansão tecnológica: é a denominada sociedade de “acumulação flexível”. Acumulação esta que se apoia na intensa flexibilidade dos processos, dos produtos, tecnologias, serviços financeiros e dos mercados de trabalho.

“Pela primeira vez na história, o mundo passou a se apoiar em formas imateriais de dinheiro” (HARVEY, 2013, p.268). O mercado de trabalho sofreu uma radical reestruturação e tornou-se volátil e flexível, intensificou a competição e enfraqueceu o poder sindical, o que, dentre outros fatores, gerou um elevado índice de mão de obra excedente. Os novos arranjos do trabalho flexível, em tempo parcial, temporário ou subcontratado são incentivados por uma estética pós-moderna que acelera a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a “mercadificação”.

Estamos, assim, imersos na “condição pós-moderna”, conceito trazido por Lyotard (2015), quando expôs que o próprio saber se torna uma mercadoria produzida e consumida, perdendo, assim, seu “valor de uso” – mercadoria a ser consumida no mercado ultraliberal. Segundo, Lipovetsky (2005), a sociedade pós-moderna está dominada por um “vazio”; investimos cada vez mais no narcisismo e reduzimos a esfera coletiva. Paradoxalmente, quanto mais consumimos, maior o “vazio” experimentado. Sennett (2002), em suas elaborações, expõe claramente a corrosão do caráter pelo capitalismo, além dos seus efeitos no enfraquecimento dos laços sociais. Para ele, estaríamos diante de identidades “fluidas”...

nada as detém. Sem impedimentos, nesta vertente, o compromisso com o trabalho se torna “superficial”. Da leitura de Boltanski e Chiapello (2009) extraímos a ideia de um “novo espírito do capitalismo” com seu “caráter insaciável” e a brilhante definição do profissional como o “camaleão”. Esta é a imagem usada para descrevê-lo, pois ele conduz suas relações em direção aos outros movidos pela adaptabilidade a qualquer preço.

Segundo Dufour (2009), a sociedade do “ultraliberalismo” é marcada por um mercado financeiro mundial interligando os capitais “fictício” e “especulativo”. O mercado financeiro seria o “divino mercado”, a nova lei, a lei do consumo, regida pelo capitalismo financeiro. Tanto o circuito pulsional de satisfação, como o circuito do mercado do “novo capitalismo” da satisfação imediata, exortam a liberação das pulsões e estas são incitadas pelo mercado da avidez ao consumo.

Na visão de Dufour (2005), na modernidade, partimos do capitalismo de produção, chegamos ao capitalismo de consumo e, desde a década de 1970, na hipermodernidade, estamos no capitalismo financeiro, por ele definido de “ditadura dos acionistas”. O trabalho já não define mais o valor econômico e, menos ainda, um lugar social na produção de riquezas.

Para Coelho dos Santos (2015), na época do liberalismo econômico, da supremacia da lei do mercado e do “empuxo ao consumo” existe um “desmentido” do Nome-do-Pai, do agente da castração simbólica. Para a autora, houve um rebaixamento dos “valores de uso” e a propagação dos objetos “mais-de-gozar”. Sua tese é de que a hipermodernidade lhe parece sadeana e quem está no comando é o objeto de gozo, gozar sempre mais e a qualquer preço.

Para Dufour (2005), a análise da decadência do Outro, tão característica da pósmodernidade, deve levar em conta os atuais tempos neoliberais caracterizados pela liberdade econômica máxima concedida aos indivíduos (p.90). Diante de um cenário regulado pelo “mercado”, o autor nos apresenta algumas formas de mal-estares vividos pelos indivíduos. O primeiro deles é que no “narcisismo desordenado” e na “ênfase subjetiva” existem a difusão de um indivíduo que oscila entre a onipotência e a impotência; pois se a ação de cada um não está mais referida àquilo que a garante, perde-se a noção da diferença entre o direito à liberdade e o abuso ao direito à liberdade.

A pulsão insaciável é fundamental para se pensar o contemporâneo e aponta para o trabalho efêmero, flexível e para o crescimento do hedonismo, da indiferença. Tal descrição é um paradoxo se olharmos com as lentes freudianas da renúncia pulsional em prol da civilização. O mal-estar pós-moderno, bem como aquele vivido na Previ, estaria conjugado à economia de mercado e à economia psíquica. Tal ideia se articula com a degradação da sociedade, dos laços sociais, conforme descrito por Boltanski e Chiapello (2009), denominada

“anomia”. Para estes autores, a generalização de um mundo conexcionista, sem freios de qualquer espécie à exploração, pode ser capaz de destruir o tecido social. O mal-estar laboral do trabalhador na pós-modernidade, inclusive na entidade pesquisada, estaria associado ao sentimento de estar na condição de mais um produto, um mero objeto “descartável” por um novo produto mais barato, ágil e flexível disponível na roda-viva do mercado.

Neste cenário hipermoderno, quais os impactos na sociedade, no trabalho e no trabalhador, inclusive a entidade pesquisada? Para compreender e aprofundar tais efeitos subjetivos do capitalismo, apresentamos vários conceitos e elaborações de psicanalistas de orientação lacaniana.

Miller (2004) faz uma contraposição da moral moderna com a pós-moderna. Na primeira, a moral civilizada freudiana, daria uma “bússola” pela via do recalque. Na segunda, comenta que o “homem” está “desbussolado” – essa afirmativa se assentaria na mudança da referência da natureza para a multiplicidade de artifícios criados pela indústria. Em um contexto perpassado por partidarismos e políticas, como na Previ, a afirmativa reforça mais uma vez a importância de a psicanálise lançar uma luz sobre o cotidiano da entidade. O discurso psicanalítico nos serve de guia para deslindar o “desbussolamento” da contemporaneidade – a Previ aí incluída.

De Lacan (1968-69/2008) lançamos mão da definição da função do mais-de-gozar e é em torno deste termo que ele situa a produção de um objeto essencial – o objeto a. Complementamos com os comentários de Costa-Moura (2016), quando este nos faz lembrar que Lacan (1968-69/2008) teria retomado a fórmula da mais-valia para lembrar que a fantasia da mercadoria é o que rege as relações do sujeito com as coisas e engendra este fascínio sentido pelo consumo. Acrescentamos: com a leitura de Lacan (1969-70/1992), o “discurso do capitalista”, também chamado por ele de “discurso do mestre moderno”, tal afirmativa pode ser esclarecida com a formulação do mais-de-gozar, este trabalho a mais, que em determinado momento histórico da civilização passa a ser contabilizado para o capitalista. O objeto é de fato o sustentador deste “discurso” e indica um apagamento do sujeito diante deste.

Pesquisando, ainda, os efeitos da modernidade na pós-modernidade, Coelho dos Santos (2015) reforça sua tese de uma “torção” e não de uma ruptura entre a modernidade e a pós-modernidade e, por esta razão, prefere o termo “hipermodernidade”, qualificando essa última segundo o “desmentido” do Nome-do-Pai, agente da lei simbólica, e não de um “declínio”. Sua tese é de que a hipermodernidade lhe parece sadéana e quem está no comando é o objeto de gozo que nos incita a gozar sempre mais e mais e a qualquer preço – moral esta que se aproxima da pulsão de morte freudiana. Com isso, um sujeito, liberado das amarras do

recalque, é pouco ou incapaz de sublimar as pulsões, deixa sua “fantasia” a céu aberto, e há um rebaixamento dos “valores de uso” e a propagação dos objetos “mais-de-gozar”.

Pensando em Kant (1996) e Sade (1999), poderíamos dizer que a moral que vigora na sociedade contemporânea, bem como na Previ, está distante da moral kantiana, do imperativo categórico da Lei Universal: “Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal”, ao contrário, está muito próxima da moral sadiana do “eu tenho direito – pode dizer-me quem quer que seja – de gozar de seu corpo, sem limite ao meu capricho”. Portanto, quanto ao imperativo categórico de Kant e o imperativo sadiano, enquanto o primeiro convida as renúncias egoísticas a favor de um soberano bem, Sade defende a satisfação absoluta. Para Lacan, não há saída diante da lei moral: ou renunciamos ao gozo ou gozamos à vontade. Pensando no contexto da Previ, os representantes, indicados ou eleitos no “mercado de votos”, estariam “blindados” por um modelo de governança que permitiria que agissem sem limites, numa escolha caprichosa de seus colaboradores. Dessa forma, a democracia instaurada na entidade estaria a favor do imperativo do gozo sadiano?

Ainda na pesquisa dos efeitos do capitalismo sobre a sociedade contemporânea, recorremos a Birman (2014), quando ele nos diz que o gozo geral e irrestrito está direcionado para o fetichismo das mercadorias, e transforma o ‘ter’ em uma maneira de preencher o vazio corporal e psíquico. No entanto, isto levaria a um esvaecimento do modelo de dualidade conflitual da subjetividade proposto por Freud.

Finalizamos a pesquisa demonstrando uma experiência subjetiva na Previ à qual denominamos “O caso Previ ‘Maravilhosa’”, para tanto, descrevemos os cargos e funções de seus funcionários, fazendo uma breve retrospectiva dos últimos 20 anos de existência da entidade: legislação, estatutos, estrutura organizacional, processo eleitoral, resultados, governança. A pesquisa aborda um ambiente perpassado por diversos saberes (o político, o sindical, o educacional, o informacional, o cultural, o familiar e outros) e, uma abordagem psicanalítica que permita compreender melhor como se estabelece ali o vínculo do sujeito com o trabalho. Pretendemos verificar a mentalidade dominante na entidade e se a disputa pelo poder se dá na esfera entre a “meritocracia burocrática” e o poder “político-partidário”, e de que modo isso impacta o trabalho de todos os colaboradores que atuam ali.

Procuraremos responder à seguinte questão: O trabalho “meritocrático-burocrático” estaria correndo o risco de sucumbir aos efeitos nefastos do excesso do poderio político-partidário na entidade? Em nossa civilização como situar as forças de poder dentro de uma organização?

### 3. O caso Previ “Maravilhosa”

O mercado de previdência complementar no Brasil<sup>2</sup> ganha maior relevância diante de um cenário de instabilidade da previdência oficial, de aumento da expectativa de vida do brasileiro e da posição dos ativos das entidades fechadas de previdência complementar.

A Previ é uma sociedade civil, entidade sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado, possuindo os seguintes patrocinadores: o Banco do Brasil S.A. e a própria Previ.

Sendo o Banco do Brasil uma sociedade de economia mista e tendo o Governo Federal como seu maior acionista, tanto a escolha do presidente do BB, quanto da Caixa de Previdência (Previ) sempre foram diretamente influenciados pelo Presidente da República do Brasil.

Para a composição dos Órgãos Sociais, a Previ é alvo de uma cobiçada escolha de representantes, sejam eles “indicados” ou “eleitos”, em virtude das diversas vantagens ofertadas, desde elevados salários e remunerações praticados, até assentos reservados nos conselhos de administração e fiscal das maiores empresas brasileiras.

Nas últimas décadas, as chapas compostas para eleição de representantes contaram com o apoio de entidades de classe, principalmente as vinculadas aos sindicatos dos bancários ContraFUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro/Central Única dos Trabalhadores) e associações de funcionários do Banco do Brasil, por exemplo, a Anabb<sup>3</sup> (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil).

Embora composta por “indicados” e “eleitos”, a Previ passou um longo período de gestão colegiada com a convergência de interesses comuns. Contudo, a partir de 2014, houve uma ruptura neste direcionamento e maior divergência de interesses entre os diversos representantes dos Órgãos Sociais.

No cotidiano da entidade, a diferença de representação de “indicados” ou “eleitos” se faz presente de diversas maneiras no status e nas condições de trabalho. E essa divisão explícita, decorrente da composição paritária de todos os Órgãos Sociais, se faz perceptível na condução das políticas organizacionais.

---

<sup>2</sup> Ver Vanzillota (2014). Instituto Ideas, Artigos Interessantes 151 (jan 2014).

<sup>3</sup> A Anabb foi criada em 1986 pelos funcionários do Banco do Brasil, em um momento de discussões e propostas da reforma bancária – de um lado diretrizes apontadas pelo Ministério da Fazenda e pela Diretoria do Banco do Brasil e, de outro, medidas sendo contestadas e debatidas pelos funcionários. Foi neste clima de insatisfação que foi criada a instituição com o intuito de defender os interesses dos funcionários do Banco do Brasil e a ela filiados. Disponível em:

<http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=10>. Acesso em 25/08/2016.

Independentemente de “eleitos” ou “indicados”, a Política de Gestão de Pessoas da Previ permite que seus representantes possam valer-se da prerrogativa de alteração do corpo técnico ou gerencial, respaldados institucionalmente com a fidúcia de “cargos de confiança”. Assim, é comum haver nomeações para esses cargos de pessoas que contribuíram ativamente no processo eleitoral dos representantes “eleitos” ou na escolha dos “indicados” pelo patrocinador BB.

Tendo em vista a condição da Previ, com participação paritária entre patrocinador e participante, além de um vultoso patrimônio a ser gerido, é perceptível um movimento de disputa de espaço e de poder na entidade por ambos os intervenientes. Todavia, existe baixa participação do Corpo Social na escolha de seus representantes nos Órgãos Sociais, o que reforçaria a maior representatividade do patrocinador BB. Talvez, uma justificativa para este movimento favorável ao patrocinador seja o fato de quase todos os participantes e assistidos serem originários da carreira BB, portanto, confiariam ao Banco os rumos da entidade.

Desde o final da década de 1990, Previ e BB assinaram o Convênio de Cessão que normatizou a cessão de funcionários à entidade. Ali, ficou estabelecido que a primeira poderia requerer à segunda colaboradores por tempo indeterminado, para o exercício de cargos dos níveis de administração, gerencial e técnico, desde que houvesse interesse de ambas as partes.

Mas, especificamente nas duas últimas eleições, houve uma mudança no direcionamento da gestão de pessoas na entidade, com práticas de recrutamento e seleção centralizadas na figura da unidade responsável pelo provimento de vagas. Infelizmente, por acompanhar todo esse processo como funcionária da Previ – até mesmo colaborando ou me candidatando a uma vaga –, o que presenciei foram práticas que reforçavam o realinhamento do discurso político-partidário e a desvalorização do discurso crítico, e conseqüentemente, a corrosão da meritocracia burocrática.

Pudemos observar que, para manter-se ou ascender em um cargo internamente na entidade, vale o silêncio, a submissão, os conchavos, as parcerias. O cargo é um bem muito valioso – ele é, por assim dizer, uma moeda de troca que vigora na Previ – e por ele vale quase tudo!

O tipo de relacionamento é o “hierárquico” e a manutenção ou ascensão do cargo está diretamente relacionada ao cumprimento do solicitado. Por trás da hierarquia, existe um jogo de interesses de entidades apoiadoras dos processos sucessórios internos, quando o fator “hierárquico” é seguido, na maioria das vezes, pelo fator “político-partidário” – ambos estão diretamente vinculados a autoridades influentes, seja de entidades de classes ou do patrocinador BB.

A entidade daria ensejo a uma mentalidade que favorece a composição de laços de amizade, reforçando sua imagem como a de uma grande “casa” além da confiança na robustez de seu patrimônio. As equipes de trabalho são compostas por colaboradores mais “confiáveis” e menos “confiáveis”. Os territórios ficam bem delimitados.

Embora setenta por cento de seus colaboradores possuam pós-graduação lato e stricto sensu<sup>4</sup>, ao mesmo tempo, estão submetidos a uma estrutura hierárquica. Assim como o Banco do Brasil, o Governo Federal/Estado tem muito poder por ser acionista majoritário e por contar com as estatais e seus fundos de pensão para fortalecer sua política econômica, reforçando uma mentalidade menos ou mais liberal, conforme as políticas governamentais vigentes. Afinal, haveria algum caminho para uma mentalidade mais liberal e com menor dependência do poder estatal na Previ? Se, consideramos que a mentalidade das instituições sindicais ou de entidades patronais, responsáveis pelo apoio e eleição dos representantes na entidade, é pela maior independência do Estado, nesse caso, poderíamos afirmar que tais representantes contribuiriam favoravelmente para alimentar uma mentalidade mais liberal na Previ. Por outro lado, se a mentalidade e/ou ideologia for favorável a reforçar a intervenção do Estado nos fundos de pensão e em outras empresas, aí sim, a Previ estaria fadada a uma mentalidade menos liberal.

Para aprofundar o tema da mentalidade na entidade relacionada à ideologia político-partidária, me apoio nas obras de Almeida (2007), *A cabeça do brasileiro* (crenças, valores, preconceitos), livro este inspirado na obra do antropólogo Roberto DaMatta, que pretende aproximar a relação da personalidade com a cultura; e Coelho dos Santos e Decourt (2008), *A cabeça do brasileiro no divã*, ensaio coletivo para abordar o tema da mentalidade, hábitos culturais e posição subjetiva.

Na obra do historiador Sergio Buarque de Holanda (1995, apud Cunha, 2008), nossa colonização portuguesa deixou o legado do poderio da comunidade doméstica e das preferências fundadas nos laços afetivos, que marcou a vida pública e todas as nossas atividades (p.43). Toda uma vida social esteve marcada por sentimentos próprios à comunidade doméstica, particularista, apontando a invasão do público pelo privado (p.44). Em nossa sociedade, principalmente no Rio de Janeiro, outrora sede da Corte, com seus moradores submetidos a todos os tipos de desvios, e onde a fiscalização do poder público deixou livre caminho à margem de manobra para o “jeitinho brasileiro”. A Previ “Maravilhosa”, tal como a “Cidade Maravilhosa”, entraria nesta linhagem dos resquícios da

---

<sup>4</sup> Ver *Revista Previ*, Edição 190, de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.previ.com.br/revista/edicao/indice-detalhes-1012.htm>. Acesso em 09/10/2016.



Corte no Brasil e, assim como o país, seria um lugar marcado por laços afetivos particularistas.

Para a urbanista e ex-relatora da Organização das Nações Unidas (ONU), Raquel Rolnik (2015)<sup>5</sup>, apesar dos avanços nas liberdades civis e políticas no Brasil, não houve uma ruptura com o sistema tradicional, ainda contaminado pela mentalidade colonialescravocrata que impera no país. O processo do Estado como um espaço para o exercício de negócios privados, ao invés de ter sido rompido, se fortaleceu. Com o avanço da democracia, os partidos tiveram que entrar na concorrência do “mercado de votos” e o financiamento das campanhas acabou por fortalecer muitos agentes privados. Os partidos de “esquerda” ganharam força na medida em que foram ampliando sua participação institucional e parlamentar, mas, por outro lado pactuaram com a manutenção do modelo vigente no país para governar.

O ex-presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>6</sup>, denomina o problema do processo eleitoral no Brasil como uma questão “cultural” e independente de partido de “esquerda” ou de “direita”. Em sua opinião, o que as pessoas querem é tirar o máximo proveito do Estado, o que se expressa sob a forma de clientelismo, corporativismo, inclusive nas grandes corporações, sindicatos e outros grupos organizados. Com isso, segundo ele, a política não avança, mesmo que se tenha uma visão progressista; torna-se um peso enorme para um país que não aceita o mérito, a possibilidade de competir e ganhar pelo que faz, mas, ao contrário, ganha e porque tem direitos, privilégios. Isso, para ele, é uma questão cultural!

Em 15/03/2015<sup>7</sup>, data em que o Brasil completou 30 anos do fim da ditadura militar, a Rede BBC Brasil convidou várias lideranças para dar sua opinião sobre a democracia, apontando avanços e limitações. O especialista José Álvaro Moisés avalia que houve avanços importantes nos direitos civis, políticos e sociais. Podemos aplicar na Previ sua crítica referente ao abuso de poder e ausência de planejamento estruturado, agravados pelo mal uso de fundos em todos os níveis hierárquicos. São formas que impedem a meritocracia e favorecem os privilégios aos apoiadores e aos mais próximos.

---

<sup>5</sup> Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150315\\_democracia\\_liderancas\\_ms\\_1k](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150315_democracia_liderancas_ms_1k). Acesso em 13/09/2015.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2016/09/07/para-fhc-o-pt-e-ate-o-psdb-viraram-velharia>.

<sup>7</sup> Ver [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150315\\_democracia\\_liderancas\\_ms\\_1k](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150315_democracia_liderancas_ms_1k).

Afinal, tudo indica que a entidade ainda estaria fadada aos caprichos ou “mandos” e “desmandos” oriundos das diversas esferas governamentais e, por consequência, do patrocinador BB e entidades representativas.

As inúmeras alternâncias de representatividade dos eleitos nas últimas eleições, principalmente em decorrência do “mercado de votos”, gera uma descontinuidade administrativa, portanto, minha tendência é aproximar a mentalidade “arcaica” mais do lado dos eleitos. Já a mentalidade “moderna” estaria um pouco mais próxima dos representantes indicados pelo patrocinador tendo em vista a continuidade da metodologia de trabalho.

Encaminhamos a discussão para a questão de se poder afirmar ou não ser a carreira na Previ nitidamente vinculada a uma mentalidade “hierárquica”, “familista” e “política”, tanto daquele que escolhe como daquele que é escolhido.

#### **4. Considerações finais**

No contexto capitalista financeiro do mundo contemporâneo, no Brasil, o poderio econômico de grandes corporações, como as estatais e seus fundos de pensão, é alvo de fortes disputas ideológicas. Na disputa ideológica de poder econômico corre-se o risco de deformar a máquina administrativa a favor de interesses contrários aos ideais coletivos.

De acordo com Harvey (2013), os fundos de pensão, e aqui incluo a Previ, são grandes investidores do mercado financeiro e dominam as ações dos principais mercados industrial, mercantil, imobiliário. O grau de autonomia do sistema financeiro é sem precedentes, assim como os lucros e os riscos são inimagináveis na competição “intercapitalista”. Os principais efeitos no trabalhador podem ser rapidamente percebíveis na constante “desqualificação”, “requalificação”, “descartabilidade”, “obsolescência”.

Na prática, nas últimas décadas, independente da “direita” ou da “esquerda” no poder, existe uma disputa ideológica “político-partidária”, que tem como objetivo o “aparelhamento” de cargos pelo Estado, ou seja, prioriza-se para cargos-chave, militantes e representantes de entidades, em detrimento da meritocracia burocrática, representada pelos funcionários de carreira sem vínculo ou apoio dessas entidades.

A descrição do mal-estar laboral relacionado às forças ideológicas político-partidárias nas organizações, embora tão presente no contexto da sociedade brasileira, não é assunto corriqueiro no âmbito da pesquisa acadêmica – mais especificamente, no programa de teoria psicanalítica da UFRJ – esperamos que este estudo colabore para a ampliação das contribuições psicanalíticas na leitura do ambiente organizacional, nessa conjugação da teoria com a prática de um analista.

## **O TRABALHO PSÍQUICO NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO E DA SOCIEDADE (CAP. 1)**

### **1. AS CONTRIBUIÇÕES DE FREUD AO ‘TRABALHO’**

#### **1.1. Considerações iniciais**

É nosso objetivo demonstrar que o termo “trabalho” foi amplamente utilizado por Freud na designação da teoria psicanalítica, assim como na definição da experiência clínica. Desde os primórdios da psicanálise até suas últimas elaborações, o termo “trabalho” foi enfatizado por Freud para qualificar o trabalho do psicanalista e o do paciente. Encontra-se diversas denominações ao longo de sua obra: “método de trabalho”, “trabalho de análise”, “trabalho de interpretação”, “trabalho de investigação”, “trabalho dos sonhos”, “trabalho psíquico”, “trabalho terapêutico”. Tal pesquisa visa demonstrar o que a psicanálise entende por “trabalho”, tendo por referência o modo de funcionamento da “pulsão”.

Para abordar o tema trabalho, buscar-se-á iniciar este percurso pesquisando na obra freudiana aspectos que envolvem a definição de trabalho, como “trabalho do sonho”, “trabalho psíquico” e “trabalho de análise”, assim como o conceito de “pulsão”. Além de apresentar algumas considerações sobre “trabalho e civilização”, “trabalho e grupo”.

A pesquisa nos textos freudianos tem como objetivo identificar o que a psicanálise tem a contribuir acerca do “trabalho”. No início da técnica psicanalítica, Freud utilizava a hipnose e, logo nos primeiros anos de atividades, substituiu-a pela ideia de livre associação, visando vencer a força do recalque. Assim, podemos dizer que o trabalho de análise busca desfazer o trabalho do inconsciente. A psicanálise, como aplicação de um método para conseguir um conhecimento que não está dado, é um saber obtido a partir da aplicação da técnica.

Iniciamos nossa investigação identificando na obra freudiana as diversas acepções da palavra ‘trabalho’ e sua relação com a pulsão. O trabalho do inconsciente (delírios, sintomas, sonhos, ato falho e transferência) e os destinos pulsionais de “retorno ao eu”, “reversão ao seu oposto”, “recalque” e “sublimação”, derivados da exigência de trabalho imposta pela pulsão, se junta ao trabalho do segundo sistema, da consciência, do processo secundário – e que tem a ver com o trabalho do analista, que é o de trocar os processos primários pelos secundários, o

do princípio do prazer pelo princípio de realidade – este último tendo como meta alterar o meio externo, vencer as dificuldades, prover as necessidades e estabelecer o laço social.

Na apresentação do “trabalho do sonho”, Freud (1900) revela a capacidade psíquica de valer-se de diversos mecanismos para escapar à ação do recalque, conseguindo que um conteúdo latente possa chegar à consciência, ainda que de maneira pouco elucidativa. Trata-se de uma modalidade de pensamento extremamente complexa e elaborada, que dá provas irrefutáveis do dispendioso trabalho para a realização de um desejo pela via do “trabalho do sonho”.

O “trabalho de análise”, técnica psicanalítica, tem como objetivo encontrar e sobrepujar as resistências. Na descrição *metapsicológica* de um processo psíquico, devemos levar em consideração os aspectos econômico, dinâmico e topográfico.

Para Coelho dos Santos (2010), desde o *Projeto para uma psicologia científica* (1950 [1895]), Freud considera o desamparo como “a fonte de todos os motivos morais”, e o modelo originário das relações humanas se realiza a partir do acolhimento do Outro materno diante desse desamparo primordial.

A origem da civilização com o parricídio é a tese sustentada por Freud em *Totem e tabu* (1912-13). Esse crime, de autoria coletiva, teria se perpetuado como consciência inconsciente de culpa, superego enraizado naquilo que, em cada indivíduo, motiva o laço social. Com o assassinato do pai, que gozava de todas as mulheres, os filhos tiveram de abdicar do gozo ilimitado e fundaram uma comunidade fraterna. O conceito de laço social, em Freud, é instituído a partir das renúncias pulsionais advindas do advento da interdição do incesto e o insucesso do parricídio.

A pulsão é definida como uma medida de exigência de satisfação que coloca o aparelho psíquico em constante funcionamento. O traço essencial das vicissitudes sofridas pelas pulsões está na sua sujeição às influências de três grandes polaridades que dominam a vida mental: atividade-passividade, eu-mundo externo e a do prazer-desprazer.

Na descrição do trabalho psíquico, em *Além do princípio do prazer* Freud (1920) abandona a hipótese de dominância do princípio de prazer na vida mental; os sentimentos não são apenas de prazer e desprazer, mas de uma tensão que tanto pode ser agradável quanto desagradável. E revela a descoberta de uma tendência à repetição na busca de um mínimo de excitação, “retorno à quiescência do mundo inorgânico” (p. 83), tendência à morte. A vida seria aquilo que resiste à morte, e Freud se vê compelido a afirmar que “o objetivo de toda vida é a morte” (p. 56), e a possibilidade de vida consiste em frear essa tendência à morte. A existência de uma força pulsional, mais poderosa do que a vontade de se curar e ser feliz, leva

o indivíduo a apegar-se ao seu sintoma e a repetir compulsivamente eventos desastrosos que dão indícios de não querer se curar. Podemos, então, pensar o ‘trabalho’, objeto de pesquisa, associado tanto à pulsão de vida quanto à de morte.

Freud (1930[1929]), em *O mal-estar na civilização*, considera o trabalho, e também os relacionamentos humanos a ele vinculados, como parte da economia da libido, sendo o trabalho a principal técnica para garantir ao indivíduo um lugar seguro na sociedade. Todas as modalidades de laço social serão permeadas por um mal-estar, um mal-entendido, mas a fonte de sofrimento mais penosa é aquela resultante de nossas relações com os outros. O trabalho, “como caminho para a felicidade, [...] não é altamente prezado pelos homens” (p. 99), e a grande maioria das pessoas trabalha sob a pressão da necessidade. Entretanto, nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende tão firmemente o homem à realidade como a ênfase concedida ao trabalho, pois este lhe fornece um lugar seguro entre os demais. O trabalho é também uma técnica que permite deslocar para os relacionamentos, a ele referidos, grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou eróticos. Mas a fonte de satisfação especial é aquela livremente escolhida por meio da sublimação, e capaz de tornar possível o uso de inclinações existentes e de pulsões persistentes. Tal descrição é importante para situarmos o que ocorre no trabalho dentro de uma organização, especificamente, no “caso Previ ‘Maravilhosa’” que será apresentado posteriormente.

Martello<sup>8</sup> sem data), ao comentar *O mal-estar na civilização* afirma que o superego é abordado pelo viés da agressividade que originalmente é tanto interna como externa, mas dirigida para fora. O fortalecimento do superego não adviria apenas do componente agressivo do complexo de Édipo, da renúncia ao investimento libidinal, mas das consequências dessa renúncia agressiva. “Contra a autoridade externa, a renúncia da satisfação pela via do recalque é suficiente. Contra o superego essa renúncia não é suficiente, na medida em que o desejo persiste e não pode ser escondido” (p. 1).

O laço social é apresentado não apenas como vicissitudes da libido, mas também sob o aspecto radical da pulsão de morte. A pulsão de morte aparece como uma agressividade onipresente e silenciosa nas relações humanas. Em vários momentos, vemos a estrutura referida ao ideal do ego semelhante à estrutura do superego, sendo o segundo o representante internalizado da estrutura social ao cumprir seu papel recalcante diante das pulsões sexuais. E o conflito psíquico é estruturado pela tensão egoica entre as exigências sociais e as exigências

---

<sup>8</sup> Laboratório de Ensino, Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno e Contemporâneo, sem data.

pulsionais. Na análise da entidade pesquisada podemos, antecipadamente, vislumbrar esta tensão existente entre os interesses do indivíduo e as exigências sociais.

Em *Psicologia de grupo e análise do eu* (1921), cada indivíduo está ligado ao líder e aos demais membros do grupo por laços libidinais; a essência de um grupo reside nos laços libidinais existentes. O indivíduo em grupo sofre a influência deste e está sujeito a uma profunda redução de sua atividade mental, dada a intensificação da submissão à emoção dos outros indivíduos do grupo. A identificação é descrita por Freud sob três aspectos: como a forma mais primitiva e original do laço emocional, como sucedânea de uma vinculação de objeto libidinal via introjeção do objeto no ego e, também, sob a nova percepção de uma qualidade comum partilhada com outra pessoa. Um grupo primário ocorre quando alguns indivíduos colocam um mesmo objeto no lugar de seu ideal do eu e, portanto, se identificam uns com os outros em seu ego. E o amor é capaz de impor um freio ao narcisismo, já que o objeto arrasta parte da libido do ego narcisista do sujeito para si próprio e o objeto é posto no lugar do ideal do eu. Veremos que no “caso Previ”, assim como em instituições brasileiras vinculadas ao comando do governo federal, a figura do líder é revestida de fidedignidade especial e tem uma legitimidade para atuar junto ao grupo de trabalho. O líder tem um lugar diferenciado na instituição perante o grupo de trabalho.

Martello afirma que as noções freudianas de identificação e ideal do eu nos permitem também esclarecer o modo de constituição do laço social. “A concepção do ideal do ego permite um primeiro exame da estrutura social, de onde se retira que o ideal moral da civilização é constituído com base no narcisismo” (p. 2). Diante da incapacidade de renúncia do modo de satisfação narcísica já obtida, a transferência da libido constitui o fundamento do laço social. Assim, a libido, representante da pulsão, está inserida não apenas no fundamento do psiquismo, mas também no fundamento da organização social. O esclarecimento dos mecanismos identificatórios, a partir do ideal do ego, amplia o alcance da libido, tornando-a um instrumento na origem da organização social. Tanto a estrutura dos grupos e o trabalho comum ou especial respondem pelo estabelecimento do laço social.

O amor e o trabalho ambos são definidos por Freud (1930[1929]) como pertencentes à origem da civilização humana. Diante das exigências da civilização, o indivíduo, com o trabalho comum – ou ainda, pela via da satisfação pulsional especial, a atividade profissional ou através da “arte”, a sublimação – busca satisfações substitutivas para as renúncias culturais e estas servem como um processo de reconciliação de interesses do indivíduo com a civilização. Buscamos, assim, demonstrar a tese freudiana da libido como fundamento do laço social, isto é, a passagem do eu para o social, na dinâmica pulsional do narcisismo primário ao

narcisismo secundário. No estudo de caso que será apresentado veremos que os indivíduos que ali trabalham precisam adequar-se e garantir sua sobrevivência frente às exigências da organização.

Passemos, agora, às preciosas contribuições de Freud em torno da temática ‘trabalho’.

## 1.2. O trabalho de Freud

### 1.2.1. Freud e a história do trabalho psicanalítico

#### 1.2.1.1. A história de Freud e da psicanálise

Na abordagem inicial do tema ‘trabalho’, apresentamos uma aproximação da história de Freud e do trabalho de criação da psicanálise. O próprio Freud (1925 [1924b]) reconhece que as histórias de sua vida e da psicanálise estão “intimamente” entrelaçadas:

Dois temas ocupam essas páginas: a história da minha vida e a história da psicanálise. Elas se acham intimamente entrelaçadas. Esse Estudo Autobiográfico mostra como a psicanálise veio a ser todo o conteúdo de minha vida e com razão presume que minhas experiências pessoais não são de qualquer interesse ao se traçar um paralelo de minhas relações com aquela ciência. (FREUD, 1925[1924b], p.89)

No artigo *A história do movimento psicanalítico* (1914a), Freud aborda aspectos históricos e autobiográficos de sua obra, pontos também levantados em seu *Estudo autobiográfico* (1925/1924b). Nesse último, é categórico ao afirmar que a psicanálise é uma criação sua e que durante dez anos foi o único a se interessar por ela, além de ter despertado em seus contemporâneos críticas em relação ao seu trabalho. Até esta época, embora se tenha notícia da existência de outros psicanalistas, considerava-se a pessoa mais indicada para definir o que podia ser denominado como ‘psicanálise’. No citado estudo autobiográfico, ele relata seu percurso profissional, de estudante de medicina a analista fundador da psicanálise.

Freud, em 1881, recebeu o grau de doutor em medicina. 1882 foi um ano decisivo em sua vida, pois abandonou o laboratório de fisiologia e ingressou no Hospital Geral como “assistente clínico” [*Aspirant*], sendo logo depois promovido a “médico estagiário interno” [*Sekundararzt*], e onde trabalhou em vários departamentos, sob a orientação de Theodor Meynert, a quem tece os seguintes elogios: “cujo *trabalho* e personalidade muito me haviam impressionado quando eu ainda era estudante” (1914a, p. 21, grifo nosso<sup>9</sup>). Permaneceu fiel à linha de trabalho inicialmente proposta por Brücke, mas também pesquisou o sistema nervoso

---

<sup>9</sup> Todos os destaques, nas citações freudianas, referentes às palavras ‘trabalho’, ‘trabalhos’ (ou flexões do verbo ‘trabalhar’), ou do campo semântico de trabalho (como ‘ocupação’, ‘profissional’, e expressões como ‘atividade laboral’, etc.) são *grifos nossos*.

central. “Em completo contraste com o caráter difuso de meus estudos durante os primeiros anos de universidade, estava agora desenvolvendo uma inclinação para concentrar meus *trabalhos* exclusivamente em um único assunto ou problema” (idem, p.21).

Freud (1925[1924a]) lembra que, vinte anos antes, ele era o único porta-voz da psicanálise, e com o apoio de numerosos assistentes, médicos e não médicos, a psicanálise passou a ser utilizada como método de pesquisa psicológica e instrumento auxiliar para o trabalho científico nos mais diversos setores da vida intelectual. Inicialmente, os psiquiatras não mostravam nenhuma inclinação para examinar seus pormenores ou investigar suas vinculações. Os sintomas das neuroses histéricas eram considerados imposturas e como embustes dos fenômenos do hipnotismo. Enquanto isso, para a psicanálise, a neurose, mais especificamente a histeria e seus sintomas passaram a ser vistos como uma combinação de distúrbios somáticos e mentais.

Ora, tanto os experimentos de Charcot quanto as observações clínicas de Breuer nos ensinaram que os sintomas somáticos da histeria também são psicogênicos – isto é, que são precipitados de processos mentais que percorreram seu curso. Colocando-se um indivíduo em estado de hipnose, foi possível produzir artificialmente, à vontade, os sintomas somáticos da histeria. (FREUD, (1925[192a]), p.18)

Nesse percurso, inicialmente solitário, do exercício da psicanálise, Freud (1914a) afirma ter aprendido a controlar as tendências especulativas e a seguir o conselho de seu mestre Charcot: “olhar as mesmas coisas repetidas vezes até que elas comecem a falar por si mesmas” (p.33). A teoria psicanalítica havia lhe capacitado a compreender a atitude de seus contemporâneos e vê-la como uma consequência natural das premissas analíticas fundamentais. A partir de 1902, alguns jovens médicos aproximaram-se dele com o intuito de aprender, praticar e difundir o conhecimento da psicanálise. O pequeno círculo de Viena logo se ampliou no transcorrer dos cinco anos seguintes. Os livros *A interpretação de sonhos* e *Os chistes e sua relação com o inconsciente* mostraram desde o início que as teorias da psicanálise não deveriam restringir-se ao campo médico, mas eram passíveis de aplicação a várias outras ciências mentais, e despertaram o interesse de escritores, pintores e outras áreas de conhecimento.

Em meados de 1903-1904, a psicanálise ocupava o primeiro plano de interesse das escolas e Viena e Zurique, e os suíços faziam parte desse grupo, pois haviam produzido trabalhos científicos de grande mérito, cujos resultados foram úteis à transmissão da psicanálise. Em 1907, a psicanálise havia discretamente despertado interesse e angariado adeptos e até mesmo cientistas mostravam-se dispostos a reconhecê-la. Por toda parte, a



psicanálise se tornava cada vez mais objeto de interesse: especialmente o grupo de Zurique, pois se tornou o núcleo da pequena associação que lutava pelo reconhecimento da análise. “A única oportunidade de aprender a nova arte e de nela *trabalhar* estava ali” (FREUD, 1914a, p.38). As experiências de associação, iniciadas pela escola de *Wundt*, foram interpretadas num sentido psicanalítico e revelaram possibilidades de uma rápida confirmação experimental das observações psicanalíticas e, também, a demonstração de conexões a respeito das quais um analista poderia falhar. Iniciava-se, assim, a primeira ponte ligando a psicologia experimental à psicanálise.

A partir de 1907, com a união das Escolas de Viena e Zurique, a psicanálise tomou extraordinário impulso com a difusão da literatura psicanalítica e o aumento dos médicos que a estudavam e a praticavam, além da atenção do público culto e de investigadores de outros campos da ciência. A ausência de uma tradição científica, profundamente enraizada nos Estados Unidos, contribuiu para o impulso dado por Stanley Hall. E a nova teoria encontraria maior resistência, sem dúvida, nos velhos centros de cultura europeia, onde seria travada uma luta a seu favor. Em alguns países, como a Inglaterra, o interesse pela psicanálise foi se desenvolvendo de forma gradual, mas em decorrência do sentido prático dos ingleses e do amor à justiça, isso levava Freud a crer no futuro brilhante que os mesmos reservariam à nova prática.

No início do século XX, em Paris, a psicanálise era definida como uma repetição dos pontos de vista de Pierre-Marie-Félix Janet, com pequenas modificações – segundo declara o próprio Janet no Congresso de Londres em 1913. Já a Rússia ainda não tinha uma compreensão profunda das teorias analíticas e as contribuições de seus médicos eram pouco significativas. Na Alemanha, contudo, a psicanálise ocupava o ponto central dos debates científicos e provocava enfáticas discordâncias entre médicos e leigos, mas nenhuma instituição educacional a reconhecia. O movimento foi crescendo e ganhando adeptos e atraindo novos leitores da literatura psicanalítica. Pouco a pouco, em diversos países, a expansão da psicanálise difundiu seu conteúdo. Destacamos o seguinte comentário de Freud sobre a expansão do trabalho da psicanálise no campo das neuroses e da psiquiatria, além de outros campos da ciência:

[...] Uma enorme massa de *trabalho* se apresenta a um pequeno número de *trabalhadores*, a maioria dos quais tem como ocupação principal outro tipo de atividade e só pode apresentar as qualificações de um amador em relação aos problemas técnicos dessas áreas da ciência, que desconhecem. Esses *trabalhadores*, procedentes da psicanálise, não fazem nenhum segredo de seu amadorismo. Sua finalidade é apenas servir de sinaleiros e de substitutos provisórios dos especialistas

e pôr à disposição deles a técnica e os princípios analíticos até a época em que possam, os próprios especialistas, tomar a si o *trabalho*. Que os resultados alcançados não tenham deixado, apesar de tudo, de ser consideráveis, deve-se em parte à fertilidade do método analítico e, em parte, à circunstância de que já existem alguns pesquisadores não médicos que fizeram da aplicação da psicanálise às ciências mentais sua *profissão* na vida. (FREUD, 1914a, p.47)

[...] a análise nos proporcionou não somente a explicação de manifestações patológicas, como revelou sua conexão com a vida mental normal e desvendou relações insuspeitadas entre a psiquiatria e as demais ciências que lidam com as atividades da mente. (FREUD, 1914a, p.48)

Freud tinha enorme gratidão pelo trabalho da Escola de Psiquiatria de Zurique representada por Bleuler e Jung, embora não a reconhecesse como difusora da psicanálise pelo mundo. Por outro lado, concedia-lhe um lugar diferenciado nas pesquisas psicanalíticas:

Além disso, em nenhum outro lugar havia um grupo tão coeso de partidários, nem uma clínica pública posta a serviço das pesquisas psicanalíticas, nem um professor de clínica que incluísse as teorias psicanalíticas como parte integrante de seu curso de psiquiatria. O grupo de Zurique tornou-se assim o núcleo de pequena associação que lutava pelo reconhecimento da análise. A única oportunidade de aprender a nova arte e de nela *trabalhar* estava ali. (FREUD, 1914a, p.38)

A partir da aplicação do método psicanalítico em pacientes psiquiátricos e na interpretação da demência precoce, Freud considerou impossível aos psiquiatras ignorarem a psicanálise. Jung esclareceu vários casos psiquiátricos a partir dos processos reconhecidos pela psicanálise presentes nos sonhos e nas neuroses (mecanismos freudianos), trazendo à luz as fontes contidas na história da vida e nos interesses do paciente. E a obra de Bleuler sobre demência precoce (esquizofrenia), em 1911, evidenciou o ponto de vista psicanalítico, colocando-o em “pé de igualdade” com o processo clínico-sistemático da psiquiatria.

No entanto, desde o início, era possível observar uma divergência entre os rumos seguidos pelas escolas de Viena e Zurique. Em 1897, quando Freud publicou a análise de um caso de esquizofrenia – para ele, mais importante do que a possibilidade de interpretar os sintomas da doença –, era essencial destacar o mecanismo psíquico e, principalmente, a concordância desse mecanismo na histeria. Em sua avaliação, não tinham sido estabelecidas as diferenças entre os dois mecanismos, pois ainda lhe faltava uma teoria da libido nas neuroses que pudesse explicar todos os fenômenos neuróticos e psicóticos como procedentes de vicissitudes anormais da libido, isto é, como desvios do seu emprego normal. Por sua vez, Bleuler defendia o ponto de vista de que as várias formas de demência precoce têm uma causação orgânica. Deve-se a Jung a utilização do termo e da teoria dos “complexos”, mais tarde naturalizados pela linguagem psicanalítica.

Freud (1914a) tinha ciência das descobertas revolucionárias referentes à vida mental das crianças e sua aplicação em pontos de vista analíticos na vanguarda do campo de trabalho da educação. Também tinha clareza das incalculáveis conexões entre a psicanálise médica e outros campos da ciência, cujo material serviria para uma geração de pesquisadores, tão logo superadas as resistências contra a psicanálise. Entretanto, até então, ele considerava restrita a aplicação da psicanálise às ciências da linguagem e da história. Em 1907, havia traçado um paralelo entre os rituais religiosos e os cerimoniais neuróticos. Nos ensaios intitulados *Totem e tabu* (1913[1912]), examinou os problemas da antropologia social à luz da psicanálise, investigação que vai ao cerne das origens das instituições mais importantes da civilização, o Estado e a religião, considerando, ainda, a proibição do incesto pela consciência.

A expectativa freudiana era no sentido de que a psicanálise pudesse ser aplicada para suplementar e corrigir o conhecimento advindo de outros meios. À psicanálise coube a tarefa de explicar as neuroses e, para isso valeu-se da resistência e da transferência como pontos de partida e, também, da amnésia, conseguindo explicar tais fatos com as teorias do recalque, das forças sexuais motivadoras da neurose e do inconsciente.

Após escutar a voz da autocrítica e de prestar atenção às críticas dos adversários, Freud (1914a) sustentou suas próprias convicções com base na experiência oriunda do trabalho psicanalítico e manteve-se firme em seu caminho:

[...] desejo de que a sorte proporcione um caminho de elevação muito agradável a todos aqueles que acharam a estada no submundo da psicanálise desagradável demais para o seu gosto. E possamos nós, os que ficamos, desenvolver até o fim, sem atropelos, nosso *trabalho* nas profundezas. (FREUD, 1914a, p.82).

Quanto à aproximação da psicanálise como método terapêutico específico, e à denominação de ciência, Freud (1925[1924b]) nos esclarece:

Embora fosse originalmente o nome de um método terapêutico específico, agora também se tornou a denominação de uma ciência – a ciência dos processos mentais inconscientes. Por si só, essa ciência é poucas vezes capaz de lidar com um problema de maneira completa, mas parece fadada a prestar valiosa ajuda nos mais variados campos do conhecimento. A esfera de aplicação da psicanálise estende-se até a da psicologia, com a qual forma um complemento do maior significado. (FREUD, 1925[1924b], p.87)

[...] Posso, contudo, expressar a esperança de que abri um caminho para importante progresso em nossos conhecimentos. (FREUD, 1925[1924b], p.87)

Vimos, assim, a própria descrição do criador da psicanálise, Sigmund Freud, narrando como se deu a sua trajetória profissional e como ele sustentou seu desejo na construção e

consolidação da clínica psicanalítica, mesmo diante das adversidades de sua época. Um percurso marcado por um “trabalho” contínuo e sistemático com o firme propósito de dar à psicanálise um sólido lugar na sociedade.

Passemos, a seguir, a uma apresentação do método de trabalho da psicanálise.

### 1.2.1.2. O método de trabalho de Freud

Deixando de lado o período catártico preliminar, Freud dividiu a história da psicanálise em duas fases. “Na primeira delas fiquei sozinho e tive de fazer eu mesmo todo o *trabalho*: isso ocorreu de 1895-6 até 1906 ou 1907. Na segunda fase, [...] posso pensar com espírito tranquilo na cessação de meus próprios *labores*” (FREUD, 1925[1924b], p.70-71). Quanto à segunda fase, se julgava impossibilitado de tratar plenamente do progresso da psicanálise tal como ocorreu na primeira fase, pois essa última dizia respeito apenas à sua própria atividade. Na avaliação freudiana, as descobertas da psicanálise relacionaram-se, em sua maior parte, com os resultados de seu próprio trabalho, além, é claro, do material proveniente de contribuições de seus alunos e seguidores.

No período entre 1886 e 1891, Freud realizou poucos trabalhos científicos e sua atenção estava voltada para estabelecer-se em sua nova profissão e assegurar o sustento da família. Em 1891, escreve o primeiro artigo em parceria com Dr. Oskar Rie; no mesmo ano, ao colaborar em uma enciclopédia de medicina, passou a investigar a teoria da afasia. Quanto à sua aproximação de Josef Breuer, tece os seguintes comentários:

[...] Enquanto ainda *trabalhava* no laboratório de Brücke, eu travara conhecimento com o Dr. Josef Breuer que era um dos médicos de família mais respeitados de Viena, mas que também possuía um passado científico, visto que produzira vários *trabalhos* de valor permanente sobre a fisiologia da respiração e sobre o órgão do equilíbrio. (FREUD, 1925[1924b], p.31)

Conta que Breuer apresentou-lhe um caso de histeria que havia tratado no período entre 1880 e 1882, o qual lhe permitiu aprofundar o significado dos sintomas histéricos, cuja paciente se recupera com o tratamento e tornara-se capaz de executar trabalhos importantes. Contudo, mais tarde, seu afastamento de Breuer ocorre por divergências de opiniões quanto à resposta à questão: quando um processo mental se torna patogênico? Breuer preferiu elucidar o processo pela teoria fisiológica, já Freud suspeitava da existência de uma ação mútua de forças e da atuação de intenções e propósitos similares ao da vida normal.

A primeira divergência de Freud com Breuer surgiu de uma questão relativa ao mecanismo psíquico da histeria. Segundo Freud (1914a), Breuer construiu a teoria dos

“estados hipnoides” cujos produtos se supunham penetrar na “consciência desperta” como corpos estranhos não assimilados; já, Freud, considerava a própria divisão psíquica como o efeito de um processo de repulsão, denominado “defesa”, e depois de “recalque”. E, assim, a teoria da “defesa” de Freud passou a se opor à teoria “hipnoide” de Breuer, e, por sua vez, cada vez mais, voltou sua atenção para a significação da sexualidade na etiologia das neuroses.

Além dessas divergências teóricas, outros fatores contribuíram para o afastamento deles. “Um desses foi indubitavelmente que seu *trabalho* como clínico e médico de família tomava grande parte de seu tempo, e ele não podia, como eu, dedicar todas as suas forças ao *trabalho* da catarse” (FREUD, 1925[1924b], p.35). Somou-se a isso a pouca receptividade em Viena e na Alemanha do livro publicado pelos dois. Mas o principal motivo do afastamento “foi que meu próprio *trabalho* ulterior conduzia a uma direção com a qual ele achava impossível reconciliar-se” (idem, p.36).

Para fins terapêuticos, Freud passou a aplicar a sugestão, a partir do conhecimento de seu uso bem-sucedido numa escola em Nancy. “Ocorreu assim, como algo natural, que, nos primeiros anos de minha atividade como médico, meu principal instrumento de *trabalho*, afora os métodos psicoterapêuticos aleatórios e não sistemáticos, tenha sido a sugestão hipnótica” (FREUD, 1925[1924b], p.28).

Em 1909, Freud teve a primeira oportunidade de falar em público sobre a psicanálise em uma universidade norte-americana. Naquela ocasião, atribuiu o mérito da criação da psicanálise a Breuer, embora considerasse o “método catártico” como um estágio preliminar da psicanálise, atribuindo seu início ao fim da aplicação da técnica hipnótica e a introdução da associação livre. Para Breuer, os sintomas de pacientes histéricos eram baseados em cenas do passado que lhe causavam grande impacto, mas estas cenas eram esquecidas (traumas), e a terapêutica consistia em fazê-los recordar e reproduzir essas experiências num estado de hipnose (catarse). No método catártico, esses sintomas representavam um emprego anormal de doses de excitação não descarregadas (conversão). No entanto, foi a partir dos estudos do próprio Freud com Charcot, que Breuer, sob essa influência, retomou a prática de investigação de pacientes em estado hipnótico.

A aplicação do método catártico por Freud e Breuer consistia em trazer em primeiro plano na análise o conflito e o fator desencadeante da doença. Para eles, era impossível explicar algum aspecto do presente sem se referir a algo do passado, isto é, a elucidação da experiência patogênica presente era dotada de uma qualidade patogênica passada. Conduzia-se a atenção do paciente diretamente para a cena traumática na qual o sintoma sugira e fazia-

se um esforço para descobrir o conflito mental envolvido na cena e por liberar a emoção reprimida. As associações do paciente retrocediam até as experiências mais antigas e compeliavam a análise a ocupar-se do passado. Esse processo de regressão levou o “trabalho analítico” até os anos da infância até então inacessíveis. Essa direção regressiva da análise tornou-se uma importante característica da psicanálise e a regressão foi considerada o processo mental característico das neuroses.

Ora, isto era exatamente o que Breuer e eu fazíamos quando começamos a *trabalhar* com o método catártico. Conduzíamos a atenção do paciente diretamente para a cena traumática na qual o sintoma surgira e nos esforçávamos por descobrir o conflito mental envolvido naquela cena, e por liberar a emoção nela reprimida. Ao longo deste *trabalho*, descobrimos o processo mental, característico das neuroses, que chamei depois de “regressão”. As associações do paciente retrocediam, a partir da cena que tentávamos elucidar, até as experiências mais antigas, e compeliavam a análise, que tencionava corrigir o presente, a ocupar-se do passado. Esta regressão nos foi conduzindo cada vez mais para trás; a princípio parecia nos levar regularmente até a puberdade; em seguida, fracassos e pontos que continuavam inexplicáveis levaram o *trabalho* analítico ainda mais para trás, até os anos da infância que até então permaneciam inacessíveis a qualquer espécie de exploração. Essa direção regressiva tornou-se uma característica importante da análise. (FREUD, 1914a, p.19)

O uso do hipnotismo fora de imensa valia no método catártico, permitindo ao paciente ampliar seu campo de consciência e poder alcançar conhecimentos não disponíveis em sua vida de vigília. Não era tarefa simples encontrar um método substituto. No entanto, Freud decidiu que agiria com a seguinte determinação junto aos seus pacientes.

Meus pacientes, refleti, devem de fato ‘saber’ todas as coisas que até então só tinham sido tornadas acessíveis a eles na hipnose; e garantias e encorajamento da minha parte, auxiliados talvez pelo toque da minha mão, teriam, pensei, o poder de forçar os fatos e ligações esquecidos na consciência. Sem dúvida, isto parecia um processo mais *laborioso* do que levar os pacientes à hipnose, mas poderia resultar como sendo altamente instrutivo. Assim, abandonei o hipnotismo, conservando apenas meu hábito de exigir do paciente que ficasse deitado num sofá enquanto eu ficava sentado ao lado dele, vendo-o, mas sem que eu fosse visto. (FREUD, 1925[1924b]), p.41)

Na busca de conhecimentos da realidade psíquica, nos primeiros anos de trabalho, Freud não dirigiu sua atenção à compreensão dos sonhos, no entanto, com a publicação de *Interpretação dos sonhos* (1900), consolidou-se uma estreita ligação entre a interpretação psicanalítica e os sonhos. Freud (1914a) faz o seguinte comentário sobre a teoria dos sonhos: “Surgiu como os prenúncios da inovação técnica que eu adotara quando, após um vago pressentimento, resolvi substituir a hipnose pela livre associação” (p.29). E acrescenta: “Mais

tarde, descobri a característica essencial e a parte mais importante da minha teoria dos sonhos, ou seja, que a distorção dos sonhos é consequência de um conflito interno, [...]” (p.30).

A interpretação dos sonhos foi um apoio nos primeiros anos da análise em que seu trabalho teve que dominar os fenômenos clínicos e a terapêutica das neuroses, tudo ao mesmo tempo. Os sonhos quase sempre confirmavam a hipótese de que poderiam ser considerados análogos aos seus sintomas. Freud considera que foi seu êxito nessa direção que lhe permitiu perseverar. A psicanálise, com o método de associação livre e a arte correlata de interpretação, também provou que os sonhos têm um significado como produto psíquico inteiramente válido, e, dessa forma, implantou uma atitude nova e uma nova escala de valores no pensamento científico. Destacamos a posição de Freud (1914a) quanto à criação da psicanálise:

Como há muito já reconhecerei que provocar oposição e despertar rancor é o destino inevitável da psicanálise, cheguei à conclusão de que devo ser eu o verdadeiro criador do que lhe é mais característico. Alegro-me poder acrescentar que nenhuma dessas tentativas de minimizar meu papel na criação desta tão difamada psicanálise jamais partiu de Breuer, nem contou sequer com seu apoio. (FREUD, 1914a, p.17)

O ponto de vista de uma etiologia sexual nas neuroses, ideia pela qual se tornou responsável, teve sua origem nas ideias de Breuer, Charcot e Chorbak, que lhe despertaram interesse sob a forma de uma descoberta aparentemente original, mas foi Freud quem soube tomá-la ao “pé da letra” e persistir nela, até conquistar-lhe um lugar entre as verdades aceitas da psicanálise.

Quanto à origem traumática da histeria, influenciado pelo ponto de vista de Charcot, Freud aceitara como verdadeiras e etiologicamente importantes as declarações dos pacientes, quando esses atribuíam seus sintomas a experiências sexuais passivas nos primeiros anos da infância, ou seja, a “teoria da sedução”. No entanto, essa etiologia se desmoronou por sua própria improbabilidade e contradição em circunstâncias verificáveis.

A análise nos tinha levado até esses traumas sexuais infantis pelo caminho certo e, no entanto, eles não eram verdadeiros. Deixamos de pisar em terra firme. Nessa época, estive a ponto de desistir por completo do *trabalho*, exatamente como meu estimado antecessor, Joseph Breuer, quando fez sua descoberta indesejável. (FREUD, 1914a, p. 27)

Tal descoberta conduz a uma revisão de suas expectativas do método de análise quanto à origem traumática da histeria, a realidade psíquica e a convicção da existência e da

importância da sexualidade infantil, partindo-se dos sintomas e das peculiaridades dos neuróticos e acompanhando-os até suas fontes últimas, à descoberta da fantasia.

Se os pacientes histéricos remontam seus sintomas e traumas que são fictícios, então o fato novo que surge é precisamente que eles criam tais cenas na *fantasia*, e essa realidade psíquica precisa ser levada em conta ao lado da realidade prática. Essa reflexão foi logo seguida pela descoberta de que essas fantasias destinavam-se a encobrir a atividade autoerótica dos primeiros anos de infância, embelezá-la e elevá-la a um plano mais alto. E agora, de detrás das fantasias, toda a gama da vida sexual da criança vinha à luz. Com a atividade sexual dos primeiros anos de infância também foi reconhecida a constituição herdada do indivíduo. (FREUD, 1914a, p.27-28)

No tratamento das neuroses, o surgimento da transferência sob a forma francamente sexual, afeição ou hostilidade, foi vista como a prova mais irrefutável das descobertas mais específicas do “trabalho analítico”, ou seja, que a origem das forças impulsionadoras da neurose está na vida sexual.

O método analítico sofreu gradativamente várias alterações. Os meios inicialmente utilizados para superar a resistência do paciente, em vez de incitá-lo a dizer algo sobre um assunto específico, solicitavam que se “entregasse a um processo de associação livre – isto é, que dissesse o que lhe viesse à cabeça, enquanto deixasse de dar qualquer orientação consciente a seus pensamentos” (FREUD, 1925[1924b], p.54). Contudo, fomos advertidos a ter em mente, que a associação livre não é realmente livre, ainda que o paciente observe essa regra fundamental, a resistência encontrará outro meio de expressão. “A descoberta da resistência, contudo constitui o primeiro passo no sentido de superá-la. Assim, o *trabalho* de análise implica uma arte de interpretação, cujo manuseio bem-sucedido pode exigir tato e prática, mas que não é difícil de adquirir” (p.55). Em contraste com o que ocorreu no hipnotismo e com o método de incitação, deixava-se ao paciente a determinação do curso da análise e o arranjo do material, e esse material inter-relacionado aparecia em diferentes tempos e em pontos diferentes no tratamento.

Freud (1914a) destaca a importância da teoria do recalque e como sua condução pressupõe o princípio da atividade mental inconsciente, peculiar à psicanálise, e distinguindo-a das especulações filosóficas em torno do inconsciente:

A teoria do recalque é a pedra angular sobre a qual repousa toda a estrutura da psicanálise. É a parte mais essencial dela e, todavia, nada mais é senão a formulação teórica de um fenômeno que pode ser observado quantas vezes se desejar se se empreende a análise de um neurótico sem recorrer à hipnose. Em tais casos encontra-se uma resistência que se opõe ao *trabalho* da análise e, a fim de frustrá-lo, alega falha de memória. O uso da hipnose ocultava essa resistência; por conseguinte,



a história da psicanálise propriamente dita só começa com a nova técnica que dispensa a hipnose. (FREUD, 1914a, p.26)

Outra descoberta freudiana foi que em todo tratamento surge, sem interferência do médico, uma intensa relação emocional entre o paciente e o analista, de caráter positivo ou negativo.

Essa transferência – para designá-la pelo seu nome abreviado – logo substitui na mente do paciente o desejo de ser curado e, enquanto for afeiçoada e moderada, torna-se o agente da influência do médico e nem mais nem menos do que a mola mestra do *trabalho* conjunto de análise. (FREUD, 1925[1924b], p.56)

E complementa: [...] “A transferência é meramente descoberta e isolada pela análise. Ela é um fenômeno universal da mente humana, decide o êxito de toda influência médica, e de fato domina o todo das relações de cada pessoa com seu ambiente humano” (idem, p.56). A psicanálise, diferentemente de outros métodos psicoterapêuticos, emprega o uso da transferência induzindo o paciente a realizar um trabalho psíquico, a superação de suas resistências à transferência, ou seja, uma mudança em sua economia mental.

A teoria psicanalítica também passou a ser vista como uma tentativa de explicar dois fatos surpreendentes e inesperados, mediante a observação e a tentativa de remontar os sintomas de um neurótico a suas fontes no passado – a transferência e a resistência. Para Freud, “Qualquer linha de investigação que reconheça esses dois fatos e os tome como ponto de partida de seu *trabalho* tem o direito de chamar-se psicanálise, mesmo que chegue a resultados diferentes dos meus” (FREUD, 1914a, p.26). E acrescenta: “[...] a teoria do recalque é um produto do *trabalho* psicanalítico, uma inferência teórica legitimamente extraída de inúmeras observações. Outro produto dessa espécie foi à hipótese da sexualidade infantil” (idem, p.27).

Os principais constituintes da estrutura teórica da psicanálise foram descritos como: a resistência e o recalque, o inconsciente, a significância etiológica da vida sexual e a importância das experiências infantis. Freud (1917[1916-17a]) adverte-nos de que o conceito psicanalítico não deve ser visto como um sistema especulativo, pelo contrário, é empírico, ou seja, uma expressão direta das observações e de um processo consistente em trabalhá-las de forma exaustiva.

Se esse *trabalho* exaustivo foi executado de uma maneira adequada e fundamentada, isto se verá no decorrer de futuros progressos da ciência, e realmente posso afirmar, sem jactância, após um período de quase vinte e cinco anos e tendo atingido uma

idade razoavelmente avançada, que essas observações são o resultado de *trabalho* especialmente difícil, intensivo e aprofundado. (FREUD, 1917[1916-17a], p.290)

Freud (1925[1924b]) também julgou como grave injustiça a recusa das pessoas em tratar a psicanálise como qualquer outra ciência e por censurá-la pela falta de completude e insuficiência. Em sua avaliação, uma ciência baseada na observação, como a psicanálise, elabora seus achados fragmentários e soluciona seus problemas, passo a passo. Ou seja, as ideias básicas ou os conceitos mais gerais só podem se tornar claros e encontrar um significado consistente por meio de uma análise progressiva do material de observação. Nas fases iniciais de seu trabalho, ele até fizera algumas tentativas para chegar a pontos de vista mais gerais da observação psicanalítica, citando, inclusive, o exemplo de *Formulações sobre os dois princípios de funcionamento mental* (1911), ocasião em que chamou a atenção para o domínio do princípio de prazer-desprazer na vida mental e seu deslocamento para o princípio de realidade. Outra tentativa ocorreu em 1915, com a produção de uma “Metapsicologia”, cujo objetivo foi apresentar um método de abordagem do processo mental em três coordenadas: a dinâmica, a topográfica e a econômica. Em outros trabalhos mais especulativos, entregou-se à tarefa de, partindo do ponto de vista analítico de fatos patológicos, dissecar o aparelho mental dividindo-o em três instâncias: o ego, o id e o superego. Sendo o superego o herdeiro do complexo de Édipo e o representante dos padrões éticos da humanidade.

No relato do desenvolvimento da psicanálise, Freud (1914a) expôs sua forma de trabalho como uma investigação sistemática do fator sexual e dos efeitos dessa descoberta revolucionária no mundo:

De início não percebi a natureza peculiar do que descobrira. Sem hesitar, sacrifiquei minha crescente popularidade como médico e restringi o número de clientes nas minhas horas de consulta, para poder proceder a uma investigação sistemática dos fatores sexuais em jogo na causação das neuroses de meus pacientes; e isso me trouxe um grande número de fatos novos que finalmente confirmavam minha convicção quanto à importância prática do fator sexual. [...] Compreendi que daquele momento em diante eu passara a fazer parte do grupo daqueles que ‘perturbaram o sono do mundo’, como diz Hebbel e que não poderia contar com objetividade e tolerância. [...] Dispuse-me a acreditar que tinha tido a sorte de descobrir fatos e ligações particularmente importantes, e resolvi aceitar o destino que às vezes acompanha essas descobertas. (FREUD, 1914a, p.31)

Devemos à psicanálise, a ampliação do conceito da sexualidade, e essa deve ser considerada de natureza dúplice:

Em primeiro lugar, a sexualidade está divorciada da sua ligação por demais estreita com os órgãos genitais, sendo considerada como uma função corpórea mais abrangente, tendo o prazer como a sua meta e só secundariamente vindo a servir às finalidades de reprodução. Em segundo lugar, os impulsos sexuais são considerados como incluindo todos aqueles impulsos meramente afetuosos e amistosos aos quais o uso aplica a palavra extremamente ambígua de 'amor'. (FREUD, 1925 [1924b]), p.51-52)

Outra extensão do conceito de sexualidade se justifica pelo fato de a pesquisa psicanalítica ter revelado que todos os impulsos afetuosos foram originalmente de natureza sexual, que se tornaram inibidos em sua finalidade ou sublimados. “A maneira como as pulsões sexuais podem assim ser influenciadas e desviadas lhes permite ser empregadas para atividades culturais de toda espécie, para as quais, realmente, prestam as mais importantes contribuições” (FREUD, 1925[1924b], p.52).

No estado inicial, a libido do indivíduo preenchia seu próprio ego e tinha esse por seu objeto, estado denominado de narcisismo ou amor próprio. Entretanto, esse estado nunca cessa por completo, o ego permanece como um grande reservatório de libido, do qual as catexias objetais são transmitidas e a libido pode refluir novamente a partir dos objetos. “Assim, a libido narcísica está sendo constantemente transformada em libido objetal, e vice-versa” (FREUD, 1925[1924b], p.72). Considerando as pulsões de autopreservação reconhecidas pela natureza libidinal, libido narcísica, o processo de recalque ocorre dentro da própria libido; a libido narcísica opõe-se à libido objetal, os interesses da autopreservação defendem-se contra as exigências do amor objetal e, também, contra as exigências da sexualidade.

O sintoma neurótico pressupõe uma obediência às exigências do ego, que manipula o recalque e oferece alguma vantagem ao ego, caso contrário, esse primeiro teria o mesmo destino do próprio impulso original que foi desviado. Assim, a doença passou a ser definida como uma “vantagem” “primária” e “secundária” do ego, a primeira atuante na gênese do sintoma e, a segunda sobrevivendo ligada a outras finalidades do ego, permitindo que o sintoma persista. A eliminação dessa vantagem da doença constitui um dos mecanismos da cura de um sintoma, e o conflito neurótico só se torna compreensível e admissível de solução quanto é remontado à sua pré-história, isto é, quando retorna ao caminho que sua libido percorreu quando adoeceu. Portanto, no “trabalho analítico”, segundo Freud (1925[1924b]), o primeiro item de realidade que o paciente deve lidar é com a sua doença, caso contrário, indica a incapacidade do analista de ajudá-lo a superar suas resistências ou, ainda, o receio dos resultados do seu próprio trabalho.

A psicanálise esbarrou na premente necessidade de alicerçar uma teoria das pulsões e envidar esforços no sentido de elaboração dessa teoria. Primeiramente, estabeleceu um contraste entre as pulsões do ego (as de autopreservação) e as pulsões libidinais (o amor), posteriormente, as substituiu pelo contraste estabelecido entre a libido narcísica e a libido objetual. Nas obras de *Além do princípio do prazer* (1920), *Psicologia de grupo e a análise do ego* (1921) e *O ego e o id* (1923), Freud encontrou uma nova solução para o problema das pulsões. Combinou, de um lado, pulsões para autopreservação e para a preservação da espécie sob o conceito de Eros e, de outro lado, uma pulsão de morte ou destruição atuando em silêncio.

A pulsão, em geral, é considerada como uma espécie de elasticidade das coisas vivas, um impulso no sentido da restauração que outrora existiu, mas que foi conduzida a um fim por alguma perturbação externa. Esse caráter essencialmente conservador das pulsões é exemplificado pelos fenômenos da compulsão de repetição. O quadro que a vida nos apresenta é o resultado da ação simultânea e mutuamente oposta de Eros e da pulsão de morte. (FREUD, 1925[1924b], p.73)

A própria tentativa de análise da criação poética e artística, em geral, foi vista como um penoso trabalho de transição entre o princípio de prazer para o princípio de realidade, ou seja, a substituição das satisfações pulsionais que deveriam ser abandonadas.

O artista, como o neurótico, se afastara de uma realidade insatisfatória para esse mundo da imaginação; mas, diferentemente do neurótico, sabia encontrar o caminho de volta daquela e mais uma vez conseguir um firme apoio na realidade. Suas criações, obras de arte, eram as satisfações imaginárias de desejos inconscientes, da mesma forma que os sonhos; e, como estes, eram da natureza de conciliações, visto que também eram forçados a evitar qualquer conflito aberto com as forças de recalque. Mas diferiam dos produtos a-sociais, narcísicos do sonhar, na medida em que eram calculados para despertar interesse compreensivo em outras pessoas, e eram capazes de evocar e satisfazer aos mesmos impulsos inconscientes repletos de desejos também nelas. (FREUD, 1925[1924b]), p. 81)

Na interpretação da obra artística e de seus autores/criadores, a proposta da psicanálise consistiu em tomar as inter-relações entre as impressões da vida do artista, suas experiências fortuitas e suas obras, a partir da interpretação da constituição mental e dos impulsos pulsionais em ação no artista durante seu processo de criação. A partir de Freud, os artistas e suas obras passaram a ser objeto de análise, embora não fosse o objetivo a elucidação do dom artístico, nem a explicação dos meios pelos quais o artista trabalha. Nos processos dos escritos imaginativos pode-se evidenciar a atuação dos mesmos mecanismos inconscientes presentes na elaboração onírica. Também nos chistes, a pesquisa psicanalítica revelou que em sua

essência os métodos técnicos eram os mesmos meios utilizados na elaboração onírica, isto é, a condensação, o deslocamento, a representação de uma coisa pelo seu *oposto*.

Freud recorreu várias vezes à obra *Totem e tabu* (1913[1912]) na tentativa de elucidar as investigações do sentimento de culpa inconsciente e de vincular a psicologia social à psicologia do indivíduo. O totemismo foi definido como o primeiro sistema de organização das tribos primitivas, com indícios de uma ordem social regida por uma religião rudimentar e o domínio de proibições, os tabus. Indícios que apontavam para a conclusão que todas as raças já haviam passado pela fase do totemismo, chegando-se, por fim, ao reconhecimento do assassinato do pai como o núcleo do totemismo e o ponto de partida para a formação da religião. “A refeição totem era o festival que comemorava o temível feito que decorria do sentimento de culpa do homem (ou ‘pecado original’) e que foi o começo, ao mesmo tempo, da organização social, da religião e de restrições éticas” (p.84-85).

Se em *Totem e tabu* (1913/1912) Freud investigara as origens da religião e da moralidade, o assunto foi abordado nos dois ensaios posteriores *O futuro de uma ilusão* (1927) e o *O mal-estar na civilização* (1930). Ocasão em que pôde perceber de maneira mais clara:

[...] os fatos da história, as interações entre a natureza humana, o desenvolvimento cultural e os precipitados das experiências primitivas (cujo exemplo mais proeminente é a religião) não passam de um reflexo dos conflitos dinâmicos entre o ego, o id e o superego que a psicanálise estuda no indivíduo – são os mesmíssimos processos repetidos numa fase mais ampla. (FREUD, 1925 [1924b], p.90)

Dentre os diversos fatores resultantes de seu “trabalho” e que transformaram a psicanálise, Freud destaca a teoria do recalque e da resistência, o reconhecimento da sexualidade infantil e a interpretação e exploração de sonhos como fonte de conhecimento do inconsciente. Das descobertas mais específicas do “trabalho analítico”, o surgimento da transferência no tratamento das neuroses sob a forma francamente sexual – seja de afeição ou de hostilidade –, é a prova mais irrefutável de que a origem das forças impulsionadoras de neurose está na vida sexual. No entanto, a teoria do recalque é a pedra angular sobre a qual Freud repousa toda a estrutura da psicanálise.

Entre os outros novos fatores que foram acrescentados ao processo catártico como resultado de meu *trabalho* e que o transformou em psicanálise, posso mencionar em particular a teoria do recalque e da resistência, o reconhecimento da sexualidade infantil e a interpretação e exploração de sonhos como fonte de conhecimento do inconsciente. (FREUD, 1914a, p.25)

Para finalizar, trazemos uma preocupação de Freud de que seu trabalho não desse a impressão de ter deixado de lado a observação de pacientes e se entregado simplesmente à especulação. “Ao contrário, sempre fiquei no mais íntimo contato com o material analítico e jamais deixei de *trabalhar* em pontos detalhados de importância clínica ou técnica” (FREUD, 1925[1924b], p.75).

## 1.2.2. O ‘trabalho’ em conceitos freudianos

### 1.2.2.1. Trabalho do sonho

Apresentaremos, a seguir, algumas definições do tema ‘trabalho’, a partir da designação freudiana do “trabalho do sonho”, visando demonstrar que o modo de funcionamento do aparelho psíquico realiza uma dispendiosa tarefa de elaboração onírica para fugir à ação da censura do recalque e permitir a manifestação de desejos inconscientes.

Segundo Freud (1924 [1923]), a fórmula que melhor atende à essência do sonho é a seguinte:

[...]o sonho é uma realização (disfarçada) de um desejo (reprimido). O estudo do processo que transforma o desejo latente realizado no sonho no conteúdo manifesto do mesmo – processo conhecido como ‘*trabalho* do sonho’ – ensinou-nos a maior parte do que sabemos sobre a vida mental inconsciente. (FREUD, (1924[1923], p.249)

O interesse de Freud pelos sonhos está no fato de serem realmente fenômenos mentais e o objetivo de seu “trabalho” pode ser comparado ao almejado em todo “trabalho científico”: “compreender os fenômenos, estabelecer uma correlação entre os mesmos e, como fim último, aumentar, se possível, nosso poder sobre esses fenômenos. Nesse consenso, prosseguimos com nosso *trabalho* baseados na hipótese de que os sonhos são fenômenos psíquicos” (FREUD, 1916[1915-16], p.125).

No “trabalho de interpretação” dos sonhos, quando há forte resistência, é preciso percorrer longas cadeias de associações a partir do elemento onírico, e esse caminho requer vencer todas as dificuldades representadas pelas objeções críticas. Aquilo que é encontrado como resistência no “trabalho de interpretação” é denominado como censura dos sonhos. O “trabalho”, que transforma o sonho latente em manifesto, é denominado elaboração onírica. E cabe ao “trabalho interpretativo” procurar decifrar a elaboração onírica, desfazer as transformações dos pensamentos possíveis através de imagens visuais do sonho. Na

interpretação, parte-se do sonho manifesto ao sonho latente, isto é, um “trabalho” no sentido oposto ao do sonho. O “trabalho do analista” está, muitas vezes, na contramão do “trabalho do paciente”, ou seja, desfazer as tramas tecidas pelo aparelho psíquico e zelar pelo restabelecimento da saúde dele.

No neurótico os sonhos, as parapraxias e as associações livres referentes aos mesmos auxiliam na descoberta do sentido dos sintomas e a revelação de como libido se distribui. Freud acrescenta:

Eles nos mostram, na forma de uma realização de desejo, quais impulsos plenos de desejos foram sujeitos ao recalque e a quais objetos a libido retirada do ego foi ligada. Por esse motivo, a interpretação dos sonhos desempenha um papel importante em um tratamento psicanalítico, e, em alguns casos, ela é, por longos períodos, o mais importante instrumento de nosso *trabalho*. (FREUD, 1917[1916-17]/1976, p.533)

Os sonhos são preciosos objetos do “trabalho de análise” e, por isso, adquirem relevância especial no decorrer do tratamento psicanalítico.

Em *A interpretação dos sonhos*, Freud (1900) considera o deslocamento e a condensação como dois fatores dominantes, cuja atividade, em essência, pode ser atribuída à forma final assumida pelo sonho. Compete ao processo interpretativo da análise restaurar conexões e processos que o “trabalho do sonho” desfez.

A elaboração onírica é definida por um processo no qual os pensamentos inconscientes do sonho se disfarçam no conteúdo manifesto. Também é considerado um processo de grande interesse teórico por permitir o estudo dos processos psíquicos em dois sistemas distintos: consciente e inconsciente. Entre tais processos ressaltam notavelmente a condensação e o deslocamento.

A elaboração onírica é um caso especial da influência recíproca de agrupamentos mentais diversos, isto é, o resultado da divisão psíquica, e parece essencialmente idêntico ao *trabalho* de deformação que transforma em sintomas os complexos cujo recalque fracassou. (FREUD, 1910a, p.34)

Uma relação lógica, extremamente favorecida pelo mecanismo de formação do sonho, é a relação de semelhança, consonância ou aproximação; nela são possíveis múltiplas maneiras de representação. Os paralelos ou semelhanças inerentes ao material dos pensamentos do sonho constituem a base para a construção do sonho. Essa representação da relação de semelhança é favorecida pelo “trabalho de condensação” do sonho. No “trabalho

do sonho”, parte significativa é dedicada a criar novos paralelos onde os materiais, já presentes, não conseguem penetrar no sonho em função da censura imposta pela resistência.

Nos sonhos, a existência de outra relação distinta do “trabalho de condensação” – e considerada também um processo essencial no “trabalho do sonho” – é designada “trabalho de deslocamento”. Esse processo de “deslocamento do sonho” ocorre quando, no sonho, entra em ação uma força psíquica que, por um lado, despoja elementos de alto valor psíquico de sua intensidade através do mecanismo de sobredeterminação e, por outro lado, cria com os elementos de baixo valor psíquico novos valores que penetram no conteúdo do sonho. A força psíquica, que se manifesta nos fatos do deslocamento do sonho, faz com que o conteúdo onírico não mais se assemelhe ao núcleo dos pensamentos do sonho. É essa distorção do desejo do sonho que existe no inconsciente. O deslocamento do sonho é um dos principais métodos, pelos quais a distorção é alcançada, e que ocorre pela influência da censura da defesa endopsíquica. A condição que deve ser atendida pelos elementos dos pensamentos, que penetram no sonho, é que eles precisam escapar da censura imposta pela resistência. Tanto o deslocamento como a condensação são dois fatores dominantes, cuja atividade, em essência, pode-se atribuir a forma assumida pelos sonhos. Caberá ao processo interpretativo a restauração dos vínculos que o “trabalho do sonho” desfez.

Os pensamentos oníricos essenciais são aqueles que emergem de um complexo de ideias, e das lembranças da intrincada estrutura oriunda de atributos das cadeias de ideias familiares na vida de vigília. Cada cadeia de ideias é quase invariavelmente acompanhada por sua contrapartida contraditória, e por uma associação antitética a ela vinculada. Essa cadeia de ideias possui sofisticada estrutura de funcionamento que lhe permite manter diferentes conexões lógicas. As conexões lógicas ocorrem quando os pensamentos do sonho são submetidos à pressão do “trabalho do sonho”, e seus elementos são transformados em fragmentos e aglutinados, sendo responsáveis pela formação da estrutura do sonho.

Nos sonhos, a existência de relações lógicas, entre os pensamentos oníricos, permite uma mudança no método de representação característico dos sonhos. A experiência de Freud demonstra que os sonhos variam muito na sua forma de representação. Enquanto alguns sonhos desprezam totalmente sua sequência lógica, outros visam dar uma indicação o mais completa possível dessa sequência. Dessa forma, os sonhos se afastam ora mais ou ora menos do material de que dispõem para manipular. Os sonhos também variam no tratamento da sequência cronológica dos pensamentos, assim como, simplesmente desconsideram a categoria dos contrários e dos contraditórios.



Seja por semelhança, consonância ou posse de atributos normais, tudo é representado nos sonhos pela unificação que se fará presente no material dos pensamentos do sonho. A unificação permite duas possibilidades de representação: a primeira, denominada “identificação” e, a segunda, “composição”. Assim, essa figura obtida por identificação ou por composição torna-se admissível ao conteúdo do sonho livre da censura e, dessa forma, utilizando a condensação do sonho, foram atendidas as reivindicações da censura onírica. Essa possibilidade de criar estruturas compostas é destacada como a mais importante dentre as diversas características que emprestam aos sonhos uma aparência fantástica, pois ela introduz elementos no conteúdo dos sonhos que não seriam passíveis de objetos da percepção da realidade.

Esse processo psíquico de construir imagens compostas nos sonhos é similar ao pensamento na vida de vigília. As estruturas compostas nos sonhos podem ser formadas de diversas maneiras. Há situações em que os objetos-alvos de condensação em uma só unidade são bem incongruentes e, nesse caso, o “trabalho do sonho” cria uma estrutura composta com um núcleo distinto, acompanhado de diversos traços menos distintos, gerando duas representações superpostas e produzindo algo da ordem de uma competição entre as duas imagens visuais.

Nos sonhos, existe ainda a possibilidade de se expressar a relação de uma contradição. Uma dessas classes é denominada “contrários”, ou seja, casos em que uma ideia, mediante a troca ou substituição, pode ser posta em ligação com o contraste. Outra classe de contrários representada nos pensamentos do sonho pode ser descrita como “justamente inverso”. A inversão ou transformação de uma coisa em seu oposto é um dos meios de representação mais favorecidos pelo “trabalho do sonho”, além de passível de utilização dos mais diversos sentidos. Ela serve para expressão da realização de um desejo em referência a algum elemento específico dos pensamentos do sonho, além de ter uma utilidade muito especial de auxílio no que tange à censura, pois produz uma distorção do assunto do material a ser representado no sonho. Outra inversão que não deve ser negligenciada no material do sonho é a inversão cronológica.

De fato, em alguns casos, somente é possível chegar a um sentido do sonho após várias inversões de seu conteúdo e de diversos aspectos representados. Um estudo, das relações entre o conteúdo do sonho e os pensamentos do sonho, requer considerar o que certas características formais do “método” de representação nos sonhos significam em relação aos pensamentos subjacentes a elas.

De fato, para Freud, ocorre, entre o material dos pensamentos oníricos e o sonho, uma completa “transposição de todos os valores psíquicos”, citando uma expressão de Nietzsche. Em muitos sonhos, um derivado direto, daquilo que ocupa uma posição dominante nos pensamentos do sonho, só pode ser descoberto em algum elemento transitório do sonho ofuscado por imagens mais poderosas. A intensidade dos elementos de um sonho revela outra determinação e dois fatores independentes. Em primeiro lugar, os elementos, pelos quais a realização de desejo se expressa, são representações de especial intensidade. E, em segundo, os elementos mais nítidos, nas cadeias de ideias, são, também, aqueles que possuem o maior número de determinantes. “O *trabalho* do sonho se serve do sonhar como forma de repúdio, confirmando assim a descoberta de que os sonhos são realizações de desejos” (FREUD, 1900, p.321-322).

Para atingir o objetivo de expressão de uma representação tolhida pela censura, o “trabalho do sonho” poderá servir-se de quaisquer simbolizações presentes no inconsciente, desde que atenda aos requisitos formadores do sonho, isto é, melhor representabilidade, capacidade de escapar à censura da consciência. Este trabalho utiliza-se, na forma de cálculo, de números que se acham presentes nos pensamentos oníricos e podem servir de alusões a um material incapaz de outra forma de representação do pensamento. Dessa forma, os números, assim como a representação de nomes próprios ou palavras, todos são tratados como um meio de expressão do pensamento.

O “trabalho do sonho” não pode criar ditos, por isso extrai dos pensamentos fragmentos de ditos pronunciados ou ouvidos, trata esses fragmentos de maneira arbitrária, retira-os do contexto, incorpora ou descarta algumas partes, os reúne em uma nova ordem, de forma que um dito compõe-se de vários fragmentos desconexos. Na produção de uma nova versão de expressão de um dito, o sonho pode abandonar o sentido original das palavras no pensamento e criar para eles outros sentidos. Um dito expresso no sonho, apesar de suas novas configurações, poderá ter sua origem rastreada a ditos da realidade proferidos ou ouvidos pelo sonhador.

O sonho pode ser definido como um conglomerado que deve ser novamente decomposto na análise para fins de investigação. Mas, o sonho não decorre exclusivamente da ação dos pensamentos oníricos, também participa de sua construção, uma força psíquica que cria uma aparente concatenação, isto é, submete o material produzido pelo “trabalho do sonho” em uma “elaboração secundária”. Essa função psíquica é indistinguível dos pensamentos de vigília. O sonho, submetido a uma extensa elaboração da função psíquica secundária, parece ter o sentido de um pensamento de vigília; no entanto, esse sentido é bem

distante de sua verdadeira significação. Esse tipo de sonho revela que a elaboração secundária manipulou livremente o material e preservou ao mínimo as relações existentes nesse material.

A “elaboração secundária” põe em ação a atividade que consegue ter livre vazão na criação de sonhos diurnos sem ser inibida por quaisquer outras influências. Esses sonhos reproduzem, através da repetição, uma fantasia diurna que tenha permanecido inconsciente e, nesse caso, o “trabalho do sonho” será se apossar do sonho diurno já pronto e introduzi-lo no conteúdo do sonho. A “elaboração secundária” é, sem dúvida, uma configuração do “trabalho do sonho”.

Na apresentação das características das fantasias e dos sonhos, ambos são descritos por Freud (1900) como realizações de desejos vinculados às impressões de experiências infantis, considerados os precursores imediatos dos sintomas histéricos e partilham de propriedades similares, conforme podemos verificar na citação a seguir:

[...] Os sintomas histéricos não estão ligados a lembranças reais, mas a fantasias construídas com base em lembranças. [...] Uma investigação mais detida das características dessas fantasias diurnas revela-nos como é acertado que essas formações recebam a mesma designação que damos aos produtos de nosso pensamento durante a noite – ou seja, a designação de “sonhos”. [...] Como os sonhos, elas são realizações de desejos; como os sonhos, baseiam-se, em grande medida, nas impressões de experiências infantis; como os sonhos, beneficiam-se de certo grau de relaxamento da censura. Se examinarmos sua estrutura, perceberemos como o motivo de desejo que atua em sua produção mistura, rearranja e compõe num novo todo o material de que eles são construídos. (FREUD, 1900, p.454)

Freud conclui que o “trabalho do sonho” consiste em transformar o conteúdo latente dos sonhos no conteúdo manifesto, e sua contrapartida leva a transformação da atividade psíquica na direção oposta, conhecida como o “trabalho de análise”. Sobre “A psicologia dos processos oníricos”, complementa: “A interrupção na análise se revela como um derivado e um instrumento da resistência psíquica: tudo o que interrompe o progresso do ‘trabalho analítico’ é uma resistência” (FREUD, 1900, p.475). O “trabalho psíquico” possui uma “força” que age no sentido contrário da análise: a resistência.

A essência do método de decifração reside no fato de o “trabalho de interpretação” não ser aplicado ao sonho como um todo, mas a cada parcela independente do conteúdo do sonho, como se o sonho fosse um conglomerado geológico, em que cada fragmento de rocha exigisse uma análise isolada. E acrescenta: “Quando o ‘trabalho de interpretação’ se conclui, percebemos que o sonho é a realização de um desejo” (FREUD, 1900, p.140).

Os sonhos, em a *A interpretação dos sonhos* (1900), em geral, podem ser interpretados e, concluído esse “trabalho de interpretação”, o conteúdo dos sonhos pode ser substituído por

pensamentos impecavelmente construídos, passíveis de ser inseridos num ponto reconhecível no encadeamento anímico. No “trabalho psicanalítico”, os sintomas possuem mais de um significado e representam simultaneamente diversos cursos inconscientes do pensamento, o que torna o “trabalho psíquico” ainda mais elaborado.

A análise da fantasia, a serviço do material onírico, também permitiu a Freud (1900) definir a função do “trabalho do sonho” no processo de acelerar o pensamento. A utilização de uma fantasia pelo “trabalho do sonho”, ao invés de compô-la a partir do material dos pensamentos oníricos, poderá ajudar na solução de um dos mais interessantes enigmas relacionados com os sonhos, ou seja, à conclusão de que o “trabalho do sonho” possui a capacidade de acelerar de forma extraordinária os processos de pensamento.

Freud relembra que aprendemos as leis que regulam a passagem de acontecimentos no inconsciente e as regras que nos ajudam a diferenciá-lo do pensamento desperto. “Assim, a elaboração onírica é essencialmente um exemplo do *trabalho* inconsciente dos processos de pensamento pré-conscientes” (FREUD, (1940[1938a]) p.193). Resta, ainda, na sua avaliação, uma explicação dinâmica do motivo pelo qual o ego adormecido se dá o trabalho da elaboração onírica. A explicação, segundo nosso autor, é fácil. Todo sonho, em processo de formação, com a ajuda do inconsciente, faz uma exigência ao ego, isto é, a satisfação de uma pulsão, se a origem do sonho se encontra no id. Mas se o sonho se origina de um resíduo da atividade pré-consciente na vida de vigília, a exigência é a solução de um conflito, a remoção de uma dúvida ou a formação de uma intenção.

Finalizando a descrição do “trabalho dos sonhos”, o sonho possui quatro fatores formadores: a tendência à condensação, o imperativo de fugir à censura, a consideração da representabilidade pelos recursos psíquicos acessíveis ao sonho através do deslocamento e a elaboração secundária dos conteúdos dos sonhos. A atividade anímica é composta de duas funções: a produção dos pensamentos oníricos e a transformação de seu conteúdo. Os pensamentos oníricos são racionais e formados com dispêndio de toda energia psíquica possível e pertencem à categoria dos pensamentos que só se tornam conscientes após algum processo de modificação. A outra função, a transformação de pensamentos inconscientes em conteúdo do sonho, é uma característica peculiar da vida onírica.

O “trabalho do sonho” é inteiramente diferente do pensamento de vigília em termos qualitativos e, em princípio, não são comparáveis. Esse trabalho, por um lado, pode parecer descuidado, irracional, incompleto, sem julgamento, e se restringe a dar às coisas uma forma diferente; mas, por outro lado, é descritível e precisa satisfazer inúmeras condições para produzir o sonho como resultado. O sonho precisa acima de tudo escapar à censura e, para

atingir esse propósito, o “trabalho do sonho” utiliza o deslocamento das intensidades psíquicas levando, inclusive, a uma transmutação de todos os valores psíquicos. Esse trabalho usa exclusivamente a reprodução de pensamentos oriundos dos traços mnêmicos visuais e acústicos e, desde que atenda à representabilidade, novos deslocamentos são efetuados.

Tendo em vista a necessidade de produzir intensidades maiores do que as disponíveis nos pensamentos oníricos, para atingir essa finalidade o “trabalho do sonho” utiliza a condensação dos componentes dos pensamentos oníricos. Quanto aos afetos ligados aos pensamentos oníricos, esses são suprimidos, mas quando retidos são desligados das representações a que pertencem. E pouca atenção é dada às relações lógicas existentes entre os pensamentos.

O “trabalho do sonho” revela a capacidade psíquica de valer-se de diversos mecanismos para escapar à ação do recalque e conseguir que um conteúdo latente possa chegar à consciência, ainda que de maneira pouco elucidativa. Trata-se de uma modalidade de pensamento extremamente complexa e elaborada, que dá provas irrefutáveis do dispendioso trabalho para a realização de um desejo pela via do “trabalho do sonho”.

A seguir, dando sequência à identificação das diversas acepções da palavra “trabalho” ao longo da obra de Freud, será apresentada a categoria “trabalho psíquico” e suas diversas manifestações, explicitando a capacidade produtiva do modo de funcionamento do aparelho psíquico.

#### **1.2.2.2. Trabalho psíquico**

Os pensamentos, segundo Freud (1912b), são resíduos do “trabalho psíquico” diurno e, nos sonhos, tornam-se ativos e surgem na consciência. Para tal, esses pensamentos sofrem uma deformação e são representados por três partes, uma parte fica no inconsciente, outra parte ocupa a consciência e, outra, inconsciente surgindo na consciência.

Freud (1901), nos dá uma definição do “trabalho psíquico” nas psiconeuroses, nos sonhos e atos falhos, ao afirmar que esse “trabalho” pode ser melhor compreendido à luz do conhecimento advindo dos sintomas psiconeuróticos e das formações psíquicas da histeria e da neurose obsessiva, pois esses últimos repetem, em seu mecanismo, todas as características essenciais do modo de trabalhar presente nos atos falhos e na elaboração onírica.

Outra importante referência do “trabalho psíquico” está no conceito de pulsão, como uma exigência de trabalho ao aparelho psíquico. “Pulsão, portanto, é um dos conceitos da delimitação entre o anímico e o físico” (FREUD, 1905a, p.171). [...] “A hipótese mais simples e mais indicada sobre a natureza da pulsão seria que, em si mesma, ela não possui qualidade

alguma, devendo apenas ser considerada como uma medida da exigência de *trabalho* feita à vida anímica” (idem, p.171). E acrescenta: “O que distingue as pulsões entre si e as dota de propriedades específicas é sua relação com suas fontes somáticas e seus alvos” (idem, ibidem, p.171).

Identificamos uma alusão sobre o “trabalho psíquico” e a utilização da palavra na representação das coisas e na significação:

Em um grupo desses chistes (jogos de palavras) a técnica consistia em focalizar nossa atitude psíquica em relação ao som da palavra em vez de seu sentido – em fazer com que a apresentação (acústica) da palavra tomasse o lugar de sua significação, tal como determinada por suas relações com as representações das coisas. Pode-se justificadamente suspeitar que ao fazer isso estamos operando um grande alívio no *trabalho* psíquico e que, ao utilizar as palavras seriamente, obrigamo-nos a um certo esforço ao nos abstermos desse procedimento confortável. (FREUD, 1905b, p.141)

Outra referência nos é dada, ao aproximar “trabalho mental” e “trabalho do criador” a partir da realização de um desejo originário de uma lembrança da infância. A investigação do “trabalho criador” do escritor permite uma ligação deste com o “trabalho mental”, pois o processo criativo vincula-se a uma impressão atual que desperta um dos principais desejos do sujeito, retrocedendo à lembrança de uma experiência anterior, em geral da infância, na qual esse desejo foi realizado, capaz de criar no futuro uma situação que representa a realização do desejo.

O que se cria então é um devaneio ou fantasia, que encerra traços de sua origem a partir da ocasião que o provocou e a partir da lembrança. Dessa forma o passado, o presente e o futuro são entrelaçados pelo fio do desejo que os une. (FREUD, 1908/1907, p.153)

Freud (1908) nos traz uma referência ao “trabalho intelectual”. O fracasso das teorias sexuais da infância é o protótipo do “trabalho intelectual” posterior aplicado à solução de problemas e deixará efeito cerceante sobre todo o futuro da criança. Tal efeito é decorrente do processo de investigação e elaboração acerca da origem dos bebês e da diferença sexual, denominado teorias sexuais, momento em que a criança experimenta seu primeiro “conflito psíquico”. Nesse conflito, um conjunto de suas concepções dominantes ficará consciente e, outra parte, o conjunto em que o “trabalho de investigação infantil” coligiu novas provas, tornar-se-á recalcada e inconsciente. O malogro de seus esforços intelectuais a faz rejeitá-los e esquecer-los e, dessa maneira, está configurado o complexo nuclear de uma neurose.

O “trabalho psíquico” na neurose obsessiva é, também, apresentado por Freud (1896b). Existe um “gozo sexual” prematuro na origem da etiologia da neurose, que pode ser um evento sexual na tenra infância, e quando a análise reconhece o significado das representações obsessivas, sua expressão não passa de recriminações dirigidas pelo sujeito a si mesmo, ou melhor, recriminações distorcidas por um “trabalho psíquico” inconsciente de transformação e substituição. Também em 1896a, a ruminação obsessiva bem-sucedida versa sobre coisas abstratas e supra-sensuais, que podem ser justificadas em virtude de representações recalçadas referidas invariavelmente à sensualidade. E, ainda, o paciente pode, ele próprio, tentar controlar suas representações obsessivas por meio de um “trabalho lógico” e pelo recurso às suas lembranças conscientes. Em 1897, a natureza e o mecanismo da neurose são apresentados por representações obsessivas como autocensuras transformadas, ou seja, que reemergiram do recalçamento e, por isso, são sempre relacionadas com algum ato sexual praticado com prazer na infância. Nesse caso, deve-se investigar o curso desse retorno do recalçado, bem como o “trabalho de defesa” primária e secundária.

Em Freud (1913a), há uma comparação entre a mudança de caráter e a neurose obsessiva – enquanto na primeira tem-se uma regressão completa, na neurose há conflito, um “trabalho psíquico”, um esforço para impedir que a regressão ocorra através de formações reativas e de sintomas, há uma divisão entre as atividades psíquicas admissíveis à consciência e aquelas inconscientes.

Na análise de uma fobia em um menino de cinco anos, também destacamos o “trabalho psíquico” do paciente fóbico para livrar-se da ansiedade, uma vez instalada a neurose de angústia. Freud (1909) descreve o “trabalho da mente”, no processo de defesa do paciente fóbico, quanto aos fatores desencadeantes de ansiedade por meio da criação de medidas restritivas em sua vida. A histeria de angústia pode facilmente transformar-se em uma fobia e, quando isso ocorre, o paciente consegue se livrar da ansiedade ao preço de sujeitar-se a diversas restrições e inibições. Na histeria de angústia a mente está em constante “trabalho” com o objetivo de ligar psiquicamente a ansiedade liberada. Entretanto, esse “trabalho” não consegue transformar a ansiedade em libido e nem estabelecer qualquer contato com os complexos que foram fonte da libido. Por isso, nada resta a fazer, a não ser cortar todo o acesso a qualquer motivo que desencadeie o desenvolvimento de ansiedade, ou seja, erigindo barreiras mentais de precauções, inibições ou proibições. E são essas estruturas protetoras que se configuram sob a forma de fobias e constituem a essência da doença do paciente.

Na fase inicial, o trabalho do recalque é bem diferente do que ocorre mais tarde, pois de início o recalque é bem-sucedido, o conteúdo ideacional é rejeitado e o afeto desaparece. No fracasso do recalque, o fator quantitativo afetivo coloca em jogo o mecanismo de fuga por meio de evitação e proibições. A rejeição da ideia oriunda do consciente é mantida, pois provoca a abstenção que vem da ação, e ocorre um aprisionamento motor do impulso, prolongando o trabalho do recalque numa luta estéril e interminável.

Devido ao recalque do impulso afetivo ou emocional, um representante adequado é obrigado a se ligar a outra ideia para manifestação na consciência, conforme Freud (1915c). Contudo, se restaurarmos a verdadeira conexão, o impulso afetivo original é inconsciente, mas seu afeto nunca o foi e sim sua ideia sofreu recalque. As expressões “afeto inconsciente” e “emoção inconsciente” são vicissitudes sofridas pelo fator quantitativo no impulso pulsional, em consequência do recalque. São três vicissitudes possíveis: “[...] o afeto permanece, no todo ou em parte, como é; ou é transformado numa quota de afeto qualitativamente diferente, sobretudo em ansiedade; ou é suprimido, isto é, impedido de se desenvolver” (FREUD, 1915c, p.204). A verdadeira finalidade do recalque constitui em suprimir o desenvolvimento do afeto e seu trabalho ficará incompleto se essa finalidade não for atingida. Sempre que restauramos esses afetos, isto é, quando desfazemos o trabalho do recalque em inibi-los em seu desenvolvimento, eles são denominados de “inconscientes”.

Segundo Freud (1915b), o recalque apenas substitui uma ideia, falhando em poupar o desprazer e, por esse motivo, o trabalho da neurose não cessa e prossegue até atingir seu propósito imediato. Na fobia, o que se segue é uma tentativa de fuga por meio da formação da fobia, evitâncias destinadas a impedir a liberação da angústia. A neurose obsessiva tem por base uma regressão graças à substituição de uma tendência sádica por uma afetiva, ou seja, é esse impulso hostil contra alguém amado que se acha sujeito ao recalque.

O “trabalho psíquico” do paciente paranoico é descrito por Freud (1911), seguindo o modelo mental do sonho, há claros sinais de um trabalho particularmente intenso de formação delirante. A formação delirante é uma tentativa de restabelecimento, um processo de reconstrução, que desfaz o trabalho do recalque e traz de volta a libido para as pessoas que ela havia abandonado, processo esse efetuado pelo método da projeção. Já, em 1912a, o paciente neurótico, sob a influência de uma pessoa por meio dos fenômenos transferenciais, deve ser levado a realizar um “trabalho psíquico” que resulte em melhora constante de sua situação psíquica.

O luto e a melancolia são descritos como dispendiosos “trabalhos psíquicos”. Freud (1917[1915]) se questiona: “Em que consiste, portanto, o *trabalho* que o luto realiza?”



(p.276). O luto é apresentado pelo teste da realidade sob a forma de uma revelação ao indivíduo de que o objeto amado não mais existe e, por isso, exige-se que toda libido seja retirada de suas ligações com aquele objeto. Essa exigência provoca uma oposição compreensível e o domínio da realidade se faz fragmentariamente de forma penosa. “Contudo, o fato é que, quando o *trabalho* do luto se conclui, o ego fica outra vez livre e desinibido” (p.277).

No luto, a inibição e a perda de interesse são perfeitamente explicadas pelo trabalho do luto, o qual absorve muito do ego. A melancolia resulta num trabalho interno semelhante; entretanto, a inibição do melancólico é enigmática pelo fato de não podermos ver o que é que o está absorvendo tão completamente. O melancólico também possui uma extraordinária redução de sua autoestima, um grande empobrecimento de seu ego. Seu desinteresse e incapacidade de amar e realizar é um efeito de um trabalho interno que lhe consome o ego, trabalho esse desconhecido, mas comparável ao do luto.

O luto necessita de um tempo para que o domínio do teste da realidade realize um trabalho e o ego consiga libertar sua libido do objeto perdido; ocorre um trabalho similar ao luto com o ego do melancólico. As lembranças e situações demonstram a ligação da libido ao objeto perdido e se defrontam com o veredito da realidade de que o objeto não mais existe. O ego, confrontado, será persuadido – pela soma das satisfações narcisistas e pelo fato de estar vivo – a romper sua ligação com o objeto perdido. “Talvez possamos supor que esse *trabalho* de rompimento seja tão lento e gradual, que, na ocasião em que tiver sido concluído, o dispêndio de energia necessária a ele também se tenha dissipado” (p.288).

No trabalho da melancolia, o ego se degrada e se enfurece contra si mesmo. Podemos fazer uma analogia essencial entre o trabalho da melancolia e o do luto: assim como o luto compele o ego a desistir do objeto, oferecendo ao ego o incentivo de continuar a viver, distende a fixação da libido ao objeto, depreciando-o e matando-o. No trabalho da melancolia, portanto, a consciência está cônica de uma parte que não é essencial, e nem sequer é uma parte à qual possamos atribuir o mérito de ter contribuído para o término da doença. Vemos que o ego se degrada e se enfurece contra si mesmo, e compreendemos tão pouco sobre a que isso pode levar o paciente e como pode modificar-se. De forma mais imediata, podemos atribuir tal função à parte inconsciente do trabalho, pois não é difícil perceber uma analogia essencial entre o trabalho da melancolia e o do luto. Do mesmo modo que o luto compele o ego a desistir do objeto, declarando-o morto e oferecendo ao ego o incentivo de continuar a viver, assim também cada luta isolada da ambivalência distende a fixação da libido ao objeto,

depreciando-o, denegrindo-o e mesmo, por assim dizer, matando-o. Eis a conclusão de Freud sobre o término do trabalho da melancolia:

O acúmulo de catexia que, de início, fica vinculado e, terminado o *trabalho* da melancolia, se torna livre, fazendo com que a mania seja possível, deve ser ligado à regressão da libido ao narcisismo. O conflito dentro do ego, que a melancolia substitui pela luta pelo objeto, deve atuar como uma ferida dolorosa que exige uma anticatexia extraordinariamente elevada. (FREUD, 1917 [1915], p.291)

Temos outra descrição do “trabalho psíquico” em decorrência da pulsão de vida e de morte. Freud (1920) comenta sobre sua crença inicial na dominância do princípio de prazer na vida mental e a hipótese de que o aparelho mental se esforçaria por manter a menor quantidade possível de excitação ou mantê-la constante. Nessa hipótese, qualquer coisa que aumentasse a quantidade de excitação estaria fadada a ser sentida como adversa ao funcionamento do aparelho, e, portanto, como desagradável. Os sentimentos provenientes internamente não são apenas de prazer e desprazer, mas também de uma tensão que tanto pode ser agradável quanto desagradável. As pulsões de vida têm muito mais contato com nossa percepção interna e produzem tensões cujo alívio é sentido como prazer. Já as pulsões de morte parecem efetuar seu trabalho discretamente. Assim, o princípio de prazer parece servir às pulsões de morte. Os estímulos provindos de fora são vistos por ambas as pulsões como ameaças, e o princípio de prazer mantém guarda contra esses estímulos, mas se acha mais especialmente em guarda contra os aumentos de estimulação provindos de dentro, que tornariam mais difícil a tarefa de viver.

No modo de funcionamento das instâncias psíquicas, somos apresentados à assertiva de que o próprio ego é também inconsciente:

Deparamo-nos com algo no próprio ego que é também inconsciente, que se comporta exatamente como o reprimido – isto é, produz efeitos poderosos sem ele próprio ser consciente e que exige um *trabalho* especial antes de poder ser tornado consciente. (FREUD, 1923, p.30)

Tal descoberta trará dificuldades se mantivermos nossas formas habituais de derivar a neurose de um conflito entre o consciente e o inconsciente, pois teremos que substituir essa antítese por outra, a antítese entre o ego coerente e o reprimido que é expelido dele. Assim, a diferenciação da mente em id, ego e superego deverá nos capacitar a compreender as relações dinâmicas dentro da mente e descrevê-las com mais clareza. O ego se acha sob a influência da percepção e essas percepções têm para o ego a mesma significação que as pulsões para o id, ao mesmo tempo, o ego encontra-se sujeito à influência das pulsões, tal como o id.

Mediante o “trabalho psíquico” de identificação e sublimação, o ego ajuda as pulsões de morte do id a terem o controle da libido, nesse processo o ego corre o risco de tornar-se objeto das pulsões de morte e de ele próprio perecer. Para ajudar, o ego precisa acumular libido dentro de si, tornar-se o representante de Eros e seguir querendo viver e ser amado.

As perigosas pulsões de morte são tratadas no indivíduo de diversas maneiras: em parte são tornadas inócuas por sua fusão com componentes eróticos; em parte são desviadas para o mundo externo sob a forma de agressividade; enquanto que em grande parte continuam, sem dúvida, seu *trabalho* interno sem estorvo. (FREUD, 1923, p.70)

O “trabalho de sublimação” do ego também resulta numa desfusão das pulsões e numa liberação das pulsões agressivas pelo superego. Em sua luta contra a libido, o ego expõe-se aos maus-tratos e morte. O ego sofre os ataques do superego, e a moralidade parece ser um produto de decomposição semelhante. Já o id não possui recursos para demonstrar ao ego amor ou ódio. Eros e a pulsão de morte lutam dentro dele.

A atividade mental humana é orientada no sentido de obter controle sobre o mundo externo. Quanto à outra parte, altamente prezada, a do trabalho mental criativo, lê-se: “[...] o *trabalho* mental criativo serve para a realização de desejos – para a satisfação substitutiva dos desejos reprimidos que, desde os dias da infância, vivem insatisfeitos no espírito de cada um de nós” (FREUD, 1924[1923], p.257). As criações, cuja vinculação com um inconsciente incompreensível, foram elucidadas pela psicanálise: áreas como a mitologia, a ciência da literatura e da psicologia dos artistas.

Nossa vida psíquica normal apresenta oscilações entre a liberação de prazer, ora relativamente fácil, ora difícil, paralelamente ao que ocorre na diminuição ou aumento de desprazer. Entretanto, a complexa estrutura de nosso aparelho mental admite grande número de outras influências, e a satisfação da pulsão provoca em nós a felicidade, caso contrário, instala-se o sofrimento. Quando tentamos controlar nossa vida instintiva, os agentes psíquicos se sujeitam ao princípio da realidade, a meta da satisfação é mantida e garante uma proteção contra o sofrimento da não satisfação, porém, há uma inegável redução nas potencialidades de satisfação. “O sentimento de felicidade derivado da satisfação de um selvagem impulso pulsional não domado pelo ego é incomparavelmente mais intenso do que o derivado da satisfação de uma pulsão que já foi domada” (FREUD, 1930 [1929], p.98).

Outra técnica para afastar o sofrimento consiste no emprego dos deslocamentos de libido; a tarefa consiste em reorientar os objetivos pulsionais através da sublimação das pulsões. “Obtém-se o máximo quando se consegue intensificar suficientemente a produção de

prazer a partir das fontes do *trabalho* psíquico e intelectual. Quando isso acontece, o destino pouco pode fazer contra nós” (FREUD, 1930 [1929], p.98). E Freud complementa com exemplos desse tipo de satisfação: [...] a alegria do artista em criar, em dar corpo às suas fantasias, ou a do cientista em solucionar problemas ou descobrir verdades, possui uma qualidade especial [...]” (FREUD, 1930 [1929], p.98).

O campo da experiência mental, especificamente, os objetivos sexuais da menina em relação à sua mãe – estes são tanto ativo quanto passivo, além de determinados pelas fases libidinais que a criança vivencia. A relação da atividade com a passividade é bastante interessante e pode ser observada em todo campo da experiência mental. Como exemplo, tem-se uma criança que recebe uma impressão passiva tenta produzir uma reação ativa, ou seja, tenta fazer a si própria o que acabou de ser feito a ela. “Isso faz parte do *trabalho* que lhe é imposto de dominar o mundo externo e pode mesmo levar a que se esforce por repetir uma impressão que teria toda razão para evitar, por causa de seu conteúdo aflitivo” (FREUD, 1931, p.271). Essa oscilação, da passividade à atividade, não ocorre com o mesmo vigor em todas as crianças, podendo, em alguns casos, não se manifestar. As primeiras experiências sexuais de uma criança em relação à mãe são, naturalmente, de caráter passivo; mais tarde, enquanto parte de sua libido continua aferrando-se a essas experiências e das satisfações a elas relacionadas, outra parte quer transformá-las em atividade.

Ainda assinalando a incidência da palavra “trabalho psíquico” e todo o seu campo semântico, encontramos a menção de que a resistência é definida como manifestação do ego, que originalmente forçou o recalque e ainda deseja mantê-la sob seu domínio. Freud acrescenta: “[...] chegamos a supor uma instância especial no ego, o superego, o qual representa as exigências de caráter restritivo e objetável, podemos dizer que o recalque é o *trabalho* desse superego, e que é efetuada ou por este mesmo, ou pelo ego, em obediência às ordens dele” (FREUD, 1933 [1932], p.88).

Veremos, a seguir, outras referências na obra freudiana para caracterizar o “trabalho de análise”. O objetivo é demonstrar que também se trata de um exaustivo processo psíquico de elaboração, interpretação e construção presentes no tratamento psicanalítico.

### **1.2.2.3. Trabalho de análise**

Neste tópico, o trabalho conduzido pelo analista será descrito de várias formas: “trabalho analítico”, “trabalho da psicanálise”, “trabalho interpretativo”, “trabalho terapêutico” outros.

Freud (1896a), ao se referir aos *Estudos sobre a histeria* (1895), foi capaz de ilustrar, a partir das observações clínicas, o sentido do processo psíquico de “defesa” e “recalcamento”, destacando que há ali informações sobre o “trabalhoso”, mas confiável método da psicanálise usado por ele no curso daquelas investigações. As observações durante os dois últimos anos do “trabalho analítico” lhe fortaleceram a tendência a considerar a defesa como o ponto nuclear no mecanismo psíquico das neuroses em questão, e também o capacitaram a fornecer uma fundamentação clínica a essa teoria psicológica.

Freud (1896c) apresenta o “trabalho da psicanálise” a partir da histeria e expõe sua tese de que, na base de todos os casos de histeria, há uma ou mais ocorrências de experiência sexual prematura, que pertencem aos primeiros anos da infância, mas que podem ser reproduzidas pelo “trabalho da psicanálise”. No curso de seu “trabalho analítico”, Freud imaginava ter descoberto a explicação de algum sintoma particular a partir do conteúdo de cenas posteriores, até que em seu “trabalho” deparou-se com o mesmo conteúdo numa das cenas infantis – dessa forma foi obrigado a reconhecer que a cena posterior deve seu poder de determinar sintomas à sua concordância com a cena anterior. Freud baseia suas conclusões em minucioso exame individual dos pacientes, o que lhe consumiu cem ou mais horas de “trabalho”. Neste momento da elaboração teórica freudiana, as cenas infantis não tinham o caráter de fantasias do paciente.

Freud (1905[1901]) considera que o aprofundamento nos problemas do sonho é um pré-requisito indispensável para a compreensão dos processos psíquicos da histeria e de outras psiconeuroses, e esse “trabalho preparatório” é indispensável para avançar na compreensão do funcionamento do aparelho psíquico. A técnica psicanalítica permite que o próprio paciente determine o tema de “trabalho cotidiano”.

O sintoma, em *O método psicanalítico* (1901-1905), é definido como a representação dos processos psíquicos suprimidos da consciência, ou seja, ele é a transformação, conversão, de tais processos. É objeto do “trabalho interpretativo”: as ideias que acometem o paciente, os sonhos, por abrirem a via de acesso mais direta ao conhecimento do inconsciente, as ações inintencionais e desprovidas de planos (atos sintomáticos) e os erros que o sujeito comete na vida cotidiana (lapsos da fala, equívocos na ação etc.). A técnica da interpretação trata uma série de regras, empiricamente adquiridas, na construção do material inconsciente a partir das ocorrências ou não de ideias e de experiências sobre as resistências que surgem no decorrer do tratamento.

O “trabalho de análise”, segundo Freud (1910a), é necessário para o esclarecimento completo e cura definitiva de um caso, e não se detém nos episódios contemporâneos da

doença, mas retrocede sempre, sob qualquer hipótese, até a mais remota infância do paciente, para aí encontrar as impressões e acontecimentos determinantes da doença ulterior.

Freud (1910b) comenta que o “trabalho da técnica psicanalítica” passou por uma transformação fundamental. Primeiro, na época do tratamento catártico, o que se almejava era, principalmente, a elucidação dos sintomas. Mais tarde, a técnica se dedicou a desvendar os complexos e, por fim, esse “trabalho” teve como objetivo encontrar e sobrepujar as “resistências”, pois se espera que os complexos sejam reconhecidos após a remoção das resistências.

Quando as investigações da análise se deparam com a libido retirada do seu esconderijo, para Freud (1912a), aí está fadado a irromper um combate entre o médico e o paciente. Ou seja, todas as forças que fizeram a libido regredir se erguerão como resistências ao “trabalho da análise”, com a finalidade de conservar o estado das coisas. Assim, se acompanharmos um complexo patogênico desde sua representação consciente até sua raiz no inconsciente, entraremos numa região dominada pela resistência e, nesse caso, será preciso que a associação seguinte a leve (a resistência) em consideração, conciliando suas exigências e do “trabalho de investigação”. É exatamente neste ponto que a transferência entra em cena, revelando um dispendioso e elaborado “trabalho psíquico” do paciente e os seus reflexos na condução da técnica analítica. O dispêndio de “trabalho” do paciente implica superar sua censura, via associações livres, seguindo, assim, a regra fundamental da psicanálise. “Finalmente, desenvolveu-se a técnica sistemática hoje utilizada, na qual o analista abandona a tentativa de colocar em foco um momento ou problema específicos” (FREUD, 1914b, p.193).

A psicanálise estuda o que se acha presente na superfície da mente do paciente e emprega a “arte da interpretação” na identificação das resistências e as torna conscientes ao paciente. A técnica resulta em uma nova divisão do “trabalho de análise”, cabe ao médico revelar as resistências desconhecidas ao paciente e, ao paciente, relacionar situações e vinculações esquecidas. O médico deve estar preparado para uma “luta perpétua” com o paciente, isto é, para manter na esfera psíquica os impulsos que o último gostaria de dirigir para a esfera motora; e comemora como um triunfo do tratamento quando o paciente ao invés de descarregar em ação utiliza o “trabalho” de recordar. É no auge da resistência que o analista “trabalha” juntamente com o paciente, e poderá descobrir os impulsos pulsionais reprimidos que alimentam a resistência.

O “trabalho terapêutico” permitirá fornecer um novo significado transferencial dos sintomas substituindo a neurose comum por uma “neurose de transferência” (FREUD, 1914b,

p.201). “A transferência cria, assim, uma região intermediária entre a doença e a vida real, através da qual a transição de uma para a outra é efetuada” (idem, p.201). Para Freud (1915 [1914]), a irrupção de uma apaixonada exigência de amor é, em grande parte, decorrente do “trabalho da resistência”, e a continuidade do “trabalho” com um amor transformado, permitirá desvendar a escolha objetual infantil do paciente a as fantasias tecidas no seu entorno.

Quando o “trabalho de análise” com as recordações do paciente retira-se para o fundo da cena é sinal de que a transferência atingiu um alto grau de importância no tratamento. Nesse caso, o analista já não se ocupa da doença anterior, mas da neurose recentemente criada e transformada que assumiu o lugar da primeira. O analista acompanha essa nova edição do distúrbio e observa sua origem e seu desenvolvimento e coloca-se no centro desta por ser seu objeto. Os sintomas do paciente abandonam seu significado original e assumem um novo sentido na transferência.

Quando a libido fica novamente liberada do seu objeto temporário, representado pela pessoa do médico, não pode retornar aos seus objetos anteriores, mas resta à disposição do ego. As forças contra as quais estivemos lutando durante nosso trabalho de terapia são, por um lado, a aversão do ego a determinadas inclinações da libido – uma aversão expressa na tendência ao recalque – e, por outro lado, a tenacidade ou adesividade da libido, à qual desagradava abandonar objetos que ela uma vez catexizou. (FREUD, (1917 [1916-17], p.530)

O “trabalho terapêutico” ocorre em duas fases. Na primeira, a libido retirada dos sintomas é concentrada na transferência e, na segunda, trava-se uma luta por esse novo objeto sendo a libido liberada dele. A eliminação do recalque nesse conflito reconstituído permite que a libido fique disponível no ego e não se refugie no inconsciente. Isso é possível pelo “trabalho de interpretação” que transforma o que é inconsciente em consciente, ampliando o ego à custa do inconsciente. O ego se torna conciliador para com a libido e dispõe a conceder-lhe alguma satisfação, sendo parte da libido liberada para satisfazer-se através da sublimação. Importante destacar que tudo isso é uma direção de cura, uma proposta de “trabalho terapêutico”. Sabe-se que há um resto inalisável tal como formulado por Freud (1937), em *Análise interminável*, alguns problemas persistem ao final de análise.

O tratamento analítico exige um “trabalho” sério do médico para desfazer resistências internas do paciente e quando há a superação dessas, a vida mental do paciente é modificada de modo permanente. A função essencial do tratamento analítico é um “trabalho” de superar resistências.

O “trabalho da análise”, segundo Freud (1913-1914), se completa quando há uma aceitação do paciente, após a ocorrência de um trabalho bem-sucedido da análise de forçar o

fato reprimido, seja de natureza real ou psíquica, a despeito de todas as resistências, levá-lo à constatação: “Sinto-me como se houvesse sabido todo o tempo” (p.247).

Ao comentar o final da análise do caso de uma neurose infantil, Freud (1918 [1914]), considera persistirem dois problemas que merecem destaque especial. O primeiro: o complexo de Édipo relaciona-se com os esquemas filogeneticamente herdados e diz respeito ao “trabalho” de situar impressões originadas da experiência, ou seja, “resíduos da história da civilização humana” (p.148). O segundo, considerado mais importante que o primeiro, admitiria a existência de algum tipo de conhecimento preparatório agindo na criança. Ainda que considere difícil formar um conceito sobre esse conhecimento, há uma analogia com o extenso conhecimento instintivo dos animais. Tratar-se-ia de um núcleo do inconsciente, um tipo primitivo de atividade mental, que mais tarde seria encoberto pela razão humana, e essa faculdade adquirida atrairia para si os processos mentais mais elevados. Ao passo que o recalque seria um retorno a esse estágio instintivo, e a possibilidade das neuroses testemunharia a existência desses estádios preliminares. “A significação dos traumas da primitiva infância estaria no material que transmitiriam ao inconsciente, que não permitiria que fosse exaurido pelo curso subsequente do desenvolvimento” (idem, p.149).

Para Freud (1919 [1918]), o “trabalho da psicanálise”, além de sugerir uma analogia com a análise química, também é comparado à intervenção de um cirurgião, ou com as manipulações de um ortopedista, ou com a influência de um educador. No entanto, aquilo que é psíquico, envolve algo “único e singular”, e uma simples comparação é incapaz de refletir toda a sua natureza.

Chamamos de psicanálise o processo pelo qual trazemos o material mental reprimido para a consciência do paciente. Por que ‘análise’ – que significa dividir ou separar, e sugere uma analogia com o *trabalho*, levado a efeito pelos químicos, com substâncias que encontram na natureza e trazem para os seus laboratórios? Porque, em um importante aspecto, existe realmente uma analogia entre os dois trabalhos. Os sintomas e as manifestações patológicas do paciente, como todas as suas atividades mentais, são de natureza altamente complexa; os elementos desse composto são, no fundo, motivos, impulsos pulsionais. O paciente, contudo, nada sabe a respeito desses motivos elementares, ou não os conhece com intimidade suficiente. (FREUD, 1919 [1918]/1976, p. 201-202)

Sendo assim, a comparação da vida mental com a análise química é limitada porque, na primeira, sob a ação de uma compulsão para unificação e combinação de elementos existem tendências que precisam ser consideradas pelo tratamento psicanalítico. Quando se analisam os elementos de um sintoma, é liberado um impulso pulsional de um investimento, e esse impulso não permanece isolado, mas entra de imediato numa nova ligação. Dessa forma, o



desenvolvimento do campo da técnica analítica exige cuidadosa aplicação e regras de procedimentos bem definidos.

Freud (1919a) é categórico ao afirmar que o “trabalho analítico”, para ser reconhecido como psicanálise, deverá remover a amnésia que impede o adulto de ter acesso ao conhecimento de sua infância, isto é, desde um período aproximado entre o segundo e quinto ano de vida.

Para Freud (1920), após 25 anos de intenso “trabalho”, os objetivos da psicanálise são inteiramente diferentes no início. Em primeiro lugar, coube ao médico descobrir o material inconsciente oculto para o paciente, reuni-lo e comunicá-lo a este no momento oportuno. Assim, a psicanálise era acima de tudo uma “arte interpretativa”. Mais tarde, como isso não solucionava o problema terapêutico, passou a ser objetivo do tratamento confirmar com o paciente a construção teórica do analista através de sua própria memória. Nesse esforço, o analista, valendo-se da transferência, sua “arte” consistia em descobrir as resistências o mais rápido possível e comunicá-las ao paciente a fim de que elas fossem abandonadas por esse último. O ego passa a ser descrito como grande parte inconsciente, inclusive, o seu próprio núcleo, e apenas uma pequena parte é abrangida pelo termo “pré-consciente”. Nessa definição sistemática e dinâmica, as resistências do paciente originam-se no ego, e percebe-se uma compulsão à repetição cuja origem é atribuída ao recalado inconsciente. Assim, a hipótese é de que a expressão da compulsão só foi possível após um percurso no “trabalho do tratamento” permitindo o afrouxamento do recalque.

Neste momento da obra de Freud, a definição do conceito de compulsão à repetição traz uma reviravolta na condução dos procedimentos terapêuticos da psicanálise e o próprio paciente “trabalharia” contra seu estabelecimento psíquico. Essa compulsão à repetição traz outro direcionamento no tratamento, tornando o “trabalho de análise” um processo ainda mais complexo e “trabalhoso”. A dificuldade, em alcançar o êxito terapêutico, termina por aumentar o “trabalho analítico”.

Para Freud (1923 [1922]), a manutenção no “trabalho psicanalítico” da “Regra Técnica Fundamental” refere-se ao procedimento de “associação livre”, de solicitar ao paciente colocar-se na posição de “auto-observador”, “atento” e “desapaixonado” e de comunicar de forma honesta o que está na superfície de sua consciência e não reter nenhuma ideia, ainda que seja desagradável, absurda, sem importância ou irrelevante. Nesse procedimento, observa-se que as ideias consideradas irrelevantes são as que possuem valor específico para a descoberta do material esquecido. De modo geral, as associações do paciente surgem como alusões a um tema específico, e cabe ao médico desvendar o material oculto e

comunicá-lo ao paciente. Esse “trabalho de interpretação”, por não possuir regras estritas, requer do médico tato e perícia, além de imparcialidade e prática para obter resultados confiáveis, isto é, resultados confirmados por se repetirem em casos semelhantes. Um “trabalho” bem especialista na condução da técnica analítica.

O “trabalho de interpretação” permite o conhecimento de pensamentos até então completamente inteligíveis da atividade mental desperta ou transformados pela elaboração onírica. A elucidação da formação dos sonhos ganhou relevância no “trabalho analítico”, conforme esclarece Freud (1923 [1922]):

Valeu a pena entrar em alguns pormenores sobre a explicação dos sonhos, de vez que o *trabalho* analítico demonstrou ser a dinâmica da formação dos sonhos a mesma da formação dos sintomas. Em ambos os casos encontramos uma luta entre duas tendências, das quais uma é inconsciente, normalmente reprimida, e se esforça por obter satisfação, isto é, a realização do desejo, enquanto que a outra, pertencente provavelmente ao ego consciente, é desaprovadora e repressiva. O resultado desse conflito é uma formação conciliatória (o sonho ou o sintoma) na qual ambas as tendências encontram expressão incompleta. A importância teórica dessa conformidade entre os sonhos e os sintomas é esclarecedora. (FREUD (1923 [1922]), p.294-5)

As impressões derivadas do “trabalho analítico” conduziram a uma descrição das neuroses com a “expressão de conflitos entre o ego e aquelas pulsões sexuais que parecem ao ego incompatíveis com sua integridade ou com seus padrões éticos” (FREUD, 1923 [1922], p.299). O ego reprimiu as pulsões que não eram egossintônicas, isto é, as impediu de se tornarem conscientes e de obterem satisfação através de descarga motora. No curso do “trabalho analítico”, quando tentamos tornar conscientes essas pulsões reprimidas, deparamo-nos com forças repressivas manifestas sob a forma de resistência. No entanto, a consecução do recalque facilmente fracassa em relação às pulsões sexuais, pois a libido represada encontra outras saídas do inconsciente, mediante a regressão a fases anteriores do desenvolvimento libidinal, e a atitudes anteriores para com os objetos, isto é, onde existem fixações infantis, e irrompe na consciência obtendo descarga.

O recalque é o estado em que as ideias existem antes de se tornarem conscientes e, no decorrer do “trabalho de análise”, a força que a institui e a mantém é designada como *resistência*. Assim, o recalque é o “protótipo do inconsciente”, e na descrição da dinâmica psíquica temos dois tipos de inconsciente: um latente, capaz de tornar-se consciente, e outro, que é reprimido e não é, em si próprio e sem mais “trabalho”, capaz de tornar-se consciente. Mediante o “trabalho de análise” a maneira pela qual algo que é recalcado no inconsciente se torna pré-consciente se dá através da existência de investimentos intermediários. O “trabalho”

durante o tratamento analítico surge da luta contra as resistências, e isso só reforça que há um dispendioso “trabalho” em jogo na análise.

No decorrer do “trabalho de análise” existem pessoas que se comportam de maneira peculiar, isto é, frente à expectativa do progresso do tratamento revelam sinais de descontentamento e seu estado geral piora. Isso de início foi encarado como um desafio ao médico, mas, posteriormente, foi assumido outro ponto de vista, uma constatação de que essas pessoas reagem de modo inverso ao progresso do tratamento.

Em *Um estudo autobiográfico*, Freud (1925 [1924b]) afirma que a psicanálise se distingue de outros métodos psicoterapêuticos porque, cabe ao paciente na análise o papel decisivo na determinação dos resultados terapêuticos. Este é induzido a realizar um “trabalho psíquico”, ou seja, a superar suas resistências presentes via transferência, permitindo-lhe uma alteração permanente em sua economia mental. A transferência pelo analista torna-se consciente para o paciente, e é resolvida quando o paciente tem ciência de que se trata da reimpressão de relações emocionais originárias em suas primeiras ligações de objeto, durante o período reprimido de sua infância.

Freud (1926) afirma que a luta contra as resistências constitui o principal “trabalho” durante um tratamento analítico. E considera a análise um “trabalho” árduo e de grande responsabilidade, mas admite que qualquer pessoa que tenha sido analisada, dominado o que pode ser descrito como psicologia do inconsciente, familiarizada com a ciência da vida sexual, que tenha aprendido a delicada técnica da psicanálise, ou seja, a “arte” da interpretação, de vencer resistências e de lidar com a transferência, qualquer pessoa que tenha realizado tudo isso não é mais um leigo no campo da psicanálise.

Existe desde o início, uma aproximação da psicanálise com a pesquisa, “um laço inseparável entre cura e pesquisa” (FREUD, 1926, p.291). A psicanálise é um método de “trabalho” único que assegura essa preciosa conjugação, no que tange ao conhecimento, esse é responsável pelo êxito terapêutico, e sempre aprendemos algo de novo com o tratamento de um paciente. Freud denomina esse “trabalho” de “pastoral analítico” capaz de permitir seu aprofundamento da compreensão da mente humana. E considera a perspectiva de ganho científico a feição mais orgulhosa e feliz do “trabalho analítico”.

O “trabalho psicanalítico” nos mostra que as pessoas conhecidas como *neuróticas* não podem tolerar as frustrações da vida sexual.

O neurótico cria em seus sintomas satisfações substitutivas, e estas ou lhe causam sofrimento em si próprias, ou se tornam fontes de sofrimento pela criação de

dificuldades em seus relacionamentos com o meio ambiente e a sociedade a que pertence. (FREUD, 1930 [1929], p.129)

Além do sacrifício da satisfação sexual, a civilização exige dele outros sacrifícios.

Também aprendemos que “os sintomas neuróticos são, em sua essência, satisfações substitutivas para desejos sexuais não realizados” (idem, p. 163). E ao longo do seu “trabalho analítico”, Freud descobriu que talvez todo neurótico oculte uma quota de sentimento inconsciente de culpa, e esse, por sua vez, fortifica os sintomas, fazendo uso deles como uma punição. E formula a seguinte proposição: “quando uma tendência pulsional experimenta o recalque, seus elementos libidinais são transformados em sintomas e seus componentes agressivos em sentimento de culpa” (FREUD, 1930 [1929], p.163). Ao afirmar a existência da pulsão de morte ou de destruição, Freud deparou-se com resistências, inclusive em círculos analíticos, assim como ao postular uma bipolaridade, amor e ódio, original na própria natureza do homem. No sadismo ou no masoquismo identificamos manifestações da pulsão destrutiva (dirigidas para fora e para dentro), fortemente mescladas ao erotismo, tendo seu devido lugar em nossa interpretação da vida. O desejo de destruição, quando dirigido para dentro, só é perceptível desde que esteja revestido de erotismo.

O “trabalho de interpretação” “traz à luz, por assim dizer, a matéria-prima, que deve, no mais das vezes, ser descrita como sexual no mais amplo sentido, mas que encontrou as mais variadas aplicações em adaptações posteriores” (FREUD, 1933 [1932], p.38). É uma das atribuições da psicanálise, através de um “trabalho analítico” erguer o “véu da amnésia” que oculta os primórdios da infância, trazendo à memória consciente as manifestações dos primeiros anos da vida sexual infantil que estão contidas nele. Trata-se de experiências sexuais vinculadas a penosas vivências de ansiedade, proibição, desapontamento e punição para a criança. Cabe à psicanálise realizar um “trabalho” sobre aquilo que é, dentre todos os conteúdos da mente, o mais estranho ao ego, os sintomas.

Os sintomas são derivados do reprimido, são, por assim dizer, seus representantes perante o ego; mas o reprimido é território estrangeiro para o ego – território estrangeiro interno – assim como a realidade (que me perdoem a expressão inusitada) é território estrangeiro externo. (FREUD, 1933 [1932], p.75)

No “trabalho de análise”, as experiências reprimidas e esquecidas da infância são reproduzidas nos sonhos e nas reações, em particular, decorrentes da transferência, ainda que seu revivescimento vá de encontro ao interesse do princípio de prazer. Nesses casos, uma compulsão à repetição sobrepõe-se ao princípio de prazer. Verifica-se na vida cotidiana que

algumas pessoas parecem serem perseguidas por um “destino implacável”, assim como há outras pessoas que repetem indefinidamente em suas vidas as mesmas reações não corrigidas, em prejuízo delas próprias. No entanto, uma investigação mais criteriosa revela que essas pessoas, embora não percebam, são as próprias causadoras desse destino. Nesses casos “atribuímos um caráter ‘demoníaco’ à compulsão à repetição” (idem, ibidem, p.133). Essa necessidade de punição é o pior inimigo do “trabalho terapêutico”. O paciente obtém satisfação no sofrimento que está vinculado à neurose, e dessa forma aferra-se à condição de estar doente. Assim, faz parte de toda doença neurótica uma necessidade inconsciente de punição. Aqui, mais uma vez, Freud confirma o dispendioso “trabalho de análise”, agora, mais especificamente, diante da compulsão à repetição.

Nessa ocasião, Freud faz uma interessante analogia entre o progresso no “trabalho científico” e o que ocorre no “trabalho de análise”:

Trazemos para o *trabalho* as nossas esperanças, mas estas necessariamente devem ser contidas. Mediante a observação, ora num ponto, ora noutro, encontramos alguma coisa nova; mas, no início, as peças não se completam. Fazemos conjecturas, formulamos hipóteses, as quais retiramos quando não se confirmam, necessitamos de muita paciência e vivacidade em qualquer eventualidade, renunciamos às convicções precoces, de modo a não sermos levados a negligenciar fatores inesperados, e, no final, todo o nosso dispêndio de esforços é recompensado, os achados dispersos se encaixam mutuamente, obtemos uma compreensão interna (insight) de toda uma parte dos eventos mentais, temos completado o nosso *trabalho* e, então, estamos livres para o próximo *trabalho*. Na análise, porém, temos de prescindir da ajuda fornecida à pesquisa, mediante a experimentação. (FREUD, (1933 [1932]), p.211)

Neste comentário de Freud temos uma visão otimista dos resultados atingidos pelos esforços despendidos no decorrer do tratamento analítico, um “trabalho de pesquisador” de elaboração de hipóteses, de paciência e vivacidade, em analogia com um quebra-cabeça, as peças por fim se encaixam, e o analista está liberado para iniciar um próximo “trabalho”.

O “trabalho da análise” traz à luz algo que excede em importância aquilo apresentado no estudo das reações a traumas precoces. No referido estudo é surpreendente constatar que essas reações não se limitam estritamente ao que o próprio indivíduo experimentou, podendo inclusive dele se divergir e ajustando-se muito melhor a um modelo de “evento filogenético”. Freud cita o exemplo do comportamento de crianças neuróticas em relação aos pais no que tange aos complexos de Édipo e de castração – esses só se tornam inteligíveis filogeneticamente, ou seja, pela sua vinculação com a experiência de gerações anteriores. A suposição da sobrevivência de traços de memória na herança arcaica permitiria uma aproximação entre psicologia individual e de grupo: “podemos lidar com povos, tal como

fazemos com um indivíduo neurótico” (FREUD, 1939[1934-38], p.121). Embora não disponha de provas mais fortes da presença de traços de memória na herança arcaica, identifica fenômenos residuais do “trabalho da análise” que exigem uma derivação filogenética. Entretanto, por cautela, ainda considera essas provas insuficientemente fortes para postular o fato, embora tal audácia deva ser almejada na psicanálise.

Freud (1940 [1938b]) faz um balanço do material utilizado no “trabalho de análise”, lembrando que esse possui uma variedade de fontes provenientes do paciente: as transmitidas pelas informações ofertadas por ele e por suas associações livres, e no que ele mostra nas transferências, pela interpretação de seus sonhos e das revelações possíveis através de lapsos ou parapraxias. Todo o material apontado ajuda na construção do que ocorreu e foi esquecido pelo paciente, assim como do que lhe ocorre no presente e ele ainda não compreende. Há uma distinção rigorosa entre o conhecimento do analista e o conhecimento do paciente. A regra pressupõe que o analista prepare o “terreno” até que o paciente confirme a construção e a recordação de um acontecimento interno ou externo e seja capaz de uma síntese decisiva. Quanto mais uma construção aproxima-se dos pormenores esquecidos, mais fácil ser-lhe-á assentir. Somente aí o conhecimento do analista tornar-se-á também do conhecimento do paciente.

“Essa resistência, que persiste durante todo o tratamento e se renova a cada novo período de ‘trabalho’, é conhecida, não muito corretamente, como *resistência devida ao recalque*. Descobriremos que não é a única com que nos defrontamos” (FREUD, 1940 [1938b], p.206). Desenvolve-se uma luta do analista para induzir o ego do paciente a superar suas resistências. A superação das resistências do paciente exige o maior esforço de “trabalho” e dispêndio de tempo do analista. Essa superação permitirá uma alteração do ego que deverá manter-se firme ao longo de sua vida.

*Trabalhamos* também, simultaneamente, para nos livrarmos da alteração do ego que foi ocasionada sob a influência do inconsciente, pois onde quer que possamos detectar qualquer de seus derivados no ego, apontamos sua origem ilegítima e incentivamos o ego a rejeitá-los. (FREUD, 1940 [1938b], p.207)

À medida que o “trabalho” do analista progride, esse lhe permite uma compreensão interna (insight) mais profunda da vida mental dos neuróticos, e impõe à sua observação dois fatores responsáveis pelas fontes de resistência, exigindo-lhe rigorosa atenção. São fatores completamente desconhecidos do paciente e podem ser englobados sob a denominação única de “necessidade de estar doente ou de sofrer”, embora possuam origens distintas. O primeiro

deles é o sentimento de culpa ou consciência de culpa, embora o paciente não o sinta e não se dê conta dele. Refere-se à parte da resistência decorrente de um superego particularmente severo e cruel. Assim, o paciente permanece doente, e não parece melhorar. Essa resistência torna inoperante o “trabalho intelectual” do analista. Ainda que ele consiga remover determinada forma de sofrimento neurótico no paciente, esta é imediatamente substituída por outra, ou, ainda, por alguma doença somática. Uma forma encontrada para desviar essa resistência é quando o analista consegue torná-la consciente e tenta demolir o superego hostil.

A existência de outra resistência, para a qual os meios de combate são inadequados, é a existência de alguns neuróticos em que a pulsão de autopreservação parece na realidade invertido. Essas pessoas visam à autolesão e à autodestruição. É como se nessas pessoas tivessem se efetuado defusões de pulsões de grandes consequências, em decorrência de uma liberação de quantidades excessivas da pulsão destrutiva voltada para dentro. Esses pacientes parecem não tolerar o restabelecimento mediante o tratamento analítico e, por isso, lutam contra ele com todas as suas forças. Esse ego é incapaz de cumprir a tarefa exigida pelo mundo externo, inclusive na sociedade humana. “Sua atividade está inibida por rigorosas proibições oriundas do superego e sua energia é consumida em vãs tentativas de desviar as exigências do id” (FREUD, (1940 [1938b]), p.208). Dessa forma, o “trabalho preliminar” do analista será conseguir o fortalecimento desse ego:

Para começar, conseguimos que o ego do paciente assim enfraquecido participe do *trabalho* puramente intelectual de interpretação, que visa a provisoriamente preencher as lacunas em seu patrimônio mental e a transferir-nos a autoridade de seu superego; incentivamo-lo a aceitar a luta contra cada exigência individual feita pelo id e a vencer as resistências que surgem em conexão com isso. Ao mesmo tempo, restauramos a ordem no ego detectando o material e os impulsos que forçaram caminho a partir do inconsciente e expomo-los à crítica, remontando-os à sua origem. (FREUD, (1940 [1938b]), p.208)

O “trabalho de análise” é o de elevar no paciente os processos mentais de seu ego a um nível normal, transformando o que se tornou inconsciente e reprimido em material pré-consciente, e assim devolver a posse de seu ego. Da parte do paciente, a favor do “trabalho de análise”, podemos considerar a necessidade de restabelecimento, decorrente dos sofrimentos, e o interesse intelectual que pode ser despertado pelas teorias e revelações da psicanálise. E a maior força desse “trabalho” é atribuída à transferência positiva. Por outro lado, lutando contra o “trabalho de análise”, estão “a transferência negativa, a resistência do ego devido ao recalque (isto é, seu desprazer por ter de abrir-se ao árduo trabalho que lhe é imposto), o

sentimento de culpa que surge de sua relação com o superego e a necessidade das suas pulsões [do paciente]” (p.209). E ainda acrescentamos a esse “trabalho”:

Uma certa inércia psíquica, uma indolência da libido, que não está disposta a abandonar suas fixações, não podem ser olhadas com bons olhos; a capacidade do paciente de sublimar suas pulsões desempenha um grande papel e assim também a sua capacidade de elevar-se acima da vida grosseira das pulsões, bem como, ainda, o relativo poder de suas funções intelectuais. (FREUD, 1940 [1938b], p.209)

Freud (1937) considera o “trabalho terapêutico” semelhante ao movimento de um pêndulo, oscilando para a frente e para trás, isto é, entre um fragmento de análise do id e outro fragmento de análise do ego. No primeiro, o analista busca tornar consciente algo que pertence ao id e, no segundo, visa corrigir algo do ego. Mas o restabelecimento do paciente é dificultado pelo surgimento de mecanismos defensivos anteriores que reaparecerem no tratamento em forma de resistências. E a experiência cotidiana demonstra que o resultado do tratamento analítico depende da força e da profundidade da raiz dessas resistências no ego. O analista precisa estar preparado para lidar na análise com uma quantidade de inércia psíquica, isto é, a existência de uma força que impede o restabelecimento e o apego à doença e ao sofrimento.

Dentre os diversos temas tratados e que fornecem ao analista uma quantidade inusitada de “trabalho”, há um destaque especial para dois deles, ambos ligados à distinção entre os sexos. Nas mulheres trata-se do desejo de um pênis e, nos homens, a luta contra a passividade. Nesses casos, são infrutíferos os esforços do analista de tentar persuadir as mulheres a considerarem esse desejo irrealizável, e aos homens o convencimento de que a atitude passiva não significa castração. Por sua vez, espera-se que ao final do “trabalho analítico”, esse propicie uma convicção da existência do inconsciente, inclusive capacite que o paciente perceba o surgimento do material recalcado e que os estímulos recebidos de sua própria análise não cessem quando esta termina. Assim como, os processos de remodelamento do ego prossigam no indivíduo analisado, e esse faça uso das experiências adquiridas ao longo do tratamento.

Finalizando, Freud (1940 [1938d]), reafirma que é objetivo do “trabalho da análise” induzir o paciente a abandonar suas repressões, no sentido mais amplo, e a substituí-las por reações correspondentes a uma condição psiquicamente “madura”. Para tal, esse é levado pelo analista a recordar experiências e os impulsos afetivos, ainda que os tenha esquecido. Tanto os sintomas atuais como as inibições são conseqüências das repressões e são substitutos das lembranças esquecidas. São duas tarefas distintas, à pessoa analisada cabe a tarefa de recordar



algo que foi por ela experimentado e reprimido, e a outra parte do trabalho, desempenhada pelo analista, é a de completar aquilo que foi esquecido pelo analisado, a partir dos traços que esse último deixou atrás de si – para usar um termo mais correto: construí-lo.

Esse “trabalho de construção”, ou seja, de reconstrução do analista, assemelha-se ao de escavação realizado por um arqueólogo, sendo que, nesse primeiro, a transmissão à pessoa analisada constitui o investimento entre as duas partes envolvidas, entre ele, o analista, e o analisado. Para o analista a reconstrução é apenas um “trabalho preliminar”. “Esse *trabalho* consistiria em libertar o fragmento de verdade histórica de suas deformações e ligações com o dia presente real, e em conduzi-lo de volta para o ponto do passado a que pertence” (FREUD, 1940 [1938d], p.303). Trata-se da transposição do material passado, esquecido, para o presente ou para uma expectativa de futuro.

#### 1.2.2.4. O trabalho da pulsão e suas vicissitudes

A própria pulsão já é um “trabalho” do aparelho psíquico. O “trabalho da pulsão” e seus destinos é uma exigência de trabalho ao aparelho psíquico para dar um destino aos estímulos internos que se fazem representar na mente e tem como principal objetivo a satisfação.

Veremos que a definição da pulsão como uma exigência de trabalho à mente decorre de sua condição inerente de ligação ao corpo. A pulsão se faz sempre ativa no organismo por meio da pressão, da finalidade, do objeto e da fonte. A pressão [*Drang*] é a quantidade de força ou medida de exigência de “trabalho”; a finalidade [*Ziel*] da pulsão é sempre a obtenção de satisfação, e esta será obtida eliminando-se a estimulação na fonte da pulsão; o objeto [*Objekt*] de uma pulsão é a coisa mais variável e capaz de atingir sua finalidade, a satisfação; e a fonte [*Quelle*] é o processo somático que ocorre num órgão ou parte dele, cujo estímulo é representado na vida mental por uma pulsão.

Para abordarmos o tema da pesquisa – o trabalho –, apresentaremos as quatro vicissitudes da pulsão: ‘a reversão a seu oposto’, ‘o retorno em direção ao próprio eu (self) do indivíduo’, ‘o recalque’ e a ‘sublimação’.

Na ‘reversão de uma pulsão ao seu oposto’ ocorrem dois processos distintos: a mudança da atividade para a passividade e a reversão de seu conteúdo. No primeiro caso, temos dois exemplos de pares de opostos: ‘sadismo-masiquismo’ e ‘escopofilia-exibicionismo’ e, no segundo caso, a transformação ‘amor-ódio’. Na reversão do conteúdo ‘amor-ódio’, ambos os sentimentos ambivalentes são dirigidos simultaneamente

para o mesmo objeto. O amor admite três opostos, além da antítese ‘amar-odiar’, existe o ‘amar-ser amado’ e o conjunto ‘amar e odiar’ é o oposto da condição de ‘desinteresse ou indiferença’. Na segunda antítese, ‘amar-ser amado’, temos a transformação da atividade em passividade e pode remontar a uma situação subjacente, ‘amar-se a si próprio’, traço característico do narcisismo. Sendo o narcisismo uma situação psíquica primordial em que o eu é catexizado com as pulsões, o sujeito é capaz de satisfazê-las em si mesmo e o mundo externo não é catexizado com interesse.

Já ‘o retorno de uma pulsão em direção ao próprio eu (self)’ permite-nos observar que o ‘masoquismo’ é o resultado do ‘*sadismo*’, que retorna em direção ao próprio eu do indivíduo; e no ‘exibicionismo’ é o olhar que retorna para o próprio corpo do indivíduo. Ou seja, a essência do processo de mudança está no ‘objeto’, mas a finalidade permanece inalterada.

Freud afirma que o traço essencial das vicissitudes sofridas pelas pulsões está na sujeição das pulsões às influências das três grandes polaridades que dominam a vida mental. Essas polaridades são assim relacionadas: a ‘atividade-passividade’ com a biológica, a do ‘eu-mundo externo’ como a realidade, e a do ‘prazer-desprazer’ como a polaridade econômica. Ou seja: ‘sujeito (eu) / objeto (mundo externo)’, ‘prazer / desprazer’ e ‘ativo / passivo’.

Em *Além do princípio do prazer*, Freud (1920) reconhece a libido narcisista como manifestação da força da pulsão sexual e, por isso, identifica-a com as pulsões de autopreservação. E, também, sustenta a existência de pulsões do eu e de pulsões objetais como não libidinais e introduz a hipótese da pulsão de morte. Assim como no artigo *O mal-estar na civilização* (1930 [1929]), quando destaca as pulsões agressivas e destrutivas, vinculando-as aos conceitos de sadismo e masoquismo, ambos derivados da pulsão de morte.

#### **1.2.2.4.1. Conceito de pulsão**

Freud (1915a) descreve a pulsão como “um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático [...] o representante psíquico dos estímulos que se originam de dentro do organismo e alcançam a mente” (p.129-130). Antes, em 1911, no artigo *O caso de Schreber*, Freud descreve a pulsão como “o conceito na fronteira entre o somático e o mental. [...] o representante psíquico das forças orgânicas” (p.130). E, em 1915, na terceira edição dos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905a), Freud descreve a pulsão como “o representante psíquico de uma fonte de estímulo endossomática, continuamente a fluir [...] um conceito que se acha na fronteira entre o mental e o físico” (p.130).

Nas três descrições acima, Freud não estabelece uma distinção clara entre a pulsão e seu representante psíquico, dando a entender que a pulsão seria o representante psíquico de forças somáticas. Mas, a partir de 1915, apresenta uma definição entre a pulsão e seu representante psíquico; e, em *O inconsciente* (1915c), temos uma indicação precisa dessa diferenciação:

Uma pulsão jamais pode tornar-se um objeto da consciência – mas somente a ideia [*Vorstellung*] que representa a pulsão [...] uma pulsão não pode ser representada de outra forma senão por uma ideia. [...] Quando, não obstante, falamos de um impulso pulsional inconsciente ou de um impulso pulsional recalçado [...] referimo-nos apenas a um impulso pulsional cujo representante ideacional é inconsciente. (FREUD, 1915c, p.130-131)

Esse conceito também aparece em *O recalque* (1915b), quando Freud o descreve como uma primeira fase do recalque, que consiste em “negar entrada no consciente ao representante (ideacional) psíquico da pulsão” [...] o representante em questão permanece inalterado e a pulsão permanece ligada a ele”, e com isso se estabelece uma fixação (p.171).

Freud, também, nesse artigo, descreve o representante pulsional como sendo “uma ideia ou grupo de ideias, catexizada com uma quota definida de energia psíquica (libido ou interesse) proveniente de uma pulsão” [...] (p.176). Essa afirmativa nos indica que além da ideia de que outro elemento representativo da pulsão tem que ser levado em conta, esse outro elemento é designado como “quota de afeto”. A “quota de afeto” é a expressão do representante psíquico, passa por vicissitudes do recalque, podendo ter configurações bem diferentes das experimentadas pela ideia. Essa “quota de afeto” corresponde à pulsão, na medida em que esta “se afasta da ideia e encontra expressão, proporcional à sua quantidade, em processos que são sentidos, como afetos” (p.176). A partir desse ponto, a descrição do recalque deverá acompanhar de forma distinta o que ocorre com a ideia e o que acontece com a energia pulsional vinculada a ela (p.176).

Em relação à descrição das vicissitudes de ambas, Freud acrescenta: “A ideia que representa a pulsão passa por uma vicissitude geral que consiste em desaparecer do consciente” (p.176) e o fator quantitativo do representante pulsional possui três vicissitudes possíveis: “ou a pulsão é inteiramente suprimida, de modo que não se encontra qualquer vestígio dela [...] ou aparece como um afeto [...] ou é transformada em angústia” (p.176), sendo as duas últimas possibilidades uma vicissitude pulsional de transformar em afetos as energias psíquicas da pulsão (p.176-177). Vale lembrar que o motivo e o propósito do recalque são a fuga do desprazer, disso depreende-se que “a vicissitude da cota de afeto pertencente ao representante

é muito mais importante do que a vicissitude da ideia” (p.177). Portanto, se o recalque não impedir os sentimentos de desprazer ou de angústia, ele falhou em alcançar o seu propósito em relação à parcela ideacional.

Freud (1915a) define que além da ideia outro elemento, que representa a pulsão, precisa ser levado em conta, isso significa afirmar que a pulsão não é mais o representante psíquico de impulsos somáticos, mas é, ela própria, algo não psíquico. Essa aparente contradição pode ser justificada pelo fato de o conceito de pulsão estar na fronteira entre o físico e o mental (p.131). Em *Mais-além do princípio do prazer* (1920), Freud chega a descrever a pulsão como o elemento mais importante e ao mesmo tempo mais obscuro da pesquisa psicológica (p.131). Ao longo de sua obra irá diferenciando o conceito de pulsão de outras expressões como “excitações”, “ideias afetivas”, “estímulos endógenos”, chegando a uma distinção entre um estímulo que atua como força geradora de um impacto isolado, e a pulsão que sempre atua de forma constante (p.132). Essa diferenciação foi apresentada anteriormente por Freud como excitações endógenas e exógenas. Essa diferença aparece, também, na descrição de que o organismo não consegue atuar de forma evasiva contra as pulsões, assim como o faz em relação aos estímulos externos. Em 1895, no *O Projeto*, nessa ocasião não havia a definição da pulsão, pois somente em 1905a, em *Três ensaios*, Freud vai definir a libido como sendo uma expressão da pulsão sexual – no entanto, ainda não havia uma conexão entre o papel exercido pelo eu como agente repressivo em conflitos neuróticos e as pulsões de autopreservação. Mas, Freud (1910c), introduz a expressão “pulsão do eu” identificada, de um lado, com as pulsões de autopreservação e, de outro, com a função repressiva. E o conflito estabelecido é entre as pulsões da libido e as pulsões do eu (p.133).

No entanto, com *Introdução ao narcisismo*, Freud (1914c) complexifica essa definição dualista da pulsão, e estabelece que o conflito pulsional se dá entre a pulsão do eu (ou narcicista), que catexiza o eu, e a pulsão objetal, que catexiza objetos. Somente em 1920, em *Além do princípio do prazer*, é que Freud chega a uma classificação das pulsões, reconhecendo a libido narcicista como manifestação da força da pulsão sexual e, por isso, identificada com as pulsões de autopreservação. Neste momento também sustenta a existência de pulsões do eu e de pulsões objetais como não libidinais, introduzindo a hipótese da pulsão de morte. Em 1930 [1929], no artigo *O mal-estar na civilização*, Freud dá especial atenção às pulsões agressivas e destrutivas, analisando os conceitos de sadismo e masoquismo como derivados da pulsão de morte. Nesse ponto, poderíamos pensar numa aproximação do “trabalho”, tema da pesquisa, como derivado também da pulsão de morte.

Freud (1915a) pretende dar ao conceito de pulsão um conteúdo, abordando-o de diferentes ângulos. Primeiro, um estímulo pulsional não surge do mundo exterior, mas dentro do próprio organismo, por isso ele atua de forma distinta sobre a mente, requerendo diversas ações para removê-lo (p.138). A pulsão nunca atua como uma força que imprime um impacto momentâneo, mas trata-se sempre de um impacto constante, e pelo fato de incidir de dentro do organismo não é possível fugir dele. A persistência do caráter constante de pressão é a prova da existência dos sinais de um mundo interno através das necessidades pulsionais. A principal característica da natureza essencial das pulsões “– sua origem em fontes de estimulação dentro do organismo e seu aparecimento como uma força constante – e disso deduzimos uma de suas outras características, a saber, que nenhuma ação de fuga prevalece contra elas” (p.139-140).

Na investigação das pulsões no campo dos fenômenos psicológicos, Freud considera que os estímulos pulsionais, por se originarem dentro do organismo, exigem do sistema nervoso atividades complexas e interligadas. Essas, por sua vez, modificam o mundo externo visando proporcionar satisfação à fonte interna de estimulação. E, acima de tudo, obrigam o sistema nervoso a renunciar à sua intenção ideal de afastar os estímulos, exigindo-lhe manter um fluxo incessante e inevitável de estimulação (p.140). As pulsões constituem as verdadeiras forças motrizes que impulsionaram os progressos do sistema nervoso de uma capacidade ilimitada e o conduziram ao alto nível de desenvolvimento atual. Consideramos muito apropriada ao nosso tema de pesquisa essa definição da pulsão como uma exigência de trabalho permanente e de evolução do sistema nervoso, isto é, um trabalho contínuo que permite a evolução do funcionamento do aparelho psíquico. Aqui podemos definir o termo “trabalho” como um conceito que permite um labor contínuo de funcionamento psíquico.

Em relação ao funcionamento do aparelho psíquico, mesmo a atividade do aparelho mais desenvolvido está regulada pelos sentimentos pertencentes à série prazer-desprazer e à hipótese de que, no processo de dominação dos estímulos, os sentimentos desagradáveis estão ligados a um aumento de estímulos e os agradáveis a uma diminuição. Entretanto, nessa época, Freud considera indefinida a espécie de relação existente entre o prazer e o desprazer e, também, as flutuações nas quantidades de estímulo que afetam a vida mental. Temos aqui dois princípios retomados por Freud (1920) em *Além do princípio do prazer*. No “princípio de constância” ou “princípio de Nirvana”: “O aparelho mental esforça-se por manter a quantidade de excitação nele presente tão baixa quanto possível, ou pelo menos em mantê-la constante” (nota, p.141). O segundo princípio em jogo é o “princípio do prazer”: “O curso seguido pelos fatos mentais é automaticamente regulado pelo princípio de prazer... [Esse

curso] assume uma direção tal, que seu resultado final coincide com [...] a fuga do desprazer ou uma produção de prazer” (idem).

A correlação desses dois princípios é também reavaliada por Freud em 1924, em *O problema econômico do masoquismo*, com a conclusão de que eles não devem ser considerados como idênticos: “O princípio do prazer é uma modificação do princípio do Nirvana. O princípio do Nirvana [...] deve ser atribuído à ‘pulsão de morte’, e sua transformação em princípio do prazer se deve à influência da ‘pulsão de vida’ ou libido” (p.142). Aqui também cabe problematizarmos sobre o tema de nossa pesquisa – “o trabalho” – se esse se aproximaria de um destino pulsional correlacionando-o à pulsão de morte e à pulsão de vida. Podemos pensar que o “trabalho”, o sentido do labor, estaria regido sob a dominância ora da pulsão de vida e ora da pulsão de morte.

Se considerarmos a vida mental de um ponto de vista biológico, a pulsão é:

[...] um conceito situado na fronteira entre o mental e o somático, [...] o representante psíquico dos estímulos que se originam dentro do organismo e alcançam a mente, como uma medida da exigência feita à mente no sentido de *trabalhar* em consequência de sua ligação com o corpo. (FREUD, 1915a, p. 142)

Essa definição de uma medida de exigência do organismo em relação à mente coloca o aparelho psíquico a trabalhar para buscar uma satisfação pulsional, exigindo do aparelho psíquico um trabalho excessivo. Diante da baixa tensão de trabalho o destino do aparelho psíquico tenderia ao ‘princípio do Nirvana’ ou à pulsão de morte. Podemos pensar uma medida de exigência de “trabalho pulsional” que mantenha o aparelho psíquico em funcionamento, sem, contudo, inviabilizar o funcionamento, seja pelo excesso ou pela ausência de trabalho. Podemos aqui aproximar o quanto o conceito de “trabalho” está fundamentalmente enraizado na definição do funcionamento psíquico, ou seja, o quanto esse é um conceito de base, estrutural, do aparelho psíquico. Hipótese que de certa forma reforça nosso tema de pesquisa do “trabalho” como uma medida de exigência da pulsão, um destino pulsional.

Na definição do conceito de pulsão, temos alguns termos a ele relacionados: ‘pressão’, ‘finalidade’, ‘objeto’ e ‘fonte’. Pressão [*Drang*] é a quantidade de força ou medida de exigência de “trabalho”. Toda pulsão tem sempre uma parcela ativa. A finalidade [*Ziel*] da pulsão é sempre obter satisfação, essa será obtida eliminando-se a estimulação na fonte da pulsão. A finalidade poderá valer-se de diferentes caminhos e uma pulsão poderá ter várias finalidades mais próximas ou intermediárias, que são combinadas ou intercambiadas umas

com as outras. Mesmo nas pulsões inibidas em sua finalidade podemos supor uma satisfação parcial. O objeto [*Objekt*] de uma pulsão é a coisa através da qual é possível atingir sua finalidade. “É o que há de mais variável numa pulsão e, originalmente, não está ligado a ela, só lhe sendo destinada por ser peculiarmente adequado a tornar possível a satisfação” (FREUD, 1915a, p.143). O objeto pode ser alguma coisa estranha ou não a uma parte do próprio corpo do indivíduo e pode ser modificado quantas vezes for necessário nas diversas vicissitudes que a pulsão sofre durante sua existência. E, ainda, um mesmo objeto pode servir para a satisfação de várias pulsões ao mesmo tempo. A existência de uma ligação particularmente estreita entre a pulsão e o objeto é denominada *fixação*. E a “fonte [*Quelle*] de uma pulsão é o processo somático que ocorre num órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por uma pulsão” (p.143). Não há certeza se esse processo é invariavelmente de natureza química ou se pode também estar relacionado à liberação de outras forças, por exemplo, forças mecânicas. Na vida mental só conhecemos a pulsão por suas finalidades. Ainda que seja inteiramente determinada por sua origem numa fonte somática, a fonte de uma pulsão só pode ser inferida de sua finalidade.

Todas as pulsões são qualitativamente semelhantes e o efeito que causam é proveniente ou da quantidade de excitação ou de certas funções dessa quantidade. O que distingue os efeitos mentais produzidos pelas pulsões pode ser definido a partir da diferença em suas fontes.

Freud propõe como hipótese de “trabalho” a distinção da pulsão em dois grupos primordiais: ‘pulsões do eu’, ou ‘autopreservação’, e as ‘pulsões sexuais’<sup>10</sup>. Na caracterização geral das pulsões sexuais, pode afirmar que elas são numerosas, emanam de grande variedade de fontes orgânicas, atuam independentemente uma da outra, só alcançam a síntese completa numa etapa posterior e têm como finalidade o prazer do órgão. As pulsões sexuais surgem ligadas às de autopreservação e pouco a pouco delas se separam, embora na escolha objetal sigam os caminhos indicados pelo eu – e parte delas permanece associada às ‘pulsões do eu’ fornecendo-lhe componentes libidinais observáveis na neurose.

---

<sup>10</sup> Tal definição surgiu no decurso da evolução da psicanálise em que a análise das “neuroses de transferência” (histeria e neurose obsessiva) revelou em sua raiz um conflito entre as exigências da sexualidade e as do eu. Um estudo mais profundo de outras afecções neuróticas pode levar a uma diferente classificação das ‘pulsões primordiais’. A contribuição da biologia corrobora esta distinção, entre pulsões sexuais e do eu, e a ensina a não colocar a sexualidade nas mesmas condições de outras funções do indivíduo, pois a finalidade da primeira ultrapassa o indivíduo, produz novos indivíduos e preserva a espécie: “o indivíduo é um apêndice temporário e passageiro do idióplasma quase imortal, que é confiado a ele pelo processo de geração” (FREUD, 1915a, p.145).

#### 1.2.2.4.2. Destinos da pulsão: reversão ao seu oposto e retorno em direção ao eu

As ‘pulsões sexuais’ também possuem a capacidade de agir vicariamente umas pelas outras e de mudar prontamente de objetos. Por isso são capazes de funções sublimatórias, isto é, distantes de suas ações intencionais originais. A investigação das vicissitudes, pelas quais passam as pulsões sexuais no seu processo de desenvolvimento e no decorrer da vida, podem ser descritas em quatro tipos: ‘a reversão a seu oposto’, ‘o retorno em direção ao próprio eu (self) do indivíduo’, ‘o recalque’ e ‘a sublimação’. Passemos à descrição dos dois primeiros.

Considerando que existem forças motoras que impedem que uma ‘pulsão sexual’ seja levada até o fim de forma não modificada, essas vicissitudes podem ser vistas como modalidades de defesa contra as próprias pulsões. Na vicissitude – ‘reversão de uma pulsão ao seu oposto’ – ocorrem dois processos distintos: uma mudança da atividade para a passividade e uma reversão de seu conteúdo. No primeiro caso, temos dois exemplos de pares de opostos: ‘sadismo-masoquismo’ e ‘escopofilia-exibicionismo’. Na vicissitude da ‘reversão ao oposto’, na mudança são afetadas apenas as finalidades das pulsões, por exemplo, a finalidade ativa é substituída por uma passiva, e na ‘reversão do conteúdo’, a transformação do amor em ódio.

‘O retorno de uma pulsão em direção ao próprio eu (self)’. Enquanto o masoquista partilha da fruição do assalto a que é submetido, o exibicionista partilha da fruição de [a visão de] sua exibição. “A essência do processo é, assim, a mudança do *objeto*, ao passo que a finalidade permanece inalterada” (p.148). Nos dois exemplos podemos destacar ‘o retorno em direção ao eu’ do próprio indivíduo e a transformação da atividade em passividade convergindo ou divergindo.

Passemos a uma investigação mais completa do par de opostos sadismo-masoquismo. O processo pode ser representado da seguinte maneira:

(a) O sadismo consiste no exercício de violência ou poder sobre outra pessoa como objeto; (b) Esse objeto é abandonado e substituído pelo eu do indivíduo. Com o retorno em direção ao eu, efetua-se também a mudança de uma finalidade pulsional ativa para uma passiva; (c) Uma pessoa estranha é mais uma vez procurada como objeto; essa pessoa, em consequência da alteração que ocorreu na finalidade pulsional, tem de assumir o papel do sujeito. (FREUD, 1915a, p.148)

Na fase “c”, uma terceira pessoa, assumindo o papel de sujeito, é comumente denominada masoquista, nesse caso, a satisfação segue o caminho do sadismo original, retornando ao eu passivo, em fantasia, ao seu papel inicial, agora, de fato, assumido pelo sujeito estranho. Freud parece não haver encontrado um masoquismo primário, não derivado do sadismo. Na neurose obsessiva pode-se presumir a existência da fase “b”, o abandono do



objeto e o retorno ao eu, pelo comportamento da pulsão sádica. Nessa fase, há um retorno em direção ao eu do sujeito sem uma atitude de passividade para com outra pessoa. “O desejo de torturar transforma-se em autotortura e autopunição, não em masoquismo. A voz ativa muda, não para a passiva, mas para a voz reflexiva média” (p.149). Uma vez ocorrida a transformação em masoquismo, a dor é muito apropriada para proporcionar uma finalidade masoquista passiva, e as sensações de dor e outras sensações desagradáveis beiram a excitação sexual e produzem uma condição agradável, em nome da qual o sujeito experimentará o desprazer da dor. Na dor transformada numa finalidade masoquista, pode surgir retroativamente à finalidade sádica de causar dor também, pois essas dores infligidas a outras pessoas são fruídas de modo masoquista pelo sujeito através da identificação dele com o objeto sofredor. “A fruição da dor seria, assim, uma finalidade originalmente masoquista, que só pôde tornar-se uma finalidade pulsional em alguém que era originalmente sádico” (p.150).

Na investigação de outro par de opostos, as pulsões cuja finalidade respectiva é olhar (escopofilia) e exhibir-se (exibicionismo), têm-se três fases. Na fase ‘a’ o olhar é uma atividade dirigida para um objeto estranho; na fase ‘b’, há a desistência do objeto e o retorno da pulsão escopofílica para uma parte do próprio corpo do sujeito, e a nova finalidade é a de ser olhado. E na fase ‘c’, a introdução de uma terceira pessoa a fim de se exhibir e se olhada por ela. Aqui também a finalidade ativa surge antes da passiva. No sadismo, a pulsão escopofílica possui uma fase anterior à fase ‘a’, ou seja, no início de sua atividade a pulsão é autoerótica, o objeto é o próprio corpo do sujeito. Posteriormente, a pulsão, através de um processo de comparação, é levada a trocar esse objeto por uma parte análoga ao corpo de alguém descrita na fase ‘a’. Essa fase preliminar constitui a fonte de ambas as situações representadas no par de opostos, resultando do elemento+ modificado na situação original. No sadismo, esse tipo de fase preliminar, autoerótica, é ausente, desde o início a pulsão é dirigida para um objeto estranho, embora não seja tão absurdo compor tal fase nos esforços da criança de conseguir controlar seus próprios membros.

Em ambas as pulsões descritas, podemos afirmar que sua transformação através de uma reversão da atividade para a passividade e um retorno ao próprio eu nunca implica toda a quota pulsional. Ou seja, a direção ativa anterior da pulsão persiste lado a lado com a direção passiva ulterior; na pulsão escopofílica todas as fases de seu desenvolvimento persistem lado a lado<sup>11</sup>. Os pares de opostos das pulsões sexuais mais conhecidos e acessíveis à análise

---

<sup>11</sup> A fase inicial do desenvolvimento do eu na qual as pulsões sexuais encontram satisfação autoerótica é denominada de “narcisismo”. Na fase preliminar da pulsão escopofílica o próprio corpo do sujeito é o objeto e

aparecem de maneira ambivalente e são: sadismo-masochismo e escopofilia-exibicionismo. Em geral, podemos afirmar que suas atividades são autoeróticas, ou seja, seu objeto é insignificante comparado ao órgão que lhes serve de fonte e, via de regra, coincidem com esse órgão. Nas pulsões autoeróticas, o papel desempenhado pela fonte orgânica é decisivo e a forma e a função do órgão determinam a atividade ou a passividade da finalidade pulsional.

Na pulsão, a mudança do conteúdo em seu oposto pode ser observada na transformação do amor em ódio, nesse caso, ambos os sentimentos ambivalentes são dirigidos simultaneamente para o mesmo objeto. Na segunda antítese, ‘amar-ser amado’ temos a transformação da atividade em passividade e pode remontar a uma situação subjacente, da mesma forma que no caso da pulsão escopofílica, ou seja, a situação de ‘amar-se a si próprio’, traço característico do narcisismo. Assim, se o objeto ou o sujeito for substituído por um estranho, resulta na finalidade ativa de amar ou a passiva de ser amado, sendo a segunda próxima do narcisismo.

A antítese ‘eu / não eu’, isto é, ‘sujeito / objeto’ é inerme contra estímulos pulsionais, essa antítese é soberana em nossa atividade intelectual. Já a segunda polaridade ‘prazer / desprazer’ está ligada a uma escala de sentimentos, cuja importância na determinação de nossas ações já foi abordada. A relação do ‘eu com o mundo externo’ é passiva quando o primeiro recebe estímulos do segundo, e ativa quando reage a eles. O eu é passivo no tocante aos estímulos externos, mas ativo através de suas próprias pulsões.

A terceira antítese: ‘ativo / passivo’ funde-se mais tarde com a antítese ‘masculino/feminino’ – essa fusão não é tão invariavelmente completa e exclusiva como podemos presumir. Essas três polaridades da mente estão ligadas entre si de várias formas bem significativas.

O narcisismo é uma situação psíquica primordial em que o eu é catexizado com as pulsões e capaz de satisfazê-las em si mesmo – essa forma de obter satisfação já denominada de ‘autoerótica’, e o mundo externo não é catexizado com interesse (num sentido geral), sendo indiferente aos propósitos de satisfação. Nesse período do narcisismo, o eu coincide com o que é agradável e o mundo externo com o que é indiferente (ou possivelmente desagradável). O amar é definido como a relação do eu com suas fontes de prazer, e a situação

---

ela deve ser descrita como uma formação narcisista. A pulsão escopofílica ativa desenvolve-se a partir daí deixando o narcisismo para trás, enquanto a vertente passiva aferra-se ao objeto narcisista. Também na transformação do sadismo em masochismo acarreta um retorno ao objeto narcisista. Na escopofilia passiva e no masochismo, o sujeito narcisista é substituído por um eu estranho. A fase do sadismo preliminar e narcisista permite uma compreensão mais geral das vicissitudes pulsionais, isto é, no fato de a pulsão retornar em direção ao próprio eu do sujeito e sofrer reversão da atividade para a passividade, ficando na dependência da organização narcisista do eu.

na qual o eu ama somente a si próprio é indiferente ao mundo externo, e é correlativa do par de opostos ‘eu / objeto’. Na medida em que o eu autoerótico adquire objetos do mundo externo, em consequência das experiências decorrentes das pulsões da autopreservação, ele não pode evitar os estímulos pulsionais internos como desagradáveis. Sob o domínio do princípio do prazer ocorre um desenvolvimento ulterior no eu. Quando os objetos apresentados ao eu constituem fontes de prazer, ele os toma para si próprio, os ‘introjeta’, e expelle o que dentro de si mesmo se torna desprazeroso. Este mecanismo é definido como ‘introjeção’. Ocorre uma modificação no eu original para o eu do prazer:

Assim, o ‘ego da realidade’, original, que distinguiu o interno e o externo por meio de um sólido critério objetivo se transforma num ‘ego do prazer’ purificado, que coloca a característica do prazer acima de todas as outras. Para o ego do prazer, o mundo externo está dividido numa parte que é agradável, que ele incorporou a si mesmo, e num remanescente que lhe é estranho. Isolou uma parte do seu próprio eu, que projeta no mundo externo e sente como hostil. Após esse novo arranjo, as duas polaridades coincidem mais uma vez: o sujeito do ego coincide com o prazer, e o mundo externo com o desprazer (com o que anteriormente era indiferente). (FREUD, 1905a, p.157)

Na fase do narcisismo primário, quando o objeto faz a sua aparição, o segundo oposto ao amar, a saber, o odiar, atinge seu desenvolvimento. Sabemos que o objeto é levado do mundo externo para o eu, a princípio, pelas pulsões de autopreservação. O sentimento de odiar, originalmente, caracterizou a relação entre o eu e o mundo externo alheio e os estímulos que o segundo introduz no primeiro. A indiferença é um caso especial de ódio ou desagrado, após ter aparecido inicialmente como sendo seu precursor. No mundo externo, originalmente, os objetos e o que é odiado são idênticos. Mais tarde, se um objeto vem a ser fonte de prazer, ele é amado e é também incorporado ao eu, de modo que para o eu do prazer purificado os objetos coincidem com o que é estranho e odiado.

Assim como o par de opostos ‘amor / indiferença’ reflete a polaridade ‘eu-mundo externo’, a antítese ‘amor / ódio’ também reproduz a polaridade ‘prazer-desprazer’, ligada à primeira polaridade. “Quando a fase puramente narcisista cede lugar à fase objetal, o prazer e o desprazer significam relações entre o eu e o objeto” (p.158). Quando o objeto gera sensações agradáveis, ocorre uma ânsia (*urges*) motora de trazer o objeto para mais perto do eu e incorporá-lo. Nesse caso, usamos a expressão ‘atração’ exercida pelo objeto proporcionador de prazer, e afirmamos que ‘amamos’ esse objeto. Ao contrário, se o objeto é fonte de sensações desagradáveis, há uma ânsia (*urges*) e um esforço para aumentar a distância entre o objeto e o eu, repetindo, assim, em relação ao objeto, a tentativa original de fuga do mundo externo e sua emissão de estímulos. O sentimento é de repulsa em relação ao objeto, e o

odiamos. Esse ódio, se intensificado, pode chegar ao ponto de uma inclinação agressiva contra o objeto, existindo a intenção de destruí-lo. As atitudes de amor e ódio estão mais apropriadas para as relações entre o eu e os objetos e não entre as pulsões e seus objetos.

Assim, a palavra ‘amar’ desloca-se cada vez mais para a esfera da pura relação de prazer entre o eu e o objeto, e por fim se fixa a objetos sexuais no sentido mais estrito e àqueles que satisfazem as necessidades das pulsões sexuais sublimadas. (FREUD, 1915a, p.159).

Consideramos a relação entre o eu e seu objeto sexual como o caso mais apropriado para empregarmos a palavra ‘amor’. Tal fato revela que a palavra, para ser aplicada, requer uma síntese de todas as pulsões, uma conexão íntima com o prazer sexual e a função sexual. Diferentemente, o uso da palavra ‘ódio’ não sugere essa conexão, mas a relação de desprazer parece ser decisiva.

O eu odeia, abomina e persegue, com intenção de destruir, todos os objetos que constituem uma fonte de sensação desagradável para ele, sem levar em conta que significam uma frustração quer da satisfação sexual, quer da satisfação das necessidades autopreservativas. Realmente, pode-se asseverar que os verdadeiros protótipos da relação de ódio se originam não da vida sexual, mas da luta do ego para preservar-se e manter-se. (FREUD, 1915a, p.159-160)

O par de opostos ‘amor / ódio’ não mantém entre si uma relação simples, nasceram originalmente de fontes diferentes, cada um deles se desenvolveu antes que a influência da relação ‘prazer-desprazer’ os transformasse em opostos. Em relação à gênese do amor e do ódio, podemos afirmar que o amor deriva da capacidade do eu de satisfazer autoeroticamente alguns de seus impulsos pulsionais através da obtenção do prazer do órgão. O amor é originalmente narcisista, passando, depois, para objetos que foram incorporados ao eu ampliado, e revelando os esforços do eu em direção a esses objetos como fontes de prazer. “Tornar-se intimamente vinculado à atividade das pulsões sexuais ulteriores e, quando estas são inteiramente sintetizadas, coincide com a pulsão como um todo” (p.160). No amor suas fases preliminares surgem como finalidades sexuais provisórias, ao passo que as pulsões sexuais passam por seu complicado desenvolvimento<sup>12</sup>.

<sup>12</sup> A primeira dessas fases, oral, tem finalidades de incorporação ou devoramento, e esse tipo de amor é incompatível com a existência separada do objeto e, por isso, pode ser descrito como ambivalente. Numa fase mais elevada da organização sádico-anal pré-genital, a luta pelo objeto revela uma ânsia (*urges*) de dominar, sendo o dano ou o aniquilamento do objeto indiferente. Na fase preliminar, o amor é quase indiferenciado do ódio no que diz respeito à sua atitude para com o objeto. O amor se torna o oposto do ódio, após o estabelecimento de uma organização genital. O ódio, no que diz respeito à relação com objetos, é mais antigo que o amor; e provém do repúdio primordial do eu narcisista ao mundo externo. É a expressão da reação do desprazer evocado por objetos e possui uma relação íntima com as pulsões de autopreservação, permitindo que

A história das origens e relações do amor nos permite compreender como é que o amor com tanta frequência se manifesta como ‘ambivalente’ – isto é, acompanhado de pulsões de ódio contra o mesmo objeto. O ódio que se mescla ao amor provém em parte das fases preliminares do amar não inteiramente superadas; baseia-se também em parte nas reações de repúdio às pulsões do eu, as quais, em vista dos frequentes conflitos entre os interesses do eu e os do amor, podem encontrar fundamentos em motivos reais e contemporâneos. Em ambos os casos, portanto, o ódio mesclado tem como sua fonte as pulsões autopreservativas. Se uma relação de amor com um dado objeto for rompida, frequentemente o ódio surgirá em seu lugar, de modo que temos a impressão de uma transformação do amor em ódio. Esse relato do que acontece leva ao conceito de que o ódio, que tem seus motivos reais, é aqui reforçado por uma regressão do amor à fase preliminar sádica, de modo que o ódio adquire um caráter erótico, ficando assegurada a continuidade de uma relação de amor. (FREUD, 1915a, p.161)

No ambiente organizacional, nas relações estabelecidas entre os indivíduos que ali trabalham, vemos claramente a manifestação das vicissitudes pulsionais: ‘a reversão a seu oposto’ (‘sadismo-masoquismo’ e ‘escopofilia-exibicionismo’), ‘o retorno em direção ao próprio eu (self)’ do indivíduo (‘amor-ódio’), ‘o recalque’ e a ‘sublimação’. Lembramos que o narcisismo é uma situação psíquica primordial em que o eu é catexizado com as pulsões e é capaz de satisfazê-las em si mesmo, mas quando a fase puramente narcisista cede lugar à fase objetual, o ‘prazer e o desprazer’ significam relações entre o eu e o objeto. No caso da alternância ‘amor-ódio’, o objeto gera sensações prazerosas e, portanto, existe uma ânsia de tê-lo mais próximo ou, ao contrário, quando o objeto é visto como desagradável, o sentimento é de repulsa e, quando intensificado se faz acompanhar de uma inclinação agressiva e a intenção de destruição deste objeto. Já nos pares de opostos sadismo-masoquismo ou escopofilia-exibicionismo, vemos o constante exercício de violência ou poder sobre outra pessoa na condição de objeto. O ambiente organizacional é exemplar nas demonstrações do narcisismo, bem como da alternância ‘amor-ódio’ gerando movimentos de aproximação ou distanciamento do objeto ou, ainda, do exercício de violência ou poder representados pelos pares de opostos apresentados.

A partir das contribuições da psicologia individual e da psicologia de grupo, trataremos a análise freudiana das relações sociais estabelecidas entre o indivíduo e o grupo.

### **1.3. Trabalho e psicologia de grupo e análise do eu**

#### **1.3.1. Indivíduo *versus* grupo**

---

as pulsões sexuais e o eu desenvolvam uma antítese que repete a do amor e do ódio. Quando as pulsões do eu dominam a função sexual, como, por exemplo, na fase da organização anal-sádica, elas transmitem a qualidade de ódio também à finalidade pulsional. A transformação do ‘amar em ser amado’ é a terceira antítese do amar e corresponde à atuação da polaridade da atividade e da passividade, portanto, deve ser julgada da mesma maneira que os casos de escopofilia e sadismo.

Para Freud (1921), o contraste entre a psicologia individual e a psicologia social ou de grupo perde grande parte de sua nitidez quando examinado mais de perto. Nesse estudo, Freud explica a psicologia dos grupos com base em alterações na psicologia da mente individual:

É verdade que a psicologia individual relaciona-se com o homem tomado individualmente e explora os caminhos pelos quais ele busca encontrar satisfação para seus impulsos pulsionais; contudo, apenas raramente e sob certas condições excepcionais, a psicologia individual se acha em posição de desprezar as relações desse indivíduo com os outros. Algo mais está invariavelmente envolvido na vida mental do indivíduo, como um modelo, um objeto, um auxiliar, um oponente, de maneira que, desde o começo, a psicologia individual, nesse sentido ampliado mas inteiramente justificável das palavras, é, ao mesmo tempo, também psicologia social. (FREUD, 1921, p.91)

E complementa:

A psicologia de grupo interessa-se assim pelo indivíduo como membro de uma raça, de uma nação, de uma casta, de uma *profissão*, de uma instituição, ou como parte componente de uma multidão de pessoas que se organizaram em grupo, numa ocasião determinada, para um intuito definido (FREUD, 1921, p.92)

Para uma melhor descrição de mente grupal, Freud parte da obra de Le Bon, *Psychologie des foules* [1855]. Inicia sua exposição apontando o fato surpreendente de que a mente humana, em determinadas condições, isto é, quando o indivíduo está em grupo pensa ele sente e age de forma adversa. Esse grupo adquire características de um “grupo psicológico”. Segundo Freud, as observações do indivíduo fornecem material para a psicologia de grupo. Para tanto, traz uma citação da obra citada de Le Bon:

A peculiaridade mais notável apresentada por um grupo psicológico é a seguinte: sejam quem forem os indivíduos que o compõem, por semelhantes ou dessemelhantes que sejam seu modo de vida, *suas ocupações*, seu caráter ou sua inteligência, o fato de haverem sido transformados num grupo coloca-os na posse de uma espécie de mente coletiva que os faz sentir, pensar e agir de maneira muito diferente daquela pela qual cada membro dele, tomado individualmente, sentiria, pensaria e agiria, caso se encontrasse em estado de isolamento. Há certas ideias e sentimentos que não surgem ou que não se transformam em atos, exceto no caso de indivíduos que formam um grupo. O grupo psicológico é um ser provisório, formado por elementos heterogêneos que por um momento se combinam, exatamente como as células que constituem um corpo vivo, formam, por sua reunião, um novo ser que apresenta características muito diferentes daquelas possuídas por cada uma das células isoladamente. (FREUD, 1921, p. 96, *apud* Le Bon, 1920, p.29)

Na tentativa de responder à constatação da diferença de comportamento do indivíduo no grupo, lembra que é necessário considerar o papel preponderante dos fenômenos inconscientes em relação à vida consciente, fenômenos que são produtos das influências

hereditárias, isto é, das inumeráveis características transmitidas de geração a geração e constituintes do gênio de uma raça.

O indivíduo em grupo – segundo ainda Freud *apud* Le Bon – tem sua distintividade desvanecida e as funções inconscientes, que são semelhantes em todos os seres, se fazem presentes. Ou seja, essas características novas que se fazem presentes podem ser oriundas de condições propícias à emergência de impulsos pulsionais inconscientes até então reprimidos no indivíduo.

Num grupo, todo sentimento e todo ato são contagiosos, e contagiosos em tal grau que o indivíduo prontamente sacrifica seu interesse pessoal ao interesse coletivo. Trata-se de aptidão bastante contrária à sua natureza e da qual um homem dificilmente é capaz, exceto quando faz parte de um ‘grupo’. (Ibid., p. 33) (p.98).

No indivíduo em grupo, sob sugestibilidade, ao mesmo tempo em que certas faculdades são destruídas, outras podem ser exaltadas. Vemos, aí, a predominância da personalidade inconsciente. Para Freud, *apud* Le Bon, o indivíduo age de forma instintiva ao fazer parte de um grupo organizado – além da redução da capacidade intelectual, ele desce vários degraus na escada civilização.

Um grupo é impulsivo, mutável e irritável. É levado quase que exclusivamente por seu inconsciente. Os impulsos a que um grupo obedece, podem, de acordo com as circunstâncias, ser generosos ou cruéis, heroicos ou covardes, mas são sempre tão imperiosos, que nenhum interesse pessoal, nem mesmo o da autopreservação, pode fazer-se sentir. [...] Tem um sentimento de onipotência: para o indivíduo num grupo a noção de impossibilidade desaparece. Um grupo é extremamente crédulo e aberto à influência; não possui faculdade crítica e o improvável não existe para ele. (FREUD, 1921, p.101)

O grupo ao mesmo tempo em que é intolerante, é também obediente à autoridade, exige força e violência de seus heróis. Num grupo caem por terra as inibições individuais e são despertadas todas as pulsões cruéis e destrutivas. Sob sugestão, os indivíduos são capazes de realizações, desprendimento e devoção a um ideal. Há uma identificação da mente grupal com a dos povos primitivos. Nos grupos as ideias contraditórias coexistem lado a lado. Tal característica é também similar à vida mental inconsciente dos indivíduos, das crianças e dos neuróticos, conforme a psicanálise já demonstrou. Freud lembra que essa característica da fantasia é um fator dominante na psicologia das neuroses, ou seja, os neuróticos se guiam por uma realidade psicológica e não pela realidade objetiva.

Um sintoma histérico baseia-se na fantasia, em vez de na repetição da experiência real, e o sentimento de culpa na neurose obsessiva fundamenta-se no fato de uma

intenção má que nunca foi executada. Na verdade, tal como nos sonhos e na hipnose, nas operações mentais de um grupo a função de verificação da realidade das coisas cai para o segundo plano, em comparação com a força dos impulsos plenos de desejo com sua catexia afetiva. (FREUD, 1921, p.104)

Para Freud, citando Le Bon, quanto ao líder do grupo: “Deve ser fascinado por uma intensa fé (numa ideia), a fim de despertar a fé do grupo; tem de possuir vontade forte e imponente, que o grupo, que não tem vontade própria, possa dele aceitar” (p.105). Em geral, os líderes se fazem notados por meio de suas ideias, e tanto eles quanto as suas ideias possuem um poder designado “prestígio”. “O prestígio é uma espécie de domínio exercido sobre nós por um indivíduo, *um trabalho* ou uma ideia. [...]” (p.105). Freud considera que a descrição de Le Bon de grupo se ajusta à sua descrição da vida mental inconsciente, seu acréscimo teórico teria ocorrido apenas em torno da comparação da noção de inconsciente com a vida mental dos povos primitivos. Quanto ao trabalho intelectual, apresenta as seguintes considerações:

Quanto ao *trabalho* intelectual, permanece um fato, na verdade, que as grandes decisões no domínio do pensamento e as momentosas descobertas e soluções de problemas só são possíveis ao indivíduo que *trabalha* em solidão. [...] Permanece questão aberta, além disso, saber quanto o pensador ou o escritor, individualmente, devem ao estímulo do grupo em que vivem, e se eles não fazem mais do que aperfeiçoar um *trabalho* mental em que os outros tiveram parte simultânea. (FREUD, 1921, p.108)

Ao citar McDougall, em seu livro *The Group Mind* (1920a), Freud apresenta uma condição inerente para que ele possa se constituir enquanto grupo: “esses indivíduos devem ter algo em comum uns com os outros, um interesse comum num objeto, uma inclinação emocional semelhante numa situação ou noutra e (‘consequentemente’, gostaria eu de interpolar) ‘certo grau de influência recíproca’” (p.109). E complementa: “Quanto mais alto o grau desta ‘homogeneidade mental’, mais prontamente os indivíduos constituem um grupo psicológico e mais notáveis são as manifestações da mente grupal” (p.109).

A intensificação da emoção é favorecida por algumas características do grupo, por exemplo, a impressão de um grupo possuir um poder ilimitado. “Momentaneamente, ele substitui toda a sociedade humana, que é a detentora da autoridade, cujos castigos o indivíduo teme e em cujo benefício se submeteu a tantas inibições” (p.110). O indivíduo coloca-se a favor do grupo. “Em obediência à nova autoridade, pode colocar sua antiga ‘consciência’ fora de ação e entregar-se à atração do prazer aumentado, que é certamente obtido com o afastamento das inibições” (p.110). Freud, *apud* McDougall, contrasta esse comportamento



desfavorável ao de um grupo altamente organizado; e enumera cinco condições para a elevação da vida mental coletiva, como vemos a seguir:

A primeira e fundamental condição é que haja certo grau de continuidade de existência no grupo. Esta pode ser material ou formal: material, se os mesmos indivíduos persistem no grupo por certo tempo, e formal, se se desenvolveu dentro do grupo um sistema de posições fixas que são ocupadas por uma sucessão de indivíduos.

A segunda condição é que em cada membro do grupo se forme alguma ideia definida da natureza, composição, funções e capacidades do grupo, de maneira que, a partir disso, possa desenvolver uma relação emocional com o grupo como um todo.

A terceira é que o grupo deva ser colocado em interação (talvez sob a forma de rivalidade) com outros grupos semelhantes, mas que dele difiram em muitos aspectos.

A quarta é que o grupo possua tradições, costumes e hábitos, especialmente tradições, costumes e hábitos tais, que determinem a relação de seus membros uns com os outros. A quinta é que o grupo tenha estrutura definida, expressa na especialização e diferenciação das funções de seus constituintes. (FREUD, 1921, p.111-112)

Se essas condições forem satisfeitas, evitaremos a redução da capacidade intelectual coletiva, mas o desempenho das tarefas intelectuais será reservado para alguns membros do grupo.

Acompanhando as elaborações freudianas, vimos que o indivíduo em grupo está sujeito, através da influência deste, a uma profunda redução de sua atividade mental dada a intensificação da submissão à emoção dos outros indivíduos do grupo. Também vimos que tais reações podem ser minimizadas pela “organização” do grupo, ainda que essa última não contradiga as teses relativas à intensificação das emoções e à inibição intelectual nos grupos primitivos. Freud mantém seu interesse em descobrir a explicação dessa alteração mental do indivíduo experimentada num grupo. Para ele, a origem das características dos fenômenos sociais do grupo remete a dois fatores: “a sugestão mútua dos indivíduos e o prestígio dos líderes. Contudo, mais uma vez, o prestígio só é reconhecível por sua capacidade de evocar a sugestão” (FREUD, 1921, p.113). Em síntese, o que nos compele a obedecer, essa tendência à imitação, e o que no induz à emoção é a influência sugestiva do grupo. Segundo Freud, tanto McDougall quanto outros autores, destacam o caráter da sugestionabilidade dos grupos.

### **1.3.2. Laços libidinais**

Visando uma melhor compreensão do caráter de sugestionabilidade, após trinta anos de trabalho, Freud retoma o tema do enigma da sugestão e descobre que esse não sofreu

alteração, a não ser pela influência da psicanálise. Para tal investigação da sugestão para a psicologia de grupo, se valerá do conceito de libido:

Libido é expressão extraída da teoria das emoções. Damos esse nome à energia, considerada como uma magnitude quantitativa (embora na realidade não seja presentemente mensurável), daquelas pulsões que têm a ver com tudo o que pode ser abrangido sob a palavra 'amor'. [...] Nossa justificativa reside no fato de que a pesquisa psicanalítica nos ensinou que todas essas tendências constituem expressão dos mesmos impulsos pulsionais; nas relações entre os sexos, esses impulsos forçam seu caminho no sentido da união sexual, mas, em outras circunstâncias, são desviados desse objetivo ou impedidos de atingi-lo, embora sempre conservem o bastante de sua natureza original para manter reconhecível sua identidade (como em características tais como o anseio de proximidade e o autossacrifício). (FREUD, 1921, p.115-116)

A suposição freudiana é que as relações amorosas, os laços emocionais, constituem a essência da mente grupal. Freud parte de duas hipóteses iniciais, a primeira é que um grupo é mantido pelo poder de Eros e, a segunda, que o indivíduo abandona sua distintividade num grupo e permite a sugestão dos outros membros por uma necessidade de estar em harmonia com estes.

Nosso autor inicia sua investigação por um grupo altamente organizado, permanente e artificial, a exemplo da Igreja Católica e do Exército. “É de notar que nesses dois grupos artificiais, cada indivíduo está ligado por laços libidinais, por um lado, ao líder [...] e por outro, aos demais membros do grupo” (FREUD, 1921, p.121). A essência de um grupo reside nos laços libidinais existentes. Na Igreja e no Exército, ambos são dominados por dois tipos de laços emocionais. Com o firme propósito de investigar os problemas psicológicos na estrutura de um grupo sua atenção é direcionada para a comprovação de sua tese de que o grupo é caracterizado por laços libidinais.

Para isso, temos que manter em mente a natureza das relações emocionais presentes nos homens em geral, relações nas quais a psicanálise dá provas evidentes de serem permeadas por sentimentos de aversão e de hostilidade, ainda que sob a ação do recalque. Se a ambivalência dos sentimentos ocorre quando a hostilidade se dirige contra pessoas amadas, nas antipatias e aversões contra pessoas, podemos identificar o amor a si próprio como narcisismo. Citemos Freud: “[...] mas é inequívoco que, com relação a tudo isso, os homens dão provas de uma presteza a odiar, de uma agressividade cuja fonte é desconhecida, e à qual se fica tentado a atribuir um caráter elementar” (FREUD, 1921, p.129). Em *Além do princípio de prazer* (1920) Freud já havia vinculado a polaridade ódio e amor como uma oposição entre a pulsão de vida e a pulsão de morte, sendo as pulsões sexuais representantes da pulsão de vida. No entanto, apesar da agressividade dos homens, quando um grupo se forma a

intolerância se desvanece. Ou seja, durante a permanência do grupo os indivíduos que o compõem toleram-se uns aos outros. Tal limitação do narcisismo só é possível pelo laço libidinal estabelecido com outras pessoas. Citamos Freud:

O amor por si mesmo só conhece uma barreira: o amor pelos outros, o amor por objetos. [...] a experiência demonstrou que, nos casos de colaboração, se formam regularmente laços libidinais entre os companheiros de *trabalho*, laços que prolongam e solidificam a relação entre eles até um ponto além do que é simplesmente lucrativo. [...] A libido se liga à satisfação das grandes necessidades vitais e escolhe como seus primeiros objetos as pessoas que têm uma parte nesse processo. E, no desenvolvimento da humanidade como um todo, do mesmo modo que nos indivíduos, só o amor atua como fator civilizador, no sentido de ocasionar a modificação do egoísmo em altruísmo. E isso é verdade tanto do amor sexual pelas mulheres, com todas as obrigações que envolve de não causar dano às coisas que são caras às mulheres, quanto do amor homossexual, dessexualizado e sublimado, por outros homens, que se origina do *trabalho* em comum. (FREUD, 1921, p.130)

E complementa:

Se assim, nos grupos, o amor a si mesmo narcisista está sujeito a limitações que não atuam fora deles, isso é prova irresistível de que a essência de uma formação grupal consiste em novos tipos de laços libidinais entre os membros do grupo. (FREUD, 1921, p.130-131)

Passa então a investigar a natureza desses laços existentes nos grupos. No âmbito das catexias sexuais de objeto e dos desvios das pulsões de seus objetivos originais, analisará os fenômenos do estado de estar amando, com o intuito de neles encontrar condições que possam ser aplicáveis aos laços existentes nos grupos, além de outros mecanismos de laços emocionais cujo processo é por ele denominado de ‘identificações’. “A identificação é conhecida pela psicanálise como a mais remota expressão de um laço emocional com outra pessoa. Ela desempenha um papel na história primitiva do complexo de Édipo” (p.133). Tanto no menino quanto na menina, “A identificação, na verdade, é ambivalente desde o início; pode tornar-se expressão de ternura com tanta facilidade quanto um desejo do afastamento de alguém” (p.133).

É fácil enunciar numa fórmula a distinção entre a identificação com o pai e a escolha deste como objeto. No primeiro caso, o pai é o que gostaríamos de *ser*; no segundo, o que gostaríamos de *ter*, ou seja, a distinção depende de o laço se ligar ao sujeito ou ao objeto do ego. O primeiro tipo de laço, portanto, já é possível antes que qualquer escolha sexual de objeto tenha sido feita. [...] Podemos apenas ver que a identificação esforça-se por moldar o próprio ego de uma pessoa segundo o aspecto daquele que foi tomado como modelo. (FREUD, 1921, p.134)

A identificação é a forma mais primitiva e original do laço emocional. Na construção dos sintomas, mediante o recalque e o domínio dos mecanismos inconsciente, é comum que a

escolha de objeto retroaja para a identificação, ou seja, o ego assume as características do objeto. Nesses casos, o ego imita a pessoa amada ou mesmo de outra pessoa não amada, tomando-lhe emprestado um traço isolado da pessoa objeto da escolha. No entanto, há outra situação de formação de sintomas, na qual a identificação não leva em consideração qualquer relação de objeto com a pessoa copiada. O mecanismo é o da identificação a partir da possibilidade ou desejo de colocar-se em determinada situação vivida por outra pessoa. A identificação após ser construída sobre essa situação é deslocada para o sintoma produzido pelo ego da outra pessoa. A identificação por meio do sintoma é o ponto de coincidência dos dois egos. Freud resume da seguinte forma essas três fontes de identificação:

[...] primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; segundo, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por assim dizer, por meio de introjeção do objeto no ego; e, terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é objeto de pulsão sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem-sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço. (FREUD, 1921, p.136)

A partir dessas formas de estabelecimento de laços, podemos levantar a natureza do tipo de laço existente entre os membros de um grupo, como uma importante qualidade emocional comum e, ainda, supor que essa qualidade reside na natureza do laço estabelecido com o líder. Freud se considera longe de ter esgotado a abordagem da identificação. A pesquisa psicanalítica pôde mostrar em diversos exemplos que a identificação pode ser compreensível. Um dos casos ocorre no homossexualismo. “A identificação com um objeto que é renunciado ou perdido, como um sucedâneo para esse objeto – introjeção dele no ego” (p.137).

Outro caso de introjeção do objeto ocorre na melancolia, que é desencadeada pela perda real ou emocional de um objeto amado.

Uma característica principal desses casos é a cruel autodepreciação do ego, combinada com uma inexorável autocrítica e acerbadadas autocensuras. [...] A sombra do objeto caiu sobre o ego [...] a introjeção do objeto é inequivocamente clara. (FREUD, 1921, p.138).

O estudo das melancolias também mostra o ego dividido em duas partes, sendo que uma delas vocifera contra a segunda. A segunda é aquela parte do ego que foi alterada pela introjeção e contém o objeto perdido, mas há uma instância crítica dentro do ego que assume uma atitude crítica para com essa segunda.

A essa instância chamamos de ‘ideal do ego’ e, a título de funções, atribuímos-lhe a auto-observação, a consciência moral, a censura dos sonhos e a principal influência no recalque. Dissemos que ele é o herdeiro do narcisismo original em que o ego infantil desfrutava de autossuficiência; gradualmente reúne, das influências do meio ambiente, as exigências que este impõe ao ego, das quais este não pode sempre estar à altura; de maneira que um homem, quando não pode estar satisfeito com seu próprio ego, tem, no entanto, possibilidade de encontrar satisfação no ideal do ego que se diferenciou do ego. (FREUD, 1921, p.138)

A distância entre esse ideal do ego e o ego real é muito variável de um indivíduo para outro. E, a fim de uma melhor compreensão desse material na organização libidinal dos grupos, Freud propõe levarmos em consideração outras relações existentes entre o objeto e o ego. Examinemos, então, a condição de “estar amando” e a “hipnose”.

Em alguns casos, no amor sensual comum, estar amando significa uma catexia de objeto por parte das pulsões sexuais com a finalidade de satisfação sexual que se extingue com o atingimento do objetivo. Mas, a situação libidinal não é tão simples e dirige uma catexia duradoura sobre o objeto sexual para amá-lo mesmo nos momentos desapaixonados. No curso da evolução da vida erótica do homem, a primeira fase está presente na criança quando descobre o primeiro objeto de amor direcionado a um ou outro dos pais, unificando todas as suas pulsões sexuais e a exigência de satisfação nesse objeto. Tal fase é seguida do recalque que compele a criança a renunciar à maior parte desses objetivos sexuais, ainda que em sua relação com os pais ela permanecerá ligada a eles, porém suas pulsões serão inibidas em seu objetivo e as emoções daí decorrentes são caracterizadas como “afetuosas”.

Essas tendências “sensuais” primitivas no inconsciente ficam preservadas e a corrente original permanece em sua totalidade.

Na condição do “estar amando”, há o fenômeno da supervalorização sexual e o objeto amado desfruta de uma isenção no tocante à crítica além de um encantamento sensual. A idealização falsifica o julgamento a respeito desse objeto amado. Freud nos apresenta a seguinte observação:

Vemos que o objeto está sendo tratado da mesma maneira que nosso próprio ego, de modo que, quando estamos amando, uma quantidade considerável de libido narcisista transborda para o objeto. Em muitas formas de escolha amorosa, é fato evidente que o objeto serve de sucedâneo para algum inatingido ideal do ego de nós mesmos. Nós o amamos por causa das perfeições que nos esforçamos por conseguir para nosso próprio ego e que agora gostaríamos de adquirir, dessa maneira indireta, como meio de satisfazer nosso narcisismo. (FREUD, 1921, p.143)

Assim, quando há um aumento da supervalorização sexual e do estar amando, isso exacerba ainda mais essa descrição acima da condição desfrutada pelo objeto amoroso. O ego

se torna cada vez desprezioso e modesto, ao passo que o objeto é mais sublime e precioso até obter todo o autoamor do ego e, decorre daí um autossacrifício. “O objeto, por assim dizer, consumiu o ego” (p.143). Quando se está amando há uma limitação do narcisismo e traços de humildade e de danos causados a si próprio são intensificados. No caso do amor infeliz, que não pode ser satisfeito, a “devoção” do ego ao objeto e as funções atribuídas ao ideal do ego deixam de funcionar e silencia a crítica. Tudo que o objeto faz e pede é correto e inocente. E “o objeto foi colocado no lugar do ideal do ego” (p.143-144).

Passemos agora à diferença entre a identificação e esse movimento extremo de “estar amando” que pode ser descrito como “fascinação” ou “servidão”.

[...] No primeiro caso, o ego enriqueceu-se com as propriedades do objeto, “introjetou” o objeto em si próprio, como Ferenczi [1909] o expressa. No segundo caso, empobreceu-se, entregou-se ao objeto, substituiu o seu constituinte mais importante pelo objeto. [...] Economicamente, não se trata de empobrecimento ou enriquecimento; é mesmo possível descrever um caso extremo de estar amando como um estado em que o ego introjetou o objeto em si próprio. [...] No caso da identificação, o objeto foi perdido ou abandonado; assim ele é novamente erigido dentro do ego e este efetua uma alteração parcial em si próprio, segundo o modelo do objeto perdido. No outro caso, o objeto é mantido e dá-se uma hipercatexia dele pelo ego e às expensas do ego. (FREUD, 1921, p.144)

É possível, segundo Freud, fazer uma aproximação entre o estado de “estar amando” e a hipnose, pois em ambos existe a sujeição do ego ao objeto amado. Sem sombra de dúvida o hipnotizador coloca-se no lugar do ideal do ego e na hipnose é tudo mais intenso do que no estado amoroso. Uma das funções do ideal do ego é checar a realidade das coisas. A hipnose se distingue do “estar amando” pela ausência de inclinações diretamente sexuais e ocupa uma posição intermediária entre o estado de “estar amando” e a formação de grupos.

É interessante ver que são precisamente esses impulsos sexuais inibidos em seus objetivos que conseguem tais laços permanentes entre as pessoas. Porém isso pode ser facilmente compreendido pelo fato de não serem capazes de satisfação completa, ao passo que os impulsos sexuais desinibidos em seus objetivos sofrem uma redução extraordinária mediante a descarga de energia, sempre que o objetivo sexual é atingido. É o destino do amor sensual extinguir-se quando se satisfaz; para que possa durar, desde o início tem de estar mesclado com componentes puramente afetuosos – isto é, que se acham inibidos em seus objetivos – ou deve, ele próprio, sofrer uma transformação desse tipo. (FREUD, 1921, p.146)

Nesse momento, nosso autor se vê em perfeita condição de esclarecer a fórmula da constituição libidinal dos grupos aqui apresentada, ou seja, dos grupos que possuem um líder e, mediante forte organização não conseguiram adquirir secundariamente as características de um indivíduo. “Um grupo primário desse tipo é um certo número de indivíduos que

colocaram um só e mesmo objeto no lugar de seu ideal do ego e, conseqüentemente, se identificaram uns com os outros em seu ego” (p.147). Entretanto, mesmo com essa fórmula apresentada, considera que ainda restam muitos pontos a serem esclarecidos na diferenciação do que ocorre nos grupos comuns e nos grupos organizados.

Poder-se-ia dizer que os intensos vínculos emocionais que observamos nos grupos, são inteiramente suficientes para explicar uma de suas características: a falta de independência e iniciativa de seus membros, a semelhança nas reações de todos eles, sua redução, por assim dizer, ao nível de indivíduos grupais. Mas, se o considerarmos como um todo, um grupo nos mostra mais que isso. Alguns de seus aspectos – a fraqueza de capacidade intelectual, a falta de controle emocional, a incapacidade de moderação ou adiamento, a inclinação a exceder todos os limites na expressão da emoção e descarregá-la completamente sob a forma de ação – essas e outras características semelhantes tão impressivamente descritas por Le Bon apresentam um quadro inequívoco de regressão da atividade mental a um estágio anterior, como não nos surpreendemos em descobri-la entre os selvagens e as crianças. Uma regressão desse tipo é, particularmente, uma característica essencial dos grupos comuns, ao passo que, como soubemos, nos grupos organizados e artificiais ela pode em grande parte ser controlada. (FREUD, 1921, p.149)

Freud também considera a influência da sugestão ainda um grande enigma, pois além de ser exercida pelo líder temos, também, que considerá-la praticada por um indivíduo sobre outro. Para elucidação dessa segunda condição, irá se valer das contribuições de Trotter sobre a pulsão de rebanho ou pulsão gregária.

Segundo este autor, o gregarismo é um fenômeno mental que ocorre nos grupos. Sendo inato aos seres humanos. Comparativamente aos termos da teoria da libido, trata-se de uma tendência de todos os seres vivos da mesma espécie combinar-se em unidades cada vez mais abrangentes. Sozinho o indivíduo sente-se incompleto. E são enumeradas as seguintes pulsões primárias do indivíduo: de autopreservação, de nutrição, de sexo e gregário, sendo esta última em oposição às demais.

Se Le Bon tratou das formações grupais passageiras e típicas, McDougall das associações estáveis, Trotter escolheu a forma mais generalizada de reunião do homem, e Freud, por sua vez, busca indícios da sugestibilidade como um derivado da pulsão gregária, apoiando-se nas considerações desse último autor mencionado. A pulsão gregária não deixa muito espaço para o líder, ele é arremessado junto com a multidão. Entretanto, na sua exposição deixa aberta a possibilidade de a pulsão gregária não ser primária como as demais. Mas a tarefa de traçar a ontogênese da pulsão gregária não é fácil.

Buscando compreender a origem da pulsão gregária, Freud relembra que a exigência de igualdade é a raiz da consciência social e do senso de dever. “O sentimento social, assim, se baseia na inversão daquilo que a princípio constituiu um sentimento hostil em uma ligação

da tonalidade positiva, da natureza de uma identificação [...]” (p.153). Essa inversão parece ocorrer sob a influência de um vínculo afetivo comum com alguém fora do grupo. Mas essa exigência de igualdade requer sistematicamente que seja realizada. Freud relembra que na análise dos grupos artificiais, a Igreja e o Exército, a premissa necessária é que todos os membros sejam amados da mesma maneira pelo líder. E essa exigência de igualdade num grupo deve aplicar-se aos seus membros, excetuando-se o líder. “Todos os membros devem ser iguais uns aos outros, mas todos querem ser dirigidos por uma só pessoa” (p.154). E acrescenta: “Muitos iguais, que podem identificar-se uns com os outros, e uma pessoa isolada, superior a todos eles: essa é a situação que vemos realizada nos grupos capazes de subsistir” (p.154). Assim, corrige o pronunciamento de Trotter sobre a condição do homem como um animal gregário, para ressaltar tratar-se preferencialmente de um animal de horda, uma criatura individual numa horda conduzida por um chefe.

### 1.3.3. O mito da horda e o ideal do eu

Freud relembra os postulados de seu estudo *Totem e tabu* (1913[1912]) quando concordou com uma conjectura de Darwin de que a forma primitiva da sociedade humana era uma horda governada despoticamente por um macho poderoso. Na ocasião, buscou demonstrar a hipótese dos traços indestrutíveis na história da descendência humana deixados por essa horda, em especial, que o desenvolvimento do totemismo, cuja abrangência está nos primórdios da religião, da moralidade e da organização social, e está ligado ao assassinato do chefe e à transformação dessa horda paterna por uma comunidade de irmãos:

[...] A psicologia de um grupo, assim como a conhecemos a partir das descrições a que com tanta frequência nos referimos, o afinamento da personalidade individual consciente, a focalização de pensamentos e sentimentos numa direção comum, a predominância do lado afetivo da mente e da vida psíquica inconsciente, a tendência à execução imediata das intenções tão logo ocorram: tudo isso corresponde a um estado de regressão a uma atividade mental primitiva, exatamente da espécie que estaríamos inclinados a atribuir à horda primeva. [...] Assim, o grupo nos aparece como uma revivescência da horda primeva. (FREUD, 1921, p.155-156)

E, da mesma forma que o homem primitivo sobrevive potencialmente em cada indivíduo, a horda primeva pode surgir de qualquer reunião fortuita, tendo em vista que os homens se encontram habitualmente sob a influência da formação de grupo. Aí está posta, nessa formação, a sobrevivência da horda primeva. Os membros do grupo achavam-se sujeitos a vínculos, porém o pai da horda era livre, seus atos eram fortes e independentes, presume-se que seu ego possuía poucos vínculos libidinais, ele amava a si próprio ou às



peessoas que atendiam às suas necessidades. Uma natureza dominadora, narcisista, autoconfiante e independente, distinta da dos membros de um grupo que necessitavam da ilusão de serem igualmente amados por seu líder. “Sabemos que o amor impõe um freio ao narcisismo, e seria possível demonstrar como, agindo dessa maneira, ele se tornou um fator de civilização” (p.157).

O pai primevo impedira aos filhos a satisfação de seus impulsos diretamente sexuais, forçara-os à abstinência e aos laços emocionais com ele e entre os membros cujos impulsos sexuais eram inibidos em seu objetivo, dessa feita, foi um precursor da psicologia de grupo. O sucessor do pai primevo recebeu também a possibilidade de satisfação sexual, e a possibilidade de satisfação sem qualquer necessidade de adiamento permitiu a elevação de seu narcisismo, evidenciando uma conexão entre amor e formação do caráter. Na horda primeva, os filhos sabiam que eram também perseguidos pelo pai e o temiam igualmente. Inversamente, num grupo artificial, a ênfase recai sobre o artifício da ilusão do líder que ama a todos os indivíduos de modo igual e justo. “Essa mesma remoldagem sobre a qual todos os deveres sociais se erguem já se acha pressuposta pela forma seguinte da sociedade humana, o clã totêmico” (p.158).

Podemos associar as características misteriosas e coercitivas presentes nas formações grupais aos fenômenos de sugestão remontados em sua origem na horda primeva. “O líder do grupo ainda é o temido pai primevo; o grupo ainda deseja ser governado pela força irrestrita e possui uma paixão extrema pela autoridade; [...] O pai primevo é o ideal do grupo, que dirige o ego no lugar do ideal do ego” (p.161).

Apesar de sua época, o pai da psicanálise considera que o exame da vida de um homem como indivíduo com as contribuições da psicologia de grupo não deve intimidá-lo a uma exposição mais abrangente do tema.

Cada indivíduo é uma parte componente de numerosos grupos, acha-se ligado por vínculos de identificação em muitos sentidos e construiu seu ideal do ego segundo os modelos mais variados. Cada indivíduo, portanto, partilha de numerosas mentes grupais – as de sua raça, classe, credo, nacionalidade etc. – podendo também elevar-se sobre elas, na medida em que possui um fragmento de independência e originalidade. [...] E é exatamente nesses ruidosos grupos efêmeros, superpostos uns aos outros, por assim dizer, que encontramos o prodígio do desaparecimento completo, embora apenas temporário, exatamente daquilo que identificamos como aquisições individuais. (FREUD, 1921, p.163)

E acrescenta:

[...] o indivíduo abandona seu ideal do ego e o substitui pelo ideal do grupo, tal como é corporificado no líder. [...] Em muitos indivíduos, a separação entre o ego e o ideal do ego não se acha muito avançada e os dois ainda coincidem facilmente; o ego amiúde preservou sua primitiva autocomplacência narcisista. A seleção do líder é muitíssimo facilitada por essa circunstância. (FREUD, 1921, p.163)

Para os outros membros do grupo, caso não tenham corporificado essa necessidade de um chefe forte, são arrastados com os demais por “sugestão”, ou seja, por meio da identificação. Freud está ciente que pode contribuir para explicação da estrutura libidinal dos grupos e essa “reconduz à distinção entre o ego e o ideal do ego e à dupla espécie de vínculo que isso possibilita: a identificação e a colocação do objeto no lugar do ideal do ego” (FREUD, 1921, p. 164).

Cabe aqui uma reflexão sobre o ego e sua relação de objeto para com o ideal do ego, dele desenvolvido, a ação recíproca entre um objeto externo e o ego como um todo, e sua repetição nessa nova cena de ação dentro do ego. Nossa existência mental é separada em um ego coerente e uma parte inconsciente e reprimida.

No entanto, essa separação entre o ideal do ego e o próprio ego não pode ser mantida. Nas renúncias e limitações impostas ao ego é usual a infração da proibição à regra. O ideal do ego abrange a soma de todas as limitações a que o ego deve aquiescer. Por sua vez, há uma sensação de triunfo toda vez que uma parte de algo do ego coincide com o ideal do ego. E, ao contrário, o sentimento de culpa (ou de inferioridade) é a expressão de uma tensão entre o ego e o ideal do ego. Diferente do que ocorre na melancolia, na mania o ego e o ideal do ego se fundem de maneira que a pessoa possui um estado de ânimo de triunfo e autossatisfação imperturbada por qualquer crítica e pode libertar suas inibições, sentimentos e autocensuras.

Já no sofrimento melancólico, vemos a expressão de um conflito entre as duas instâncias, ego e ideal do ego, e um excesso de condenação ao ego e de autodepreciação. Há casos de melancolias simples, crises isoladas ou recorrentes, que nunca apresentam uma mudança para a mania. Há casos de melancolia em que a causa precipitadora desempenha o papel etiológico. Por exemplo, na melancolia espontânea, após a perda de um objeto amado é necessária uma retirada de libido do objeto.

Freud considera que foram pouco aprofundadas pela investigação psicanalítica as formas e casos de melancolia. Podemos compreender os casos em que o objeto foi abandonado porque demonstrou ser indigno de amor. Nesses casos, o objeto é novamente erigido dentro do ego, através da identificação, e é severamente condenado pelo ideal do ego. As censuras que eram dirigidas ao objeto vêm em forma de autocensuras melancólicas. Uma melancolia desse tipo pode reverter para a mania. Em ambos os tipos de melancolia,

psicogênico ou espontâneo, Freud atribui uma rebelião periódica do ego contra o ideal do ego. No espontâneo, o ideal do ego é inclinado a apresentar uma rigidez peculiar e, no tipo psicogênico, o ego é incitado à rebelião contra o mau tratamento por parte do seu ideal, esse mau tratamento ocorre quando há uma identificação do ego com um objeto rejeitado.

Nosso autor se propõe a fazer uma distinção entre a identificação do ego com um objeto e a substituição do ideal do ego por um objeto, tendo como ilustração os dois grupos artificiais narrados, o Exército e a Igreja cristã. Cita o exemplo de um soldado em sua relação com o líder e seu grupo:

É óbvio que um soldado toma o seu superior, que é, na realidade, o líder do exército, como seu ideal, enquanto se identifica com os seus iguais e deriva dessa comunidade de seus egos as obrigações de prestar ajuda mútua e partilhar das posses que o companheirismo implica. Mas, se tenta identificar-se com o general, torna-se ridículo. (FREUD, 1921, p.169)

De maneira distinta ocorre na Igreja católica.

[...] Todo cristão ama Cristo como seu ideal e sente-se unido a todos os outros cristãos pelo vínculo da identificação. Mas a Igreja exige mais dele. Tem também de identificar-se com Cristo e amar todos os outros cristãos como Cristo os amou. Em ambos os pontos, portanto, a Igreja exige que a posição da libido fornecida pela formação grupal seja suplementada. Há que acrescentar a identificação ali onde a escolha objetal já se realizou, e o amor objetal onde há identificação. Esse acréscimo, evidentemente, vai além da constituição do grupo. [...] Porém, esse novo desenvolvimento na distribuição da libido no grupo constitui provavelmente o fator sobre o qual o cristianismo baseia sua alegação de haver atingido um nível ético mais elevado. (FREUD, 1921, p.169-170)

E quando afirmou ser possível especificar o desenvolvimento mental da humanidade, a passagem para a psicologia individual também foi alcançada pelos membros do grupo. Nesse ponto, retorna ao “mito científico” do pai da horda primeva: “Assim, o mito é o passo com o qual o indivíduo emerge da psicologia de grupo. O primeiro mito foi certamente o psicológico, o mito do herói; o mito explicativo da natureza deve tê-lo seguido muito depois” (p.172). Esse herói relata ao grupo suas façanhas inventadas, e seus ouvintes, em função da mesma relação de anseio pelo pai primevo, identificam-se com o herói.

A mentira do mito heroico culmina pela deificação do herói. Talvez o herói deificado possa ter sido mais antigo que o Deus Pai e precursor do retorno do pai primevo como deidade. A série dos deuses, então, seria cronologicamente esta: Deusa Mãe – Herói – Deus Pai. Mas só com a elevação do pai primevo nunca esquecido a divindade adquire as características que ainda hoje nela identificamos. (FREUD, 1921, p.172)

Freud retoma o estudo das pulsões diretamente sexuais e pulsões inibidas em seus objetivos:

O desenvolvimento da libido nas crianças familiarizou-nos com o primeiro, mas também o melhor, exemplo de pulsões sexuais inibidas em seus objetivos. Todos os sentimentos que uma criança tem para com os pais e para com aqueles que cuidam dela transformam-se, por uma fácil transição, em desejos que dão expressão aos impulsos sexuais da criança [...] A observação direta, bem como a subsequente investigação analítica dos resíduos da infância, não deixa dúvidas quanto à completa fusão de sentimentos ternos e ciumentos e de intenções sexuais, mostrando-nos de que maneira fundamental o que a criança faz da pessoa que ama o objeto de todas as suas tendências sexuais, ainda não corretamente centradas. (FREUD, 1921, p.172-173)

A apresentação dessa primeira configuração do amor da criança, que nos casos típicos toma a forma do complexo de Édipo, sucumbe, diante do recalque. “O que resta dela apresenta-se como um laço emocional puramente afetivo, referente às mesmas pessoas; porém, não mais pode ser descrito como ‘sexual’” (p.173). E em relação a esses vínculos sexuais dos primeiros anos da infância, eles persistem, embora reprimidos e inconscientes. Também permite afirmar que um sentimento afetivo, independentemente de onde o encontremos, “constitui um sucessor de uma vinculação de objeto completamente ‘sensual’ com a pessoa em pauta ou, antes, com o protótipo (ou *imago*) dessa pessoa” (p.173). Essa corrente sexual existe sob o recalque e pode manifestar-se catexizada e novamente colocada em atividade por meio da regressão, embora não possamos precisar o grau de catexia e força operativa que estão atuando. Uma psicologia que penetre nas profundezas do que é reprimido, considera os laços emocionais como expressão de impulsos com objetivo sexual desviados desses fins. Essas pulsões inibidas em seus objetivos conservam alguns de seus objetivos sexuais originais.

Se preferirmos, podemos identificar nesse desvio de objetivo um início da *sublimação* das pulsões sexuais ou, por outro lado, podemos fixar os limites da sublimação em algum ponto mais distante. Essas pulsões sexuais inibidas em seus objetivos possuem uma grande vantagem funcional sobre as desinibidas. Desde que não são capazes de satisfação realmente completa, acham-se especialmente aptos a criar vínculos permanentes, ao passo que as pulsões diretamente sexuais incorrem numa perda de energia sempre que se satisfazem e têm de esperar serem renovados por um novo acúmulo de libido sexual; assim, nesse meio tempo, o objeto pode ter-se alterado. As pulsões inibidas são capazes de realizar qualquer grau de mescla com as desinibidas; podem ser novamente transformados em desinibidas, exatamente como deles se originaram. (FREUD, 1921, p.174)

Seguindo o autor, podemos presumir que os impulsos sexuais inibidos em seus objetivos se originam dos diretamente sexuais, isso ocorre quando obstáculos internos ou

externos tornam inatingíveis os objetivos sexuais. Em referência ao pai da horda primeva, também podemos supor que ele tenha forçado os filhos a laços inibidos em seus objetivos, enquanto ele gozava de toda liberdade sexual e não estabelecia vínculos.

Freud traz a seguinte definição: “Todos os vínculos de que um grupo depende têm o caráter de pulsões inibidas em seus objetivos” (p.175). Nesse ponto, Freud aproxima a discussão de um novo assunto, para tratar da relação existente entre as pulsões diretamente sexuais e a formação de grupos.

No mito da família primeva, o amor dos irmãos pelas irmãs e mães levou-os ao parricídio e à instituição da exogamia totêmica. Nos grupos como a Igreja e o Exército as relações amorosas entre homens e mulheres permanecem fora das organizações. Os impulsos sexuais conservam um pouco da atividade individual, mesmo em uma pessoa que se encontre absorvida em um grupo e, se esses se tornam fortes demais, desintegram a formação grupal.

Nosso autor considera notável: “Parece certo que o amor homossexual é muito mais compatível com os laços grupais, mesmo quando toma o aspecto de impulsos sexuais desinibidos, [...]” (p.177). Relembra que de acordo com a investigação psicanalítica das psiconeuroses, os sintomas remontam a impulsos sexuais reprimidos, mas que permanecem ativos, ao que podemos acrescentar a fórmula por ele citada: “ou a impulsos inibidos nos objetivos, cuja inibição não foi inteiramente bem-sucedida ou permitiu um retorno do objetivo sexual reprimido” (p.177). Em relação ao grupo acrescenta: “Está de acordo com isso que uma neurose torne associada a sua vítima ou a afaste das formações habituais de grupo. Pode-se dizer que uma neurose tem sobre o grupo o mesmo efeito desintegrador que o estado de estar amando” (p.177).

Existe um antagonismo entre as neuroses e as formações de grupo, isto é, onde ocorre uma poderosa formação de grupo as neuroses podem diminuir ou, pelo menos temporariamente, desaparecer. Por sua vez, é difícil discernir os vínculos que ligam as pessoas às seitas e comunidades místico-religiosas ou filosófico-religiosas – trata-se de expressões de curas distorcidas de todos os tipos de neuroses. Fato é que há uma correlação entre os impulsos diretamente sexuais e os inibidos em seus objetivos. Se é excluído de seu grupo, o neurótico se vê compelido a substituí-lo por suas próprias formações de sintomas, ele cria seu próprio mundo de imaginação, recapitulando as instituições da humanidade, mas de maneira distorcida. Para Freud, isso seria uma prova evidente do papel dominante desempenhado pelos impulsos sexuais.

A título de conclusão da teoria da libido, Freud acrescenta uma estimativa comparativa dos estados analisados neste trabalho: “estar amando”, “hipnose”, “formação grupal” e “neurose”.

O “estar amando” é a presença simultânea de impulsos sexuais inclusive inibidos em seus objetivos, em que o objeto arrasta parte da libido do ego narcisista do sujeito para si próprio. É uma condição que dá lugar apenas para o ego e o objeto. Quanto à “hipnose” esta é semelhante ao estado de estar amando e limita-se a duas pessoas; está baseada em impulsos sexuais inibidos em seus objetivos e o objeto é posto no lugar do ideal do ego. Já o “grupo” concorda com a hipnose na natureza das pulsões que o mantêm unido e também na substituição do ideal do ego pelo objeto, porém, existe a identificação com outros indivíduos em decorrência de terem eles a mesma relação com o objeto. Tanto os estados de hipnose quanto a formação de grupo são “depósitos” herdados da filogênese da libido humana: a hipnose por sua predisposição e o grupo como uma forma de sobrevivência. “A substituição dos impulsos diretamente sexuais por aqueles que são inibidos em seus objetivos promove em ambos os estados uma separação entre o ego e o ideal do ego [...]” (p.179). E a “neurose” é posta fora dessa série, embora também baseada numa peculiaridade do desenvolvimento da libido humana da função diretamente sexual; assemelha-se à hipnose e à formação de grupo por seu caráter de regressão. Surge quando a passagem das pulsões diretamente sexuais para as inibidas em seus objetivos não foi bem-sucedida, representado um “conflito” entre as pulsões presentes no ego e aquelas reprimidas no inconsciente, esforçando-se por conseguir satisfação direta.

As neuroses são extremamente ricas em conteúdo, por abrangerem todas as relações possíveis entre o ego e o objeto – tanto aquelas nas quais o objeto é mantido, como noutras, em que é abandonado ou erigido dentro do próprio ego – e também as relações conflitantes entre o ego e o seu ideal do ego. (FREUD, 1921, p.179)

Trazendo o tema apresentado para o contexto do fundo de pensão pesquisado identificamos traços do grupo descritos por Freud (1921). O mesmo grupo que é obediente à autoridade também exige força e até mesmo violência de seus heróis, e as inibições individuais são substituídas pelas pulsões cruéis e destrutivas do grupo.

Vimos na entidade que o indivíduo em grupo está sujeito à influência deste além de uma profunda capacidade de sua atividade mental tendo em vista a intensificação da submissão a outros indivíduos. E a essência da mente grupal está nas relações amorosas, isto é, nos laços emocionais que o constituem. Cada indivíduo está ligado por laços libidinais de

um lado ao líder e, de outro, aos membros do grupo. Tal condição fica muito clara nas configurações das equipes de trabalho na entidade.

Quando o amor por si mesmo cede lugar ao amor pelos outros quando se estabelecem laços libidinais entre os companheiros de trabalho, laços que se prolongam entre eles simplesmente até o ponto em que se torna vantajoso para ambos os indivíduos que compõem, por exemplo, uma equipe de trabalho.

Segundo Freud (1921), é graças à ligação da libido a outros objetos que se torna possível o desenvolvimento do processo civilizatório, o amor de si mesmo em prol do amor pelos outros atua como um fator civilizador, permitindo a modificação do egoísmo em altruísmo. O amor impõe assim um freio no narcisismo. A essência da formação grupal consiste no estabelecimento de novos tipos de laços libidinais. E a identificação é a forma mais primitiva e original de laço emocional. A identificação possibilita tanto a expressão da ternura como um desejo de afastamento de alguém. É isso que permitir colocar-se em determinada situação vivida por outra pessoa e o estabelecimento de laços entre os membros de um grupo, inclusive com o líder. Na Previ os estabelecimentos dos laços libidinais pela identificação com o grupo ou ao líder é bastante perceptível, inclusive, na composição dos pequenos grupos por afinidades de trabalho e/ou no modo de agir.

A instância crítica interna, dentro do ego, denominada “ideal do ego” é herdeira do narcisismo original da “autossuficiência” do ego e gradualmente assume as influências do meio ambiente, as exigências que este impõe ao ego, das quais nem sempre o indivíduo consegue responder à altura. Quando o indivíduo não está satisfeito com seu próprio ego ele tem a possibilidade de encontrar a satisfação no ideal do ego.

Vimos que idealização falsifica o julgamento a respeito da condição do objeto amado e uma quantidade de libido narcisista é transbordada para o objeto. Ocorre, assim, do objeto ser colocado no lugar do ideal do ego. Tal condição permite a determinados colaboradores na entidade desfrutarem de determinadas prerrogativas junto às lideranças instituídas na Previ. Também pode ocorrer o contrário de determinadas lideranças terem prerrogativas junto aos seus colaboradores. Segundo Freud (1921), um grupo “primário” ocorre sempre que alguns indivíduos colocam o mesmo objeto no lugar do ideal do ego e, portanto, se identificam uns com os outros em seu ego.

Mas, o líder ainda é o temido pai primevo da horda, e o grupo deseja ser governado pela sua força irrestrita e a ele devota uma paixão extrema pela autoridade. O pai primevo é o ideal do grupo e ele ocupa o lugar do ideal do ego. Na Previ, isto se vê muito claramente em relação à figura de um gerente ou de um diretor, e, pelo poder e autoridade, inclusive, por suas

características “misteriosas” e “coercitivas” que ele representa na instituição. Neste sentido, os indivíduos componentes de um grupo, se acham a ele ligado por vínculos e nele construíram seu ideal do ego, seguindo os modelos mais variados existentes na entidade. Os indivíduos abandonam seu ideal do ego em substituição ao ideal do grupo corporificado na figura do líder.

Para Freud (1921), em muitos indivíduos, a separação entre ego e ideal do ego não se acha muito avançada, e isto permite uma coincidência entre eles. O ego preservou sua primitiva autocomplascência narcisista e tal circunstância facilita a escolha do líder neste lugar de ideal. Tanto a identificação como a colocação do objeto no lugar do ideal do ego contribuem para constituição do grupo. O ideal do ego abrange todas as limitações a que o ego deve se submeter.

Por fim, pensando na figura do pai da horda primeva que teria forçado os filhos a laços inibidos em seus objetivos enquanto ele gozava de toda liberdade sexual e não estabelecia vínculos, podemos vislumbrar a existência multiplicada de tal figura representada nas diversas gerências da entidade, pois sabemos que os vínculos de um grupo estão atrelados aos tipos de inibição das pulsões em jogo em relação aos seus objetivos. Tais características dos grupos serão aprofundadas posteriormente na apresentação da mentalidade Previ.

Dando sequência à pesquisa do tema ‘trabalho’ vamos apresentar uma aproximação deste com o processo civilizatório.

#### **1.4. Trabalho e civilização em Freud**

O objetivo, neste momento de nosso estudo, é mostrar que o *trabalho* possui lugar distinto no processo civilizatório. Tal elaboração visa evidenciar, a partir da teoria psicanalítica, o desvio do destino sexual da pulsão em direção ao trabalho comum. Essa forma de satisfação, quando inibida em sua finalidade, contribui para a soberania dos interesses da civilização à frente dos indivíduos, conciliando seus sacrifícios pulsionais em prol da civilização. Diante das reivindicações de insatisfação pulsionais e exigências da civilização, resta ao indivíduo, com o trabalho comum, obter uma compensação capaz de preservar nele um equilíbrio de forças do aparelho psíquico.

Há ainda outra via de satisfação pulsional especial, a atividade profissional ou através da “arte”, quando sua realização ocorre por meio da sublimação – especificamente, a criação artística retrata as realizações de dada cultura contribuindo para a satisfação narcísica. Ambas oferecem satisfações substitutivas para as renúncias culturais e, por esse motivo, servem como um processo de reconciliação de interesses do indivíduo com a civilização.



Freud avança em suas elaborações sobre a agressividade tão presente nos relacionamentos humanos e, conseqüentemente, na civilização, quando expõe que o derivado da pulsão agressiva é o derivado principal do representante da pulsão de morte. Esta, por sua vez, convive lado a lado com a pulsão de vida, Eros, na luta do homem pelo domínio do mundo. Tal definição da dualidade pulsional permite elucidar a evolução da civilização, isto é, da luta irreconciliável entre a vida e a morte, tal como ela se elabora na espécie humana. Contudo, essa luta entre o indivíduo e a sociedade deve ser vista como uma luta dentro da economia da libido, tal como ocorre entre o ego e os objetos. Se admitirmos uma acomodação final no indivíduo, pode-se também esperá-la no futuro da civilização? As previsões freudianas não são muito otimistas, sua expectativa é de que teremos que lutar, por um tempo incalculável, com as dificuldades do caráter indomável da natureza humana para qualquer espécie de comunidade social.

Inicialmente, apresentaremos a definição da função sexual no processo civilizatório.

#### **1.4.1. A função sexual**

Freud (1916 [1915]) apresenta a tese de que uma das descobertas da psicanálise refere-se aos impulsos pulsionais descritos como sexuais, tanto no sentido estrito ou mais amplo do termo e que, por desempenharem papel extremamente importante na causa das doenças nervosas, eles também prestavam contribuições às mais elevadas criações culturais, artísticas e sociais do espírito humano.

Sua crença é de que a civilização foi criada sob a pressão das exigências da vida, à custa da satisfação das pulsões, num movimento reiterado de recriação da sociedade, pois cada pessoa repete esse sacrifício pulsional em benefício de toda a comunidade

Entre as forças pulsionais que têm esse destino, os impulsos sexuais desempenham uma parte importante; nesse processo eles são sublimados – isto é, são desviados de suas finalidades sexuais e dirigidos a outras, socialmente mais elevadas e não mais sexuais. (FREUD, 1916 [1915], p.36).

Entretanto, há uma instabilidade nesse arranjo, pois há um risco de as pulsões sexuais se rebelarem contra essa destinação e a maior ameaça contra a civilização seria a possibilidade de essas pulsões sexuais liberadas retornarem às suas finalidades originais. Razão pela qual a sociedade não tem interesse em reconhecer a força dessas pulsões sexuais, muito menos em demonstrar a importância da vida sexual para o indivíduo.

A sexualidade infantil possui duas principais características: surge ligada à satisfação das principais necessidades orgânicas e se comporta de maneira autoerótica. Diante do processo de sensações prazerosas, os bebês se defrontam com a força inibidora do mundo externo, uma antevisão dos futuros conflitos externos e internos, em que a criança trocará o prazer pela respeitabilidade social.

Quanto à vida sexual da criança, Freud nos esclarece:

[...] A vida sexual de uma criança é, de fato, inteiramente constituída das atividades de determinado número de pulsões parciais que, independentes umas das outras, buscam a obtenção de prazer, em parte, do próprio corpo do indivíduo e, em parte, já de um objeto externo. Entre esses órgãos muito cedo assumem relevo os genitais. (FREUD, 1917 [1916-17b], p.370)

Na psicanálise, o conceito do que é sexual foi ampliado a fim de dar suporte às teses da causação sexual das neuroses e do significado sexual dos sintomas. Freud (1917[1916-17b]) estuda a abrangência do conceito de ‘sexual’ e retoma a afirmativa de que os sintomas neuróticos são substitutos da satisfação sexual.

A psicanálise é definida como um processo responsável por trazer o material mental reprimido para a consciência do paciente. “Já definimos a nossa tarefa terapêutica como algo que consiste em duas coisas: tornar consciente o material reprimido e descobrir as resistências” (FREUD, 1919[1918], p.204).

De acordo com Freud (1925 [1924a]), para a psicanálise, as pulsões sexuais possuem um lugar muito importante na vida mental dos seres humanos, sendo os sintomas neuróticos satisfações substitutivas deformadas de forças pulsionais sexuais que foram frustradas de satisfação por resistências internas. Na última revisão da teoria das pulsões, além das pulsões sexuais (Eros), Freud definiu outra, com força suficiente para suprimi-las – a pulsão de morte ou destruição –, com forças mutuamente opostas. A civilização estaria ancorada em dois pilares: de um lado, o controle das forças naturais, do outro, a restrição das pulsões humanas.

Para a psicanálise, “[...] a sociedade deve assumir como uma de suas mais importantes tarefas educadoras restringir a pulsão sexual quando esta irrompe como impulso à reprodução, e sujeitá-la a uma vontade individual que é idêntica à ordem da sociedade” (FREUD, 1917 [1916-17b], p.364). Essa tarefa de dominar a pulsão não é simples e pode-se obter ou não grande êxito.

O móvel da sociedade humana é, em última análise, econômico; como não possui provisões suficientes para manter vivos todos os seus membros, a menos que

*trabalhem*, ela deve limitar o número de seus membros e desviar suas energias da atividade sexual para o *trabalho*. (FREUD, 1917 [1916-17b], p.364-365)

Esse comentário evidencia o móvel da sociedade: a mudança da energia sexual para o trabalho. Este aspecto será retomado mais à frente.

Embora possua um trabalho independente da psicanálise, o filólogo Hans Sperber [1912], de Uppsala, é mencionado nessa obra, por apresentar o argumento das necessidades sexuais na origem do desenvolvimento da linguagem e, mais tarde, do trabalho.

Destacamos esta citação de Freud:

Segundo esse autor [Hans Sperber], os sons originais da linguagem se destinavam à comunicação e atraíam o parceiro sexual; a evolução ulterior das raízes linguísticas acompanhou as *atividades laborativas* do homem primitivo. Essas atividades, prossegue ele, eram executadas em comum e acompanhadas por expressões ritmicamente repetidas. Assim, um interesse sexual permaneceu vinculado ao *trabalho*. O homem primitivo tornou o *trabalho* aceitável, por assim dizer, tratando-o como equivalente e substituto da atividade sexual. As palavras enunciadas durante o *trabalho* em comum tinham, pois, dois significados: designavam atos sexuais e também a *atividade laborativa* que a estes se equiparava. Com o decorrer do tempo as palavras se desvincularam da significação sexual e fixaram-se no *trabalho*. Em gerações posteriores a mesma coisa aconteceu com as palavras novas, que tinham significado sexual e eram aplicadas a novas formas de *trabalho*. (FREUD, (1916 [1915-16a]), p.199-200)

As raízes das palavras seriam de origem sexual e, com o passar do tempo, desvincularam-se da significação sexual, fixando-se no trabalho. A riqueza das palavras permite uma melhor compreensão do simbolismo dos sonhos, ou seja, explicam por que os sonhos mantêm um número tão extraordinariamente grande de símbolos sexuais, haja vista sua relação simbólica com o resíduo da antiga identidade verbal.

Essa compreensão da “linguagem primitiva” e do campo em que a maior parte desta sobreviveu, é designado como o ‘campo das neuroses’, cujo material são os sintomas e outras manifestações dos pacientes, além, é claro, de ser esta a razão de ser da criação da psicanálise. Os sonhos permitem confirmar todas as premissas da psicanálise e reforçam a analogia entre a estrutura dos sonhos e a dos sintomas neuróticos: “[...] a natureza inconsciente dos processos mentais, os mecanismos especiais a que estes obedecem e as forças pulsionais que neles se expressam [...]” (FREUD, 1916 [1915-16b], p.285).

Segundo Freud (1925 [1924a]), com a teoria das pulsões, a psicanálise demonstrou que interesses e atividades sexuais ocorrem nas crianças desde o início de suas vidas; e reconheceu o ápice da vida sexual infantil no complexo de Édipo, dessa época da pré-história restou um horror ao incesto e um sentimento enorme de culpa. Frente às pressões das

reivindicações insatisfeitas de suas pulsões e às exigências da civilização resta ao indivíduo obter uma compensação para capacitá-lo a preservar seu equilíbrio mental.

#### **1.4.1.2. Inibição no trabalho**

Tendo em vista que o conceito de inibição se encontra muito associado ao de função, Freud (1926 [1925]), propõe-se a examinar as várias funções do ego e como as formas de perturbação dessas funções ocorrem em diferentes afecções neuróticas. Inicia um estudo comparativo da natureza das seguintes funções: sexual, nutrição, locomoção e trabalho profissional. Nosso interesse aqui será destacar a primeira e a quarta função.

A “função sexual” está sujeita a grande número de perturbações sendo a maioria com características de inibições simples e classificadas como impotência psíquica. Nos homens ocorre desde um afastamento da libido resultando em desprazer psíquico. Há uma relação entre a inibição e a ansiedade, por exemplo, algumas inibições representam o abandono da função porque sua prática geraria ansiedade. Muitos atos obsessivos são medidas preventivas e de segurança contra experiências sexuais, sendo assim de natureza fóbica. O que podemos observar é que as perturbações da função sexual são acarretadas por grande variedade de meios, Freud enumera várias manifestações dessas perturbações:

(1) A libido pode simplesmente ser afastada (isto parece produzir, com a maior rapidez, o que consideramos uma inibição pura e simples); (2) a função pode ser executada de forma menos perfeita; (3) pode ser prejudicada por ter condições ligadas a ela, ou modificada pelo desvio para outras finalidades; (4) pode ser impedida por medidas de segurança; (5) se não puder ser impedida desde o início, pode ser imediatamente interrompida pelo aparecimento da ansiedade; e (6) se for, não obstante, levada a efeito, poderá haver uma subsequente reação de protesto contra ela e uma tentativa de desfazer o que foi feito. (FREUD, 1926 [1925], p.108)

Quanto à “inibição no trabalho” é um fato com o qual temos de lidar como um sintoma isolado no trabalho terapêutico – “[...] o indivíduo sente uma diminuição do seu prazer nele, ou se torna menos capaz de realizá-lo bem, ou então experimenta certas reações no tocante ao mesmo, como a fadiga, a tontura ou o enjoo, se for obrigado a prosseguir com o mesmo” (p. 109). No caso da histeria ocorre uma desistência do trabalho devido ao aparecimento de paralisias orgânicas e funcionais que impedem a continuidade do trabalho. Já o neurótico obsessivo torna-se distraído ou perderá tempo com o seu trabalho pela intromissão de delongas e repetições.

A inibição é apresentada como “a expressão de uma restrição de uma função do ego” (p.109), restrição essa que pode ter causas muito diferentes. Em algumas inibições específicas, a análise revela que as atividades ficaram sujeitas às inibições neuróticas porque

os órgãos físicos postos em ação se tornaram muito erotizados. “Descobriu-se como ato geral que a função do ego de um órgão fica prejudicada se a sua erotogeneidade – sua significação sexual – for aumentada” (p. 110). E Freud complementa: “O ego renuncia a essas funções, que se acham dentro de sua esfera, a fim de não ter de adotar novas medidas de recalque – a fim de evitar entrar em conflito com o id” (p.110).

Quanto às inibições de atividades profissionais, temos o seguinte esclarecimento:

Existem também claramente inibições que servem à finalidade de autopunição. Este é amiúde o caso em inibições de *atividades profissionais*. Não se permite ao ego levar a efeito essas atividades, porque trariam êxito e lucro, e isso são coisas que o severo superego proibiu. Assim o ego desiste também delas, a fim de evitar entrar em conflito com o superego. (FREUD, 1926 [1925], p.110)

No tocante às inibições mais generalizadas do ego, essas obedecem a um mecanismo mais simples. O ego frente a uma tarefa psíquica difícil, como ocorre no luto, numa supressão de afeto ou na manutenção contínua do fluxo de fantasias sexuais, ele perde uma quantidade grande de energia à sua disposição requerendo a redução simultânea de energia em outros pontos.

Podemos concluir que as inibições são restrições das funções do ego impostas como medida de precaução ou em decorrência de um empobrecimento de energia. Por sua vez o sintoma não pode ser descrito como um processo que ocorre dentro do ego ou que atua sobre ele o que justifica afirmar que uma inibição difere de um sintoma.

#### **1.4.2. A civilização**

Em *O mal-estar na civilização* (1930 [1929]), lê-se: “A substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade constitui o passo decisivo da civilização” (p.115). Tal afirmativa visa esclarecer que um dos aspectos característicos da civilização, a saber, a maneira pela qual são regulados os relacionamentos mútuos dos homens, não pode ficar submetida à vontade arbitrária do indivíduo. O resultado esperado, em prol do desenvolvimento cultural, é que todos da comunidade contribuam com sua quota de sacrifício das pulsões. Em função disso, a maior parte das lutas da humanidade centra-se em torno da tarefa de encontrar uma acomodação, que traga felicidade, à reivindicação do indivíduo e as reivindicações culturais do grupo. Resta-nos saber se o destino da humanidade não seria esse conflito irreconciliável ou se haveria uma acomodação possível por meio de alguma forma específica de civilização.

O processo de desenvolvimento da civilização e as modificações que ele ocasiona nas habituais disposições instintivas dos seres humanos constitui a tarefa econômica da vida dos indivíduos, já que a civilização é então construída sobre a renúncia à pulsão, essa “[...] é a causa da hostilidade contra a qual todas as civilizações têm de lutar” (p.118). E a privação de uma pulsão não se faz impunemente, se a perda não é compensada, sérios distúrbios decorrerão daí.

Para Freud (1931 [1927]), diante das forças da natureza erguidas contra a civilização, reforçando a condição frágil e de desamparo que o homem acreditava ter superado com o trabalho civilizatório, somente em face de uma catástrofe elementar a humanidade esquece as discordâncias em prol da tarefa de preservar sua civilização contra o poder superior da natureza.

Em relação às doutrinas da religião, nossa civilização se ergue sobre elas e a manutenção da sociedade humana se baseia na crença da maioria dos homens na verdade dessas doutrinas. A crença na existência de um Deus todo-poderoso e justo, numa ordem mundial divina e numa vida futura, garante aos homens a obrigação de obedecer aos preceitos da civilização. Sem inibição ou temor, esses seguiriam suas pulsões associativas e egoístas, e procurariam exercer seu poder, e o caos se faria presente face aos milhares de anos de trabalho civilizatório. Muitos homens encontram sua única consolação nas doutrinas religiosas e isso lhes permite suportar a vida e as restrições da civilização.

A civilização passou, então, a ser composta por indivíduos reunidos numa comunidade que têm na busca da felicidade um de seus fundamentos. Do ponto de vista ético, a disposição para o amor universal pela humanidade e pelo mundo é o ponto máximo que o homem deverá atingir. E o interesse pelo trabalho em comum, a forma de satisfação sexual inibida em sua finalidade, reúne um número considerável de pessoas.

O amor que fundou a família continua a operar na civilização, tanto em sua forma original, em que não renuncia à satisfação sexual direta, quanto em sua forma modificada, como afeição inibida em sua finalidade. Em cada uma delas, continua a realizar sua função de reunir consideráveis quantidades de pessoas, de um modo mais intensivo do que o que pode ser efetuado através do interesse pelo *trabalho* em comum. (FREUD, (1930 [1929]), p.123)

No entanto, os homens são criaturas dotadas de uma poderosa quota de agressividade. A existência da inclinação à agressão é um fator que por si só perturba os relacionamentos com os demais e força a civilização a um alto dispêndio de energia. Essa hostilidade primária dos seres humanos ameaça permanentemente a desintegração da sociedade civilizada.

O interesse pelo *trabalho* em comum não a manteria unida; as paixões instintivas são mais fortes que os interesses razoáveis. A civilização tem de utilizar esforços supremos a fim de estabelecer limites para as pulsões agressivas do homem e manter suas manifestações sob controle por formações psíquicas reativas. Daí, portanto, o emprego de métodos destinados a incitar as pessoas a identificações e relacionamentos amorosos inibidos em sua finalidade, daí a restrição à vida sexual e daí, também, o mandamento ideal de amar ao próximo como a si mesmo, mandamento que é realmente justificado pelo fato de nada mais ir tão fortemente contra a natureza original do homem. (FREUD, 1930 [1929], p.134)

A civilização emprega todos os meios para unir entre si os membros da comunidade de maneira também libidinal, favorecendo todos os caminhos para fortalecer as identificações entre os membros da comunidade, e ainda, convoca a libido inibida em sua finalidade fortalecendo o vínculo comunal dos homens. Para que esses objetivos sejam alcançados é imprescindível uma restrição à vida sexual. Mas, apesar de todos os seus esforços, a civilização não conseguiu avançar muito para frear a agressividade humana, ao tempo em que a luta e a competição são atividades humanas indispensáveis.

Diante da imposição de sacrifícios à agressividade e à sexualidade do homem, podemos compreender por que lhe é tão difícil ser feliz nessa civilização. “O homem civilizado trocou uma parcela de suas possibilidades de felicidade por uma parcela de segurança” (FREUD, 1930 [1929], p.137). Se na família primeva apenas o chefe desfrutava da liberdade instintiva, os demais viviam em opressão servil, a maioria era privada de gozar das vantagens da civilização. Em nossa civilização, além da tarefa de restringir pulsões, há o perigo de um estado de coisas denominado “pobreza psicológica dos grupos”.

Esse perigo é mais ameaçador quando os vínculos de uma sociedade são principalmente constituídos pelas identificações dos seus membros uns com os outros, enquanto que indivíduos do tipo de um líder não adquirem a importância que lhes deveria caber na formação de um grupo. (FREUD, 1930 [1929], p.138)

Este assunto foi aprofundado, anteriormente, na análise da psicologia de grupo e do eu.

Na entidade pesquisada podemos apresentar a seguinte questão de como fica a questão da segurança, da felicidade dos indivíduos quando os interesses de uns são maiores que os interesses coletivos.

Na Previ, como veremos mais adiante nos dois últimos capítulos, a cota de sacrifício do indivíduo é ter que lidar com um ambiente político-partidário, isto, por si só, é uma grande parcela desta cota. Se por um lado os colaboradores possuem vantagens econômicas diretas e indiretas, por outro, eles se tornam “prisioneiros” das benesses similares a um funcionário de carreira de uma repartição pública. Com isso sua vida laboral fica ali vinculada, inclusive no

momento da aposentadoria, que é quando o vínculo se estreita ainda mais com a condição de assistido de um benefício previdenciário. Internamente existe um forte fator de inibição dos colaboradores com a possibilidade de rompimento a qualquer momento da cessão à entidade. Este certamente é um dos meios que a entidade utiliza para inibir a agressividade que se lhe opõe, tornando-a inócua ou, ainda, livrando-se dela. Os colaboradores também vivem a ansiedade decorrente das mudanças administrativas bianuais frente à falta de referências e direcionadores da realidade de trabalho. Estas condições refletem o custo benefício, a cota individual, a ser paga por fazer parte da Previ “Maravilhosa”.

Se um dos aspectos característicos da civilização se refere ao fato de que os homens são regulados por seus relacionamentos sociais, e isto constitui um passo decisivo para a civilização, ou seja, a substituição do poder do indivíduo pelo poder da comunidade. Na visão de Freud (1930 [1929]), a civilização sempre reivindicará a liberdade coletiva em detrimento da liberdade individual, ao passo que o indivíduo, ao contrário, defenderá sua liberdade individual, mesmo que contra a vontade do grupo.

Nessa acomodação possível entre indivíduo e civilização, a sublimação da pulsão cumpre seu papel no desenvolvimento cultural, permitindo a expressão das atividades psíquicas superiores – como a ciência e a arte. E a renúncia à satisfação das pulsões é vista como a causa da hostilidade que todas as civilizações terão de enfrentar.

Vejamos a definição de sublimação:

A sublimação da pulsão constitui um aspecto particularmente evidente do desenvolvimento cultural; é ela que torna possível às atividades psíquicas superiores, científicas, artísticas ou ideológicas, o desempenho de um papel tão importante na vida civilizada. Se nos rendêssemos a uma primeira impressão, diríamos que a sublimação constitui uma vicissitude que foi imposta às pulsões de forma total pela civilização. (FREUD, (1930 [1929]), p.118)

Freud (1910a) aponta que um dos destinos do tratamento analítico é em prol das aspirações da civilização. Os impulsos inconscientes passam a ser utilizados de forma conveniente na “sublimação”. Na sublimação, a energia dos desejos infantis é posta à disposição e muda da finalidade sexual para outra de maior valor social. Entretanto, embora os componentes sexuais tenham uma plasticidade e a capacidade de sublimarem-se, não devemos nos esforçar em desviar a totalidade da energia da pulsão sexual de sua finalidade própria.

Passados alguns anos da elaboração deste conceito, Freud (1930[1929]) afirma que quando o indivíduo não sabe a direção de seus interesses na vida, lança mão da aplicação da



libido a serviço do trabalho comum: “o trabalho profissional comum, aberto a todos, pode desempenhar o papel a ele atribuído [...]” (p. 99, nota 1) como algo indispensável. Freud, porém, faz uma distinção entre o trabalho comum e a atividade profissional, sendo essa última fonte de satisfação especial se for realizada por meio da sublimação. Vejamos:

*Não é possível, dentro dos limites de um levantamento sucinto, examinar adequadamente a significação do trabalho para a economia da libido. Nenhuma outra técnica para a conduta da vida prende o indivíduo tão firmemente à realidade quanto a ênfase concedida ao trabalho, pois este, pelo menos, fornece-lhe um lugar seguro numa parte da realidade, na comunidade humana. A possibilidade que essa técnica oferece de deslocar uma grande quantidade de componentes libidinais, sejam eles narcísicos, agressivos ou mesmo eróticos, para o trabalho profissional, e para os relacionamentos humanos a ele vinculados, empresta-lhe um valor que de maneira alguma está em segundo plano quanto ao que goza como algo indispensável à preservação e justificação da existência em sociedade. A atividade profissional constitui fonte de satisfação especial, se for livremente escolhida, isto é, se por meio de sublimação, torna possível o uso de inclinações diferentes, de impulsos persistentes ou constitucionalmente reforçados. No entanto, como caminho para a felicidade, o trabalho não é altamente prezado pelos homens. Não se esforçam em relação a ele como fazem em relação a outras possibilidades de satisfação. A grande maioria das pessoas só trabalha sob a pressão da necessidade, e essa natural aversão humana ao trabalho suscita problemas sociais extremamente difíceis. (FREUD (1930 [1929]), p. 99, nota 1)*

As contribuições de Freud (1930 [1929]) sobre o trabalho apontam, no mínimo, três inquietantes questões: primeiro, a impossibilidade de estabelecer, dentro dos limites de um levantamento sucinto, a significação do trabalho para a economia da libido; segundo, o trabalho destaca-se como uma conduta que prende o indivíduo à realidade, pois lhe fornece um lugar seguro na sociedade; e terceiro, existe uma aversão humana natural em relação ao trabalho comum, pois os homens não se esforçam em relação a ele se comparado a outras possibilidades de satisfação. Mas, os destaques nesta citação são, sem dúvida, a possibilidade de transferência para o trabalho profissional de componentes libidinais narcísicos, agressivos ou eróticos, e a abordagem da atividade profissional sob a forma de sublimação.

Freud (1930 [1929]) também examina a origem do trabalho no desenvolvimento da civilização. Por meio do trabalho, o homem primevo descobriu que estava em suas mãos melhorar suas condições na Terra. Assim, o outro homem adquiriu valor de um companheiro de trabalho com quem era útil conviver (p.119). Na época pré-histórica, o homem já tinha por hábito formar famílias. Na família primitiva, a vontade do chefe, o pai, era irrestrita, e os filhos, unidos por meio de uma combinação de indivíduos, sobrepujam o pai e instauram a lei da civilização e a proibição do incesto. Vemos, aí, o trabalho, desde o início, associado ao indivíduo, mas também à força do coletivo, assim como a necessidade de sobrevivência.

Citemos Freud:

A vida comunitária dos seres humanos teve, portanto, um fundamento duplo: a *compulsão para o trabalho*, criada pela necessidade externa, e o poder do amor, que fez o homem relutar em privar-se de seu objeto sexual – a mulher – e a mulher, em privar-se daquela parte de si própria que dela fora separada – seu filho. Eros e Ananke (amor e necessidade) se tornaram os pais também da civilização humana. (FREUD, 1930 [1929], p.121)

Temos aí a compulsão para o trabalho criada pela necessidade de sobrevivência, e o poder do amor na origem da civilização humana. Verifiquemos como o amor pode ser compreendido como um dos fundamentos da civilização. A descoberta do amor sexual (genital) é o protótipo da experiência de satisfação e da felicidade humana. E esse amor, por sua vez, traz uma relação de dependência do homem com o mundo externo, já que para atingir o objeto amoroso ele depende do entorno. Seja o amor sensual ou esse amor inibido pela civilização, é possível estendê-lo à família e também criar novos vínculos sociais. Daí a tendência da civilização à restrição da vida sexual do indivíduo e à ampliação da unidade cultural; dessa forma, a civilização obedece às leis da necessidade econômica, isto é, “uma grande quantidade da energia psíquica que ela utiliza para seus próprios fins tem de ser retirada da sexualidade” (p.125). Assim, a civilização, em relação à sexualidade, apresenta “O temor a uma revolta por parte dos elementos oprimidos a conduz à utilização de medidas de precaução restritas” (p.125).

No entanto, Freud ao analisar essas afirmativas, começa a questionar-se se a pressão impeditiva da plena satisfação do indivíduo seria originária apenas da civilização ou haveria algo da própria natureza da função que impediria a satisfação e incitaria a outros caminhos. Por isso, levanta como hipótese se haveria algum fator de perturbação não descoberto pela sua investigação.

Para Freud (1930 [1929]), a sociedade civilizada está permanentemente ameaçada de desintegração devido à hostilidade primária dos seres humanos, e o interesse pelo trabalho não manteria os homens unidos, daí a restrição à vida sexual e o incitamento a identificações e relacionamentos para controle das formações psíquicas agressivas. Desse modo, a civilização impõe sacrifícios à sexualidade do homem e à sua agressividade. E a neurose seria o resultado de uma luta de interesses de autopreservação e as exigências da libido, luta em que o ego saiu vitorioso ao preço de sofrimentos e renúncias pulsionais. O conceito de narcisismo foi decisivo para uma melhor compreensão das neuroses traumáticas ao definir o ego investido de libido narcísica que se volta para os objetos externos – libido objetal, mas que pode ser novamente transformada em libido do ego.

Na avaliação freudiana houve uma grande evolução na teoria das pulsões. Numa primeira abordagem, as pulsões do ego e os objetais se confrontavam mutuamente, e o termo “libido” foi introduzido para denotar a energia desses últimos. Antes, a antítese era entre as pulsões do ego e as pulsões “libidinais” do amor que eram dirigidos a um objeto. Um importante passo teórico foi dado com a introdução do conceito de narcisismo:

[...] a descoberta de que o próprio ego se acha catexizado pela libido, de que o ego, na verdade, constitui o reduto original dela e continua a ser, até certo ponto, seu quartel-general. Essa libido narcísica se volta para os objetos, tornando-se assim libido objetal, e podendo transformar-se novamente em libido narcísica. O conceito do narcisismo possibilitou a obtenção de uma compreensão analítica das neuroses traumáticas, de várias das afecções fronteiriças às psicoses, bem como destas últimas. (FREUD, 1930 [1929], p.140)

Entretanto, Freud manteve uma forte convicção de que todas as pulsões não poderiam ser de uma única espécie. O passo seguinte foi dado com a obra *Mais-além do princípio do prazer* (1920), em que o a compulsão para a repetição e o caráter conservador da vida instintiva atraíram sua atenção:

[...] concluí que, ao lado da pulsão para preservar a substância viva e para reuni-la em unidades cada vez maiores, deveria haver outra pulsão, contrário àquela, buscando dissolver essas unidades e conduzi-las de volta a seu estado primevo e inorgânico. Isso equivalia a dizer que, assim como Eros, existia também uma pulsão de morte. Os fenômenos da vida podiam ser explicados pela ação concorrente, ou mutuamente oposta, dessas duas pulsões. (FREUD, 1930 [1929], p.141)

Além da existência da compulsão para repetir o caráter conservador da vida, haveria a existência da pulsão de morte operando silenciosamente no organismo, no sentido de sua destruição. Parte dessa pulsão de morte é desviada para o mundo externo e manifesta-se como agressividade e destrutividade em relação aos outros homens. Entretanto, qualquer restrição à manifestação dessa pulsão externa retornaria internamente como autodestruição.

Assim, teremos simultaneamente duas pulsões atuando no organismo, pulsão de vida e de morte, mescladas em proporções variadas manifestas nas formas de sadismo, vínculo entre o amor e a pulsão de destruição, e sua contrapartida, o masoquismo, uma destrutividade dirigida para dentro, e a sexualidade. A pulsão de destruição, ainda que inibida em sua finalidade quando dirigida aos objetos, proporciona ao ego a realização de desejos primitivos de onipotência. Tal ponto de vista reforça a posição freudiana de uma inclinação no homem, a qual é por ele designada como uma disposição pulsional original e autossustentada como o maior impedimento à civilização.

Para reforçar ainda sua posição de que a civilização constitui um processo especial que a humanidade experimenta, nosso autor acrescenta:

[...] a civilização constitui um processo a serviço de Eros, cujo propósito é combinar indivíduos humanos isolados, depois famílias e, depois ainda, povos e nações numa única grande unidade, a unidade da humanidade. [...] Essas reuniões de homens devem estar libidinalmente ligadas umas às outras. A necessidade, as vantagens do trabalho comum, por si só, não as manterão unidas. Mas a natural pulsão agressiva do homem, a hostilidade de cada um contra todos e a de todos contra cada um, se opõe a esse programa da civilização. Essa derivada pulsão agressiva é a derivada e a principal representante da pulsão de morte, que descobrimos lado a lado de Eros e que com este divide o domínio do mundo. Agora, penso eu, o significado da evolução da civilização não nos é mais obscuro. Ele deve representar a luta entre Eros e a Morte, entre a pulsão de vida e a pulsão de destruição, tal como ela se elabora na espécie humana. (FREUD, 1930 [1929], p. 145)

A definição da civilização apoiada nos conceitos de pulsão de vida e morte abre outra via de investigação apresentada por Freud, ou seja, “quais os meios que a civilização utiliza para inibir a agressividade que se lhe opõe, torná-la inócua ou, talvez, livrar-se dela (p.146)?”. A agressividade introjetada é aquela originária do ego e que retorna dirigida ao próprio ego. A agressividade assumida por uma parte do ego que se coloca contra a outra parte dele, como o superego. A tensão existente entre o ego e o superego é denominada de “sentimento de culpa” e se expressa na necessidade de punição ao ego, portanto, a agressividade que seria dirigida para a civilização, vira-se contra o próprio ego. Nesse sentido, a frustração externa acentua o poder do superego. E o sentimento de culpa tem duas origens, uma que surge do medo de uma autoridade externa, e outra, do medo do superego. A primeira exige renúncia das exigências pulsionais e, a segunda, além de exigir renúncia, também exige punição, uma vez que o desejo proibido não pode ser escondido do superego. Nesse caso, a renúncia à pulsão agressiva não basta, pois o desejo persiste e com isso a renúncia não gera um efeito completamente liberador, já que a ameaça de uma infelicidade externa foi permutada por uma permanente infelicidade interna devido à tensão do sentimento de culpa. Cada nova renúncia pulsional aumenta a severidade e a intolerância da consciência.

Tal severidade se explica da seguinte forma: “O efeito da renúncia instintiva sobre a consciência, então, é que cada agressão de cuja satisfação o indivíduo desiste é assumida pelo superego e aumenta a agressividade deste (contra o ego)” (p.152-153). Podemos concluir que não há saída para as pulsões agressivas presentes no ego. Ou o ego sofre as intempéries do mundo externo ou as do mundo interno, sendo esse último ainda mais tirânico para com ele. Na relação entre ego e superego, há uma tensão provocada no ego em estado de vigilância e avaliação de seus próprios esforços e as exigências do superego: “a necessidade de punição,

constitui uma manifestação instintiva por parte do ego, que se tornou masoquista sob a influência de um superego sádico” (p.161).

O sentimento de culpa é o reconhecimento da tensão existente entre o ego e a autoridade externa, é a expressão do conflito da eterna luta entre Eros e a pulsão de morte. O sentimento de culpa é posto em ação tão logo os homens se vêm diante da tarefa de viver em comunidade – por sua vez, a civilização para avançar e alcançar seu objetivo precisa fortalecer esse sentimento. Freud considera que o sentimento de culpa representa o mais importante problema no desenvolvimento da civilização, em suma, o preço que pagamos para avançarmos em direção à civilização “é uma perda de felicidade pela intensificação do sentimento de culpa” (p.158). Sentimento de culpa que em parte permanece inconsciente ou se manifesta com uma espécie de ‘mal-estar’ (p.160), uma insatisfação, que move as pessoas em direção a outras motivações, como por exemplo, a religião. Os sintomas neuróticos são definidos em sua essência como satisfações substitutivas para desejos sexuais não realizados (p.163. Assim, quando uma tendência pulsional é reprimida, seus componentes libidinais são transformados em sintomas e seus componentes agressivos em sentimento de culpa.

Cabe ressaltar que a fórmula da luta entre Eros e a pulsão de morte foi empregada tanto para caracterizar o processo de civilização que a humanidade sofre como o do desenvolvimento do indivíduo. A repetição da mesma fórmula se justifica pelo fato de ambos os processos, civilizatório e do desenvolvimento do indivíduo, serem processos vitais, isto é, partilham a mesma característica mais geral da vida. Entretanto:

[...] o processo civilizatório constitui uma modificação, que o processo vital experimenta sob a influência de uma tarefa que lhe é atribuída por Eros e incentivada por Ananké – pelas exigências da realidade –, e que essa tarefa é a de unir indivíduos isolados numa comunidade ligada por vínculos libidinais. (FREUD, 1930 [1929], p.164)

No exame da relação existente entre o processo desenvolvimental ou educativo dos seres humanos individuais e o processo civilizatório, verificamos que os dois apresentam uma natureza muito semelhante, mas nos permite concluir que: “O processo da civilização da espécie humana é, naturalmente, uma abstração de ordem mais elevada do que a do desenvolvimento do indivíduo, sendo, portanto, de mais difícil apreensão em termos concretos; [...]” (p.164). Diante da semelhança entre os objetivos dos dois processos, seja a criação de um grupo unificado a partir de muitos indivíduos, processo civilizatório, ou integração de um indivíduo isolado num grupo humano, desenvolvimento do indivíduo, explicaria a similaridade entre os meios empregados e os fenômenos resultantes em ambos.

No processo de seu desenvolvimento, o objetivo principal do indivíduo é encontrar a satisfação da felicidade. No entanto, é sobrepujado pela condição dificilmente evitável de integração numa comunidade humana. O indivíduo se vê compelido a cumprir duas premências: a da felicidade que chamamos de “egoísta” e a da união com os outros da comunidade, que chamamos de “altruísta”. Assim, “o indivíduo humano participa do curso do desenvolvimento da humanidade, ao mesmo tempo em que persegue o seu próprio caminho na vida” (p.165). Já no processo civilizatório, o que mais importa é criar uma unidade a partir dos seres humanos individuais e o objetivo da felicidade é relegado ao segundo plano. Assim, as duas premissas – aquela voltada para a felicidade pessoal e aquela dirigida à união com outros seres humanos – lutam entre si, bem como os processos de desenvolvimento individual e cultural colocam-se em estado de oposição e luta.

Contudo, essa luta entre o indivíduo e a sociedade não constitui um derivado da contradição – provavelmente irreconciliável – entre as pulsões primevas de Eros e da morte. Trata-se de uma luta dentro da economia da libido, comparável àquela referente à distribuição da libido entre o ego e os objetos, admitindo uma acomodação final no indivíduo, tal como, pode-se esperar, também o fará no futuro da civilização, por mais que atualmente essa civilização possa oprimir a vida do indivíduo. (FREUD, 1930 [1929], p.145)

Na analogia do processo de desenvolvimento individual e do civilizatório, podemos afirmar que a comunidade desenvolve um superego sob cuja influência se produz a evolução cultural. Um dos pontos notáveis dessa observação é que o superego de uma época da civilização tem origem semelhante ao superego do indivíduo, ou seja, ele se baseia na impressão deixada pelas personalidades de grandes líderes.

Outro ponto de concordância entre o superego cultural e o individual reside no fato de ambos estabelecerem exigências ideais estritas, cuja desobediência é punida pelo medo da consciência. Esses processos são mais perceptíveis no grupo do que no indivíduo. Nesse último, quando a tensão cresce, é a agressividade do superego, sob a forma de censuras, que se faz ouvir, mas suas exigências permanecem inconscientes. Se trazidas à consciência do indivíduo, verificamos que elas coincidem com os preceitos do superego cultural predominante. “Neste ponto os dois processos, o do desenvolvimento cultural do grupo e o do desenvolvimento cultural do indivíduo, se acham, por assim dizer, sempre interligados” (p.167). Daí serem as manifestações e propriedades do superego mais facilmente detectadas no comportamento cultural do que no indivíduo. “O superego cultural desenvolveu seus ideais e estabeleceu suas exigências. Entre estas, aquelas que tratam das relações dos seres humanos uns com os outros estão abrangidas sob o título de ética” (p.167).

Ambos os processos se acham interligados, os preceitos das exigências do superego individual coincidem com os preceitos do superego cultural predominante. Frente à inclinação constitutiva dos seres humanos para a agressividade mútua, e com o intuito de livrar a civilização desse estorvo, há em Freud um interesse particular pela mais recente das ordens do superego cultural que é o mandamento de “amar ao próximo como a si mesmo” (p.167). Nas exigências do superego cultural ele não se preocupa com a constituição mental dos indivíduos: “Emite uma ordem e não pergunta se é possível às pessoas obedecê-la” (p.168). O mandamento “Ama a teu próximo como a ti mesmo” constitui a defesa mais forte contra a agressividade humana e um excelente exemplo dos procedimentos não psicológicos do superego cultural. Freud considera impossível cumprir esse mandamento (p.168).

Contudo, a agressividade continua a ser um poderoso obstáculo à civilização e a defesa contra ela pode causar tanta infelicidade quando a própria agressividade. Até que ponto, questiona-se Freud, o desenvolvimento cultural conseguirá dominar a perturbação de sua vida causada pela pulsão de agressão e de autodestruição.

### 1.4.3. Condições econômicas e psicológicas

Freud (1931[1927]) nos dá a seguinte definição da civilização humana:

A civilização humana, expressão pela qual quero significar tudo aquilo em que a vida humana se elevou acima de sua condição animal e difere da vida dos animais – e desprezo ter que distinguir entre cultura e civilização –, apresenta, como sabemos, dois aspectos ao observador. Por um lado, inclui todo o conhecimento e capacidade que o homem adquiriu com o fim de controlar as forças da natureza e extrair a riqueza desta para a satisfação das necessidades humanas; por outro, inclui todos os regulamentos necessários para ajustar as relações dos homens uns com os outros e, especialmente, a distribuição da riqueza disponível. (FREUD, 1931 [1927], p.16)

Freud acrescenta que, tanto o conhecimento e a capacidade adquiridos para controlar as forças da natureza, quanto os regulamentos necessários para ajustar as relações mútuas dos homens, essas duas tendências da civilização não são independentes pelas seguintes razões:

[...] em primeiro lugar, porque as relações mútuas dos homens são profundamente influenciadas pela quantidade de satisfação pulsional que a riqueza existente torna possível; em segundo, porque, individualmente, um homem pode, ele próprio, vir a funcionar como riqueza em relação a outro homem, na medida em que a outra pessoa faz uso de sua capacidade de *trabalho* ou a escolha como objeto sexual; em terceiro, ademais, porque todo indivíduo é virtualmente inimigo da civilização, embora se suponha que esta constitui um objeto de interesse humano universal. (FREUD, 1931 [1927], p.16)

Cabe à civilização, através de seus regulamentos, instituições e ordens, defender-se contra os impulsos hostis dos homens, para manter a produção e garantir a distribuição da riqueza. Pois é preciso levar em conta a presença em todos os homens de tendências destrutivas e anticulturais e antissociais, e que a maioria dos seres humanos não estaria preparada para, prontamente, sem coerção, empreender o trabalho necessário à aquisição de novas riquezas. Freud se questiona até que ponto é possível diminuir o ônus dos sacrifícios pulsionais impostos aos homens e dispensar a coerção no trabalho da civilização, já que é impossível passar sem o controle da massa por uma minoria.

Só através da influência de indivíduos que possam fornecer um exemplo e a quem reconheçam como líderes, as massas podem ser induzidas a efetuar o *trabalho* e a suportar as renúncias de que a existência depende. Tudo correrá bem se esses líderes forem pessoas com uma compreensão interna superior das necessidades da vida, e que se tenham erguido à altura de dominar seus próprios desejos pulsionais. [...] Expressando-o de modo sucinto, existem duas características humanas muito difundidas, responsáveis pelo fato de os regulamentos da civilização só poderem ser mantidos através de certo grau de coerção, a saber, que os homens não são espontaneamente amantes do *trabalho* e que os argumentos não têm valia alguma contra suas paixões. (FREUD, 1931 [1927], p.18)

Freud tem ciência das objeções que serão levantadas contra essas afirmações. Mas acredita que somente gerações ensinadas a ter uma opinião elevada da razão e que experimentarem os benefícios da civilização numa idade precoce, poderão fazer sacrifícios inerentes ao trabalho e à satisfação pulsional para sua preservação. Nesse caso, essas pessoas estarão aptas a agir sem coerção e não diferirão muito de seus líderes. Entretanto, reconhecidamente, nenhuma cultura conseguiu até o momento tal façanha. Assim, é compreensível que, até o momento, nenhuma cultura tenha avançado no ponto em que a satisfação de parte de seus participantes independa da opressão da outra parte, tal fato, por si só, justificaria que as pessoas oprimidas desenvolvam uma imensa hostilidade à cultura garantida pela existência de seu trabalho, mas de cuja riqueza possua apenas uma cota mínima. Nessas condições, as pessoas não internalizam as proibições culturais e muito menos estão preparadas para reconhecê-las, ao contrário, possuem a intenção de destruir a própria cultura, inclusive seus postulados. Tal civilização, cercada de tanta hostilidade, está fadada a uma existência pouco duradoura. Já em relação aos participantes de uma unidade cultural designada “arte”, esta é inacessível às massas, nela existe um tipo diferente de satisfação e as pessoas se acham empenhadas num trabalho exaustivo. Citamos Freud:



Como já descobrimos há muito tempo, a arte oferece satisfações substitutivas para as mais antigas e mais profundamente sentidas renúncias culturais, e, por esse motivo, ela serve, como nenhuma outra coisa, para reconciliar o homem com os sacrifícios que tem de fazer em benefício da civilização. Por outro lado, as criações da arte elevam seus sentimentos de identificação, de que toda unidade cultural carece tanto, proporcionando uma ocasião para a partilha de experiências emocionais altamente valorizadas. E quando essas criações retratam as realizações de sua cultura específica e lhe trazem à mente os ideais dela de maneira impressiva, contribuem também para sua satisfação narcísica. (FREUD, 1931[1927], p.25)

Em *O mal-estar na civilização* (1930 [1929]), Freud afirma que, embora a humanidade tenha efetuado extraordinário progresso nas ciências naturais e na aplicação técnica mediante um controle sobre a natureza até então impensado, isso, no entanto, não aumentou a quantidade de satisfação prazerosa que os homens poderiam esperar da vida e nem os tornou mais felizes.

Tal pressuposto não quer dizer que o progresso técnico não tenha valor para a economia de nossa felicidade. Por sua vez, o fato de os homens não se sentirem confortáveis na atual civilização não nos permite inferir que em outras épocas eles tenham sido mais ou menos felizes. “A felicidade, contudo, é algo essencialmente subjetivo” (p.108). Por meio da civilização, o homem se instrumentalizou; por meio da ciência e da tecnologia, o homem se aproximou dos ideais culturais; “ele quase se tornou um Deus” (p.111). O homem se tornou uma espécie de “Deus de prótese” – ou seja, um complemento artificial do corpo.

Vejamos as previsões freudianas sobre o homem das futuras civilizações: “As épocas futuras trarão com elas novos e provavelmente inimagináveis grandes avanços nesse campo da civilização e aumentarão ainda mais a semelhança do homem com Deus” (p.112). Podemos aproximar essa previsão freudiana à luz das consequências do capitalismo e dos efeitos das descobertas da ciência sobre o homem no mundo contemporâneo, diante da oferta de objetos de consumo que acenam para a promessa de felicidade para todos, como veremos adiante.

Teria o homem alcançado tal paridade com Deus? Mas, ainda assim, permanece infeliz? Freud também define as atividades dos seres humanos como marcadas por uma tendência “inata” para o descuido, a irregularidade e a irresponsabilidade no trabalho, daí a necessidade de um laborioso treinamento para que os homens aprendam a seguir os seus modelos celestes (p.114-115).

Freud (1933[1932]) considera *Weltanschauung* um termo que define uma construção intelectual capaz de solucionar todos os problemas de nossa existência, a partir de uma hipótese superior dominante, que não deixa nenhuma pergunta sem resposta e na qual tudo o que nos interessa encontra seu lugar fixo. “Acreditando-se nela, pode-se sentir segurança na

vida, pode-se saber o que se procura alcançar e como se pode lidar com as emoções e interesses próprios da maneira mais apropriada” (p.193-194).

Nessa Conferência, Freud comenta as investigações de Karl Marx da estrutura econômica da sociedade e suas influências nos diferentes sistemas econômicos, e como os diversos setores da vida humana adquiriram notável autoridade em sua época. Mas, admite que esse assunto não é de fácil compreensão, pois existem assertivas nas teorias de Marx que lhe parecem estranhas, como, por exemplo, a afirmativa “de que o desenvolvimento de formas de sociedade é um processo histórico natural, que as mudanças na estratificação social surgem umas das outras segundo um processo dialético” (p.214).

Em sua leiga opinião sobre o assunto, a estrutura de classes da sociedade remonta às lutas que se desenrolaram entre hordas humanas pouco diferentes umas das outras e cujas diferenças eram entre clãs e raças. “A vitória era decidida por fatores psicológicos, como a quantidade de agressividade constitucional, contudo também pela firmeza da organização dentro da horda e por fatores materiais, como a posse de armas superiores” (p.215). Os vitoriosos tornavam-se os senhores e os vencidos, escravos. Isso, ao ser ver, não pode ser visto como sinais de uma lei natural ou de uma evolução conceitual [dialética]. Além disso, é inquestionável a influência exercida, sobre as relações sociais da humanidade, pelo progressivo controle das forças da natureza. Desde sempre, os homens usaram seus instrumentos de poder a serviço de sua agressividade e contra os outros homens. Sem sombra de dúvida, para Freud, a descoberta dos metais – bronze e ferro – pôs fim a épocas da civilização e suas respectivas instituições sociais. A própria situação econômica no pós-guerra foi o preço pago pela sociedade após a vitória sobre a natureza com a conquista do ar.

Freud, ainda, se considera envergonhado de comentar um assunto de tamanha importância e complexidade, mas seu objetivo é chamar a atenção para o fato de que a relação da humanidade no controle da natureza afeta suas instituições econômicas. Aí se pode supor a força do marxismo:

A força do marxismo está, evidentemente, não em sua visão da história, ou nas profecias do futuro baseadas nela, mas sim na arguta indicação da influência decisiva que as circunstâncias econômicas dos homens têm sobre as suas atitudes intelectuais, éticas e artísticas. Com isso foram descobertas numerosas correlações e implicações, que anteriormente haviam sido quase totalmente negligenciadas. Não se pode, contudo, supor que os motivos econômicos sejam os únicos que determinam o comportamento dos seres humanos em sociedade. (FREUD, 1933[1932], p.216)

Os indivíduos, raças e nações, apesar de estarem sob as mesmas condições econômicas, é fato inquestionável que diferentes se conduzem de forma diferente. Isso por si só já é suficiente para evidenciar que os motivos econômicos não são os únicos fatores dominantes. Freud acrescenta os fatores psicológicos aos econômicos:

É completamente incompreensível como os fatores psicológicos podem ser desprezados, ali onde o que está em questão são as reações dos seres humanos vivos; pois não só essas reações concorreram para o estabelecimento das condições econômicas, mas até mesmo apenas sob o domínio dessas condições é que os homens conseguem pôr em execução seus impulsos pulsionais originais – sua pulsão de autopreservação, sua agressividade, sua necessidade de serem amados, sua tendência a obter prazer e evitar desprazer. (FREUD, 1933[1932], p.216)

Ainda para acentuar o caráter dos fatores psicológicos, destaca as importantes reivindicações feitas pelo superego na condição de representante da tradição e dos ideais do passado, e que, por certo tempo, resistirá aos estímulos de uma nova situação econômica. E, por fim, assinala que não podemos esquecer que a massa de seres humanos sujeitos às necessidades econômicas sofre o processo de desenvolvimento cultural – de civilização, o qual, embora influenciado por outros fatores, em sua origem é independente deles, podendo ser comparável a um processo capaz de exercer uma influência sobre os outros fatores. O desenvolvimento cultural desloca os objetivos instituais e faz com que as pessoas se tornem adversárias daquilo que antes haviam tolerado.

Estivesse alguém em condições de mostrar detalhadamente a maneira como esses diferentes fatores – a disposição humana geral, herdada, suas variações raciais e suas transformações culturais – se inibem e se estimulam uns aos outros sob as condições de categoria social, *profissão* e capacidade de realização; se alguém fosse capaz de fazê-lo, teria suplementado o marxismo de modo que este se teria tornado autêntica ciência social. [...] Estritamente falando, só há duas ciências: psicologia pura ou aplicada, e ciência natural. (FREUD, 1933[1932], p.217)

A importância da extraordinária descoberta das relações econômicas foi permitir que as alterações nelas ocorridas não ficassem restritas ao curso do desenvolvimento histórico, mas sim, de colocá-las em execução pela ação revolucionária. O marxismo teórico adquiriu o caráter de uma *Weltanschauung*, mas, contraditoriamente, embora construído sobre a ciência e a tecnologia, também adquiriu uma proibição para o pensamento tal qual ocorreu com a religião. O pensamento marxista assumiu um lugar “bíblico”, fonte de revelação, mesmo não sendo isento de contradições e obscuridades. Quanto ao marxismo prático, ainda que tenha varrido de modo contundente todos os sistemas idealísticos e as ilusões, também desenvolveu suas ilusões.

Vejamos mais algumas considerações de Freud sobre o marxismo e o trabalho:

Ele espera, no curso de algumas gerações, de tal modo alterar a natureza humana, que as pessoas viverão juntas quase sem atrito na nova ordem da sociedade e que elas assumirão as tarefas do *trabalho* sem qualquer coerção. Nesse meio-tempo, ele muda para algum outro setor as restrições pulsionais que são essenciais na sociedade; desvia para o exterior as tendências agressivas que ameaçam todas as comunidades humanas e apoia-se na hostilidade do pobre contra o rico e na hostilidade daquele que até então esteve impotente contra os governantes anteriores. Mas uma transformação da natureza humana, como esta que pretende, é altamente improvável. (FREUD, 1933[1932], p.218)

Quanto ao entusiasmo com que a massa do povo seguia, por exemplo, na instigação bolchevista, pode-se comparar às promessas da religião, quando as privações da vida presente seriam recompensadas pelas promessas de um futuro melhor, em que não haveria necessidades insatisfeitas. No entanto, para Freud, é nesta vida que deve ser instituído um tempo previsível. Vejamos suas expectativas acerca da ordem social e do caráter da natureza humana:

Infelizmente nem o nosso ceticismo, nem a fé fanática do outro lado fornecem uma indicação de como será o desfecho desse experimento. O futuro no-lo dirá; talvez venha a mostrar-nos que o experimento foi empreendido prematuramente, que uma modificação radical da ordem social tem escassas perspectivas de êxito até o momento em que novas descobertas tiverem aumentado nosso controle sobre as forças da natureza e, dessa forma, tiverem tornado mais fácil a satisfação de nossas necessidades. Talvez somente então se tornaria possível que uma nova ordem social não só dê um fim às necessidades materiais das massas, como também se disponha a ouvir as exigências culturais do indivíduo. Mesmo então, na realidade ainda teremos de lutar, durante um tempo incalculável, com as dificuldades que o caráter indomável da natureza humana apresenta a qualquer espécie de comunidade social. (FREUD, 1933[1932], p.219-220)

Concluimos essa explanação com uma visão pouco otimista de Freud quanto ao caráter da natureza humana. Na opinião do autor, talvez fosse possível que uma nova ordem social não apenas desse fim às necessidades materiais das massas, mas se dispusesse a ouvir as exigências culturais do indivíduo. Entretanto, ainda assim, teríamos de lutar, durante um tempo incalculável, com as dificuldades do caráter indomável da natureza humana presente em qualquer espécie de comunidade social.

### **1.5. Considerações finais**

Assim, neste primeiro capítulo da pesquisa apresentamos toda uma minuciosa descrição do trabalho como fundamento do modo de funcionamento do aparelho psíquico.

Esperamos ter evidenciado a importância do trabalho como promotor do laço do indivíduo com a civilização.

Na luta entre o indivíduo e a sociedade trata-se de uma luta dentro da economia da libido comparável a existente entre a distribuição da libido entre o ego e os objetos. Seguindo Freud (1930 [1929]) a civilização ainda não teria conseguido avançar para frear a agressividade humana e a luta e a competição são atividades humanas inerentes às pulsões. Tal característica do processo civilizatório também se aplica à entidade pesquisada. Para Freud, diante dos fatores econômicos e psicológicos é fato inquestionável que eles são distintos e se conduzem de forma diferente. Os fatores econômicos não são os únicos dominantes, mas a extraordinária importância da descoberta marxista das relações econômicas foi ter permitido que as alterações nelas ocorridas não ficassem restritas ao curso do desenvolvimento histórico, mas sim o fato de colocá-las em execução pela ação revolucionária da luta de classes. Para Freud (1931 [1927]), cabe à civilização, através de seus regulamentos, instituições e ordens, defender-se contra os impulsos hostis dos homens, para manter a produção e garantir a distribuição da riqueza.

No próximo capítulo traremos mais elementos da entidade pesquisada no que tange a luta de classes e outros aspectos do trabalho na modernidade e os impactos no indivíduo e na sociedade, na visão de vários pensadores.

## A HISTÓRIA SOCIAL DO TRABALHO – DA MODERNIDADE À HIPERMODERNIDADE (CAP. 2, 3 E 4)

### 2. TRABALHO E ESTRUTURA DE PODER NA MODERNIDADE<sup>13</sup>

*“[...] O trabalho põe óleo na lâmpada da vida, o pensamento a acende [...]”*  
(MARX, 1867/2013, nota nº 309, p.553)

No capítulo anterior, abordamos o trabalho sob a perspectiva do criador da psicanálise, Sigmund Freud, privilegiando a apresentação da construção do modo de funcionamento do aparelho psíquico, assentada em alguns conceitos, inclusive significados de trabalho extraídos da física. Neste capítulo, iremos caracterizar o trabalho na modernidade, situando o corte no momento em que o trabalho passa a ser visto como mercadoria, isto é, quando o homem começa a comprar e a vender o seu trabalho visando, além da subsistência, o acúmulo de capital, diferentemente do período feudal em que o trabalho era voltado à satisfação das necessidades vitais.

Com esse intuito, realizamos uma dissertação organizada do tema – O trabalho na modernidade –, pois vamos trilhar um caminho que não é o da teoria psicanalítica, mas estaremos transitando por conceitos vinculados à teoria econômica e administrativa. Trata-se de um capítulo praticamente histórico, que traz a história das principais ideias sobre o trabalho na modernidade.

Iniciamos, identificando várias definições de trabalho, inclusive as da física moderna. Apresentamos, também, diversas acepções da palavra trabalho, desde a antiguidade até a modernidade.

Mas, para aprofundar a questão sobre o trabalho na modernidade, optamos, em função da amplitude do tema, por delimitar nossa pesquisa a Max Weber, Adam Smith e Karl Marx, cujas obras são referência nesse tema. E nos valem, ainda, das contribuições de Louis Althusser, com suas reflexões na definição dos “aparelhos ideológicos do Estado”, e as de

---

<sup>13</sup> Modernidade: “(1) Característica daquilo que é moderno. Em um sentido geral, a modernidade se põe ao classicismo, ao apego aos valores tradicionais, identificando-se com o racionalismo, especialmente quanto ao espírito crítico, e com as ideias de progresso e renovação, pregando a libertação do indivíduo do obscurantismo e da ignorância através da difusão da ciência e da cultura em geral”. (Japiassú e Marcondes, 2011, p.190).

Foucault como um revisor das teses de Althusser e um grande crítico da obra de Marx. E finalizamos com os comentários de David Harvey sobre a modernidade.

As referências a esses autores são necessárias, pois precisaremos de ferramentas históricas, para que possamos, posteriormente, compreender a caracterização do trabalho na contemporaneidade, as mudanças no mercado de trabalho e o que se chama de precarização, fragmentação da mão de obra.

O capítulo possui a seguinte organização: no seu início temos várias definições do conceito de trabalho, desde a forma pré-capitalista até a forma capitalista - com destaque para o conceito de mais-valia.

Em seguida, apresentamos o pensamento de Max Weber, a partir da sua compreensão do trabalho no capitalismo, e da construção de sua tese que estabelece uma conexão da ascensão do capitalismo e a ascense religiosa. O autor designa como “espírito do capitalismo” a ética do protestantismo ascético.

Na sequência, vemos algumas contribuições de Adam Smith. Em *A Riqueza das Nações*, volume I, o autor apresenta conceitos cruciais como a divisão do trabalho e a organização da vida econômica na modernidade.

Depois, apresentamos as imprescindíveis contribuições do pensamento de Karl Marx, em sua obra *O Capital*, volume I, e sua crítica às formas de sociabilidade que caracterizam o mundo moderno, valendo-se de conceitos indispensáveis na compreensão do modo de produção capitalista como a mercadoria, o capital, a mais-valia, o lucro etc.

Em seguida, fazemos um rápido percurso pelo pensamento de Louis Althusser, com sua reflexão crítica sobre as relações de poder, a partir de sua tese sobre os aparelhos ideológicos do Estado e suas influências no modo de organização das instituições.

Por fim, apoiamo-nos na teoria de Michel Foucault para pensarmos a transição entre o trabalho na modernidade e na contemporaneidade. O autor, ao apresentar uma “análise das relações concretas de poder”, pretendeu desconstruir a ideia de que, em última instância, o poder é piramidal. Para ele o poder é complexo e se exerce em diferentes direções, nesse sentido, a estrutura do poder se modifica completamente na modernidade e passa a ser interativa. Por isso os discursos são considerados produtivos, porque eles transformam a realidade social, inclusive, a realidade dos meios de produção. E, finalmente, as contribuições de David Harvey.

## 2.1. Conceitos do termo “trabalho”

Com o intuito de situar a mudança conceitual do termo trabalho, desde o mundo antigo até o mundo moderno, apresentamos a definição do trabalho segundo o pensador grego Hesíodo. De acordo com o autor Bittencourt (2010), Hesíodo era defensor da luta e da conquista fundadas na justiça e no trabalho. O valor do trabalho é apresentado como o exercício do aperfeiçoamento existencial da condição humana, pois esse agradava aos deuses e fazia os homens independentes e afamados. Já que a alma ao desejar riquezas impulsiona ao trabalho. O trabalho, longe de colocar o ser humano numa situação de inferioridade diante da classe guerreira, concede-lhe dignidade existencial.

Para Hesíodo, o trabalho não é apenas o meio justo de se conseguir riqueza, mas também o processo que granjeia a estima dos deuses através do esforço despendido nas atividades cotidianas, enquanto que o ato de não trabalhar torna-se algo aviltante e motivo de vergonha. O cultivo da terra é a melhor maneira do ser humano se manter em estado de equilíbrio, mediante a compreensão do tempo conveniente para o cultivo de cada gênero. (BITTENCOURT, 2010, p.80)

Para Bittencourt (2010), tanto Homero como Hesíodo promoveram, em suas obras, o valor humano mediante ações dignas de serem lembradas pelas gerações futuras. Esses autores enalteciam a importância da disputa (Boa Éris) para o desenvolvimento da existência humana. Hesíodo, por sua vez, direciona sua perspectiva agonística para o plano das relações sociais cidadinas, inclusive na dimensão do trabalho (*Ergon*). Na obra de Hesíodo existe uma sutil diferença entre *Ergon* (o trabalho criativo, cujo esforço dignifica o homem) e *Ponos* (a labuta sofrida, extenuante). Para o autor, na cultura grega arcaica, Hesíodo faz uma transição simbólica do herói valente e destemido, do campo de batalha, para o homem que centra sua força no trabalho e produz para suprir as necessidades vitais da *Pólis*.

Segundo Bittencourt (2010), o respeito pelo equilíbrio individual é altamente prezado na cultura apolínea, pois é o que permite a perpetuação da ordem estabelecida com base nos parâmetros da harmonia, da sanidade e da consideração da dignidade entre os concidadãos (p. 84). Na valorização da cultura apolínea, pela prática da “justa medida”, o trabalho, ao exigir disciplina, também requer o respeito pela medida. A glorificação da “Boa Éris” é vista, em Hesíodo, como uma demonstração clara de que essa disposição intrínseca da competitividade se estende não só às lutas corporais, aos esportes, às artes liberais e à política, mas, também, no esforço do trabalho. “Se trabalhares, em breve te inveja o homem ocioso, porque enriqueces; à riqueza, seguem-na o mérito e a glória.” (p. 84-85, apud Hesíodo *Os Trabalhos e os dias* vs. 312-313). No espírito agônico, cada grego deveria desenvolver suas forças



visando o máximo de benefícios para a sociedade. No âmbito da agricultura, a agonística estimula a obtenção de riqueza e saciedade para os homens, pois o trabalhador da terra trabalha não só para si, mas estimula a abundância e a harmonia na vida em sociedade, pois o trabalho exige disciplina e o respeito pela medida. Assim, com o trabalho, os homens serão estimados pelos mortais e os imortais.

Ainda, segundo Bittencourt (2010), o “Ganharás o pão com o suor de seu rosto” - longe de ser um estigma que acompanha as gerações - é visto, na Grécia antiga, como uma benção, como um preço, para obtenção de excelência pelos trabalhadores. O trabalho, em Hesíodo, é uma forma de experiência vital e de conduta religiosa, pois é através de seu esforço e da sua fadiga que o homem entra em contato com as forças divinas, num processo que exige a “justa medida”. O trabalho da terra integra o indivíduo na dinâmica cosmológica do equilíbrio e da harmonia como expressão da essência divina do mundo olímpico. A exaustão pelo trabalho é inevitável para que o trabalhador alcance abundância, sagrada exaustão que torna divino o fruto do trabalho humano.

Japiassú e Marcondes (2006) apresentam várias definições do trabalho. Etimologicamente a palavra trabalho deriva do latim *tripalium* ou *tripalus*<sup>14</sup>. Uma definição de trabalho está alinhada à linguagem bíblica (livro do Gênesis), associada ao sofrimento e à punição: “Ganharás o teu pão com o suor do teu rosto” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2006, p.269), é por um esforço doloroso que o homem sobrevive na natureza. Desde a Grécia Antiga, o trabalho também era considerado a expressão da miséria do homem<sup>15</sup>, e os latinos opunham o *otium* (lazer, atividade intelectual) ao *vil negotium* (trabalho, negócio). Para os filósofos modernos, o trabalho, na concepção de Descartes, é o que nos torna “mestres e possuidores da natureza” (2006, p.269). Em Hegel, na dialética do senhor e o do escravo, o escravo encontra sua liberdade e se torna o verdadeiro mestre, através do seu trabalho (2006, p.269). No sentido mais genérico, o trabalho é uma atividade, através da qual o homem modifica o mundo, a natureza, de forma consciente e voluntária com objetivo de satisfazer suas necessidades básicas. O trabalho, tendo por referência a definição de Karl Marx em *O Capital*, é o que permite ao homem colocar em movimento as forças de seu corpo a fim de assimilar a matéria e dar-lhe uma forma útil na vida (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2006, p.269). Podemos aproximar essa definição de movimento das que serão trazidas pela física.

<sup>14</sup> Ferramenta de três pernas utilizada para imobilizar animais ferrados; e, nome também utilizado em instrumento de tortura contra escravos e que deu origem ao verbo *tripaliare* cujo primeiro significado era torturar.

<sup>15</sup> O trabalho possuía definições distintas: “criativo” quando relacionado aos artistas e elites e “braçal” ou “penoso” relativo aos escravos. “*Ergon*” (grego) e “*Opus*” (latim) ou “*Ponos*” (grego) e “*Labor*” (latim) origem das definições para trabalho criador ou braçal, respectivamente.

Uma segunda definição do trabalho surge das teorias econômicas do século XVIII, principalmente com Adam Smith, tornando-se a noção central da economia política, substituindo a concepção clássica da riqueza associada à posse do ouro. Os autores, apoiando-se em Karl Marx, definem o trabalho como “a condição indispensável da existência do homem, uma necessidade eterna, o mediador da circulação material entre o homem e a natureza”<sup>16</sup> (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2006, p.269). Com o surgimento da sociedade industrial, Adam Smith foi o primeiro a elaborar uma teoria sobre a repartição dos trabalhadores num espaço dado, divisão de tarefas necessárias à sobrevivência de um grupo. Para os autores, Karl Marx deu um alcance filosófico à expressão da repartição do trabalho, um fundamento lógico de todas as contradições econômicas do sistema capitalista. É com Taylor que a divisão do trabalho atinge seu grau máximo, isto é, com a repartição altamente racional do “trabalho em cadeia”, ao tentar englobar todos os fatores necessários a uma produtividade ótima (JAPIASSÚ e MARCONDES p.269). O trabalho, *apud* Marx, não produz apenas mercadorias, mas ele se produz a si mesmo e produz o operário como mercadoria, na medida em que produz mercadorias em geral. Já em referência à obra de Comte, o trabalho é positivo quando nossa ação real e útil sobre o mundo exterior constitui a fonte inicial de toda riqueza material (p.269).

No conceito moderno, o trabalho é visto como um processo que tem por objetivo lucrar por meio da produção de algo ou da venda. Numa outra concepção, o trabalho se tornou carregado de conteúdo tecnológico, o conceito é visto como mais técnica, conhecimento e ciência e menos trabalho e esforço.

Segundo Houaiss (2004), o trabalho é definido em várias categorias: atividade profissional, remunerada ou não; atividade produtiva ou criativa exercida para determinado fim; e o resultado ou exercício dessas atividades. Ou ainda, o trabalho é relacionado à prática realizada em cultos afro-brasileiros, que visa obter auxílio, proteção ou conquista de algum desejo. (p.726). O termo laborar possui três definições: no sentido de labutar, significa trabalhar muito com esforço e perseverança; no sentido de lavrar, como cultivo a terra valendo-se de instrumentos agrícolas; e no sentido de incidir em erro ou engano (p.443).

---

<sup>16</sup> “Reificação: 1. Termo que possui sentido geralmente negativo, designando a transformação de uma representação mental em “uma coisa”, atribuindo-lhe assim uma realidade (JAPIASSÚ e MARCONDES 2006, p.237) autônoma, objetiva. Isso se dá, segundo a teoria psicanalítica, como efeito de neuroses e em certos estados alucinatorios, projetando-se para o real objetivo elementos da realidade psíquica. (p.238). 2. Segundo a teoria marxista, a reificação é o último estágio da alienação do trabalhador, no sentido de que sua força de trabalho se transforma em valor de troca, escapando a seu próprio controle e tornando-se uma “coisa autônoma” (p.238) .

### 2.1.1. Conceito de trabalho na física

A apresentação, do conceito de trabalho na física, tem como objetivo demonstrar que os conceitos do modo de funcionamento psíquico, elaborados por Freud, se apoiaram nos conceitos da termodinâmica da física moderna. Conceitos como “trabalho”, “deslocamento”, “energia”, “força”, “pressão” e outros termos aqui não abordados.

Na física<sup>17</sup>, um dos significados da palavra trabalho é a relação existente entre a força e o deslocamento, sendo assim, podemos afirmar que existe trabalho quando uma força aplicada sobre um corpo é capaz de provocar seu deslocamento. Ou seja, só há trabalho motor quando há deslocamento do corpo. O trabalho motor ocorre quando a força e o deslocamento têm o mesmo sentido, e o trabalho resistente existe quando a força tem sentido oposto ao deslocamento. A representação matemática do trabalho é dada pela fórmula:  $T = F \cdot d$  (onde “T” é o trabalho, “F” é a força e “d” o deslocamento).

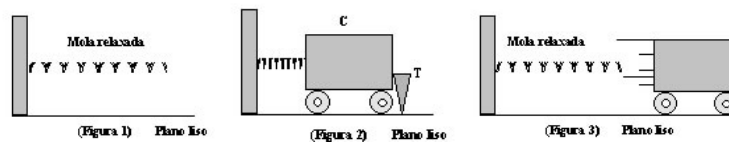
Há também o trabalho da força peso, que independe da trajetória. Ele é dependente do peso e do desnível existente entre a posição inicial e a final. Ele é positivo quando o ponto material desce, negativo quando este ponto sobe e neutro quando o deslocamento for horizontal.

A existência de energia possibilita a execução de trabalho. Por exemplo, uma mola relaxada, figura 1, para ser comprimida requer um gasto de energia. É preciso aplicar uma força em uma de suas extremidades para que ela se contraia. Ao se aplicar a força sobre a mola há realização de um trabalho. Este trabalho, então, corresponde à transferência de energia da pessoa para a mola. Já a figura 2 representa a mola comprimida, mas impedida de se movimentar. A mola comprimida armazena energia e essa energia é denominada potencial elástica. A energia potencial está relacionada a um corpo em função da posição que ele ocupa. É potencial porque é capaz de se manifestar e elástica por estar armazenada em um corpo elástico deformado. Quando ocorre o movimento, a energia potencial que estava armazenada na mola, aí ocorre a realização de trabalho. O trabalho corresponde à energia transferida da mola para o carrinho e essa energia é denominada energia cinética. A energia cinética é a energia relacionada ao movimento dos corpos.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://www.brasilecola.com/fisica/trabalho-uma-forca.htm>. Acesso em 08.08.2015.

Figura 1 - Trabalho resultante da energia cinética<sup>18</sup>



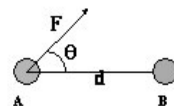
Fonte site Brasil Escola: <http://brasilescola.uol.com.br/fisica/trabalho.htm>

O trabalho<sup>19</sup> de uma força é a medida da energia transferida para um corpo devido, e ocorre em função da aplicação de uma força ao longo de um deslocamento. Em física o trabalho é também usualmente representado por W (original do inglês work) ou pela letra grega tau  $\tau$

O trabalho de uma força constante e paralela ao deslocamento é calculado quando a força é aplicada no mesmo sentido do deslocamento. O cálculo pode ser expresso na seguinte fórmula:  $\tau = F \cdot D$  (F igual a força e D é o deslocamento sofrido pelo corpo).

O trabalho de uma força pode também ser constante e não paralelo ao deslocamento, nesse caso o cálculo do trabalho leva em consideração o ângulo formado entre a força e o deslocamento sofrido pelo corpo.

Figura 2 - Trabalho resultante de uma força constante e paralela<sup>20</sup>



$$\tau = F \cdot D \cdot \cos\theta$$

Fonte: site Brasil Escola: <http://www.brasilescola.com/fisica/trabalho-forca-resultante-energia-movimento.htm>.

O trabalho<sup>21</sup> da força resultante que atua sobre um corpo em um intervalo de tempo qualquer é igual à variação de sua energia cinética naquele intervalo de tempo. Considerando-se um corpo sobre uma superfície plana e horizontal, supondo-se que esse corpo possua massa  $m$  e velocidade  $\vec{v}_0$ , após um instante qualquer atuará nesse corpo uma força resultante  $\vec{F}_R$  de

<sup>18</sup> Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/fisica/trabalho.htm>. Acesso em 08.08.2015.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://www.brasilescola.com/fisica/trabalho.htm>. Acesso em 07.08.2015.

<sup>20</sup> Disponível em: <http://www.brasilescola.com/fisica/trabalho-forca-resultante-energia-movimento.htm>. Acesso em 07.08.2015.

<sup>21</sup> Disponível em: <http://www.brasilescola.com/fisica/trabalho-forca-resultante-energia-movimento.htm>. Acesso em 07.08.2015.

intensidade constante e paralela à velocidade inicial. Mantendo essas condições iniciais, esse corpo, em um instante qualquer, passa a ter uma velocidade  $\vec{v}$  e terá percorrido uma distância  $\vec{d}$ . O trabalho é resultante da força constante  $\vec{F}_R$  ao longo do deslocamento  $\vec{d}$  e é representado pela seguinte fórmula:

Figura 3 - Trabalho resultante da força constante ao longo do deslocamento<sup>22</sup>

$$\tau = F_R \cdot d \cdot \cos 0^\circ, \quad \text{em que } \cos 0^\circ = 1$$

Fonte: site Brasil Escola: <http://www.brasilecola.com/fisica/trabalho-forca-resultante-energia-movimento.htm>.

### 2.1.2. Significados do trabalho

Para Santos e Ferreira (1996), desde a Antiguidade, o trabalho esteve associado à ideia de sofrimento, punição. A inversão só começou a acontecer quando o mesmo passou a ter outro sentido, o de dever social, base da virtude e da moral, uma virtude a ser desenvolvida pelo homem, como define Max Weber (apud Santos e Ferreira, 1996). Essa visão está ligada ao pensamento da liberdade do homem para criar e construir o mundo. E o princípio, de que era preciso dominar a natureza por meio do trabalho, foi fortemente impulsionado a partir do século XVIII.

Para Santos (1993), um tema presente, nos escritos filosóficos de Hegel, é a compreensão de que o trabalho e a riqueza são momentos essenciais do movimento de autoprodução do homem. O pensamento hegeliano contém a noção de trabalho como elemento da cultura: “A educação pelo trabalho é o momento privilegiado em que o homem se põe no elemento da cultura, como ser acrescentado à natureza, e cria para si uma ‘segunda natureza’ como um fato objetivo real” (p. 10). Ou seja, através de um movimento dialético, a natureza se torna humana e se transforma em cultura, ao mesmo tempo em que o homem quando se apropria da natureza “externa”, por meio do trabalho, se apropria também de sua natureza ‘interna’, e com isso se faz homem culto. Esse momento de passagem da natureza à cultura é designado como um processo de humanização, processo de produção da cultura, mediante o qual o homem, ao se tornar consciente de sua liberdade, busca o reconhecimento social como forma de vida.

<sup>22</sup> Disponível em: <http://www.brasilecola.com/fisica/trabalho-forca-resultante-energia-movimento.htm>. Acesso em 07.08.2015.

Para Coelho dos Santos (2012), o trabalho na Idade Média servia apenas à produção do necessário ao consumo, isto é, à reprodução da vida. O homem medieval somente consentia em renunciar aos prazeres – o mínimo necessário à conservação da sua existência. A equação era trabalhar para viver. A vida exigia o uso correto dos prazeres e havia um tempo a dedicar a cada coisa. O ócio era muito mais valorizado do que a necessidade de trabalhar. Quando o trabalho se torna uma mercadoria que se compra e se vende no mercado, deixa de ser regido pela lógica da sobrevivência. Torna-se fonte de uma nova satisfação. Alguma coisa “a mais” que resulta da acumulação de uma nova modalidade de usufruto, separada e diferente da simples satisfação das necessidades da vida. Passamos para a equação do ‘produzir para acumular’. Assim, a lógica da modernidade é a da produção de um excesso, um gozo-a-mais, lucro, mais-valia – em referência ao termo “mais-valia”, designado por Marx como o excedente que o trabalhador produzia com seu trabalho.

Para aprofundarmos as definições de trabalho, aqui trazidas, surgidas com o nascimento da ciência, do sujeito da ciência e do mundo moderno, iremos apresentar a elaboração da definição de trabalho no modo de produção capitalista a partir dos pensadores Max Weber, Adam Smith e Karl Marx e, ainda, Louis Althusser e Michel Foucault. Iniciaremos e concluiremos o capítulo com as contribuições da David Harvey.

### **2.1.3. Considerações de David Harvey sobre a modernidade**

Segundo Harvey (2013), na segunda metade do século XIX, as qualidades do modernismo variaram nas grandes cidades e, certas modalidades, alcançaram uma trajetória particular pelas capitais do mundo, florescendo, em cada uma, uma arena cultural específica. Embora a história do modernismo intelectual e estético fosse muito mais eurocentrada, a partir de 1848, a fixidez do pensamento iluminista conquistou e reforçou a ênfase em sistemas divergentes de representação, em centros distintos como “Berlim, Viena, Paris, Monique, Londres, Nova York, Chicago, Copenhague e Moscou, chegando ao seu apogeu pouco antes da Primeira Guerra Mundial” (p.36). Um furor de experimentação levou a transformação qualitativa na natureza do modernismo, a própria mudança na linguística, proposta por Saussure, de que o sentido das palavras seria determinado mais por sua relação com outras palavras do que pela sua referência aos objetos; ou a significativa publicação de Taylor – *Os princípios da administração científica* (1911). Na visão de Harvey: “É difícil não concluir que todo o mundo da representação e do conhecimento passou por uma transformação fundamental nesse curto espaço de tempo. Como e porque isso aconteceu é a essência da

questão” (p.35). E sua tese é que “a simultaneidade derivou de uma radical mudança na experiência do espaço e do tempo no capitalismo ocidental” (idem).

Os pensadores da tradição iluminista como Adam Smith ou Saint-Simon, *apud* Harvey (2013), acreditaram que derrubadas às grades das relações de classes feudais, um capitalismo organizado pela “mão invisível” do mercado ou pelo poder de associação, permitiria os benefícios da modernidade capitalista para todos. Essa tese foi fortemente contestada por Marx e Engels à medida que se tornaram mais evidentes as disparidades de classe produzidas pelo capitalismo, o que teria levado o movimento socialista a contestar cada vez mais a unidade da razão iluminista e inserir uma dimensão de classe no modernismo.

Segundo Harvey (2013), numa época de instabilidade, na vida político-econômica do final do século XIX, teria ocorrido uma mudança no tom do modernismo, decorrente, também, da necessidade de enfrentar diretamente o sentido da anarquia, da desordem e do desespero semeados por Nietzsche. Assim, a articulação de necessidades eróticas, psicológicas e irracionais identificadas por Freud e que Klimt representou em sua arte, contribuíram para a confusão e o reconhecimento da impossibilidade de representação do mundo em uma linguagem simples, e cuja compreensão só seria possível se construída por meio da exploração de múltiplas perspectivas. Ao trauma da guerra mundial e de suas respostas políticas, Taylor (1987, 127), *apud* Harvey (2013), justificou com a seguinte afirmativa: “a subjetividade moderna [...] simplesmente foi incapaz de lidar com a crise em que a Europa de 1914 foi mergulhada” (p.38).

As condições econômicas do Iluminismo europeu, ou seja, a crescente competição entre Estados e outras unidades econômicas, segundo Harvey (2013), criaram uma pressão de racionalização e coordenação, tanto do espaço como do tempo da atividade econômica. Todas as unidades econômicas se viram às voltas com um mundo cada vez mais competitivo, e o sucesso econômico medido em termos de metais ou através da acumulação de dinheiro, riqueza e poder individualizados tão apreciados pelos liberais. A primeira crise da superacumulação capitalista ocorreu com a depressão que assolou a Inglaterra em meados do século XIX, 1847-1848, e abalou a confiança da burguesia. Numa época em que o capitalismo já havia alcançado um grau suficiente de maturidade, e era visível a qualquer um a conexão entre as condições financeiras, a especulação incessante e a superprodução. A repentina paralisia econômica teria colocado excedentes de capital e de trabalho, sem possibilidades de uni-los de forma lucrativa e socialmente benéfica. Foram inúmeras as explicações da crise e, a partir de 1848, o sentido progressista de tempo foi abalado em muitos aspectos importantes, assim como as certezas sobre a natureza do espaço e do tempo. A crise mostrou que a Europa

havia alcançado um nível elevado de integração espacial em sua vida econômica e financeira, tornando todo o continente vulnerável à formação de crises simultâneas. As revoluções políticas ocorridas, em todo o continente, acentuaram as dimensões sincrônicas e diacrônicas do desenvolvimento capitalista. E o espaço europeu se tornou cada vez mais unificado em função do internacionalismo do poder do dinheiro. Os efeitos da crise financeira e monetária, a escassez de “dinheiro real” e, em espécie, abalaram as ideias sobre o sentido e o papel do dinheiro na vida social (Harvey, 2013, p.238).

Um levante revolucionário, com novos sistemas de crédito e novas formas corporativas de organização e de distribuição, além de inovações técnicas e organizacionais no nível da produção, com o crescimento da fragmentação, especialização e desabilitação na divisão do trabalho, contribuiu para acelerar a circulação do capital em mercado de massa. O capitalismo teria entrado numa fase de investimento de longo prazo na conquista do espaço. Vários fatores contribuíram para mudar o sentido do tempo e do espaço de forma radical.

A vasta expansão do comércio e do investimento exterior depois de 1850 encaminhou as principais forças capitalistas para a trilha do globalismo, mas o fez por intermédio da conquista imperial e da rivalidade inter-imperialista, que viriam a alcançar seu apogeu na Primeira Guerra Mundial - a primeira guerra global. *En route*, os espaços do mundo foram desterritorializados, privados de suas significações precedentes e reterritorializados segundo a conveniência da administração colonial e imperial. (HARVEY, 2013, p.240)

Assim, entre 1850 e 1914, o mapa do domínio dos espaços do mundo teria sofrido uma profunda transformação e o deixado irreconhecível. Em 1913, Ford, *apud* Harvey, teria instalado sua linha de montagem, fragmentado tarefas e as distribuindo no espaço, com objetivo de maximizar a eficiência e minimizar a fricção do fluxo produtivo. Usou a forma de organização espacial para acelerar o tempo de giro do capital produtivo, tempo que seria acelerado em função do controle realizado através da organização e fragmentação da ordem espacial da produção. Ford mostrou que os processos sociais eram passíveis de aceleração, e as forças produtivas aumentadas pela espacialização do tempo. O modernismo, de modo geral, explorou, de várias maneiras, as seguintes dialéticas: lugar *versus* espaço e presente *versus* passado, e, também, celebrou a universalidade e a queda de barreiras espaciais, bem como os novos sentidos do espaço e lugar que reforçavam a identidade local.

No período da primeira guerra mundial, Kern, *apud* Harvey (2013), afirmou que “a crença na evolução, no progresso e na própria história tinha desaparecido” (Harvey, 2013, p.253). O modernismo, do período entre-guerras, exigiu uma ação de reconstrução, tendo vista as economias devastadas pela guerra na Europa, e a resolução de problemas políticos



associados com as formas capitalistas de crescimento urbano-industrial. As quedas das crenças iluministas abriram possibilidade de contribuição de alguma visão estética à ação social: “Uma ala do modernismo apelou para a imagem da racionalidade incorporada na máquina, na fábrica, no poder da tecnologia contemporânea, ou da cidade como ‘máquina viva’” (Harvey, 2013, p.38). E uma visão limitada das qualidades essenciais do modernismo, foi o exemplo da crítica dos *Tempos Modernos* de Chaplin, com a ideia de que a máquina, a fábrica e a cidade racionalizada poderiam definir as qualidades da vida moderna. A versão positivista do modernismo foi contestada pelo Círculo de Viena, que assumiu uma posição central no pensamento social pós-Segunda Guerra. “Enquanto o modernismo dos anos entre-guerras era ‘heroico’, mas acossado pelo desastre, o modernismo ‘universal’ ou ‘alto’ que conseguiu hegemonias depois de 1945 exibiu uma relação muito mais confortável com os centros de poder dominantes da sociedade” (HARVEY, 2013, p.42). Quanto ao alto modernismo:

A arte, a arquitetura, a literatura etc. do alto modernismo tornaram-se artes e práticas do *establishment* numa sociedade em que uma versão capitalista corporativa do projeto iluminista de desenvolvimento para o progresso e a emancipação humana assumira o papel dominante político-econômica. (HARVEY, 2013, p.42)

Houve, ainda, uma forte crença “no progresso linear, nas verdades absolutas e no planejamento racional de ordens sociais ideais” (ibidem) sob condições padronizadas de conhecimento e de produção.

Por isso, o modernismo resultante seria ‘positivista, tecnocêntrico e racionalista’, ao mesmo tempo em que teria imposto como a obra de uma elite de vanguarda formada por planejadores, artistas, arquitetos, críticos e outros guardiães do gosto refinado. (HARVEY, 2013, p.42)

Enquanto a “modernização” das economias europeias ocorreu velozmente, houve um “processo de modernização” num Terceiro Mundo atrasado.

Harvey (2013) chegou a enumerar diversos aspectos positivos da modernidade capitalista, como a formação de um mercado mundial e um acesso generalizado aos produtos diversificados e, sobretudo, a revolução na força produtiva, na tecnologia e na ciência, que abriram novas perspectivas de desenvolvimento e autorrealização para os homens.

[...] As revoluções tecnológicas possibilitadas pela divisão do trabalho e pela ascensão das ciências materialistas tiveram o efeito de desmistificar os processos de produção (apropriadamente chamados de “mistérios” e “artes” no período pré-moderno) e de criar a capacidade de liberar a sociedade da escassez e dos aspectos

mais opressivos da necessidade imposta pela natureza. Esse foi o lado bom da modernização capitalista. O problema, no entanto, consistia em nos libertar dos fetichismos das trocas de mercado e desmistificar (e, por extensão, desmitologizar) o mundo histórico e social exatamente da mesma maneira. Essa foi a tarefa científica a que Marx se dedicou em *O Capital*. (HARVEY, 2013, p.106)

Para Harvey (2013), *O Capital*, de Marx, merece ainda destaque pela riqueza de percepções daquilo que constituiu o foco do pensamento atual, e nos ajudaria a dissolver as categorias do modernismo e do pós-modernismo num complexo de oposições expressas nas contradições culturais do capitalismo. E a distinção entre modernismo e pós-modernismo desapareceria, sendo, então, substituída pela análise do fluxo de relações interiores do capitalismo como um todo (p.305).

## 2.2. As contribuições de Max Weber e o “espírito do capitalismo”

### 2.2.1. Comentários iniciais

Nosso objetivo é extrair da obra clássica de Max Weber (1905/2004), intitulada *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, suas contribuições acerca do tema de investigação, a saber, o trabalho na modernidade. Apenas pretendemos identificar algumas definições que nos ajudem a situar o trabalho na modernidade, na sociedade ocidental regida pelo sistema capitalista.

Por que escolhemos Max Weber como um autor de referência para situar o trabalho na modernidade? Para responder a essa questão, citemos um comentário de João Baptista da Costa Aguiar sobre a obra de Weber:

*A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* é para a sociologia o que *A origem das espécies*, de Darwin, é para a biologia, ou *A interpretação dos sonhos*, de Freud, para a psicanálise: “um livro inaugural, um marco ao qual sempre convém retomar (PIERUCCI, 2004, contra capa)

E acrescenta:

[...] Marx Weber identificou a gênese da cultura capitalista moderna nos fundamentos da moral puritana. O método exemplar e o rigor da análise que se veem aqui fizeram de Weber um dos três grandes pilares da sociologia moderna, ao lado de Émile Durkheim e Karl Marx. (PIERUCCI, 2004, contra capa).

Segundo Ramos (2006), no artigo *A sociologia de Max Weber (sua importância para a teoria e a prática da Administração)*, o estudo do capitalismo na obra de Max Weber não pode ser negligenciado, porque, nela, o autor explica a origem do capitalismo. Weber, *apud*

Ramos, rejeita, inicialmente, a teoria do capitalismo derivado do instinto aquisitivo ou decorrente das transformações dos modos de produção e circulação. E, mais, o espírito do capitalismo teria precedido o regime capitalista. Weber remonta às origens da economia capitalista e seu caráter problemático *in statu nascendi*:

A economia medieval era uma economia orientada no sentido da satisfação das necessidades e, por sua vez, o trabalhador medieval típico, ajustado à divisão estamental da sociedade, visava, com o seu trabalho, satisfazer as suas necessidades pessoais. Faltava-lhe o ânimo do lucro, a *auri sacra fames*, o espírito de tesaurização, o espírito de empresa, a atitude racionalizadora, em resumo, o espírito do capitalismo que, segundo Weber, é uma emanção da ética protestante ou, mais propriamente, puritana. [...] Foi a ética puritana que, segundo Weber, forneceu ao europeu da fase pré-capitalista as racionalizações justificadoras de uma conduta anti-tradicionista. O conceito, que pôs em voga, de “vocação” transformou gradualmente, de Lutero a Calvino, o trabalho numa tarefa ascética (nota 23)<sup>23</sup>, Max Weber dá ao conceito calvinista de vocação uma extraordinária importância no desenvolvimento do capitalismo. (RAMOS, 2006, p.277)

Segundo Weber (1905/2004), a ascese<sup>24</sup>, ao se transferir das celas dos mosteiros para a vida profissional, passou a dominar a moralidade intramundana, contribuindo com a edificação de uma poderosa ordem econômica moderna, ligada aos pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que, hoje, determina, com pressão avassaladora, o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem nessa engrenagem.

Na opinião de Baxter, o cuidado com os bens exteriores devia pesar sobre os ombros de seu santo apenas "qual leve manto de que se pudesse despir a qualquer momento". Quis o destino, porém, que o manto virasse uma rija crosta de aço<sup>25</sup> {na célebre tradução de Parsons: *iron cage* = jaula de ferro}. No que a ascese se pôs a transformar o mundo e a produzir no mundo os seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história. (WEBER, 1905/2004, p.165)

<sup>23</sup> 23 O célebre quadro de Grantwood, *O Gótico Americano*, é uma eloquente ilustração pictórica deste ascetismo intramundano.

<sup>24</sup> Por ascese entende-se “regra de vida pautada na renúncia voluntária dos prazeres; austeridade pessoal e comportamentos comedidos e metódicos” (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2011, p.18-19).

<sup>25</sup> *Gehäuse* = crosta (em vez de: jaula ou prisão). Deste modo, a famosa metáfora *stahlhartes Gehäuse*, que Parsons traduziu intrigantemente por *iron cage* (jaula de ferro) – e com essa verdadeira transcriação entregou-nos definitivamente um *tópos* para as ciências humanas explorarem de mil modos, e que é em si insubstituível justamente pela riqueza de sentidos que carrega ou sugere, mas que o esforço de tradução mais literal que percorre a presente edição obriga aqui a deixar para lá -deixa de ser uma prisão de ferro para ser, como no original, uma "rija crosta de aço". De aço, não de ferro, como convém ao *Hochkapitalismus* (ver abaixo) dos tempos de Weber. Poderia ser cápsula de aço, capa, concha etc.; decidimos pela palavra crosta por manter algo de aversivo em sua conotação. (WEBER, 1905/2004, p.19-20, notas sobre convenções gráficas adotadas nesta edição.)

A partir deste momento, em que ascese se pôs a transformar o mundo e a produzir seus efeitos, os bens externos, ganharam uma relevância irresistível sobre os seres humanos sem precedentes na história da humanidade. Hoje, a ideia do “dever profissional” ronda nossa vida como um fantasma das crenças religiosas de outrora (WEBER, 1905/2004, p.165). Mas, a partir do momento em que não se pode remeter diretamente o “cumprimento do dever profissional” com os valores espirituais, o futuro torna-se incerto sobre o que terá vigor: as novas ou as velhas ideias. Ou se será uma “petrificação mecanizada” arrematada com uma espécie “convulsiva de autossuficiência” (WEBER, 1905/2004, p.166). “Especialistas sem espírito, gozadores sem coração: esse Nada imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado” (WEBER, 1905/2004, p.166).

Para o autor, a proposta do livro é mostrar a significação que o racionalismo ascético teve para o conteúdo da ética político-social, isto é, o modo de organização e de funcionamento das comunidades sociais. Para avaliar a medida de significação cultural do protestantismo ascético em comparação com outros elementos da cultura moderna, seria necessário acompanhar o histórico, desde os primeiros ensaios medievais, de uma ascese intramundanda até a sua dissolução no puro utilitarismo. Por isso, considera que seria ainda preciso trazer à tona como essa ascese foi influenciada pelo conjunto das condições sociais, culturais e econômicas.

Apresentamos, a seguir, a partir de nossa leitura, as contribuições de Max Weber ao tema de nossa pesquisa, o trabalho na modernidade.

## **2.2.2. O “espírito” do capitalismo e os fundamentos religiosos da ascese intramundana**

### **2.2.2.1. Comportamento religioso e racionalismo econômico**

Weber (1905/2004) apresenta sua compreensão do motivo da reduzida participação dos católicos entre o operariado qualificado da indústria moderna quando comparados aos protestantes. Os católicos mostram uma tendência mais acentuada a permanecer no artesanato, “mestres do artesanato”, enquanto a inserção dos protestantes nas fábricas é relativamente maior, esses ocupam cargos de escalões superiores do operariado qualificado e dos postos administrativos.

Nesses casos, a relação de causalidade repousa sem dúvida no fato de que a peculiaridade espiritual inculcada pela educação, e aqui vale dizer, a direção conferida à educação pela atmosfera religiosa da região de origem e da casa paterna, determinou a escolha da profissão e o subsequente destino profissional. (WEBER, 1905/2004, p.32-33).

Os protestantes, na condição de camada dominante ou dominada, de maioria ou minoria, mostram uma inclinação específica para o racionalismo econômico, que não pode ser observado da mesma forma entre os católicos. Esse comportamento distinto entre eles deve ser atribuído principalmente à “peculiaridade intrínseca e duradoura de cada confissão religiosa, e não somente na respectiva situação exterior histórico-política” (WEBER, 1905/2004, p.34). Se o catolicismo busca educar seus fiéis a uma indiferença maior pelos bens deste mundo e acusa os protestantes de “materialistas”, por sua vez, os protestantes criticam as ideias da conduta da vida católica. O autor sugere aprofundar a constatação de “um íntimo parentesco entre estranhamento do mundo, ascese e devoção eclesial, por um lado, e participação na vida de aquisição capitalista, por outro” (p.36).

O protestantismo na França, Áustria e em outros países, assim como o calvinismo na Alemanha e em outras partes do mundo, teriam favorecido o desenvolvimento do “espírito” capitalista (WEBER, 1905/2004, p.37). Tal conjunção sugere uma combinação de devoção intensa com o senso de negócios e sucesso econômico.

[...] o ‘espírito de *trabalho*’, de ‘progresso’ ou como se queira chamá-lo, cujo despertar somos tentados a atribuir ao protestantismo, não pode ser entendido, como hoje sói acontecer, [como se fosse “alegria do mundo” ou de qualquer outro modo] em sentido iluminista. [...] Se é para encontrar um parentesco íntimo entre determinadas manifestação do antigo espírito protestante e a cultura capitalista moderna, não é em sua (pretensa) “alegria do mundo” mais ou menos materialista ou em todo caso antiascética que devemos procurá-lo, mas sim, queiramos ou não, em seus traços puramente religiosos. (WEBER, 1905/2004, p.38, grifo nosso).

Weber considera imprescindível formular, com a máxima nitidez, as peculiaridades e diferenças do pensamento religioso e sua aproximação com o “espírito” do capitalismo.

#### 2.2.2.2. O “espírito” do capitalismo

O que Max Weber define por “espírito” do capitalismo?

Ao “espírito” do capitalismo o autor remete a uma “individualidade histórica”, isto é, “um complexo de conexões que se dão na realidade histórica que nós encadeamos conceitualmente em um todo, do ponto de vista de sua *significação cultural*” (WEBER, 1905/2004, p.41), por isso, é necessário analisar os fenômenos históricos. E retoma os pressupostos do sermão do americano, Benjamin Franklin<sup>26</sup>, por considerá-los a expressão do

<sup>26</sup> “Benjamin Franklin (1706-1790) foi diplomata, escritor, jornalista, filósofo e cientista norte-americano. Colaborou na redação da Declaração da Independência e da Constituição dos Estados Unidos”. Disponível em: [https://pensador.uol.com.br/autor/benjamin\\_franklin/](https://pensador.uol.com.br/autor/benjamin_franklin/). Acesso em 20.12.2016.

“espírito” do capitalismo destacando algumas frases como: “tempo é dinheiro”, “crédito é dinheiro”, “dinheiro é procriador por natureza fértil”, “quanto mais dinheiro houver, mais produzirá ao ser investido, de sorte que os lucros crescem cada vez mais rápido” (WEBER, 1905/2004, p.43). Considera que tais advertências de Franklin têm um cunho utilitário o *summum bonum* da ética: “ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, no mais rigoroso resguardo de todo gozo imediato do dinheiro ganho” (p.46). Trata-se de uma inversão da ordem natural das coisas, ou seja, um “*Leitmotiv* do capitalismo” em que “O ser humano em função do ganho como finalidade da vida, não mais o ganho em função do ser humano como meio destinado a satisfazer suas necessidades materiais” (idem). É preciso “fazer das pessoas dinheiro” (WEBER, 1905/2004, p.47).

Na ordem econômica moderna o “ganhar dinheiro” deve ser o resultado e a expressão da habilidade na profissão. Profissão no sentido de um dever, de uma pura valorização da força de trabalho ou das propriedades e bens, uma máxima da ética dos empresários ou dos operários da moderna empresa capitalista, condição de sobrevivência para o capitalismo *hodierno*.

Atualmente a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao mesmo enquanto indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica. O fabricante que insistir em transgredir essas normas é indefectivelmente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto no olho da rua como desempregado. (WEBER, 1905/2004, p.47-48)

O capitalismo hodierno, dominado de longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da seleção econômica, os sujeitos econômicos – empresários e operários – de que necessita. (WEBER, 1905/2004, p.48)

O capitalismo não pode empregar, como operários, representantes de um *liberum arbitrium* indisciplinado, e nem homens de negócios sem escrúpulos, ainda que a *auri sacra fames*<sup>27</sup> seja tão velha quanto à humanidade. Mas, não são estes homens, que se entregam à “pulsão pecuniária” sem reservas, que são os representantes da disposição original do “espírito” capitalista (Weber, 1905/2004, p.50). O ganho desbragado e sem vínculo interno com alguma norma sempre existiu em todos os períodos da história. O lucro capitalista se sentia “em casa” em todas as constituições econômicas, que toleravam fortunas econômicas e as faziam frutificar, seja na forma de comenda, contrato de coleta de impostos, empréstimo à

---

<sup>27</sup> “*auri sacra fames* Expressão consagrada por um verso de Virgílio na Eneida (3, 56), a ‘sagrada fome de ouro’ citada em latim fala da incontida avidez por riqueza” (WEBER, 1905/2004, p.280)

Estado, financiamento de guerras e cortes, cargos no funcionalismo. Assim, essa disposição aventureira, além das barreiras éticas, se alastrou por toda parte.

Com o desmoronamento da tradição e a irrupção mais ou menos enérgica do livre lucro no seio mesmo dos grupamentos sociais. [...] – do comportamento prático do homem médio da era pré-capitalista: “pré-capitalista” no sentido de que a valorização racional do capital no quadro da *empresa* e a organização capitalista racional do *trabalho* ainda não haviam se tornado as potências dominantes na orientação da ação econômica. Foi precisamente essa atitude um dos mais fortes obstáculos espirituais com que se defrontou a adaptação dos seres humanos aos pressupostos de uma ordem econômica de cunho capitalista-burguês. (WEBER, 1905/2004, p.51)

O que vem a ser essa atitude “tradicionalista”?

[...] o ser humano não quer “por natureza” ganhar dinheiro e sempre mais dinheiro, mas simplesmente viver, viver do modo como está habituado a viver e ganhar o necessário para tanto. Onde quer que o capitalismo [moderno] tenha dado início à sua obra de incrementar a “produtividade” do trabalho humano pelo aumento de intensidade, ele se chocou com a resistência infinitamente tenaz e obstinada desse *Leitmotiv* do trabalho na economia pré-capitalista. (WEBER, 1905/2004, p.53)

Diante dessa atitude tradicionalista, o empresário [moderno] utilizaria o salário por tarefa como uma técnica para aumentar o rendimento e a intensidade no trabalho dos trabalhadores. O aumento do rendimento, pela elevação da taxa de remuneração por tarefa, daria ao trabalhador um ganho maior em um curto espaço de tempo. Entretanto, isso não se mostrou efetivo comparando-se a maior produtividade do trabalho no mesmo intervalo de tempo. Ao contrário, a produtividade foi menor, os trabalhadores não respondiam aos aumentos das taxas de remuneração com incremento da produtividade diária, pois “ganhar mais” era menos atraente do que a possibilidade de “trabalhar menos”. A preocupação dos trabalhadores era com o quanto deveriam trabalhar para cobrir as necessidades tradicionais. Este é um típico exemplo de atitude “tradicionalista”.

Assim, o capitalismo [moderno], com sua proposta de incrementar a “produtividade” do trabalho humano pelo aumento de sua intensidade, esbarrou na resistência desse *Leitmotiv* do trabalho na economia pré-capitalista. O que acabou se tornando natural recorrer à redução do salário para forçar o trabalhador a produzir mais para manter seu ganho de salário, já que por séculos havia vigorado essa máxima de que salários baixos eram “produtivos” e que eles aumentavam o rendimento do trabalho. Essa medida estava em sintonia com o antigo calvinismo ao afirmar que “o povo só trabalha porque é pobre, e enquanto for pobre” (WEBER, 1905/2004, p.53). Mas essa eficácia também apresentou limites na expansão do

capitalismo. Embora a existência de um excedente populacional permitisse pagar um baixo salário no mercado, por sua vez, isso levava à seleção de trabalhadores mais incompetentes, comprometendo o desenvolvimento capitalista, principalmente, quando o fabrico de produtos exigia trabalhadores mais qualificados e capazes de operar equipamentos mais sofisticados. Nesses casos, o salário baixo foi pouco produtivo, pois além do sustento nas necessidades vitais, era necessária a disposição para a execução do trabalho como “vocaçãõ”.

Pois aqui não se faz indispensável simplesmente um elevado senso de responsabilidade, mas também uma disposição que ao menos durante o trabalho esteja livre da eterna questão de como, com um máximo de comodidade e um mínimo de esforço ganhar o salário de costume; e mais, uma disposição de executar o trabalho como se fosse um fim absoluto em si mesmo - como “vocaçãõ. (WEBER, 1905/2004, p.54)

### 2.2.2.3. “Vocaçãõ”

E como Max Weber define a “vocaçãõ”?

A “vocaçãõ” não está dada na natureza e, tampouco, pode ser suscitada diretamente por salários altos ou baixos, mas é o produto de um longo processo educativo. Para ilustrar tal condição, o autor cita o que ocorria com moças de educação especificamente religiosa. A essa categoria de mão-de-obra se abrem as melhores oportunidades de educação econômica, pois sua capacidade de concentração mental e sua atitude de sentir-se “no dever de trabalhar”, associada a um vigoroso espírito de poupança capaz de calcular o ganho e seu montante geral, além de um severo domínio de si e uma sobriedade, elevam a produtividade de maneira excepcional (WEBER, 1905/2004, p.55). Essa concepção do trabalho como fim em si mesmo, isto é, a “vocaçãõ numa profissãõ”, decorre de uma educação religiosa capaz de superar uma visãõ “tradicionalista” do trabalho.

Nessa aproximação da “vocaçãõ” a fatores religiosos, o autor coloca uma indagação: de que modo foi possível se formar essa conexão entre fatores religiosos e capacidade de adaptação ao “espírito” do capitalismo? Ou seja, é essa sua tese central: estabelecer uma conexão entre a capacidade de adaptação ao capitalismo a partir de fatores religiosos e o rompimento com o “tradicionalismo”. Para melhor elucidação, ele nos apresenta a seguinte definição do termo "tradicionalismo":

Sombart, em suas discussões sobre a gênese do capitalismo, distinguiu os dois grandes *Leitmotive* entre os quais se teria movido a história econômica, a “satisfação das necessidades” e o “ganho”, conforme a modalidade e a direção da atividade econômica sejam determinadas ou pela extensão das *necessidades* pessoais ou, independentemente dos limites dessas últimas, pela ambição de *ganho* e a *possibilidade* de obtê-lo. O que ele designa “sistema de economia de satisfação das



necessidades” parece corresponder, à primeira vista, ao que é descrito aqui como “tradicionalismo econômico. (WEBER, 1905/2004, p.56)

Max Weber também apresenta uma aproximação entre a forma "capitalista" de uma economia e o “espírito do capitalismo [(moderno)]”, por ambos guardarem entre si uma relação de “adequação”:

[...] empregamos provisoriamente a expressão "espírito do *capitalismo* [(moderno)]" para designar aquela disposição que *nas raias de uma profissão* de forma sistemática ambiciona o ganho [legítimo e racional], tal como ilustrado no exemplo de Benjamin Franklin, isso se deve à razão histórica de que aquela disposição encontrou sua forma mais adequada na empresa capitalista [moderna], e a empresa capitalista, por sua vez, encontrou nela sua força motriz espiritual mais adequada. (WEBER, 1905/2004, p.57)

Como se deu a passagem para a forma capitalista da economia, ou melhor, o que favoreceu o “espírito do capitalismo [moderno]”?

#### 2.2.2.4. “O espírito do capitalismo [moderno]” e a forma capitalista

A passagem da Idade Média para os tempos modernos, com a disposição aqui designada por “espírito do capitalismo”, não foi atribuída, preponderantemente, aos empresários capitalistas do patriciado mercantil, mas sim às relações sociais religiosas, com o espírito de “trabalho numa profissão”:

[...] de um lado, a técnica do empreendimento capitalista e, do outro, o espírito de “trabalho numa profissão” que sói emprestar ao capitalismo sua energia expansiva tivessem que encontrar seu húmus *originário* nas mesmas camadas sociais. O mesmo se dá com as relações sociais dos conteúdos de consciência religiosos. O calvinismo foi historicamente um dos portadores da educação para o “espírito capitalista”. Ali como alhures, foi a pequena [e média] burguesia em ascensão [ao empresariado] o portador “típico” da ética capitalista e da eclesialidade calvinista. [E mesmo essa constatação concorda plenamente com o que aqui expusemos a respeito: grandes financistas e grandes mercadores em todos os tempos houve; porém uma organização capitalista racional do trabalho industrial burguês, só quem a viu nascer foi a passagem da Idade Média para os tempos modernos]. (WEBER, 1905/2004, p. 57, nota 44 p.181)

Assim, a exploração de um banco, de uma casa de exportação por atacado, de um estabelecimento varejista, de uma distribuidora de matéria-prima e de uma controladora de artigos fabricados em domicílio, só foi possível na forma de empresa capitalista. Todos os negócios podiam ser geridos num espírito estritamente tradicionalista, mas a reviravolta que estilhou as formas do velho *Verlagssystem* (manufatura em domicílio de artigos

encomendados por um capitalista), a revolução que pôs fim ao velho tradicionalismo ainda estava por nascer:

Era, em todos os aspectos, uma *forma* "capitalista" de organização, se levarmos em conta o lado puramente comercial-mercantil do empresário bem como a inescapável necessidade de um investimento de capitais no negócio e, finalmente ainda, os aspectos objetivos do processo econômico ou da forma de contabilidade escolhida. Mas era economia "tradicionalista", se atentarmos ao *espírito* que animava esses empresários: a cadência de vida tradicional, o montante de lucros tradicional, a quantidade tradicional de trabalho, o modo tradicional de conduzir os negócios e de se relacionar com os trabalhadores e com a freguesia, por sua vez essencialmente tradicional, a maneira tradicional de conquistar clientes e mercados, tudo isso dominava a exploração do negócio e servia de base - por assim dizer - ao *ethos*<sup>28</sup> desse círculo de empresários. (WEBER, 1905/2004, p.59-60)

Segundo Weber, o modo tradicional, de conduzir os negócios e o relacionamento com os trabalhadores, foi alterado com a transição para a fábrica fechada, para o tear mecânico ou coisas do gênero. A antiga cadência da vida pacata e aconchegante se rendeu à rígida sobriedade, seja daqueles que acompanharam o passo e ascenderam porque “queriam” lucrar, ou daqueles que permaneciam presos aos velhos hábitos. Para pôr em marcha esse processo revolucionário, bastaram uns poucos milhares de capital emprestado por parentes, mas principalmente a entrada em cena do novo “espírito”, o tal "espírito do capitalismo [moderno]”:

Para saber quais as forças motrizes da expansão do capitalismo [moderno] não se precisa pôr em primeiro lugar a questão da origem das reservas monetárias valorizáveis como capital, e sim [antes de mais nada] a questão do desenvolvimento do espírito capitalista. Por toda parte onde emerge e se efetiva, ele *cria* para si as provisões monetárias como meios de sua efetivação, não o contrário. [...] para assumir o trabalho infinitamente mais intenso que agora é exigido do empresário e que é incompatível com um fácil gozo da vida - qualidades éticas, todavia, de um *tipo* especificamente diverso das que eram adequadas ao tradicionalismo de outrora. (WEBER, 1905/2004, p.61)

Ao contrário do que possa parecer, não foram os especuladores temerários e sem escrúpulos, aventureiros econômicos, desses que se encontra em todas as épocas da história da economia, nem os “ricachos” os responsáveis dessa guinada decisiva para que na vida econômica se impusesse esse novo espírito.

Mas sim homens criados na dura escola da vida, a um só tempo, audazes e ponderados, mas sobretudo *sóbrios* e *constantes*, sagazes e inteiramente devotados à

---

<sup>28</sup> “[...] *ethos* é termo genérico que vem usado frouxamente para designar um conjunto impressionístico de traços tidos como “característicos” de um grupo ou círculo social ou mesmo de um povo” (WEBER, 1905/2004, p.284).

causa, homens com visões e "princípios" rigorosamente burgueses. (WEBER, 1905/2004, p.61-62).

O “tipo ideal” do empresário capitalista, segundo Weber, é alguém que se esquivava à ostentação e à despesa inútil e ao gozo consciente do seu poder. Sua conduta de vida comporta, quase sempre, um “lance ascético”, tal como apresentado no “sermão” de Benjamin Franklin. “De sua riqueza ‘nada tem’ para si mesmo, a não ser a irracional sensação de ‘cumprimento do dever profissional’” (WEBER, 1905/2004, p.63). A ordem econômica capitalista precisa dessa entrega de si à “vocação” de ganhar dinheiro. “A situação de interesses político-comerciais e político-sociais costumam determinar a ‘visão de mundo’. [Aquele que em sua conduta de vida não se adapta às condições do sucesso capitalista, ou afunda ou não sobe]” (p.64). Esses são fenômenos de um capitalismo [moderno] vitorioso que se emancipou dos antigos suportes.

Assim como um dia, em aliança apenas com o poder do Estado moderno em formação, ele rompeu as antigas formas de regulamentação econômica medieval, esse também poderia ter sido o caso - diga-mos provisoriamente - em suas relações com os poderes religiosos. (WEBER, 1905/2004, p.64).

Para o autor, cabe, então, à sua pesquisa, investigar em qual sentido, se de fato foi esse o caso, foi possível aproximar as relações entre o capitalismo e os poderes religiosos.

#### **2.2.2.5. “Vocação”, motivos religiosos e capitalismo**

Weber comenta que a concepção de “vocação” como um fim em si mesmo e um dever do ser humano para ganhar dinheiro, repugnaria a sensibilidade moral de épocas anteriores. Assim como uma visão “moral” análoga a de Benjamin Franklin também seria impensável. Também se questiona qual o círculo de ideias teria sido responsável pela inclusão de uma atividade, voltada eminentemente para o ganho, na categoria de “vocação”, à qual o indivíduo se sentia vinculado por um dever. E conclui que foi essa ideia do ganho que conferiu base e consistência éticas à conduta de vida do empresário de "novo estilo" (WEBER, 1905/2004, p.66). E retoma uma afirmativa de Sombart que considera o “racionalismo econômico” como o motivo fundamental de toda economia moderna (WEBER, 1905/2004, p.66-67). Tal expressão pode ser entendida pelo aumento da produtividade do trabalho, a estruturação do processo produtivo a partir de pontos de vista científicos, que eliminou sua dependência dos limites "fisiológicos" da pessoa humana impostos pela natureza.

Ora, esse processo de racionalização no plano da técnica e da economia sem dúvida condiciona também uma parcela importante dos "ideais de vida" da moderna sociedade burguesa: o trabalho com o objetivo de dar forma racional ao provimento dos bens materiais necessários à humanidade é também, não há dúvida, um dos sonhos dos representantes do "espírito capitalista", uma das balizas orientadoras de seu trabalho na vida. [...] E com igual clareza é uma das qualidades fundamentais da economia privada capitalista ser racionalizada com base no cálculo *aritmético* rigoroso, ser gerida de forma planejada e sóbria para o almejado sucesso econômico. (WEBER, 1905/2004, p.67)

O "racionalismo" é um conceito histórico, uma forma de pensamento e de vida "racionais" que resultaram na ideia de "vocação profissional", ou seja, aquela dedicação de si ao trabalho profissional, irracional aos interesses pessoais puramente eudemonistas, que foi e continua a ser um dos elementos mais característicos de nossa cultura capitalista (WEBER, 1905/2004, p.69).

Como entender melhor esse conceito de "vocação profissional" do ponto de vista religioso?

Para abordar o conceito de vocação, o autor lembra que Lutero lança mão da "dupla natureza" do homem na construção dos deveres intramundanos, no sentido de uma ordem natural do mundo e de um dado vinculado ao próprio corpo e à comunidade social. O trabalho seria uma forma de agradar a Deus ou uma consequência de uma vida efetivada pela fé. A referência aos termos *Beruf*, palavra alemã, *Calling*, termo inglês, ambos ressoam uma conotação religiosa – a de uma missão dada por Deus. *Beruf* tem um sentido de uma "posição na vida, de um ramo de trabalho definido" (WEBER, 1905/2004, p.71) e ganha expressão no dogma central de todas as denominações protestantes, e o reconhecimento que o único meio de viver e agradar a Deus está exclusivamente em cumprir com os deveres intramundanos, tal como decorre da posição do indivíduo na vida, a saber, sua "vocação profissional" (p.72).

Para Weber, Tomás de Aquino apresenta a articulação dos homens em estamentos e profissões como obra da Providência divina, e o trabalho mundano, ainda que apreciado por Deus, pertence ao reino das criaturas e é a base natural indispensável da vida de fé. Exceder na ambição de ganho, a medida dada pela necessidade correspondente ao próprio estamento é pecado. O trabalho profissional mundano aparece como expressão exterior do amor ao próximo que, por sua vez, faz oposição às teses de Adam Smith, em particular quando esse aponta que a divisão do trabalho coage cada indivíduo a trabalhar para outros (WEBER, 1905/2004, p.73). A qualificação moral da vida profissional mundana é um dos feitos da Reforma e de Lutero. Porém, Weber considera sem cabimento atribuir a Lutero um parentesco íntimo com o "espírito capitalista".

A ideia de “vocação”, no sentido religioso e sua consequência para a conduta da vida intramundana, é suscetível de diversas configurações. Um dos feitos da Reforma, em contraste com a concepção católica, foi ter inflado a ênfase moral e o prêmio religioso para o trabalho intramundano no quadro das profissões. Já que a era apostólica do cristianismo encarava a vida profissional mundana com indiferença ou de forma essencialmente tradicionalista.

Nos primeiros anos da atividade reformadora de Lutero, sua visão era que a peregrinação nesta vida era curta e, portanto, não valia a pena dar importância à espécie de profissão exercida, qualquer ganho material, que excedesse a necessidade pessoal, era visto como ausência de estado de graça, e o lucrar significava ganhar às custas dos outros e, portanto, merecia ser condenável. Contudo, o crescente envolvimento de Lutero nos negócios do mundo teria modificado seu apreço pelo significado do trabalho profissional, mas o conceito de vocação profissional permaneceu com “amarras” tradicionalistas. “A vocação é aquilo que o ser humano tem de aceitar como desígnio divino ao qual tem de “se dobrar”- essa nuance eclipsa a outra ideia também presente de que o trabalho profissional seria uma missão, ou melhor, a missão dada por Deus” (WEBER, 1905/2004, p.76-77).

Portanto, a ideia de comprovação cristã em seu trabalho profissional e em sua conduta de vida fica em segundo plano em Lutero. O cristão serve a Deus somente “na profissão” e não “por meio da profissão”. Até aqui, para Weber, a ideia de “vocação numa profissão”, no sentido luterano, tem um alcance problemático para sua pesquisa, pois a Reforma é impensável sem a evolução religiosa de Lutero. Entretanto, o objetivo de sua pesquisa é tornar mais nítido o impacto dos motivos religiosos, dentre os diversos motivos históricos individuais, na trama do desenvolvimento de nossa cultura moderna. Não existe prévia defesa da tese de que o “espírito capitalista” possa ter surgido como resultado de determinados influxos da Reforma, basta lembrar que certas formas importantes do negócio capitalista são notoriamente mais antigas que a Reforma. No entanto, Weber pondera:

Trata-se apenas de averiguar se, e até que ponto, influxos religiosos *contribuíram* para a cunhagem qualitativa e a expansão quantitativa desse “espírito” mundo afora, e quais são os *aspectos* concretos da *cultura* assentada em bases capitalistas que remontam àqueles influxos. [...] podemos reconhecer determinadas “afinidades eletivas” entre certas formas da fé religiosa e certas formas da ética profissional. Por esse meio e de uma vez só serão elucidados, na medida do possível, o modo e a direção geral do efeito que, em virtude de tais afinidades eletivas, o movimento religioso exerceu sobre o desenvolvimento da cultura material. Só depois [quando isso estiver estabelecido de forma razoavelmente inequívoca] é que se poderá fazer a tentativa de avaliar em que medida conteúdos culturais modernos são imputáveis, em sua gênese histórica, àqueles motivos religiosos e até que ponto se devem a outros fatores. (WEBER, 1905/2004, p.82-83)

Para aprofundar a conexão entre o movimento religioso e o desenvolvimento material da cultura capitalista, Max Weber passa, então, a apresentar os fundamentos religiosos da ascese intramundana.

#### **2.2.2.6. Ascese e vocação profissional**

Segundo Weber (1905/2004), o Calvinismo é a fé em torno da qual aconteceram grandes lutas políticas e culturais, dos séculos XVI e XVII, nos países capitalistas desenvolvidos como Países Baixos, Inglaterra e França. Em Calvino a ideia de divindade transcendente ganhou poder sobre a vida. O trabalho social, do calvinista no mundo, era exclusivo para aumentar a glória de Deus, assim como o trabalho numa profissão, que estava a serviço da vida intramundana da coletividade e o “amor ao próximo”, a serviço dessa utilidade social para promoção da glória de Deus. A doutrina calvinista original baseava-se na fé e na consciência da comunhão com Deus nos sacramentos. A inflexão prática, no sentido de uma comprovação da fé nas obras, caminhou com a progressiva transformação da doutrina de Calvino. Da fonte do caráter utilitário da ética calvinista advieram importantes contribuições dos pontos de vistas do racionalismo político e econômico, e importantes peculiaridades da concepção calvinista de vocação profissional. É interessante elucidar que a doutrina da predestinação foi suportada em uma época em que o Outro mundo já não era o mais importante e nem mais seguro do que os interesses da vida neste mundo.

O trabalho profissional mundano capaz de tal feito, ou seja, um meio de ab-reação dos afetos de angústia religiosa, encontraria sua explicação nas particularidades da Igreja reformada “calvinista”. Só quem é eleito é capaz de aumentar a glória de Deus por meio de obras boas.

O desencantamento do mundo, ou seja, a eliminação da magia como meio de salvação não ocorreu da mesma forma na piedade católica e na religiosidade puritana. Enquanto o católico contava com a benevolência e a graça sacramental como meio de compensar a própria insuficiência, o destino era implacável com os calvinistas. O Deus do calvinismo exigia não apenas “boas obras” isoladas, mas uma santificação pelas obras como consequência de uma vida regenerada, e a santificação através de uma transformação total da pessoa por intermédio da graça de Deus. E somente uma vida marcada pela constante reflexão podia ser considerada superação do estado natural. Reflexão e autoconhecimento são prerrogativas de uma natureza racional. E foi graças a essa reinterpretação ética que os

puritanos, contemporâneos de Descartes, adotaram o *cogito ergo sum* (WEBER, 1905/2004, p.107).

Esse ativo domínio de si foi, também, o ideal de vida prático decisivo do puritanismo. Os monges praticaram e recomendaram a ascese no trabalho. A reforma levou a ascese racional cristã e a metódica de vida para fora dos mosteiros e as introduziram na vida profissional mundana. O princípio ascético do “autocontrole” foi, também, responsável para que o puritanismo fosse um dos pais da disciplina moderna. A meta era “eliminar a espontaneidade do gozo impulsivo da vida, a missão mais urgente; botar ordem na conduta de vida de seus seguidores, o meio mais importante da ascese” (WEBER, 1905/2004, p.108-109).

Essas regras encontram-se presentes no monasticismo católico e nos princípios de conduta de vida dos calvinistas. É nessa abordagem metódica do ser humano que reside o seu enorme poder de triunfar do mundo, sobretudo do calvinismo em comparação com o luteranismo. É fácil identificar aí a transformação da ascese em ascese puramente intramundana (WEBER, 1905/2004, p.109). Entretanto, a ascese quanto mais intensamente vivida, mais apartava o monge da vida cotidiana, e a vida santa consistia em suplantar a moralidade intramundana. A cristianização penetrava na existência inteira e foi consequência da metódica conduta de vida ética exigida pelo calvinismo.

[...] agora era ensinado que se devotassem a ideais ascéticos dentro da vida profissional mundana. Só que o calvinismo, na sequência de seu desenvolvimento, acrescentou a isso um aporte positivo: *a ideia da necessidade de uma comprovação da fé na vida profissional mundana*. Fornecia assim [a amplas camadas de naturezas com pendor religioso] o estímulo positivo da ascese e, uma vez ancorada sua ética na doutrina da predestinação, a aristocracia espiritual dos monges situada além e acima do mundo cedia lugar à aristocracia espiritual dos santos no mundo desde toda a eternidade predestinados por Deus, [...] Evidentemente, a Bíblia forneceu a essa conduta de vida ascética a norma fixa pela qual ela sempre podia se orientar e da qual manifestamente precisava. (WEBER, 1905/2004, p.110-111, grifo nosso)

Aquela sistematização da conduta de vida ética, que a ascese do protestantismo reformado [ou: calvinista] tem em comum com as formas racionais da vida monacal católica já se faz ver, em seu aspecto puramente externo, na maneira como o "preciso" cristão reformado [ou: puritano] controlava continuamente seu estado de graça. (WEBER, 1905/2004, p.112)

Como vimos até aqui, é na religiosidade calvinista e na doutrina da predestinação que encontramos os fundamentos dogmáticos da moralidade puritana, pautando uma vida ética metodicamente racionalizada. No seio do protestantismo, as consequências dessa doutrina acarretaram a conformação ascética da conduta de vida dos seus primeiros adeptos. Na

piedade luterana faltava o estímulo à autoinspeção constante e, portanto, à regulamentação planificada da vida pessoal tão presente na doutrina do calvinismo. O que faltava ao luteranismo era o estímulo psicológico para a sistematização da conduta de vida, a racionalização metódica. Esse estímulo à condição do caráter ascético de uma espiritualidade pode ser gerado a partir de motivos religiosos, desde a doutrina da predestinação do calvinismo até outras possibilidades.

A ideia da predestinação foi o ponto de partida para a corrente ascética habitualmente designada como "pietismo". O nome pietismo surge pela primeira vez no âmbito do luteranismo e indica que o traço essencial era fazer uma gestão metódica da "piedade" [pietas]. Os calvinistas podem ser divididos em pietistas e não pietistas. Alguns pietistas extremistas, dado o exagerado temor ao "mundo", levou-os a uma fuga da vida profissional, uma proposital displicência com o trabalho profissional mundano em favor da contemplação. Já os pietistas reformados buscavam certificar-se da salvação no interior da vida profissional mundana, com um controle ascético ainda mais restrito da conduta de vida na profissão, e um embasamento religioso da moralidade profissional ainda mais firme do que o desenvolvido pela simples "honestidade". O "pietismo significou unicamente a penetração da conduta de vida metodicamente cultivada e controlada, isto é, da *conduta de vida ascética*, até mesmo em zonas de religiosidade não calvinista" (WEBER, 1905/2004, p.120).

O trabalho profissional, para A. H. Francke, *apud* Weber (1905/2004), era o meio ascético por excelência, e os puritanos acreditavam que o próprio Deus os abençoava com o sucesso em seu trabalho. O autor ressalta as nuances entre o pietismo e a conduta de vida religiosa do santo puritano. Uma consequência prática dessa diferença aponta que as virtudes, inculcadas pelos pietistas, eram aquelas que podiam ser postas em prática, de um lado, pelos empregados, trabalhadores que produzem em domicílio, mas fiéis à sua profissão, e, de outro lado, empregadores de conformação patriarcal ostentando sua condescendência com a finalidade de agradar a Deus.

O metodismo foi definido como uma sistematização "metódica" da conduta de vida, com o fim de alcançar a *certitudo salutis* (certeza da salvação), mantida como ponto central da aspiração religiosa. E criou uma ancoragem religiosa para a conduta de vida ascética caso abandonasse a predestinação. Mas, o metodismo nada contribuiu para a ideia de vocação profissional.

A concepção calvinista aumentava substancialmente a intensidade do interesse profissional de cunho econômico, isso em decorrência de diversos fatores. Primeiro, a metódica sóbria e conscienciosa conduta de vida anabatista era canalizada para os trilhos da



vida profissional apolítica. A própria recusa de assumir cargos públicos foi, originalmente, concebida como um dever religioso, decorrente de uma hostilidade ao estilo de vida aristocrático. Nesse sentido, a atitude dos anabatistas perante a vida profissional, tem um caráter de grande significação, e tem, também, desdobramentos importantes para aspectos do espírito capitalista. Mas este aspecto só será abordado quando o autor for discutir o conjunto da ética política e social da ascese protestante. Mas, para antecipar um pouco a questão, a ascese intramundana assumiu, entre os anabatistas, especialmente os *quakers*, manifestação comprovada da prática do importante princípio da “ética” capitalista, exposto na seguinte frase: *honesty is the best policy* {honestidade é a melhor política} (WEBER, 1905/2004, p.137), presente no tratado de Franklin.

Outro fator importante, que favoreceu a intensidade da ascese intramundana das denominações anabatistas, foi o controle eclesiástico-policial da vida do indivíduo. Tal como foi praticado nos territórios das igrejas estatais calvinistas, e, de forma similar, a regulamentação estatal do mercantilismo podia valer-se de sua disciplina desenvolvendo indústrias, valendo-se do “espírito” capitalista. Mas havia grande diferença entre os efeitos da polícia moral das “igrejas” oficiais, autoritária, e a polícia moral das “seitas”, que incentivava a submissão voluntária. (WEBER, 1905/2004, p.137). O movimento anabatista, em todas as suas denominações, produzia efeitos de “seitas” e não de “igrejas” e, todo esse modo de conduta foi revertido em benefício da ascese em diversos graus.

Concluindo a primeira parte, Weber considera que o presente esboço buscou a fundamentação religiosa da ideia puritana de vocação profissional. Entretanto, agora se propõe acompanhá-la, apresentando seu efeito sobre a vida de negócios. E aponta que o decisivo de suas considerações, até aqui abordadas, foi uma concepção do “estado de graça” religioso:

[...] É daí que provém para o indivíduo o estímulo ao *controle metódico* de seu estado de graça na condução da vida e, portanto, à sua impregnação pela *ascese*. Esse estilo de vida ascético significava, porém, como vimos, precisamente uma conformação racional de toda a existência, orientada pela vontade de Deus. E essa ascese não era mais um *opus supererogationis*<sup>29</sup>, mas um feito exigido de todo aquele que quisesse certificar-se de sua bem-aventurança. [Essa singular vida dos santos, cobrada pela religião e distinta da vida “natural”, passava-se – o decisivo é isto – não mais fora do mundo em comunidades monásticas, senão dentro do mundo e suas ordens.] Essa racionalização da conduta de vida no mundo mas de olho no Outro mundo é [o efeito] da concepção de profissão do protestantismo ascético. (WEBER, 1905/2004, p.138)

---

<sup>29</sup> “*Opus supererogations* Uma boa obra realizada como algo a mais, como acréscimo” (WEBER, 1905/2004, p.287)

A ascese cristã, que de início fugira do mundo para se retirar na solidão [...] Agora ela ingressa no mercado da vida, fecha atrás de suas portas do mosteiro e se põe a impregnar com sua metódica justamente a vida mundana *de todo dia*, a transformá-la numa vida racional *no mundo*, não *deste* mundo, não *para este* mundo. (WEBER, 1905/2004p.138-139)

Vejamos o percurso proposto pelo autor para a melhor aproximação e aprofundamento da ascese religiosa e o capitalismo.

### 2.2.3. Ascese e capitalismo

Para o estabelecimento do nexos entre as concepções religiosas fundamentais do protestantismo ascético e as máximas da vida econômica cotidiana é necessário recorrer aos textos teológicos da *práxis* pastoral da cura das almas e à época em que os líderes religiosos atuavam na disciplina eclesiástica, cujos poderes religiosos foram decisivos na formação do “caráter de um povo” (WEBER, 1905 2004, p.141).

O protestantismo ascético será tratado como um todo, por isso Weber centra sua análise no puritanismo inglês, originário do calvinismo, em função de sua melhor fundamentação da ideia de vocação profissional. Richard Baxter, *apud* Weber (1905/ 2004), é um dos representantes desse puritanismo, em função de sua posição na direção e fomento prático à vida moral religiosa. Sua obra dá evidências dos juízos sobre a riqueza, essa é moralmente reprovável por ser um grave perigo, suas tentações contínuas e a ambição não fazem sentido ao reino de Deus. Porém, Calvino não via na riqueza dos pastores um obstáculo à sua *performance*, pelo contrário, via aí um aumento de seu prestígio, já que o “descanso eterno dos santos” (WEBER, 1905/2004, p.143) deve estar voltado para o Outro mundo, e, neste mundo, o ser humano tem mais é que buscar a certeza de seu estado de graça. E faz a seguinte exortação à ação contra o ócio e o prazer: “só serve a ação, o agir conforme a vontade de Deus inequivocamente revelada a fim de aumentar sua glória. A *perda de tempo* é, assim, o primeiro e, em princípio, o mais grave de todos os pecados” (WEBER, 1905/2004, p.143). E complementa: “Nosso tempo de vida é infinitamente curto e precioso para “consolidar” a própria vocação” (WEBER, 1905/2004, p.143).

E cada hora subtraída é trabalho perdido a serviço da glória de Deus. É para ação que Deus nos mantém e para nossas atividades: *o trabalho é visto como o fim moral e natural do poder*. A ação é a forma que temos de melhor servir e honrar a Deus. Mas, ao bem-estar da maioria deve-se sobrepor o valor do nosso próprio bem-estar. Neste ponto, temos o princípio da transformação da vontade de Deus nos pontos de vistas meramente utilitários da ulterior

teoria liberal (WEBER, 1905/2004, p. 143, Nota 203 – p.249). A contemplação inativa é condenável, se *não for realizada em função do trabalho profissional*.

Em referência às discussões de Baxter sobre a profissão temos: “Deus te ordenou que, de uma forma ou de outra, trabalhes para obter o pão nosso de cada dia, e não que, feito um zanzão, vivas apenas do suor dos outros” (WEBER, 1905/2004, p.144, Nota 209 – p.251), traz à lembrança do mandamento de Deus a Adão, em Gênesis 3,19: “com o suor de seu rosto” (idem) e a Ordem de Paulo, 2 Testamento, 3,10: “Quem não trabalha, não come”. Os quakers sempre exaltavam os filhos ao aprendizado de uma profissão, mas por razões éticas e não utilitárias. (WEBER, 1905/2004, p.144, Nota 209 – p.251). Baxter exalta o trabalho duro e continuado, seja ele corporal ou intelectual. O trabalho é um meio ascético desde há muito comprovado e sempre apreciado na Igreja do Ocidente. São várias citações exemplificando esse zelo ao trabalho: “Dedica-vos com total zelo ao exercício de vossas legítimas profissões, se não sois versados no serviço mais imediato a Deus”. – “Trabalhai duro em vossas profissões” – “Cuida para que tenhas uma vocação que te ocupe por todo o tempo não empregado no serviço imediato de Deus” (WEBER, 1905/2004, p. 144, nota 212 – p. 251). O trabalho é, antes de tudo, da vida o fim em si prescrito por Deus, e a falta de vontade de trabalhar é ausência de estado de graça: “A falta de vontade de trabalhar é sintoma de estado de graça ausente” (WEBER, 1905/2004, p.144). Tal comentário é reforçado pela citação de Zinzenforf, *apud* Weber (1905/2004): “A gente trabalha não só para viver, mas vive para trabalhar, e quando não se tem mais no que trabalhar, ou vai sofrer ou vai dormir” (WEBER, 1905/2004, p.144, Nota 218 – p.253). Há, também, a referência ao pietismo quanto à fidelidade à vocação é imposta como castigo pelo pecado original, mas serve para a “mortificação” da própria vontade. “O trabalho numa profissão, como serviço prestado de amor ao próximo, é um dever de gratidão pela graça divina [...] e por isso não é agradável a Deus se for executado a contragosto e com fastio” (WEBER, 1905/2004, p.144, Nota 214 – p. 252).

Tomás de Aquino é também citado, já que para ele o trabalho é necessário apenas por razão natural, isto é, para a manutenção da vida do indivíduo e da coletividade. E, na falta desse fim, cessa-se o preceito. Essa máxima, entretanto, não se aplica a quem pode viver de suas posses, pois esse não precisa do trabalho para cobrir suas necessidades, ou à contemplação por ser essa uma forma espiritual de operar no reino de Deus. Mas, em Baxter, *apud* Weber (1905/2004), estão abolidas exceções ao dever ético de trabalhar, ou seja, nem mesmo a riqueza dispensa o preceito, também ao homem de posses não é permitido comer sem trabalhar.

A todos, sem distinção, a Providência divina pôs à disposição uma vocação (*calling*) que cada qual deverá reconhecer e na qual deverá trabalhar, e essa vocação não é, como no luteranismo, um destino no qual ele deve se encaixar e com o qual vai ter que se resignar, mas uma ordem dada por Deus ao indivíduo a fim de que seja operante por sua glória. (WEBER, 1905/2004, p.145)

Para Tomás de Aquino, *apud* Weber (1905/2004), o fenômeno da divisão do trabalho e da articulação profissional da sociedade é emanção direta do plano de Deus para o mundo (WEBER, 1905/2004, p.145). Em Lutero, a inserção dos seres humanos nas profissões é também uma emanção direta da vontade divina, e, por isso, torna-se uma obrigação religiosa para o indivíduo permanecer na posição social e nos limites que Deus o confinou (*idem*). Na interpretação pragmática dos puritanos é pelos seus frutos que se pode reconhecer o fim providencial que se articula na sociedade via profissões. Sobre tais frutos Baxter, *apud* Weber (1905/2004), lembra a “apoteose” que Adam Smith fez da divisão do trabalho:

A especialização das profissões, por facultar ao trabalhador uma competência (*skill*), leva ao incremento quantitativo e qualitativo do rendimento do trabalho e serve, portanto, ao bem comum (*common best*), que é idêntico ao bem do maior número possível. [...] Baxter, no ápice de sua discussão, toca o seguinte motivo temático: [...] ele conclui da seguinte maneira: "e aquele (que tem uma profissão) fará seu trabalho de forma ordenada, enquanto um outro patina em perpétua confusão com negócios a fazer não se sabe onde ou não se sabe quando; [...] eis por que uma profissão fixa (*certain calling*, noutras passagens se lê *stated calling*) é o melhor para todo mundo". [...] Falta justamente à vida de quem não tem profissão o caráter metódico-sistemático que, como vimos, é exigido pela ascese intramundana. Também para a ética quaker a vida profissional de uma pessoa deve ser um consistente exercício ascético das virtudes, uma comprovação de seu estado de graça com base na conscienciosidade que se faz sentir no desvelo e no método com que ela se desincumbe de sua profissão. *Não o trabalho em si, mas o trabalho profissional racional, é isso exatamente o que Deus exige. A ênfase da ideia puritana de profissão recai sempre nesse caráter metódico da ascese vocacional*, e não, como em Lutero, na resignação à sorte que Deus nos deu de uma vez por todas. (WEBER, 1905/2004, p.146-147, grifo nosso)

Toda essa longa explanação e exortação aqui apresentada por Max Weber reforça sua tese sobre a combinação da ascese religiosa e o zelo ao trabalho. Até mesmo a mudança ou acumulação de mais de uma profissão, a combinação de vários *callings*, é bem-vinda, desde que seja para favorecer o bem comum ou o bem pessoal, e se for para abraçar uma profissão mais útil e mais agradável a Deus. A utilidade de uma profissão e seu agrado a Deus deve se orientar por critérios morais, seguida da importância dos bens a serem produzidos para a “coletividade” e o mais relevante dos três pontos de vista é a “capacidade de dar lucro”, lucro econômico privado (WEBER, 1905/2004, p.148). O Deus, que o puritano vê operando em todas as circunstâncias de sua vida, também indica a oportunidade de lucro e tem suas

intenções ao fazer isso. O cristão de fé deve seguir esse chamado e aproveitar a oportunidade. [...] “Com certeza não para fins da concupiscência da carne e do pecado, *mas sim para Deus, é permitido trabalhar para ficar rico*” (WEBER, 1905/2004, p.148). Quanto à riqueza esta é reprovável “somente como tentação de abandonar-se ao ócio, à preguiça e ao pecaminoso gozo da vida, e a ambição de riqueza somente o é quando o que se pretende é poder viver mais tarde sem preocupação e prazerosamente”. (WEBER, 1905/2004, p.148)

É interessante ver como a moral vigente operava na prática da orientação religiosa da ética vocacional. No protestantismo a ideia de vocação profissional tinha por resultado dispor os adeptos da vida ascética ao serviço da vida de lucros capitalistas (WEBER, 1905/2004, p. 148, Nota 236 – p.257). O lucro e a profissão eram bem vistos em termos morais: “Podes trabalhar da maneira que melhor favorecer teu sucesso e ganho legítimo. É tua obrigação desenvolver todos os teus talentos” (WEBER, 1905/2004, p.148, Nota 237 – p.257). Vemos aí um paralelismo entre a ambição de riqueza no reino de Deus e a ambição do sucesso profissional na vida terrena.

Assim como o aguçamento da significação ascética da profissão estável transfigura eticamente o moderno tipo de *homem especializado*, assim também a interpretação providencialista das oportunidades de lucro transfigura o homem de *negócios*. (WEBER, 1905/2004, p.148-149)

Para o autor, o verdadeiro clarão de aprovação ética estava expresso no *self-made man* burguês: *God blesseth his trade* {Deus abençoa seu negócio} (WEBER, 1905/2004, p.149) era uma expressão usual, aplicada quando alguém se referia aos santos que haviam seguido com sucesso os desígnios divinos do Deus do Antigo Testamento, que remunerava a piedade dos seus na vida mundana.

A disposição do judaísmo antigo na espontânea valorização da vida era distante da peculiaridade do puritanismo, e tanto a ética econômica do judaísmo medieval e moderno estava distante dos traços decisivos do desenvolvimento do *ethos* capitalista. Enquanto o capitalismo judaico era capitalismo-pária especulativo, o puritano era pautado na organização burguesa do trabalho. (WEBER, 1905/2004, p.151, Nota 252 – p.262). A gratidão a Deus percorria a disposição da burguesia puritana e favorecia o caráter firme e formalístico próprio aos expoentes do capitalismo.

### **2.2.3.1. Conduta de vida ascética e estilo de vida capitalista**

Em relação à tese que aproxima o estilo puritano e a vida capitalista, o autor apresenta, na sequência, os principais pontos nos quais a concepção puritana de vocação profissional e a exigência de uma conduta de vida ascética influenciaram o desenvolvimento do estilo de vida capitalista. A ascese se volta contra o gozo descontraído da existência e do que ela tem a oferecer. Os puritanos defendiam o princípio da conduta de vida ascética. “O gozo instintivo da vida que em igual medida afasta do trabalho profissional e da devoção era, exatamente enquanto tal, o inimigo da ascese racional” (WEBER, 1905/2004, p.152).

A ideia é de uma obrigação do ser humano para com a propriedade que lhe foi confiada. Portanto, o ser humano é um administrador dos bens que lhe foram dispensados pela graça de Deus, e deve prestar contas de cada centavo que lhe foi confiado, e este deve ser despendido para a glória de Deus e não para a fruição pessoal.

Quanto mais posses, tanto mais cresce-se a disposição ascética resistir a essa prova – o peso do sentimento da responsabilidade não só de conservá-la na íntegra, mas ainda de multiplicá-la para a glória de Deus através do trabalho sem descanso. (WEBER, 1905/2004, p.155)

Embora a gênese desse estilo de vida, a acumulação de riquezas, tem raízes na Idade Média, assim como outros elementos do espírito do capitalismo moderno, mas foi na ética do protestantismo ascético que esse espírito encontrou um fundamento ético consequente. Na ética protestante a significação no desenvolvimento do capitalismo é evidente. O princípio ascético que reza: “deves lucrar, lucrar deves”, desponta como um imperativo categórico. Somente a glória de Deus e o dever pessoal constituem para os puritanos motivos do dever a cumprir com a “profissão” (WEBER, 1905/2004, p.155, Nota 273 – p.267). Na responsabilidade pela aquisição e multiplicação de posses, só a obrigação de trabalhar e lucrar por sua própria conta e risco pode dar.

A ascese protestante intramundana - para resumir o que foi dito até aqui – agiu dessa forma, com toda a veemência, contra o gozo descontraído das posses; estrangulou o consumo, especialmente o consumo de luxo. Em compensação, teve o efeito [psicológico] de liberar o enriquecimento dos entes da ética tradicionalista, rompeu as cadeias que cerceavam a ambição de lucro, não só ao legalizá-lo, mas também ao encará-lo (no sentido descrito) como diretamente querido por Deus. (WEBER, 1905/2004, p.155)

Weber comenta que a luta contra a concupiscência da carne e o apego aos bens exteriores não seria uma luta contra o ganho racional, mas sim contra o uso irracional das posses. Embora a ascese tenha lutado do lado da produção da riqueza privada contra a improbidade e a avidez puramente impulsiva, a posse era uma tentação e a ascese a força. Se a

ambição pela riqueza era condenável, a obtenção da riqueza como ‘fruto’ do trabalho em uma profissão era vista como bênção de Deus. Entretanto, o que teria ocorrido é que os ideais puritanos teriam sucumbido à força as tentações da riqueza:

Eis porém algo ainda mais importante: a valorização religiosa do trabalho profissional mundano, sem descanso, continuado, sistemático, como o meio ascético simplesmente supremo e a um só tempo comprovação o mais segura e visível da regeneração de um ser humano e da autenticidade de sua fé, tinha que ser, no fim das contas, a alavanca mais poderosa que se pode imaginar da expansão dessa concepção de vida que aqui temos chamado de "espírito" do capitalismo. E confrontando agora aquele estrangulamento do consumo com essa desobstrução da ambição de lucro, o resultado externo é evidente: *acumulação de capital mediante coerção ascética à poupança*. Os obstáculos que agora se colocavam contra empregar em consumo o ganho obtido acabaram por favorecer seu emprego produtivo: o *investimento* de capital. (WEBER, 1905/2004, p. 156-157)

Até onde alcançou a potência da concepção puritana de vida, em todos esses casos ela beneficiou - e isso, naturalmente, é muito mais importante que o mero favorecimento da acumulação de capital - a tendência à conduta de vida burguesa economicamente *racional*; ela foi seu mais essencial, ou melhor, acima de tudo seu único portador consequente. Ela fez a cama para o “*homo economicus*” moderno. Pois bem: esses ideais de vida puritanos fraquejaram diante da duríssima prova de resistência a que os submeteram as "tentações" da riqueza, suas velhas conhecidas. (WEBER, 1905/2004, p.158)

### 2.2.3.2. O declínio dos ideais religiosos e acumulação de riquezas

Para Weber os ideais de vida puritanos não resistiram à prova de tentação da riqueza, teria tido o mesmo destino que sucumbiu a ascese intramundana da Idade Média, diante de uma vida regrada e de consumo refreado, a direção racional da economia produziu o máximo de efeitos seja a fortuna acumulada ou cedendo ao enobrecimento ou na intervenção das incontáveis "reformas" da disciplina monástica. A história mostraria uma luta perpetuamente renovada com o problema dos haveres, o mesmo vale em uma escala maior, para a ascese intramundana do puritanismo. A conexão entre o acúmulo de riquezas e o decréscimo da essência religiosa reforça a tese de que à medida que aumenta a riqueza também cresce o amor às coisas mundanas e o espírito vai-se desvanecendo aos poucos.

Na admoestação, a seguir, trazida pelo autor, há uma explícita conexão entre a religião e o “espírito” do capitalismo: “aqueles que ‘ganham tudo quanto podem e poupam tudo quanto podem’ devem também ‘dar tudo quanto podem’ para assim crescerem na graça e amelharem um tesouro no céu” (WEBER, 1905/2004, p.160); o desenvolvimento econômico é, portanto, um dos efeitos da educação para a ascese. A eficácia econômica foi atingida após o entusiasmo religioso ter atingido seu ápice, quando a tensão pelo reino de Deus começou a se resolver em sóbria virtude profissional, quando a raiz religiosa definhou lentamente

cedendo lugar a intramundandade utilitária, quando se tornou dominante o princípio “*to make the best of both works*” {aproveitar o melhor de cada mundo} (WEBER, 1905/2004, p.160).

Surgira um *ethos profissional* especificamente burguês. Com a consciência de estar na plena graça de Deus e ser por ele visivelmente abençoado, o empresário burguês, com a condição de manter-se dentro dos limites da correção formal, deter sua conduta moral irrepreensível e de não fazer de sua riqueza um uso escandaloso, podia perseguir os seus interesses de lucro e devia fazê-lo. O poder da ascese religiosa, além disso, punha à sua disposição trabalhadores sóbrios, conscienciosos, extraordinariamente eficientes e aferrados ao trabalho como se finalidade de sua vida, querida por Deus. E ainda por cima dava aos trabalhadores a reconfortante certeza de que a repartição desigual dos bens deste mundo era obra toda especial da divina Providência, que, com essas diferenças, do mesmo modo que com a graça restrita {não universalista}, visava a fins por nós desconhecidos. (WEBER, 1905/2004, p.161)

Weber comenta que Calvino já havia previsto de que o “povo”, ou a massa de trabalhadores, só obedeceria a Deus enquanto mantido na pobreza, e os holandeses também reforçaram a força desta previsão ao sentenciar que a massa dos seres humanos só trabalha impelida pela necessidade. Tal formulação iria corroborar um *Leitmotiv* da economia capitalista que desembocaria mais tarde na teoria da “produtividade” dos baixos salários. A ascese protestante teria, assim, reforçado esse pensamento com o conceito de vocação profissional, da parte do trabalhador moderno seria uma forma de encontrar o estado de graça junto a Deus e, da parte do empresário, seria uma tradução da atividade lucrativa, fomentando-se, assim, a produtividade na economia capitalista.

Ora, é claro que o conjunto da literatura ascética de quase todas as confissões religiosas está impregnado pelo ponto de vista segundo o qual o trabalho leal, ainda que mal remunerado, da parte daqueles a quem a vida não facultou outras possibilidades, era algo extremamente aprazível a Deus. Nesse particular a ascese protestante em si não trouxe nenhuma novidade. Só que: ela não apenas aprofundou ao máximo esse ponto de vista, como fez mais, produziu para essa norma exclusivamente aquilo que importava para sua eficácia, isto é, o estímulo psicológico, quando concebeu esse trabalho como vocação profissional, como o meio ótimo, muitas vezes como o único meio, de uma pessoa se certificar do estado de graça. E, por outro lado, legalizou a exploração dessa disposição específica para o trabalho quando interpretou a atividade lucrativa do empresário também como “vocação profissional”. É palpável o poder de que dispunha para fomentar a “produtividade” do trabalho no sentido capitalista da palavra a aspiração exclusiva pelo reino dos céus através do cumprimento do dever do trabalho profissional e da ascese rigorosa que a disciplina eclesíastica impingia como coisa natural, precisamente às classes não proprietárias. *Tratar o trabalho como uma “vocação profissional” tornou-se tão característico para o trabalhador moderno, como para o empresário, a correspondente vocação para o lucro.* (WEBER, 1905/2004, p.162-163, grifos nosso)



Nesse novo estado de coisas o poderio econômico do final do século XVII, calvinistas e batistas, viram o trabalho e o zelo industrial como um dever para com Deus.

Um dos elementos componentes do espírito capitalista [moderno], e não só deste, mas da própria cultura moderna: a conduta de vida racional fundada na ideia de profissão como vocação, nasceu - como queria demonstrar esta exposição- do espírito da *ascese cristã*. Basta ler mais uma vez o tratado de Franklin citado no início deste ensaio para ver como os elementos essenciais da disposição ali designada de "espírito do capitalismo" são precisamente aqueles que aqui apuramos como conteúdo da ascese profissional puritana, embora sem a fundamentação religiosa, que já em Franklin se apagara. (WEBER, 1905/2004, p.164)

#### **2.2.4. Considerações**

Finalizamos esta longa exposição da construção do pensamento de Marx Weber sobre a “ética protestante e o espírito do capitalismo”, que pretendeu evidenciar a relação entre as seitas protestantes e o espírito do capitalismo, mostrando a importância da concepção puritana de Igreja para o espírito do capitalismo dos tempos modernos. Os elementos essenciais do “espírito do capitalismo” são precisamente aqueles aqui abordados no conteúdo da ascese profissional puritana.

Trazendo a leitura de Max Weber para o contexto da entidade pesquisada, um fundo de pensão em previdência complementar, considero muito pertinente e atualizada a advertência ao “espírito” capitalista. Mas, foi na ética do protestantismo ascético que o “espírito” do capitalismo encontrou sua significação e seu fundamento, isto é, o princípio ascético que reza: “deves lucrar, lucrar deves”, desponta como um imperativo. Tal “espírito” é uma expressão designada quando a disposição em uma profissão, de forma sistemática, ambiciona o ganho “legítimo e racional”. Este “espírito” do capitalismo se faz bastante presente no contexto do quadro de colaboradores e representantes da Previ.

Também identificamos na entidade o “tipo ideal” do empresário capitalista, isto é, aquele que se esquivava à ostentação e à despesa inútil e ao gozo consciente do seu poder, uma conduta de vida que comporta um “lance ascético”. Mas, predominantemente, encontramos o típico profissional submetido à ordem econômica capitalista e entregue à vocação de ganhar sempre mais dinheiro. Indivíduos cuja situação de interesses político-comerciais e político-sociais costumam determinar sua “visão de mundo”. Quando aos indivíduos, cuja conduta de vida não se adapta às condições do que pode ser entendido como “sucesso capitalista”, estes não prosperam na entidade.

O processo de racionalização no plano da técnica e da economia condiciona uma parcela importante dos “ideais de vida” da moderna sociedade burguesa, isto é, o trabalho com o objetivo de dar forma ao provimento dos bens materiais necessários e ao sonho do

“espírito capitalista” orientador do trabalho na vida. Esta é uma das qualidades fundamentais da economia privada capitalista racionalizada com base no cálculo aritmético rigoroso, uma gestão planejada para o almejado sucesso econômico. Princípios esses indispensáveis ao negócio previdenciário, de uma entidade responsável por investimentos de longo prazo para o pagamento de benefícios atuais e futuros de dezenas de milhares de participantes.

Mas os ideais puritanos teriam sucumbido à força das tentações da riqueza. A acumulação de capital exortada pelo “espírito” do capitalismo através da coerção ascética à poupança se viu confrontada com o estrangulamento do consumo e a desobstrução da ambição de lucro.- A partir da conexão estabelecida com o acúmulo de riquezas houve o decréscimo da essência religiosa, reforçando-se a tese de que o aumento da riqueza contribui para o crescimento do amor às coisas mundanas e o esvaecimento do espírito religioso. O trabalho, como uma “vocação profissional”, tornou-se algo característico do trabalhador moderno, assim como a “vocação para o lucro” do empresário. Na entidade pesquisada os ideais religiosos também teriam sucumbido aos ditames do “espírito” capitalista e a “vocação para o lucro” se faz refletir nos vultosos números e negócios da entidade. Estes dão mostras evidentes de seu poderio econômico frente ao mercado previdenciário e à economia nacional, tais dados serão apresentados posteriormente na contextualização da entidade.

A partir das considerações de Max Weber do “espírito” do capitalismo, pudemos destacar alguns fenômenos de um capitalismo moderno e vitorioso que se emancipou dos antigos suportes tradicionalistas e que ainda se fazem presentes na Previ.

Passemos, então, às contribuições de Adam Smith, “*A riqueza das nações*”, Volume I, trazendo temas como a divisão do trabalho, o uso do dinheiro e lucros do capital. Sua abordagem também irá nos ajudar na caracterização do trabalho na modernidade.

## **2.3. Contribuições de Adam Smith – “A riqueza das nações” (volume 1)**

### **2.3.1. Comentários iniciais**

“O livro *A riqueza das nações*, editado pela primeira vez em Londres, 1776, é indiscutivelmente, um clássico de relevante interesse histórico no pensamento econômico” (contra capa). Além de ser considerado pelos especialistas: “uma das grandes construções intelectuais da história moderna”. No livro são tratadas ideias fundamentais e aprofundadas por Adam Smith “como a da divisão do trabalho ou a da organização natural da vida econômica, [...] tornando-se, depois, tão correntes que dispensam já a referência ao nome desse economista e ao papel que ele teve na sua formação” (capa)

Segundo Ostrensky, no prefácio de “*A riqueza das nações*”, volume I, na obra de Adam Smith (1776/2013), a conhecida imagem da “mão invisível” aborda o mecanismo posto em movimento pela classe dos comerciantes que promove interesses opostos ao da classe dos pobres e, sobretudo, da sociedade. Para Smith, a função prioritária do governo é proteger a propriedade e evitar que a sociedade civil mergulhe na desordem. Sua obra, sob a ótica da economia política, é voltada ao tratamento de problemas filosóficos e morais, dentre eles a justiça e a propriedade.

O final do século XVII completa a transição para uma sociedade tipicamente comercial. Para a comentarista, na Inglaterra de 1696, diante do relativo equilíbrio de poderes da monarquia e do Parlamento, bem como da fundação do Banco da Inglaterra, foi introduzido um sistema de crédito público pensado para garantir estabilidade do governo, facilitar a expansão do comércio e o crescimento do poder militar e naval na Europa, América e Índia. E, ao final do século XVIII, nas sociedades comerciais estabelecidas, o princípio que as originou foi o da divisão do trabalho. Nesse novo contexto, a definição de propriedade também foi ampliada, pois já não designava apenas a propriedade rural ou as mobiliárias, mas, principalmente, a propriedade simbólica – o papel-moeda, o crédito. Somente a partir do século XVIII é que foi possível uma reflexão sobre a economia e discussões centradas nos conceitos de sociedade comercial e divisão do trabalho, sociedade fruto da divisão do trabalho e proporcionada pela separação entre a cidade e o campo.

Na visão, ainda, de Ostrensky, são incontestáveis as diferenças entre o modo de vida exclusivamente agrícola característico do período feudal e o modo de vida nas cidades, sobretudo, nas sociedades comerciais. A “história conjectural” da sociedade pode ser dividida em quatro diferentes estágios: da caça, pastoril, da agricultura e comercial. Cada um desses estágios possuiu uma estrutura sociopolítica e refletiu o modo de produção prevalente. No estágio da agricultura, a propriedade fundiária, era a referência de poder e distinção, e o aperfeiçoamento das trocas culminou no surgimento das primeiras cidades. Já a transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade comercial ocorreu em decorrência de uma divisão mais complexa do trabalho, isto é, o desenvolvimento das manufaturas nas cidades levou a uma incrível especialização do trabalho. O estágio comercial da sociedade ofereceu uma explicação do aperfeiçoamento da divisão do trabalho, bem como a crescente complexidade da organização social e da personalidade humana. O desenvolvimento da divisão do trabalho é uma característica central das sociedades mais cultas e avançadas e produziu efeitos contraditórios, levando Adam Smith a admitir que a simplicidade das operações realizadas pelo operário impossibilitou-o de exercitar o corpo e a mente, tornando-se “estúpido e

ignorante” e, nesse sentido, a riqueza das nações em nada contribuiu para torná-lo uma criatura menos mutilada, daí seu esforço no intuito de impedir essa “coisificação do homem”.

Segunda a comentarista, Adam Smith propôs um programa de educação pública capaz de restituir ao operário suas virtudes cívicas e direitos humanos que lhe foram suprimidos, em nome do aperfeiçoamento ou modernização da divisão do trabalho. Ao analisar os efeitos da divisão do trabalho, Smith teria se lembrado de Marx quando esse expôs que o grande paradoxo da divisão manufatureira do trabalho foi permitir o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho ao preço da mutilação do trabalhador individual. Foucault é citado, expondo sobre o nascimento da arte do corpo humano que visou não apenas o aumento das habilidades do trabalhador, mas a formação de um mecanismo que o tornou obediente e útil ao trabalho.

A Obra *A Riqueza das nações*, está organizada da seguinte forma: no Livro I o autor investiga as causas do avanço nas forças produtivas do trabalho e como esse produto é distribuído nas diversas classes da sociedade, isto é, o número de trabalhadores úteis e produtivos e a proporcionalidade em relação ao volume de capital empregado para colocá-los a trabalhar e a maneira como ele é empregado.

Smith (1776/2013) observa que toda melhoria nas condições da sociedade tende a elevar o preço real da terra, aumentar a riqueza real do proprietário com seu poder de compra do trabalho ou do produto do trabalho de outras pessoas. O aprimoramento nas forças produtivas do trabalho tende, direta ou indiretamente, a reduzir o preço real das manufaturas e a elevar a renda real da terra. O proprietário de terras troca a parcela do produto bruto, que excede seu próprio consumo, por produtos manufaturados. O crescimento na riqueza real da sociedade, o crescimento na quantidade de trabalho útil nela empregado, também tende a aumentar indiretamente a renda real da terra.

Todo o produto anual da terra e do trabalho de qualquer país, ou, o que vem a ser o mesmo, o preço total desse produto anual, naturalmente se divide, segundo já se observou, em três partes: a renda da terra, os salários do trabalho e os lucros do capital; e constitui um rendimento para três diferentes ordens de pessoas: para os que vivem de renda, os que vivem de salários e os que vivem de lucro. Estas três grandes classes são as classes originais e constituintes de toda sociedade civilizada, e é de seus rendimentos que, em última análise, todas as demais classes derivam os seus. (SMITH, 1776/2013, p.321)

O Livro II trata da natureza geral do capital e sua acumulação, bem como as diferentes quantidades de trabalho e como ele se coloca em movimento nas diversas maneiras em que é empregado. A palavra “indústria” estava muito associada à atividade secundária da economia

e as atividades primária (agricultura) e terciária (comércio), mas, Smith qualifica-as como “indústrias”.

Veremos que à medida que o trabalho passou a ser cada vez mais subdividido, proporcionalmente, ele gerou maior acumulação de capital, ou seja, para garantir o emprego dos trabalhadores foi necessário aumentar o estoque de matérias-primas e seus instrumentos, tornando, assim, o trabalho mais produtivo. Com isso, passou a existir uma proporção entre o valor de capital investido e o número de trabalhadores empregados. O capital pode ser do tipo fixo ou circulante. O capital fixo é aquele que tem por característica gerar renda ou lucro sem precisar alterar os donos do capital e visa aumentar as forças produtivas do trabalho, isto é, manter o mesmo número de trabalhadores executando uma quantidade maior de trabalho. Já o capital circulante é que aquele capaz de gerar renda apenas quando circula ou muda de donos. Seja fixo ou circulante, o capital tem como propósito manter ou aumentar os bens possíveis de reserva para o consumo imediato.

Também veremos dois tipos de trabalho, aquele que acrescenta valor aos objetos sobre os quais se aplica e aquele que não tem tal efeito. O aumento de capital ocorre pela “parcimônia” e se reduz pela “prodigalidade” e “má administração”, sendo o trabalho o que fornece o objeto que a “parcimônia” acumula. Apresentaremos, ainda, que a utilidade do dinheiro é colocar em circulação bens de consumo e o único motivo que leva o detentor do capital a empregá-lo na agricultura, manufaturas ou comércio atacado ou varejo é visando o seu próprio lucro e não o valor que será possível acrescentar à produção da terra e do trabalho da sociedade.

No Livro III as sociedades comerciais são explicadas em termos históricos e foram desenvolvidas em quatro estágios distintos: a caça, a pastoril, a agricultura e a comercial, mas baseadas no dinamismo das forças econômicas. Cada um dos estágios possui uma estrutura sociopolítica que reflete no modo de produção prevalecente. Mas a transição de uma sociedade agrícola para uma sociedade comercial se dá em função da divisão mais complexa do trabalho com o desenvolvimento das manufaturas nas cidades levando à especialização deste.

O tema da economia política não será abordado aqui no presente estudo com a profundidade que o mesmo requer. Nosso propósito será apenas apresentá-lo como um ramo da ciência que se propõe duas finalidades: fornecer elementos que permita ao povo obter um rendimento ou subsistência abundante e também ao Estado uma receita suficiente para atender o serviço público. Para tanto, precisa valer-se de regulações do mercado interno e externo com medidas capazes de permitir o maior valor possível de lucros.

Pudemos, a partir da investigação do autor sobre a natureza e a causa da riqueza das nações, aprofundar conceitos essenciais como divisão do trabalho, organização da vida econômica (lucro, capital, trabalho produtivo e improdutivo, mercados internos e externos...). Obra escrita no auge da era industrial a “mão invisível” é considerada uma espécie de força autorreguladora inerente ao sistema capitalista capaz de garantir o funcionamento equilibrado dos mercados de dinheiro, bens e serviços.

Passemos às contribuições de Adam Smith extraídas da sua obra “*A riqueza das nações*”.

### **2.3.2. Livro I – “Causas do aprimoramento das forças produtiva do trabalho, e ordem segundo a qual seu produto é naturalmente distribuído entre os diferentes estratos do povo”<sup>30</sup>**

Para Smith (1776/2013), na investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações, duas circunstâncias determinam essa proporção “Em primeiro lugar, a habilidade, a destreza e o critério com os quais em geral se executa o trabalho da nação; e, em segundo lugar, a proporção entre o número dos que estão empregados em trabalho útil e o número dos que não estão” (SMITH, 1776/2013, p.1). Ambos os critérios estão intimamente relacionados ao trabalho representado pela força produtiva e o capital.

#### **2.3.2.1 A divisão do trabalho**

A divisão do trabalho é um dos temas tratados no Livro I. Dentre os efeitos da divisão do trabalho está o “maior aperfeiçoamento das forças produtivas do trabalho e grande parte da habilidade, destreza e discernimento com que ele é em todos os lugares dirigido ou aplicado” (SMITH, 1776/2013, p.7). Em algumas manufaturas específicas é possível compreender mais claramente os efeitos da divisão do trabalho sobre a atividade geral da sociedade. A maneira como uma atividade é realizada, em todos os ofícios e manufaturas, não apenas o conjunto do trabalho, constitui uma ocupação específica. Assim como a maior parte das tarefas em que está subdividido e reduzido a uma simplicidade grande de operações. “Entretanto, a divisão do trabalho gera em todos os ofícios, na medida em que é possível introduzi-la, um aumento proporcional das forças produtivas do trabalho” (SMITH, 1776/2013, p.9). Nos países que desfrutam de um nível mais elevado de atividade e aperfeiçoamento, o trabalho de um homem

---

<sup>30</sup> SMITH, Adam – *A Riqueza das Nações*. Livro I, tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: WMF Martins Fontes. 1776/2013, p.5.

num estágio primitivo da sociedade corresponde ao de vários homens na sociedade desenvolvida. O trabalho necessário para produzir uma mercadoria completa, quase sempre, pode ser dividido por um grande número de operários.

O grande aumento da quantidade de trabalho que, em consequência da divisão do trabalho, o mesmo número de pessoas é capaz de executar deve-se a três diferentes circunstâncias: em primeiro lugar, ao aumento da destreza de cada trabalhador; em segundo lugar, à economia do tempo que normalmente se perdia ao passar de uma tarefa a outra; e, finalmente, à invenção de um grande número de máquinas que facilitam e abreviam o trabalho, permitindo que um homem faça o trabalho de muitos. (SMITH, 1776/2013, p.11)

O aprimoramento da destreza do trabalhador, aumenta a quantidade de trabalho executado e a divisão do trabalho reduz a atividade de cada homem a uma simples tarefa, tornando-se o único trabalho da sua vida, aumentando consideravelmente a destreza do trabalhador. E permite a economia de tempo antes perdida com a mudança de uma tarefa a outra, pois é impossível passar rapidamente de um trabalho a outro e, ainda mais, realizado em local e com ferramentas distintas. E, por fim, o trabalho é facilitado e abreviado com a utilização de máquinas apropriadas que reduzem o trabalho, sendo essas originárias da divisão do trabalho. Dessa forma, a atenção do trabalhador fica concentrada num único objetivo muito simples, são métodos mais fáceis e rápidos de realizar uma tarefa específica.

Assim, a subdivisão do trabalho, em qualquer atividade, permite aumentar a destreza e economizar tempo. Cada indivíduo fica mais versado no ramo que se dedica e cresce o volume de trabalho realizado. O trabalhador dispõe de maior quantidade de trabalho próprio, além daquele que ele necessita utilizar, e com isso ele tem condições de trocar uma grande quantidade de produtos próprios pelo preço de uma grande quantidade dos seus produtos. Desse modo, a fartura de bens se difunde pelas diferentes classes da sociedade (SMITH, 1776/2013, p.15).

A divisão do trabalho é uma consequência necessária da propensão da natureza humana de cambiar, permutar e trocar uma coisa pela outra (SMITH, 1776/2013, p.18). É através da troca, do acordo ou da compra que obtemos a maioria dos serviços dos quais necessitamos e é essa mesma propensão que leva à divisão do trabalho. A possibilidade de trocar todo o excedente de produção do próprio trabalho pelo excedente de produção do trabalho de outros homens permite que cada homem se dedique a uma atividade específica e aperfeiçoe seu talento em uma ocupação.

### 2.3.2.2. O poder de troca e o trabalho

É do poder de troca que se origina a divisão do trabalho, mas essa extensão da troca é limitada pela extensão do mercado. Um mercado muito reduzido inviabiliza a troca de todo o excedente de produção do trabalho, que supera o próprio consumo, em prol do excedente da produção de trabalho de outros homens. Uma vez estabelecida a divisão do trabalho, somente uma pequena parte da produção do próprio trabalho é que poderá satisfazer as necessidades de consumo, a grande maioria é satisfeita por meio da troca da parte excedente do próprio trabalho pelo excedente de outros homens. “Assim, todo homem vive da troca ou em alguma medida torna-se comerciante, e a própria sociedade se vai convertendo numa verdadeira sociedade mercantil” (SMITH, 1776/2013, p.29). Por isso, todo homem prudente deve se empenhar em administrar seus negócios para que tenha, além do produto específico de seu trabalho, ele tenha, também, uma quantidade de mercadoria para troca do produto da respectiva atividade. Temos aqui já apontadas algumas características decorrentes da divisão do trabalho: a satisfação do consumo com o próprio trabalho e a troca do excedente desse trabalho pelo produto do trabalho de outros. Seja um trabalhador, um comerciante e um administrador de seus negócios.

Em todos os países o uso de metais em detrimento de qualquer outra mercadoria facilitou a regulação da quantidade de metal pela quantidade exata da mercadoria. Diferentes nações adotaram para esse propósito o uso de diferentes metais. O ferro foi o instrumento comum de comércio dos antigos espartanos, enquanto o cobre dos antigos romanos e o ouro e prata entre as nações ricas e mercantis. Para facilitar as trocas e incentivar todos os gêneros de atividade e comércio verificou-se que qualquer avanço rumo ao progresso necessitava de uma marca oficial de certas quantidades de tais metais, ordinariamente utilizados para comprar mercadorias. Daí a origem da moeda cunhada em instituições públicas denominadas de Casa da Moeda, por meio do selo oficial, certificou-se a quantidade e a uniformidade da qualidade das diferentes mercadorias postas no mercado. “Foi dessa maneira que o dinheiro tornou-se, em todas as nações civilizadas, o instrumento universal do comércio, por meio do qual se compram, vendem ou trocam bens de todas as nações” (SMITH, 1776/2013, p.36). A troca dos bens por dinheiro ou por outros bens requer regras que determinem o que se pode chamar de valor relativo, ou de troca, dos bens. A palavra “VALOR” possui dois diferentes significados: utilidade de algum objeto em particular ou o poder de comprar outros bens, o primeiro pode ser designado por “valor de uso” e, o segundo, por “valor de troca” (Smith, 2013, p.36). “As coisas que possuem o maior valor de uso frequentemente possuem pouco ou nenhum valor de troca, e, ao contrário, as que têm o maior valor de troca frequentemente têm



pouco ou nenhum valor de uso” (SMITH, 1776/2013, p.36). Os princípios que regulam o valor de troca das mercadorias requerem uma investigação de qual a verdadeira medida desse valor de troca, ou em que consiste o preço real das mercadorias e quais as diferentes partes que compõem esse preço.

Mas como chegar ao valor de troca, calcular o preço de trabalho ou em dinheiro de uma mercadoria? Ao comentar do preço real e nominal das mercadorias, ou de seu preço em trabalho e em dinheiro, o autor nos afirma:

Todo homem é rico ou pobre de acordo com o grau em que lhe é dado desfrutar das coisas necessárias à vida e ao conforto, e as diversões da vida humana. Mas, depois de estabelecer-se completamente a divisão do trabalho, o *trabalho* de cada homem apenas poderá provê-lo de uma parte extremamente diminuta dessas coisas. A grande maioria delas deverá ser obtida do *trabalho* de outros homens e, assim, ele será rico ou pobre de acordo com a quantidade de *trabalho* que puder comandar ou conseguir comprar. Portanto, o valor de qualquer mercadoria, para a pessoa que a possui e não pretende utilizá-la ou consumi-la, mas trocá-la por outras mercadorias, é igual à quantidade de *trabalho* que tal mercadoria lhe permite comprar ou comandar. O *trabalho* é, pois, a medida real do valor de troca de todas as mercadorias. (SMITH, 1776/2013, p.38, grifo nosso)

Destacamos acima o *trabalho* como a medida real do valor de troca de todas as mercadorias e, na citação abaixo, o autor reforça a importância da *labuta* e do *esforço* na aquisição e poder de troca de mercadorias. O *trabalho* como uma medida, uma quantidade de moeda de valor:

O preço real de todas as coisas, o que elas de fato custam ao homem que deseja adquiri-las, é a *labuta e o esforço* que deve empreender para as obter. O que qualquer coisa vale realmente para o homem que a adquiriu, e que deseja dispor dela ou trocá-la por alguma coisa, é a *labuta e o esforço* que tal coisa lhe pode poupar, atribuindo-os a outra pessoa. O que compramos, com dinheiro ou em troca de outros bens, é adquirido pelo *trabalho*, exatamente como o que obtemos com o esforço de nosso próprio corpo. Esse dinheiro e esses bens de fato nos poupam esse esforço. Contém o valor de uma certa quantidade de *trabalho* que trocamos pelo que, no momento, se supõe conter o valor de idêntica quantidade. O *trabalho* foi o primeiro preço, a moeda original com que pagaram todas as coisas. Não foi com outro ou prata, mas com *trabalho*, que toda a riqueza do mundo foi originalmente adquirida; e seu valor, para os que o possuem e desejam trocá-lo por novos produtos, é precisamente igual à quantidade de *trabalho* que lhes permite comprar ou ter à disposição. (SMITH, 1776/2013, p.38-39, grifo nosso)

O trabalho é o que sempre viabilizou a aquisição de toda riqueza, e continuou, com a sua quantidade, a definir o poder de compra. A riqueza, conforme afirma Hobbes, *apud* Smith (1776/2013), é o poder, adquirido ou herdado de uma grande fortuna, imediato ou diretamente. A posse é o poder de compra, ou seja, um certo domínio sobre todo o trabalho, ou sobre todo o produto do trabalho disponível no mercado. A fortuna é proporcional à

extensão desse poder ou ao produto do trabalho de outros homens que se é capaz de comprar ou adquirir. O valor de troca de todas as coisas é sempre igual à dimensão desse poder conferido às pessoas que as possui.

Embora o trabalho seja a medida real do valor de troca de todas as mercadorias não é pelo trabalho que se estima o valor delas. O tempo dispendido entre trabalho de gêneros diferentes não é suficiente para determinar a proporção de quantidade de trabalho entre eles, mas é preciso levar em consideração os diferentes graus de fadiga e engenho. É mais fácil compreendermos o significado de uma quantidade de mercadoria do que de uma quantidade de trabalho, na primeira trata-se de um objeto simples e palpável e, na segunda, é uma noção abstrata. Para o trabalhador, iguais quantidades de trabalho possuem o mesmo valor. O valor do trabalho é o único padrão genuíno e real para avaliar e comparar o valor de todas as mercadorias. O trabalho é preço real e o dinheiro é o preço nominal das mercadorias. Ainda que a mesma quantidade de trabalho seja de valor igual para o trabalhador, para a pessoa que o emprega, elas parecem de maior ou menor valor. O trabalho tal como as mercadorias possui um preço real e um preço nominal. O primeiro corresponde à quantidade de coisas necessárias à vida bem como ao conforto dado em troca por ele. Já o segundo, refere-se à quantidade de dinheiro. “O trabalhador é rico ou pobre, bem ou mal remunerado, em proporção ao preço real, e não ao preço nominal, de seu trabalho” (SMITH, 1776/2013, p.42).

A subsistência do trabalhador ou o preço real do trabalho difere em distintas circunstâncias, ou seja, numa sociedade que avança para a opulência é mais liberal do que numa sociedade estagnada. Mais uma vez o autor reforça o trabalho como uma medida universal. “Parece então evidente que o trabalho é a única medida universal, bem como a única exata, do valor, ou seja, é o único padrão que nos permite comparar os valores de diferentes mercadorias em todos os tempos e em todos os lugares” (SMITH, 1776/2013, p.46).

Em qualquer tempo e lugar o preço real e nominal, de todas as mercadorias, são proporcionais um ao outro. Quanto mais ou menos dinheiro se consiga por uma mercadoria, mais ou menos trabalho será possível comprar ou ter disponível. Assim, o dinheiro é a medida exata do valor real de troca de todas as mercadorias (SMITH, 1776/2013, p.47). É o preço nominal ou em dinheiro que determina o acerto ou imprudência de qualquer compra e venda, e regula quase totalmente os negócios da vida cotidiana referente aos preços. Em qualquer tempo e país o dinheiro é uma medida de valor mais ou menos exata segundo a moeda corrente. O dinheiro ao se tornar o instrumento comum do comércio passa a ser mais frequente na troca de mercadoria. Com isso, o valor de troca de qualquer mercadoria passa a

ser estimado em quantia de dinheiro do que pela quantidade de trabalho ou de outra mercadoria.

### **2.3.2.3. A relação capital e trabalho**

Na sociedade primitiva, que antecede a acumulação de capital e a apropriação da terra, a única circunstância capaz de fornecer uma regra para as trocas era a quantidade de trabalho necessária para adquirir os diversos objetos de troca (SMITH, 1776/2013, p.59). Quando uma espécie de trabalho exige um grau maior de engenho e destreza, isto é, talentos, é natural que seu produto tenha um valor superior ao que seria devido pelo tempo de trabalho nele empregado. Mesmo que tais talentos possam ser adquiridos ao custo de uma longa aplicação, o valor atribuído a esses produtos é uma justa compensação pelo tempo e trabalho despendido para adquiri-los.

Num tal estado de coisas, o produto do *trabalho* pertence inteiramente ao trabalhador, e a quantidade de *trabalho* normalmente empregada para adquirir ou produzir qualquer mercadoria é a única circunstância que pode regular a quantidade de *trabalho* que tal mercadoria normalmente poderia comprar, adquirir ou obter em troca. (SMITH, 1776/2013, p.60, grifo nosso)

Numa sociedade avançada, comumente deve-se levar em conta nos salários do trabalho a maior dificuldade e habilidade. No entanto, tão logo se começou a acumular capital nas mãos de particulares, alguns deles passaram a empregar pessoas laboriosas a quem forneciam matérias-primas e subsistência, com o objetivo de obtenção de lucro com a venda desse trabalho ou com o valor que essa força acrescenta às matérias-primas. Ao trocar-se o produto acabado seja por dinheiro, força de trabalho ou outras mercadorias, o montante final deverá ser superior à quantidade suficiente para pagar o preço das matérias-primas e dos salários dos trabalhadores e, ainda, será necessário sobrar algo a mais para os lucros do contratador de trabalho que arrisca seu capital no empreendimento. Para chegar ao lucro do empregador, adiciona-se ao valor dos trabalhadores ao das matérias-primas e divide-se em duas partes. Com uma parte paga-se os salários e, com a outra, os lucros do empregador. Se não for dessa forma, o empregador não terá interesse em empregar seu capital com a compra do trabalho se não obtiver mais do que o necessário para reconstituir seu capital, ao passo que também não terá interesse em aplicar um grande capital se os lucros obtidos não mantiverem uma proporção com o montante do capital aplicado.

Para Smith (1776/2013), a correlação entre os lucros do capital e os salários de um determinado trabalho é distinta:

[...] regulam-se por princípios totalmente diversos, não mantendo nenhuma proporção com a quantidade, o grau de dificuldade e de engenho desse suposto trabalho de inspeção e direção. Regulam-se inteiramente pelo valor do capital empregado, sendo maiores ou menores conforme o montante desse capital. (SMITH, 1776/2013, p.61)

Nas sociedades mais desenvolvidas algumas mercadorias se dividem em apenas duas partes: os salários do trabalho e os lucros do capital. Um pequeno número de mercadorias, cujo preço consiste apenas em salários do trabalho, nesse caso, não entra nem a renda da terra e nem os lucros. No entanto, no preço total de qualquer mercadoria deve-se levar em conta uma ou todas as três coisas: os salários do trabalho, a renda da terra e ou os lucros. Pois, tudo o que restar, após o pagamento da renda da terra e do preço de todo o trabalho empregado em criar, manufaturar ou levar a mercadoria ao mercado, deverá sempre constituir-se no lucro de alguém. “[...] Salários, lucros e renda da terra são as fontes originais de todo rendimento, bem como de todo valor de troca. Qualquer outro rendimento deriva, em última análise, de uma ou outra dessas três fontes” (SMITH, 1776/2013, p.65). E os rendimentos estão associados aos frutos do trabalho, do capital e/ou da terra:

Todos os que derivarem seu rendimento de fundos próprios deverão extraí-lo de seu *trabalho*, do capital ou da terra. O rendimento extraído de uma capital que o próprio dono administra ou emprega chama-se lucro. O que procede do capital que o detentor mesmo não emprega, mas empresta a outro é chamado de juro ou usura do dinheiro. Trata-se de uma compensação que o comodatário paga a quem empresta, pelo lucro que o uso do dinheiro lhe proporciona. Parte desse lucro naturalmente pertence a quem toma o empréstimo, que assume os riscos e tem o *trabalho* de o empregar; e parte do emprestador, que lhe facilita os meios de obter esse lucro. O juro do dinheiro é sempre um rendimento derivativo que, se não for pago por alguma outra fonte de renda, a menos que o comandatário do empréstimo. [...] O rendimento que procede inteiramente da terra denomina-se renda da terra e pertence ao proprietário. Já o rendimento do arrendatário provém em parte do seu *trabalho* e em parte de seu capital. Para ele, a terra consiste apenas no instrumento que lhe possibilita obter o salário de seu *trabalho*, bem como os lucros de seu capital. (SMITH, 1776/2013, p.65-66, grifo nosso)

Num país civilizado poucas mercadorias terão seu valor de troca advindo somente do trabalho, já que a renda e o lucro participam em larga escala da maior parte das mercadorias, e o produto anual do trabalho desse país será suficiente para comprar ou adquirir uma quantidade de trabalho maior, do que aquele empregado para criar, preparar e transportar esse produto ao mercado. Mas, não existe nenhum país cujo produto anual seja totalmente empregado na manutenção dos homens que trabalham, sempre há, por toda parte, os ociosos que consomem uma grande parcela dessa produção (SMITH, 1776/2013, p.67).

#### 2.3.2.4. Mercadorias: oferta e procura

Em toda sociedade ou comunidade, no que diz respeito ao preço natural e de mercado das mercadorias, no emprego distinto do trabalho e do capital, existe uma taxa média de salários e de lucro. Essa taxa se regula pelas circunstâncias gerais da sociedade, sua riqueza ou pobreza, sua condição de progressiva, estacionária ou em declínio, bem como pela natureza específica de cada emprego. Da mesma forma, a taxa média de renda é também regulada pelas circunstâncias gerais da sociedade ou comunidade onde a terra se situa e pela sua fertilidade. “O verdadeiro preço pelo qual qualquer mercadoria efetivamente se vende é chamado de seu preço de mercado. Pode ser superior, inferior ou exatamente igual ao seu preço natural” (SMITH, p.70). O autor complementa sobre ao que ficou conhecido como “a lei da oferta e da procura”:

O preço de mercado de qualquer mercadoria particular é determinado pela proporção entre a quantidade dessa mercadoria que de fato é levada ao mercado e a demanda dos que estão dispostos a arcar com o preço natural da mercadoria, ou o valor total da renda da terra, dos salários e dos lucros que dever ser pagos para que seja oferecida no mercado. Tais pessoas podem ser chamadas de consumidores efetivos e sua demanda, de demanda efetiva, já que isso pode ser suficiente para efetivar a introdução da mercadoria no mercado. (SMITH, 1776/2013, p.70)

O que ocorre quando a quantidade mercadoria posta no mercado é insuficiente para satisfazer a demanda efetiva?

[...] todos os que estão dispostos a arcar com o valor total da renda da terra, dos salários e do lucro, os quais devem ser pagos para que a mercadoria seja oferecida no mercado, não podem prover-se da quantidade desejada. Em vez de dispensá-la inteiramente, alguns se disporão a pagar mais. Imediatamente uma concorrência se estabelecerá entre eles, e o preço de mercado se elevará mais ou menos acima do preço natural, conforme o grau de carência da mercadoria, a riqueza e o luxo descomedido dos competidores animarem mais ou menos a avidez da concorrência. (SMITH, 1776/2013, p.70)

E, ao contrário, quando a quantidade posta no mercado excede a demanda efetiva?

[...] torna-se impossível vendê-la aos que se dispõem a arcar com o valor total da renda da terra, dos salários e dos lucros, os quais devem ser pagos para que a mercadoria seja trazida ao mercado. É necessário que uma parte seja vendida aos que se dispõem a pagar menos, e o baixo preço pago por estes reduz necessariamente o preço da quantidade total. (SMITH, 1776/2013, p.70)

E, o que ocorre quando a quantidade de mercadoria posta no mercado é exatamente a quantidade necessária para suprir a demanda efetiva? “[...] o preço de mercado corresponderá exatamente, ou tanto quanto se possa estimar, ao preço natural. A esse preço, é possível dispor

de toda a quantidade da mercadoria em mãos, o que não aconteceria a um preço mais elevado” (SMITH, 1776/2013, p.71).

O volume total de atividade anualmente empregado para levar qualquer mercadoria ao mercado ajusta-se à demanda efetiva. O que é desejável é que a quantidade de toda mercadoria posta no mercado ajuste-se naturalmente à demanda efetiva. É interessante àqueles que empregam sua terra, seu trabalho ou seu capital para levar ao mercado qualquer mercadoria, que a quantidade oferecida não exceda à demanda efetiva, assim como, é do interesse de todas as outras pessoas, que essa quantidade não seja inferior a tal demanda (SMITH, 1776/2013, p.71). Mesmo que a demanda permaneça a mesma, os preços do mercado estarão sujeitos a grandes flutuações, podendo, inclusive ficarem abaixo do preço natural e essas flutuações afetam o valor da taxa de salários e do lucro, conforme o mercado esteja superabastecido ou subabastecido de mercadorias ou trabalho. As mesmas leis de corporação que permitem ao trabalhador elevar seus salários quando a manufatura prospera, em tempos de crise, também permite mantê-los abaixo da taxa e excluir muitos empregos.

### 2.3.2.5. Salários do trabalho

Para Smith, quando o trabalhador deixa de desfrutar de todo o produto de seu trabalho e introduz-se a apropriação da terra e a acumulação do capital, o produto do trabalho do trabalhador constitui o seu salário e o patrão passa a participar do produto de seu trabalho. “No estado original de coisas que precede tanto a apropriação da terra como a acumulação de capital, todo o produto do trabalho pertence ao trabalhador. Não há nem proprietário e nem patrão com quem deva dividi-lo” (p.80). O autor complementa:

Mas esse estado original de coisas, em que o trabalhador desfrutava de todo o produto do seu próprio *trabalho*, não poderia perdurar para além da introdução da apropriação da terra e da acumulação de capital. Já havia muito tempo que não mais existia, por conseguinte, quando as forças produtivas do *trabalho* alcançaram os mais consideráveis progressos, e seria despropositado investigar em profundidade quais poderiam ser os efeitos de semelhante estado de coisas sobre a remuneração ou sobre os salários do *trabalho*.

Tão logo a terra se torna propriedade privada, os proprietários exigem uma parcela de quase todos os produtos que o *trabalhador* pode nela cultivar ou dela colher. Sua renda é a primeira dedução que sofre o produto do *trabalho* empregado na terra. (SMITH, 1776/2013, p.81, grifo nosso)

O produto de quase todos os outros *trabalhos* está sujeito a semelhante dedução do lucro. Em todas as artes, em todos os ofícios, a maior parte dos *trabalhadores* tem necessidade de um patrão que lhes adiante as matérias-primas para o seu *trabalho*, assim como os seus salários e o seu sustento, até que esse *trabalho* esteja

consumado. O patrão participa do produto do *trabalho* deles, ou do valor que o *trabalho* adiciona às matérias-primas sobre as quais se aplica, e é nessa participação que consiste o seu lucro.

De fato, ocorre às vezes de um *trabalhador* independente possuir um capital suficiente tanto para comprar as matérias-primas para o seu *trabalho* como para manter-se até que este *trabalho* esteja completo. Ele é ao mesmo tempo patrão e empregado, e desfruta de todo o produto de seu *trabalho* pessoal, ou de todo o valor que este *trabalho* adiciona às matérias-primas sobre as quais se aplica. Tais casos, entretanto, não são muito frequentes. (SMITH, 1776/2013, p.82, grifo nosso)

Em todos os lugares, é através de um contrato celebrado entre duas pessoas, com interesses distintos, que se determinam os salários correntes do trabalho. Enquanto os operários desejam ganhar o máximo possível, os patrões, por sua vez, pagam o menos que podem. Os primeiros se unem para reivindicar a elevação dos salários do trabalho e os últimos para rebaixá-los. Os patrões, embora em menor número, além de poderem coligar-se, mantém uma espécie de acordo tácito, mas constante e uniforme, com vistas a não elevar os salários do trabalho, acima de sua taxa corrente.

Porém, um sinal decisivo de prosperidade de um país é o aumento do número de seus habitantes (SMITH, 1776/2013, p.88) e a remuneração liberal do trabalho é um efeito de sua crescente riqueza nacional, por outro lado, a manutenção do trabalhador pobre é um sintoma de que as coisas permanecem estagnadas. A recompensa do trabalho, além de ser um efeito do crescimento da riqueza, é também causa do crescimento populacional.

A remuneração liberal do trabalho aumenta as atividades e os salários do trabalho sendo incentivo às atividades. Essas, por sua vez, aumentam proporcionalmente aos estímulos que recebem. Uma subsistência farta aumenta a força física do trabalhador e a esperança de terminar seus dias com tranquilidade e abastança anima-o a tirar de suas forças o máximo possível. Onde houver salários mais elevados haverá trabalhadores mais ativos, diligentes e expeditos, mas, em qualquer gênero de atividades, quando o homem trabalha com moderação necessária para manter uma atividade contínua, além de conservar sua saúde por mais tempo, ele executa a maior quantidade de trabalho (SMITH, 1776/2013, p.104).

Por sua vez, é fato que nos anos de abundância os trabalhadores são mais ociosos do que nos anos de carestia, daí pode-se concluir que uma farta subsistência reduz sua atividade e uma subsistência escassa estimula o trabalho. O excesso de fartura, além do habitual, pode tornar alguns trabalhadores mais ociosos. Os anos de escassez, a dificuldade e a incerteza da subsistência pode estimular esses trabalhadores a retornarem ao serviço (SMITH, 1776/2013, p.105).

[...] O preço em dinheiro do trabalho é necessariamente regulado por duas circunstâncias: a demanda por trabalho e o preço das coisas necessárias à vida e ao conforto. A demanda por trabalho, segundo seja crescente, estacionária ou decrescente, ou bem segundo exija uma população crescente, estacionária ou decrescente, determina a quantidade das coisas necessárias à vida e ao conforto que devem ser postas à disposição do trabalhador; e o preço em dinheiro do trabalho é determinado pelo que é necessário para comprar essa quantidade. (SMITH, 1776/2013, p.108)

O que ocorre com o salário na escassez ou na fatura de demanda de trabalho?

A escassez de um ano de carestia, ao reduzir a demanda por trabalho, tende a reduzir-lhe o preço, assim como os altos preços das provisões tendem a elevá-lo. Ao contrário, a fartura de um ano de baixa de preços, ao elevar essa demanda, tende a elevar o preço do trabalho, assim como o baixo preço das provisões tende a reduzi-lo. (SMITH, 1776/2013, p.109)

O que ocorre com a elevação dos salários do trabalho?

A elevação dos salários do trabalho necessariamente eleva o preço de muitas mercadorias, elevando essa parte do preço que se resolve em salários, e tende na medida a diminuir o consumo dessas mercadorias tanto no mercado interno como exterior. A mesma causa, entretanto, que eleva os salários do trabalho, qual seja, o crescimento do capital, tende a aumentar as suas forças produtivas e a fazer uma quantidade menor de força de trabalho produzir uma quantidade maior de trabalho. (SMITH, 1776/2013, p.109-110).

Segundo Smith, o detentor do capital, responsável por empregar um grande número de trabalhadores, se empenha em fazer entre eles uma divisão e uma distribuição do emprego de modo adequada, que lhes permita produzir a maior quantidade de trabalho possível. Também, por essa razão, esse detentor se esforça em suprir os trabalhadores com as melhores máquinas. Seja trabalhador de uma oficina particular ou de uma grande sociedade, quanto maior o número de trabalhadores, mais esses serão divididos em diferentes classes e subdivisões de emprego. Em consequência desses desenvolvimentos do trabalho, uma infinidade de mercadorias passa a ser produzida com menos trabalho (p.110).

### **2.3.2.6. Lucros e salários do capital**

Para o autor, os lucros do capital estão na proporção direta do estado de crescimento da sociedade. “As altas e baixas nos lucros do capital dependem das mesmas causas que fazem subir e baixar os salários do trabalho, ou seja, o estado de crescimento ou declínio da riqueza da sociedade; mas essas causas afetam uns e outros de maneira muito distinta” (SMITH, 1776/2013, p.111). E, em relação às variações dos lucros dos capitais:



[...] Assim, como a taxa usual de juro do mercado varia em qualquer país, podemos estar certos de que os lucros normais dos capitais variam ao mesmo tempo; que baixam quando a taxa baixa, e que se elevam quando ela se eleva. A evolução do juro pode nos levar então a formar alguma ideia da evolução dos lucros. (SMITH, 1776/2013, p.112).

No tocante aos salários e aos lucros nos diferentes empregos do trabalho e do capital, primeiramente, os salários do trabalho variam conforme o tipo de emprego seja leve ou árduo, limpo ou sujo, digno ou desonroso (SMITH, 1776/2013, p.126). Ou seja, o caráter desagradável ou indigno do emprego afeta os lucros do capital tal como influência nos salários do trabalho. Em segundo lugar, os salários do trabalho variam em relação à facilidade e o baixo custo, ou a dificuldade e o alto custo de aprendizagem do ofício (SMITH, 1776/2013, p.128). E, em terceiro lugar, os salários são variáveis nas diferentes profissões conforme a constância ou incerteza do emprego (Smith, 2013, p.130). Em quarto lugar, os salários do trabalho alteram conforme se deposite nos trabalhadores, maior ou menor confiança (SMITH, 1776/2013, p.132). Em quinto lugar, os salários do trabalho em diferentes empregos variam segundo a possibilidade de neles se obter sucesso (SMITH, 1776/2013, p.133). A insalubridade também constitui um aspecto que deve ser considerado na classificação de seus efeitos sobre os salários do trabalho.

Na descrição do século XVIII o autor já trazia as seguintes considerações sobre o talento e sua relação com os ganhos do salário:

Alcançar a excelência em qualquer profissão na qual muitos poucos nem sequer alcançam a mediocridade é a marca mais decisiva do que se chama gênio ou talento superior e a admiração pública que acompanha distintas habilidades é sempre uma parte de sua recompensa. (SMITH, 1776/2013, p. 134)

Daf os salários exorbitantes de atores, cantores e outros artistas se fundam em dois princípios: a raridade e beleza dos talentos e ao descrédito ligado ao emprego lucrativo que deles se faz.

Em relação aos diferentes empregos do capital, a taxa de lucro corrente varia mais ou menos conforme a certeza ou a incerteza dos rendimentos. Porém, em geral, os rendimentos são menos incertos no comércio interno do que no exterior, menos em alguns ramos do comércio exterior do que em outros (SMITH, 1776/2013, p.140). Das cinco circunstâncias que afetam os salários do trabalho, apenas duas impactam diretamente os lucros do capital: o caráter agradável ou desagradável e o risco ou segurança que lhe são inerentes. A aparente diferença entre os lucros das várias atividades ocorre pelo fato de nem sempre distinguirmos o que deve ser considerado salário e o que é lucro.

Os lucros do capital variam com o preço das mercadorias nas quais este é empregado. Conforme o preço de qualquer mercadoria se eleve acima da taxa normal ou média, os lucros de no mínimo alguma parte do capital empregado para levá-la ao mercado aumentam para além do nível que lhe é próprio, e conforme o primeiro cai os últimos se reduzem para aquém deste. Todas as mercadorias estão mais ou menos sujeitas a variações de preço, mas muitas estão muito mais do que outras. Com respeito a todas as mercadorias que são produzidas pela atividade humana, o volume de atividade anualmente empregado é necessariamente regulado pela demanda anual pode ser, tanto quanto possível, quase igual ao consumo anual médio. (SMITH, 1776/2013, p.147)

De acordo com Smith, nos países ricos, o mercado geralmente é amplo e qualquer atividade é suficiente para empregar todo o trabalho e o capital dos que dela se ocupam. Nos países pobres, é diferente. Nesses as pessoas vivem de um emprego e ao mesmo tempo extraem um pequeno rendimento de outro. Uma política, que vigora na Europa, causa uma desigualdade na soma total de vantagens e desvantagens. Existem desigualdades encontradas nos diferentes empregos do trabalho e do capital, mesmo nos países em que haja a mais perfeita liberdade.

Esse efeito é produzido principalmente de três maneiras: primeiro, restringindo a concorrência em certos empregos a um número menor de indivíduos que, de outro modo, estariam dispostos a entrar nela; segundo, elevando, em outros empregos, o número de concorrentes acima do que naturalmente comportariam; e, terceiro, obstruindo a livre circulação de trabalho e capital, tanto de um emprego a outro como de um lugar a outro. (SMITH, 1776/2013, p.151)

Quanto às propriedades e o trabalho, esse é o mais sagrado e inviolável de todas as propriedades:

A mais sagrada e a mais inviolável de todas as propriedades é a do próprio *trabalho*, porque ela é o fundamento originário de todas as outras propriedades. O patrimônio de um homem pobre reside na força e na destreza de suas mãos, e impedi-lo de empregar essa força e destreza das mãos que julga apropriada, desde que não cause prejuízo a seu próximo, constitui violação manifesta da mais sagrada propriedade\*. (\* Veja-se, a esse respeito, John Locke, *Dos tratados sobre o governo*: Embora a Terra e todas as outras criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma *propriedade* em sua própria pessoa. A esta ninguém tem direito algum além dele mesmo. O *trabalho* de seu corpo e a obra de suas mãos, pode-se dizer, são propriamente dele. Qualquer coisa que ele então retire do estado com que a natureza a proveu e deixou, mistura-a ele com o seu *trabalho* e junta-lhe algo que é seu, transformando em sua *propriedade*. (SMITH, 2013, p.156)

### 2.3.3. Livro II – “Natureza, acumulação e emprego do capital”<sup>31</sup>

#### 2.3.3.1. Acumulação e emprego do capital

O Livro II versa sobre a natureza, acumulação e emprego do capital. O autor nos lembra que o estágio primitivo da sociedade era aquele em que não havia divisão do trabalho, em que raramente se faziam trocas e o homem fornecia a si mesmo tudo aquilo de que precisava, por isso, não era necessária a acumulação ou armazenamento de bens para levar adiante os negócios da sociedade. Cada homem, pelo próprio esforço, zelava pela satisfação de suas necessidades, à medida que essa assim o exigia. Entretanto, com a implantação da divisão do trabalho, o produto do esforço de um homem passou a suprir apenas parcela de suas necessidades ocasionais. A maioria das necessidades passou a ser satisfeita pela aquisição do produto do trabalho de outros homens, seja na forma de produto ou com o preço do produto de seu próprio trabalho.

Esse modo de funcionamento passou a requerer o armazenamento de um estoque de bens diversos necessários à manutenção do fornecimento de matérias-primas e de instrumentos do trabalho. O trabalho passou a ser cada vez mais subdividido e, proporcionalmente, gerou maior acumulação de capital. Por sua vez, a quantidade de matérias-primas capaz de ser processada aumentou na proporção da subdivisão do trabalho. Ocorreu a redução das tarefas executadas pelo trabalhador a um maior grau de simplicidade, permitindo criar máquinas para facilitar e encurtar essas tarefas. À medida que avançou a divisão do trabalho, para garantir o emprego a um mesmo número de trabalhadores, foi necessário acumular um estoque de matérias-primas e instrumentos em número superior ao que era utilizado no modo primitivo de produção. Com isso, o número de trabalhadores também aumentou com o crescimento da divisão do trabalho.

A acumulação de capital permitiu o necessário para realizar o grande desenvolvimento das forças produtivas do trabalho. Aquele que empregava seu capital, para manter a força de trabalho, passou a ter interesse em empregá-lo de modo a produzir a maior quantidade possível de trabalho. Daí seu empenho na melhor distribuição de seus operários, colocando-lhes disponíveis as melhores máquinas. Dessa forma, passou a existir uma proporção entre a extensão do capital investido e o número de pessoas que este capital podia empregar. Obteve-se o aumento do volume de atividades realizadas num determinado país e também o crescimento do capital que as empregava, como consequência desse crescimento, a mesma

---

<sup>31</sup> SMITH, Adam – *A Riqueza das Nações*. Livro II, Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1776/2013, p.337.

quantidade de esforço produziu um aumento na quantidade do trabalho. Tais foram os efeitos do aumento do capital sobre a indústria e as forças produtivas.

Na sequência, acompanharemos o autor, na abordagem da natureza do capital e os efeitos de sua acumulação e os diferentes empregos de capitais sobre a produção anual da terra e do trabalho.

### **2.3.3.2. Emprego do capital: fixo e circulante**

Na abordagem da divisão do capital, quando o volume de bens adquiridos por um homem excede o suficiente para mantê-lo em poucos dias ou semanas, raramente ele pensa em extrair daí algum rendimento, mas ele se esforça, com o seu trabalho, em adquirir algo antes que possa consumir todo o recurso que dispõe. Tal é a situação da maioria dos trabalhadores pobres em todos os países. Porém, quando o trabalhador possui bens em quantidade suficiente para mantê-lo durante meses ou anos, aí sim, busca obter um rendimento da maior parte desses bens, reservando para seu consumo imediato, apenas a parcela necessária para mantê-lo até começar a receber esse rendimento. Existem duas maneiras diferentes de empregar o capital e produzir rendimento ou lucro.

Primeiro, é possível empregar o capital na criação, manufatura, ou compra de bens, e na sua subsequente venda, com lucro. Enquanto o capital assim empregado permanecer em posse de quem o emprega, ou sob a mesma forma, não gera nenhum rendimento ou lucro. [...] Seu capital continuamente lhe deixa sob uma forma, para retornar a ele sob outra, e é apenas por meio de tal circulação, ou dessas sucessíveis trocas, que pode gerar algum lucro. Por isso, esses capitais podem ser propriamente chamados de capitais circulantes.

Segundo, é possível empregar o capital para produzir benfeitorias na terra, comprar máquinas úteis e instrumentos de comércio, ou coisas semelhantes que gerem rendimento ou lucro sem mudarem de donos, ou sem mais circularem. Por essa razão, esses capitais podem com muita propriedade ser chamados de capitais fixos (SMITH, 1776/2013, p.344)

Segundo Smith, o estoque de riqueza, de qualquer país ou sociedade, corresponde à riqueza de todos os habitantes, e essa pode ser classificada em três parcelas distintas. A primeira destina-se ao consumo imediato e sua característica é a de não gerar lucro, temos, como exemplo, o volume de bens adquiridos pelos consumidores e ainda não inteiramente consumidos: alimentos, roupas, móveis domésticos etc. A segunda, é o capital fixo que tem como característica gerar renda ou lucro sem circular os donos do capital. Compõem-se de quatro grupamentos de artigos: a) máquinas e instrumentos úteis que facilitam e abrevem o trabalho; b) edifícios lucrativos, ou seja, são meio de obtenção de renda para o proprietário e

também para o inquilino, pois constituem uma espécie de instrumento de trabalho; c) as benfeitorias da terra, de tudo o que foi despendido de forma lucrativa em desbravar, drenar, cercar, adubar para torná-la mais apropriada para o cultivo e exploração agrícola; d) o aprimoramento da perícia de um operário assim como uma máquina ou instrumento capaz de facilitar e abreviar o trabalho, ainda que acarrete um certo custo, esse é repostado com o lucro. A terceira parcela é constituída pelo capital circulante, que tem por característica gerar renda apenas quando circula ou muda de donos. Mas, o único fim e propósito do capital, fixo ou circulante, é manter e aumentar os bens possíveis de reserva para o consumo imediato. “A riqueza ou pobreza destas dependerá do suprimento abundante ou escasso que essas duas espécies de capital têm condições de proporcionar ao conjunto de bens reservado ao consumo imediato” (p.350).

Quanto à finalidade do capital fixo: “é aumentar as forças produtivas do trabalho, ou seja, permitir que o mesmo número de trabalhadores execute uma quantidade muito maior de trabalho” (SMITH, 1776/2013, p.355). Por isso, todos os aperfeiçoamentos mecânicos que permitam o mesmo número de operários executar uma mesma quantidade de trabalho, utilizando-se de maquinaria mais barata e mais simples, são sempre vantajosos para qualquer sociedade.

E o capital circulante? O capital circulante de uma sociedade se difere do de um indivíduo:

O capital circulante de um indivíduo exclui-se completamente de seu rendimento líquido, que deve consistir unicamente de seus lucros. Mas, embora o capital circulante de cada indivíduo faça parte do capital circulante da sociedade à qual pertence, nem por isso está totalmente excluído do rendimento líquido desta. (SMITH, 1776/2013, p.357)

Na sociedade, a moeda é única parcela do capital circulante cuja manutenção pode gerar redução de seus rendimentos líquidos. Tanto o capital fixo e a parcela do capital circulante, a moeda, afetam o rendimento da sociedade e guardam semelhanças entre si.

### **2.3.3.3. Trabalho produtivo**

Para Smith, há um tipo de trabalho que acrescenta valor aos objetos sobre os quais se aplica, mas também existe um tipo de trabalho que não tem tal efeito. O primeiro, é o que produz valor e, por isso, é chamado de produtivo. Já, o outro, é improdutivo, pois seu trabalho não produz valor (p.413). O trabalho de um empregado de manufatura geralmente acrescenta, ao valor das matérias-primas às quais aplica seu trabalho, o valor de sua própria manutenção e

o do lucro de seu patrão. Existem algumas classes de trabalho, por mais honrosos, úteis e necessários que sejam, eles são incapazes de produzir algum valor com o seu trabalho, isto é, ao término de seu trabalho não é possível comprar ou obter igual quantidade do mesmo trabalho executado. Sejam eles trabalhadores produtivos ou improdutivos e ainda todos os que absolutamente não trabalham, todos são igualmente mantidos pela produção anual da terra e trabalho no país. Mas, a totalidade da produção anual é resultado do trabalho produtivo (SMITH, 1776/2013, p.415). O caráter geral de seus habitantes, em todos os países, diz respeito a labor ou ao ócio.

[...] Em comparação com o que ocorria há dois ou três séculos, somos muito mais industriosos do que nossos antepassados, pois é provável que os fundos atualmente destinados à manutenção do *trabalho* sejam muito maiores em proporção aos destinados à manutenção do ócio. Nossos ancestrais eram ociosos por falta de suficiente incentivo à atividade econômica. *Pois, como diz o provérbio, se for para ganhar nada, é melhor brincar do que trabalhar.* (SMITH, 1776/2013, p.420, grifo nosso)

Por conseguinte, em todos os lugares a proporção entre o capital e o rendimento parece regular a proporção entre o *trabalho* e ócio. Onde predomina o capital, prevalece o ócio. Por isso, qualquer aumento ou diminuição do capital tende naturalmente a aumentar ou diminuir o volume real de *trabalho*, o número de trabalhadores produtivos e, conseqüentemente, o valor de troca da produção anual da terra e do *trabalho* do país, a riqueza e o rendimento reais de todos os seus habitantes. (SMITH, 1776/2013, p.422, grifo nosso)

Os capitais aumentam pela parcimônia e se reduzem pela prodigalidade e pela má administração. (SMITH, 1776/2013, p.422)

A parcimônia, e não o *trabalho*, é a causa imediata do aumento do capital. Com efeito, o *trabalho* fornece o objeto que a parcimônia acumula. Porém, por mais que o *trabalho* conseguisse adquirir, se a parcimônia não poupasse e acumulasse, o capital nunca cresceria. (SMITH, 1776/2013, p.423, grifo nosso)

Assim, o aumento do fundo destinado à manutenção de mão-de-obra produtiva tende a aumentar a parcimônia e o número de indivíduos cujo trabalho adiciona valor aos objetos aos quais se aplica. E, também, tende a aumentar o valor da produção anual da terra e do trabalho do país, além de colocar em movimento uma quantidade adicional de trabalho, conferindo maior valor à produção anual. Já a redução dos fundos destinados ao emprego de trabalhadores produtivos implicará na redução da quantidade do trabalho que acrescenta valor ao objeto ao qual este trabalho se aplica e, conseqüentemente, a redução da produção anual da terra e do trabalho, e a riqueza e os rendimentos reais de seus habitantes. A prodigalidade de uns precisa ser compensada pela frugalidade de outros, caso contrário, o alimento dos ociosos com o dos industriosos, empobrecerá o país inteiro.

Quanto à circulação do dinheiro e o trabalho produtivo, esse não pode permanecer muito tempo em um país que diminui o valor da produção anual, vejamos abaixo:

A única utilidade do dinheiro consiste em pôr em circulação bens de consumo. Por meio dele, as provisões, matérias-primas e os produtos acabados são comprados e vendidos, bem como distribuídos aos devidos consumidores. Portanto, a quantidade de moeda que anualmente é possível empregar num país deve ser determinada pelo valor dos bens de consumo que anualmente a moeda põe em circulação nesse país. Esses bens de consumo devem consistir necessariamente na produção imediata da terra e trabalho do próprio país, ou em algo que fosse comprado com uma parte dessa produção. Seu valor, por conseguinte, deve diminuir à medida que diminui o valor dessa produção e, com ele, também a quantidade de moeda que pode ser empregada para fazê-la circular. (SMITH, 1776/2013, p.426)

Ao contrário, é preciso que a quantidade de moeda em circulação num determinado país aumente à medida que aumenta o valor da produção anual. Como é maior o valor dos bens de consumo que anualmente circulam no interior da sociedade, faz-se necessária uma quantidade superior de moeda para os pôr em circulação. Portanto, parte da produção expandida será naturalmente empregada para comprar, onde for possível, a quantidade adicional de ouro e prata necessária para fazer circular o restante da produção anual. (SMITH, 1776/2013, p.426)

O autor estabelece a diferença entre prodigalidade, inclinação ao gasto e paixão do gozo presente e o princípio que inclina a poupar e a acumular. No mundo hipermoderno o princípio da “frugalidade” irá predominar mais amplamente ainda do que o “espírito da poupança e acumulação” tão característico da era moderna:

Quanto à prodigalidade, o princípio que inclina ao gasto é a paixão do gozo presente, paixão que, embora algumas vezes violenta e difícil de dominar, em geral é apenas momentânea e ocasional. Por outro lado, o princípio que inclina a poupar é o desejo de melhorar a nossa condição, um desejo que, embora comumente calmo e desapaixonado, nos acompanha desde o nascimento e nunca nos abandonará até o túmulo. No intervalo que separa esses dois momentos, talvez não haja um só instante em que o homem se sinta tão perfeita e completamente satisfeito com sua situação que não tenha qualquer desejo de alterá-la ou melhorá-la de algum modo. O aumento na fortuna é o meio pelo qual os homens, em sua maioria, propõem e desejam melhorar a sua condição. É o meio mais comum e o mais óbvio; e a maneira mais provável de aumentar a fortuna consiste em poupar e acumular uma parte do que adquirem, quer regularmente, todos os anos, que em algumas ocasiões extraordinárias. Assim, embora em certos momentos o princípio da prodigalidade prevaleça em quase todos os homens, e em alguns homens em quase todos os momentos, *no que diz respeito à maioria dos homens, e tomando em média sua vida inteira, é o princípio da frugalidade que parece não só predominar, mas predominar amplamente.* (SMITH, 1776/2013, p.427-428, grifo nosso)

Quanto às pessoas improdutivas, na maioria dos países, toda ou quase toda receita pública é empregada para manter gente improdutiva, a saber, aqueles que nada produzem devem ser mantidos pela produção do trabalho de outros homens. Mas, pode ocorrer que os improdutivos, que deveriam ser mantidos por uma pequena parcela da renda poupada pelo

povo, aumentem e dilapidem seus capitais. Todavia, a experiência tem mostrado que a maior parte dos casos de frugalidade e boa administração são superiores à prodigalidade e má administração dos indivíduos e extravagâncias do governo.

O esforço uniforme, constante e ininterrupto de cada homem para melhorar sua condição, princípio de que originalmente deriva a opulência pública e nacional, bem como a privada, muitas vezes é suficientemente poderoso para manter o progresso natural das coisas em direção ao desenvolvimento, a despeito das extravagâncias do governo de dos maiores erros de administração. (SMITH, 1776/2013, p.429-430)

Portanto, a produção anual da terra e trabalho de uma nação só pode aumentar de valor com o crescimento do número dos trabalhadores produtivos ou das forças produtivas dos trabalhadores já empregados. E o aumento de trabalhadores produtivos só pode aumentar em consequência de um aumento de capital ou dos fundos destinados à manutenção e as forças produtivas, ou de algum acréscimo e aprimoramento de máquinas e instrumentos que facilitam o trabalho ou, ainda, de uma divisão e distribuição mais apropriada do emprego. Ou seja, graças à boa administração da produção e a boa conduta pública do governo.

#### **2.3.3.4. Capital, trabalho produtivo e lucro**

De acordo com Smith, no aumento dos capitais particulares seus detentores desejam extrair uma renda sem se darem ao trabalho de empregá-los. Conforme cresce o estoque de riquezas, a quantidade de dinheiro a ser emprestada a juros cresce em proporções cada vez maiores. O uso do dinheiro quando emprestado a juros é considerado um capital daquele que empresta e o tomador do empréstimo poderá utilizá-lo como capital ou como dinheiro reservado para seu consumo imediato.

À medida que aumenta o volume de capital a ser emprestado a juros, o juro, ou seja, o preço que é necessário pagar pelo uso desse capital, necessariamente diminui, não apenas em virtude das causas gerais que comumente fazem o preço em dinheiro das coisas diminuir conforme sua quantidade aumenta, mas em virtude de outras causas, peculiares a esse caso particular. À medida que crescem os capitais de qualquer país, necessariamente diminuem os lucros que é possível obter com seu emprego. Torna-se cada vez mais difícil encontrar, dentro do país, um meio lucrativo de empregar qualquer novo capital. Daí a concorrência entre diferentes capitais, já que o detentor de um procura se apossar do emprego já ocupado por outro. Ora, na maioria das vezes, só pode ter esperança de afastar o outro desse emprego se negociar em termos razoáveis. Não apenas precisa vender mais barato o que negocia, mas também, para poder fazer isso, precisa comprá-lo mais caro. Em razão do aumento nos fundos destinados à manutenção do trabalho produtivo, a procura por esse trabalho torna-se, dia a dia, maior. Os trabalhadores facilmente encontram emprego, mais os detentores do capital têm dificuldade de encontrar trabalhadores para empregar. A concorrência entre eles faz elevar os salários do trabalho e reduzir os lucros do



capital. Mas, quando os lucros obtidos pelo uso do capital são desse modo reduzidos nas duas extremidades, por assim dizer, necessariamente se reduz com eles o preço que se pode pagar a esse uso, isto é, a taxa de juros. (SMITH, 1776/2013, p.443)

Embora em todos os lugares o preço normal de mercado da terra dependa da taxa de juros corrente no mercado, aquele que dispõe de um capital do qual deseja extrair uma renda sem se dar ao trabalho de aplicá-lo pessoalmente, terá que decidir onde empregá-lo, na compra de terra ou em emprestá-lo a juro.

Embora todos os capitais se destinem unicamente à manutenção do *trabalho* produtivo, a quantidade desse *trabalho* que montantes iguais de capitais são capazes de pôr em movimento varia extremamente com a diversidade do emprego desses capitais, assim como ocorre com o valor que esse emprego adiciona à produção anual da terra e *trabalho* do país. (SMITH, 1776/2013, p.450, grifo nosso)

Smith considera que o capital pode ser empregado de quatro maneiras distintas: a) na obtenção do produto bruto necessário ao uso e consumo anual da sociedade; b) nas manufaturas e preparo desse produto bruto da terra para uso consumo imediato; c) no transporte do produto bruto ou manufaturado aos lugares de menor abundância; e d) na divisão de porções específicas desses produtos brutos ou manufaturados em pequenas parcelas, de acordo com as demandas ocasionais dos que dele necessitam. “É difícil conceber algum tipo de emprego de capital que não seja possível classificar num ou noutro desses quatro itens” (SMITH, 1776/2013, p.450). “Cada um desses quatro métodos de emprego do capital é essencialmente necessário, tanto para a existência ou expansão dos outros três, como para a conveniência geral da sociedade” (SMITH, 1776/2013, p.451). A inexistência de aplicação de capital com a finalidade de permitir a obtenção de produtos brutos, com certo grau de abundância inviabilizaria a existência de manufaturas e o comércio, conseqüentemente, não haveria a produção de produtos para o uso e o consumo. Mas se fosse produzido espontaneamente não teria nenhum valor de troca e nada poderia acrescentar à riqueza da sociedade. As pessoas que empregam seus capitais, em qualquer uma das quatro maneiras citadas acima, são consideradas trabalhadores produtivos. E os capitais empregados em cada uma das quatro maneiras diferentes colocarão em movimento quantidades distintas de trabalho produtivo e farão aumentar em proporções distintas o valor da produção anual da terra e do trabalho da sociedade à qual pertencem.

[...] num país, o mesmo capital movimentará uma quantidade de trabalho produtivo maior ou menor e acrescentará maior ou menor valor à produção anual da terra e do trabalho, segundo as diferentes proporções em que esse capital for aplicado na agricultura, nas manufaturas e no comércio por atacado. (SMITH, 1776/2013, p.460)

Segundo o autor, o capital empregado no comércio interno de um país incentiva e sustenta uma quantidade maior de trabalhadores produtivos no país e aumenta o valor de sua produção anual, mais do que o mesmo capital equivalente empregado no comércio exterior de bens de consumo. “Mas o grande objetivo da economia política em cada país é aumentar as riquezas e o poder desse país” (SMITH, 1776/2013, p.466). E complementa: “Por conseguinte, não devia dar preferência nem incentivos extraordinários ao comércio exterior de consumo em detrimento do comércio interno, nem ao comércio de transporte de mercadorias em detrimento dos dois outros tipos de comércio” (idem). No entanto, quando a produção de qualquer ramo de atividade excede a demanda do próprio país, deve-se enviar o excedente para o exterior e trocá-lo por outra demanda interna. A ausência dessa exportação implicará na redução de parte do trabalho produtivo do país, diminuindo o valor de sua produção anual. Ou, também, quando o capital de um país cresce a ponto de não ser possível empregá-lo inteiramente para suprir o consumo e a manutenção do trabalho produtivo do país, seu excedente será então empregado em outros países. E quanto ao detentor do capital, o que o motiva na escolha de seu investimento?

A consideração de seu próprio lucro é o único motivo que leva o detentor do capital a decidir se o emprega na agricultura, nas manufaturas ou em alguma atividade particular no comércio de atacado ou varejo. Jamais ocupa seu pensamento com as diferentes quantidades de *trabalho* produtivo que esse capital poderá movimentar, nem com os diferentes valores que, graças a esse capital, será possível acrescentar à produção anual da terra e do *trabalho* da sociedade, conforme esse capital seja empregado num ou noutro desses ramos de atividade. (SMITH, 1776/2013, p.469)

O motivo da aplicação do capital é o lucro, inexistindo a preocupação com o trabalho produtivo e seu emprego para o melhoramento e cultivo da terra, nas manufaturas ou no comércio exterior.

#### **2.3.4. Livro III – “Diferentes progressos da riqueza em diferentes nações”<sup>32</sup>**

O Livro III trata dos diferentes progressos da riqueza. No progresso das riquezas das nações, o grande comércio de toda sociedade civilizada é aquele realizado entre os habitantes da cidade e os do campo na troca de produtos brutos por manufaturados, seja diretamente ou por intermédio do dinheiro ou de qualquer papel-moeda que o represente. Enquanto o campo fornece à cidade os meios de subsistência e as matérias-primas da manufatura, a cidade

---

<sup>32</sup> SMITH, Adam – *A Riqueza das Nações*. Livro III, Tradução de Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: WMF Martins Fontes. 1776/2013, p.471)

proporciona o mercado para a troca do excedente de produção do campo. Quanto maior for esse mercado, mais vantajoso será para as pessoas envolvidas, seja do campo ou da cidade.

Mas, a maior parte do capital de toda sociedade em crescimento destina-se, primeiramente, à agricultura, depois às manufaturas e, por último, ao comércio exterior. Essa ordem de coisas é de tal maneira natural que, segundo acredito, foi até certo ponto sempre respeitada, por toda sociedade que dispusesse de algum território. (SMITH, 1776/2013, p.478/479)

Muito embora exista essa ordem natural, sob muitos aspectos, ela foi inteiramente invertida em todos os Estados modernos da Europa (SMITH, 1776/2013, p.479).

### 2.3.4.1. Economia política

Na abordagem dos sistemas de economia política<sup>33</sup>, em um sistema moderno, o autor traz as seguintes considerações:

Os diferentes progressos da riqueza em diferentes épocas e nações criaram dois diferentes sistemas de economia política relativos aos meios de enriquecer o povo. O primeiro pode ser intitulado de Sistema de Comércio, e o segundo, Sistema de Agricultura. (SMITH, 1776/2013, p.531)

O dinheiro cumpre a dupla função de ser um instrumento do comércio e uma medida de valor. Como medida de valor, avaliamos todas as mercadorias pela quantidade de dinheiro necessária à troca dessas mercadorias. Dizemos que um homem é rico quando ele tem muito dinheiro e pobre quando tem pouquíssimo dinheiro (SMITH, 1776/2013, p.533). Num país, a quantidade de mercadoria que o trabalho humano pode comprar ou produzir se regula pela demanda efetiva ou pela demanda de todos aqueles dispostos a pagar a totalidade da renda, do trabalho e dos lucros necessários para produzi-la e elevá-la no mercado. A atividade geral da sociedade não deve exceder o capital que ela tem condições de empregar, assim como o número de trabalhadores empregados guarda proporção com o capital. Dessa forma, o número dos empregados por toda a sociedade é proporcional ao capital total dessa sociedade e jamais deve excedê-lo. Não há regulamento de comércio capaz de aumentar a quantidade de esforço de uma sociedade para além do que seu capital pode manter. Dois grandes instrumentos da

---

<sup>33</sup> A economia política, considerada como um ramo da ciência dos estadistas ou legisladores, e propõe duas finalidades: primeiro, fornecer ao povo um rendimento ou subsistência abundante, ou, melhor, dizendo, permitir-lhe que obtenha por si mesmo tal rendimento ou subsistência abundante; segundo, fornecer ao Estado ou à república uma receita suficiente para o serviço público. Assim, a economia política propõe-se, a um só tempo, enriquecer o povo e o soberano. (SMITH, 1776/2013, p. 531)

economia política foram colocados em funcionamento para enriquecer o país: as restrições à importação e os estímulos à exportação. No primeiro, consistia na elevação dos impostos de importação e ora por proibições absolutas e, no segundo, a exportação foi incentivada por: *drawbacks*, subsídios, vantajosos tratados de comércio e ora pelo estabelecimento de colônias em países distantes. As duas restrições citadas às importações e os quatro incentivos à exportação são os principais meios pelos quais o sistema mercantil propõe-se aumentar a balança comercial a seu favor para aumentar a receita real do país.

As regulações permitem que se adquira um produto manufaturado antes do tempo que se poderia adquiri-lo noutras circunstâncias. O esforço da sociedade será de conduzi-la para um determinado canal em que qualquer uma dessas regulações consiga aumentar o volume total de sua atividade ou receita. Uma súbita abertura dos mercados internos à concorrência dos estrangeiros poderia impactar fortemente o empreendedor de uma grande manufatura, e esse seria obrigado a abandonar sua atividade. Dificilmente poderia dispor, sem prejuízo considerável, da parte do capital fixo empregado em edifícios e instrumentos de trabalho.

A orientação de Smith, ao indivíduo que dispõe de um capital, é que, em primeiro lugar, o seu esforço seja sempre no sentido de empregar seu capital o mais perto possível de si, ou seja, com suporte da atividade nacional, desde que com isso consiga obter os lucros normais do capital. Em segundo lugar, a aplicação de seu capital na manutenção da atividade interna irá empenhar-se em dirigir essa atividade de modo que sua produção lhe permita o maior valor possível de lucros.

Todo indivíduo empenha incessantemente seus esforços em descobrir o mais vantajoso emprego para o capital de que dispuser. *De fato, é seu próprio benefício, e não o da sociedade que tem em vista.* Ora, a preocupação com seu próprio benefício naturalmente, ou melhor, necessariamente, leva-o a preferir o emprego que seja o mais vantajoso para a sociedade. (SMITH, 1776/2013, p.564, grifo nosso)

Quanto à produção do trabalho Smith tece as seguintes considerações:

*A produção do trabalho é aquilo que este acrescenta aos objetos ou às matérias-primas aos quais se aplique.* Conforme o valor dessa produção seja pequeno ou grande serão pequenos ou grandes os lucros de quem põe a atividade em movimento. Ora, *é apenas pelo lucro que um homem investe capital para sustentar uma atividade* e, portanto, ele sempre se esforçará para investi-lo na manutenção da atividade ou *trabalho* cuja produção acena com o maior valor possível, ou que possa ser trocada pela maior quantidade possível de dinheiro ou de outro bem. (SMITH, 1776/2013, p.566-567, grifo nosso)

Cabe, a cada indivíduo, por sua condição específica, saber julgar quanto e qual a espécie de atividade que colocará seu capital, e cuja produção acena com maiores valores de lucro. Afinal, é visando ao lucro que o homem investe capital e se dispõe a executar sua atividade e não tem interesse no interesse público, mas é levado a esse último fim por “uma mão invisível”:

É verdade que em geral não tem a intenção de promover o interesse público, nem sabe quanto o está promovendo. Ao preferir sustentar a atividade interna em detrimento da atividade estrangeira, ele tem em vista somente a própria segurança; ao dirigir essa atividade de modo que sua produção tenha o maior valor possível, *não pensa senão no próprio ganho, e neste, como em muitos outros casos, é levado por uma mão invisível a promover um fim que não era, em absoluto, sua intenção de promover esse fim.* Ao buscar o interesse particular, não raro promove o interesse da sociedade de modo mais eficaz do que faria se realmente se prestasse a promovê-lo. Jamais soube de algum bem que tenham praticado os homens que afetam comercial pelo bem público. Mas, se trata, de fato, de uma afetação pouco comum entre comerciantes; aliás é necessário empregar pouquíssimas palavras para dissuadi-lo de fazer isso. (SMITH, 1776/2013, p.567, grifo nosso)

### 2.3.5. Considerações

Trazendo as contribuições de Adam Smith (1776/2013), em *A Riqueza das Nações*, para o contexto da Previ, vemos a atualidade de várias de suas elaborações. No contexto atual, embora o trabalho, não necessariamente, assuma o centro da economia política da sociedade, ainda assim, os mercados são movidos por uma força autorreguladora por ele denominada de “mão invisível”. A famosa “mão invisível” é uma força do sistema capitalista no funcionamento dos mercados de dinheiro, bens e serviços. O capitalismo organizado por esta “mão invisível” do mercado permitiria o acesso dos benefícios da modernidade capitalista para toda a sociedade. O capitalista ao dirigir o modo de produção na obtenção do maior lucro possível para si, entretanto, ele é guiado por esta “mão invisível”, que ao promover um fim particular, não raro ele promove o interesse da sociedade de modo mais eficaz do que faria se realmente tivesse esse interesse. Vemos aí claramente que o maior interesse é o do indivíduo e não o da sociedade, se Freud (1930 [1929]) via a cota de sacrifício subjetivo em prol da civilização, podemos afirmar que *a auri sacra fames* ainda regula os investimentos a favor do próprio indivíduo. Ainda hoje, em pleno século XXI, nas organizações, inclusive na entidade pesquisada, o afã de maior acumulação de capital via aumento das forças produtivas teria levado à subdivisão do trabalho. Um dos efeitos dessa divisão seria maior aperfeiçoamento das forças produtivas e maior habilidade e destreza onde ela é aplicada, além, é claro, o aumento proporcional das forças produtivas.

Para Smith (1776/2013) o trabalho é o que sempre viabilizou a aquisição de toda riqueza e também definiu a posse ou o poder de compra sobre o produto disponível no mercado. Até, então, o trabalho era a única medida universal de poder e compra. Com a moeda circulante o preço nominal ou em dinheiro passou a determinar a compra e venda e a regulação de todos os negócios. E, com isso, o valor de troca de qualquer mercadoria passou a ser estimado pela quantia de dinheiro e não pela quantidade de trabalho ou de outra mercadoria. Todavia, um sinal decisivo de prosperidade de um país é o aumento do número de habitantes e a remuneração liberal do trabalho é um efeito de sua riqueza nacional. Por isso, o trabalho é uma medida do efeito do crescimento da riqueza e da população de um país. Tal medida tem como pressuposto o fato de que salários mais elevados geram trabalhadores mais ativos e corrobora para a moderação contínua de suas atividades, além da saúde na execução da maior quantidade de trabalho. Aqui vemos, em princípio, uma inversão da posição da ética puritana apresentada do Max Weber (1904/2004) de que a pobreza seria uma forma de manutenção da ligação do indivíduo com o trabalho. Mas Smith também pondera que o excesso de fartura, além do habitual, pode tornar alguns trabalhadores mais ociosos. Aproximando-se, assim, a posição weberiana de que anos de escassez e incerteza na subsistência podem estimular os trabalhadores ao serviço. No contexto da Previ, os salários praticados, como veremos adiante, são bem satisfatórios, inclusive sob a ótica dos seus trabalhadores. Neste sentido, isto poderia levar a uma ociosidade diante das condições econômicas favoráveis propiciadas pelo empregador. Olhando ainda mais de perto a entidade vemos um grande contingente de militantes, que vieram oriundos de sindicatos e entidades representativas da categoria bancária, inclusive da patrocinadora Banco do Brasil, que tiveram um grande salto no patamar da faixa salarial. Tal efeito poderia gerar uma disposição à ociosidade quando comparada aos tempos de outrora ,de labuta cotidiana, da militância político-partidária ou do cotidiano bancário.

Ainda seguindo Smith (1776/2013), onde predomina o capital prevalece o ócio. Por isso, qualquer aumento ou diminuição de capital a tendência é aumentar ou diminuir o volume real de trabalho e, conseqüentemente, o número de trabalhadores produtivos e a riqueza das nações. Na Previ, uma entidade notadamente marcada pela sua condição de proprietária do capital, o poderio do capital poderia gerar uma tendência a menor produtividade e reforçaria o ócio comparativamente a outras instituições de menor porte. Para o autor, o trabalho tem como efeito fornecer o objeto que a parcimônia acumula. Todavia, se a parcimônia não incentiva a poupança e a acumulação do capital, o capital, por sua vez, não cresce.

Trazendo para a realidade Previ, na condição de empregadora e detentora do capital, ela se empenha em aplicar a divisão e a distribuição do trabalho de forma adequada entre suas diversas gerências, mas ainda percebe-se um desnível de atividades entre as diversas diretorias, diretorias estas que serão apresentadas posteriormente. A entidade visa os lucros do capital para o pagamento de benefícios e estes lucros corroboram com o crescimento da sociedade. Por sua vez, a excelência almejada em muitas profissões, também na entidade, visa atingir a marca decisiva de seus talentos. Neste sentido, o trabalho, segundo Smith (1776/2013), é uma “propriedade” própria e inerente a cada indivíduo e ninguém tem o direito de tirá-la de suas mãos.

Na época de suas elaborações, Smith (1776/2013), considerava a utilidade do dinheiro em colocar em circulação os bens de consumo e todos os capitais destinados à manutenção de quantidades distintas de trabalho produtivo aumentando o valor da produção da terra e do trabalho da sociedade. No entanto, teria antevisto a dificuldade de encontrar um meio lucrativo de empregar qualquer novo capital, daí a concorrência entre os diferentes capitais. Razão pela qual o detentor de um determinado capital procuraria se apossar do emprego de outro. Considerando mais uma vez a realidade dos ativos da entidade pesquisada, montantes expressivos, como veremos mais adiante, o aporte de capital é preponderante em aplicações de renda variável. Em seus investimentos, o capital não estaria diretamente à serviço da circulação dos bens de consumo, mais sim na especulação financeira e na posse de novos nichos ou manutenção de mercados.

Na Previ, tal como previsão de Smith (1776/2013), o próprio lucro é o único motivo que move o detentor de capital. Cada indivíduo que lá trabalha empenha-se, incessantemente, em envidar esforços para o emprego mais vantajoso de seu capital no negócio previdenciário, pensando em seu próprio benefício e não no da sociedade, embora os recursos do benefício do primeiro leve ao benefício vantajoso do segundo. Enfim, é pelo lucro que um trabalhador na entidade ou a entidade irá investir capital para sustentar sua atividade profissional ou ramo de atividade, mas movidos pela “mão invisível” promovem um bem que originalmente não era o da sociedade.

Passemos, a seguir, às contribuições de Karl Marx em *O Capital*.

## 2.4. As contribuições de Karl Marx - *O Capital: crítica da economia política*, Livro I

### 2.4.1. Considerações iniciais

Para o comentarista Carlos Nelson Coutinho, os conceitos que Marx elabora em *O Capital*, tais como, mercadoria, capital, mais-valia, lucro e juro, renda fundiária, reprodução simples e ampliadas, não são apenas enunciados de “fatos” econômicos, mas categorias que expressam relações sociais histórico-concretas, isto é, “o modo pelo qual – numa determinada etapa de sua evolução – os homens dominam a natureza e criam novas e cada vez mais complexas formas de sociabilidade” (contracapa). *O Capital*, na visão de Georg Lukács, *apud* Coutinho, deve hoje ser relido buscando-se o sentido profundo do método crítico-dialético com o qual se opera, e acrescenta que, se assim o fizermos, veremos que essa obra de Marx continua a fornecer “o mais eficiente instrumento para dissipar o véu fetichista com que os atuais teóricos do neoliberalismo e da ‘pós-modernidade’ pretendem encobrir as novas e dramáticas contradições do capitalismo ‘globalizado’” (idem).

Segundo o tradutor brasileiro Reginaldo Sant’Anna, *O Capital*, Livro I, trata de *O processo de produção do capital*, o Livro II de *O processo de circulação do capital* e o Livro III sobre *O processo global da produção capitalista*. Por questões de delimitação do objeto de pesquisa faremos um percurso somente no Livro I visando encontrar elementos para melhor caracterização do trabalho na modernidade e, também, na entidade pesquisada.

O Livro I – *O processo de produção do capital* – está dividido em quatro partes. A primeira é denominada – *Mercadoria e dinheiro* – irá abordar os seguintes tópicos: a mercadoria, o processo de troca e o dinheiro ou a circulação das mercadorias. Na segunda parte denominada – *A transformação do dinheiro em capital* – irá abordar: como o dinheiro se transforma em capital. A terceira parte é denominada – *A produção da mais-valia absoluta* – e nela serão abordados os seguintes tópicos: processo de trabalho e processo de produzir mais-valia, capital constante e capital variável, a taxa da mais-valia, jornada de trabalho e taxa e massa da mais-valia. A quarta parte – *A produção da mais-valia relativa* – apresenta os seguintes tópicos: conceito de mais-valia relativa, cooperação, divisão do trabalho e manufatura, e a maquinaria e a indústria moderna. Dessa forma, pretendemos fazer uma apresentação desses tópicos buscando definições em torno da abordagem do trabalho, a partir das contribuições de Karl Marx, na expectativa de aprofundarmos ainda mais o tema de pesquisa – o trabalho na modernidade.

No prefácio da primeira edição, Karl Marx (1867/2013) declara que pretende pesquisar “o modo de produção capitalista e as correspondentes relações de produção e de



circulação” (p.16) e considera a Inglaterra o campo clássico da produção, razão pela qual foi escolhida como a principal ilustração de sua explanação. Para Marx, o objetivo final de sua obra *O Capital* é “descobrir a lei econômica do movimento da sociedade moderna” (1867/2013, p.18) e considera que não foi róseo o colorido que deu às figuras do capitalista e dos proprietários de terras, mas para evitar possíveis equívocos, considera que as pessoas só lhe interessam na medida em que representam categorias econômicas e em que simbolizam relações de classe e interesses de classe.

Minha concepção do desenvolvimento da formação econômico-social como um processo histórico-natural exclui, mais do que qualquer outra, a responsabilidade do indivíduo por relações, das quais ele continua sendo, socialmente criatura, por mais que, subjetivamente, se julgue acima delas. (MARX, 1867/2013, p.18)

No prefácio da segunda edição, Marx comenta que a Inglaterra, no período seguinte a (1820–1830), destaca-se pela intensa atividade científica no campo da economia política, e que a indústria, a partir da crise de 1825, inicia o ciclo periódico de sua vida moderna. A burguesia conquista o poder político na França e na Inglaterra, a partir daí a luta de classes adquire formas mais definidas e ameaçadoras. O mais importante, para o autor, era saber, do ponto de vista do capital, o que era útil ou prejudicial, conveniente ou inconveniente.

Do prefácio de sua edição francesa de 18 de março de 1872, destacamos apenas a prevenção de Marx (1867/2013) aos leitores sequiosos de verdade: “Não há estrada real para a ciência, e só tem probabilidade de chegar a seus cimos luminosos aqueles que enfrentam a canseira para galgá-los por veredas abruptas” (p.31).

Marx declara que foi o primeiro a analisar a dupla natureza do trabalho contida na mercadoria, ou seja, enquanto trabalho útil, utilidade no sentido de valor de uso de um determinado produto, e, também, o trabalho como criador de valor nesse intercâmbio entre o homem e a natureza, condição de manutenção da vida humana. Vemos que o valor de uma mercadoria é variável conforme a quantidade de produtividade de trabalho nela aplicável e, portanto, a substância do valor está no trabalho e este é medido pelo tempo despendido. O trabalho foi definido como a medida definitiva de avaliar e comparar o valor de todas as mercadorias, sendo esta última, portanto, a expressão do trabalho humano. O valor de uma mercadoria só pode ser expresso em uma mesma substância social, isto é, na relação social. Nesta relação, os produtos do trabalho se convertem em mercadorias na mesma velocidade que as mercadorias se transformam em dinheiro. E esse processo constante de repetição da troca de mercadorias transforma-se em um processo social regular, responsável por levar parte

do produto do trabalho necessariamente ao processo de troca. Dessa forma, consolida-se a separação entre o valor de uso, vinculado às necessidades imediatas, e o valor de troca, troca da mercadoria e sua transformação em dinheiro, e o dinheiro assume a forma de mercadoria universal. Cabe à divisão social do trabalho transformar o produto do trabalho em mercadoria e, por sua vez, esta em dinheiro. Quando a mercadoria adquire a forma de valor de uso, forma socialmente útil, o trabalho nela dispendido é identificado como divisão social do trabalho.

Marx descreveu diversos circuitos da mercadora. O circuito, representado pela fórmula  $M — D — M$ , tem como produto final a esfera do consumo da mercadoria, ou seja, a satisfação de necessidades, portanto, valor de uso. Já o circuito  $D — M — D$ , ao contrário, tem por ponto de partida e chegada o dinheiro, o valor de troca é o motivo do circuito e é o que o impulsiona e o determina. No entanto, a forma completa do circuito é apresentada pela fórmula  $D — M — D'$ , quando há um acréscimo da soma de dinheiro originalmente despendida, e esse acréscimo ou excedente é denominado de mais-valia ou valor excedente. Além do valor original se manter em circulação, seu valor altera de magnitude, acrescenta-se uma mais-valia, valoriza-se. E este é o movimento que transforma o dinheiro em capital. A circulação do dinheiro como capital tem por finalidade a valorização do valor original neste movimento renovado do dinheiro. E, neste processo, o começo e o fim são os mesmos: dinheiro, valor de troca. Um processo que não tem fim. Neste ponto da discussão da circulação do dinheiro, da mais-valia, o autor traz a referência da *Crematística* de Aristóteles, nesta não existe limite à riqueza e à propriedade, o dinheiro é a fonte de riqueza. No processo de troca, o dinheiro é o início e o fim de toda espécie de trocas. Trata-se de uma paixão inextinguível pelo lucro, ou seja, a *auri sacra fames* que é apresentada como uma característica do capitalista.

No capitalismo, a força de trabalho é uma mercadoria disponível no mercado, que é oferecida ou vendida pelo seu possuidor, o trabalhador, ao detentor do capital. O capitalista é o proprietário do capital e da força de trabalho do trabalhador. E o processo de consumo da força de trabalho também gera um excedente, mais-valia. O processo de trabalho é definido como a condição necessária de intercâmbio material entre o homem e a natureza. Além da produção de mercadorias, o capitalista também quer produzir a mais-valia, esse valor representado pelo acréscimo do capital original comparado ao valor final produzido. Para Marx, a taxa da mais-valia é, por excelência, o grau de exploração da força de trabalho do trabalhador pelo capitalista. E a riqueza de um produto, para o capitalista, está na proporção de sua magnitude relativa ao valor excedente.

Segundo Marx, no processo de produção, o capitalista cuida para que o trabalhador trabalhe de forma ordenada e com grau de intensidade elevado, para garantir a realização de um produto em menor tempo, menor custo e com maior produtividade. O período da manufatura levou a uma revolução nas condições de produção e no processo de trabalho. O processo de trabalho social exigiu uma verdadeira transformação nos processos individuais e independentes para um processo combinado. O período manufatureiro teve como princípio a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias e o desenvolvimento de utilização de máquinas, principalmente, em processos simples de execução maciça e com grande emprego de força. A divisão social do trabalho pressupôs o fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias, independentes entre si, e criou uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores. Não só o trabalho era dividido, mas o próprio trabalhador foi transformado num aparelho automático de um trabalho parcial. Essa divisão social do trabalho levou à produção de maior quantidade de mercadorias, com a mesma quantidade de trabalho e maior acumulação de capital, ou seja, aumento da força produtiva combinada com a adequação do processo de trabalho.

Na grande indústria a situação das condições de trabalho ficou ainda mais exigente para o trabalhador. Isso ocorreu quando a máquina passou a substituir a força de vários trabalhadores, a força motriz supera os limites da força humana. A grande indústria aumentou consideravelmente a produtividade com menor dispêndio de trabalho do homem, e colocou esse operário a trabalhar como uma máquina na condução de ferramentas. A consequência do uso generalizado da maquinaria foi o excedente do próprio trabalhador. Com a revolução do método de trabalho, diversos trabalhadores foram substituídos pelas máquinas. Tal fato gerou uma classe trabalhadora ainda mais compelida a submeter-se à lei do capital, uma intensificação do trabalho e o prolongamento desmedido da jornada de trabalho. Se por um lado, a revolta crescente da classe operária clamava ao Estado pela redução da jornada de trabalho e de melhores condições, por outro, o capitalista lançava mão, com plena força, da produção da mais-valia, com o desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas. Tal fato levou à modificação da mais-valia. Se antes era necessária a capacitação do trabalhador para aumentar a força produtiva do trabalho, agora era necessário produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. Com a redução da jornada de trabalho houve a intensificação do trabalho e a exigência de maior eficiência da força de trabalho. O incremento do esforço da força de trabalho foi uma maneira encontrada pelo capitalista para compensar o tempo reduzido na jornada de trabalho. Vimos, com Marx, que a sistemática elevação do grau de intensidade do trabalho, e a transformação de todo aperfeiçoamento da

maquinaria como forma de exaurir, ainda mais, a força de trabalho do trabalhador. Na fábrica automática, diferente da manufatura, a divisão do trabalho buscou a distribuição dos trabalhadores pelas diferentes máquinas especializadas e as massas de trabalhadores, que não faziam parte de grupos específicos, passaram à execução da cooperação simples de trabalho. O trabalhador se tornou um autômato do processo produtivo e o modo de produção capitalista se caracterizou pelo instrumental de trabalho no comando do trabalhador. A separação das forças intelectuais do processo de produção e do trabalho manual, a transformação de ambas sob o domínio do capital sobre o trabalho, foi uma realidade consumada na grande indústria.

Para Marx, a empresa mecanizada levou a divisão social do trabalho a uma forma muito mais intensa do que aquela existente na manufatura, além de ter aumentado a exigência de maior força produtiva e dela se apoderado em grau muito mais elevado do que o anteriormente praticado contra o trabalhador. A riqueza em expansão e a redução relativamente constante do número de trabalhadores na produção de gêneros de primeiras necessidades, geraram a criação de novas necessidades de luxos e novos meios de satisfazê-las. O refinamento e a diversificação dos produtos foram uma característica da indústria moderna, além da busca de novos mercados consumidores. A grande indústria superou tecnicamente a divisão do trabalho na manufatura, anexando e transformando toda a vida do ser humano a um detalhe na operação, e a forma capitalista reproduziu na fábrica, ainda mais acentuadamente, a divisão do trabalho e a transformação do trabalhador em mero acessório de uma máquina. Além da introdução e exploração de mulheres e crianças, trabalhadores sem habilitação, na nova base da divisão do trabalho na fábrica. A forma capitalista de produção e as condições econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente e, mais, a produção capitalista desenvolveu técnica e combinou o processo social de produção com a exaustão das fontes originais de riqueza: a natureza e o homem, o trabalhador.

#### **2.4.2. Trabalho e Mercadoria**

Marx considera que a riqueza das sociedades, regidas pela produção capitalista, tem a mercadoria como a sua forma elementar de riqueza e, por isso, inicia sua investigação no Livro I, *O processo de produção do capital*, a partir da análise da mercadoria. “A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas. [...]” (p.26). É a utilidade da mercadoria que faz dela um valor de uso, valor que só se realiza com a utilização ou o consumo. Esse caráter do valor de uso da mercadoria não depende da quantidade de trabalho empregado para obter suas qualidades úteis. Se prescindirmos do valor de uso da mercadoria

lhe resta ainda a propriedade de ser produto do trabalho, dispêndio de força de trabalho humano.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles incorporados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, [...] reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato. (MARX, 1867/2013, p.60)

Desse resíduo do trabalho humano abstrato, esses produtos passam a representar a força de trabalho humana gasta em sua produção, isto é, o trabalho humano que neles se acumulou. E os valores-mercadorias são a configuração da substância social que lhes é comum.

Mas e o valor de troca? O valor de troca revela-se independente de seu valor de uso. Um valor de uso só possui valor porque nele está incorporado, materializado, trabalho humano abstrato. O autor se questiona como medir a grandeza desse valor. E a resposta apresentada é: através do trabalho, isto é, da quantidade de “substância criadora de valor”, nele contida. Sendo o valor de uma mercadoria determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a produção, “A quantidade de trabalho, por sua vez, mede-se pelo tempo de sua duração, e o tempo de trabalho, por frações do tempo, como hora, dia etc” (MARX, 1867/2013, p.60). “Todavia, o trabalho que constitui a substância dos valores é trabalho humano homogêneo, dispêndio de idêntica força de trabalho” (MARX, 1867/2013, p.60-61). Já a força conjunta de trabalho da sociedade vale como uma única força de trabalho do homem e é composta de inúmeras forças de trabalho individuais. Essas forças individuais se equivalem na medida em que possuam o caráter de uma força média de trabalho social, tempo de trabalho em média necessário para a produção de uma mercadoria.

Tempo de trabalho socialmente necessário é o tempo de trabalho requerido para produzir-se um valor de uso qualquer, nas condições de produção socialmente normais existentes e com o grau social médio de destreza e intensidade de trabalho. (MARX, 1867/2013, p.61)

Portanto, o que determina a grandeza de valor é a quantidade de trabalho ou o tempo de trabalho socialmente necessário para produção de um valor de uso. Mas, o tempo de trabalho requerido para sua produção é variável como qualquer variação na produtividade (força produtiva) do trabalho, daí sua afirmativa que:

A produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, dentre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o

volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. (MARX, 1867/2013, p.62)

Podemos depreender que quanto maior a força produtiva do trabalho, menor será o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria, e, assim, menor quantidade de trabalho nela cristalizado e menor o seu valor. Ao contrário, menor força produtiva do trabalho, maior será o tempo de trabalho necessário para produzir um artigo e maior será o seu valor: “A grandeza do valor de uma mercadoria varia na razão direta da quantidade e na inversa da produtividade do trabalho que nela se aplica” (MARX, 1867/2013, p.62). A substância do valor é o trabalho e a medida de sua magnitude é o tempo de trabalho.

Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho sem ser mercadoria, por exemplo, quem satisfaz a própria necessidade com seu produto, não gera valor de uso da mercadoria. “Para criar mercadoria, é mister não só produzir valor de uso, mas produzi-lo para outros, dar origem ao valor de uso social” (MARX, 1867/2013, p.63). E mais, “O produto, para se tornar mercadoria, tem de ser transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (idem). Assim, “nenhuma coisa pode ser valor, se não é objeto útil; se não é útil, tampouco o será o trabalho nela contido, o qual não conta como trabalho e, por isso, não criar nenhum valor” (ibidem).

Tanto a mercadoria como o trabalho, ambos possuem um duplo caráter, quando se expressam como valor de uso ou valor de troca. Marx se considera o primeiro a analisar e pôr em evidência essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria, questão essencial para compreender a economia política. O trabalho útil é “aquele cuja utilidade se parenteia no valor de uso do seu produto ou cujo produto é um valor de uso. Desse ponto de vista será considerado sempre associado a seu efeito útil” (p.63). Destacamos, ainda, o caráter do trabalho como indispensável à existência do homem e mediador deste com a natureza.

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade –, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1867/2013, p.64-65)

O homem ao produzir só pode atuar como a própria natureza, ou seja, mudando as formas da matéria, nos sentidos em que todos os fenômenos provocados pela mão do homem são considerados apenas transformação da matéria.

Na sociedade capitalista há formas diversas de despender força humana de trabalho e o valor da mercadoria representa dispêndio de trabalho humano, dispêndio de força de trabalho

simples, aquela, em média, que todo homem comum possui em seu organismo. Esse trabalho simples médio, dado em uma determinada sociedade, ele muda de caráter com os países e estágios da civilização. Já o trabalho complexo ou qualificado é o trabalho simples potencializado, multiplicado, isto é, uma determinada quantidade de trabalho qualificado é maior que a quantidade de trabalho simples. Do ponto de vista do valor de uso, o trabalho contido na mercadoria só interessa qualitativamente, e como grandeza de valor só interessa quantitativamente, depois de transformado em trabalho humano. No primeiro caso, importa saber “como é” e “o que é” o trabalho e, no segundo caso, a quantidade de trabalho contida, a duração do tempo. Uma quantidade maior de valor de uso cria, por si só, maior riqueza material, entretanto, ao acréscimo da massa de riqueza material pode ocorrer uma queda simultânea no seu valor, esse movimento, em sentidos opostos, se origina do duplo caráter do trabalho:

Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igualou abstrato, cria o valor das mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valores de uso<sup>34</sup>. (MARX, 1867/2013, p.68)

Trabalho útil que produz valores de uso e gerador de maior produtividade. Apresentamos, abaixo, definição de produtividade trazida por Marx:

Produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva adequada a certo fim, em dado espaço de tempo. O trabalho útil torna-se, por isso, uma fonte mais ou menos abundante de produtos, na razão direta da elevação ou da queda de sua produtividade. [...] Qualquer que seja a mudança na produtividade, o mesmo trabalho, no mesmo espaço de tempo, fornece sempre a mesma magnitude de valor. Mas, no mesmo espaço de tempo, gera quantidades diferentes de valores de uso: quantidade maior quando a produtividade aumenta, e menor, quando ela decai. (MARX, 1867/2013, p.68)

Tal definição do trabalho demonstra que este é uma medida definitiva que se avalia e compara, em todos os tempos, o valor de todas as mercadorias. As mercadorias só se tornam valor quando expressa uma mesma substância social, o trabalho humano. Por isso seu valor só pode manifestar-se na relação social, quando uma mercadoria se troca por outra. O trabalho

---

<sup>34</sup> Nota 16: [Nota da 4ª edição: A língua inglesa tem a vantagem de possuir duas palavras distintas para designar esses dois aspectos diferentes do trabalho. O trabalho que gera valores de uso e se determina quantitativamente chama-se de “work”, distinguindo-se, assim, de “labour”, o trabalho que cria valor e que só pode ser avaliado qualitativamente] (MARX, 1867/2013, p. 69).

humano cria o valor, mas não é valor, só se torna valor quando se cristaliza na forma de um objeto (MARX, 1867/2013, p.73).

Em todos os estágios sociais, o produto do trabalho é valor de uso; mas só um período determinado do desenvolvimento histórico, em que se representa o trabalho despendido na produção de uma coisa útil como propriedade “objetiva” inerente a essa coisa, isto é, como seu valor, é que transforma o produto do trabalho em mercadoria. Em consequência, a fórmula simples de valor da mercadoria é também a fórmula – mercadoria elementar do produto do trabalho, coincidindo, portanto, o desenvolvimento da fórmula mercadoria – com o desenvolvimento da fórmula do valor. (MARX, 1867/2013, p.83)

Nesse sentido, não é a troca que regula a grandeza de valor, mas é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca (MARX, 1867/2013, p.85). Uma mercadoria só ganha expressão geral do valor porque todas as demais mercadorias expressam seu valor no mesmo equivalente. Evidenciando-se, assim, que o valor das mercadorias somente pode ser expresso por sua relação social, sua forma tem de ser uma forma socialmente válida (MARX, 1897/2013, p.88). Tal correlação dá ao trabalho sua dimensão de caráter social:

A forma geral do valor, que torna os produtos do trabalho mera massa de trabalho humano sem diferenciações, mostra, através de sua própria estrutura, que é a expressão social do mundo das mercadorias. Desse modo, evidencia que o caráter social específico desse mundo é constituído do caráter humano geral do *trabalho*. (MARX, 1867/2013, p.89, grifo nosso)

Se, à primeira vista, a mercadoria é uma coisa trivial, ao analisá-la, Marx vê que se trata de uma coisa complicada, cheia de “sutileza metafísica e manhas teológicas” (MARX, 1867/2013, p.92). Enquanto valor de uso ela não tem nada de misterioso seja na condição de satisfação das necessidades humanas ou quando se torna produto do trabalho humano, ou mesmo, quando os homens trabalham uns para os outros e seu trabalho adquire a forma social. Por isso, o caráter místico da mercadoria não estaria em seu valor uso. Mas, de onde viria o caráter enigmático do produto do trabalho quando este assume a forma de mercadoria? Ao que o autor responde que o caráter fetichista do mundo das mercadorias viria do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias (Marx, 1867/2013, p.94). Vejamos a definição desse caráter fetichista da mercadoria:

O caráter misterioso que o produto do trabalho apresenta ao assumir a forma de mercadoria, donde provém? Dessa própria forma, claro. A igualdade dos trabalhos humanos fica disfarçada sob a forma da igualdade dos produtos do trabalho como valores; a medida, por meio da duração, do dispêndio da força humana de trabalho toma a forma de quantidade de valor dos produtos do trabalho; finalmente, as relações entre os produtores, nas quais se afirma o caráter social de seus trabalhos



assumem a forma de relação social entre os produtos do trabalho. [...] Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Para encontrar um símile, temos de recorrer à região nebulosa da crença. Aí os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, figuras autônomas que mantêm relação entre si e com os seres humanos. É o que ocorre com os produtos da mão humana, no mundo das mercadorias. Chamo a isso de fetichismo, que está sempre grudado aos produtos do trabalho, quando são gerados como mercadorias. É inseparável da produção de mercadorias. (MARX, 1867/2013, p.94)

O trabalho atua como parte do trabalho social através das relações de trocas estabelecidas entre os produtos do trabalho e, por meio destes, entre os produtores. As relações sociais são relações materiais entre pessoas e relações sociais entre coisas e não relações sociais diretas entre pessoas em seus próprios trabalhos. Os trabalhos privados dos produtores adquirem um duplo caráter social. De um lado, satisfazem determinada necessidade social, como parte do sistema da divisão social do trabalho, por outro, satisfazem a múltiplas necessidades, na medida em que cada trabalho privado útil é trocado por qualquer outra espécie de trabalho equivalente. A equivalência de diferentes trabalhos está assentada numa abstração que coloca de lado a desigualdade existente entre eles e os reduz ao seu caráter comum de dispêndio de força humana de trabalho.

Os homens não estabelecem relações entre os produtos do seu trabalho como valores por considerá-los simples aparência material de trabalho humano de igual natureza. Ao contrário. Ao igualar, na permuta, como valores seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano. Fazem isso sem o saber. (MARX, 1867/2013, p.95-96)

Ou seja, o valor não está explicitamente escrito como ele é, ao contrário, o valor transforma cada trabalho num “hieróglifo social”. Ainda que o homem consiga descobrir o segredo de sua própria criação social, a conversão dos objetos úteis em valores é um produto social dos homens. No desenvolvimento da humanidade, a descoberta de que os produtos do trabalho, como valores, são meras expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção, ainda assim, não dissipa a fantasmagoria como qualidade material dos produtos, do caráter social do trabalho. Nas eventuais flutuações de troca de produtos de trabalhos particulares, é necessário considerar o tempo de trabalho socialmente à sua produção, como lei natural reguladora. “A determinação da quantidade de valor pelo tempo de trabalho é, por isso, um segredo oculto sob os movimentos visíveis dos valores relativos das mercadorias” (MARX, 1867/2013, p.97). Só a análise dos preços das mercadorias leva à determinação da grandeza do valor, isto é, a expressão monetária comum entre elas, e a fixar sua condição de valor. Assim, a forma dinheiro, é a forma acabada do mundo das mercadorias

e é quem dissimula o caráter social dos trabalhos privados e as relações sociais entre os produtores particulares.

A economia política nunca teria se perguntado “por que o trabalho é representado pelo valor do produto do trabalho, e a duração do tempo de trabalho, pela magnitude desse valor” (MARX, 1867/2013, p.102), são fórmulas que pertencem a uma formação social “em que o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção” (idem), e são consideradas pela burguesia como uma necessidade natural do trabalho produtivo. Mas, na polêmica sobre o papel da natureza na criação do valor de troca, parte dos economistas é iludida pelo fetichismo dominante no mundo das mercadorias ou pela aparência que encobre as características sociais do trabalho. O valor de troca sendo uma maneira social de exprimir o trabalho empregado em uma coisa não pode conter mais elementos materiais da natureza do que uma cotação de câmbio, intercâmbio de coisas mercantis (MARX, 1867/2013, p.103). “A forma mercadoria é a mais geral e mais elementar da produção burguesa, razão por que surgiu nos primórdios, embora não assumisse a maneira dominante e característica de hoje em dia” (MARX, 1867/2013, p.104).

### **2.4.3. Trabalho, Mercadoria e Dinheiro: valor de uso e valor de troca**

Dando sequência à explanação sobre as mercadorias, Marx irá discorrer sobre “O processo de troca”. As mercadorias são coisas e, portanto, inermes diante do homem, por isso temos que procurar seus donos, seus responsáveis, homens que podem empregar suas forças e delas apoderar-se.

O que distingue particularmente a mercadoria de seu possuidor é a circunstância de ela ver em qualquer outra apenas a forma manifestar-se o próprio valor. (MARX, 1867/2013, p. 110)

Todas as mercadorias são não-valores de uso para os proprietários, e valores de uso, para os não-proprietários. Todas têm, portanto, de mudar de mãos. [...] As mercadorias têm que realizar-se como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso. Por outro lado, têm elas de evidenciar que são valores de uso, antes de poderem realizar-se como valores, pois o trabalho nela despendido só conta se for empregado em forma útil para outros. Só através da troca se pode provar que o trabalho é útil aos outros, e seu produto satisfaz necessidades alheias. (MARX, 1867/2013, p.110)

Cada possuidor de mercadoria só se interessa em alienar sua mercadoria por outra mercadoria desde que seu valor de uso satisfaça à sua necessidade, e esse é considerado um processo individual. Mas, ao realizar sua mercadoria, enquanto valor de uso para outro possuidor de mercadoria e, desde que a outra mercadoria lhe agrade e seja do mesmo valor,

essa troca passa a ser para ele um processo social. Somente a ação social pode fazer de uma mercadoria um equivalente geral, é por meio desse processo social que ela se torna dinheiro. “O dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, de fato, para equiparar diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias” (MARX, 1867/2013, p.111). Nesse processo de duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro: “Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo em que determinada mercadoria se transforma em dinheiro” (MARX, 1867/2013, p.112). E a constante repetição da troca de mercadoria transforma-a em um processo social regular, levando parte do produto do trabalho ser necessariamente feito para a troca. A partir deste momento, consolida-se, a separação entre a utilidade das coisas para as necessidades imediatas e sua utilidade para a troca; e seu valor de uso dissocia-se de seu valor de troca. E, na medida em que a troca de mercadorias rompe os laços sociais locais e se cristaliza cada vez mais na materialização do trabalho humano geral, que o valor geral das mercadorias passa a ser a forma dinheiro. “Sendo todas as mercadorias meros equivalentes particulares do dinheiro e o dinheiro o equivalente universal delas, comportam-se elas, em relação ao dinheiro, como mercadorias especiais em relação à mercadoria universal” (MARX, 1867/2013, p.114). O processo de troca dá à mercadoria, ao transformá-la em dinheiro, a sua forma valor específica. Chegamos assim à fórmula universal extraída por Marx da obra de Montesquieu: “O dinheiro é a mercadoria universal” (Nota de página 47, MARX, 1867/2013, p.114). E, ainda sobre o dinheiro, é o próprio Marx quem afirma:

Como qualquer mercadoria, o dinheiro só pode exprimir sua magnitude de valor de modo relativo em outras mercadorias. *Seu próprio valor é determinado pelo tempo de trabalho exigido para sua produção e expressa-se na quantidade (que cristalice o mesmo tempo de trabalho) de qualquer outra mercadoria.* A verificação da magnitude de seu valor relativo ocorre em sua fonte de produção, por meio de troca direta. Quando entra em circulação, como dinheiro, seu valor já está fixado. (MARX, 1867/2013, p.116, grifo nosso)

Marx acrescenta que a dificuldade reside em demonstrar “como”, “por quê” e “através de que meios” dinheiro é mercadoria. Uma aparência ilusória, que se impôs a forma de equivalente geral com a forma de determinada espécie de mercadoria ou se cristalizou na forma dinheiro. Nessa aparência, uma mercadoria não se torna dinheiro apenas porque todas as outras nela representam seu valor, mas sim porque todas as demais nela expressam seus valores, porque ela é dinheiro e a fase intermediária desaparece sem deixar vestígios. Aí está a magia do dinheiro.

Os homens procedem de maneira atomística no processo de produção social e suas relações de produção assumem uma configuração material que não depende de seu controle nem de sua ação consciente individual. Esses fenômenos se manifestam na transformação geral dos produtos do trabalho em mercadorias, transformação que gera a mercadoria equivalente universal, o dinheiro. O enigma do fetiche do dinheiro é, assim, nada mais do que o enigma do fetiche da mercadoria em forma patente e deslumbrante. (MARX, 1867/2013, p.117)

Marx passa, então, a expor sobre o dinheiro e a circulação das mercadorias. As mercadorias, por serem a encarnação de trabalho humano, é quem podem medir seus valores por intermédio de uma mesma mercadoria específica, transformando esta em sua medida universal de valor, a saber, o dinheiro. “O dinheiro, como medida de valor, é a forma necessária de manifestar-se a medida imanente do valor das mercadorias, o tempo de trabalho” (p.121). E mais: “É medida dos valores por ser a encarnação social do trabalho humano; estalão dos preços, por ser um peso fixado de metal. Como medida de valor, serve para converter os valores das diferentes mercadorias em preços, [...]” (p.125). A queda ou a subida dos preços será determinada pela diferença entre o movimento do valor das mercadorias e o do dinheiro. Portanto, o preço é a denominação monetária do trabalho objetivado em mercadoria. (p.128)

Quanto à circulação das mercadorias, o processo de intercâmbio, denominado metabolismo do trabalho social, decorre da seguinte forma:

Mercadoria — Dinheiro — Mercadoria

M D M

A divisão social do trabalho manifesta-se num conjunto de trabalhos úteis diversos, classificáveis por ordem, gênero, espécie, subespécie e variedade, que compõe o conjunto formado de diferentes valores de uso ou de mercadorias materialmente distintas. O valor de uso de cada mercadoria representa uma determinada atividade produtiva subordinada a um fim, ou seja, um trabalho útil particular.

A divisão social do trabalho especializa o trabalho e, também, pluraliza as necessidades e o produto serve apenas de valor de troca. Essa divisão do trabalho transforma o produto do trabalho em mercadoria, tornando, com isso, necessária sua transformação em dinheiro. Dessa maneira, o produto, adquire sua forma geral socialmente válida, depois de convertido em dinheiro. Para a mercadoria tornar-se valor de uso, forma socialmente útil, o trabalho nela dispendido tem de ser reconhecido como divisão social do trabalho.

Mas a divisão social do trabalho é um organismo de produção que se formou e continua a evoluir, natural e espontaneamente, à margem da consciência dos produtores de mercadorias. A mercadoria pode ser produto de nova espécie de trabalho, que se destina a satisfazer necessidades emergentes ou mesmo criar necessidade até então desconhecidas. [...] O produto satisfaz hoje determinada necessidade social. Amanhã perde, talvez, sua posição, parcial ou totalmente, para um produto semelhante. (MARX, 2013, p.133)

Mas o trabalho, mesmo sendo um elemento comprovado da divisão social, não tem por isso assegurado seu valor de uso. Ele pode vir a ser saturado pelos produtores rivais e, com a necessidade social de uma mercadoria, tornar-se excedente, supérfluo e inútil.

O processo de transformação da forma mercadoria em dinheiro é sempre precedido da segunda metamorfose, a retransformação da forma dinheiro em mercadoria. O dinheiro é por excelência a mercadoria alienável. Se por um lado ele representa a mercadoria vendida, por outro, representa mercadoria comprável. E a mercadoria percorre as duas transformações: mercadoria que se torna dinheiro e de dinheiro em mercadoria. Na circulação de mercadorias, o possuidor ora assume o papel de vendedor e ora o de comprador, são atos contrapostos. Trago aqui a citação apresentada por Marx: “O dinheiro representa, em nossas mãos, as coisas que podemos desejar adquirir e, ainda, as que vendemos por esse dinheiro” (*Mercier de la Rivière, ‘L’Ordre naturel et essentiel des sociétés politiques’, em Physiocrates, éd. Daire, II. Partie, p.586*), (Nota de página nº 70, MARX, 1867/2013, p.137).

E quanto à definição do circuito das mercadorias, as conexões sociais e o dinheiro como meio circulante, Marx nos apresenta a seguinte definição: “O circuito percorrido pelas metamorfoses de cada mercadoria, entrelaça-se, portanto, inextrincavelmente com os circuitos das outras mercadorias. O conjunto de todos os circuitos constitui a circulação de mercadorias” (p.139). Dessa forma, de um lado, a troca de mercadorias rompe com as limitações individuais e locais de troca imediata dos produtos, desenvolvendo a circulação dos produtos do trabalho humano. Por outro lado, desenvolve-se um ciclo de espontâneas conexões sociais e incontroláveis (idem). O intento, segundo o autor, é demonstrar que: “Venda e compra são ato único, idêntico, ao constituir relação mútua entre duas pessoas, polarmente opostas, entre o possuidor da mercadoria e o possuidor do dinheiro” (MARX, 1867/2013, p.140). Ao que complementa quanto à circulação:

A circulação rompe com as limitações de tempo, de lugar e individuais, impostas pela troca de produtos, ao dissociar a identidade imediata que, nesta última, une a alienação do produto próprio e a aquisição do alheio, gerando a antítese entre venda e compra. (MARX, 1867/2013, p.140)

E o dinheiro? Esse assume a função de meio circulante. “Em suas funções de intermediário da circulação de mercadorias, assume o dinheiro o papel de meio de circulação” (MARX, 1867/2013, p.141). O movimento da mercadoria em dinheiro e novamente mercadoria é um ciclo e o curso do dinheiro ocorre em uma constante e monótona repetição do mesmo processo. A mercadoria está do lado do vendedor e o dinheiro do lado do comprador, e o resultado da substituição de uma mercadoria por outra é intermediado pela função do dinheiro como meio circulante. Quando uma mercadoria transfere de mãos ela passa da condição de não valor de uso para as mãos em que será valor de uso. O dinheiro coloca-se na esfera de circulação no lugar da mercadoria, sendo a circulação das mercadorias apenas o resultado desse movimento do dinheiro. O dinheiro é o valor autonomizado das mercadorias.

Toda mercadoria, ao entrar em circulação, mudando, pela primeira vez de forma, entra para dela sair e ser substituída por outra. O dinheiro, ao contrário, sendo meio de circulação, permanece na esfera da circulação, onde desempenha, continuamente, seu papel. (MARX, 1867/2013, p.143)

E na desaceleração do curso do dinheiro ocorre uma paralisia da mudança de forma da figura de uso em figura de valor e sua retransformação de figura de valor em figura de uso. A soma dos preços das mercadorias depende do volume e dos preços de cada mercadoria. Mas três fatores podem mudar as direções e proporções levando o volume do meio circulante passar por numerosas combinações, dentre os fatores temos: o movimento dos preços, o volume de mercadorias circulantes e a velocidade de circulação do dinheiro. O volume do meio circulante pode diminuir ao diminuir as mercadorias ou ao aumentar a velocidade de circulação de giro (MARX, 1867/2013, p.149). Por sua vez, ao cair os preços das mercadorias o volume do meio circulante pode permanecer o mesmo se a massa de mercadorias crescer proporcionalmente à queda dos preços ou se a velocidade de circulação do dinheiro for mais lenta. A quantidade do meio circulante é determinada pela soma de preços das mercadorias em circulação e também pela velocidade média de circulação do dinheiro.

A mercadoria, como valor de uso, satisfaz a uma necessidade particular e constitui um elemento específico da riqueza material. Mas o valor da mercadoria mede o grau de sua força de atração sobre todos os elementos dessa riqueza e, por conseguinte, a riqueza social de seu possuidor. [...] O valor do dinheiro flutua em virtude da própria variação de seu valor ou da variação do valor das mercadorias. [...] O desejo de entesourar é por natureza insaciável. Do ponto de vista da qualidade ou da forma, o dinheiro não conhece fronteiras: é o representante universal da riqueza material, pois é conversível em qualquer mercadoria. Mas qualquer porção real de dinheiro é quantitativamente limitada, sendo meio de compra de eficácia restrita. Essa contradição entre a limitação quantitativa e o aspecto qualitativo sem limites impulsiona permanentemente o entesourador para o trabalho de Sísifo da

acumulação. Conduz-se ele como o conquistador que vê em cada país conquistado apenas uma nova fronteira a ser ultrapassado. (MARX, 2013, p.159-160)

Fato é que as oscilações da circulação das mercadorias em volume, preços e velocidade leva a quantidade de dinheiro em curso a diminuir ou aumentar. O dinheiro precisa ter a capacidade de contrair-se e expandir-se. O dinheiro funciona como medida de valor na determinação do preço da mercadoria vendida. O dinheiro, na condição de valor da mercadoria, torna-se um fim da própria venda em virtude de uma necessidade social que se origina nas próprias condições do processo de circulação. “Só a mercadoria é dinheiro. Mas, agora, se proclama por toda parte: só o dinheiro é mercadoria. E sua alma implora o dinheiro, a única riqueza [...]” (MARX, 1867/2013, p.165). O autor complementa: "O dinheiro tornou-se o verdugo de todos os seres", (BOISGUILLEBERT. *Dissertation sur la Nature des Richesses, de l'Argent et des Tributs*. Edit. Daire. *Économistes Financiers*. Paris, 1843, t. I, p. 413) (Nota de página nº 105, MARX, 1867/2013, p.167). Mas, é na esfera mundial que o dinheiro assume a forma plenamente de mercadoria. Já que é neste mercado que o dinheiro mundial funciona como meio geral de pagamento, compra e materialização social da riqueza geral.

Só no mercado mundial adquire plenamente o dinheiro o caráter de mercadoria cujo corpo é simultaneamente a *encarnação social imediata do trabalho humano abstrato*; sua maneira de existir torna-se adequada a seu conceito. (MARX, 1867/2013, p.169, grifo nosso)

Marx traz uma citação de Petty:

O dinheiro é a gordura do corpo do organismo político, e, por isso, demais dificulta sua mobilidade, e, de menos, torna-o doente. (...) Do mesmo modo que a gordura flexibiliza os movimentos dos músculos, alimenta na falta de alimentos, preenche cavidades irregulares e aformoseia o corpo, o dinheiro torna mais rápido os movimentos do Estado, traz víveres do exterior quando há carência no país, salda contas (...) e embeleza tudo, mais especialmente”, conclui ironicamente, “aos indivíduos que o possuem em abundância. (PETTY, W. *Political Anatomy of Ireland*. p. 14-15) (Nota 114, MARX, 1867/2013, p.171)

Após esta longa exposição do dinheiro como meio circulante de mercadorias e, conseqüentemente de circulação do trabalho, e condição inerente do processo de circulação no modo de produção capitalista, passemos a verificar como o dinheiro se transforma em capital.

#### 2.4.4. Dinheiro e Capital

A circulação de mercadorias é o ponto de partida do capital, isso quer dizer que a produção de mercadorias e a circulação são os pressupostos históricos nos quais ele surge. A partir do século XVI a vida do capital surge na história moderna. O dinheiro, produto último da circulação de mercadorias, é a primeira forma de aparição do capital.

Dinheiro que é apenas dinheiro se distingue do dinheiro que é capital, através da diferença na forma de circulação.

A forma simples da circulação das mercadorias é  $M — D — M$ , conversão transformação de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, comprar para vender. O dinheiro que se movimenta de acordo com esta última circulação transforma-se em capital, vira capital, e, por sua destinação, é capital. (MARX, 1867/2013, p.177-178)

Entretanto, o resultado final de o processo é quando há a troca de dinheiro por dinheiro,  $D — D$ . E nas duas formas contrapostas dos ciclos:  $M — D$ , venda, e  $D — M$ , compra, ambas as fases se confrontam os mesmos elementos materiais: mercadoria e dinheiro, e duas pessoas, um comprador e um vendedor. Os dois circuitos ora apresentados são mediados por três contraentes: um vende, o outro apenas compra e, o terceiro, alternadamente compra e vende. O circuito  $M — D — M$  é percorrido completamente tão logo a venda de uma mercadoria se traduz em dinheiro que a compra de outra mercadoria novamente retira. Entretanto, se ocorrer refluxo de dinheiro ao seu ponto de partida, isso ocorrerá por meio da renovação ou repetição de todo o percurso. Já na circulação  $D — M — D$ , o refluxo do dinheiro é determinado pelo modo de seu próprio gasto. Sem esse refluxo, o processo é interrompido porque falta a sua segunda fase, a venda, que complementa e completa a compra.

O circuito  $M — D — M$  tem por ponto de partida uma mercadoria e por ponto final outra mercadoria que sai da circulação e entra na esfera do consumo. Seu objetivo final, portanto, é consumo, satisfação de necessidades; em uma palavra, valor de uso. O circuito  $D — M — D$ , ao contrário, tem por ponto de partida o dinheiro e retorna ao mesmo ponto. Por isso, é o próprio valor de troca o motivo que o impulsiona, o objetivo que o determina. (MARX, 1867/2013, p.180)

Apesar dos diversos circuitos, uma quantia de dinheiro diferencia-se de outra tão somente pela sua grandeza; e a forma completa é apresentada por Marx no seguinte processo e definindo a “mais-valia”:

A forma completa desse processo é, por isso,  $D — M — D'$ , em que  $D' = D + \text{Delta } D$ , isto é, igual à soma de dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. A



esse acréscimo ou o excedente sobre o valor primitivo, chamo de *mais-valia* (valor excedente). O valor originalmente antecipado não só se mantém na circulação, mas nela altera a própria magnitude, acrescenta uma mais-valia, valoriza-se. E este movimento transforma-o em capital. (MARX, 1867/2013, p.181, grifo nosso)

A circulação do dinheiro como capital possui uma finalidade em si mesma e a valorização do valor só existe nesse movimento sempre renovado. Na compra e venda “[...] o começo e o fim são os mesmos, dinheiro, valor de troca, e, por isso mesmo, o movimento não tem fim” (MARX, 1867/2013, p.183). Marx traz uma importante referência a Aristóteles quando esse contrapõe *Crematística* à Economia, em que, na primeira, parece não existir limite à riqueza e à propriedade, enquanto, a segunda, é descrita como aquela que se limita à obtenção dos bens necessários à vida e úteis ao lar e ao Estado. Esse processo de troca de mercadorias, desde o escambo até a circulação do dinheiro, teria evoluído para a “arte de fazer dinheiro” (Nota de página nº 6, MARX, 1867/2013, p.183). E a *Crematística* se distinguiria da Economia porque veria na circulação do dinheiro a fonte da riqueza, onde tudo parece girar em torno do dinheiro, sendo do dinheiro o começo e o fim de toda espécie de troca. E, dessa forma, não há limites à riqueza. Se a *Crematística* visa à multiplicação do dinheiro, a Economia tem um limite e intenciona algo diferente do próprio dinheiro, razão pela qual não devemos confundir ambas as formas. Assim, a paixão inextinguível pelo lucro, ou seja, a *auri sacra fames* é apresentada como uma característica do capitalista. Nesse sentido, o movimento do capital não tem limites, é interminável. Vejamos a confirmação dessa afirmativa relacionada ao capitalista e o processo interminável de visar ao lucro, através da citação abaixo extraída das próprias considerações de Marx:

Como representante consciente desse movimento, o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é onde sai e para onde volta o dinheiro. O conteúdo objetivo da circulação em causa — a expansão do valor — é sua finalidade subjetiva. Enquanto a apropriação crescente da riqueza abstrata for o único motivo que determina suas operações, funcionará ele como capitalista, ou como capital personificado, dotado de vontade e consciência. Nunca se deve considerar o valor de uso objetivo imediato do capitalista. Tampouco o lucro isolado, *mas o interminável processo de obter lucro*. Esse impulso de enriquecimento absoluto, essa caça apaixonada ao valor, é comum ao capitalista e ao entesourador, mas, enquanto este é o capitalista enlouquecido, aquele que é o entesourador racional. A expansão incessante do valor, por que luta o entesourador, procurando salvar, tirar dinheiro da circulação, obtém-na de maneira mais sagaz o capitalista, lançando-o continuamente na circulação. (MARX, 1867/2013, p.183-184, grifo nosso)

Marx retoma, então, a forma mais peculiar do capital comercial com a fórmula: D — M — D’, isto é, comprar para vender, ou melhor, comprar para vender mais caro. Dinheiro

que é igual a mais dinheiro. No capital industrial é dinheiro que se transforma em mercadoria que se vende e novamente se transforma em mais dinheiro.

Para Marx, a formação da mais-valia não pode originar-se simplesmente da circulação, mas deve ocorrer algo por trás, algo invisível. Mas, como pode a mais-valia originar-se de outro lugar que não da circulação? A circulação é definida como a soma de todas as relações recíprocas dos possuidores de mercadorias. O valor da mercadoria ele contém uma quantidade do próprio trabalho do possuidor, medido segundo determinadas leis sociais, quantidade de trabalho que se expressa na grandeza de valor de sua mercadoria e se representa em dinheiro. Por isso, é impossível ao produtor de mercadorias, fora da esfera de circulação, entrar em contato com outros possuidores de mercadoria, que ele valorize e transforme dinheiro ou mercadoria em capital. A transformação de dinheiro em capital precisa ser explicada à luz das trocas de mercadorias, nesse sentido, a troca de equivalentes é um ponto de partida (MARX, 1867/2013, p.196). O possuidor de dinheiro para transformar-se em capitalista tem de comprar e vender a mercadoria e, no final do processo, colher mais do que lançou. A transformação do valor do dinheiro em capital não ocorre no próprio dinheiro, o dinheiro realiza o preço da mercadoria. “A mudança só pode, portanto, originar-se de seu valor de uso, de seu consumo” (MARX, 1867/2013, p.197).

#### **2.4.5. A força de trabalho**

No mercado, o possuidor de dinheiro encontra uma mercadoria específica – a capacidade de trabalho ou a força de trabalho; mercadoria essa cujo próprio valor de uso tem a característica peculiar de ser fonte de valor, objetivação de trabalho e, por isso, criação de valor.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais que existem no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie. (MARX, 1867/2013, p.197)

Tal força de trabalho como mercadoria ela se encontra à disposição no mercado na medida em que ela é oferecida à venda ou é vendida como mercadoria por seu próprio possuidor, ou seja, aquela pessoa da qual ela é força de trabalho, o proprietário de sua capacidade de trabalho. O possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho encontram-se no mercado e entram em relação como possuidores de mercadorias, sendo um o comprador e outro o vendedor. A condição dessa relação requer que o proprietário dessa força de trabalho venda-a sempre por

um determinado tempo de trabalho, aliene sua força de trabalho por um tempo determinado, mas sem perder sua propriedade sobre ela, caso contrário, deixaria de ser um homem livre para transforma-se em escravo, sairia da condição de possuidor de mercadoria à condição de mercadoria. Neste ponto específico, Marx cita uma referência a Hegel no que tange ao risco da alienação pelo trabalho:

Posso ceder a outro, por tempo limitado, o uso de minhas particulares aptidões corporais e mentais e possibilidades de atividade, porque elas adquirem, com essa limitação, uma relação extrínseca com minha totalidade e generalidade. Com a alienação de todo o meu tempo concretizado de trabalho e da totalidade de minha produção, converteria em propriedade de outrem a própria substância do que foi cedido, a saber, minha atividade geral e realidade, minha personalidade. (HEGEL, *Philosophie des Rechts*, Berlim, 1840, p.104, & 67) (Nota de página nº 40, MARX, 1867/2013, p.198)

Por sua vez, o possuidor de dinheiro, para transformar dinheiro em capital, ele precisa encontrar o trabalhador livre no mercado de mercadorias para dispor de sua força de trabalho como sua mercadoria e despojado de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho, só lhe restando esta para vender. Entretanto, “A Natureza não produz, de um lado, possuidores de dinheiro ou de mercadorias e, de outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho” (MARX, 1867/2013, p.199). Marx complementa que esta relação não tem sua origem apenas na natureza e nem mesmo numa relação comum a outros períodos históricos: “Ela é, evidentemente, o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, do desaparecimento de toda uma série de antigas formações da produção social” (idem). Isso para marcar, inclusive, que a existência do produto como mercadoria implica em determinadas condições históricas.

No modo de produção capitalista, o aparecimento do produto como mercadoria ocorre quando ele deixa de ser produzido apenas como meio de subsistência imediata do próprio produtor e supõe uma divisão do trabalho. Portanto, a representação do produto como mercadoria pressupõe uma divisão de trabalho bem desenvolvida na sociedade, isto é, a separação entre valor de uso e valor de troca. Mas e o capital? O capital só aparece, suas condições só se concretizam, quando o possuidor de meios de produção e subsistência encontra no mercado o trabalhador livre para vender sua força de trabalho. Por isso, o autor pode afirmar que: “O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social” (MARX, 1867/2013, p.200). E completa essa afirmativa com sua caracterização da época capitalista:

O que caracteriza a época capitalista é adquirir a força de trabalho, para o trabalhador, a forma de mercadoria que lhe pertence, tomando seu trabalho a forma de trabalho assalariado. Além disso, só a partir desse momento se generaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho. (MARX, 1867/2013, p.200)

Marx, então, se propõe a analisar mais de perto como é determinado o valor dessa mercadoria tão peculiar por ele denominada – força de trabalho:

O valor da *força de trabalho* é determinado, como o de qualquer outra mercadoria, pelo tempo de trabalho necessário à sua produção e, por consequência, à sua reprodução. Enquanto valor, a própria *força de trabalho* representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela incorporado. Não é mais que a aptidão do indivíduo vivo. A produção da *força de trabalho* consiste em sua manutenção ou reprodução. Para manter-se, precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da *força de trabalho* reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da *força de trabalho* é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção do seu possuidor. A *força de trabalho* só se torna realidade com seu exercício, só se põe em ação no trabalho. (MARX, 1867/2013, p.200-201, grifo nosso)

A época capitalista se caracteriza, assim, pela condição em que a força de trabalho assume, para o próprio trabalhador, a forma de uma mercadoria que ele dispõe, e seu trabalho assume a forma de trabalho assalariado. É quando se universaliza a forma mercadoria dos produtos do trabalho. Em complemento à definição do valor do homem na era capitalista, Marx traz a seguinte definição de Hobbes: “valor de um homem é, como o de todas as outras coisas, seu preço, isto é, a soma que se paga para se dispor de sua força.” (HOBBS, *Th. Leviathan. In: Works. Edit. Molesworth, Londres, 1839-1844. v. III, p. 76.*) (Nota de página nº 42, MARX, 1867/2013, p.200).

No entanto, tal força de trabalho, para que ela atinja habilidade de destreza, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação. Os custos dessa formação são variáveis conforme a necessidade mais ou menos imediata da força de trabalho, e eles passam a compor os valores gastos na produção. O valor da força de trabalho muda com a grandeza do tempo de trabalho exigido para sua produção.

O valor da força de trabalho reduz ao valor de uma soma determinada de meios de subsistência. Varia, portanto, com o valor desses meios de subsistência, ou seja, com a magnitude do tempo de trabalho exigido para sua produção. (MARX, 1867/2013, p.202)

O preço do trabalho consiste na soma de coisas necessárias e úteis exigidas para o sustento do trabalhador e de sua capacitação. O limite máximo ou mínimo do valor da força de trabalho é medido pelo valor da quantidade diária de mercadorias necessárias à sobrevivência do

trabalhador. “Mas, o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para que seja fornecida de acordo com sua qualidade normal” (MARX, 1867/2013, p.203).

No contrato de trabalho estabelecido entre comprador e vendedor dessa mercadoria específica, a força de trabalho, nos países com modo de produção capitalista, essa força só é paga depois de um determinado prazo previsto no contrato. Dessa forma, o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso de sua força de trabalho, ele deixa consumi-la pelo comprador, antes de receber o pagamento de seu preço, razão pela qual Marx afirma que o trabalhador fornece crédito ao capitalista. O valor de uso do possuidor da força de trabalho se mostra na utilização no processo de consumo da força de trabalho.

O processo de consumo da força de trabalho é, ao mesmo tempo, o processo de produção de mercadoria e de valor excedente (*mais-valia*). O consumo da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza-se fora do mercado, fora da esfera da circulação. [...] Veremos aí como o capital produz e também como é produzido. O mistério da criação do valor excedente (*mais-valia*) se desfará finalmente. (MARX, 1867/2013, p.205-206, grifo nosso)

Na esfera da circulação ou do intercâmbio de mercadorias, a compra e a venda da força de trabalho são determinadas por livre-vontade. No contrato, comprador e vendedor se relacionam como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. “A única força que as junta e os relaciona é a do proveito próprio, da vantagem individual, dos interesses privados” (MARX, 1867/2013, p.206). O possuidor de dinheiro, como capitalista, segue o possuidor de força de trabalho, o trabalhador, um ávido por negócios, e o outro, como alguém que levou sua própria pele para o mercado para ser “esfolado” (idem).

#### **2.4.6. Processo de trabalho e mais-valia**

Marx passa, então, a apresentar o processo de trabalho e a produção da mais-valia. Iniciando pelo processo de trabalho ou processo de produzir valores de uso, e apresenta a seguinte definição de processo de trabalho.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho consome-a, fazendo o vendedor dela trabalhar. Este, ao trabalhar, torna-se realmente no que antes era apenas potencialmente: força de trabalho em ação, trabalhador. Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de alguma natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é, portanto, um valor de uso particular, um artigo especificado. A produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada ao cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu

controle. Por isso, temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada. (MARX, 1867/2013, p.211)

O trabalho é, primeiramente, um processo entre o homem e a natureza:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, um processo em que o ser humano, com sua própria ação, media, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhe forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. *Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo.* Pressupomos o trabalho sob a forma exclusivamente humana. [...] No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato fortuito. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é mister a vontade adequada que se manifesta através da atenção durante todo o curso do trabalho. E isto é tanto mais necessário quanto menos se sinta o trabalhador atraído pelo conteúdo e pelo método de execução de sua tarefa, que lhe oferece, por isso, menos possibilidade de fruir da aplicação das suas próprias forças físicas e espirituais. (MARX, 1867/2013, p.211-212, grifo nosso)

E quanto aos elementos componentes do processo de trabalho, Marx (1867/2013) os divide em três: “1) a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; 2) a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; 3) os meios de trabalho, o instrumental de trabalho” (p.212).

O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre ele e o objeto de trabalho e este lhe serve para conduzir a sua atividade. O objeto de trabalho só se torna matéria-prima depois de sofrer a ação do trabalho. O trabalhador, para atingir um objetivo, utiliza as propriedades mecânicas, físicas, químicas das coisas para fazê-las atuar como meios de poder sobre outras coisas. O objeto do qual o trabalhador se apodera diretamente é o meio de trabalho. Do ponto de vista do resultado, do produto, o meio e o objeto de trabalho, ambos são meios de produção. O trabalho utiliza seus elementos materiais, seu objeto e seu meio, no processo de consumo produtivo. O processo de trabalho é:

[...] atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária de intercâmbio material entre o homem e a natureza, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais. (MARX, 1867/2013, p.218)

O processo de trabalho, como processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista, possui dois fenômenos: primeiro, o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista a quem pertence o seu trabalho e que cuida para que o trabalho se realize em ordem e com o uso adequado dos meios de produção para atingir seu fim; segundo, o produto do trabalho é de propriedade do capitalista. A utilização da mercadoria pertence ao comprador e o possuidor da força de trabalho dá apenas o valor de uso que vendeu ao dar seu trabalho. Para o primeiro o processo de trabalho é apenas o consumo da mercadoria, força de trabalho, por ele comprada, que só pode consumir ao acrescentar-lhe meios de produção. “O processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem” (MARX, 1867/2013, p.219). O capitalista é proprietário não só do capital, mas também da força de trabalho do trabalhador. Ao capitalista interessa duas coisas: primeiro, produzir um valor de uso que tenha valor de troca; segundo, produzir uma mercadoria cujo valor seja superior à soma dos valores destinados à sua produção, ou seja, mercadorias, meios de produção e a força de trabalho. “Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também *mais-valia*” (MARX, 1867/2013, p.220, *grifo nosso*). Portanto, o processo de trabalho é também um processo para produzir mais-valia. A mercadoria além de ser unidade de valor de uso e valor, seu processo de produção implica ainda em ser unidade de processo de trabalho e de formação de valor. É importante considerar o processo de produção também como processo de formação de valor. O autor lembra-nos que:

[...] o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção. Isso se aplica também ao produto que vai para as mãos do capitalista, como resultado do processo de trabalho. (MARX, 186 /2013, p.220)

O trabalho que a força de trabalho contém determina seu valor de troca e é diferente do trabalho vivo que se pode prestar, ou seja, seus custos diários de manutenção e seu dispêndio diário, esse último determina seu valor de uso. O valor da força de trabalho e sua valorização no processo de trabalho são duas grandezas distintas, e o trabalho para criar valor tem de ser despendido de forma útil (MARX, 1867/2013, p.226). O que o capitalista espera de uma mercadoria é que ela seja fonte de valor, de mais valor do que ela mesma possui.

Na realidade, o vendedor da força de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor de troca e aliena seu valor de uso. Não pode receber um sem transferir o outro. [...] o valor de uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence a seu vendedor. (MARX, 1867/2013, p.226)

Quanto ao possuidor de dinheiro: “[...] O possuidor de dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira” (MARX, 1867/2013, p.226).

O capitalista compra a mercadoria e depois retorna ao mercado para vendê-la. O processo de valorização ocorre quando o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por outro que o ultrapassa e não apenas por um novo equivalente.

Ao se converter dinheiro em mercadorias que servem de elementos materiais de novo produto ou de fatores do processo de trabalho e ao se incorporar força de trabalho viva à materialidade morta desses elementos, transforma-se valor, trabalho pretérito, materializado, morto, em capital, [...]. (MARX, 1867/2013, p.228)

O processo de produzir valor torna-se um processo de produzir mais-valia, valor excedente. Ao comparar o processo de formação de valor com o processo de trabalho, este último consiste no trabalho útil que produz valores de uso.

O trabalho contido nos meios de produção, acrescido pela força de trabalho se conta por sua duração, seja em horas, dias etc, entretanto, só conta na medida em que o tempo gasto na produção de valor de uso é socialmente necessário (MARX, 1867/2013, p.229). Isso significa diversos fatores. Os fatores materiais do trabalho dependem do capitalista e não do trabalhador, a condição da força de trabalho deve possuir um grau médio de habilidade, destreza e rapidez e sobre isso o capitalista exerce vigilância pelo que pagou e para que não tenha nenhum tempo desperdiçado, sem trabalho. O processo de produção, como unidade do processo de trabalho e de valorização, é processo de produção capitalista, forma capitalista da produção de mercadorias. “A *mais-valia* se origina de um excedente quantitativo de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, [...]” (MARX, 1867/2013, p.231, *grifo nosso*). Diferentes fatores do processo de trabalho fazem parte de diferentes modos na formação do valor do produto.

Pondo-se de lado o conteúdo, a finalidade e a natureza técnica do trabalho, o trabalhador acrescenta ao material, ao objeto do trabalho, novo valor, por meio do acréscimo de determinada quantidade de trabalho. Além disso, os valores e os meios de produção consumidos reaparecem como partes componentes do valor do produto; [...] o valor dos meios de produção se conserva através de sua transferência ao produto. Ocorre essa transferência durante a transformação dos meios de produção em produto, no processo de trabalho. É levada a efeito pelo trabalho. (MARX, 1867/2013, p.235)

O autor se pergunta como é que o trabalhador agrega tempo de trabalho e, portanto, valor? Ao que ele mesmo responde que é sempre sob a forma de seu modo peculiar de



trabalho produtivo, ou seja, sob a forma de um trabalho útil particular, e somente dessa forma (MARX, 1867/2013, p.235). Mesmo que o trabalhador mude de profissão ele acrescenta, com o dia trabalho, valor ao objeto sobre o qual opera:

Acrescenta valor, portanto, com o seu trabalho [...] mas por ser trabalho abstrato social. Acrescenta determinada magnitude de valor, não por possuir seu trabalho conteúdo útil particular, mas porque dura um tempo determinado. (MARX, 1867/2013, p.236)

E complementa:

Com a simples adição de certa quantidade de trabalho, acrescenta-se novo valor, e, com a qualidade do trabalho adicionado, preservam-se no produto os valores originais dos meios de produção. Esse efeito duplo do mesmo trabalho, em virtude de sua dupla natureza, manifesta-se claramente de diversos fatores. (MARX, 1867/2013, p.236).

E quando o trabalho produtivo transforma os meios de produção em elementos de um novo produto? Esse processo é denominado de transmigração de valor. E, neste processo, o que ocorre com o trabalhador?

[...] O trabalhador não pode adicionar novo trabalho, criar valor novo, sem preservar os valores primitivos. Tem sempre que adicionar o trabalho em forma útil determinada, e não pode acrescentá-lo em forma útil sem fazer de produtos meios de produção de um novo produto. É, portanto, um dom natural da força de trabalho em ação, do trabalho vivo, conservar valor na ocasião em que o acrescenta, um dom que nada custa ao trabalhador, mas que muito importa ao capitalista, o de conservar o valor atual de seu capital. (MARX, 1867/2013, p.242)

Quanto aos meios de produção o que é que se consome? É seu valor de uso, consumo pelo qual o trabalho cria produtos, mas com o fator subjetivo do processo de trabalho, a força de trabalho em ação, é diferente. O trabalho transfere o valor dos meios de produção ao produto e os conserva, a cada movimento ele cria um valor adicional, novo valor. Esse valor forma o excedente do valor do produto em função do valor dos meios de produção e ele é o único valor original que surge dentro desse processo, ou seja, parte de valor do produto que é produzida pelo próprio processo.

[...] A força de trabalho em atividade não só reproduz seu próprio valor, mas também cria *valor excedente*. Essa *mais-valia* constitui o excedente do valor do produto em relação ao valor dos componentes do produto consumidos, a saber, os meios de produção e a força de trabalho. Ao discorrer sobre os diversos papéis que os diferentes fatores do processo de trabalho desempenham na formação do valor do produto, na realidade caracterizamos as funções dos diversos componentes do capital no processo produzir *mais-valia*. O *excedente* do valor total do produto tem

sobre a soma dos valores de seus elementos constituintes é o *excedente* do capital ampliado sobre o capital originalmente despendido. Os meios de produção, de um lado, e força de trabalho, do outro, são apenas as diferentes formas de existência assumidas pelo valor do capital original ao despir-se da forma dinheiro e transformar-se nos fatores do processo de trabalho. (MARX, 1867/2013, p.244)

E como Marx divide o capital? O capital se divide em parte constante e parte variável. A parte do capital que não altera sua grandeza de valor no processo de produção, aquela convertida em meios de produção, através de matéria-prima, matérias auxiliares e meios de trabalho, é considerada o capital constante. Já a parte do capital convertida em força de trabalho e que muda seu valor no processo de produção, além de reproduzir seu equivalente, ela produz um excedente, uma mais-valia, essa parte que se transforma em grandeza variável, e é designada de capital variável (MARX, 1867/2013, p.244).

E qual a definição de Marx da taxa de mais-valia? Ao abordar o grau de exploração da força de trabalho o autor define a valorização do capital adiantado no processo de produção apresentado, inicialmente, como excedente do valor do produto sobre a soma de valor de seus elementos de produção. Esse capital é decomposto em duas partes: uma quantia de dinheiro despendida com meios de produção e outra com força de trabalho, como já falamos, uma parte representa o capital constante e outra a variável. No fim do processo de produção surge uma mercadoria cujo valor é representado pela mais-valia, mais-valia representada pelo acréscimo do capital original comparado ao valor final da valorização do capital produzido. O excedente do valor do produto sobre o valor de seus elementos de produção é igual à valorização do capital adiantado, ou dito de outra forma, a mais-valia decorre do valor dos elementos de produção ser o excedente do valor do capital adiantado.

Para o autor, durante parte do processo de trabalho, o trabalhador produz somente o valor de sua força de trabalho, ou seja, o valor dos meios de subsistência de que necessita. Mas, ao produzir, num contexto baseado na divisão social do trabalho, o trabalhador não produz diretamente seus meios de subsistência, ele o faz na forma de uma mercadoria específica em valor igual ao valor de seus meios de subsistência ou ao dinheiro com o qual os compra. Essa parte da jornada de trabalho é denominada de tempo de trabalho necessário ao trabalhador e ao capital. Já o período do processo de trabalho em que o trabalhador labuta além dos limites do trabalho necessário, mesmo que esse lhe custe trabalho, dispêndio de força de trabalho, ele não cria para si nenhum valor, ele gera a mais-valia ao capitalista, essa parte da jornada de trabalho de tempo excedente e de trabalho despendido é denominado de trabalho excedente (MARX, 2013, p.253).

Sendo o valor do capital variável igual ao valor da força de trabalho por ele comprado, sendo a parte necessária do dia de trabalho determinada pelo valor dessa força de trabalho e a mais-valia determinada pela parte excedente do dia de trabalho, segue-se daí que a mais-valia se comporta para o capital variável como o trabalho excedente para com o necessário; em outras palavras, *a taxa da mais valia é igual ao trabalho excedente/trabalho necessário*. (MARX, 1867/2013, p.254, grifo nosso)

“A taxa da mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (Marx, 1867/2013, p.254), entretanto, essa taxa não expressa a magnitude absoluta dessa exploração. A taxa da mais-valia é a resultante do trabalho excedente sob o trabalho necessário, em outras palavras, o cálculo da taxa da mais-valia é o seguinte:

[...] tomamos o valor global do produto e dele deduzimos o valor do capital constante, valor que nele apenas reaparece. O valor remanescente é o único valor realmente gerado no processo de produção da mercadoria. Apurada a mais-valia, extraímos-la deste valor gerado, para achar o capital variável. (Marx, 2013, p.255)

A produção de mais-valia é o objetivo determinante da produção capitalista, e o produto excedente é a parte do produto que representa a mais-valia. Na visão capitalista, mede-se a riqueza do produto pela sua magnitude relativa do produto excedente.

#### **2.4.7. Jornada de trabalho**

Lembremos que a análise da força de trabalho por Marx (1867/2013) partiu do pressuposto que essa pode ser comprada e vendida por um determinado valor. O autor passa, então, a expor sobre os limites da jornada de trabalho. A grandeza absoluta do tempo de trabalho, isto é, a jornada de trabalho, é a soma do trabalho necessário e do mais-trabalho, dos períodos em que o trabalhador produz tanto a reprodução de sua força de trabalho como a mais-valia (p.268). O valor da força de trabalho, tal como qualquer outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. A jornada de trabalho é uma grandeza variável, parte composta pela reprodução do próprio trabalhador e parte do mais-trabalho. Com base no modo de produção capitalista, o limite mínimo é a parte que o trabalhador precisa trabalhar necessariamente para sua autossustentação ,e pertence ao capitalista o valor de uso da força de trabalho do trabalhador durante a jornada de trabalho.

O capital tem seu próprio ponto de vista sobre esse extremo, a fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior massa quantidade possível de trabalho excedente. [...] O tempo

em que o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou. Se o trabalhador consome em seu proveito o tempo que tem disponível, furta o capitalista. O capitalista apoia-se na lei da troca de mercadorias. Como qualquer outro comprador, procura extrair o maior proveito possível do valor de uso de sua mercadoria. (MARX, 1867/2013, p.271-272)

E complementa com a seguinte citação: “É missão do capitalista obter, com o capital despendido, a maior quantidade possível de trabalho” (J.G.Courcelle-Seneuil, *Traité Théorique et pratique des entreprises industrielles*, 2ª e., Paris, 1857, p.62), (MARX, 2013, Nota de página nº 37, p.271).

Na história da produção capitalista, a regulamentação da jornada de trabalho é uma luta ao redor dos limites dessa jornada, luta essa entre a classe dos capitalistas e a classe trabalhadora. O trabalhador nada mais é que força de trabalho e todo o seu tempo disponível é por natureza e por direito tempo de trabalho é, por isso, pertencente à autovalorização do capital. O que interessa ao capital é o máximo da força de trabalho de uma jornada de trabalho (MARX, 1867/2013, p.307). E a produção capitalista é essencialmente produção de mais-valia, absorção de mais-trabalho, e o prolongamento da jornada de trabalho. Que além de atrofiar a força de trabalho, produz sua exaustão prematura e o seu aniquilamento. O capitalista, em prol do tempo de produção, encurta o tempo de vida do trabalhador.

O estabelecimento de uma jornada normal de trabalho foi decorrente de uma luta de séculos entre capitalista e trabalhador, esse último consentiu voluntariamente em vender o tempo ativo de sua vida, sua própria capacidade de trabalho, ao preço dos meios de subsistência. A parte da jornada de trabalho necessária para manter ou reproduzir a força de trabalho é uma grandeza constante e a parte variável é dada pelo valor total de todas as forças de trabalho que o capitalista emprega simultaneamente e sua grandeza é proporcional ao número de trabalhadores empregados. A taxa de mais-valia é quem determina a quantidade de mais-valia produzida pelo trabalhador individual. A soma da mais-valia da jornada de trabalho do trabalhador individual, multiplicada pelo número total de trabalhadores empregados, é determinada pela relação composta entre o número de forças de trabalho exploradas simultaneamente pelo mesmo capitalista e o grau de exploração da força de cada trabalhador individualmente. Ou seja, uma primeira lei de exploração do trabalhador pelo capital determina o seguinte:

A massa de mais-valia produzida é igual à magnitude do capital variável antecipado multiplicado pela taxa da mais-valia, ou é igual ao valor de uma força de trabalho multiplicado pelo grau de sua exploração e pelo número de forças de trabalho simultaneamente exploradas. (MARX, 1867/2013, p.350)

Marx apresenta, então, a seguinte fórmula da quantidade de mais-valia:

Seja  $M$  a quantidade de mais-valia;  $m$ , a mais-valia diariamente fornecida; em média, pelo trabalhador individual;  $v$ , o capital variável adiantado diariamente para compra de uma força de trabalho individual;  $V$ , a soma total do capital variável;  $f$ , o valor de uma força média de trabalho;  $t'$  (trabalho excedente) /  $t$  (trabalho necessário), o grau de exploração dessa força; e  $n$  o número dos trabalhadores empregados. Teremos então:

$$M = m \times v$$

--

$v$

$$f \times t' \times m$$

--

$T$

(MARX, 1867/2013, p.350)

Essa fórmula pressupõe que o valor de uma força média de trabalho é constante e que os trabalhadores são trabalhadores médios empregados por um capitalista. Há exceções quando a mais-valia produzida não aumenta na proporção do número de trabalhadores empregados, nesse caso, a força de trabalho não é constante. Na produção da mais-valia o decréscimo de um fator pode ser compensado pelo acréscimo de outro. E a redução do capital variável pode ser compensada com um aumento no grau de exploração da força de trabalho ou do decréscimo do número de trabalhadores empregados. Mas, a exploração de trabalho pelo capital não se limita à oferta de trabalhadores.

Uma segunda lei apresentada sobre os fenômenos oriundo do capital aponta que: “se a quantidade das forças de trabalho aplicadas ou a magnitude do capital variável aumentam, mas não em proporção que compense a queda na taxa da mais-valia, diminui a quantidade da mais-valia produzida” (MARX, 1867/2013, p.352). Há também uma terceira lei decorrente da determinação da quantidade de mais-valia que expõe os seguintes termos:

Se forem dados a taxa de mais-valia ou o grau de exploração da força de trabalho e o valor da força de trabalho ou a grandeza do tempo de trabalho necessário, é evidente que quanto maior o capital variável, tanto maior a massa de valor e de mais-valia produzidos. (MARX, 1867/2013, p.352)

Segundo Marx, temos que considerar que o capitalista divide seu capital em duas partes: uma em meios de produção e a outra em força de trabalho viva. Com base no modo e nos ramos de produção varia essa repartição em capital em constante é variável.

A quantidade de valor e de mais-valia produzidos por diferentes capitais variam, se for dado o valor da força de trabalho e se for igual seu grau de exploração, na razão direta das magnitudes das partes variáveis desses capitais, isto é, das suas partes transformadas em força de trabalho viva. (MARX, 1867/2013, p.353)

A partir do exame apresentado, Marx (1867/2013) pode inferir que não é qualquer quantidade de dinheiro ou de valor que é possível transformar-se em capital. “A quantidade mínima de capital variável é o preço de custo de uma força de individual de trabalho empregada durante o ano inteiro, dia a dia, para produzir mais-valia” (p.354). Se o trabalhador vivesse apenas das condições de satisfazer suas necessidades indispensáveis, nesse caso, o objetivo seria apenas a manutenção da vida e não o aumento de riqueza. O possuidor de dinheiro ou mercadoria só se transforma em capitalista quando uma quantia mínima para a produção ultrapassa em muito esse limite (MARX, 1867/2013, p.355). O montante mínimo de valor, que um possuidor de dinheiro ou mercadoria precisa para virar capitalista, varia de acordo com os diferentes estágios da produção capitalista e até de alguns ramos de produção.

Marx não se propõe em deter nos detalhes das modificações sofridas na relação entre capitalista e trabalhador assalariado no curso do processo produtivo e nem nas determinações consequentes do próprio capital, mas se propõe a apresentar alguns pontos principais. Por isso, a seguir, passamos a apresentá-los.

No processo de produção, o capitalista cuida para que o trabalhador execute seu trabalho de forma ordenada e com grau de intensidade adequado. O capital evolui para uma relação coercitiva junto à classe trabalhadora para que ela execute mais trabalho além de suas necessidades vitais. Extrai o mais-trabalho e explora a força de trabalho, cuja energia e eficácia supera todos os sistemas de produção anteriores baseados no trabalho forçado.

Os meios de produção se transformam imediatamente em meios de absorção de trabalho alheio. Não é mais o trabalhador que emprega os meios de produção, mas os meios de produção que empregam o trabalhador. Em vez de serem consumidos por ele como elementos materiais de sua atividade produtiva, consomem-no como o fermento de seu próprio processo vital. E o processo vital do capital consiste apenas em seu mover-se como valor que se expande continuamente. (MARX, 1867/2013, p.357)

#### **2.4.8. Mais-valia relativa e mais-valia absoluta**

A magnitude da jornada de trabalho e do valor da força de trabalho determina a magnitude do trabalho excedente, e o valor dessa força de trabalho é determinado pelo tempo de trabalho necessário para reproduzir seu valor. O que muda não é a duração da jornada de trabalho, mas como ela se divide em trabalho necessário e excedente. A partir do valor dos

meios de subsistência se determina o valor da força de trabalho e, dado o valor dessa força de trabalho, obtém-se a duração diária do trabalho necessário. E o valor do trabalho excedente? “Obtém-se a magnitude do trabalho excedente subtraindo-se da jornada de trabalho o tempo de trabalho necessário” (MARX, 1867/2013, p.364). Definida a duração do trabalho diário o prolongamento do trabalho excedente é decorrente do tempo de trabalho necessário. Para fazer um produto em menor tempo e aumentar a produtividade de trabalho, foi preciso uma revolução nas condições de produção do trabalho, no modo de produção e, também, no próprio processo de trabalho.

Entendemos aqui por elevação da produtividade do trabalho em geral uma modificação no processo de trabalho por meio da qual se encurta o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, conseguindo-se produzir, com a mesma quantidade de trabalho, quantidade maior de valor de uso. [...] Mas quando se trata de produzir mais-valia tornando excedente trabalho necessário, não basta que o capital se aposses do processo de trabalho na situação em que se encontra ou que foi historicamente transmitida, limitando-se a prolongar sua duração. É mister que se transforme as condições técnicas e sociais do processo de trabalho, que mude o portanto o próprio modo de produção, a fim de aumentar a força produtiva do trabalho. Só assim pode cair o valor da força de trabalho e reduzir-se a parte do dia de trabalho necessária para reproduzir esse valor. (MARX, 1867/2013, p.365-366)

Marx, então, chama de mais-valia absoluta aquela decorrente do prolongamento da jornada de trabalho e a mais-valia relativa àquela decorrente da redução do tempo de trabalho e da mudança da proporção entre dois componentes da jornada de trabalho. O valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho que lhe dá a forma definitiva e pela massa de trabalho contida em seus meios de produção. Para o capitalista uma forma de baixar o custo da mercadoria é mediante o aumento da força produtiva, dessa forma, o valor das mercadorias está na razão inversa da força produtiva do trabalho e a mais-valia relativa está na razão direta da força produtiva do trabalho. Baixando-se o preço da mercadoria baixa-se o preço do próprio trabalhador. Na produção capitalista, a economia da força produtiva do trabalho tem por objetivo reduzir o tempo de trabalho necessário para a produção de determinada quantidade de mercadorias.

O desenvolvimento da produtividade do trabalho na produção capitalista tem por objetivo reduzir a parte do dia de trabalho durante a qual o trabalhador tem de trabalhar para si mesmo, justamente para ampliar a outra parte durante a qual pode trabalhar gratuitamente para o capitalista. (MARX, 1867/2013, p.372)

#### 2.4.9. Cooperação e divisão do trabalho

No modo de produção capitalista, o mesmo capital individual ocupa simultaneamente vários trabalhadores e fornece produtos numa escala quantitativamente maior do que a anterior. O motivo que impulsiona o processo de produção capitalista é a maior produção possível de mais-valia, isto é, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista. O comando de um capitalista significa, conceitual e historicamente, a produção de mercadorias por um número de trabalhadores e no mesmo campo de trabalho, é esse o ponto de partida da produção capitalista. “Chama-se cooperação a forma de trabalho em que muitos trabalham juntos, de acordo com um plano, no mesmo processo de produção ou em processos de produção diferentes, mas conexos” (MARX, 1867/2013, p.378). O efeito do trabalho combinado, não se trata apenas do aumento da força produtiva individual através da cooperação, mas da criação de uma força produtiva de massas. Marx apresenta o conceito de trabalho social combinado.

Comparando-se com uma soma igual de jornadas de trabalho individuais, isoladas, produz a jornada de trabalho coletiva maiores quantidades de valor de uso e reduz, por isso, o tempo de trabalho necessário para a produção de determinado efeito útil. A jornada coletiva tem maior força produtividade, ou por ter elevado a potência mecânica do trabalho; ou por ter ampliado o espaço em que atua o trabalho; ou por ter reduzido esse espaço em relação à escala da produção, ou por mobilizar muito trabalho no momento crítico; ou por despertar a emulação entre os indivíduos e animá-los, ou por imprimir às tarefas semelhantes de muitos o cunho da continuidade e da multiformidade; ou por realizar diversas operações ao mesmo tempo; ou por poupar os meios de produção em virtude do seu uso em comum; ou por emprestar ao trabalho individual o caráter de trabalho social médio. Em todos os casos, a produtividade específica da jornada de trabalho coletiva é a força produtiva social do trabalho ou força produtiva do trabalho social. Ela tem sua origem na própria cooperação. Ao cooperar com outros de acordo com um plano, desfaz-se o trabalhador dos limites de sua individualidade e desenvolve a capacidade de sua espécie. (MARX, 1867/2013, p.382)

O processo de trabalho social pressupõe, em maior ou menor intensidade, a condição material da transformação de muitos processos de trabalho individuais, dispersos e independentes, em um processo combinado. O trabalho realizado por muitos trabalhadores requer uma combinação das atividades individuais e as funções gerais que decorrem do movimento do corpo produtivo total. Essa função de dirigir, superintender e mediar e função do capital o trabalho a ele subordinado torna-se cooperativo.

A direção exercida pelo capitalista não é apenas uma função especial, derivada da natureza do processo de trabalho social de trabalho e peculiar a esse processo; além disso, ela se destina a explorar um processo de trabalho social, e, por isso, tem por condição o antagonismo inevitável entre o explorador e a matéria-prima de sua exploração. Com o volume dos meios de produção que se põem diante do



trabalhador como propriedade alheia, cresce a necessidade de se controlar adequadamente a aplicação desses meios. [...] A conexão entre seus trabalhos aparece-lhes idealmente como plano, e praticamente como autoridade do capitalista, como o poder de uma vontade alheia que subordina a um objetivo próprio a ação dos assalariados. (MARX, 1867/2013, p.384-385)

Ao observar o modo de produção capitalista, a função de direção que deriva da natureza do processo de trabalho coletivo e aquele que deriva do caráter capitalista do processo produtivo, verifica-se o antagonismo entre patrão e trabalhador. O trabalhador é o proprietário de sua força de trabalho e ele só pode vender o que possui, a sua força de trabalho individual isolada. “Sendo pessoas independentes, os trabalhadores são indivíduos isolados que entram em relação com o capital, mas não entre si” (MARX, 1867/2013, p.386). O capitalista paga a cada um o valor de sua força de trabalho independente, e não a força de trabalho combinado. A cooperação só começa a existir no processo de trabalho e o trabalho de cada um dos trabalhadores deixa de pertencer a eles mesmos.

Incorporam-se então ao capital. Quando cooperam, aos serem membros de um organismo que trabalha, representam apenas uma forma especial de existência do capital. Por isso, a força produtiva que o trabalhador desenvolve como trabalhador social é a produtividade do capital. (MARX, 1867/2013, p.386)

Vejamos, a seguir, à caracterização de Marx do processo de trabalho, sob o ponto de vista da cooperação:

Se a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraste com o processo de produção de trabalhadores isolados independentes, ou mesmo dos pequenos patrões. A transformação que torna cooperativo o processo de trabalho é a primeira que esse processo experimenta realmente ao subordinar-se ao capital. Essa transformação se opera naturalmente. Seu pressuposto, o emprego simultâneo de numerosos assalariados no mesmo processo de trabalho, constitui o ponto de partida da produção capitalista. Esse ponto de partida marca a existência do próprio capital. Se o modo de produção capitalista se apresenta como necessidade histórica de transformar o processo de trabalho num processo social, essa forma social do processo de trabalho se revela um método empregado pelo capital para ampliar a força produtiva do trabalho e daí tirar mais lucro.

A cooperação é a forma fundamental do modo de produção capitalista. (MARX, 1867/2013, p.388)

Na exposição da divisão do trabalho na manufatura, Marx irá trazer de forma ainda mais detalhada a cooperação. A cooperação no processo de produção capitalista predomina durante o período manufatureiro e vai até o último terço do século XVIII.

A manufatura se origina de dois modos. Nasce quando são concentrados numa oficina, sob o comando do mesmo capitalista, trabalhadores de ofícios diversos e independentes, por cujas mãos têm de passar um produto até o acabamento final. (Marx, 1867/2013, p.391)

A manufatura também teve outra origem. “O mesmo capital reúne, ao mesmo tempo, na mesma oficina, muitos trabalhadores que fazem a mesma coisa ou a mesma espécie de trabalho” (MARX, 1867/2013, p.392). Na cooperação simples, as diferentes operações dentro de uma sequência temporal elas são desprendidas umas das outras, isoladas, justapostas no espaço, e todas são executadas ao mesmo tempo pelos cooperadores, essa divisão vai pouco a pouco estruturando a divisão sistemática do trabalho. O trabalhador que executa a sua vida inteira uma única operação simples transforma todo o seu corpo em um processo automático, já o trabalhador combinado compõe-se apenas de trabalhadores parciais unilaterais. O primeiro produz mais em menos tempo ou eleva a força produtiva do trabalho e, o segundo, a repetição contínua e a concentração da atenção contribuem para atingir o efeito desejado de um mínimo de gasto de força. A forma completa da manufatura produz artigos que percorrem fases interligadas, numa sequência de processos gradativos. O produto parcial de um trabalhador é apenas uma parte no desenvolvimento de um mesmo artigo, cada trabalhador ou grupo de trabalhadores fornece ao outro sua matéria-prima. O resultado do trabalho de um é o ponto de partida do trabalho do outro. Todo o mecanismo da manufatura pressupõe um resultado determinado em um tempo determinado.

É claro que essa dependência direta dos trabalhos e dos trabalhadores entre si obriga cada indivíduo a só empregar o tempo necessário à sua função, obtendo-se assim continuidade, uniformidade, regularidade, ordenamento e, notadamente, intensidade de trabalho que não se alcançam no ofício independente e nem mesmo na cooperação simples. [...] Na manufatura, torna-se lei técnica do próprio processo de produção o fornecimento de determinada quantidade de produto num tempo dado. (MARX, 1867/2013, p.400)

A manufatura origina-se da combinação de diferentes ofícios e pôde desenvolver-se numa combinação de diferentes manufaturas, e essas últimas combinadas formaram departamentos mais ou menos separados espacialmente, cada um com produções independentes e com sua própria divisão de trabalho. Surge, assim, a transformação da empresa mecanizada e o período da manufatura, que teve como princípio a diminuição do tempo de trabalho necessário à produção de mercadorias e o desenvolvimento de utilização de máquinas, principalmente em processos simples de execução maciça e com grande emprego de força. A divisão do trabalho vai desde a separação das diferentes profissões até à divisão em que diversos trabalhadores dividem entre si a elaboração de um único produto.

Assim, a manufatura cria em todo ofício, de que se apodera, uma classe de trabalhadores não qualificados e desenvolve a especialidade inteiramente unilateralizada, constituída de muitos trabalhadores parciais. “As diferentes operações executadas sucessivamente pelo produtor de uma mercadoria e que se entrelaçam no conjunto de seu processo de trabalho apresentam-se exigências diversas” (MARX, 1867/2013, p.403). A divisão de um artigo em várias operações diferentes exige graus diferentes de habilidade e de força, assim, passa-se a exigir a quantidade de força e habilidade necessárias em cada operação.

A estreiteza e as deficiências do trabalhador parcial tornam-se perfeições quando ele é parte integrante do trabalhador coletivo. O hábito de exercer uma função única limitada transforma-o naturalmente em órgão infalível dessa função, compelindo-o à conexão com o mecanismo global a operar com a regularidade de uma peça de máquina.

As diferentes funções do trabalhador coletivo são simples ou complexas, inferiores ou superiores, e seus órgãos, as forças individuais de trabalho, exigem diferentes graus de formação, possuindo, por isso, valores diversos. A manufatura desenvolve, portanto, uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários. O trabalhador individual pertence a uma função única, limitada, sendo anexado a ela por toda a vida, e as diferentes tabelas estabelecidas nessa hierarquia são adaptadas às habilidades naturais e adquiridas. Todo processo de produção, entretanto, exige certos manejos simples que qualquer ser humano é capaz de realizar. Eles são destacados de sua conexão dinâmica com as operações mais importantes e ossificadas em funções exclusivas. (MARX, 1867/2013, p.404-405)

O trabalhador, na visão de Ure, *apud* Marx (1867/2013), passa a ter que adaptar-se às diferentes capacidades individuais e o sistema de manufatura caracteriza-se como uma divisão de trabalho segundo os diferentes graus de habilidades, um sistema de gradações de acordo com o nível de habilidade. (URE, *Philos. of Manuf.*, pp.19 a 23 *passim.*) (Nota de página nº 48, Marx, 1867/2013, p.405). A valorização maior do capital está diretamente relacionada à redução do tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho e, conseqüentemente, a ampliação dos domínios do trabalho excedente.

#### **2.4.10. Divisão social do trabalho**

Marx examina, também, a relação existente entre a divisão manufatureira do trabalho e a divisão social do trabalho, por ela constituir a base geral de toda produção de mercadorias. O surgimento da divisão social do trabalho ocorre através do intercâmbio de esferas de produção diferentes e independentes entre si. E a base de toda divisão do trabalho foi desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias, a separação entre a cidade e o

campo, para o autor, toda a história econômica é resultante desse movimento de antítese. O pressuposto material da divisão do trabalho dentro da manufatura é um número de trabalhadores utilizados simultaneamente na mesma oficina.

Sendo a produção e a circulação de mercadorias condições fundamentais do modo de produção capitalista, a divisão manufatureira do trabalho pressupõe que a divisão do trabalho na sociedade tenha atingido certo grau de desenvolvimento. Reciprocamente, a divisão manufatureira do trabalho, reagindo, desenvolve e multiplica a divisão social do trabalho. Com a diferenciação das ferramentas, diferenciam-se cada vez mais os ofícios que fazem essas ferramentas. [...] A divisão territorial do trabalho, que confina ramos particulares de produção em áreas determinadas de um país, recebe novo impulso com a atividade manufatureira, que explora todas as peculiaridades. (MARX, 1867/2013, p.408-409)

Mas, apesar das diversas analogias entre a divisão do trabalho no interior da sociedade e a divisão dentro de uma oficina, elas são essencialmente diferentes. Enquanto a divisão manufatureira do trabalho pressupõe concentração dos meios de produção nas mãos do capitalista, a divisão social do trabalho pressupõe o fracionamento dos meios de produção entre muitos produtores de mercadorias independentes entre si (MARX, 1867/2013, p.410).

Na manufatura, a lei de ferro da proporcionalidade submete determinadas quantidades de trabalhadores a determinadas funções; na sociedade, o acaso e o arbítrio desempenham livremente seu papel na distribuição dos produtores de mercadorias e de seus meios de produção entre os diferentes ramos de trabalho social. (MARX, 1867/2013, p.410)

Para Marx, na sociedade em que rege o modo capitalista de produção, combinam-se a anarquia da divisão do trabalho e o despotismo da divisão manufatureira do trabalho. “[...] A divisão manufatureira do trabalho pressupõe a autoridade incondicional do capitalista sobre seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo que a ele pertence” (MARX, 1867/2013, p.411). Em nota acrescentada, o autor estabelece como regra geral para diferenciar a divisão do trabalho no interior da sociedade e dentro da oficina que quanto menos intervém a autoridade na primeira mais se desenvolve a divisão do trabalho na segunda. Daí considerar que, nos que diz respeito à divisão do trabalho, a autoridade da oficina e da sociedade estão na razão inversa uma da outra (MARX, Karl. Op. cit., p. 130-131.) (Nota de página nº 59, MARX, 1867/2013, p. 412).

Enquanto a divisão social do trabalho, quer se processe, quer não através da troca de mercadorias, é inerente às mais diversas formações econômicas da sociedade, a divisão do trabalho na manufatura é uma criação específica do modo de produção capitalista. (MARX, 1867/2013, p.414)

Ainda para abordar o caráter capitalista da manufatura, o autor considera que um número grande de trabalhadores comandados por um mesmo capital é o ponto de partida da cooperação e da manufatura, e a divisão manufatureira do trabalho fortalece o número de trabalhadores empregados numa mesma técnica.

O organismo coletivo que trabalha, na cooperação simples ou na manufatura, é uma forma de existência do capital. Esse mecanismo coletivo de produção composto de numerosos indivíduos, os trabalhadores parciais, pertence ao capitalista. A produtividade que decorre da combinação dos trabalhos aparece, por isso, como produtividade do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, mas também cria uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores. [...] Não só o trabalho é dividido e suas diferentes frações são distribuídas entre os indivíduos, mas o próprio indivíduo é mutilado e transformado no aparelho automático de um trabalho parcial, [...] Originalmente, o trabalhador vendia sua força de trabalho ao capital por lhe faltarem os meios materiais para produzir uma mercadoria. Agora sua força individual de trabalho não funciona se não estiver vendida ao capital. Ela só opera dentro de uma conexão que só existe depois da venda, no interior da oficina do capitalista. O trabalhador da manufatura, só consegue desenvolver sua atividade produtiva como acessório da oficina capitalista. [...] a divisão do trabalho ferreteia o trabalhador com a marca de seu proprietário: o capital. (MARX, 1867/2013, p.415-416)

#### **2.4.11. O trabalho na grande indústria**

Para a Economia Política, a divisão social do trabalho na divisão manufatureira é um meio de produzir mais mercadorias com a mesma quantidade de trabalho, ou seja, acumular capital com a baixa dos preços. Na grande indústria, a máquina substitui o trabalhador de uma única ferramenta para o mecanismo em que ele opera com uma massa de ferramentas e que é movimentada por uma única força motriz. Quando as ferramentas se transformaram de manuais em mecânicas, a máquina motriz adquire forma autônoma além dos limites da força humana. Uma única máquina motriz pode operar simultaneamente várias máquinas de trabalho e a expansão desse mecanismo toma grandes proporções. O processo global passa a ser dividido e realizado numa série sucessiva dentro da manufatura e uma máquina de trabalho opera a combinação de diferentes ferramentas dispostas numa cadeia de máquinas-ferramentas diversificadas, mas que se complementam mutuamente. A cooperação por meio da divisão do trabalho reaparece como uma combinação de máquinas de trabalhos parciais e essas passam a executar todos os movimentos presentes no processamento da matéria-prima, mas sem a ajuda humana, uma maquinaria automática e capaz de aperfeiçoar-se continuamente.

A produção mecanizada encontra sua forma mais desenvolvida no sistema orgânico de máquinas-ferramenta combinadas que recebem todos os seus movimentos de um autômato central e que lhes são transmitidos por meio de um mecanismo de transmissão. [...] A manufatura se constitui, assim, em base técnica imediata da indústria moderna. (MARX, 1867/2013, p.438)

Quanto à grande indústria, Marx esclarece:

A indústria moderna teve então de apoderar-se de seu instrumento característico de produção, a própria máquina, e de produzir máquinas com máquinas. Só assim criou ela sua base técnica adequada e ergueu-se sobre seus próprios pés. Com a produção mecanizada crescente das primeiras décadas do século XIX, apoderou-se a maquinaria progressivamente da fabricação das máquinas-ferramenta. (MARX, 1867/2013, p.441)

E o que ocorre com o trabalho e a força humana na maquinaria da grande indústria?

O instrumental de trabalho, ao converter-se em maquinaria, exige a substituição da força humana por forças naturais, e da rotina empírica pela aplicação consciente da ciência. Na manufatura, a organização do trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação do processo de trabalho social é puramente subjetiva, uma combinação de trabalhadores parciais. No sistema de máquinas, tem a indústria moderna o organismo de produção inteiramente objetivo que o trabalhador encontra pronto e acabado como condição material da produção. Na cooperação simples e mesmo na cooperação fundada na divisão do trabalho, a supressão do trabalhador individualizado pelo trabalhador coletivizado parece ainda ser algo mais ou menos contingente. A maquinaria, [...] só funciona por meio de trabalho diretamente coletivizado ou comum. O caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade técnica imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho. (MARX, 1867/2013, p.442)

O capitalista colocou o operário a trabalhar como uma máquina que conduz suas ferramentas, entretanto, se a grande indústria aumentou consideravelmente a produtividade, por outro lado não deixou claro que a força produtiva pressupunha menor dispêndio de trabalho. A maquinaria, como um componente do capital constante, não cria valor, mas transfere seu próprio valor ao produto. A máquina e maquinaria desenvolvidas de forma sistemática é o meio característico de trabalho da grande indústria, entretanto, contém menos valor em comparação com os meios de produção do artesanato e da manufatura.

E quais foram às consequências imediatas da produção mecanizada sobre o trabalhador? Para responder a essa questão recorreremos à descrição de Marx da grande indústria, em que essa constitui uma revolução do meio de trabalho e esse meio assume uma configuração mais desenvolvida no sistema articulado de máquinas da fábrica. Primeiro, o autor considera algumas repercussões gerais da revolução sobre o próprio trabalhador. A primeira delas apresentada é a apropriação de forças de trabalho suplementares pelo capital:

trabalho feminino e infantil. No valor da força de trabalho, além da manutenção do trabalhador adulto, a maquinaria lança todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, com isso reparte o valor da força de trabalho do homem por toda a sua família, conseqüentemente, o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente da família ultrapassa o excedente de um. Para que uma família possa viver é necessário o trabalho excedente de vários membros. “Desse modo, a máquina, ao aumentar o campo específico de exploração do capital, o material humano, amplia, ao mesmo tempo, o grau de exploração” (MARX, 1867/2013, p.452).

A questão da degradação moral decorrente da exploração capitalista do trabalho de mulheres e crianças foi objeto de exaustiva descrição por F. Engels em sua obra *Lage der arbeitenden Klasse Englands* (Situação da Classe Trabalhadora) além de outros autores citados por Marx. A devastação intelectual produzida artificialmente pela transformação de pessoas imaturas em meras máquinas de produção de mais-valia teria levado o Parlamento inglês a estabelecer uma condição legal para o “uso produtivo” de menores de 14 anos. Assim, a produção da mais-valia relativa produzida pela máquina ocorreu devido à desvalorização direta da força de trabalho e, indiretamente, com a queda dos preços das mercadorias, permitindo ao capitalista trocar uma parcela menor de valor do produto diário pelo valor diário da força de trabalho. Uma consequência imediata do uso generalizado da maquinaria foi o excedente de trabalhadores.

A aplicação capitalista de maquinaria cria motivos novos e poderosos para efetivar a tendência de prolongar sem medida o dia de trabalho e revoluciona os métodos de trabalho e o caráter do organismo de trabalho coletivo de tal forma que quebra oposição contra aquela tendência. Demais, ao recrutar para o capital camadas da classe trabalhadora que antes lhe eram acessíveis e ao dispensar trabalhadores substituídos pelas máquinas, produz uma população trabalhadora excedente, compelida a submeter-se à lei do capital. (MARX, 1867/2013, p.465)

Para Marx, outra consequência produzida pela maquinaria foi a intensificação do trabalho com o prolongamento desmedido da jornada de trabalho.

É claro que, ao expandir-se a aplicação da maquinaria e ao acumular-se a experiência de uma classe especial de trabalhadores a ela ajustados, aumenta naturalmente a velocidade do trabalho e, em consequência, sua intensidade. (MARX, 2013, p.467)

Mas, foi graças à revolta crescente da classe operária que obrigou ao Estado reduzir à força a jornada de trabalho. Tal fato impossibilitou a produção crescente da mais-valia com o prolongamento da jornada, entretanto, o capital precisou lançar mão com plena força na

produção da mais-valia relativa através do desenvolvimento acelerado do sistema de máquinas. Isso levou à modificação de mais-valia relativa, se antes ela consistia em capacitar o trabalhador, mediante maior força produtiva do trabalho, agora, era produzir mais com o mesmo dispêndio de trabalho no mesmo tempo. “Essa compressão de massa maior de trabalho num período dado significa, então, o que realmente é: maior quantidade de trabalho” (MARX, 1867/2013, p.468). Um dos primeiros efeitos da redução da jornada de trabalho foi à intensificação do trabalho e a eficiência da força de trabalho, e essa passou a estar na razão inversa de seu tempo de efetivação. O capitalista ganhou no grau de esforço aquilo que foi perdido com o tempo de duração da jornada de trabalho. O maior uso da força de trabalho passou a ser assegurado pelo capital mediante o método de pagamento.

A redução da jornada cria de início a condição subjetiva para intensificar o trabalho, capacitando o trabalhador a empregar mais força num tempo dado. Quando essa redução se torna legalmente obrigatória, transforma-se a máquina nas mãos do capital em instrumento objetivo e sistematicamente empregado para extrair mais trabalho no mesmo espaço de tempo. É o que se obtém de duas maneiras: aumentando a velocidade da máquina e ampliando a maquinaria a ser vigiada por cada trabalhador, ou seja, seu campo de trabalho. É necessário aperfeiçoar a construção das máquinas para exercer maior pressão sobre o trabalhador. Aliás, esse aperfeiçoamento corre paralelo com a intensificação do trabalho, pois a redução da jornada força o capitalista a administrar da maneira mais severa os custos de produção. (MARX, 1867/2013, p.470)

A saída encontrada pelo capital, mediante a redução da duração da jornada de trabalho, levou à sistemática elevação do grau de intensidade do trabalho e à transformação de todo aperfeiçoamento da maquinaria como forma de exaurir ainda mais a força de trabalho do trabalhador. A divisão do trabalho na fábrica automática buscou a distribuição dos trabalhadores pelas diferentes máquinas especializadas e as massas de trabalhadores, que não compõem grupos específicos, em cooperação simples de trabalho.

Para trabalhar com máquinas, o trabalhador tem de começar sua aprendizagem muito cedo, a fim de adaptar seu próprio movimento ao movimento uniforme e contínuo de um autômato. Quando a maquinaria, como um todo, forma um sistema de máquinas diferentes, operando simultâneas e combinadas, exige a cooperação nela baseada uma distribuição das diferentes espécies de grupos de trabalhadores pelas diferentes espécies de máquinas. Mas a produção mecanizada elimina a necessidade, que havia na manufatura, de cristalizar essa distribuição anexando permanentemente o mesmo trabalhador à mesma função. (MARX, 1867/2013, p.480-481)

Seguindo Marx, vimos que, com a maquinaria de fábrica, o capital aumentou a exploração através da apropriação do trabalho ampliando a exploração do operário para mulheres e crianças e instaurando uma jornada desmedida de trabalho, aumentando a



produção ao custo de menor tempo, ou seja, um meio sistemático de exploração da força de trabalho de forma cada vez mais intensa. Na fábrica, em sua configuração mais evoluída, o sujeito é um próprio autômato e os operários são subordinados à força motriz central. Se na manufatura e no artesanato o trabalhador se servia da ferramenta, na fábrica, por sua vez, o trabalho serve à máquina, nessa última ele precisa acompanhar o movimento. Se na manufatura o trabalho foi definido como membros de um mecanismo vivo, na fábrica, há um mecanismo morto no qual os trabalhadores são incorporados como um apêndice vivo. “A lúgubre rotina de um trabalho atribulante e sem fim, em que se repete sempre o mesmo processo mecânico, lembra o tormento de Sísifo; como o rochedo, o peso de trabalho volta sempre a sobrecarregar o trabalhador esgotado” (F. Engels, Lage etc., p. 217) (Nota de página nº 86, MARX, 1867/2013, p.482). O trabalho é visto como um meio de tortura, e a máquina, ao invés de livrar o trabalhador do trabalho, priva seu trabalho de conteúdo, despoja o trabalho de todo o interesse.

Sendo, ao mesmo tempo, processo de trabalho e processo de criar mais-valia, toda produção capitalista se caracteriza por o instrumental de trabalho empregar ao trabalhador, e não o trabalhador empregar o instrumental de trabalho. Mas essa inversão só se torna uma realidade técnica e palpável com a maquinaria. Ao se transformar em autômato, o instrumental se confronta com o trabalhador durante o processo de trabalho como capital, trabalho morto que domina a força de trabalho viva, a suga e exaure. A separação entre as forças intelectuais do processo de produção e o trabalho manual e a transformação delas em poderes de domínio do capital sobre o trabalho se tornam uma realidade consumada, conforme já vimos, na grande indústria fundamentada na maquinaria. (MARX, 1867/2013, p.483)

Marx (1867/2013) nos afirma que: “A luta entre o capitalista e o trabalhador remonta a própria origem do capital” (p.488) e que a subordinação técnica do trabalhador ao meio de trabalho gera uma rígida disciplina que evolui para todo o regime da fábrica. Foi com a introdução da máquina que o trabalhador passou a combater mais incessantemente o próprio instrumental de trabalho, configuração material do capital. Sua revolta passou a ser contra determinada forma de produção responsável pelo fundamento material do modo capitalista de produção. Dessa forma, máquina e trabalhador passam a estar em constante competição.

O instrumento de trabalho, ao tomar a forma de máquina, logo se torna concorrente do próprio trabalhador. A autoexpansão do capital através da máquina está na razão direta do número de trabalhadores cujas condições de existência ela destrói. Todo o sistema de produção capitalista baseia-se na venda da força de trabalho como mercadoria pelo trabalhador. A divisão manufatureira do trabalho particulariza essa força de trabalho, reduzindo-a à habilidade muito limitada de manejar uma ferramenta de aplicação estritamente especializada. Quando a máquina passa a manejar a ferramenta, o valor de troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer

seu valor de uso. O trabalhador é posto fora do mercado como o papel-moeda retirado de circulação. (MARX, 1867/2013, p.491)

Portanto, frente ao otimismo econômico, os trabalhadores deslocados pela maquinaria, foram jogados da oficina para o mercado de trabalho, aumentando ainda mais o número de forças de trabalho à disposição da exploração capitalista. Para Marx, a empresa mecanizada leva a divisão social do trabalho de forma muito mais intensa do que a existente na manufatura, além de ter ampliado a força produtiva e dela se apoderado em grau muito mais elevado do que anteriormente praticado contra o trabalhador.

A maquinaria tem por resultado imediato ampliar a mais-valia e, simultaneamente, a quantidade de produtos em que ela se incorpora. Assim, ela aumenta a substância de que vive a classe capitalista e seu cortejo, fazendo crescer essas camadas sociais. Sua riqueza em expansão e a diminuição relativamente constante do número de trabalhadores necessários, para a produção dos gêneros de primeira necessidade geram, juntamente com novas necessidades de luxo, novos meios de satisfazê-las. Uma porção maior do produto social transforma-se em produto excedente e, uma parte maior do produto excedente é fornecida e consumida sob formas refinadas e mais variadas. Em outras palavras, a produção de luxo aumenta. O refinamento e a diversificação dos produtos correspondem também às novas relações comerciais com o exterior, criadas pela indústria moderna. (MARX, 1867/2013, p.506-507)

As condições gerais existentes na indústria moderna, caracterizada por um sistema de exploração, elasticidade e capacidade de expandir-se, só se deteve diante dos limites impostos pela matéria-prima e pelo mercado. Tornando supérflua uma parte dos trabalhadores, a transformação de “excedentes” de trabalhadores, e estimulando e incitando a emigração de estrangeiros para as colônias fornecedoras de matérias-primas. “Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada aos principais centros da indústria moderna, transformando uma parte do planeta em áreas de produção predominantemente agrícola, destinada à outra parte primordialmente industrial” (Marx, 2013, p.514).

A transição da manufatura, do artesanato e do trabalho domiciliar para a grande indústria, ou seja, a revolução do modo social de produzir ocorreu em função do tamanho, do setor e do período de tempo que levou para a máquina de costura se apoderar e um ou outro ramo da indústria, bem como, da situação preponderante da forma de trabalho dos trabalhadores. Mas, para Marx, o golpe decisivo, a transição, foi com a substituição do trabalho humano pela máquina a vapor. Se a concentração de máquinas de trabalho levou à utilização da força do vapor nas manufaturas, a concorrência para os músculos dos homens acelerou a concentração de operários e máquinas de trabalho em grandes fábricas. Em resumo, a grande indústria superou tecnicamente a divisão do trabalho na manufatura,

anexando e transformando toda a vida do ser humano a um detalhe na operação e ao mesmo tempo a forma capitalista reproduz na fábrica, ainda mais acentuadamente, a divisão do trabalho essa transformação do trabalhador em mero acessório de uma máquina. Além da introdução e exploração de mulheres e crianças, trabalhadores sem habilitação, na nova base da divisão do trabalho na fábrica ou na manufatura.

A grande indústria moderna rasgou o véu que ocultava ao homem seu próprio processo social de produção e que transformava os ramos de produção naturalmente diversos em enigmas, mesmo para aquele que fosse iniciado num deles. Criou a moderna ciência da tecnologia o princípio de considerar em si mesmo cada processo de produção e de decompô-lo, sem levar em conta qualquer intervenção da mão humana, em seus elementos constitutivos. As formas multifárias, aparentemente desconexas e petrificadas do processo social de produção se decompõem em aplicações da ciência conscientemente planejadas e sistematicamente especializadas segundo o efeito útil requerido. [...] A indústria moderna nunca considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. [...] Com isso, revoluciona constantemente a divisão do trabalho dentro da sociedade e lança ininterruptamente massas de capital e massas de trabalhadores de um ramo da produção para outro. Exige, por sua natureza, variação do trabalho, isto é, fluidez das funções, mobilidade do trabalhador em todos os sentidos. Entretanto, reproduz em sua forma capitalista a velha divisão do trabalho, com suas peculiaridades rígidas. (MARX, 1867/2013, p.551-552)

E Marx continua sua descrição do trabalho na indústria moderna:

Já vimos como essa contradição absoluta elimina toda a tranquilidade, solidez e segurança na situação da vida do trabalhador, mantendo-o sob a ameaça constante de perder os meios de subsistência, ao ser-lhe tirado das mãos o instrumental de trabalho, de tornar-se supérfluo, ao ser impedido de exercer sua função parcial; como essa contradição se patenteia poderosa na hecatombe ininterrupta de trabalhadores, no desgaste sem freio das forças de trabalho e nas devastações da anarquia social. Isto é o aspecto negativo. [...] a indústria moderna, com suas próprias catástrofes, torna questão de vida ou morte reconhecer como lei geral e social da produção a variação dos trabalhos e, em consequência, a maior versatilidade possível do trabalhador. Torna questão de vida ou morte substituir a monstruosidade de uma população operária miserável, disponível, mantida em reserva para as necessidades flutuantes de exploração capitalista, pela disponibilidade absoluta do ser humano para as necessidades variáveis do trabalho; substituir o indivíduo parcial, mero fragmento humano que repete sempre uma operação parcial, pelo indivíduo integralmente desenvolvido, para o qual as diferentes funções sociais não passariam de formas diferentes e sucessivas de atividade. [...] não há dúvida de que a forma capitalista de produção e as correspondentes condições econômicas dos trabalhadores se opõem diametralmente a esses fermentos de transformação e ao seu objetivo, a eliminação da velha divisão do trabalho. Mas o desenvolvimento das contradições de uma forma histórica de produção é o único caminho de sua dissolução e do estabelecimento de uma nova forma. (MARX, 1867/2013, p.552-553)

Marx faz uma referência a John Bellers, por considerá-lo um verdadeiro fenômeno na história da Economia Política no final do século XVII, e em função de seu entendimento da

necessidade de superação da divisão do trabalho por essa criar uma hipertrofia e atrofia em ambos os extremos da sociedade, mesmo que em direções opostas.

Dentre outras coisas, diz ele: “Aprender ociosamente é pouco melhor que aprender a ociosidade. (...) O trabalho físico foi o próprio Deus que instituiu originalmente. (...) O trabalho é tão necessário para a saúde do corpo quanto o alimento para conservá-lo; pois as dores que se poupam com o ócio, encontram-se com a doença. (...) O trabalho põe óleo na lâmpada da vida, o pensamento a acende. [...]. (*Proposals for Raising a Colledge of Industry of all Useful Trades and Husbandry*. Londres, 1696. pp. 12, 14, 16, 18.) (MARX, 1867/2013, nota nº 309, p.553)

Tal citação é bastante provocativa na medida em que John Bellers faz uma analogia do trabalho como necessário à vida, como aquilo que cria condições de possibilidade para manter acesa a chama da vida. Autor este que propõe a superação da divisão do trabalho por considerá-la prejudicial ao trabalhador e, conseqüentemente, à sua vida.

Quanto aos efeitos da revolução provocada pela grande indústria na agricultura e nas condições sociais de seus agentes de produção, para Marx, na esfera da agricultura ela aniquila o tradicional “camponês” substituindo-o pelo trabalhador assalariado, e tanto as necessidades sociais e as antíteses do campo são niveladas às da cidade.

Os métodos rotineiros e irracionais da agricultura são substituídos pela aplicação consciente, tecnológica, da ciência. O modo de produção capitalista completa a ruptura dos laços primitivos que, no começo, uniam a agricultura e a manufatura. [...] Com a preponderância cada vez maior da população urbana que se amontoa em grandes centros, a produção capitalista, de um lado, concentra a força motriz histórica da sociedade, e, do outro, perturba o intercâmbio material entre o homem e a terra, [...] Com isso, destrói a saúde física do trabalhador urbano e a vida mental do trabalhador do campo. [...] Na agricultura moderna, como na indústria urbana, o aumento da força produtiva e a maior mobilização do trabalho obtém-se com a devastação e a ruína física da força de trabalho. [...] A produção capitalista, portanto, só desenvolve a técnica e a combinação do processo social de produção, exaurindo as fontes originais de toda a riqueza: a terra e o trabalhador. (MARX, 1867/2013, p.570-571)

Destacamos, nessa citação, o modo de produção capitalista: com o desenvolvimento da técnica e a combinação do processo social de produção, ao preço da exaustão das duas fontes de riqueza: a terra e o trabalhador.

Passemos, então, a algumas considerações finais.

#### **2.4.12. Comentários à obra de Marx**

Finalizamos esta exposição de *O Capital* com os comentários de David Harvey (2013) in *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, sobre a obra

de Karl Marx. Para o autor, Marx oferece uma completa interpretação da modernização capitalista, combinando o pensamento iluminista com os paradoxos e contradições do capitalismo, e, também, sua teoria da modernização capitalista favorece uma leitura instigante quando confrontada com as teses culturais de pós-modernidade.

Segundo Harvey (2013), Marx, sob muitos aspectos, seria considerado filho do pensamento iluminista, porque teria transformado o pensamento e mostrado que a emancipação humana universal poderia surgir da lógica classista e repressiva, embora contraditória, do desenvolvimento capitalista. Segundo Cassirer (1951), *apud* Harvey (2013), o pensamento iluminista teria abraçado a ideia de progresso e buscado a ruptura com a história e a tradição, e acolhido à mudança e, visto na transitoriedade, no fugidio e no fragmentário a condição necessária para realização do projeto modernizador. Os iluministas teriam usado as doutrinas da Revolução Francesa em defesa da igualdade, da liberdade, da fé na inteligência humana e da razão universal, e defendiam que uma boa lei é aquela que atinge a todos. “Uma boa lei deve ser boa para todos” (HARVEY, 2013, p.23). O pensamento iluminista acreditava na existência de algum mecanismo social tal como a “mão invisível” de Adam Smith capaz de converter o sentimento moral num resultado vantajoso para todos. Marx teria concentrado na classe trabalhadora o agente de libertação e emancipação humanas, tal libertação ocorreria quando os produtores diretos pudessem ter o controle do próprio destino, substituindo o domínio e a repressão por um reino de liberdade social (Harvey, 2013, p.24-5). Marx Weber na visão de Bernstein, *apud* Harvey (2013), também seria um protagonista da modernidade com sua crítica à expectativa dos pensadores iluministas, dado o vínculo que manteria com o desenvolvimento da ciência, da racionalidade e da liberdade humana universal, e o desenvolvimento da racionalidade proposital-instrumental levaria à criação de uma “jaula de ferro” da racionalidade burocrática à qual não seria possível escapar.

Marx, no início de *O Capital*, *apud* Harvey (2013), teria nos advertido que a mercadoria seria “uma coisa misteriosa” porque incorporaria simultaneamente o valor de uso (atende a um desejo ou necessidade particular) e o valor de troca (usado como objeto de barganha para adquirir outras mercadorias). Dualidade que nos colocaria diante da seguinte questão: consumi-la ou trocá-la? Todavia, a proliferação das relações de troca e dos mercados de fixação de preços das mercadorias teria levado à sua cristalização como dinheiro.

Com o dinheiro, o mistério da mercadoria assume uma nova dimensão, porque o valor de uso do dinheiro está em sua representação do mundo do trabalho social e do valor de troca. O dinheiro lubrifica a troca, mas, sobretudo, se torna o meio pelo qual comparamos e avaliamos tipicamente, tanto antes como depois do fato da troca, o valor de todas as mercadorias. (HARVEY, 2013, p.98)

A partir de Marx, *apud* Harvey (2013), seria possível uma análise mais profunda do dinheiro no capitalismo. O dinheiro passaria a ser representado por diversos símbolos (moedas, papel-moeda e crédito) uma “ficção arbitrária” que representaria todo o mundo do trabalho social, da produção e do trabalho diário.

Os “produtores capitalistas” incentivariam, cada vez mais, o apetite entre os consumidores e seu sentido de necessidade, seja por meio do prazer, do lazer, da sedução ou da vida erótica, todos seriam trazidos no âmbito do poder do dinheiro e da produção de mercadorias. Dessa forma reforçariam o fetichismo que surge automaticamente no processo de troca no mercado. O dinheiro seria, então, a representação suprema do poder social na sociedade capitalista e se tornaria o objeto de luxúria, de ambição e de desejo, bem como o poder sobre as pessoas e de domínio de classes exploradas, com o dinheiro compramos o tempo de trabalho ou os serviços prestados.

Na verdade, o dinheiro funde o político e o econômico numa genuína economia política de avassaladoras relações de poder [...].

[...] O dinheiro unifica precisamente através de sua capacidade de acomodar o individualismo, a alteridade e uma extraordinária fragmentação social.

[...] O que explica o poder do liberalismo econômico (do livre mercado) como doutrina fundadora do capitalismo. É precisamente nesse contexto que o individualismo possessivo e o empreedimentismo, a inovação e a especulação criativos podem florescer, embora isso também implique uma proliferação fragmentação de tarefas e responsabilidades, bem como uma transformação necessária das relações sociais que chega a ponto de forçar os produtores a ver os outros em termos puramente instrumentais.

Mas o capitalismo não se restringe à produção de mercadorias e à troca de mercado. Certas condições históricas – em especial a existência do trabalho assalariado – são necessárias antes de a busca de lucro – por dinheiro em circulação para ganhar mais dinheiro – poder se tornar o modo básico de reprodução da vida social. (HARVEY, 2013, p.100-101)

Com o advento de uma economia do dinheiro, Marx, *apud* Harvey (2013), teria identificado o dinheiro como “a verdadeira comunidade”, fato que alteraria a condição social de dependência direta das pessoas para a dependência das relações interpessoais e objetivas de outras pessoas. O dinheiro e a troca no mercado, ambos colocariam um “véu” nas relações sociais entre as coisas, condição essa denominada de “fetichismo da mercadoria”. Tal denominação seria uma das mais importantes definições marxianas porque teríamos passado de uma interpretação das relações, ainda que superficiais, mas pudemos observar o mercado em termos sociais.

As condições de trabalho e de vida, a alegria, a raiva ou frustração que estão por trás da produção de mercadorias, os estados de ânimo dos produtores, tudo isso está oculto de nós ao trocarmos um objeto (o dinheiro) por outro (a mercadoria). (HARVEY, 2013, p.98)

Os vestígios da exploração seriam obliterados no objeto, ou seja, não conseguiríamos identificar as condições de trabalho necessárias à sua produção. “O conceito de fetichismo explica como as condições de modernização capitalista, podemos ser tão objetivamente dependentes de ‘outros’, cuja vida e aspirações permanecem tão totalmente opaca para nós” (HARVEY, 2013, p.98).

Marx, *apud* Harvey (2013), teria avançado mais ainda com a análise da conversão do trabalho em trabalho assalariado, ou seja, com “a separação entre o trabalho e o seu produto, entre a força de trabalho subjetiva e as condições objetivas do trabalho (Capital, 1: 3)” (p.101). Quando os capitalistas passaram a comprar força de trabalho com dinheiro eles se viram no direito de dispor do trabalho dos outros sem considerar o que estes podiam pensar, precisar ou sentir. Isso teria levado a classe trabalhadora a tornar-se submetida ao domínio do “outro” e os capitalistas adquiriram direitos de impor todo tipo de condições ao trabalhador, sendo este último alienado ao processo de produção e ao valor apropriado como lucro. A fragmentação forçada do processo de trabalho teria acentuado a perda de controle sobre os instrumentos de produção e o trabalhador se tornado um “apêndice” da máquina. O conhecimento, a ciência e a técnica seriam objetivados na máquina e o trabalho manual separado do trabalho mental. A busca crescente pela lucratividade levaria os capitalistas a explorarem todos os tipos de possibilidades e a criação de novos desejos e necessidades, novos espaços, novos mercados, novas fontes de matérias-primas e novas forças de trabalho e locais mais atrativos para a produção. Uma verdadeira revolução da divisão territorial e internacionalização do trabalho, além da transformação do tempo e do espaço para redução do tempo de giro do capital. “Em resumo, o capitalismo é um sistema social que internaliza regras que garantem que ele permaneça uma força permanentemente revolucionaria e disruptiva em sua própria história mundial” (HARVEY, 2013, p.103).

Para Harvey (2013), Marx teria descrito os processos sociais que agem no capitalismo na promoção do

[...] individualismo, a alienação, a fragmentação, a efemeridade, a inovação, a destruição criativa, o desenvolvimento especulativo, mudanças imprevisíveis nos métodos de produção e de consumo (desejos e necessidades), mudança da

experiência do espaço e do tempo, bem como uma dinâmica de mudança social impelida pela crise. (HARVEY, 2013, p.107)

Essas condições de modernização capitalista dariam o contexto material aos pensadores e produtores culturais modernos e pós-modernos forjarem suas sensibilidades, princípios e práticas estéticos, o que Harvey se permitiria considerar que a virada para o chamado pós-modernismo não refletiria nenhuma mudança fundamental da condição social (HARVEY, 2013, p.107). A ascensão ao pós-modernismo ou significaria um afastamento de modos de pensar sobre o que pode ou deve ser feito em relação a essa condição social ou uma mudança na maneira de operar do capitalismo atualmente. As duas condições nos permitiriam extrair uma base sólida para pensar as relações gerais estabelecidas entre a modernização, a modernidade e os movimentos estéticos e de onde extraem suas energias.

Harvey (2013) também considera que as tradições das teorias sociais de Marx, Weber, Adam Smith e Marshall privilegiaram o tempo em suas formulações, bem como suporiam a existência de alguma ordem espacial preexistente na qual oporiam os processos temporais ou reduziriam as barreiras espaciais ao ponto de tornarem o espaço um aspecto contingente, e não fundamental, da ação humana. “A redução do espaço a uma categoria contingente está implícita na própria noção de progresso” (HARVEY, 2013, p.190). A teoria estética se preocuparia muito mais com a “especialização do tempo” e a teoria social sempre teria o foco os processos de mudança social, de modernização e de revolução (técnica, social, política) e teria o progresso como seu objeto teórico e o tempo histórico em sua dimensão primária (idem).

#### **2.4.13. Considerações**

Concluída esta longa exposição das elaborações de Karl Marx (1867/2013) sobre o trabalho na modernidade, passo, então, a apresentar alguns pontos de aproximação e de distanciamento em relação ao trabalho na pós-modernidade, especificamente, na entidade pesquisada, a Previ. Para o autor, o trabalho é o agente do trabalho social este se dá nas relações de trocas entre os produtos e os produtores, isto é, nas relações materiais entre pessoas e coisas. É esta ação social que permite que o processo de troca de mercadorias se transforme em dinheiro, isto é, materialização do trabalho humano, sendo o dinheiro a “mercadoria universal”. E o enigma do fetiche dinheiro é a forma retumbante do enigma mercadoria. Quanto a Previ, não podemos menosprezar o fato de que ela tem por atividade fim a excelência na acumulação de dinheiro para o pagamento de benefícios aos seus



“investidores”. Ou, ainda, tratar-se de um fundo de pensão vinculado a uma estatal brasileira que tem o governo federal como seu maior acionista. Assim como temos de levar em consideração que, nos últimos vinte anos, a entidade teve como representantes, nos Órgãos Sociais, militantes sindicais eleitos com o apoio da base sindical vinculada ao Partido dos Trabalhadores, partido que elegeu o presidente da República no Brasil em quatro eleições consecutivas. E, mais ainda, outro fato extremamente relevante, a sua configuração paritária entre empregador e empregado, ou seja, “patrão” e “empregado”, representados pelos mesmos agentes. Pelo exposto, podemos, no mínimo, supor que estas condições tão peculiares da entidade poderiam subverter a famosa luta de classes descrita por Marx (1867/2013). Certamente isto trouxe reflexos na mentalidade dos colaboradores e na condução dos direcionadores estratégicos da entidade. Tema este que será mais detalhado nos capítulos finais desta tese.

Quanto ao desejo de entesourar vimos que ele é por natureza insaciável, não conhece fronteiras e representa universalmente a riqueza material e é conversível em qualquer mercadoria. Dinheiro que impulsiona sempre seu conquistador ao circuito permanente da acumulação exposto por Marx na seguinte fórmula:  $D - M - D'$ , em que  $D' = D + \Delta D$  é equivalente à soma de dinheiro originalmente adiantada mais um acréscimo. Tal acréscimo ou o excedente do valor original é denominado de *mais-valia* (valor excedente). Na Crematística de Aristóteles a circulação do dinheiro é a fonte de toda riqueza e tudo parece girar em torno do dinheiro, o dinheiro é o começo e o fim de todas as coisas. Portanto, não há limites à riqueza, e o dinheiro visa sempre à sua própria multiplicação. Desta forma, a paixão inextinguível pelo lucro, ou seja, a *auri sacra fames* é mais uma vez apresentada como uma característica do capitalista. É bem provável que este impulso de enriquecimento absoluto teria movido os patrocinadores da Previ, representados pela patrocinadora (patrão) e os participantes (trabalhadores ativos ou aposentados), a esta caça apaixonada comum ao capitalista de entesouramento, e permitido que a entidade direcionasse uma parcela significativa de seus ativos, de seus bilhões de investimentos, em renda variável. O resultado financeiro da Previ tem demonstrado que a entidade tem se valido do circuito por excelência de acumulação de investimentos, isto é, do circuito especulativo do dinheiro que por si só gera mais dinheiro, independente do circuito da troca de mercadorias.

A Previ, representada por patrão e trabalhadores na condição concomitante de possuidores do dinheiro e também da força de trabalho, seus investimentos encontram-se nos mais variados ramos de atividades. Na relação estabelecida do processo de trabalho, o proprietário da força de trabalho (trabalhadores), vende-a ao capitalista (patrão), por tempo

determinado de trabalho, aliena sua força de trabalho, sem perder a força sobre ela, caso contrário, perderia sua condição de homem livre. Para Marx (1867/2013), quando o trabalhador adianta ao capitalista o valor de uso de sua força de trabalho, ele está fornecendo um crédito ao capitalista. O possuidor de dinheiro ávido por negócios graças à força de trabalho do trabalhador torna-se um entesourador de riqueza. O processo de trabalho se dá nesta troca entre o as coisas que o capitalista comprou e que lhe pertencem. Portanto, o capitalista é proprietário do capital e também da força de trabalho do trabalhador. O capitalista quer sempre produzir não só valor de uso, mas valor e também *mais valia*. Parte excedente que se transforma em grandeza variável, isto é, capital variável. Na entidade pesquisada, o dinheiro é a principal mercadoria e o trabalho ali realizado requer uma divisão bem desenvolvida e que permita a separação entre valor de uso e valor de troca, capaz de gerar excedente.

Todo o processo de trabalho social pressupõe maior ou menor intensidade da condição material de transformação de muitos processos de trabalho individuais, dispersos e independentes, em um processo combinado. No caso Previ, bem como de outros fundos de pensão com composição paritária (patrão e trabalhador), temos que lembrar que esta divisão interna do processo de trabalho entre capitalista e força de trabalho é diferenciada. A entidade vive esta dicotomia, principalmente, para aqueles empregados que prestam serviços diretamente à entidade, porque ora assumem o discurso do “patrão” e ora o do “trabalhador”. Se por um lado, o objetivo da *mais-valia* é a produção de um lucro, um excedente, isso requer obter com o capital despendido a maior quantidade possível de trabalho, por outro, são os próprios trabalhadores que terão que gerar esta *mais-valia*.

Historicamente, na produção capitalista, a luta pelos limites da jornada de trabalho se deu entre as classes dos capitalistas e a dos trabalhadores, no caso apresentado, a Previ, patrões ou trabalhadores que atuam na entidade estão concomitantemente nas duas posições. Vemos aí uma situação bem atípica, talvez até mesmo um conflito de interesses, pois aqueles que lutam por melhores condições técnicas e sociais do processo de trabalho e aumento da força produtiva, são aqueles que devem lutar pela queda do valor da força de trabalho e acréscimo da *mais-valia*. Talvez isto explique, pelo menos parcialmente, as condições de trabalho e os salários praticados pela entidade.

Para Marx (1867/2013), o trabalhador é o proprietário de sua força de trabalho e ele só pode vender o que possui, a sua força de trabalho individual isolada. Os trabalhadores são indivíduos que entram em relação com o capital, mas não entre si. E a divisão do trabalho pressupõe autoridade incondicional do capitalista sobre os trabalhadores transformados em

simples mecanismo que a ele pertence. No entanto, esta condição é distinta em locais de trabalho, entidades como a Previ, em que o trabalhador também é o proprietário do capital. Se de um lado podemos pensar em maior grau de autonomia do trabalhador em relação ao capitalista, de outro, ponderamos que, neste caso, o imperativo de acumulação será ainda mais forte, porque os lugares de patrão e trabalhador se misturam. Quanto maior o capital representado pelo capitalista, o patrão, maior será o poder do trabalhador. Neste sentido, fortalecendo-se o capital da entidade inevitavelmente fortalece-se o poder do capitalista e, neste caso, do trabalhador. O resultado do trabalho de um é o ponto de partida do trabalho do outro.

Também segundo Marx (1867/2013), existe uma autoridade incondicional do capitalista sobre os seres humanos transformados em simples membros de um mecanismo, no caso específico analisado, acreditamos que essa autoridade se mantém, mas sob um duplo imperativo da acumulação, tanto do lado do “patrão” como do “trabalhador”. Mais uma vez, lembramos aqui da cota de sacrifício do indivíduo em prol da sociedade, descrito por Freud (1930 [1929]) como o mal-estar da civilização. Tal altruísmo se torna vulnerável diante da acumulação de capital, seja da parte do capitalista ou do próprio trabalhador, ambos submetidos à lei do capital.

Também pelo capital, o trabalho moderno não para de transformar-se, o processo social de produção está em permanente transformação lançando ininterruptamente massas de capitalistas e massas de trabalhadores de um lado para o outro, não mais necessariamente de uma produção para outra, mas de uma aplicação para outra. Embora exista a fluidez das funções, a mobilidade em todos os sentidos, ainda reproduz-se a velha divisão do trabalho com suas peculiaridades rígidas.

Podemos assim concluir, na entidade pesquisada, seria um caso exemplar de uma “subversão” na luta de classes entre capitalista e trabalhador que remonta a origem do capital. Segundo Harvey (2013), Marx teria concentrado na classe trabalhadora o agente de libertação e emancipação humanas, tal libertação ocorreria quando os produtores diretos pudessem ter o controle do próprio destino, substituindo o domínio e a repressão por um reino de liberdade social (Harvey, 2013, p.24-5). No entanto, no contexto da Previ, podemos complementar as previsões marxistas de que a liberdade social teria sido de alguma forma atingida pela *auri sacra fames*, pela impulsividade da acumulação ou, como diria Aristóteles, pela Crematística, ou freudianamente pela pulsão insaciável, no caso, de enriquecimento. Vemos aí, capitalistas e trabalhadores submetidos ao capital.

Dando prosseguimento aos diversos autores que nos ajudam a situar o trabalho na modernidade e, posteriormente, na pós-modernidade, apresentaremos algumas considerações em referência à obra de Louis Althusser *Os aparelhos ideológicos do Estado* que poderá nos ajudar aprofundar o pensamento da luta de classes e o modo de produção capitalista, apoiado no conceito marxista. Althusser identifica diversos aparelhos de poder, além do Estado, são várias instituições por ele designadas como “aparelhos ideológicos” e lugares propícios à luta de classes.

## **2.5. As contribuições de Louis Althusser e os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE)**

Althusser (1985), apoiado na definição de Marx em *O capital*, afirma que “[...] a condição última da produção é a reprodução das condições de produção” (p.53), isso para marcar que não há produção possível sem que assegure as condições materiais da produção, ou seja, a reprodução dos meios de produção. Portanto, toda a formação social condiciona à produção a reproduzir suas condições. Reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes.

E como assegurar a reprodução da força de trabalho? Segundo Althusser (1985) ela pode ser assegurada por meio material da contabilização do “capital mão de obra”, o salário. No entanto, o salário representa apenas parte do valor produzido pelo gasto da força de trabalho e indispensável para a reconstituição da mesma. No regime capitalista, a reprodução da qualificação dessa força de trabalho tende a acontecer no “local de trabalho”, mas cada vez mais fora do sistema de produção, através do sistema escolar capitalista e outras instâncias. A reprodução dessa força de trabalho exige não apenas a reprodução de sua qualificação, mas a submissão às normas da ordem vigente, ou seja, a ideologia assegurada por aparelhos que mantenham a submissão à ideologia dominante dos exploradores (capitalistas) pelos explorados (operários). No entanto, a descoberta marxista identifica que não basta assegurar as condições materiais de sua reprodução para que se produza a força de trabalho, haveria uma variável histórica (ALTHUSSER, 1985, p.57) a ser considerada.

Portanto, para Althusser, a concepção de sociedade de Marx é revolucionária e designada como “todo social”. Sua estrutura é constituída por “níveis” ou “instâncias” articuladas por uma determinação específica: a “infraestrutura” ou base econômica, relacionadas às forças produtivas e relações de produção, e a “superestrutura”, compreendida em duas “instâncias”: a jurídico-política (o direito e o Estado) e a ideológica (as distintas

ideologias: religiosa, moral, jurídica, política, etc...) (p.60). Sendo o Estado concebido como um aparelho repressivo que permite às classes dominantes, a partir do século XIX, assegurar a dominação sobre a classe operária, isto é, a manutenção para submetê-los ao processo de extorsão da mais-valia, à exploração trabalhista (p.62).

O essencial da teoria marxista do Estado só tem sentido em função do poder do Estado, a luta política das classes gira em torno do Estado, ou seja, em torno da posse da tomada e manutenção do poder de Estado por certa classe ou pela aliança de classes. (ALTHUSSER, 1985, p.65).

Althusser apresenta uma tese que permite avançar a teoria do Estado, ou seja, além da distinção entre Estado de poder e aparelho de Estado há, também, a realidade designada como aparelhos ideológicos do Estado (AIE), e enumera algumas instituições identificadas como aparelhos ideológicos: escola, religião, família, política, sindicato, informação, cultura e outros. E acrescenta que estes aparelhos não são apenas os meios, mas o próprio lugar da luta de classes:

Se os AIE “funcionam” predominantemente através da ideologia, o que unifica a sua diversidade é este funcionamento mesmo, na medida em que a ideologia, na qual funcionam, está de fato sempre unificada, apesar da sua diversidade e contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da “classe” dominante. (ALTHUSSER, 1985, p.71)

Essencialmente, o que distingue o aparelho repressivo do Estado do aparelho ideológico do Estado é que o primeiro funciona através da violência e o segundo através da ideologia. No período histórico pré-capitalista, século XVI ao XVIII, a Igreja foi alvo da luta ideológica em função da posição dominante que detinha como aparelho ideológico do Estado. Nas atuais formações sociais capitalistas, a tese de Althusser é que o aparelho escolar é o aparelho ideológico de Estado dominante. Para justificar essa tese, o autor defende que todos os aparelhos ideológicos de Estado, sem exceção, corroboram para a reprodução das relações de produção, ou seja, das relações de exploração capitalistas (ALTHUSSER, 1985, p.78).

E acrescenta:

É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que, em grande parte, são reproduzidas as relações de produção de uma formação social capitalista, ou seja, as relações entre exploradores e explorados. (ALTHUSSER, 1985, p.80)

Assim, Althusser, seguindo Marx, considera imprescindível definir o termo ‘ideologia’ e, por isso, o retoma como “um sistema de ideias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (p.81). E acrescenta:

A ideologia é então para Marx uma bricolagem,<sup>35</sup> imaginário, puro sonho, vazio e vazio, constituído pelos “resíduos diurnos, da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente sua existência. (ALTHUSSER, 1985, p.83)

A tese central sobre a estrutura e o funcionamento da ideologia, é apresentada, por Althusser, em forma de duas teses, a saber, a primeira trata do objeto que é “representado” sob a forma imaginária da ideologia e, a segunda, trata da materialidade da ideologia. A Tese 1: “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (p.85) e a Tese 2: “A ideologia tem uma existência material” (p.88). Na formulação da segunda tese, o autor conserva as noções de sujeito, consciência, crença e atos e dessa sequência extrai o termo central decisivo, do qual dependem todos os demais: a noção de sujeito. Com isso, enuncia duas teses simultâneas, na primeira, “só há prática através de e sob uma ideologia” e, na segunda, “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (p.93).

A tese central “A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos” explicita a última formulação acima apresentada: “só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos. Ou seja, a ideologia existe para sujeitos concretos, e esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito: isto é, pela categoria de sujeito e de seu funcionamento” (ALTHUSSER, 1985, p.93). É no jogo de uma dupla constituição que Althusser localiza o funcionamento de toda ideologia, ao mesmo tempo em que a categoria de sujeito é constitutiva de toda ideologia, a categoria de sujeito não é constitutiva de toda ideologia, posto que, a função da toda ideologia é “constituir” indivíduos concretos em sujeitos.

Althusser nos sugere que a ideologia “age” ou “funciona” de forma que ela “recruta” sujeitos dentre os indivíduos, ou seja, “transforma” os indivíduos em sujeitos através de uma ação muito específica que ele nomeia de “interpelação”, no sentido mais banal do termo, como em uma interpelação policial, fazendo analogia à prática policial de interpelar “suspeitos”. Tal formulação da ideologia implica uma transformação dos indivíduos concretos

---

<sup>35</sup> “O verbo *bricoler* não tem tradução direta para o português, significando a maneira pragmática pela qual a partir da junção de pedaços de coisas diferentes podem-se construir outras coisas. A bricolagem indica a ação de construção sem um projeto estabelecido; indica também que não se conta com os elementos adequados à ação” (ALTHUSSER, 1985, p.83).

em sujeitos concretos. Quando o autor acrescenta que a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos, isto o aproxima da definição de sua última formulação: “*os indivíduos são sempre/já sujeitos*” (p.98). Isso para explicar que o indivíduo, antes mesmo de nascer, “seja sempre/já sujeito”. Tal formulação já havia sido demonstrada por Freud. Althusser, afirma que “os indivíduos são sempre “abstratos” em relação aos sujeitos que são desde sempre” (p.98). Com isso quer dizer que antes de nascer, uma criança é um sujeito determinado a sê-lo através da configuração ideológica familiar na qual ela é “esperada”, compreende-se daí uma “pressão” e “predeterminação ideológica” através de todos os rituais familiares e na “apreensão” da sexualidade pelo sujeito e por seus efeitos como o surgimento do inconsciente designado por Freud.

Althusser também vê a força de trabalho submetida à ideologia assegurada por aparelhos de submissão da classe de explorada (operários) pela classe de exploradores (capitalistas). A estrutura social de Marx é concebida em instâncias da infraestrutura (forças produtivas e relações de produção) e superestrutura (o direito e o Estado e outras ideologias). O Estado é o aparelho repressivo que permite a opressão das classes dominantes pelas dominadas, extorsão via *mais-valia*. A diferença entre estes e o Estado é que eles agem através de ideologias. Algumas instâncias são identificadas como ao AIE, dentre elas, a política e o sindicato. É nestes aparelhos que ocorre a própria luta de classes. Pensando na entidade pesquisada, esta é perpassada por diversas instâncias ideológicas, mas, destacamos, principalmente, o sindicato e a política, pelas questões já comentadas anteriormente, ou seja, a vinculação com o governo federal e a militância político-partidária. Quanto à divisão exposta da luta de classes existente entre dominantes e dominados, capitalistas e operários, lembramos também que a condição da entidade pesquisada permite uma configuração híbrida em sua composição paritária e os mesmos agentes atuam ora como patrão e ora como trabalhadores. Este assunto foi abordado anteriormente nos comentários da obra de Marx.

Vimos nas contribuições de Althusser em *Aparelhos ideológicos de Estado* uma reflexão crítica sobre as relações de produção, a partir da tese dos aparelhos ideológicos do Estado e de suas influências nas instituições, também nos valeremos, a seguir, das contribuições de Foucault (1988) para pensarmos os mecanismos do “biopoder” e da “biopolítica” utilizados pela sociedade moderna e de suas repercussões para situarmos o contexto do trabalho.

## 2.6. As contribuições de Michel Foucault

Segundo Coelho dos Santos (2015)<sup>36</sup>, Foucault construiu uma analítica das relações concretas de poder contrapondo-as às relações de poder dos aparelhos ideológicos de estado de Althusser. Foucault mostra como os aparelhos ideológicos são montados na estrutura de poder vertical, e a sua tese é que o poder não é vertical. Foucault foi um grande crítico de Marx e um grande revisor das teses de Althusser. A tese de Foucault é pensar o poder na modernidade, que implica em abandonar o pensamento de poder adequado ao feudalismo, quando esse se estruturava como soberania, piramidal. Foucault critica a transposição piramidal para a modernidade. Por quê? Porque ele fez uma série de livros mostrando como a estrutura do poder se modifica completamente na modernidade e essa passa a ser interativa. Quando ele apresenta a analítica das relações concretas de poder é porque ele defende que tudo o que é orientado para um grupo dominar o outro, também pode ser usado no sentido contrário. Justamente, porque não há mecanismos que funcionem numa única direção. Ele quer contestar essa ideia que foi inclusive perpetuada pelo marxismo de que há uma classe dominante e há uma classe dominada. A única coisa importante na luta de classes é a luta, pois se uma classe tenta dominar uma determinada classe, essa outra também reage. Nesse sentido é que o poder não se exerce somente numa direção. Esse é um grande mérito de Foucault, isto é, ter destruído o maniqueísmo de que há os pobres bonzinhos e há os ricos mauzinhos. É uma coisa muito complexa e que atua em diferentes direções. O mérito de introduzir o pensamento de Foucault é respeitando a crítica que ele faz ao que considera como um pensamento estruturalmente antiquado.

Coelho dos Santos (2015), em referência ao seu livro *Quem precisa de análise hoje? O discurso analítico e novos sintomas e novos laços sociais*, reconhece que efetivamente o que Foucault quer transmitir, a saber, é que ele não estuda mecanismos de poder, mas, sim, faz uma analítica das relações concretas de poder. Por que são analíticas e concretas? Exatamente porque não são abstratas, não tem a infraestrutura e a superestrutura, o econômico versus o ideológico e o político. Ele justamente quer desconstruir essa ideia de que em última instância o único poder é o econômico. Ele mostra que os discursos têm uma efetividade política real e esses não são apenas uma camada ideológica, uma camada de enganos que a classe dominante fabrica para fazer valer que a única coisa que vale é o econômico. Existe o econômico, mas os discursos são produtivos, eles transformam a realidade social, eles transformam a realidade dos meios de produção.

---

<sup>36</sup> Coelho dos Santos (2015) – Orientação realizada em 17.07.2015, inédito.



### 2.6.1. Foucault e os mecanismos de poder

A partir de nossa leitura da obra de Michel Foucault (1988) *História da sexualidade I: a vontade saber*, apresentamos algumas definições extraídas do autor sobre as correlações de força e mecanismos de poder. Com o objetivo de aprofundar sua analítica das relações concretas de poder, recorreremos às elaborações da autora Coelho de Santos, extraídas de sua obra citada no parágrafo acima.

De acordo com Foucault (1988), uma das grandes novidades nas técnicas de poder no século XIII teria sido o surgimento do termo “população”, entendido como problema econômico e político e sua associação à mão de obra ou capacidade de trabalho e, também, o seu equilíbrio entre o crescimento e as fontes. Citemos o autor:

Os governos percebem que não têm que lidar simplesmente com sujeitos, nem mesmo com um “povo”, porém com uma “população”, com seus fenômenos específicos e suas variáveis próprias: natalidade, morbidade, esperança de vida, fecundidade, estado de saúde, incidência das doenças, forma de alimentação e de habitat. Todas essas variáveis situam-se no ponto de intersecção entre os movimentos próprios à vida e os efeitos particulares das instituições [...]. (FOUCAULT, 1988, p.31)

No contexto de uma economia política da população estrutura-se toda uma teia de observações sobre o sexo, mediante a análise das condutas sexuais, suas determinações e efeitos, os limites existentes entre o biológico e o econômico. Discursos e saberes são instituídos e o sexo torna-se objeto de disputa pública entre o Estado e o indivíduo. A partir do século XVIII, surgem numerosos dispositivos institucionais e estratégias discursivas em torno do sexo das crianças e dos adolescentes, e como meio de exercício desse poder, toda uma sociedade foi organizada e institucionalizada. Uma variedade e dispersão de aparelhos inventados para falar do sexo. Razão pela qual Foucault (1988) refuta a hipótese de que as sociedades industriais modernas teriam inaugurado um período de repressão intensa ao sexo, quando, ao contrário, elas teriam incitado os diferentes mecanismos e dispositivos discursivos refletidos na obstinação de poderes e na conjugação de saberes com prazeres – mecanismos capazes de produzir saberes, multiplicar discursos, induzir prazeres e gerar poderes.

[...] A sociedade que se desenvolve no século XVIII – chame-se, burguesa, capitalista ou industrial – não reagiu ao sexo com uma recusa em reconhecê-lo. Ao contrário, instaurou todo um aparelho para produzir discursos verdadeiros sobre ele. Não somente falou muito e forçou todo mundo a falar dele, como também empreendeu a formulação de sua verdade regulada. (FOUCAULT, 1988, p.78-79)

O que Foucault (1988) se propõe a verificar não é o que está em jogo para uma teoria, mas sim em uma “analítica” do poder, ou seja, “uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo” (p.92). Acredita que essa análise só será possível libertando-se de uma representação do poder denominada por ele de “jurídico-discursiva”, concepção essa que comandava tanto a temática da repressão quanto à teoria da lei, enquanto constitutiva do desejo (idem). Para o autor, o que diferencia uma análise, a partir da repressão dos instintos e a que se faz em termos de lei do desejo, é a maneira de conceber a dinâmica das pulsões e não a maneira de conceber o poder.

Foucault (1985) questiona porque seria tão fácil aceitar uma concepção jurídica do poder em uma sociedade como a nossa tão numerosa de aparelhos de poder e de mecanismos de poder sutis e delicados, e, ainda, porque a tendência a só reconhecer a forma negativa da interdição e de reduzir os dispositivos de dominação ao exclusivo procedimento da lei da interdição (p.96). Diante de tal constatação, o autor apresenta, então, algumas justificativas possíveis:

Talvez exista uma razão histórica para isto. As grandes instituições de poder que se desenvolveram na Idade Média – a monarquia, o Estado com seus aparelhos – tomaram impulso sobre um fundo de multiplicidade de poderes preexistentes e, até certo ponto, contra eles: poderes densos, intrincados, conflituosos, ligados à dominação direta ou indireta sobre a terra, à posse das armas, à servidão, aos laços de suserania e vassalagem. Se elas conseguiram se implantar, se souberam fazer-se aceitar, beneficiando-se de uma séria de alianças táticas, é porque se apresentaram como instâncias de regulação, de arbitragem, de delimitação, como maneira de introduzir ordem entre esses poderes, de fixar um princípio para mitigá-los, e distribuí-los de acordo com fronteiras e hierarquias estabelecidas. (FOUCAULT, 1988, p.97)

As monarquias ocidentais tiveram seus traços fundamentais edificados como sistemas de direitos e, por isso, seus mecanismos de poder teriam funcionado na forma do direito. Tanto a história da monarquia e o recobrimento dos efeitos de processos de poder pelo discurso jurídico-político vieram juntos, mas a representação do poder continuou marcada pela monarquia, pela monarquia jurídica:

No fundo, apesar das diferenças de época e objetivos, a representação do poder permaneceu marcada pela monarquia. No pensamento e na análise política ainda não cortaram a cabeça do rei. Daí a importância que ainda se dá, na teoria do poder, ao problema do direito e da violência, da lei e da ilegalidade, da vontade e da liberdade e, sobretudo, do Estado e da soberania. [...] Pensar o poder a partir destes problemas é pensá-los a partir de uma forma histórica bem particular às nossas sociedades: a monarquia jurídica. Bem particular e, no entanto, transitória. (FOUCAULT, 1988, p.99)

Mas, Foucault chama a atenção do leitor aos novos mecanismos de poder, a partir do século XVIII, não mais pelo direito, mas, sim, pela técnica, pela normatização, pelo controle, ambos exercidos além dos Estados e de seus aparelhos:

[...] tais mecanismos de poder, por um lado ao menos, são aqueles que tomaram em mãos, a partir do século XVIII, a vida homem, na qualidade de corpo vivo.[...] com relação aos novos procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normalização, não pelo castigo mais pelo controle, e que se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos. Entramos, já há séculos, num tipo de sociedade e que o jurídico pode codificar cada vez menos o poder ou servir-lhe de sistemas de representação. (FOUCAULT, 1988, p.99-100)

Para o autor, entretanto, a representação jurídica das análises até então existentes entre poder e sexo, quer o desejo seja isso ou aquilo o modo de concebê-lo, são relativas a um poder que é sempre jurídico ou discursivo e cujo poder central está assentado na enunciação da lei, é exatamente aí que Foucault reforça sua crítica à manutenção da imagem do “poder-lei” na sociedade, pois, caso queiramos fazer uma análise do poder esta deverá ocorrer com base em procedimentos concretos e históricos e não no modelo de código, do direito:

Permanecemos presos a uma certa imagem de poder-lei, do poder soberania que os teóricos do direito e a instituição monárquica tão bem traçaram. E é desta imagem que precisamos liberar-nos, isto é, do privilégio teórico da lei e da soberania, se quisermos fazer uma análise do poder nos meandros concretos e históricos de seus procedimentos. É preciso construir uma analítica do poder que não tome mais o direito como modelo e código. (FOUCAULT, 1988, p.99-100)

Para Foucault (1988) na história da sexualidade, ou seja, na série de estudos a respeito das relações históricas entre poder e o discurso sobre o sexo, verifica-se, ao mesmo tempo, um esforço teórico não de apresentar uma nova teoria do poder, mas uma analítica capaz de permitir uma chave de interpretação histórica, isto é, avançar aos poucos em direção à outra concepção do poder capaz de pensar simultaneamente “o sexo sem lei e o poder sem rei” (p. 101). Assim, para analisar a formação de um tipo de saber sobre sexo com base no poder, o autor propõe que precisamos compreender sua concepção de poder:

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de forças imanentes do domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as

isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais. (FOUCAULT, 1988, p.102-103)

*O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. [...] Sem dúvida, devemos ser nominalistas: o poder não é uma instituição e uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 1988, p.103, grifo nosso)*

Uma tese revolucionária no sentido de contrapor-se ao poder centrado na lei, em defesa do poder “em toda parte” e que “provém de todos os lugares”. Linha de raciocínio do poder marcada por uma situação estratégica e complexa, à qual o autor introduz as seguintes proposições:

[...] o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis. (FOUCAULT, 1988, p.104)

[...] as relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações (processos econômicos, relações de conhecimento, relações sexuais), mas lhe são imanentes; são efeitos imediatos das partilhas, desigualdade e desequilíbrios; [...] as relações de poder não estão em posição de superestrutura, com um simples papel de proibição ou de recondução; possuem, lá onde atuam, um papel diretamente produtor. (FOUCAULT, 1988, p.104)

[...] que o poder vem de baixo; isto é, não há no princípio das relações de poder, e como matriz geral, uma oposição binária e global entre os dominadores e dominados, [...] Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social. [...] As grandes dominações são efeitos hegemônicos continuamente sustentados pela intensidade de todos estes afrontamentos. (FOUCAULT, 1988, p.104-105)

[...] não há poder que ser exerça sem uma série de miras e objetivos. Mas isso não quer dizer que resulte da escolha ou da decisão de um sujeito, individualmente. (FOUCAULT, 1988, p.105)

[...] que lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder. [...] das correlações de poder. Elas não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder [...] Esses pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder. Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar de grande Recusa [...] Mas sim resistências, no plural, [...] As resistências [...] Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível. [...] Da mesma forma que a rede das relações de poder acaba formando um tecido espesso e atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais. (FOUCAULT, 1988, p.106-107)

Para Foucault (1988) é nesse campo de correlações de força entre rede de relações de poder e a pulverização dos pontos de resistência que precisamos analisar os mecanismos de

poder, só dessa forma será possível escapar ao sistema “Soberano-Lei” e, com isso, nos convoca a dar um passo a mais, deixar para trás a personagem *O Príncipe* de Maquiavel, para deciframos os mecanismos do poder partindo-se de uma estratégica imanente às correlações de forças (p.106). E sua proposta sobre o sexo é fazer imergir uma produção exuberante de discursos no campo das relações de poder, sendo essas múltiplas e móveis. Para isso, não se valendo de imperativos metodológicos, porém, sugerindo prescrições da prudência através das quatro regras a seguir: a primeira delas é a “regra da imanência” (p.108). Ou seja, é preciso pensar a sexualidade a partir de relações de poder e se ela pode ser tomada como alvo do poder foi porque se tornou possível aplicar-lhe técnicas de saber e de procedimentos discursivos, dentre essas técnicas de saber e estratégias de poder, parte-se de “focos local” de poder saber. A segunda é a “regra das variações contínuas” (p.109) “[...] buscar o esquema das modificações entre as correlações de força implicam através de seu próprio jogo” (idem) “[...] “As relações de poder-saber não são formas dadas de repartição, são ‘matizes de transformações’” (p.110), ou seja, todo o conjunto constituído em torno da criança e de seu sexo passou por modificações e deslocamentos contínuos, desde o século XIX. A terceira é a “regra do duplo condicionamento” (p.110) onde “[...] deve-se pensar em duplo condicionamento, de uma estratégia, através da especificidade das táticas possíveis e, das táticas, pelo invólucro estratégico que as faz funcionar” (p.110), a família embora não reproduza a sociedade, mas o dispositivo familiar, em relação aos mecanismos de poder, pôde servir de suporte às grandes manobras como controle da natalidade, medicalização do sexo e psiquiatrização de suas formas não genitais. A quarta é a “regra da polivalência tática dos discursos” (p.111) o autor nos adverte a não analisar o sexo como uma simples tela de projeção de mecanismos de poder, mas é no discurso que se deve articular poder e saber. Também é necessário que compreendamos sua definição de discurso:

[...] deve-se conceber o discurso como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável. É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. [...] *não se deve imaginar um mundo do discurso dividido entre o discurso admitido e o discurso do excluído, ou entre o discurso dominante e dominado; mas, ao contrário, como uma multiplicidade de elementos discursivos que podem estar em estratégias diferentes.* [...] É preciso admitir um jogo complexo e instável em que o discurso pode ser, ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. *O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo.* (FOUCAULT, 1988, p. 111, grifos nosso)

[...] Não existe um discurso do poder de um lado e, em face dele, um outro contraposto. *Os discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças;* podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia; podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas. Não se trata de perguntar aos discursos sobre o sexo de que

teoria implícita derivam, ou que divisões morais introduzem, ou que ideologia – dominante ou dominada – representam; mas, ao contrário, *cumpram interrogá-los nos dois níveis, o de sua produtividade tática (que efeitos recíprocos de poder e saber proporcionam) e o de sua integração estratégica (que conjuntura e que correlação de forças torna necessária sua utilização em tal ou qual episódio dos diversos confrontos produzidos)*. (FOUCAULT, 1988, p. 112-113, grifos nosso)

Destacamos nessa posição de Foucault importantes advertências para considerarmos os discursos sobre o sexo, não se derivam de uma ideológica dominante ou dominada, mas, ao contrário, ele traz uma pluralidade discursiva que pode ser oposta ou contraditória, e que deve ser interrogada em dois níveis, relação à sua produtividade tática, isto é, efeitos recíprocos de poder e saber e em sua integração com a estratégia a conjuntura e correlação de força necessária nos diversos confrontos produzidos.

Trata-se de pensar o poder substituindo-o pelo privilégio da lei, por um ponto de vista objetivo, em lugar do privilégio da interdição, o ponto de vista da eficácia tática, em lugar do privilégio da soberania, uma análise de um campo múltiplo e móvel de correlação de força, que produzem efeitos globais ao invés de totalmente estáveis de dominação. E ao invés do modelo do direito, o modelo estratégico.

Nesse contexto das relações de poder, a sexualidade passa a ser o elemento dotado de maior instrumentalidade, ou seja, utilizável no maior número de manobras, ponto de apoio de articulação às mais variadas estratégias. Não existe uma única estratégia global e válida para toda a sociedade referente a todas as manifestações do sexo. A partir do século XVIII, é possível distinguir quatro conjuntos estratégicos, dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo.

Para situar o ponto de nosso interesse de pesquisa, o trabalho, a utilização do corpo como objeto de saber e elemento das relações de poder também teve suas incidências quando utilizadas a serviço das forças de trabalho. Se o século XIX, num primeiro momento, correspondia à necessidade de constituir uma “força de trabalho” que excluísse despesas inúteis e energia desperdiçada e concentrasse todas as forças no trabalho para garantir sua reprodução, no segundo momento, a exploração do trabalho assalariado já não exige as mesmas restrições violentas e físicas e a política do corpo não exige a supressão do sexo ou sua limitação em prol do seu papel reprodutor, ao contrário, passa a ser canalizada de múltiplas formas dentro dos circuitos controlados da economia.

Desfaz-se assim a hipótese de uma sexualidade reprimida por motivos econômicos e confirma-se o uso do sexo como um negócio de Estado e a convocação de todo o corpo social a colocar o corpo físico em vigilância. Uma regulação desenvolvida ao longo de três eixos, três

domínios da nova tecnologia: a pedagogia em relação à sexualidade da criança; a medicina com a fisiologia sexual própria às mulheres; e a demografia, com o controle e o planejamento dos nascimentos. Tecnologia que passa a se ordenar em torno da instituição médica, com a exigência de normalidade e do problema da vida e da doença.

Essa mutação, na passagem do século XVIII para o século XIX, traz inúmeras transformações e coloca o sexo na origem de todo um capital patológico da espécie humana, daí um projeto médico e político organizado de modo a que sobressaia uma gestão estatal capaz de administrar o sexo e sua fecundidade. Nesse projeto, destacam-se duas grandes inovações: a medicina das perversões e os programas de eugenia. No fim do século XIX, a psicanálise irá assumir uma posição singular, retoma o projeto de uma tecnologia médica própria ao instinto sexual, libertando-o de suas correlações com a hereditariedade e, assim, com todos os racismos e eugenismos. Quem aprofunda essa temática é Canguilhem ao apresentar uma posição crítica em relação ao “normal” e ao “patológico”.

Assistimos, no fim do século XIX, à criação de novas técnicas para maximizar a vida, com a intensificação do corpo, a problematização da saúde e de suas condições de funcionamento. Ao invés de uma repressão do sexo das classes exploradas, tratou-se, primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descendência das classes dominantes, nessas últimas foi estabelecido o dispositivo da sexualidade e sua distribuição de prazeres, discursos, verdades e poderes. Exaltação que mais tarde seria estendida a todos como meio de controle econômico e de sujeição política. É a partir desse contexto que pretendemos destacar o interesse de nossa pesquisa do trabalho e as novas estratégias de poder das classes empregadora e trabalhadora no mundo capitalista.

A burguesia, desde o século XVIII, empenhou-se em atribuir a si própria uma sexualidade e constituir para si um corpo “de classe” com saúde, higiene, descendência, raça, ou seja, a autosssexualização do seu próprio corpo. Tratava-se então da expansão de outro projeto, o da expansão infinita da força, do vigor, da saúde e da vida, movimento no qual afirma sua diferença e sua hegemonia em relação à classe dominada. Isso explicaria as condições de vida impostas pela burguesia ao proletariado, sobretudo na metade do século XIX, e do não reconhecimento de seu corpo e seu sexo.

Para que o proletariado fosse dotado de um corpo e de uma sexualidade foram necessários conflitos principalmente relacionados ao espaço urbano e às urgências de natureza econômica, como o desenvolvimento da indústria pesada e a necessidade de mão de obra estável e competente, controle do fluxo populacional e regulações demográficas, enfim, a instauração de uma tecnologia de controle para manter a vigilância sobre esse corpo e essa

sexualidade que se passava a reconhecer no proletariado. Por meio da escola, da política habitacional, da higiene pública, das instituições de assistência e previdência, assegurava-se a medicalização geral das populações, ou seja, todo um aparato administrativo e técnico que permitiu importar o dispositivo de sexualidade para a classe explorada.

### 2.6.2. Foucault e o “biopoder”

No decorrer do século XIX, houve uma generalização do dispositivo da sexualidade, ainda que de um modo e com instrumentos diferentes, o corpo social inteiro foi dotado de um “corpo sexual” (Foucault, 1988, p. 139). O poder assumiu a função de gerir a vida, por isso, seus pontos de fixação são estabelecidos sobre a vida e todo o seu desenrolar. Para Foucault (1988), a partir do século XVII, o poder sobre a vida concretamente desenvolveu-se, sobretudo, em dois polos interligados. O primeiro centrou-se no corpo como máquina, no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões e na sua integração a sistemas de controle eficazes, procedimentos de poder caracterizados como disciplinas “*anátomo-política do corpo humano*” (Foucault, 1988, p. 151). E, o segundo polo, formado a partir da metade do século XVIII, centrou-se no “corpo-espécie” (idem, p. 152), corpo esse transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos como a proliferação, o nível de saúde, a longevidade, processos de controle e controles reguladores, denominados como “*uma biopolítica da população*” (ibidem). “As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (ibidem). A administração dos corpos e a gestão calculista da vida simbolizam as novas formas de poder a partir do século XVIII. “Abre-se, assim, a era de um ‘biopoder’ (ibidem). Biopoder este marcado por duas direções distintas. De um lado, a disciplina representada pelas instituições como o Exército ou a escola: as reflexões sobre a tática, a aprendizagem, a educação e a ordem da sociedade, do outro, as regulações da população com a demografia, a estimativa da relação entre recursos e habitantes, a tabulação das riquezas e de sua circulação, das vidas com sua duração provável.

Foucault (1988) atrela o biopoder ao desenvolvimento do capitalismo na sociedade moderna e aos mecanismos de poder:

Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos. Mas, o capitalismo exigiu mais do que isso; [...] foram-lhe necessários métodos de poder capazes de majorar as forças, as aptidões, a vida em geral, sem por isso torná-las mais difíceis de sujeitar; se o desenvolvimento dos



grandes aparelhos de Estado, como instituições de poder, garantiu a manutenção das relações de produção, os rudimentos de anátomo e de biopolítica, inventados no século XVIII como *técnicas* de poder presentes em todos os níveis do corpo social e utilizadas por instituições bem diversas (a família, o Exército, a escola, a polícia, a medicina individual ou a administração das coletividades), agiram no nível dos processos econômicos, do seu desenrolar, das forças que estão em tais processos e os sustentam; operaram, também, como fatores de segregação e de hierarquização social, agindo sobre as forças respectivas tanto de uns como de outros, garantindo relações de dominação e efeitos de hegemonia; [...]. (FOUCAULT, 1988, p.153-154)

No século XVIII, o que se passou em certos países ocidentais e esteve ligado ao desenvolvimento do capitalismo foi a entrada dos fenômenos próprios à vida da espécie humana na ordem do saber e do poder, ou seja, o campo das técnicas políticas. O homem ocidental é um ser de uma espécie viva, num mundo vivo, que tem um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva. “Pela primeira vez na história, sem dúvida, *o biológico reflete-se no político*; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível [...] cai, em parte, no campo de controle de saber e de intervenção do poder” (FOUCAULT, 1988, p. 155, *grifo nosso*). E, Foucault (1988) acrescenta: “deveríamos falar de ‘biopolítica’ para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana” (idem, p. 155).

Uma consequência deste desenvolvimento do biopoder é a importância crescente assumida pela atuação da norma, com a tarefa de cuidar da vida – que terá a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos, a expensas do sistema jurídico e da lei. Poder esse que pela sua natureza tem que “*qualificar, medir, avaliar, hierarquizar*” (FOUCAULT, 1988, p. 157, *grifo nosso*). Tal aparato qualificante e discriminatório ainda estaria bastante presente no cerne da prática capitalista no mundo contemporâneo, com seus mecanismos de medição e de tipificação dos trabalhadores. Aqueles considerados mais qualificados para as atribuições são designados a desempenhá-las, ou aqueles considerados menos qualificados acabam sendo recusados para exercer determinadas funções, tal como veremos mais adiante ao tratarmos da dimensão do trabalho no contexto atual.

O efeito histórico dessa tecnologia de poder centrada na vida gerou uma sociedade normalizadora. Nesse cenário das tecnologias de poder, pode-se compreender a importância assumida pelo sexo como foco de disputa política, pois ele se encontra na articulação entre os dois eixos em que se desenvolveu toda a tecnologia política da vida. De um lado, faz parte das disciplinas do corpo e, do outro lado, pertence às técnicas de regulação da população. Ou seja, dá lugar às vigilâncias infinitesimais, aos controles permanentes, a exames médicos ou

psicológicos infinitos, isto é, um “micropoder” sobre o corpo. E, também, permite medidas maciças, estimativas e estatísticas, intervenções que visam ao corpo social ou a grupos analisados globalmente. “O sexo é acesso, ao mesmo tempo, à vida do corpo e à vida da espécie. Servimo-nos dele como matriz das disciplinas e como princípio das regulações” (FOUCAULT, 1988, p. 159).

Compreende-se, assim, por que no século XIX a sexualidade foi tão esmiuçada e tornou-se o tema de operações políticas, de intervenções econômicas, de campanhas ideológicas de moralização ou de responsabilização, empregadas na sociedade e revelando o índice de força de sua energia política ou de seu vigor biológico. As táticas objetivavam a disciplina do corpo e a regulação das populações. “De modo geral, na junção ‘corpo’ e ‘população’, o sexo tornou-se o alvo central de um poder que se organiza em torno da gestão da vida, mais do que da ameaça da morte” (FOUCAULT, 1988, p.160). Portanto, estamos imersos em uma sociedade moderna que “encontra-se do lado *da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações*” (idem, p.161, grifo nosso).

## 2.7. Considerações

Façamos algumas aproximações do pensamento de Foucault e o trabalho na entidade pesquisada. Para o autor, os discursos transformam a realidade social e os meios de produção. E na Previ, ainda existira este maniqueísmo? São discursos que fixam o sujeito e como este rompe com esta dicotomia? Identificamos no cotidiano da entidade que as pessoas vão se blindando diante dos discursos institucionais, muitas vezes contraditórios, e estabelecem estratégias subjetivas de sobrevivência para lidar e se posicionar diante do mal-estar ou do bem-estar laboral, ora como mauzinhos e ora como bonzinhos. Tais posições independem da condição funcional, isto é, atinge todos os níveis organizacionais.

Quando Foucault (1988) realiza a analítica das relações concretas de poder, ele defende que um grupo pode dominar outro, mas tudo pode ser usado no sentido contrário. O autor avança em relação ao pensamento de Marx sobre a luta de classes e desconstrói a ideia de uma luta entre dominantes e dominados. Porque o poder não se exerce em uma única direção ele vem de todos os lugares. E também avança em relação ao pensamento de Althusser desconstruindo a ideia de infraestrutura (econômico) e subestrutura (ideológico e o político) e traz a noção de discursos como produtivos e agentes de transformação social. Assim, ele desconstrói a ideia de que o único poder é o econômico. Trazendo para o contexto da entidade com sua composição paritária dos representantes dos Órgãos Sociais, via eleição aberta a todos os seus participantes, podemos considerar bem aplicáveis à analítica do poder

realizada por Foucault. O poder na entidade se faz presente tanto nos representantes eleitos pelo Corpo Social como naqueles indicados pela patrocinadora, que é vinculada ao governo federal, ao Estado. O poder se exerce, em maior ou menor escala, pelos seus representantes eleitos e indicados, e, também, pelos seus milhares de participantes. Neste sentido, o poder vem de todos os lugares. Assim como a composição paritária da entidade, como vimos, entre “patrão” e “trabalhador”, traz toda uma dinâmica no processo decisório e sucessório na entidade, estes papéis se combinam e o poder transita entre eles.

O autor também refuta a tese de que as sociedades industriais modernas teriam inaugurado um período de repressão intensa ao sexo. Ao contrário, diversos discursos e saberes são instituídos e o sexo torna-se objeto de disputa pública entre o Estado e o indivíduo. Desde o século XVIII seriam novos mecanismos de poder, não mais pelo direito, mas, sim, pela técnica, pela normatização, pelo controle, ambos exercidos além dos Estados e de seus aparelhos. O poder, portanto, deve ser visto como uma multiplicidade de correlações de forças imanentes do domínio onde se exercem, um jogo de lutas e afrontamentos incessantes que reforça, transforma o apoio que tais correlações de forças encontram umas nas outras. Daí sua afirmativa que o poder está em toda parte. O poder não é piramidal. As relações de poder são efeitos imediatos de desigualdades, partilhas e desequilíbrios. E as resistências são o outro termo nas relações de poder, e colocam-se como seu interlocutor irreduzível. É no campo de correlações de força entre rede de relações de poder e a pulverização dos pontos de resistência que precisamos analisar os mecanismos de poder. O discurso é um veículo e produção de poder, ele o reforça, mas também o mina e permite barrá-lo. Inclusive podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma estratégia, de uma mesma instituição. Na Previ, dada à particularidade da composição de seus representantes e participantes, tais considerações de Foucault (1988) se adequam perfeitamente ao contexto institucional perpassado por diversos discursos, a saber, o político, o sindical, o econômico, o educacional e outros. As resistências e os confrontos se exercem no cotidiano da entidade, seja nos processos decisórios de políticas, normas e procedimentos, seja na defesa do maior interesse da entidade, seja no diálogo estabelecido com seus participantes, seja na condução das empresas sobre a sua governança. É bem provável que os anos de gestão, sob o comando da militância político-partidária, dezenas de representantes dos Órgãos Sociais e milhares de participantes militantes vinculados à entidade, tenham deixado suas marcas no confronto da defesa de interesses entre o patrocinador e os participantes. Este tema que será apresentado nos capítulos finais da tese na exposição da contextualização e mentalidade da Previ.

Segundo Foucault (1988) o poder assumiu a função de gerir a vida, por isso, seus pontos de fixação são estabelecidos sobre a vida e todo o seu desenrolar. A administração dos corpos e a gestão calculista da vida simbolizam as novas formas de poder a partir do século XVIII, abrindo a era de um “biopoder”. O biopoder é atrelado ao desenvolvimento do capitalismo na sociedade moderna e aos mecanismos de poder. Cresce a importância assumida pela atuação da norma, com a tarefa de cuidar da vida – que terá a necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Aparato qualificante e discriminatório está presente no cerne da prática capitalista no mundo contemporâneo com seus mecanismos de medição e de tipificação dos trabalhadores. Foi instituído um “micropoder” sobre o corpo, que, também, permite aplicação de medidas maciças, estimativas e estatísticas, intervenções que visam ao corpo social ou a grupos analisados globalmente. A sociedade moderna está do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações. Pensando na Previ, as ações de regulações da população descritas acima, estão extremamente atreladas ao negócio previdenciário, ramo de atividade do setor de previdência complementar, que atingi cada vez mais sua hegemonia no setor da economia e na política do século XX e XXI na sociedade contemporânea. Principalmente, em uma entidade fechada de previdência responsável pela gestão dos recursos de milhares de assistidos. Existe na entidade um discurso sofisticado, amparado por técnicas de medição e cálculo atuarial, que faz da Previ um fundo de pensão referência a outros fundos na gestão de planos de aposentadoria e pecúlio, com cifras em bilhões de reais, recursos esses garantidores de benefícios atuais e futuros. Fatalmente este discurso e esta posição da entidade em relação ao segmento de previdência complementar trazem reflexos na mentalidade de seus milhares de participantes, de seus colaboradores e de seus representantes.

## **2.8. Contribuições finais de David Harvey**

Harvey (2013) traz uma descrição de Baudelaire, em seu artigo *The painter of modern life* (publicado em 1863) sobre a modernidade: “é o transitório, o fugidio; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável” (p.21), ao que chama a atenção para essa conjugação entre o efêmero e fugidio e o eterno imutável. Baudelaire teria sugerido que a única coisa segura na modernidade seria exatamente a insegurança a até a inclinação para o “caos totalizante”. Harvey retoma a descrição de Berman (1982, 15):

Ser moderno é encontrar-se num ambiente que promete ventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo – e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que todas as fronteiras da geografia e da

etnicidade, da classe e da nacionalidade, da religião e da ideologia; nesse sentido, pode-se dizer que a modernidade une toda a humanidade. Mas trata-se de uma unidade paradoxal, uma unidade da desunidade; ela nos arroja num redemoinho de perpétua desintegração e renovação, de luta e contradição, de ambiguidade e angústia. Ser moderno é ser parte de um universo em que, como disse Marx, “tudo o que é sólido demanCHA no ar. (HARVEY, 2013, p.21)

O que levou Harvey (2013) a descrever a vida moderna permeada pelo sentido do fugidio, do efêmero, do fragmentário e do contingente, e isso trouxe algumas profundas consequências. “A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes”. (p.22) E ao se questionar sobre a vida moderna, apresenta o seguinte problema: como interpretar isso e descobrir os elementos “eternos e imutáveis” em meio às disrupções tão radicais? (idem).

A imagem da “destruição criativa” seria considerada, pelo autor, muito importante para a compreensão da modernidade. O modernista precisaria destruir para criar, então, a verdade se faria representar num processo de destruição, inclusive das próprias verdades. O economista Shumpeter, *apud* Harvey (2013), teria empregado a imagem nietzschiana da destruição criativa na compreensão do desenvolvimento capitalista, no sentido de que a figura heroica do destruidor criativo seria capaz de levar a extremos vitais as consequências da inovação técnica e social.

Nessa concepção do projeto modernista, o artista moderno teve, assim, um papel criativo a desempenhar na essência da humanidade (HARVEY, 2013, p.27). A busca da experiência estética gerou uma onda de “subjetivismo radical”, de “individualismo desenfreado” e de “busca de autorrealização individual” que, Daniel Bell (1978), *apud* Harvey (2013), definiu como um conflito fundamental entre o comportamento cultural e as práticas artísticas modernistas e a ética protestante (p.29). Se desde o começo o modernismo se preocupou com a linguagem e alguma representação de verdades eternas, entretanto, se a palavra era fugidia, efêmera e caótica, não restaria ao artista outra representação do eterno, senão, através de um efeito instantâneo. Dessa forma, os modernistas incorporavam em sua arte o efêmero e o transitório, ao mesmo tempo em que eram forçados coletivamente a reafirmar o poder contra as próprias condições.

Além disso, a mercadificação e comercialização de um mercado de produtos culturais durante o século XIX (e o concomitante declínio do patronato aristocrático, estatal e institucional) forçaram os produtores culturais a seguir uma forma de competição de mercado que viria a reforçar processos de ‘destruição criativa’ no interior do próprio campo estético. (HARVEY, 2013, p.31)

A luta para reproduzir uma obra de arte e encontrar um lugar ímpar no mercado passou a ser um esforço individual em circunstâncias competitivas. “O modernismo internalizou seu próprio turbilhão de ambiguidades, de contradições e de mudanças estéticas pulsantes, ao mesmo tempo em que buscava afetar a estética da vida diária” (HARVEY, 2013, p.31).

Segundo Harvey (2013), o longo período de expansão pós-guerra, de 1945 até 1973, denominado fordista<sup>37</sup>-keynesiano, culminou num conjunto de práticas de controle do trabalho, de tecnologias, de hábitos de consumo e de configurações do poder político-econômico.

Para Harvey (2013), em referência ao pensamento de Foucault, o poder do antigo regime, no iluminismo, seria substituído por uma nova organização do espaço a serviço de técnicas de controle social, de vigilância e de repressão e, no Estado moderno, o poder se tornaria racional e tecnocrático. “O espaço, para Foucault, é uma metáfora para um local ou continente de poder que de modo geral restringe, mas por vezes libera, processos de *Vir-a-Ser*” (p.197). No entanto, para De Certeau, *apud* Harvey (2013), os espaços podem ser “libertados” muito mais facilmente do que Foucault imaginou, porque as práticas sociais se especializaram em vez de se circunscreverem a alguma malha repressiva de controle social (HARVEY, 2013, p.197).

Os ritmos espaço-temporais organizados do capitalismo oferecem abundantes oportunidades de socialização de pessoas em papéis distintivos. [...] e as expectativas sociais estão voltadas para o local e o momento em que as ações ocorrem. (HARVEY, 2013, p.198)

---

<sup>37</sup> Citamos Harvey:

“Ford também fez pouco mais do que racionalizar velhas tecnologias e uma detalhada divisão do trabalho preexistente, embora, ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, ele tenha conseguido dramáticos ganhos de produtividade. Os Princípios da Administração Científica, de F.W.Taylor – um influente tratado que descrevia como a produtividade do trabalho podia ser radicalmente aumentada através da decomposição de cada processo de trabalho em movimentos componentes e da organização de tarefas de trabalho fragmentadas segundo padrões rigorosos de tempo e estudo do movimento -, tinham sido publicados, afinal, em 1911. [...] A separação entre gerência, concepção, controle e execução (e tudo o que isso significava em termos de relações sociais hierárquicas e de desabilitação dentro do processo de trabalho) também já estava bem avançada em muitas indústrias. O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista”. (HARVEY, 2013, p.121).

“*Administration industrielle et générale*, de Henri Fayol (publicado em 1916), mostrou-se um texto muito mais influente na Europa do que o de Taylor. Com sua ênfase nas estruturas organizacionais e na ordenação hierárquica do fluxo de autoridade e de informação, o livro deu origem a uma versão bem diferente da administração racionalizada, em comparação com a preocupação taylorista de simplificar o fluxo horizontal dos processos de produção”. (HARVEY, 2013, p.123)

E complementa: “Afinal, a modernização envolve a disrupção perpétua dos ritmos espaciais e temporais, e o modernismo tem como uma de suas missões a produção de novos sentidos para o espaço e o tempo num mundo de efemeridade e fragmentação” (HARVEY, 2013, p.199).

O modernismo, marcado pela efemeridade e fragmentação, produziu novos sentidos para o espaço e o tempo como uma de suas missões. Isso nos permitiu compreender, segundo Harvey (2013), a dificuldade do capitalismo lidar com sua inclinação para a fragmentação e a efemeridade e, ao mesmo tempo, encontrar uma mitologia capaz de expressar seus valores e sentidos em meio aos universais da monetização, do intercâmbio de mercado e da circulação do capital.

Seguindo Harvey (2013), pensando no contexto de trabalho na Previ, podemos afirmar que a entidade seguiu o fluxo da modernidade para lidar com o efêmero, o contingente, o fragmentário e o contraditório, buscou novos sentidos para lidar com o espaço e o tempo, principalmente, para agir de maneira responsável com o pagamento de dezenas de milhares de benefícios. Talvez o maior desafio da entidade seja conciliar seus objetivos com ritmos espaço-temporais organizados pelo capitalismo de oportunidades voltadas para o local e o momento em que as ações ocorrem. Já que estamos abordando uma entidade que precisa lidar com o presente sem perder de vista o passado e, notadamente, o futuro. É exatamente nesta conjugação de dados do tempo e do espaço que a entidade terá que prever o futuro diante das incertezas do presente, mas sem perder de vista o histórico do passado.

Pretendemos investigar, a seguir, as contribuições de alguns autores sobre o trabalho na sociedade capitalista atual definida como “hipermoderna”, “pós-moderna”, “contemporânea”.

### 3. O TRABALHO NA PÓS-MODERNIDADE: DO CAPITALISMO MODERNO AO CAPITALISMO FINANCEIRO

#### 3.1. Considerações iniciais

Abriremos a exposição do trabalho na pós-modernidade com algumas reflexões propostas pelo filósofo Dany-Robert Dufour. O autor possui diversas obras que tratam das formas de subjetivação e de socialização e, nos últimos anos, tem-se dedicado a uma antropologia crítica do liberalismo.

Comentaremos, no decorrer do capítulo, se as descrições do trabalho na pós-modernidade também se aplicam ao trabalho na entidade pesquisada, a Previ.

Dufour (2009), em *O divino mercado*, nos apresenta sua proposta de um mergulho “revigorante” na filosofia, tendo como princípio o método de que tudo possa ser discutido ao mesmo tempo, sem que tenhamos que separar as visões dos especialistas de história, de economia, do inconsciente, da religião, da educação, da arte, da língua ou do social. O que impediria uma percepção parcial do objeto de estudo. Tal operação é qualificada, pelo autor, de grande envergadura e se desdobrou na publicação de três obras: *A arte de reduzir as cabeças*, *O divino mercado* e *A cidade perversa*. Ele nos orienta que é preciso identificar o ponto de reversão, ponto em que tudo se inverte, momento “catastrófico”, reportando-se ao termo do matemático René Thom.

No artigo – *A pleonexia, o que é?* –, Dufour (2015) apresenta a questão da pleonexia, isto é, um desejo de possuir sempre mais, condição imprescindível para a compreensão da sociedade atual caracterizada pela hiperconcentração da riqueza. O termo pleonexia tem sua origem na Grécia antiga, quando foi identificada “uma tendência profunda da alma humana: querer mais do que a sua parte” (p.25). Em *As origens do pensamento grego*, Jean-Pierre Vernant nos mostra que a filosofia teve que se constituir contra a pleonexia, alertando-nos sobre a submissão do homem à riqueza:

A riqueza substitui todos os valores [...] porque ela pode tudo adquirir [...]. É então o dinheiro que conta, o dinheiro que faz o homem. Assim, ao contrário de todas as outras “potências”, a riqueza não comporta nenhum limite: não há nada nela que possa marcar seu termo, demarcá-la, concluí-la. A essência da riqueza é a desmedida; ela é a própria figura que toma a *hybris* no mundo. Das fórmulas de Sólon passadas a provérbios, “Não há termo para a riqueza” [...] fazem eco as palavras do poeta Teógnis: “Aqueles que mais têm hoje cobiçam o dobro. A riqueza, *ta chrémata*, torna-se no homem loucura, *aphrosuné* [...]”. Na raiz da riqueza, descobre-se uma natureza viciada, uma vontade desviada e ruim, uma *pleonexia*:



desejo de ter mais do que os outros, mais que sua parte, toda a parte. (VERNANT, 1962, p. 80-81, *apud* DUFOUR, 2015, p.25)

Nas reflexões apontadas por Dufour a riqueza é aquela que substitui todos os valores e tudo pode adquirir, nesse sentido, é ela quem faz o homem e não possui nenhum limite. Na raiz da riqueza existe uma natureza viciada, uma vontade pleonéxica, isto é, um desejo de ter sempre mais do que os outros. A liberação, nos indivíduos, de todos os vícios tem como alvo social a produção de mais riqueza. Riqueza das nações, lembrando a definição de Adam Smith, mensurada na riqueza dos banqueiros, ponto de partida toda a economia liberal.

Assim, a partir da década de 30, passamos do capitalismo de produção para o capitalismo de consumo, ocorrendo a liberação das pulsões de avidez dos consumidores. Mais especificamente, nas últimas décadas, temos indivíduos regidos por um Mercado que oferece todos os objetos possíveis e imagináveis, com o objetivo de alimentar os desejos de qualquer consumidor. Estimulando o caráter insaciável da pulsão, uma aproximação do “sem limites” da pulsão com o “sem limites” do pleonéxico e com o “sem limites” da riqueza. Essa descrição, de uma sociedade regida pelo mercado, adequa-se perfeitamente ao contexto da caixa de previdência responsável pela acumulação, quanto mais se acumula mais se busca a riqueza.

Em David Harvey (2013) – *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural* – a tese principal do autor é que teria ocorrido uma profunda mudança nas práticas culturais e político-econômicas impactando a maneira como experimentamos o tempo e o espaço. Sua hipótese é que haveria uma conexão que justificaria uma relação entre a ascensão de formas culturais pós-modernas, a emergência de modos mais flexíveis de acumulação de capital e um novo ciclo de compreensão do tempo-espaço na organização do capitalismo.

Harvey não se lembra de quando foi a primeira vez que se deparou com o uso do termo pós-modernismo, mas o fato é que o clamor por esta definição só teria aumentado nos últimos tempos. O termo estaria vinculado ao pós-estruturalismo e, desde o início, teria dado a impressão de uma poderosa configuração de novos pensamentos, o caminho para a definição da trajetória do desenvolvimento social e político, bem como, dos padrões de crítica social e da prática política. Recentemente, o termo viria determinando padrões de debate e definindo o modo do discurso, além de estabelecer parâmetros para a crítica cultural, política e intelectual. Por isso, o autor julga apropriado investigar a natureza do pós-modernismo, como uma condição histórica que requer melhor elucidação, até chegar aos resultados dos fundamentos

político-econômicos, e explorar a experiência do espaço e do tempo como um vínculo mediador importante entre o dinamismo do desenvolvimento histórico-geográfico do capitalismo e das transformações ideológicas. Só assim seria possível entender alguns novos discursos que surgiram nas últimas décadas no mundo ocidental. Atualmente, existem sinais de que a hegemonia cultural do pós-modernismo no Ocidente venha perdendo sua força. Entretanto, muito se pode aprender com suas raízes na desestabilização do desenvolvimento econômico, político e cultural.

Segundo Harvey o período pós-guerra teria sido marcado pela estabilidade monetária mundial e o poderio produtivo norte-americano, inclusive com sua moeda, o dólar americano, se tornado o meio do comércio mundial. Seria necessário compreender o que teria ocorrido a partir de 1973, quando a moeda se “desmaterializou”, ou seja, deixou de possuir um vínculo formal ou tangível com metais preciosos ou com qualquer outra mercadoria tangível, não mais se apoiando, exclusivamente, na atividade produtiva, dentro de um espaço particular. “Pela primeira vez na história, o mundo passou a se apoiar em formas imateriais de dinheiro – isto é, dinheiro registrado avaliado quantitativamente em números de alguma unidade monetária designada (dólares, ienes, marcos alemães, libras esterlinas etc.)” (HARVEY, 2013, p.268). Tal volatilidade teria ocorrido com as taxas de câmbio das diferentes unidades monetárias do mundo, fortunas seriam criadas ou extintas apenas em decorrência da posse de uma unidade monetária correta, em um determinado espaço de tempo, os espaços que fundamentam a determinação de valor estariam como o próprio valor. Tal situação seria ainda agravada pelas mutações especulativas, que ultrapassaram o poder e o desempenho econômico reais, produzindo expectativas autorrealizadas. “A desvinculação entre o sistema financeiro e a produção ativa e a base monetária material põe em questão a confiabilidade do mecanismo básico mediante o qual se supõe que o valor seja representado” (HARVEY, 2013, p.268). Na pós-modernidade vivemos este entrelaçamento problemático dos elementos do tempo, do espaço, do dinheiro e do poder social:

A rapidez com que os mercados de moedas flutuam nos espaços do mundo, o extraordinário poder do fluxo de capital-dinheiro no que é agora um mercado financeiro e de ações global e a volatilidade daquilo que o poder de compra do dinheiro poderia representar definem, por assim dizer, um ponto alto da intersecção extremamente problemática do dinheiro, do tempo e do espaço como elementos entrelaçados de poder social na economia política da pós-modernidade. (HARVEY, 2013, p.269)

Tudo isso teria criado uma crise mais geral das representações materiais do valor em condições de acumulação mais flexível e de confusões do tempo e do espaço<sup>38</sup>, como dimensões significativas do pensamento e da ação humanos. E, mais, estaríamos diante do seguinte cenário:

O sistema central de valor, a que o capitalismo sempre recorreu para validar e avaliar suas ações, está desmaterializado e inconstante, e os horizontes temporais estão ruindo, sendo difícil dizer exatamente em que espaço nos encontramos quando se trata de avaliar causas e efeitos, significados ou valores. (HARVEY, 2013, p.269)

Se o dinheiro e as mercadorias dependiam diretamente da circulação do capital, a aniquilação do espaço por meio do tempo teria alterado radicalmente o conjunto de mercadorias, e a reprodução diária de inúmeros sistemas locais teriam sido reorganizados por meio da incorporação à troca global de mercadorias.

[...] hoje é possível vivenciar a geografia do mundo vicariamente, como um simulacro. O entrelaçamento de simulacros da vida diária reúne no mesmo espaço e no mesmo tempo diferentes mundos (de mercadorias). Mas ele o faz de tal modo que oculta de maneira quase perfeita quaisquer vestígios de origem, dos processos de trabalhos que os produziram ou das relações sociais implicadas em sua produção. (HARVEY, 2013, p.270-271)

Os grandes centros urbanos se viram diante de um novo e poderoso negócio, a emergência da “economia de cassino”, e toda sua especulação financeira e formação de “capital fictício”, isto é, capital sem o lastro de qualquer crescimento da produção real. Nesta onda de expansão de negócios e de serviços financeiros teria se formado uma nova cultura *yuppie*, com seus atavios de pequena nobreza, estreita atenção ao capital simbólico, à moda e ao *design* e de qualidade de vida urbana (HARVEY, 2013, p.299).

“Alguns dias eu especulo. Outros dias, apenas acúmulo”<sup>39</sup>. O pós-modernismo teria surgido neste clima de economia “vodu”, de construção e exibição de imagens políticas e de uma nova classe social. Um vínculo entre essa eclosão pós-moderna e a construção de imagem de políticos, e a tentativa de desconstrução de instituições tradicionais do poder da classe trabalhadora, isto é, de sindicatos e de partidos de esquerda, e o mascaramento dos efeitos sociais da política econômica. A retórica da falta de moradias, de desemprego, de empobrecimento crescente e o apelo a valores tradicionais de autoconfiança e do

<sup>38</sup> Em referência ao tempo e o espaço, *apud* Paul Virilio, da exposição no Centro Pompidou, em 1985, *O Imaterial*, com a consultoria de Lyotard, sobre as condições de acumulação flexível.

<sup>39</sup> Anúncio do *Lloyds Bank* sobre acumulação-especulação incita no mundo a formação de capital fictício e da economia *vodu* como base da vida cotidiana. (HARVEY, 2015, p.297).

empreendimento, marcaria a passagem da ética para a estética como sistema de valores dominante. O “capital fictício” criaria um mundo próprio fantástico de riqueza e de ativos nominais enormes. No caso Previ, os números de seus ativos são extremamente relevantes e vultosos e dão uma dimensão exata do patrimônio consolidado nos últimos anos, apoiado em uma economia pautada, principalmente, em renda variável. Posteriormente, apresentaremos, na contextualização da entidade, um histórico dos últimos vinte anos e o crescimento vertiginoso de seu capital, capital oriundo substancialmente do capital “fictício”, da especulação do dinheiro, do dinheiro que gera dinheiro, para retomar o esquema marxista.

Em princípio, Harvey não veria diferença entre a gama de atividades, especulativas e imprevisíveis, realizadas por empreendedores e o desenvolvimento especulativo de valores e de instituições culturais, políticas, legais e ideológicas sob o capitalismo. O desenvolvimento especulativo, nesses domínios, a lucratividade, no sentido mais estrito ou mais amplo, a capacidade de gerar e obter novas riquezas, estariam implicados nessas atividades e o tempo só teria reforçado esta ligação. Precisamente porque o capitalismo seria “expansionista” e “imperialista” e a vida cultural estaria cada vez mais submetida ao nexo do dinheiro e da lógica da circulação do capital (HARVEY, 2013, p.307-308). Um fato indiscutível seria, que o alargamento e aprofundamento das relações sociais capitalistas, teria marcado a recente geografia histórica. Outro fato marcante seria a confirmação de que onde quer que o capitalismo caminhe, ele estaria acompanhado de seus aparatos ilusórios e seus fetichismos. Outro efeito, sem sombra de dúvida, decorrente do fundamento especulativo da lógica interna do capitalismo, seria a reprodução mecânica de sistemas de valores, crenças, preferências culturais, dentre outros. O sistema de produção, de marketing e de consumo exibiria peculiaridades decorrentes de seu processo de trabalho, e na maneira como se estabeleceria a conexão entre a produção e o consumo.

Seria necessária uma concepção dinâmica da teoria e do materialismo histórico para compreensão da significação dessas mudanças e, dentre as áreas de maior desenvolvimento, Harvey destaca quatro.

A primeira, o tratamento da diferença e da “alteridade” não como algo a ser acrescentado às categorias marxistas mais fundamentais, como classe e forças produtivas, mas como aquilo que deveria estar onipresente desde sempre na tentativa de apreensão da dialética da mudança social.

A importância da recuperação de aspectos da organização social como raça, gênero, religião, no âmbito do quadro geral da investigação materialista histórica (com a sua ênfase no poder do dinheiro e na circulação do capital) e da política de classe (com

sua ênfase na unidade da luta emancipatória) não pode ser superestimada. (HARVEY, 2013, p.320)

A segunda, a produção de imagens e de discursos seria uma faceta muito importante da reprodução e transformação da ordem simbólica. As práticas estéticas e culturais deveriam ser levadas em conta e mereceriam cuidadosa atenção nas condições de sua produção. A terceira, o reconhecimento da relevância das dimensões do espaço e do tempo, e que haveria geografias de ação social, territórios e espaços de poder vitais para as forças organizadoras na geopolítica do capitalismo, e seria sede de inúmeras diferenças e alteridades que precisariam ser compreendidas no âmbito da lógica global do desenvolvimento capitalista. A quarta, o materialismo histórico-geográfico é um modo de pesquisa aberto e dialético, e a metateoria é uma tentativa de chegar a um acordo com as verdades históricas e geográficas que caracterizam o capitalismo (HARVEY, 2013, p.321).

De acordo com Harvey, a condição pós-moderna passa por uma súbita evolução, alcançando, talvez, um ponto de autodissolução. “Mas em quê?”, questiona-se o autor. Ao que acredita não ser possível dar uma resposta, abstraindo-se das forças político-econômicas que transformaram atualmente o mundo do trabalho, das finanças, do desenvolvimento geográfico desigual, etc. E veria aí claras linhas de tensão.

A geopolítica e o nacionalismo econômico, o localismo e a política de lugar estão combatendo um novo internacionalismo da maneira mais contraditória. [...] O controle internacional do capital financeiro se afigura inevitável, mas parece impossível chegar a isso através da coletividade de interesses nacionais. Além disso, há uma renovação do materialismo histórico e do projeto do Iluminismo. Por meio do primeiro, podemos começar a compreender a pós-modernidade como condição histórico-geográfica. (HARVEY, 2013, p.325)

Harvey acredita que com essa base crítica seria possível um contra-ataque da narrativa contra a imagem, bem como da ética contra a estética, e de um projeto de *Vir-a-Ser* contra o *Ser*, buscando a unidade no interior da diferença. Embora reconhecesse que o atual contexto seria marcado pelo poder da imagem e da estética, pela compressão do tempo-espaço e pela importância da geopolítica e da alteridade. No entanto, se alguns sonham com o retorno do classicismo e outros com o modernismo, o autor, por sua vez, é adepto de que toda época precisa ser julgada e realizada na “plenitude de seu tempo, [...] pelo vir-a-ser” (HARVEY, 2013, p.326).

Enfim, a acumulação flexível, definida por Harvey, apoia-se na flexibilidade dos processos e mercados de trabalho, em novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, mas, principalmente, nas altas taxas de inovação comercial, tecnológica e

organizacional. O mercado de trabalho sofreu uma radical reestruturação e tornou-se volátil e flexível, intensificou a competição e enfraqueceu o poder sindical, entre fatores, elevando índice de mão-de-obra excedente. São novos arranjos do trabalho flexível: em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Incentivados por uma estética pós-moderna que acelera a diferença, a efemeridade, o espetáculo e a mercadificação de formas culturais.

Mas ainda estaríamos submetidos ao poderio capitalista definido pelo argumento marxista da tendência à superacumulação. Segundo Harvey o que realmente foi extraordinário desde a década de 70 foi o florescimento e transformação dos mercados financeiros, ou seja, a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros possíveis, graças a sistemas, altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global, capazes de flexibilidade geográfica, temporal e de acumulação de capital, sem precedentes na história. O sistema financeiro alcançou um grau de autonomia real, levando o capitalismo a riscos financeiros inéditos, ao que provocaria riscos ao trabalho e, conseqüentemente, ao trabalhador. Tais efeitos da acumulação flexível, bem como da transformação dos mercados financeiros, são visíveis nos números apresentados pela entidade pesquisada.

Na sequência, apresentaremos as contribuições de Jean-François Lyotard (2015). Em *A condição pós-moderna*, o autor faz um estudo que tem por objeto o saber nas sociedades mais desenvolvidas, sociedades às quais decidiu nomeá-las de “pós-moderna”, em referência ao termo usado no continente americano por sociólogos e críticos. O que designa o termo “pós-moderno”? “Designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e das artes a partir do final do século XIX” (Introdução, p.xv).

Na apresentação da obra, *A condição pós-moderna*, Wilmar do Valle Barbosa (1985), *in Tempos-modernos*, afirma que:

o cenário pós-moderno é essencialmente cibernético, informático e informacional. Nele, expandem-se cada vez mais os estudos e as pesquisas sobre a linguagem, com o objetivo de conhecer a mecânica da sua produção e de estabelecer compatibilidades entre linguagem e máquina informática. (BARBOSA, 1985, p.viii)

Além disto, são incrementados os estudos sobre a "inteligência Artificial" e o esforço sistemático para conhecimento da estrutura e do funcionamento do cérebro, assim como do mecanismo da vida. Trata-se de um cenário marcado por esforços científicos, tecnológicos e políticos, que visam informatizar a sociedade (BARBOSA, 1985, p.viii).

Segundo Lyotard no esforço de maior flexibilidade, menor custo e operatividade, a informatização das sociedades pode tornar-se um instrumento “sonhado” de controle e regulamentação do sistema de mercado, abrangendo, até mesmo, o próprio saber, exclusivamente regido pelo princípio de desempenho.

Posteriormente, Lipovetsky (2005), em *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*, descreve uma transformação dos estilos de vida da modernidade à pós-modernidade, ou seja, a revolução do consumo foi impulsionadora e propulsora do fruir máximo da vida, da ideologia individualista e dos direitos e desejos do indivíduo, por meio da exacerbação dos valores individualistas.

Na visão de Lipovetsky, os grandes eixos modernos, a revolução, as disciplinas, a laicidade e a vanguarda foram alterados pela força da personalização hedonista e individualista, não há ideologia política capaz de inflamar multidões. A sociedade pós-moderna não tem nem ídolos e nem tabus, não tem uma imagem gloriosa de si e nem um projeto histórico que mobilize os indivíduos. O que domina hoje em dia é o vazio, vazio sem tragédia e sem apocalipse. Trazendo tais contribuições do “vazio” para o contexto da entidade pesquisada, nos últimos anos, identificamos que teria ocorrido uma queda, dos ideais político-partidários, decorrente do declínio do prestígio do Partido dos Trabalhadores, no Brasil, e de seus milhares de militantes, refletindo, inclusive, na escolha de seus representantes na Previ. Essas informações serão detalhadas na apresentação do histórico de eleições da entidade nas duas últimas décadas.

Da obra *O novo espírito do capitalismo*, dos autores Boltanski e Chiapello (2009), extraímos um recorte histórico, dos últimos trinta anos, quando teria ocorrido uma conjuntura única, a saber, o próprio capitalismo teria estabelecido mudanças de valores que depende ao mesmo tempo de seu sucesso e de sua validação mais geral. Um modelo liberto de seu modo de acumulação anterior e das reivindicações de justiça por ele provocadas. Os autores realizam uma interpretação dos movimentos de maio de 68, e o modo de modificação das ideologias associadas às atividades econômicas. Ideologia no sentido descrito por Louis Dumont, *apud* Boltanski e Chiapello (2009), de um “conjunto de crenças compartilhadas, inscritas em instituições, implicadas em ações e, portanto, ancoradas na realidade” (p.33). Nos últimos anos, embora exista uma diversidade de definições do termo capitalismo, os autores optaram por uma fórmula mínima que enfatiza “a exigência de acumulação ilimitada do capital por meios formalmente pacíficos” (p.35). O cenário do capitalismo de acumulação ilimitada poderia, também, ser evidenciado no histórico crescente de resultados da entidade pesquisada que serão posteriormente apresentados.

A obra de Boltanski e Chiapello (2009) traz, também, uma crítica ao capitalismo frente à inautenticidade de um mundo sob o império da mercadoria, do simulacro generalizado, da perda de qualquer realidade autêntica. A crítica capitalista, da sociedade de massa e da mercantilização da diferença, teria aberto o caminho para a denúncia da realidade como ilusão e encenação, do espetáculo na forma extrema de mercadoria.

Em *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, de Richard Sennett (2002), veremos a argumentação que o trabalho moderno é marcado pela ênfase na flexibilidade e no curto prazo, impedindo que as pessoas construam uma narrativa coerente de suas vidas, afetando o caráter no que tange as virtudes como lealdade, confiança, comprometimento e ajuda mútua. O ensaio nos permite contextualizar o trabalho na pós-modernidade, com a expressão “capitalismo flexível”, que enfatiza o ataque às formas rígidas burocráticas e requer trabalhadores mais ágeis, abertos a mudanças de curto prazo, com capacidade de assumir riscos contínuos e menos dependentes de leis e procedimentos formais. A ênfase na flexibilidade vem mudando o próprio significado do trabalho e o conceito de carreira (canal de atividades econômicas de alguém durante sua vida), e trouxe de volta o termo *job*, no sentido em que as pessoas fazem parte do trabalho no decorrer de sua vida. Em tais circunstâncias é natural a ansiedade diante dos riscos de quais caminhos seguir. Mas, para Sennett, o maior impacto da flexibilidade é sobre o “caráter pessoal”. “Caráter” esse definido como: “o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros” (SENNETT, 2002, p.10).

Segundo Sennett a ansiedade com o tempo encontra-se profundamente entrelaçada com o novo capitalismo. A apreensão com o emprego se impõe de toda parte, enfraquece o eu, fratura famílias, fragmenta comunidades, altera toda a dinâmica dos locais de trabalho. A instabilidade em relação ao futuro se reflete no presente frente ao risco constante da perda de valor das narrativas, e existe uma superficialidade degradante nas relações humanas, decorrente de uma desorganização temporal e ausência de objetivos duráveis. O caráter se encontra em desafio constante graças à falta de confiança, à reengenharia das instituições e aos trabalhadores “descartáveis”. Nos dois últimos capítulos, mais especificamente, no último, traremos uma melhor descrição da mentalidade dos colaboradores da entidade evidenciando as características descritas pelo autor e seus efeitos no cotidiano da entidade marcado por questões inclusive político-partidárias.

De acordo com Dufour (2005), em *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*, na pós-modernidade chegamos a uma época que viu a dissolução de forças nas quais a modernidade se apoiava, além do fim das grandes ideologias



dominantes e das narrativas. A desaparecimento das vanguardas e de outros elementos significativos, como os progressos da democracia, são traços considerados sintomas significativos da mutação atual, desde a modernidade, e indicam que o advento da pós-modernidade está relacionado com o surgimento do que chamamos de neoliberalismo (p.25). O desenvolvimento do individualismo, a redução do papel do Estado, a supremacia absoluta da mercadoria, o reinado do dinheiro, a transformação contínua da cultura, a massificação dos modos de vida, podem, também, ser considerados como sintomas, assim como a combinação do individualismo e exibição das aparências, o achatamento da história com a imediatez dos acontecimentos e instantaneidade informacional, o importante lugar ocupado pelas tecnologias com poderio incontrolável. Podemos, ainda, incluir, a maior longevidade da vida, a demanda insaciável de saúde perpétua, a desinstitucionalização da família, as múltiplas interrogações sobre a identidade sexual, diversas interrogações sobre a identidade humana, no rol desses sintomas, bem como a desafetação progressiva em relação ao político, a publicização do espaço privado, a privatização do domínio público.

Afinal, o que muda na era do trabalho sem trabalho, sem mercadorias, do “capitalismo financeiro”? Seria o “Mercado” a nova divindade que se encarnou e se faz presente na terra?

### **3.2. O divino Mercado**

Em *O divino mercado*, Dufour (2009), as mudanças atuais observadas no “ser-em-si” e no “ser-em-conjunto” teriam sua origem numa inversão da metafísica ocidental, ocorrida desde o século XVIII, época das luzes, com a constituição do mundo moderno. O autor nos chama a atenção para a obsessão dos teólogos na salvação dos homens e, por muitos séculos, só existiria um caminho, a prática da virtude do amor a Deus e do amor ao próximo (o “amor socialis” em oposição ao “amor privatus”). Mas, para os agostinianos, poucos homens receberiam a graça da salvação, o que os teria levado a questionarem sobre o que Deus, em sua infinita bondade, faria com aqueles que não alcançassem a graça divina (p.59).

#### **3.2.1. “Fábula das abelhas”**

Na tentativa de elucidar o problema dos agostinianos, o autor aposta na enunciação da proposta da existência de dois planos de Deus. O primeiro, a santidade e, o segundo, um plano secreto para salvar os homens não virtuosos. Bernard de Mandeville (1670-1733), *apud* Dufour (2009), teria sido o primeiro a desvendar este plano secreto de Deus, apresentando-o através da conhecida *Fábula das abelhas*. Onde são enumerados todos os benefícios sociais, decorrentes da liberação dos indivíduos que se entregassem a seus vícios sem nenhuma culpa

e, em consequência, produzissem riqueza. Dufour (2009) cita o adágio principal de Mandeville: “Os vícios privados fazem a parte pública” (Dufour, 2009, p.59). A fábula narra a história de uma colmeia fervilhante de muitas atividades, representação de um lugar em que todos seriam mais ou menos ladrões e viciados, e graças a isso se daria o sucesso do resultado, da prosperidade. Porém, quando seus habitantes abriram mão do roubo e do vício, a colmeia teria entrado em decadência e pobreza, tendo em vista a ausência das despesas exorbitantes, levando, inclusive, a faltar ao trabalho. A moral da fábula escrita, por Mandeville, é a seguinte: “os vícios privados geram o benefício público e a virtude condena uma grande cidade à pobreza e à indigência” (Dufour, 2009, p.60).

A tese central é apresentada de forma clara, ou seja, os comportamentos individuais, moralmente repreensíveis, ligados aos vícios e roubos são, para a coletividade, a origem da prosperidade geral e contribuem para o desenvolvimento das artes e da ciência. Em consequência dessa moral teria surgido a antropologia liberal com a sua própria moral: “Tanto quanto possível sejam ávidos, egoístas e gastem em nome do prazer pessoal; assim, estarão fazendo o melhor possível pela prosperidade de sua nação e a felicidade de seus compatriotas” (idem), tal moral pode ser condensada na máxima: “é preciso dar vazão aos egoísmos” (ibidem). Em resumo, para Mandeville, este seria o plano secreto de Deus para resgatar os homens, isto é, eles deveriam entregar-se sem reservas aos seus vícios pessoais e, assim, servirem à virtude pública. Tratar-se-ia, então, de uma “moral” perversa com traços de sadismo. Para Dufour (2009), essa seria a “moral” que reina hoje e está no cerne de uma “nova religião liberal” ávida na conquista de consumidores no mundo.

Dufour (2009), comenta que essa ideia de Mandeville teria sido retomada e desenvolvida por Adam Smith em *A riqueza das nações*, quando teria transformado os termos “vício” em “*self love*” (egoísmo) e “*greed*” (ambição), fazendo do egoísmo a qualidade de virtude social, e essa seria a via de acesso à riqueza das nações, mensurada na riqueza dos banqueiros. Aí estaria o ponto de partida da toda a economia liberal. Tal ideia é passível de aproximação do mercado liberal, não como uma invenção dos mercadores, mas, sim dos teólogos, pois existem fundamentos metafísicos no capitalismo e isso o fortaleceria.

Embora não tenha sido mencionado por Dufour, a obra de Max Weber, (1905/2004) *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, é bem pertinente ao contexto dos fundamentos metafísicos do capitalismo. Para Weber (1905/2004), tanto a religiosidade calvinista quanto a doutrina da predestinação seriam os fundamentos dogmáticos da moralidade puritana, pautada em uma vida ética metodicamente racionalizada. Seu pensamento evidenciaria a relação entre as seitas protestantes e o “espírito” do capitalismo,

mostrando-nos a importância da concepção puritana de Igreja para o espírito do capitalismo dos tempos modernos.

### 3.2.2. O liberalismo

Durante dois séculos, o princípio liberal egoísta, teria liberado as paixões-pulsões, respeitando outro princípio regulador proveniente de outra corrente no século das luzes, a corrente alemã, representada, principalmente, por Kant e Hegel. Esta corrente teria se manifestado por um intervencionismo político do Estado ou do poder público. Mas, no início do século XX, nos Estados Unidos teria passado a existir uma forte rejeição da intervenção do poder público e teria se propagado a ideia de “menos estado nos negócios e mais negócios nos estados” (Dufour, 2009, p.61).

O capitalismo, na visão de Dufour (2009), teria se revigorado após a crise de 1929, passando do capitalismo de produção para o capitalismo de consumo. Reforçando a ideia que partir da crise, tanto os industriais como os consumidores passaram a liberar suas pulsões de avidez. Ocasão também marcada por um Mercado<sup>40</sup> que passou a oferecer todos os objetos possíveis e imagináveis, com o objetivo de satisfazer os desejos de qualquer consumidor. O Mercado, essa “nova religião”, teria se apoderado cada vez mais do mundo.

A proposta de fortalecimento do consumo, do Mercado como “religião”, está plenamente aderente à narrativa de Mandeville, *Fábula das abelhas*, incentivando o exercício de todos os vícios para produção de riqueza. Dufour (2009) é levado a concluir que o liberalismo é acima de tudo a liberação das paixões cuja base está no “*laissez-faire*” e é expressa na seguinte máxima: “deixai fluir vossas paixões e sereis salvos!” (p.61).

### 3.2.3. A pleonexia e a hiperconcentração de riquezas

A *pleonexia*, o que é? <sup>41</sup> –, Dufour (2015), a *pleonexia* é uma forma de *hybris* (desmesura). A *hybris* é uma noção mais antiga do que a *pleonexia*. Antes da filosofia, temos os mitos gregos fundadores e estes estabelecem uma espécie de discurso da *physis* que

<sup>40</sup> A partir de então, passaremos, a referir a usar a grafia do termo Mercado, com letra maiúscula, para dar o devido destaque como uma norma, uma lei, um grande Outro que passa a vigorar com o liberalismo econômico.

<sup>41</sup> “Pléonexie [dict.: ‘Vouloir posséder toujours plus’](pp. 15-40). [...] Porque eu quis que o leitor percebesse que este ‘o que é’ [qu’est-ce] se entende como ‘caixa’ [caisse]. Não seria aí uma homofonia perfeita para tirar proveito, pois permite imaginar que a *pleonexia implica sempre um caixa, ou um fundo para acumular o excedente que ele visa produzir*” (DUFOUR, 2015, p.35, grifo nosso). É interessante esta aproximação entre o termo *pleonexia* e uma caixa, fazemos aqui uma alusão à Entidade, Caixa de Previdência, que iremos comentar no capítulo seguinte, e o quanto a *pleonexia* se adapta tão bem ao contexto dessa Caixa, do maior fundo de pensão brasileiro e da América Latina, a Previ.

“N.T.: Perde-se na tradução para o português o jogo homofônico produzido na língua francesa, já que ‘qu’est-ce’ [o que é] e ‘caisse’ [caixa] são palavras de pronúncia semelhante” (DUFOUR, 2015, p.35).

corresponde às forças da natureza à qual os homens podem contar para criar. A deusa Hybris é filha da Noite e de Érebo, sendo esse último uma divindade infernal originária do Caos. É daí que surge a personificação da *hybris*<sup>42</sup>: a desmesura.

Dufour acredita que a proeza e a punição da *hybris* estejam no coração da cultura ocidental, este mecanismo, de fundamento similar, estaria presente nas teorias antropológicas do século XX, com a famosa proibição do incesto (interdição da correspondência de relações de aliança e de filiação) e da interdição de todas as formas de parentesco, segundo Lévi-Strauss. O autor aproxima as duas proibições de excesso: a do incesto e a da pleonexia. O primeiro, por não se limitar a ser o que era previsto na sucessão das gerações e, a segunda, por ter mais do que a parte que lhe era prevista. Ambos os excessos, são motivo da loucura no homem (*aphrosunè*), desencadeando um ciclo de punições. A pleonexia quando é permitida na cidade ela conduz à punição e, conseqüentemente, uma crise política, moral e social, notadamente, entre os mais ricos e os mais pobres, cuja discordância pode desembocar na *stasis* (decadência da cidade), isto é, uma guerra civil<sup>43</sup>. Dufour (2015) se põe a apresentar e detalhar a tripla composição da *psyché*:

A alma, a *psyché*, é, de fato, constituída por Platão por três partes. É no *épthumétikon* (ou “alma de baixo”, situada no baixo ventre) que nascem as *épthumiai*, as paixões. Este *épthumétikon* deve ser temperado e disciplinado pelo *logistikon* (frequentemente chamado “alma de cima”), sede do logos. A razão desta luta entre a terceira e a primeira alma é a alma intermediária, o *thumos*, o elemento irascível, situado no coração. Ele é suscetível de acessos e de cóleras devastadoras no momento em que domina a alma de baixo, mas é igualmente capaz da coragem que faz os heróis, os heróis da cidade, no momento em que é colocado a serviço da alma de cima. Portanto, o *thumos* é um elemento deslizando que pode versar tanto do lado do *épthumétikon*, quanto do lado do *logistikon*, quer dizer, ou do lado disso

<sup>42</sup> No mito, Hybris faz par com Nêmesis (a punição), e todo aquele que sai do seu limite está exposto à punição dos deuses, ou seja, ser levado brutalmente à medida para ser repostado em seu lugar, um ser mortal. Os mitos gregos revelam muitos personagens em *hybris* que sofreram tal punição. O autor cita o exemplo de Prometeu, que era um deus caído da antiga geração, a dos Titãs, aqueles vencidos pelos Olímpicos, e ele também teve que ser punido e repostado em seu lugar. Prometeu havia sido punido por Zeus após roubar dos Olímpicos o “fogo sagrado” (o saber divino) para entregá-los aos homens. São vários exemplos de figuras mitológicas em que o atravessamento do limite valeu-lhes a condenação. Édipo é um caso exemplar, inclusive de dupla punição, após sua ultrapassagem da sucessão geracional quando aliou-se à sua mãe, ato que lhe custa cegar os próprios olhos e ter toda sua descendência maldita.

<sup>43</sup> Tal questão é apresentada por Platão que irá abordá-la em seu último diálogo (As Leis), ele se faz legislador e num jogo de palavras cria o termo “dissensão”, e fixa o limite de bens para o rico e para o pobre; todo aquele que ultrapassar a medida deverá doá-lo ao Estado e aos deuses protetores do Estado e ficará isento da multa. Porém, aquele que desrespeitar a lei também poderá ser denunciado cabendo ao denunciante metade do excedente e, outra metade, será para os deuses; quanto ao culpado, este terá como multa o equivalente ao excedente. Platão teria mostrado, no diálogo, que além de uma guerra interna (*stasis*) na cidade é possível guerra externa (*polémos*) entre cidades, já que a busca desenfreada de riqueza conduz ao desejo de conquistar, por qualquer meio, as fontes e os bens de uma ou mais cidades (p.27). Portanto, a pleonexia levaria a duas conseqüências catastróficas: *stasis* e *polémos*; e, por estar presente, ela precisa ser controlada. No segundo diálogo, Platão irá explicar que pleonexia só existe na própria alma (a *psyché*).

que chamamos hoje de pulsionalidade, ou do lado da simbolicidade. (DUFOUR, 2015, p.27)

O termo “paixão” tem um sentido diferente do qual o conhecemos, em grego ele significa “*pathos*”, sofrimento, e seu equivalente latino “*passio*” significa algo que o homem é vítima. Para Aristóteles o homem apaixonado é uma pessoa que está com a sua razão suspensa, ele não é “agente (aquele que age)”, mas é paciente (Dufour, 2015, p.28)<sup>44</sup>. A paixão “(ou a pulsão que, como tal, impulsiona a querer sempre mais)”, ela é de fato “sem limites”. Aristóteles, em *Ética a Nicômano*, *apud* Dufour (2015), teria nos lembrado quanto ao caráter insaciável da pulsão: “A pulsão é insaciável e tudo a excita no ser desprovido de razão;” (idem). O “sem limites” da pulsão se adequa perfeitamente ao termo pleonexia.

Sócrates é também lembrado pelo autor, com sua descrição da ilimitação da pulsão ao compará-la a uma “tarambola”, um pássaro que, simultaneamente, come e expele, e, por isso, nunca estará saciado, nunca terá o suficiente. Nesse sentido, Dufour aproxima a pleonexia à adição. O pleonéxico é aquele que sempre quer mais e mais dinheiro, custe o que custar, é esta a sua adição. Assim como é possível aproximar a punição da destruição ou a autodestruição do indivíduo destemperado, pois no furor de querer sempre mais o pleonéxico é capaz tanto da destruição como da autodestruição. O autor ainda faz uma analogia de trilogia da alma de Platão (*épithumétikon / thumos / logistikon*) com a estrutura psíquica de Freud (isso, supereu e eu) desenvolvida em *O Mal-estar na civilização* e ratificada por “Lacan (1986[1959-1960], p. 13)” com a “face feroz e obscena do supereu”, incitando ao sujeito não se intimidar e não se deter para alcançar aonde ele quer chegar. “É, portanto, sempre uma maquinaria psíquica ternária que deve conter (no duplo sentido deste verbo) aquilo de que ela se alimenta: o excesso pleonéxico inicial. Senão a máquina explode” (Dufour, 2015, p.28-29).

*A Fábula das abelhas* de Mandeville (1705) é citada aqui por Dufour (2015), quando esse percussor do iluminismo inglês teria nos convidado a passar da ideia (antiga) de controle da pleonexia à ideia (moderna) de liberá-la, com a justificativa que isso traria toda a riqueza, ou melhor, toda a liberação dos “vícios privados” em prol da “virtude pública”, permitindo que a riqueza advenha. “O texto de Mandeville é muito importante, já que ele permite estabelecer um laço entre a economia psíquica (a liberação das paixões e das pulsões) e a economia dos bens (aumento da riqueza)” (p.29). A hipótese apresentada é a seguinte:

---

<sup>44</sup> Esta percepção negativa da paixão não é exclusiva de Platão, mas se faz presente em vários textos da Grécia Antiga, como por exemplo, em Xenófanes, na Economia, aqueles que são movidos por seus *épithumiai*, suas paixões, são escravos dos senhores e por eles dominados e, por isso, devem entregar-lhes todo o fruto de seu trabalho.

[...] nesta equação que se fundou o liberalismo (econômico), que diz (e diz sempre mais à medida que se torna sempre mais ultraliberal) que a riqueza (e, portanto, a felicidade do maior número) somente pode provir da suspensão da proibição das paixões em geral e da pleonexia em particular. (DUFOUR, 2015, p.29).

Colocando-se na posição da fascinação socrática, Dufour se interroga se a suspensão da proibição da pleonexia não culminaria na formação de uma “hiperclasse”, menor em quantidade e maior em concentração de riqueza ou o crescimento de uma “hipoclasse” numericamente maior e sujeita à maior pauperização. A questão é pertinente frente ao atual modelo democrático, que permite distâncias exorbitantes entre as remunerações e, ainda, infinitamente maiores se considerarmos os rendimentos financeiros. Nesse sentido, caberia questionar se realmente a escravidão foi abolida<sup>45</sup>. Segundo Dufour (2015), apesar da crise, ainda hoje, a pleonexia continua a constituir um princípio ordenador de tudo, não só da economia financeira, mas da produção, e tudo está fundado na “avidez dos banqueiros” (p.30). Afinal, o Mercado não é o que promete tudo a todos e oferece continuamente a satisfação de todas as apetências? Se assim o é, a civilização ocidental, então, teria passado de uma necessidade de controle das paixões e das pulsões para a exploração industrial da “alma de baixo” (as paixões):

Podemos falar aqui de uma virada libidinal do capitalismo. A pleonexia, então, estaria no coração do sistema: o querer sempre mais da oligarquia financeira explora o querer sempre mais dos objetos dos indivíduos assim reduzidos a puros e simples consumidores, o que obriga a explorar ainda mais todas as fontes, polui tudo e perturba gravemente os equilíbrios ecológicos fundamentais. É aí onde a velha questão da punição ressurge: o princípio pleonéxico creditado pelo Ocidente, tendo ganhado o mundo (a globalização atual), se transforma em ameaça de destruição deste mundo. Quando a pulsão não se simboliza mais, ela se transforma em pulsão de morte; [...]. (DUFOUR, 2015, p.30)

Para Mauss, *apud* Dufour (2015), a pleonexia interrompe o ciclo de troca nas sociedades, já que o pleonéxico é aquele que não quer “dar, receber, devolver”, mas quer tudo só para si. Esse movimento de acumulação faz parte da essência capitalista. Segundo o autor, na época mercantilista, Cantemir teria profetizado o poder do dinheiro em “gerar filhotes”, assertiva proferida, cento e cinquenta anos mais tarde, por Marx: “dinheiro que produz

---

<sup>45</sup> Tal condição os faz lembrar a grande lição de “pleonexia do ultraliberal” dada pela onipotente Reserva Federal Americana (FED), representada por Alan Greenspan, considerado o “economista dos economistas”. Quando interrogado no ano de 2008 pela comissão dos Estados Unidos de controle da ação governamental; na época, com grandiloquência o entrevistado teria admitido que, a crise da época, colocava em causa, a superioridade do sistema, ou seja, uma falha no “freeMarket” que o deixou bastante confuso e perplexo com algo que não havia dado certo. Ao ter sido lembrado sobre suas declarações anteriores sobre os mercados livres e concorrências como a melhor forma de organização das economias, reconhece ter sido um erro de sua parte defender que o “sentido de seus próprios interesses”, os interesses dos banqueiros seria a melhor opção.

dinheiro [...] A moeda que gera filhotes” (Marx, *O Capital*, apud Dufour, 2015, p.32). Segundo Cantemir, graças à deusa Pleonexis, tudo pode ser transformado em ouro.

Hoje, na época da globalização ultraliberal desregulada, estas práticas pleonáxicas perduram e mesmo se expandem. Além do nome clássico de *bakchich*, utilizado no texto (palavra persa, passada ao árabe, depois ao turco), nós os nomeamos mais adiante de múltiplas formas: propina, securitização de dívidas passadas, *hedgefunds*, permitindo especular na baixa e na alta sobre a evolução dos mercados, manipulações contábeis, manipulações de preços de transferências, fraude e evasão fiscais pelas filiais *offshore* sociedades-fantasmas instaladas em “paraísos fiscais”, desvios de créditos públicos e mercados manipulados, corrupção e comissões ocultas, enriquecimento sem causa e abuso dos bens sociais, vigilância e espionagem, chantagem e delação, violação dos regulamentos em matéria de direito do trabalho e de liberdade sindical, de higiene e de segurança, de cotizações sociais, de poluição e de ambiente, comissão, retrocomissão – sem esquecer a... retrocomissão (a qual ocorre quando o novo presidente, horrorizado, para de pagar as comissões e retrocomissões estabelecidos pelo anterior). (DUFOUR, 2015, p.33)

Em suma, nestas sublimes economias, não se para de colocar e recolocar, esperando, como em um jogo, o retorno do investimento, e mesmo, tanto quanto possível, a bolada. Nenhuma dúvida de que hoje nós tenhamos chegado ao estado supremo da pleonexia, já que o capitalismo é constituído pelo conjunto dessas transações onde cada um tenta ter mais do que a sua parte. Será muito necessário nos darmos conta um dia (tarde demais, talvez) de que o capitalismo funciona como um emaranhado de sistemas de Ponzi. O que, sabemos, designa estas montagens financeiras, na qual os primeiros investidores são remunerados graças aos fundos trazidos pelos seguintes, e assim sucessivamente, até que todas as retiradas possíveis sejam feitas e que o sistema imploda. (DUFOUR, 2015, p.33-34)

Para Dufour, desde o final do século XVIII e primórdios da revolução industrial, rapidamente teria se difundido “o templo da deusa Pleonexis”, Madeville já discutia sobre a aplicação generalizada da possibilidade de alcançar a riqueza infinita. E Cantemir, com sua compreensão da pleonexia como operadora de transformação da sociedade em uma degradante sala de jogo. É como se Marx conhecesse os textos de Cantemir, e a grande descoberta marxista teria sido que o capitalismo repousa sobre o modelo da “força de trabalho”. O capitalista é um “bom pleonéxico” que, rapidamente, teria percebido o quanto esta força traz mais do que ela verdadeiramente custa, extraindo daí a *mais-valia*, a fonte de onde se constrói todo o edifício capitalista.

Ao longo destes três últimos séculos, segundo Dufour, o “desejo pleonéxico”, este desejo liberado, permitiu aumentar a riqueza de uns. Entretanto, hoje em dia, este “querer-ter-sempre-mais” pode colocar em risco a perenidade do mundo, por conta do aumento de vários riscos: como as guerras civis (*stasis*) opondo ricos e pobres; as guerras externas (*polémos*) uma competição visando ao “ter mais” ou ao “dominar mais”; a desregulação da *psyché*, os danos psicopatológicos dos indivíduos em função do apoio crescente na alma de baixo

(*epithumetikon*); as paixões, prevalecendo a “pulsionalidade” e multiplicando as passagens ao ato; além das perturbações do “cosmos”, da vida terrena, em consequência da excessiva exploração de seus recursos naturais.

Na Previ, não temos dúvida de que ela, também, teria chegado ao estado supremo da plenoexia, neste capitalismo constituído por um conjunto de transações financeiras, aumentando cada vez mais sua participação no divino Mercado, estado supremo da acumulação sem limites. Em referência ao texto de Mandeville, *Fábula das Abelhas*, podemos estabelecer, na entidade, o laço entre a economia dos bens, o aumento da riqueza, e a economia psíquica, com seus efeitos subjetivos na liberação das paixões e das pulsões de seus milhares de participantes.

### 3.3. A condição pós-moderna

#### 3.3.1. Vida social pós-moderna

Harvey (2013) se questiona se a vida social teria se modificado tanto a partir da década de 70, a ponto de podermos nomeá-la de uma cultura pós-moderna? Para o autor o conceito de “pós-moderno” teria sido fomentado com o surgimento das últimas modas intelectuais de Paris e do mercado de arte de Nova Iorque, mas haveria uma concordância que afirma tratar-se de uma espécie de reação ao “modernismo”. Segundo o crítico literário Terry Eagleton (1987), *apud* Harvey (2013):

Talvez haja consenso quanto a dizer que o artefato pós-moderno típico é travesso, autoironizador e até esquizoide; e que ele reage à austera autonomia do alto modernismo ao abraçar impudentemente a linguagem do comércio e da mercadoria. (HARVEY, 2013, p.19)

Os editores da revista de arquitetura PRECIS 6 (1987) também foram lembrados porque viram no pós-modernismo uma reação à “monotonia” da visão de mundo do modernismo universal:

Geralmente percebido como positivista, tecnocêntrico e racionalista, o modernismo universal tem sido identificado com a crença no progresso linear, nas verdades absolutas, no planejamento racional de ordens sociais ideais, e com a padronização do conhecimento e da produção. (HARVEY, 2013, p.19)

São descrições do pós-moderno que privilegiam “heterogeneidade e a diferença como forças libertadoras na redefinição do discurso cultural” (HARVEY, 2013, p.19). O autor identifica que o marco do pensamento pós-moderno estaria na “fragmentação, a indeterminação e a



intensa desconfiança de todos os discursos universais ou (para usar um termo favorito) ‘totalizantes’” (HARVEY, 2013, p.19), e o ressurgimento da preocupação com a ética, a política e a antropologia indicariam uma mudança na “estrutura do sentimento”.

A referência ao pós-modernismo remete ao conceito baudelairiano com sua total aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico. Assim como a referência à Foucault, pois este teria nos instruído “a desenvolver a ação, o pensamento e os desejos através da proliferação, da justaposição e da disjunção” (HARVEY, 2013, p.49), bem como a “preferir o que é positivo e múltiplo, a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os arranjos móveis aos sistemas. Acreditar que o produtivo não é sedentário, mas nômade” (idem). O pós-modernismo apoiado, em particular, em Nietzsche, enfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ele com base no pensamento racional. Harvey se propõe a analisar a importância da condição de fragmentação, efemeridade, descontinuidade e mudança caótica tão presente na pós-modernidade. Para ele, haveria autores como Foucault e Lyotard que teriam atacado qualquer noção de existência de uma metalinguagem, condenado esquemas metanarrativos como aqueles produzidos por Freud ou Marx. Foucault teria insistido na pluralidade de formações do “poder discurso”, e Lyotard no poder dos jogos de linguagem. Destacamos um comentário de Harvey sobre a obra de Foucault na pós-modernidade:

As ideias de Foucault – em particular as das primeiras obras – merecem atenção por terem sido uma fonte fecunda de argumentação pós-moderna. Nelas a relação entre o poder e o conhecimento é o tema central. Mas Foucault (1972, 159) rompe com a noção de que o poder esteja situado em última análise no âmbito do Estado, e nos conclama a “conduzir uma análise ascendente do poder, começando pelos seus mecanismos infinitesimais, cada qual com a sua própria história, sua própria trajetória, suas próprias técnicas e táticas, e ver como esses mecanismos de poder foram – e continuam a ser – investidos, colonizados, utilizados, involuídos, transformados, deslocados, estendidos etc. O cuidadoso escrutínio da micropolítica das relações de poder em localidades, contextos e situações sociais distintos leva-o a concluir que há uma íntima relação entre os sistemas de conhecimento (“discursos”) que codificam técnicas e práticas para o exercício do controle e do domínio sociais em contextos localizados particulares.... o único irredutível do esquema de coisas de Foucault é o corpo humano, por ser ele o “lugar” em que todas as formas de repressão terminam por ser registradas. Assim, embora, Foucault afirme, numa frase celebrada, que não há “relações de poder sem resistências”, há igualmente uma insistência sua em que nenhum esquema utópico pode jamais aspirar a escapar da relação de poder de poder-conhecimento de maneiras não repressivas. Nesse ponto, ele faz eco ao pessimismo de Max Weber quanto à nossa capacidade de evitar a “gaiola de ferro” da racionalidade burocrático-técnica repressiva [...]. (HARVEY, 2013, p.50)

O trabalho de Foucault teria influenciado muitos pesquisadores de diversos campos, da criminologia e da antropologia, a assumirem novas maneiras de reconstruir e representar as

vozes e experiências de seus sujeitos. McHale é outro autor citado por Harvey porque teria acentuado o pluralismo do mundo que coexiste na ficção pós-moderna, e por resgatar o conceito foucaultiano de heterotopia, uma imagem apropriada para descrever uma ficção. “Por heterotopia Foucault designa a coexistência, num ‘espaço impossível’, de um ‘grande número de mundos possíveis fragmentários’, ou, mais simplesmente, espaços incomensuráveis que são justapostos ou superpostos uns aos outros” (HARVEY, 2013, p.52). Aceitar a fragmentação, o pluralismo e a autenticidade de várias vozes, evidencia o problema da comunicação e dos meios de exercer o poder através do comando.

Lyotard (1984), *apud* Harvey (2013), situa o pensamento pós-moderno na dramática transição social e política, nas linguagens da comunicação, em sociedades capitalistas avançadas, examinando de perto as tecnologias de produção e a disseminação e uso desse conhecimento. Conhecimento esse que poderia ser codificado de todas as maneiras. A referência à obra de Lyotard seria uma forma de evidenciar que o modernismo mudou porque as condições técnicas e sociais de comunicação se transformaram. Os pós-modernistas, distintamente dos modernistas, tendem a aceitar uma teoria diferente quanto à natureza da linguagem e da comunicação.

Enquanto os modernistas pressupunham uma relação rígida e identificável entre o que era dito (o significado ou ‘mensagem’) e o modo como estava sendo dito (o significante ou ‘meio’), o pensamento pós-estruturalista os vê ‘separando-se e reunindo-se continuamente em novas combinações’. (HARVEY, 2013, p.53-54)

O pós-moderno aponta uma ruptura da ordem temporal de coisas, repercutindo no modo peculiar de tratar o passado, pois ao rejeitar a ideia de progresso, se abre mão de todo sentido de continuidade e memória histórica, e desenvolve a capacidade de “pilhar a história e absorver tudo o que nela classifica como aspecto do presente” (HARVEY, 2013, p.58). Com a evaporação do sentido de continuidade e memória histórica, e a rejeição de metanarrativas, retomando a referência à Foucault, resta ao historiador tornar-se um arqueólogo do passado, escavando seus vestígios. Daí, no pós-modernismo a existência de pouco esforço para sustentar a continuidade de valores, de crenças ou mesmo de descrenças (HARVEY, 2013, p.58).

Harvey caracteriza a cena social pós-moderna como: “Essa perda de continuidade histórica nos valores e crenças, tomada em conjunto com a redução da obra de arte a um texto que acentua a descontinuidade e a alegoria, suscita todo tipo de problemas para o julgamento estético e crítico” (HARVEY, 2013, p.58-59). Trazendo esta descrição da cena pós-moderna

para o contexto do fundo de pensão pesquisado, interrupções nos modelos de gestão, descontinuidade administrativa, seriam provavelmente reflexos de uma ruptura histórica com seus valores e crenças, e a ênfase no transitório e no instantâneo, sinais de um capitalismo de consumo.

A preocupação com a instantaneidade no campo da produção cultural de eventos, espetáculos, *happenings* e imagens de mídia, teria como efeito reenfatizar e até celebrar as qualidades transitórias da vida moderna (HARVEY, 2013, p.61). Permitindo uma aproximação entre o pós-modernismo, a cultura popular e a produção cultural, ainda que carente de um impulso vanguardista ou revolucionário. O que teria levado muitos autores a acusarem o modernismo de rendição à mercadificação, à comercialização e ao mercado. Nesta linha de pensamento, veremos a descrição do pós-modernismo de Daniel Bell, *apud* Harvey (2013):

Daniel Bell (1978, 20), por exemplo, descreve o pós-modernismo como a exaustão do modernismo através da institucionalização dos impulsos criativos e rebeldes por aquilo que ele chama de “a massa cultural” [...]. A degeneração da autoridade intelectual sobre o gosto cultural nos anos 60 e a sua substituição pela pop arte, pela cultura pop, pela moda efêmera e pelo gosto da massa são vistas como um sinal de hedonismo inconsciente do consumismo capitalista. (HARVEY, 2013, p.62)

O pós-modernismo, fundamentalmente antecipado nas culturas metropolitanas dos últimos anos, estaria presente nos significantes eletrônicos, dos mais diversos meios de comunicação, na moda e nos estilos da juventude, e em todos os sons, imagens e histórias diversas na cidade contemporânea. Harvey apresenta a tese de Jameson, seguindo Mandel (1975), que define o pós-modernismo como uma lógica cultural do capitalismo avançado, ao afirmar que, a partir dos anos 60, a produção da cultura tornou-se integrada à mídia em geral, com a frenética urgência de produção de novos bens e com a aparência cada vez mais inovadora, atribuindo, assim, uma função cada vez mais essencial à inovação e à experimentação estética. Para alguns autores, o capitalismo, para manter mercados, “se viu forçado a produzir desejos e, portanto, estimular sensibilidades individuais para criar uma nova estética que superasse e se opusesse às formas tradicionais de alta cultura” (HARVEY, 2013, p.65).

Os pós-modernistas se distanciaram das concepções modernistas na forma de considerar o espaço, enquanto os primeiros o viam como coisa independente e autônoma a ser moldada, seguindo objetivos e princípios estéticos desvinculados de algum objetivo social abrangente. Já os modernistas o veriam como algo moldado aos propósitos sociais. A

referência à definição da arquitetura pós-moderna da Jencks é trazida pelo autor para caracterizar, também, o uso do tempo e do espaço na pós-modernidade:

Jencks (1984), por exemplo, afirma que a arquitetura pós-moderna tem como raízes duas significantes mudanças tecnológicas. Em primeiro lugar, as comunicações contemporâneas derrubaram as “fronteiras usuais do espaço e do tempo”, produzindo tanto um novo internacionalismo como fortes diferenciações internas em cidades e sociedades baseadas no lugar, na função e no interesse social. [...] Formas urbanas dispersas, descentralizadas e desconcentradas são hoje muito mais factíveis tecnologicamente do que antes. Em segundo lugar, as novas tecnologias (particularmente os modelos computadorizados) dissolveram a necessidade de conjugar a produção em massa com a repetição em massa, permitindo a produção em massa flexível de “produtos quase personalizados” que exprimem uma grande variedade de estilos. (HARVEY, 2013, p.77)

Tanto o arquiteto como o projetista urbano pós-moderno, segundo Harvey, comunicam com o cliente de forma mais personalizada e oferecem produtos específicos para diferentes situações e gostos. Tal descrição pressupõe um mundo urbano em permanente fluxo de transição. Nessa “cultura de gostos” e “preferências estéticas” os desejos são expressos por meio de uma influência política e de um poder de mercado diferenciados, reforçando a tendência da acumulação de capital, isto é, a produção e o consumo. Bourdieu (1977/1984) é outro autor citado por Harvey (2013) por sua definição de “capital simbólico” como o acúmulo de bens de consumo que atestam o gosto e distinção (HARVEY, 2013, p.78), e o capital seria isso que se transforma em capital-dinheiro produzindo formas materiais de capital. O “capital simbólico” serve também a funções ideológicas e à reprodução da ordem estabelecida. Harvey traz uma definição da arquitetura a serviço do capitalismo: “A arquitetura do espetáculo com sua sensação de brilho superficial e de prazer participativo transitório, de exibição e de efemeridade, de *jouissance*, se tornou essencial para o sucesso de um projeto dessa espécie” (p.91). Dar à cidade uma imagem através da organização de espaços urbanos espetaculares é uma forma de atrair capital e pessoas, num período de competição interurbana e de empreendimentos urbanos diversificados. A organização do espetáculo e a teatralidade seriam decorrentes de uma mistura eclética de estilos: “A arquitetura e o projeto urbano dessa espécie transmitem, sobretudo, um sentido de alguma busca de um mundo de fantasia, da ‘viagem’ ilusória que nos tire da realidade corrente e nos leve à imaginação pura” (HARVEY, 2013, p.95).

A corrente mais forte do pós-modernismo seria o “desconstrutivismo”, gerando uma arquitetura popularizada, mas propícia a recuperar altos padrões de elite, e uma prática arquitetônica de desconstrução do modernismo.

A fragmentação, o caos, a desordem, mesmo dentro de uma ordem aparente, permanecem como temas centrais (Goldberger, 1988; Giovannini, 1988). Ficção, fragmentação, colagem e ecletismo, todos infundidos de um sentido de efemeridade e de caos, são, talvez, os temas que dominam as atuais práticas da arquitetura e do projeto urbano”. (HARVEY, 2013, p.95-96)

Harvey se propõe a avaliar o pós-modernismo em geral. Preliminarmente, avalia que o pós-modernismo exerce uma influência positiva tendo em vista sua preocupação com a diferença, as dificuldades de comunicação, a complexidade e nuances de interesses, culturas, lugares etc. E, também, o considera como algo que imita facetas distintas das práticas sociais econômicas e políticas da sociedade. Por isso, se apresenta com aparências tão variadas. “O pós-modernismo, no entanto, vê a si mesmo de modo bem mais simples: na maioria das vezes, como um movimento determinado e deveras caótico voltado para resolver todos os supostos males do modernismo” (HARVEY, 2013, p.110).

O pós-modernismo, em referência aos termos marxistas, nos incita a aceitar as reificações e partições, bem como todos os fetichismos: de localidade, de lugar ou de grupo social. Mas também nega uma metateoria capaz de apreender os processos político-econômicos (fluxos de dinheiro, divisões internacionais do trabalho, mercados financeiros etc.), que se tornam cada vez mais universalizantes em sua profundidade, intensidade, alcance e poder sobre a nossa vida cotidiana (HARVEY, 2013, p.112). A fragmentação, a efemeridade e o fluxo caótico, o que sugere a importância da compreensão do que teria tornado tal aspecto tão presente na experiência moderna e, ainda, o que teria se intensificado dessa experiência, no período posterior a 1970. “Se a única coisa certa sobre a modernidade é a incerteza, devemos sem dúvida dar considerável atenção às forças sociais que produzem tal condição” (HARVEY, 2013, p.113). São essas forças sociais que o autor se dispõe a analisar:

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em *processos de trabalho*, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado etc. No Ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica. (HARVEY, 2013, p.117, grifo nosso)

Harvey indica áreas do modelo de sistema econômico capitalista, que precisam ser negociadas para que este permaneça viável. Uma delas é originária das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços e a outra deriva da necessidade de exercer controle sobre o emprego da força de trabalho, para garantir o maior lucro possível aos capitalistas. A celebrada “mão invisível” do mercado, definida por Adam Smith, não seria suficiente para

garantir o crescimento estável do capitalismo. A dinâmica do capitalismo seria afetada pela ação coletiva decorrente da regulamentação, da intervenção do Estado, para compensar os danos do mercado ao ambiente natural e social, bem como do exercício de poder, para dominar o mercado, exercido pelas grandes corporações e instituições poderosas. As pressões coletivas seriam aquelas exercidas pelo Estado ou por outras instituições aliadas ao exercício do poder do domínio do mercado. Podendo ser diretas, por exemplo, através da imposição de controle de salários e preços, ou indiretas, por meio de propaganda subliminar, que nos persuadiria a incorporar novos conceitos sobre necessidades e desejos básicos na vida, cujo efeito seria moldar a trajetória e a forma do desenvolvimento capitalista, que ultrapassam a análise das transações de mercado. Além disso, as propensões sociais e psicológicas exerceriam um papel na “plasmação” de modos de consumo e estilos de vida, através do individualismo e do impulso de realização pessoal, da autoexpressão, da busca de segurança e identidade coletiva, e da necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou identidade individual. Outra condição geral às sociedades capitalistas, diz respeito à conversão da capacidade de realização de um trabalho ativo, por homens e mulheres, em um processo produtivo, cujos frutos podem ser apropriados pelos capitalistas, e levaria às seguintes condições atuais de trabalho no capitalismo:

Todo tipo de *trabalho* exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condições de *trabalho* assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinas, fora do controle da pessoa que de fato faz o *trabalho*. [...] A socialização do *trabalhador* nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do *trabalho*, a lealdade dos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca de identidade através do *trabalho*, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pelas simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o *trabalho*. Também aqui o “modo de regulamentação” se torna uma maneira útil de conceituar o tratamento dado aos problemas da organização da força de *trabalho* para propósitos de acumulação do capital em épocas e lugares particulares. (HARVEY, 2013, p.119, grifo nosso)

Acreditamos que tais ideologias dominantes também se fariam presentes na entidade pesquisada, por meio do “treinamento”, da “persuasão” e da “mobilização de sentimentos sociais” ou “propensões psicológicas” através de seu plano de comunicação e de suas políticas

e práticas de gestão, com o firme propósito de assegurar a perenidade da entidade e a acumulação do capital em tempos de “acumulação flexível”.

### **3.3.2. “Acumulação flexível” e o mercado de trabalho**

A partir de 1973, Harvey (2013) considera o início de um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza, caracterizando um colapso no sistema capitalista:

O colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. Não está claro se os novos sistemas de produção de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação nem se o renascimento do empreendimento e do neoconservadorismo, associado com a virada cultural para o pós-modernismo, garante ou não o título de um novo modo de regulamentação [...] Mas os contrastes entre as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado de regime de acumulação “flexível” uma reveladora maneira de caracterizar a história recente. (HARVEY, 2013, p.119)

O autor apresenta, assim, a acumulação “flexível” como um momento de virada. Nos países capitalistas, no decorrer deste longo período pós-guerra, o capitalismo teria avançado e alcançado taxas fortes e relativamente estáveis de crescimento econômico e elevação dos padrões de vida. O fordismo, juntamente como Keynesianismo, teria permitido ao capitalismo expandir-se internacionalmente e atrair uma rede de inúmeras nações. O período pós-guerra seria o da ascensão de indústrias baseadas em tecnologias desenvolvidas, do crescimento fenomenal. O período pós-guerras exigiria uma série de compromissos e reposicionamentos dos principais atores do desenvolvimento capitalista. O Estado assumiria novos papéis e estabeleceria novos poderes institucionais, o capital precisaria ajustar-se para trilhar uma lucratividade mais segura, e o trabalho organizado assumiria novos papéis e funções em relação ao desempenho nos mercados de trabalho e nos processos de produção. Nem todos teriam sido atingidos pelos benefícios do fordismo, e as desigualdades teriam produzido insatisfação, tensões sociais e fortes movimentos sociais por parte dos excluídos. Desigualdades reforçadas pelo aumento das expectativas e pelos próprios artifícios capitalistas aplicados à criação de necessidades e à produção de um novo tipo de sociedade de consumo. O poder do Estado dependeria cada vez mais de sua capacidade de levar os benefícios do fordismo a toda população, além de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais. Aliado a todo este contexto, as críticas contraculturais dos anos 60, os movimentos das minorias excluídas e a crítica à racionalidade

burocrática despersonalizada, seriam correntes de oposição, que começaram a se fundir, formando um movimento político-cultural, exatamente no momento em que o fordismo teria atingido o seu apogeu.

A despeito de todos os descontentamentos e tensões, o regime fordista ainda teria se mantido firme até meados de 1973 e teria conseguido a expansão dos padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados, favorecendo um ambiente estável dos lucros corporativos. No entanto, segundo Harvey, a formação do mercado eurodólar e a contratação do crédito no período 1966-1967 seriam alguns sinais da redução do poder norte americano de regulamentação do sistema financeiro internacional. Nesta mesma época, teriam ocorrido mudanças nas políticas de substituições de importações, em muitos países do Terceiro Mundo (América Latina), o movimento das multinacionais, na direção da manufatura no estrangeiro (Sudeste Asiático), gerando uma nova onda de industrialização fordista sem precedentes e a intensificação da competição internacional (Europa Ocidental e Japão), desafiando a hegemonia fordista estadunidense. A partir daí as taxas de câmbio flutuantes e voláteis substituíram as taxas fixas da expansão do pós-guerra.

De acordo com Harvey, a tentativa de frear uma forte inflação ascendente, em 1973, teria exposto a capacidade das economias ocidentais, e disparado uma crise mundial nos mercados imobiliários e severas dificuldades nas instituições financeiras, além de forte instabilidade dos mercados financeiros mundiais. A economia teria entrado num período de racionalização, reestruturação e intensificação do controle do trabalho. As estratégias corporativas de sobrevivência foram as mudanças tecnológicas, com a automação, a busca de novas linhas de produtos e de nichos de mercado, a dispersão para zonas geográficas, de controle mais fácil do trabalho, as fusões e outras medidas para acelerar o tempo de giro do capital. A exacerbada recessão, com a crise do petróleo, teria levado o mundo capitalista a colocar em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Segundo o autor, isto marcaria uma nova era da sociedade denominada de “acumulação flexível”:

Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta.

*A acumulação flexível*, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos



mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças por padrões do desenvolvimento desigual, entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamando “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas... Ela também envolve um novo movimento que chamei de “compressão espaço-tempo” [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 2013, p.140)

Segundo Harvey, esse cenário, caracterizado pelo aumento dos poderes da flexibilidade e da mobilidade, teria permitido aos empregadores exercerem pressões mais fortes de controle do trabalho, haja vista uma força de trabalho enfraquecida com o aumento sem precedentes do desemprego, inclusive, nos países capitalistas avançados. O trabalho organizacional seria reconstruído com focos de acumulação flexível em regiões sem tradição industrial, com a adoção de práticas repressivas. A acumulação flexível teria gerado níveis altos de desemprego “estrutural”, destruído e reconstruído habilidades, baixando os ganhos de salários reais e levado ao retrocesso o poder sindical. O mercado de trabalho teria sofrido uma radical reestruturação, tornando-se volátil, intensificando a competição, estreitando as margens de lucro. Os patrões tiraram proveito disso para impor contratos de trabalho mais flexíveis, por conta do enfraquecimento do poder sindical e do elevado índice de mão de obra excedente. Um aumento crescente do uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, teria gerado forte insatisfação trabalhista. A atual tendência dos mercados trabalho teria reduzido os trabalhadores “centrais” e transformado a estrutura do mercado de trabalho, levando a importantes mudanças na organização industrial. A subcontratação abriria oportunidade para pequenos negócios, e permitiria sistemas de trabalho doméstico ou artesanal, familiar e paternalista, como peças centrais do sistema produtivo. Assim, o rápido crescimento de economias “negras”, “informais” ou “subterrâneas”, seria uma característica do mundo capitalista avançado e a convergência crescente com sistemas de trabalho “terceiromundistas” (HARVEY, 2013,p.145).

Essa nova estrutura do mercado de trabalho apontada, também levaria à transformação do papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho, com a exploração de sua força de trabalho em ocupações de tempo parcial e mal remunerado. A subcontratação permitiria o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal e doméstico e, paralelamente, seguiria o aumento da capacidade do capital multinacional, levando o sistema

fordista, de produção em massa e de exploração, à força de trabalho feminino. A transição para a acumulação flexível, também, seria marcada pelo papel das mulheres nos mercados e nos processos de trabalho.

Visando atender às necessidades de mercadorias rapidamente cambiáveis, em um mercado caracterizado por maior flexibilidade e elevação da competição e dos riscos, as economias de escala da produção fordista de massa seriam substituídas pela crescente capacidade de manufatura de bens e preços baixos em pequenos lotes. Esses sistemas de produção flexível teriam acelerado o ritmo da inovação do produto, além da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de produção em pequena escala. Segundo Harvey, neste cenário recessivo e de aumento da competição descrito, a exploração dessas possibilidades seria fundamental para a sobrevivência.

O tempo de giro – que sempre é uma chave da lucratividade capitalista – foi reduzido de modo dramático pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como sistema de gerenciamento de estoques “*just-in-time*”, que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo). Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo. [...] A acumulação flexível foi acompanhada no ponto do consumo, portanto, por uma atenção muito maior às modas fugazes e pela mobilização de todos os artifícios de indução de necessidades de transformação cultural que isso implica. A estética relativamente estável do modernismo fordista cedeu lugar a todo fermento, instabilidade e qualidades fugidias de uma estética pós-moderna que acelera a diferença, a efemeridade, o espetáculo, a moda e a mercadificação de formas culturais. (HARVEY, 2013, p.148)

Se o princípio do capitalismo seria sempre da circulação do capital em busca de novas maneiras de auferir lucros, isso levaria a uma permanente tensão, ao que Marx denominava de “sistema financeiro” (cartas de crédito, capital fictício<sup>46</sup>, instrumentos financeiros de todo tipo) e à “base monetária” (até então vinculada a alguma mercadoria tangível como o ouro ou a prata). Neste contexto, o dinheiro teria assumido uma forma tangível (ouro, moedas, notas etc.) e seria uma representação geral do trabalho social. Na expansão especulativa, o sistema financeiro se tornaria o principal elemento de superprodução e da superespeculação. E, o Estado, uma entidade territorial, tentaria impor a sua vontade diante de um processo fluido e espacialmente aberto de circulação do capital.

A Previ, em tempos de acumulação flexível, teria se enquadrado com novas diretrizes de negócios em novos nichos de mercados, com o aprimoramento tecnológico, bem como a redefinição de habilidades dos trabalhadores e aprimorado seu modelo de governança. Mas

---

<sup>46</sup> Capital sem o lastro de qualquer crescimento da produção real.

suas ações seriam suficientes para garantir sobrevivência em um mercado financeiro tão volátil e competitivo, marcado por tantas transformações culturais? Os resultados da entidade nos últimos anos notadamente reforçam sua posição de destaque no mercado previdenciário nacional e internacional.

### **3.3.3. A economia capitalista pós década de 70**

Para tratar da transformação das economias capitalistas, a partir da década de 70, é imprescindível levar em conta a transformação da estrutura ocupacional. O mercado de trabalho teria passado a valorizar o “empreendedorismo”, a inovação e a esperteza. Além de estimular a tomada de decisão rápida, eficiente e bem-fundamentada, em um ambiente incerto, efêmero e competitivo. Tudo isso se torna essencial para a obtenção de lucros, pois uma corporação bem organizada tem vantagens competitivas sobre os pequenos negócios. Novos sistemas de coordenação teriam sido implantados através de subcontratação ou de formação de novos conjuntos produtivos com a crescente importância das economias de aglomeração, seja por intermédio do domínio ou integração de pequenos negócios conduzidos por organizações financeiras ou de marketing. O capitalismo teria se tornado mais organizado, apesar da dispersão, da mobilidade geográfica e das respostas flexíveis dos mercados de trabalho, dos processos de trabalho e dos mercados de consumo, acompanhados de elevada inovação tecnológica, de produto e institucional (HARVEY, 2013, p.150-151).

Segundo Harvey, informações precisas e atualizadas são mercadorias valiosas, ou seja, o acesso à informação, seu controle, e uma capacidade instantânea de análise de dados seriam indispensáveis à coordenação de interesses corporativos descentralizados. Crucial para a sobrevivência corporativa será sua capacidade de resposta imediata a variações das taxas de câmbio e as mudanças das modas, de gostos e as iniciativas dos competidores. A ênfase na informação teria gerado um mercado de consultorias altamente especializadas em análise instantâneas, e criado um aspecto essencial da tomada de decisões bem-sucedidas e lucrativas, principalmente, nos mercados monetários e financeiros, mediante o acesso privilegiado a informações de conhecimentos científicos e técnicos, a políticas de governo e a mudanças de governo. A ênfase na informação terá relevada importância num mundo de rápidas mudanças e de sistemas de produção flexíveis, implicando na possibilidade de incremento da vantagem competitiva. “O próprio saber se torna uma mercadoria-chave, a ser produzida e vendida a quem pagar mais, sob condições que são elas mesmas cada vez mais organizadas em bases competitivas” (HARVEY, 2013, p.151). Assim, teria ocorrido, nas últimas décadas, uma notável expansão da produção organizada do conhecimento, assumindo cada vez mais um

cunho comercial, tendo os sistemas universitários de guardiões do conhecimento e da sabedoria. No mundo capitalista, estes sistemas teriam se transformados em produtores de conhecimento subordinados ao capital corporativo (HARVEY, 2013, p.151).

Outro desenvolvimento muito importante no sistema econômico capitalista, apontado por Harvey seria a completa reorganização do sistema financeiro global e o surgimento dos poderes imensamente ampliados pela coordenação financeira. Teria ocorrido um movimento dual composto pela formação de conglomerados e corretores financeiros com poder global e por uma rápida proliferação e descentralização de atividades e fluxos financeiros com a criação de instrumentos e mercados financeiros inéditos.

A partir dos anos 70, segundo Harvey, a pressão pela desregulamentação e inovação financeira teria impulsionado um sistema global altamente integrado coordenado pelas telecomunicações instantâneas. Assistiríamos a formação de um único mercado mundial de dinheiro e crédito, de um mercado de ações global, mercados futuros de mercadorias e até dívidas globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, concomitante a acelerada mobilidade geográfica de fundos. Um sistema financeiro global de elevado grau de complexidade com fronteiras mais porosas entre funções distintas dos bancos, corretoras, serviços financeiros, financiamento habitacional, crédito ao consumidor etc. Introduzido, em toda parte, novos mercados futuros de mercadorias, de ações, de moedas ou de dívidas.

O tempo futuro foi introduzido no tempo presente de maneira estarrecedora (HARVEY, 2013, p.152). “O uso de computadores e as comunicações eletrônicas acentuaram a significação da coordenação internacional instantânea de fluxos financeiros” (idem). E a atividade bancária teria sido definida pelo *Financial Times* (8 de maio de 1987) “está se tornando com rapidez indiferente às restrições de tempo, de espaço e de moeda” (HARVEY, 2013, p.154). Na descrição do mundo das finanças, envolvendo os principais “formadores de mercado”, dentre eles, destacam os fundos de pensão:

Esse “espantoso” mundo das altas finanças envolve uma variedade igualmente espantosa de atividades entrelaçadas, em que os bancos tomam maciços empréstimos de curto prazo um dos outros, as companhias de seguro e fundos de pensão reúnem tal quantidade de fundos de investimento que terminam por funcionar como “formadores de mercado” dominantes, enquanto o capital industrial, mercantil e imobiliário se integram de tal maneira às estruturas e operações financeiras que se torna cada vez mais difícil dizer onde começam os interesses comerciais e industriais e terminam os interesses estritamente financeiros.

Essa confusão tem sido particularmente associada com o crescimento do que é hoje denominado “empreendedorismo com papéis”. Vem sendo dada uma tremenda ênfase, nos últimos anos, à descoberta de maneiras alternativas de obter lucros que não se restrinjam à produção pura e simples de bens e serviços. As técnicas variam

da sofisticada “contabilidade criativa” à cuidadosa monitoração de mercados internacionais e condições políticas por multinacionais, de modo que possam tirar proveito das variações relativas dos valores de moedas ou das taxas de juro, chegando até à vigilância corporativa direta, seguida da apropriação dos ativos de corporações rivais ou mesmo sem nenhuma relação. A “mania das fusões e incorporações” dos anos 80 foi parte integrante dessa ênfase no empreedimentismo com papéis, porque, embora houvesse alguns casos em que essas atividades tinham uma real justificativa em termos da racionalização ou da diversificação dos interesses corporativos, a motivação mais comum era obter lucros estritamente financeiros sem dar importância à produção real. [...] Nos últimos quinze anos, segundo ele (Reich, 1983), os empregos mais procurados e mais lucrativos dos negócios norte-americanos não estavam na gerência da produção, e sim nas esferas legal e financeira da ação corporativa. (HARVEY, 2013, p.154)

De acordo com Harvey, os novos sistemas financeiros, a partir da década de 70, teriam mudado o equilíbrio de forças em ação no capitalismo global, haja vista a maior autonomia do sistema bancário e financeiro comparativamente ao financiamento corporativo, estatal e pessoal. Na acumulação flexível, o capital financeiro assumiria o poder coordenador, e a formação de crises financeiras e monetárias, autônomas e independentes, adquiriram maior potencialidade, apesar da existência de um sistema financeiro em condições de minimizar os riscos em função da diversificação e da rápida transferência de fundos de empresas entre regiões e setores mais lucrativos. A capacidade de dar boa fluidez, apesar da instabilidade e do *frenesi*, seria decorrente da direção dos fluxos de capital. As mudanças nas normas, nos hábitos, nas atitudes culturais e políticas, decorrente da acumulação flexível, teriam gerado um individualismo muito mais competitivo valorizado na cultura “empreedimentista”, que teria penetrado em muitos aspectos da nossa vida. O aumento da competição dos mercados de trabalho ou entre empreendimentos, embora danoso para uns, permitiria a redistribuição de renda para outros. O “empreedimentismo” estaria hoje presente na ação dos negócios, na administração municipal, no aumento da produção do setor informal, na organização do mercado de trabalho, inclusive na vida acadêmica, literária e artística. De acordo com Harvey, o movimento mais flexível do capital acentuaria “o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo” (HARVEY, 2013, p.161).

A seguir, destacamos os principais efeitos da acumulação variável, segundo Harvey (2013).

Na acumulação flexível, a ação coletiva se tornaria mais difícil e o individualismo se encaixaria melhor neste modelo. No entanto, em tempos de fragmentação e de insegurança econômica do regime de acumulação dominante do capitalismo, como teria sugerido Simmel (1978), *apud* Harvey (2013), o desejo de valores estáveis surgiria através de uma ênfase

intensificada na autoridade das instituições básicas como a família, a religião e o Estado (HARVEY, 2013, p.161).

Nesta compreensão da mudança de uma sociedade capitalista fordista para a de acumulação flexível, Harvey apontaria a virtude de Marx com a construção de uma teoria geral sobre o capitalismo, vigente na metade do século XIX, regulamentado pela ampla competitividade e o *laissez-faire*. E, a análise de Marx, se deteria em três condições necessárias de funcionamento do capitalismo, e se os “elementos e relações invariantes” do modo capitalista de produção estariam presentes, atualmente, na economia política. A primeira condição analisada seria traduzida na afirmativa de que o capitalismo estaria orientado para o crescimento, isto é, a existência de uma taxa equilibrada de crescimento seria fundamental para a saúde de um sistema econômico de acumulação de capital. A segunda condição seria que o crescimento e valores reais pressupõe a exploração do trabalho vivo na produção e, por isso, o controle do trabalho, da produção e do mercado, sendo imprescindível como forma de garantir a perpetuação do capitalismo. No capitalismo fundado em uma relação de classe entre capital e trabalho, o controle seria essencial para o lucro e levaria, inevitavelmente, à dinâmica da luta de classes pelo controle do trabalho e pelo salário de mercado. A terceira condição colocaria o capitalismo como tecnológico e organizacionalmente dinâmico e isso teria um papel chave na dinâmica da luta de classes movida pelo domínio dos mercados de trabalho e do controle do trabalho. Nesse sentido o controle o modo de regulamentação seria essencial para sua perpetuação. Marx teria sido capaz de mostrar que essas três condições de funcionamento do modo produção capitalista seriam inconsistentes e contraditórias e, levariam, inevitavelmente, a uma dinâmica capitalista propensa a crises em virtude da impossibilidade de conciliação da produção com um crescimento equilibrado. “O argumento marxista seria, por conseguinte, que a tendência de superacumulação nunca poderia ser eliminada sob o capitalismo. Trataria de um interminável e eterno problema de todo modo capitalista de produção” (HARVEY, 2013, p.170). Em outras palavras, a tendência à superacumulação seria uma condição inerente ao modo de produção capitalista. E, a questão seria como exprimir, conter, absorver ou administrar essa tendência para que ela não ameaçasse a ordem social capitalista.

#### **3.3.4. O trabalho no capitalismo de “acumulação flexível”**

Harvey (2013), então, aproxima a acumulação flexível e as duas estratégicas de busca de lucro (*mais-valia*) definidas por Marx (p.175). Na primeira, a *mais-valia* absoluta, se apoia no aumento da jornada de trabalho com relação ao salário necessário ao padrão de vida da

classe trabalhadora. O aumento de mais horas de trabalho e a redução geral do padrão de vida seria uma das facetas da acumulação flexível de capital. Na segunda, a *mais-valia* relativa, a mudança organizacional e tecnológica geraria lucros temporários e mais generalizados, com redução do padrão de vida do trabalho e dos custos de empregos e de trabalho. Essa estratégia enfatiza a importância de ter forças de trabalho preparadas, capazes de lidar com um cenário mais flexível, de inovação tecnológica e com orientação para o mercado, haveria uma combinação e alimentação mútua das estratégias absoluta e relativa. O desenvolvimento de novas tecnologias geraria excedentes de força de trabalho, mas permitiria o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista, e Marx acreditava que esses sairiam do negócio ou se tornariam intoleráveis no capitalismo avançado. O retorno da superexploração, em países capitalistas avançados do trabalho em casa do setor informal, representaria uma visão sombria na história supostamente progressista do capitalismo. A conclusão de Harvey é que em tempos de condições de acumulação flexível valeria, inclusive, a utilização de sistemas de trabalho alternativos pelos empreendedores, cabendo-lhes escolher quais as práticas de trabalho, isto é, um ecletismo das práticas de trabalho.

Relendo *O Capital*, de Marx, sobre a lógica da organização e da acumulação do capital, Harvey reconhece, ainda, uma familiaridade nas maneiras pelas quais o sistema fabril formou intersecções com os sistemas de manufaturas domésticos, de oficinas e artesanais, colocando em movimento forças contra o poder organizado da classe trabalhadora, bem como nos recursos dos capitalistas na promoção do espírito de competição entre os trabalhadores, e na exigência de flexibilidade de disposição, de localização e de abordagem de tarefas. O que o teria levado a considerar que a criação de oportunidades para a classe trabalhadora com a aquisição de educação, flexibilidade e mobilidade geográfica, tornaria mais difícil o controle pelos capitalistas. Apesar de considerar as diferenças nas atuais condições de trabalho, ainda assim seria fácil identificar elementos e relações invariantes apontadas por Marx, como peças fundamentais no modo de produção capitalista atual, que, em alguns casos, estariam até mais presentes do que antes. Harvey se permite questionar se a acumulação flexível não seria apenas uma versão mais retumbante da mesma velha história do capitalismo. Porém, considera este um julgamento simples, pois o capitalismo, como uma força constantemente em reformulação, cria novas configurações e, a acumulação flexível seria, no mínimo, uma nova configuração que requer uma análise contemplando os instrumentos teóricos concebidos por Marx.

Para Harvey (2013), a partir da década de 70, embora a lógica de acumulação capitalista e suas tendências tenham sido as mesmas, teria ocorrido uma imensa mudança na

aparência superficial do capitalismo. Mas, considera importante definir se essas mudanças assinalam o nascimento de um novo regime de acumulação, capaz de conter as contradições do capitalismo, ou se trataria apenas de reparos na configuração do capital do final do século XX. Sendo assim, a questão da flexibilidade passa a ser alvo de alguns debates e nos apresenta três posições distintas. Na primeira posição, alguns autores defendem que as novas tecnologias abriram possibilidades de reconstituição das relações de trabalho, e dos sistemas de produção em bases sociais, econômicas e geográficas distintas. Piore e Sabel, *apud* Harvey (2013), consideram que estaríamos numa “segunda divisão industrial”, e existiria uma transformação radical no capitalismo do final do século XX, decorrente de alguns fatores como a redescoberta de atividades informais, atividades essas que vem desempenhando importante papel no desenvolvimento econômico contemporânea, e a tentativa de traçar o percurso das rápidas mudanças geográficas do emprego e das fortunas. Tudo isso estaria produzindo uma massa de informações que justificaria uma transformação no capitalismo. Portanto, estaria em voga uma ruptura radical com todas as dimensões da vida socioeconômica e política e a rejeição da aplicação dos velhos modos de pensar (HARVEY, 2013, p.177).

Na segunda posição, alguns autores veriam a flexibilidade como “termo extremamente poderoso que legitima um conjunto de práticas políticas” (HARVEY, 2013, p.178), isto é, principalmente, práticas reacionárias e contrárias ao trabalhador, mas sem fundamentação empírica ou materialista. Diferente de alguns autores, Harvey acredita que existem provas suficientes de uma crescente flexibilidade, seja através da subcontratação, do emprego temporário e das atividades autônomas, sustentando a visão de uma grande transformação no modo de operação do capitalismo no final do século XX. E, portanto, considera:

[...] igualmente perigoso fingir que nada mudou, quando os fatos da desindustrialização e da transferência geográfica de fábricas, das práticas mais flexíveis de emprego do trabalho e da flexibilidade dos mercados de trabalho, da automação e da inovação de produtos olham a maioria dos trabalhadores de frente. (HARVEY, 2013, p.179).

A terceira posição defende a ideia de que, na atual conjuntura, a transição do fordismo para a acumulação flexível se caracterizaria por uma combinação de produção fordista altamente eficiente em alguns setores e regiões, e de sistemas de produção mais tradicionais, que teriam se apoiado em relações de trabalho artesanais, paternalistas ou familiares implicando em mecanismos bem distintos de controle do trabalho. As subcontratações teriam se expandido, prejudicando o planejamento corporativo direto no âmbito do sistema de



produção e a apropriação da mais-valia. Com isso, a natureza e a composição da classe trabalhadora global também se modificariam, além das condições de formação de consciência e de ação política. Uma ampla disseminação do recurso à força de trabalho feminina teria ocorrido e elevado a base social de ideologias de empreendedimentismo, paternalismo e privatismo.

Traçado este cenário de diferentes posições sobre a acumulação flexível, Harvey considera que a desvalorização da força de trabalho seria uma resposta natural dos capitalistas frente à queda dos lucros. Mas esta afirmativa esconderia alguns movimentos contraditórios, por exemplo, as novas tecnologias teriam aumentado o poder de certas camadas privilegiadas, permitindo a abertura de sistemas alternativos de produção e de controle do trabalho para a alta remuneração de habilidades técnicas, gerenciais e de caráter empreendedor (p.181). Alguns autores acreditam que a tendência exagerada de passagem para o setor de serviços e o alargamento da “massa cultural” teria aumentado às desigualdades de renda, como que pressagiando o surgimento de uma nova aristocracia do trabalho, assim como a emergência de uma subclasse mal-remunerada e totalmente sem poder.

O que parece realmente especial no período iniciado em 1972 é o florescimento e transformação extraordinários dos mercados financeiros[...]. Na atual fase, contudo, o que importa não é tanto a concentração de poder em instituições financeiras quanto à explosão de novos instrumentos e mercados financeiros, associada à ascensão de sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global. Esse sistema financeiro foi o que permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista. A nação-Estado, embora seriamente ameaçada como poder autônomo, retém mesmo assim grande poder de disciplinar o trabalho e de intervir nos fluxos de mercados financeiros, enquanto se torna muito mais vulnerável a crises fiscais e à disciplina do dinheiro internacional. Estou, portanto, tentado a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que *o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos.* (HARVEY, 2013, p.181, grifo nosso)

Segundo Harvey, a expansão equilibrada dos investimentos de longo prazo, sob o comando do Estado, teria funcionado bem até a metade da década de 60, com a absorção de todo excedente de capital ou de trabalho, no entanto, teria ocorrido, de forma surpreendente, a aceleração do modo de endividamento e de formação de capital fictício, bem como de absorção de moratórias e de desvalorizações no âmbito do aparelho financeiro de regulamentação geral. Extraordinárias flutuações nos mercados de ações e de moedas se revelariam como “epifenômenos” e não como problemas estruturais fundamentais. As dívidas do consumidor, das corporações e do governo estariam intimamente vinculadas umas às

outras, e isso permitiria uma regulamentação simultânea de magnitudes do consumo e da produção através de financiamentos especulativos e fictícios. Nesta configuração, ficaria mais fácil empregar estratégias de deslocamentos temporal e geográfico sob a proteção hegemônica de mercados financeiros em ascensão. “A inovação nos sistemas financeiros parece ter sido um requisito necessário para superar a rigidez geral bem como a crise temporal, geográfica e até política peculiar em que o fordismo caiu no final da década de 60” (HARVEY, 2013, p.184).

Quanto à entidade pesquisada, a Previ, ela é acionista e, portanto, participa da governança, com assentos nos conselhos de administração e fiscal, de 176 empresas, dos mais diversos ramos de empreendimento, desde energia, alimentação, prestação de serviços financeiros, petrolíferas, imobiliárias, transportes e outros. Nos últimos anos, vem direcionando parte do capital para investimentos em outros países. Tal abrangência revela sua capacidade de mobilidade e diversificação dos ativos em tempos de “acumulação flexível” frente às exigências do novo capitalismo. Maiores informações estarão disponíveis nos capítulos finais e anexo.

### **3.3.5. Vida social: mudanças no tempo e no espaço**

Harvey (2013), apresenta, assim, duas conclusões básicas, embora provisórias. Em primeiro lugar, o que seria verdadeiramente peculiar no atual capitalismo seriam os aspectos financeiros da organização capitalista e o papel do crédito. Em segundo, a possibilidade de estabilidade de médio prazo, no atual regime de acumulação, estaria nas formas de reparo temporal e espacial, por exemplo, no reescalonamento da dívida e na convivência simultânea da diversidade de sistema de controle do trabalho, com novos produtos e padrões na divisão internacional do trabalho. O grau de acumulação flexível, no âmbito da lógica geral da acumulação do capital, apontaria que a crise do fordismo teria sido uma crise da forma temporal e espacial, com indícios de que a modificação da experiência do tempo e do espaço estaria presente na direção de práticas culturais e de discursos filosóficos pós-modernistas. Essa afirmativa, das mediações de experiências temporal e espacial, permitiria a Harvey explorar uma ligação entre o pós-modernismo e a transição do fordismo para modalidades mais flexíveis de acumulação do capital.

Dessa perspectiva materialista, podemos afirmar que as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social. [...] e, na medida em que estas podem variar geográfica e historicamente, verifica-se que o tempo social e o espaço social são construídos diferencialmente. Em suma, cada modo distinto de produção ou

formação social incorpora um agregado particular de práticas e conceitos do tempo e do espaço. (HARVEY, 2013, p.189)

Como o capitalismo foi (e continua a ser) um modo de produção revolucionário em que as práticas e processos materiais de reprodução social se encontram em permanente mudança, segue-se que tanto as qualidades objetivas como os significados do tempo e do espaço também se modificam. Por outro lado, se o avanço do conhecimento (científico, técnico, administrativo, burocrático e racional) é vital para o progresso da produção e do consumo capitalistas, as mudanças do nosso aparato conceitual (incluindo representações do espaço e do tempo) podem ter consequências materiais para a organização da vida diária. (HARVEY, 2013, p.189-190)

O foco de pesquisa de Harvey, seu axioma fundamental, teria sido demonstrar que o tempo e o espaço não podem ser compreendidos independentemente da ação social. Para o autor, o modo como a forma de poder social se articula com o controle do tempo, do dinheiro e de outras formas de poder requer uma elaboração mais apurada. Por isso, propõe a exploração do seguinte argumento geral:

[...] nas economias monetárias em geral e na sociedade capitalista em particular, a intersecção do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço forma um nexos substancial de poder social que não podemos nos dar ao luxo de ignorar. (HARVEY, 2013, p.207)

E considera:

[...] a hegemonia ideológica e política em toda sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social. Por essa razão, as materializações e significados atribuídos ao dinheiro, ao tempo e ao espaço têm uma grande importância no tocante à manutenção do poder político. (HARVEY, 2013, p.207)

[...] a partir dos anos 70, vem ocorrendo algo vital para a nossa experiência do espaço e do tempo que provocou a virada para o pós-modernismo. (HARVEY, 2013, p.207)

Tanto a eficiência na organização e os movimentos espaciais seriam uma questão importante para os capitalistas. O tempo de produção conjugado ao tempo de circulação da troca seria definido como “tempo de giro do capital”, pois quanto mais rápido o retorno do capital em circulação maior será o lucro obtido. Para Harvey, com isso, o capitalismo seria caracterizado “por contínuos esforços de redução dos tempos de giro, acelerando assim processos sociais, ao mesmo tempo em que diminui os horizontes temporais da tomada de decisões significativa” (p.210). Contudo, existiriam barreiras a essa tendência, tais como: a rigidez da produção e das habilidades de trabalho, o capital fixo previsto para amortização, as

mudanças de mercado, as reduções do consumo e os pontos de estrangulamento do dinheiro etc. Neste cenário, seriam aplicadas diversas estratégias organizacionais para reduzir essas barreiras, desde a aceleração de processos físicos à obsolescência planejada do consumo, ao sistema creditício e aos bancos eletrônicos.

É nesse contexto que a adaptabilidade e flexibilidade dos *trabalhadores* se tornam vitais para o desenvolvimento capitalista. [...] A destruição e reconstrução acelerada das habilidades dos *trabalhadores* [...] uma característica central da passagem do fordismo para os modos flexíveis de acumulação. (HARVEY, 2013, p.210, grifo nosso)

O efeito geral na modernidade capitalista consistiria na centralidade da aceleração do ritmo dos processos econômicos e, conseqüentemente, da vida social. Mas essa tendência sofreria a descontinuidade das crises periódicas, porque tanto os investimentos fixos em instalações e equipamentos, assim como as formas organizacionais e as habilidades do trabalho, não seriam modificados com facilidade. Por sua vez, os capitalistas, com maior capacidade para intensificar ou acelerar a produção, a comercialização e o giro de seu capital, teriam melhores condições de sobrevivência em épocas de dificuldades econômicas e intensificação da concorrência. O domínio do tempo de trabalho teria dado aos capitalistas o poder de se apropriar dos lucros para si. E, novamente, Harvey retoma, em Marx, que a luta, entre proprietários do trabalho e do capital, em torno do uso do tempo e da intensidade do trabalho, seria endêmica (HARVEY, 2013, p.210). Sob a pressão, da sincronização da divisão social do trabalho e da maximização da extração de tempo de trabalho excedente do trabalhador, isto é, na base do lucro capitalista, teria sido forjado novos “hábitos de trabalho” e imposto uma nova “disciplina temporal”.

Isso deu origem à "paisagem familiar do capitalismo industrial, com a folha de ponto, o relógio, os informantes e as multas". A batalha em torno de minutos e segundos, do ritmo e da intensidade das escalas de trabalho, da vida de trabalho (e dos direitos de aposentadoria), da semana e do dia de trabalho (com direitos a "tempo livre"), do ano de *trabalho* (e dos direitos a férias pagas), foi, e continua a ser, travada com bastante regularidade. Os *trabalhadores* aprenderam a reagir dentro dos limites do sentido recém-internalizado de tempo [...]. (HARVEY, 2013, p.211, grifo nosso)

Ainda hoje, as tentativas de acelerar ou intensificar os processos de *trabalho* produzem algumas das mais fortes e duras lutas entre os *trabalhadores* e a administração. Estratégias como o *trabalho* por peça ou as bonificações de produção são considerados pela administração como sucessos parciais, porque os *trabalhadores* com frequência estabelecem suas próprias normas de *trabalho*, que, por sua vez, regulam o ritmo da produção. [...] Porém, apesar dessa resistência, a maioria das escalas de *trabalho* tem uma organização extremamente rígida, e a intensidade e velocidade da produção têm sido organizadas, em larga medida, de

maneira a favorecer antes o capital do que o *trabalho*. (HARVEY, 2013, p.211, grifo nosso)

Podemos descobrir processos semelhantes e chegar a conclusões similares no tocante à experiência do espaço. O incentivo à criação do mercado mundial, para a redução de barreiras espaciais e para a aniquilação do espaço através do tempo, é onipresente, tal como o é o incentivo para racionalizar a organização espacial em configurações de produção eficientes (organização serial da divisão detalhada do *trabalho*, sistemas de fábrica e de linha de montagem, divisão territorial do *trabalho* e aglomeração em grandes cidades), redes de circulação (sistemas de transportes e comunicação) e de consumo (formas de uso e de manutenção das residências, organização comunitária, diferenciação residencial, consumo coletivo nas cidades). (HARVEY, 2013, p.212, grifo nosso)

Todas essas tendências e tensões gerais precisam ser situadas no âmbito de interesses divergentes, já que seria inevitável constatar, que mudanças no tempo ou na organização espacial contribuíram na redistribuição do poder social, modificando as condições do ganho monetário através de forma de salários, de lucros, de ganhos de capital etc. A capacidade de influenciar a produção de espaço seria, também, um importante meio de aumento do poder social. “A competição intercapitalista e a fluidez do capital-dinheiro com relação ao espaço também forçam racionalizações geográficas em termos de localização como parte da dinâmica da acumulação” (HARVEY, 2013, p.214). Em condições de competição acirrada, mudança tecnológica e rápida reestruturação, as decisões de realocação industrial seriam tomadas com objetivo de obter melhor disciplina do trabalho dos trabalhadores.

Outra medida aplicada, pelos capitalistas, seria a divisão dos processos de trabalho em número limitado de cinquenta trabalhadores ou a separação geográfica das unidades de trabalho. Assim, em tempos de acumulação flexível, os capitalistas teriam intensificado a exploração dessas opções. Basta lembrar que a burguesia do final do século XIX teria aprendido, rapidamente, a utilizar seus vínculos comerciais e seu controle do espaço como meios de estabelecer o controle social. Neste contexto, o movimento operário, também, teria acumulado percepções semelhantes e unido trabalhadores numa causa comum, num espaço de luta de classes. Ambos, burguesia e classe trabalhadora, tenderiam a dominar o espaço, em prol de seus próprios interesses. Marx, *apud* Harvey (2013), acreditava que a aglomeração de trabalhadores nas fábricas e nas cidades forneceria uma base de poder geopolítico suficiente para a ação de classe. Dito de outra forma, toda luta para reconstituir relações de poder seria uma batalha para reorganizar as bases espaciais destas (HARVEY, 2013, p.217). É à luz disso que Harvey faz referência à seguinte citação, de Deleuze e Guattari, na compreensão do capitalismo: “por que o capitalismo reterritorializa sem parar com uma mão o que estava desterritorializado com a outra” (HARVEY, 2013, p.217). Mas haveria movimentos que se

oporiam às rígidas restrições de uma expressão puramente monetária e da organização sistematizada do tempo e do espaço. Seriam movimentos que iriam além da luta de classes. Entretanto, o capital continuaria a dominar, graças ao domínio superior do espaço e do tempo, até mesmo quando os movimentos de oposição poderiam obter algum controle de algum lugar, mas por um tempo determinado.

Na Previ vemos claramente esta divisão do processo de trabalho, inclusive na composição de suas diretorias sob o comando de representantes eleitos e indicados, conforme veremos mais adiante, e isso traz reflexos diretos no modo de funcionamento e no exercício do poder social. E o capital continuaria a dominar, mesmo em um ambiente de trabalho diferenciado da luta de classes descrita por Marx, devido a configuração paritária da entidade. A acumulação de capital seria notadamente via mercadoria dinheiro, inclusive, via capital “fictício”, “especulativo”, e a vida social organizada em torno da instabilidade temporal e espacial.

Harvey nos apresenta algumas conclusões gerais sobre as práticas temporais e espaciais nas questões sociais:

As práticas temporais e espaciais nunca são neutras nos assuntos sociais; elas sempre exprimem algum tipo de conteúdo de classe ou outro conteúdo social, sendo muitas vezes o foco de uma intensa luta social. Isso se torna duplamente óbvio quando consideramos os modos pelos quais o espaço e o tempo se vinculam com o dinheiro e a maneira como esse vínculo se organiza de modo ainda mais estreito com o desenvolvimento do capitalismo. Tanto o tempo como o espaço são definidos por intermédio da organização de práticas sociais fundamentais para a produção de mercadorias.

Mas a força dinâmica da acumulação (e superacumulação) do capital, aliada às condições da luta social, torna as relações instáveis.

Em consequência, ninguém sabe bem quais podem ser "o tempo e o lugar certo para tudo". Parte da insegurança que assola o capitalismo como formação social vem dessa instabilidade dos princípios espaciais e temporais em torno dos quais a vida social poderia ser organizada (quando não ritualizada à feição das sociedades tradicionais). (HARVEY, 2013, p.218)

Na busca da compreensão do atual contexto capitalista, Harvey se coloca a seguinte questão: o que teria mudado nos usos e significados do espaço e do tempo na transição do fordismo para a acumulação flexível?

A transição para a acumulação flexível foi feita em partes por meio da rápida implantação de novas formas organizacionais e de novas tecnologias produtivas. Embora estas últimas possam ter se originado da busca da superioridade militar, sua aplicação teve muito que ver com a superação da rigidez do fordismo e com a aceleração do tempo de giro como solução para os graves problemas do fordismo-keynesianismo, que se tornaram uma crise aberta em 1973. A aceleração na produção foi alcançada por mudanças organizacionais na direção da desintegração

vertical - subcontratação, transferência de sede etc - que reverteram a tendência fordista de integração vertical e produziram um curso cada vez mais indireto na produção, mesmo diante da crescente centralização financeira. Outras mudanças organizacionais - tais como o sistema de entrega *just-in-time*, que reduz os estoques -, quando associadas com novas tecnologias de controle eletrônico, de produção em pequenos lotes etc., reduziram os tempos de giro em muitos setores da produção (eletrônica, máquinas-ferramenta, automóveis, construção, vestuário etc). Para os *trabalhadores*, tudo isso implicou uma intensificação dos processos de *trabalho* e uma aceleração na desqualificação e requalificação necessárias ao atendimento de novas necessidades de *trabalho*. (HARVEY, 2013, p.257, grifo nosso)

Por sua vez, a aceleração do tempo de giro na produção pressupõe sistemas aperfeiçoados de comunicação e de fluxo de informações, bem como as racionalizações nas técnicas de distribuição permitiram maior rapidez na circulação de mercadorias no mercado. Alguns exemplos de inovações, que teriam aumentado à rapidez do fluxo de dinheiro, seriam os bancos eletrônicos, o dinheiro de plástico e os mercados financeiros, com apoio do comércio computadorizado, que teriam acelerado os mercados globais de ações.

Outro exemplo seria da mobilização da moda nos mercados de massa, que se oporia aos mercados de elite, e seria uma tendência de elevada importância na forma de acelerar o ritmo de consumo numa ampla gama de estilos de vida e atividades. Assim como a tendência da passagem do consumo de bens para o consumo de serviços de toda ordem. Seriam inúmeras as consequências na aceleração generalizada dos tempos de giro do capital, mas algumas se destacariam pela influência no modo de pensar, sentir e agir na era pós-moderna. “A primeira consequência importante foi acentuar a volatilidade e efemeridade de modas, produtos, técnicas de produção, processos de trabalho, ideias e ideologias, valores e práticas estabelecidas” (HARVEY, 2013, p.258).

No domínio da produção de mercadorias teria sido dada ênfase aos valores e às virtudes da instantaneidade e da descartabilidade, uma dinâmica da sociedade do “descarte”. Essas teriam sido formas imediatas e tangíveis decorrentes do “impulso acelerador da sociedade” e que teriam mudado a experiência cotidiana da sociedade. “Por intermédio desses mecanismos (altamente eficazes da perspectiva da aceleração do giro de bens no consumo), as pessoas foram forçadas a lidar com a descartabilidade, a novidade e as perspectivas de obsolescência instantânea” (HARVEY, 2013, p.258). Efemeridade que forneceria um contexto para a “quebra do consenso” e a diversificação de valores numa sociedade também em vias de fragmentação (HARVEY, 2013, p.259).

Com efeito, a volatilidade torna extremamente difícil qualquer planejamento de longo prazo. Para falar a verdade, hoje é tão importante aprender a trabalhar com a

volatilidade quanto acelerar o tempo de giro. Isso significa ou uma alta adaptação e capacidade de se movimentar com rapidez em resposta a mudanças de mercado, ou o planejamento da volatilidade. A primeira estratégia aponta em especial para o planejamento de curto prazo, bem como para o cultivo da arte de obter ganhos imediatos sempre que possível. Essa tem sido uma característica notória da administração norte-americana nos últimos anos. O mandato médio dos dirigentes das empresas caiu para cinco anos, e empresas nominalmente envolvidas na produção com frequência buscam ganhos de curto prazo por meio de fusões, aquisições ou operações em mercados financeiros e de moedas. É considerável a tensão do desempenho gerencial num tal ambiente, gerando todo tipo de efeito colateral, tal como o chamado "resfriado *yuppie*" (uma condição de estafa psicológica que paralisa a ação de pessoas talentosas e produz duradouros sintomas semelhantes aos do resfriado) ou o frenético estilo de vida dos operadores financeiros, cujo vício de *trabalhar*, longas horas de *trabalho* e corrida pelo poder fazem deles excelentes candidatos para a espécie de mentalidade esquizofrênica que Jameson descreve. (HARVEY, 2013, p.259, grifo nosso)

Pensando na Previ, acreditamos que tais características dos trabalhadores e operadores financeiros se adequam perfeitamente ao seu contexto de trabalho. Um local extremamente marcado pela tensão de força e poder estabelecida entre os próprios representantes, com atuação direta e imediata no cotidiano da entidade, gerando todo tipo de efeitos colaterais e sintomas.

Segundo Harvey, o domínio ou a intervenção ativa na produção da volatilidade exige a manipulação do gosto e da opinião, ou seja, significa construir novos sistemas de signos e imagens. A publicidade e as imagens da mídia teriam um papel integrador nas práticas culturais e, na dinâmica do crescimento do capitalismo, e assumiram maior relevância. De acordo Baudrillard (1981), *apud* Harvey (2013), a análise marxista da produção de mercadorias seria considerada ultrapassada, já que a preocupação, predominante do capitalismo, seria com a produção de signos, imagens e sistemas de signos e não com as mercadorias propriamente ditas. Mas, sim, com as imagens que se tornaram mercadorias. A efemeridade e comunicabilidade instantânea no espaço tornaram-se virtudes essenciais a serem exploradas e apropriadas pelos capitalistas para os seus próprios fins (HARVEY, 2013, p.260). A imagem seria importantíssima em relação à concorrência, não apenas por causa da marca, mas também pelos termos associados como "respeitabilidade", "qualidade", "prestígio", "confiabilidade" e "inovação" (p.260). Em um mercado de construção de imagens, a competição entre empresas passaria a ser vital e o sucesso seria algo tão claramente lucrativo, que o investimento na construção da imagem se tornaria tão importante como investimento em capital fixo. A imagem seria uma maneira de estabelecer uma identidade no mercado e nos mercados de trabalho, por isso sua aquisição seria um elemento importante na



auto-apresentação e, conseqüentemente, na busca de identidade individual e auto-realização (p.261).

Com a crescente afluência material no período pós-fordista, do pós-guerra, e com a capacidade de produzir imagens, como mercadorias, a acumulação poderia ocorrer com base na produção e venda da imagem. Nesse sentido, a réplica da imagem se tornaria o foco de inovação, quanto maior o mercado de massas na construção da imagem mais se constituiria o papel do “simulacro” no pós-modernismo.

Por ‘simulacro’ designa-se um estado de réplica tão próxima da perfeição que a diferença entre o original e a cópia seria quase impossível de ser percebida. Com as técnicas modernas, a produção de imagens como simulacros é relativamente fácil. (HARVEY, 2013, p.261)

Essas técnicas agiriam, inclusive, no campo da política, daí o poderoso papel que teriam assumido os fabricantes de imagens e mídia na moldagem de identidades políticas.

A organização e as condições de *trabalho* vigentes naquilo que podemos designar de maneira ampla como "indústria da produção de imagens" também são deveras especiais. Afinal, uma indústria dessa espécie tem de apoiar-se nos poderes inovadores dos produtores diretos. Estes têm uma existência insegura, mitigada por recompensas muito altas aos bem-sucedidos e por ao menos um domínio aparente dos seus próprios processos de trabalho e forças criativas. O aumento da produção cultural foi de fato fenomenal. (HARVEY, 2013, p.262, grifo nosso)

Diante da volatilidade e da efemeridade seria difícil manter qualquer sentido firme de continuidade. Maior efemeridade, maior a necessidade de descoberta ou produção de uma verdade eterna. Por isso, o revivalismo religioso mais intenso a partir dos anos 60, a busca de autenticidade na política, o retorno por instituições básicas como a família e a comunidade, e a busca de raízes históricas. Índícios da busca de hábitos mais seguros e valores mais duradouros. A partir da década de 70, os sistemas de comunicação, por satélite, teriam tornado o custo e o tempo da comunicação invariante com relação à distância. Passamos a presenciar um processo de aniquilação do espaço através do tempo sempre presente na dinâmica capitalista. O que Marshall McLuhan, *apud* Harvey (2013), teria denominado de “aldeia global” se tornaria uma realidade nas comunicações.

A queda das barreiras espaciais não teria significado um decréscimo da importância do espaço, ao contrário, teria aumentado a competição e levado os capitalistas a darem maior atenção às vantagens localizacionais, justamente porque a redução das barreiras espaciais daria aos capitalistas o poder de explorar as mínimas diferenciações espaciais. E, pequenas

diferenças, assumiram importância crescente em termos de oferta de trabalho, recursos, infraestruturas e etc.

O domínio superior do espaço é uma arma ainda mais poderosa na luta de classes; ele se torna um dos meios de aplicação da aceleração e da redefinição de habilidades a forças de *trabalho* recalcitrantes. [...] A fuga de capitais, a desindustrialização de algumas regiões e a industrialização de outras e a destruição de comunidades operárias tradicionais como bases de poder na luta de classes se tornam o pivô na transformação espacial sob condições de acumulação mais flexíveis. (Martin e Rowthorn, 1986; Bluestone e Harrison, 1982; Harrison e Bluestone, 1988) (*apud* HARVEY, 2013, p.266, grifo nosso).

A acumulação flexível explora tipicamente uma ampla gama de circunstâncias geográficas aparentemente contingentes, reconstituindo-as como elementos internos estruturados de sua própria lógica abrangente. Por exemplo, diferenciações geográficas nas modalidades e condições de controle do *trabalho*, ao lado de variações na qualidade e na quantidade da força de *trabalho*, assumem uma importância muito maior nas estratégias locais corporativas. Surgem novos conjuntos industriais, por vezes a partir do quase nada (como os vários vales e planícies do silício), mas com mais frequência a partir de alguma mistura preexistente de habilidades e recursos (HARVEY, 2013, p.266, grifo nosso)

De acordo com Harvey, o controle do trabalho, em condições de acumulação flexível, seria central, mas outros aspectos de organização geográfica adquiriram relevância. Como, por exemplo, a necessidade de informações precisas e comunicações rápidas no sistema financeiro e corporativo, através de centros equipados com teleportos, aeroportos, ligações de comunicação fixas e, um amplo conjunto de serviços financeiros, legais, comerciais e de infra-estruturas. A redução das barreiras espaciais teria levado a um realinhamento hierárquico no interior do sistema urbano global. A disponibilidade local de recursos materiais de qualidades especiais, custos inferiores, assumiria maior importância, tal como ocorreria na exploração das variações locais de gosto do mercado e de flexibilidade de apresentação.

Segundo Harvey, a comparação das condições da “modernidade fordista” e do “pós-modernismo flexível” indicaria dois regimes de acumulação bem distintos, com seus modos associados de regulação, inclusive materializações de hábitos, motivações e estilos de representações culturais. Mas eles poderiam conviver com suas formas distintas e relativas de coerência de formação social.

As oposições no interior de cada perfil são dignas de nota. A modernidade fordista está longe de ser homogênea. Há muito nela que se vincula com uma fixidez e uma permanência relativas-capital fixo na produção em massa, mercados estáveis, padronizados e homogêneos, uma configuração fixa de influência e poder político-econômicos, uma autoridade e metateorias facilmente identificáveis, um sólido alicerce na materialidade e na racionalidade técnico-científica e outras coisas dessa espécie. Mas tudo isso gira em torno de um projeto social e econômico de *Vir-a-Ser*, de desenvolvimento e transformação das relações sociais, de arte áurica e de originalidade, de renovação e vanguardismo. A flexibilidade pós-modernista, por

seu turno, é dominada pela ficção, pela fantasia, pelo imaterial (particularmente do dinheiro), pelo capital fictício, pelas imagens, pela efemeridade, pelo acaso e pela flexibilidade em técnicas de produção, mercados de *trabalho* e nichos de consumo; no entanto, ela também personifica fortes compromissos com o *Ser* e com o lugar, uma inclinação para a política carismática, preocupações com a ontologia e instituições estáveis favorecidas pelo neoconservadorismo. [...] Parece que a flexibilidade pós-moderna apenas reverte a ordem dominante existente na modernidade fordista. Esta última alcançou uma relativa estabilidade em seu aparelho político-econômico para produzir profundas mudanças materiais e sociais, enquanto aquela foi prejudicada por uma instabilidade disruptiva do seu aparelho político-econômico, mas buscou compensação em lugares estáveis do ser e na geopolítica carismática. (HARVEY, 2013, p.303-5, grifo nosso)

Transcrevemos, abaixo, a definição do capital e da lógica transformativa e especulativa do capital, trazida por Harvey:

O capital é um processo, e não uma coisa. É um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias em que todas as pessoas do mundo capitalista avançado estão profundamente implicadas. Suas regras intemalizadas de operação são concebidas de maneira a garantir que ele seja um modo dinâmico e revolucionário de organização social que transforma incansável e incessantemente a sociedade em que está inserido. O processo mascara e fetichiza, alcança crescimento mediante a destruição criativa, cria novos desejos e necessidades, explora a capacidade do *trabalho* e do desejo humanos, transforma espaços e acelera o ritmo da vida. Ele gera problemas de superacumulação para os quais há apenas um número limitado de soluções possíveis.

Por intermédio desses mecanismos, o capitalismo cria sua própria geografia histórica distintiva. Sua trajetória de desenvolvimento não é previsível em nenhum sentido comum exatamente porque sempre se baseou na especulação – em novos produtos, novas tecnologias, novos espaços e localizações, novos processos de *trabalho* (*trabalho* familiar, sistemas fabris, círculos de qualidade, participação do *trabalhador*) etc. Há muitas maneiras de obter lucros. [...] Diferentes empreendedores, espaços inteiros da economia mundial, geram diferentes soluções para essa questão, e as novas respostas derrubam as antigas à medida que uma onda especulativa vai engolfando a outra. (HARVEY, 2013, p.307, grifo nosso)

Assistiríamos o trunfo da competição espacial entre localidade, cidades, regiões e nações, afetando a capacidade produtiva de lugares dotados de qualidades especiais. E Harvey teria afirmado que nos aproximamos do seguinte paradoxo central: menor a importância das barreiras espaciais implicaria em maior sensibilidade do capital às variações do lugar dentro do espaço e maior o incentivo para que os espaços se diferenciem para maior atratividade de capital.

### 3.3.6. Considerações finais sobre Harvey

Harvey (2013) considera que a crise da superacumulação, com início na década de 60 e o apogeu em 1973, teria resultado: na transformação da experiência do tempo e do espaço; na queda na confiança dos juízos científicos e morais; na estética como foco principal de preocupação intelectual e social, triunfando sobre a ética; nas narrativas sob o domínio das

imagens, da efemeridade e da fragmentação sobrepondo às verdades eternas; na política unificada e nas explicações que deixaram de apoiar-se em fundamentos materiais e político-econômicos para considerar as práticas políticas e culturais autônomas. Essa caracterização histórica do pós-modernismo sugere que as mudanças descritas são uma versão mais recente da pesquisa materialista-histórica e pode ser teorizada com base na metanarrativa do desenvolvimento capitalista da formulação de Marx (HARVEY, 2013, p.293). O pós-modernismo é uma espécie de condição histórico-geográfica, nesse sentido, Harvey se questiona como ela deveria ser compreendida, se seria de uma maneira patológica ou como um presságio de uma revolução mais ampliada de eventos humanos, daquelas ocorridas na geografia histórica do capitalismo? Harvey, então, aponta questões imprescindíveis na compreensão da condição da pós-modernidade como um todo.

A primeira é que as relações de classes vigentes, nesse sistema de produção e de consumo, são muito peculiares, sobressaindo-se o puro poder do dinheiro, como forma de domínio à frente do controle direto dos meios de produção e do trabalho assalariado. Isso tem o efeito de reavivar o interesse teórico pela natureza do poder do dinheiro, em oposição ao poder de classe, e pelas assimetrias que daí advém. O poder monetário assimétrico não corrobora necessariamente com a consciência de classe, mas levaria a exigência de liberdade individual e de livre iniciativa. Ou as condições prevalecentes apontadas por Daniel Bell, como “a massa cultural” de produtores e consumidores de artefatos culturais, moldando diferentes ações decorrentes das condições de trabalho assalariado. Política da “massa cultural”, essa, que estaria presente no negócio que define a ordem simbólica através da produção de imagens para todos. “Massa cultural” que, no decorrer da década de 60, teria se apoiado no movimento operário para obter sua identidade cultural, e teve seu declínio a partir do início dos anos 70. Ela passou a moldar sua própria identidade em torno do poder do dinheiro, do individualismo, do empreendedorismo etc. Os praticantes das ideias associadas ao pós-modernismo podem empregá-las para impulso de uma política mais libertária, assim como a passagem de processos de trabalho mais flexíveis podem ser vistos como a abertura de uma nova era das relações de trabalho e de empreendimentos cooperativos democráticos e altamente descentralizados.

Destacamos nestas últimas considerações de Harvey (2013) o poder do dinheiro sobrepondo-se ao poder da luta de classes na sociedade pós-moderna e, conseqüentemente, fortalecendo o poder do individualismo, do empreendedorismo. Essas condições seriam bastante perceptíveis na entidade pesquisada e refletiriam em seus processos sucessórios. Tendo em vista o poderio econômico da entidade, a ocupação do tempo e do espaço é,

notadamente, marcada por eleições e indicações de representantes, deliberadamente decorrente de uma disputa política e ideológica. Esse assunto será abordado posteriormente na apresentação da contextualização e mentalidade da entidade.

Veremos, a seguir, com Lyotard (2015), a nova condição do “saber” na sociedade pós-moderna.

### **3.4. O saber pós-moderno: força de produção (mercadoria informacional)**

Para Jean-François Lyotard (2015), em *A condição pós-moderna*, a revolução industrial teria mostrado que sem a riqueza não há tecnologia ou ciência. A condição pós-moderna tem mostrado que sem o saber científico e técnico não se tem riqueza. Mais do que isso, que a competição econômico-política entre as nações não ocorrerá em função da produção de matéria-prima ou de manufaturados, mas, sim, “em função da quantidade de informação técnico-científica que suas universidades e centros de pesquisa forem capazes de produzir, estocar e fazer circular como mercadoria” (Introdução, p.xi-xii).

A hipótese de trabalho, apresentada por Lyotard, é a de que o saber se modifica ao mesmo tempo em que as sociedades entram na era pós-industrial e as culturas na idade pós-moderna. A multiplicação de máquinas informacionais teria afetado a circulação dos conhecimentos, assim como o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens, dos sons e das imagens. Sobre esta nova condição do saber na sociedade pós-moderna, o autor comenta:

Esta relação entre fornecedores e usuários do conhecimento e o próprio conhecimento tende e tenderá a assumir a forma que os produtores e os consumidores de mercadorias têm com estas últimas, ou seja, a forma valor. O saber é e será produzido para ser vendido, e ele é e será consumido para ser valorizado numa nova produção: nos dois casos, para ser trocado. Ele deixa de ser para si mesmo seu próprio fim; perde o seu “valor de uso”. (LYOTARD, 2015, p.5)

Nas últimas décadas o saber tornou-se a principal força de produção. e isso alterou a composição das populações ativas nos países mais desenvolvidos. Na época pós-industrial ou pós-moderna, a ciência irá reforçar ainda mais sua importância na disputa das capacidades produtivas dos Estados-nações. O saber, na forma de mercadoria informacional indispensável ao poderio produtivo, é e será cada vez mais, quiçá, o desafio mais importante na competição mundial pelo poder. Se outrora, a disputa de poder se dava em termos de dominação de territórios e exploração de matérias primas, na pós-modernidade ocorre pelo domínio das informações. Dessa forma, foi aberto um novo campo para as estratégias industriais, comerciais, militares e políticas (p.5). Esta transformação da natureza do saber irá requerer

que os poderes públicos estabelecidos reconsiderem suas relações de direito e de fato com as grandes empresas e ainda com a sociedade civil.

Pensando no contexto da entidade pesquisada, o saber, especificamente atrelado ao segmento de negócio previdenciário e financeiro, é notadamente afetado pela “mercadoria informacional”, bem como seus bilhões de ativos decorrentes de seus investimentos para rentabilização de negócios de médio e longo prazo em um mercado extremamente dinâmico e volátil.

Segundo Lyotard, a partir da década de 70, desde a reabertura do mercado mundial, a retomada da competição econômica ativa, a queda da hegemonia do capitalismo americano, o declínio da proposta socialista e outros fatores, vêm preparar os Estados a reverem seu papel, que vigorou desde a década de 30, de proteção e guia, e até de planificação de investimentos. No novo contexto, as novas tecnologias geradoras de informações, com dados úteis às decisões, estão ainda mais instáveis e sujeitas à fraldas, e exigem urgência do reexame dos fluxos decisórios, assim como dos fluxos do conhecimento, e, conseqüentemente dos fluxos de dinheiro relativo ao vínculo social estabelecido entre “decisores” e “pagadores”. O cenário, da informatização das sociedades mais desenvolvidas, permite iluminar ou até mesmo exacerbar alguns riscos da formação do saber e de seus efeitos sobre o poder público e as instituições civis.

Para situar o saber na sociedade contemporânea mais desenvolvida é preciso decidir qual a sua representação metódica. Esta representação, nos últimos cinquenta anos, se divide entre dois modelos: a) a sociedade forma um todo orgânico funcional e b) a sociedade é a corrente marxista com o princípio da luta de classes. Em relação ao primeiro, ao todo orgânico, quando Parsons, *apud* Lyotard (2015), compara a sociedade a um sistema auto-regulável. Este modelo não é de um organismo vivo, mas fornecido pela cibernética que lhe multiplica suas aplicações. São sistemas cujas funções têm a finalidade de programar-se como uma “máquina inteligente” para otimizar seu desempenho entre seus *input* e *output*. Neste ponto, o autor estabelece um paralelo entre esta versão tecnocrática “dura” da sociedade e do esforço acético que se é exigido nas sociedades industriais mais avançadas para que se tornem mais competitivas (p.21). Assim, tem-se a seguinte ideia do social: “a sociedade é totalidade unida, uma ‘unicidade” (LYOTARD, 2015, p.21). Parsons, *apud* Lyotard (2015), formula claramente:

A condição mais decisiva para que uma análise dinâmica seja boa, é de que *cada* problema seja contínuo e sistematicamente referido ao estado do sistema considerado como um método. Um processo ou um conjunto de condições ou

“contribui” para a manutenção (ou para o desenvolvimento) do *sistema*, ou é “disfuncional” prejudicando assim a integridade e a eficácia do sistema. (LYOTARD, 2015, p.21-22)

Ora, esta ideia é também a dos "tecnocratas" (p.21-22).

Hoje em dia o “redesdobramento” econômico do capitalismo com auxílio da mutação das técnicas e das tecnologias segue em paralelo com uma mudança na função dos Estados e isto os obriga a rever alternativas. As funções de regulação, ou melhor, de reprodução, são cada vez mais retiradas dos administradores e confiadas a autômatos, bastando apenas a esses últimos dispor de determinadas informações em suas memórias que os subsidiem em tomadas de boas decisões. O acesso às informações fica sob a alçada dos *experts*, da classe dos dirigentes e dos decisores, e não será constituída pela classe política tradicional, mas por uma camada composta de dirigentes de empresas, altos funcionários, dirigentes de grandes órgãos profissionais, sindicais, políticos e confessionais. Neste novo contexto os antigos polos de atração compostos pelos Estados-nações, partidos, profissionais, instituições e tradições históricas se tornam menos atrativos. A decomposição dos grandes relatos segue-se acompanhada da dissolução do vínculo social, com a passagem das coletividades sociais ao estado de uma “massa composta de átomos individuais” (LYOTARD, 2015, p.28).

O autor se propõe examinar a natureza do saber narrativo, porque isso o permitirá discernir melhor a forma que se reveste o saber científico na sociedade contemporânea e, ainda, o ajudará na compreensão da questão da legitimidade.

Mas pelo termo saber não se entende apenas, é claro, um conjunto de enunciados denotativos; a ele misturam-se as ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber escutar, etc. Trata-se então de uma competência que excede a determinação e a aplicação do critério único de verdade, e que se estende às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual), etc. Assim compreendido, o saber é aquilo que torna, alguém capaz de proferir "bons" enunciados denotativos, mas também "bons" enunciados prescritivos, avaliativos [...]. [...] permite "boas" *performances* a respeito de vários objetos de discursos: a: se conhecer, decidir, avaliar, transformar... Daí resulta uma de suas principais características: coincide com uma "formação" considerável de competências, é a forma única encarnada em um sujeito constituído pelas diversas espécies de competência que o compõem. (LYOTARD, 2015, p.36)

O autor apresenta uma definição de saber que não se limita ao conhecimento, mas trata-se de uma competência que excede o critério de verdade e se estende aos critérios de eficiência, justiça e/ou felicidade e de beleza. Também permite que alguém seja capaz de emitir enunciados denotativos ou prescritivos, mais do que isto, permite “boas” performances a respeito de vários objetos e discursos. Por fim, resulta na “formação” das competências que

compõem o sujeito. Outra característica do saber é sua afinidade com os costumes, o consenso que circunscreve a cultura de um povo. O relato do saber, que vem dos costumes, supera a dispersão contemporânea das competências, sendo este relato a forma por excelência do saber e de muitos outros sentidos. As histórias populares narram os sucessos ou fracassos que coroam as tentativas dos heróis, e estes dão legitimidade às instituições da sociedade (função dos mitos) ou modelos positivos ou negativos (heróis felizes ou infelizes). Tais relatos permitem definir critérios de competências na sociedade em que são narrados e também avaliar as performances que aí se realizam ou podem se realizar. Permitem, ainda, uma pluralidade de jogos de linguagem que encontram lugar nos relatos denotativos, interrogativos e avaliativos (LYOTARD, 2015, p.38).

A disposição geral da modernidade permitiria definir os elementos de um discurso, e o que de seus elementos combinam-se com o restabelecimento da dignidade das culturas narrativas (populares). O apelo ao relato, na problemática do saber, teria coincidido com a emancipação burguesa, e o saber dos relatos retornaria no Ocidente como uma solução à legitimação das novas autoridades (p.54). O modo de interrogar a legitimidade sociopolítica combinaria com a nova atitude científica e resultaria na ideia de progresso, que representa o movimento pelo qual se supõe que o saber se acumula e se estende ao novo sujeito sociopolítico. Sendo assim, o povo estaria em debate consigo mesmo, tal como a comunidade dos cientistas, o primeiro acumularia leis civis e aperfeiçoaria as regras constitucionais e, a segunda, acumularia leis científicas e produziria novos “paradigmas”. Os representantes da nova legitimação pelo “povo” são destruidores dos saberes tradicionais dos povos, percebidos agora como minorias. Tal aproximação não é simples, pois o “povo” (nação ou humanidade), em suas instituições, e não se satisfaz em apenas conhecer, mas, também, quer legislar e formular prescrições com valor de norma, exercendo sua competência em termos de enunciados denotativos, dependentes do verdadeiro e enunciados prescritivos com pretensão à justiça. Sendo assim, o saber narrativo possui esta propriedade de contemplar estas duas competências, as denotativas e as prescritivas (p.56).

Lyotard se propõe a analisar duas grandes versões do relato de legitimação de saber, ou seja, uma mais política e outra mais filosófica, entretanto, ambas de grande importância na história moderna e na história do saber e de suas instituições. A primeira versão “é a que tem por sujeito a humanidade como herói da liberdade. Todos os povos têm direito à ciência. O direito à ciência deve ser reconquistado” (p.58). O recurso ao relato das liberdades é reeditado toda vez que o Estado toma diretamente para si o encargo de formação do “povo”, denominando-o de nação e orientando-o no caminho do progresso (p.59). A versão, referente



ao relato de legitimação em sua relação com a ciência, nação e Estado, daria lugar a uma elaboração bem diferente. O resultado do dispositivo especulativo é o de que todos os discursos de conhecimento não são considerados com seu valor de verdade imediato, mas pelo valor que assume por ocuparem determinado lugar no percurso do “Espírito” ou da “Vida”.

Quanto ao estatuto do saber? Lyotard nos esclarece que este se encontra desequilibrado e sua unidade especulativa fragmentada. O saber não está num sujeito que se desenvolve na atualização de suas possibilidades de conhecimento, mas no sujeito prático que é a humanidade. E o princípio que move o povo não é o saber em sua autolegitimação, mas sim a liberdade sem sua “autofundação” ou em sua “autogestão” (p.64).

O sujeito é um sujeito concreto ou suposto como tal, sua epopeia é a de sua emancipação em relação a tudo aquilo que o impede de se governar a si mesmo. [...] O saber não é mais o sujeito, ele está a seu serviço; sua única legitimidade (mas ela é considerável), é permitir que a moralidade venha a ser realidade. (LYOTARD, 2015, p.64)

Na sociedade e na cultura contemporânea, na sociedade pós-industrial e na cultura pós-moderna a questão da legitimação do saber, segundo Lyotard, o grande relato perdeu sua credibilidade, seja ele especulativo ou de emancipação, e seu declínio é um efeito do desenvolvimento das técnicas e das tecnologias, com o deslocamento da ênfase sobre os meios da ação, para a ênfase sobre os seus fins. Dito de uma forma mais simples, “os fins justificariam os meios”, e o “redesdobramento” do capitalismo liberal, a partir dos anos 60, teria avançado eliminando a alternativa comunista e valorizando a fruição individual dos bens e dos serviços (p.69). Nesta perspectiva da descrição da sociedade contemporânea podemos, também, aproximá-la da entidade pesquisada. Muitas vezes, no cotidiano, no afã por resultados imediatos, “os fins justificam os meios”, as narrativas perdem sua importância e cedem lugar à superficialidade do conhecimento.

A “crise” do saber científico, desde final do século XIX, procede da “erosão interna” do princípio de legitimação do saber, erosão que opera no jogo especulativo. As delimitações clássicas dos diversos campos científicos sofrem um processo de “requestionamento”, em que disciplinas desaparecem, diversas invasões se produzem nas fronteiras com as ciências, e assim nascem novos campos. A hierarquia especulativa dos conhecimentos cede lugar a uma rede “rasa” de investigações, com efeitos nas respectivas fronteiras. A ciência neste processo de “deslegitimação” na pós-modernidade [...] não pode mais se legitimar a si mesma como o

supunha a especulação. [...] *é o próprio sujeito social que parece dissolver-se*” (Lyotard, 2015, p.73, grifo nosso).

Para Lyotard, a ciência, mais especificamente sua pragmática de pesquisa, é hoje afetada por regulações importantes e duas modificações: “o enriquecimento das argumentações e complicação da administração das provas” (p.77). Uma questão central para a legitimação é a definição dos critérios lógicos e das propriedades requeridas por uma axiomática, e se existe um modelo único, se é verificável (p.78). Outro aspecto importante, que diz respeito à pesquisa, é o princípio da administração das provas, ou seja, a questão da prova constitui um problema no sentido de ter que “provar a prova”. O registro da prova está sujeito às falhas dos sentidos e a limitação de suas extensões. As técnicas são próteses de órgãos ou de sistemas fisiológicos humanos, que têm a função de receber dados ou agir sobre o contexto, obedecendo ao princípio da otimização das *performances*, seja pelo aumento de informações ou modificações recebidas (*output*) ou diminuição de energia despendida (*input*). “São estes, pois, os jogos cuja pertinência não é nem o verdadeiro, nem o justo, nem o belo, etc., mas o eficiente: um ‘lance’ técnico é ‘bom’ quando é bem-sucedido *e/ou* quando ele despende menos que um outro” (LYOTARD, 2015, p.80)

A primeira revolução industrial, no final do século XVIII, teria revelado que não há riqueza sem técnica (LYOTARD, 2015, p.81). Um dispositivo técnico exige um investimento e otimiza a *performance* em que é aplicado, conseqüentemente, otimiza a *mais-valia* resultante dessa *performance*. Quando uma parte da venda do produto é absorvida pelo fundo de pesquisa que tem por atribuição melhorar ainda mais a *performance*, com isso a pesquisa se torna uma força da produção com a circulação do capital (LYOTARD, 2015, p.81-82).

*É mais o desejo de enriquecimento que o de saber que impõe de início aos técnicos o imperativo da melhoria das performances e de realização dos produtos. A conjunção "orgânica" da técnica com o lucro precede a sua junção com a ciência. [...].* (LYOTARD, 2015, p.82, grifo nosso)

É assim que o capitalismo passa a ser uma solução ao problema científico do crédito de pesquisa, isto é, através do financiamento de pesquisa nas empresas, em que o imperativo de desempenho e de recomercialização orienta estudos voltados às “aplicações”. Isto gera o seguinte resultado:

*[...] As normas de organização do trabalho que prevalecem nas empresas penetram nos laboratórios de estudos aplicados: hierarquia, decisão do trabalho, formação de equipes, estimativa de rendimentos individuais e coletivos, elaboração de programas vendáveis, procura de cliente, etc.* (LYOTARD, 2015, p.82, grifo nosso)

A administração da prova que, inicialmente, era uma argumentação destinada à obtenção do consentimento dos destinatários da mensagem científica, ela passa a ser controlada por outro jogo de linguagem, onde o que faz questão não é a verdade, mas o desempenho, a melhor relação *input/output*. O que ocorre no Estado e/ou na empresa é o abandono do relato da legitimação idealista ou humanista que justifique a nova disputa, passando o poder a ser a única disputa confiável. A compra de cientistas, técnicos e aparelhos não tem por objetivo a verdade e, sim, aumentar o poder (LYOTARD, 2015, p.83).

E como ocorre o discurso do poder e sua legitimação? Primeiramente, o autor apresenta a distinção entre a tradição feita pela força e o direito, entre a força e a sabedoria e entre o que justo e o que é verdadeiro. Na teoria dos jogos de linguagem a oposição se daria na distinção entre os três jogos: o jogo denotativo em que a pertinência se dá no nível do verdadeiro/falso, o jogo prescritivo em que a alçada ocorre entre o justo/injusto e o jogo técnico em que o critério é entre o eficiente/ineficiente. A força parece relacionar-se a este último jogo da técnica. Toda vez que o critério da eficiência é acionado, tendo por motor a seguinte frase: “Diga ou faça isto, senão não falarás mais”, opera-se, neste caso, por meio do terror e destrói-se o vínculo social. Mas, quando o desempenho aumenta a capacidade de administrar a prova, o critério técnico, introduzido forçadamente sobre o saber científico, termina por influenciar o critério de verdade.

Luhmann, *apud* Lyotard (2015), teria constatado nas sociedades pós-industriais a substituição da normatividade das leis em prol da eficiência mensurável de procedimentos. “O ‘controle do contexto’, isto é, a melhoria das *performances* realizadas contra os parceiros que constituem este último (seja este a ‘natureza’ ou os homens) poderia valer como uma espécie de legitimação. Seria uma legitimação pelo fato” (Lyotard, 2015, p.83-84). Se a “realidade” oferece as provas para a argumentação científica, os resultados para as prescrições e as promessas de ordem jurídica, ética e política, pode-se vir a ter o poder, de ser o senhor da “realidade”. Reforçando-se as técnicas, reforça-se a “realidade” de que se pode dispor do saber científico e da autoridade decisória. Dessa maneira, a legitimação assume a forma pelo poder.

O poder legitima a ciência e o direito por sua eficiência, e esta por aqueles. Ele se autolegitima como parece fazê-lo um sistema regulado sobre a otimização de suas *performances*. Ora, é precisamente este controle sobre o contexto que deve fornecer a informatização generalizada. A eficácia de um enunciado, seja ele denotativo ou prescritivo, aumenta na proporção das informações de que se dispõe relativas ao seu referente. Assim, o crescimento do poder e sua autolegitimação passa atualmente

pela produção, a memorização, a acessibilidade e a operacionalidade das informações. (LYOTARD, 2015, p.84)

Inverte-se, assim, a relação entre ciência e técnica, e a complexidade das argumentações sofisticada e as formas das provas, beneficiando o desempenho. A lógica do aumento de poder é o que rege a repartição dos fundos de pesquisa pelos Estados, empresas e sociedades. E os setores de pesquisa, que não podem dar sua contribuição à otimização das *performances* do sistema, tornam-se obsoletos aos fluxos de créditos. Aos administradores investidores, o critério de bom desempenho é o que justifica o apoio a determinados centros de pesquisa (LYOTARD, 2015, p.85). Também aqui cabe uma aproximação com o contexto da entidade pesquisada, a busca apaixonada pelo critério do melhor desempenho, da melhor *performance*, bem como o poder que legitima a eficiência e tem seu crescimento autolegitimado pela operacionalidade das informações.

Na abordagem do ensino e sua legitimação pelo poder, a vertente da transmissão do saber é pelo ensino. O ensino superior deverá contribuir com o melhor desempenho do sistema social, formando competências essenciais a este último. O quadro dos *experts*, salvo engano, será o desafio dos próximos anos e aumentará as disciplinas prioritárias relacionadas à “formação telemática (informáticos, cibernéticos, linguistas, matemáticos, lógicos...)” (LYOTARD, 2015, p.89). A multiplicação desses *experts* deve acelerar as pesquisas em outros setores do conhecimento. Por outro lado, seguindo a mesma hipótese geral, o ensino superior deverá fornecer ao sistema social as competências requeridas às suas exigências de coesão interna.

### **3.4.1. Mercantilização do saber**

No contexto de “deslegitimação” a formação de ensino superior é solicitada a formar competências e não mais ideais.

A transmissão dos saberes não aparece mais como destinada a formar uma elite capaz de guiar a nação em sua emancipação. Ela fornece ao sistema os jogadores capazes de assegurar convenientemente seu papel junto aos postos pragmáticos de que necessitam as instituições (LYOTARD, 2015, p.89)

O estudante já não é mais o jovem egresso das “elites liberais” que influenciava o progresso social compreendido como emancipação. A escola “democrática” revela-se hoje pouco eficiente. O ensino superior foi afetado pela transformação da importância dirigida por medidas administrativas e por uma demanda social que tende a cumprir suas funções em duas

grandes espécies de serviços. O ensino superior dirige-se ao público das categorias de estudantes que reproduzem a “*intelligentsia* profissional” e a “*intelligentsia* técnica”, vinculado a função de profissionalização de jovens candidatos a emprego. Além deste papel profissionalizante, a universidade deve investir em um novo papel para melhoria das *performances* do sistema e reciclagem permanente. O saber passar a ser transmitido *à la carte* visando a melhoria da competência e promoção, mas também para aquisição de informações, linguagens e jogos de linguagem com o objetivo de alargar o horizonte da vida profissional e mesclando experiência técnica e ética (LYOTARD, 2015, p.90).

O novo caminho tomado pela transmissão do saber não prossegue sem conflitos. Pois, de um lado, enquanto é do interesse do sistema, e portanto de seus "decisores", de encorajar a *promoção profissional*, já que ela não pode senão melhorar as *performances* do conjunto, por outro lado, tanto a experimentação sobre os discursos, as instituições e os valores, acompanhada por inevitáveis "desordens" no *curriculum*, o controle dos conhecimentos e a pedagogia, sem falar de recaídas sociopolíticas, mostra-se pouco operacional e se vê recusar qualquer crédito em nome da seriedade do sistema. (LYOTARD, 2015, p.91, grifo nosso)

Assim, neste contexto da mercantilização do saber, segundo Lyotard, a preocupação que paria hoje sobre o estudante profissionalizante, o Estado ou a instituição de ensino superior não é mais em torno do verdadeiro, mas sim uma questão utilitária: “para que serve isto?”, ou seja, essa questão coloca outra pergunta sobre o saber: “isto é vendável?” ou, ainda, no contexto do aumento do poder: “isto é eficaz?” (p.92). Tudo indica que uma competência, que responda às questões acima, é bem eficaz no mercado:

A perspectiva de um vasto mercado de competências operacionais está aberta. Os detentores desta espécie de saber são e serão objeto de ofertas e mesmo motivo de disputa de políticas de sedução. Deste ponto de vista, não é o fim do saber que se anuncia, e sim o contrário. A enciclopédia de amanhã são os bancos de dados. Eles excedem a capacidade de cada usuário. Eles são a "natureza" para o homem pós-moderno.

Entretanto, notar-se-á que a didática não consiste somente na transmissão de informação, e que a competência, mesmo atuante, não se resume em se ter uma boa memória de dados ou numa boa capacidade de acesso a memórias-máquinas. É uma banalidade sublinhar a importância da capacidade de atualizar os dados pertinentes para o problema a resolver “aqui e agora” e de ordená-los numa estratégia eficiente. (LYOTARD, 2015, p.93)

Entretanto, segundo Lyotard, para que o ensino assegure não apenas a reprodução das competências, mais também seu progresso, é importante que a transmissão do saber não se restrinja às informações, mas, que ela comporte a capacidade de conectar campos de saberes, tal como preconizava a palavra de ordem difundida em 68, “a interdisciplinaridade”. Essa ideia de interdisciplinaridade combina com a época da deslegitimação e ao seu empirismo

apressado. A valorização do trabalho em equipe é prevalente no critério do desempenho no saber. As *performances, de modo geral*, são aprimoradas pelo trabalho em equipe, estas alcançaram êxito de desempenho num modelo de execução de uma tarefa, por sua vez, a melhoria parece menos evidente quando se requer “imaginar” a concepção de novos modelos. A solução visada nas instituições do saber em todo o mundo consistiria em dissociar estes dois aspectos, o da mera reprodução “simples” da “ampliada”, distinguindo aqueles mais voltados à seleção e à reprodução de competências profissionais e outros à promoção dos “espíritos imaginativos”. Dessa forma os canais de transmissão ficam à disposição seja para simplificá-los e generalizá-los ou mantendo-os num “igualitarismo aristocrático” (LYOTARD, 2015, p.95). Na Previ há uma aposta de trabalho de êxito no desempenho, que passa necessariamente pelo trabalho em equipe, alguns mais voltados para a “simples” reprodução e outros para os “espíritos imaginativos”.

O desenvolvimento da ciência é inquestionável e conduz à questão “o que vale”?, ou a questão da legitimidade. O espírito científico nos obriga a corrigir a noção de sistema, noção que foi introduzida na discussão da *performance* em teoria social. A ideia de *performance*, segundo Lyotard, implica a de um sistema com estabilidade firme, ancorado no princípio de uma relação sempre calculável entre calor e trabalho, fonte quente/fria, entre *input/output*. É uma ideia que vem da termodinâmica e está associada à representação e uma evolução previsível das *performances* do sistema, desde que lhe conheçam todas as variáveis. Suposição esta sustentada no princípio de que os sistemas físicos obedecem a regularidades e, por conseguinte, sua evolução delinea uma trajetória previsível. Tal princípio deve ser limitado com a mecânica quântica e a física atômica (p.101). Tanto a teoria quântica como a microfísica obrigam à revisão bem radical desta ideia de trajetória contínua e previsível. A busca da precisão se depara com um limite devido à natureza da matéria. “Não é verdade que a incerteza, isto é, a ausência de controle, diminua à medida que a precisão aumente: ela aumenta também” (p.102). No nível da microfísica a “melhor” informação não garante a maior capacidade de desempenho, pois a questão não é só conhecer o adversário, isto é, sua “natureza”, mas, sim, saber qual é o jogo que ele joga. Einstein discordava da frase de que “Deus joga dados”, mas um jogo que permite estabelecer regularidades estatísticas “suficientes”, mas os “acazos primários”, que a ciência colhe, devem ser imputados à astúcia. Mas a uma escolha que ela mesma deixa ao acaso entre várias estratégias puras possíveis (p.104).

[...] a ciência pós-moderna torna a teoria de sua própria evolução descontínua, catastrófica, não retificável, paradoxal. Muda o sentido da palavra saber e diz como esta mudança pode se fazer, Produz, não o conhecido, mas o desconhecido, E sugere um modelo de legitimação que não é de modo algum o da melhor *performance*, mas o da diferença compreendida como patologia. (LYOTARD, 2015, p.108)

“Os procedimentos administrativos farão os indivíduos “querer” o que é preciso ao sistema para ser eficiente. Vê-se de que utilidade as técnicas telemáticas podem e poderão ser nesta perspectiva” (LYOTARD, 2015, p.113). É próprio ao sistema identificar novas demandas que deverão contribuir para a redefinição das normas da “vida”, e, nesta perspectiva o sistema é uma “máquina” de vanguarda que atrai a humanidade, desumanizando-a e, depois, humanizando-a em outro nível normativo. Os tecnocratas alegam que não podem confiar no que a própria sociedade declara como necessidades, ou seja, eles sabem o que ela não é capaz, por si mesma, de conhecer. Aí está ao mesmo tempo o orgulho e a cegueira dos tecnocratas. Este "orgulho" significa que eles se identificam com o sistema social concebido como uma totalidade em busca de uma unidade com o maior desempenho possível. (LYOTARD, 2015, p.115).

[...] A redefinição das normas de vida consiste na melhoria da competência do sistema em matéria de poder. Isto é particularmente evidente com a introdução das tecnologias telemáticas: os tecnocratas vêm nelas a promessa de uma liberalização e de um enriquecimento das interações entre locutores, mas o efeito interessante é que isto resultará em novas tensões no sistema, que melhorarão suas *performances*.  
 [...] A clivagem entre decisores e executantes, se ela existe na comunidade científica (e existe), pertence ao sistema sócio-econômico, não à pragmática científica. Ela é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da imaginação dos saberes. (LYOTARD, 2015, p.116)

Finalizando, Lyotard, procurou sublinhar a diferença formal e pragmática que distingue os diversos jogos de linguagem, em especial, os denotativos ou de conhecimento, e os prescritivos ou de ação. A pragmática científica estaria assentada nos enunciados denotativos e é daí que resultam as instituições de conhecimento. Mas o desenvolvimento pós-moderno coloca um “fato” decisivo, isto é, que mesmos a discussão de enunciados denotativos exige regras. Regras essas que não são enunciados denotativos, mas prescritivos, portanto, “metaprescritivos”, pois eles prescrevem o que deve ocorrer nos lances dos jogos de linguagem para que sejam admissíveis. E a atividade diversificante, ou imaginativa, ou de paralogia na pragmática científica tem por finalidade revelar estes “metaprescritivos” (ou “pressupostos”). Uma legitimação que permite com esta *démarche* para a produção de novos enunciados (p.117). Vejamos, a seguir, sua descrição da pragmática social:

A pragmática social não tem a "simplicidade" que possui a das ciências. É um monstro formado pela imbricação de um emaranhado de classes de enunciados (denotativos, prescritivos, performativos, técnicos, avaliativos etc.) heteromorfos.[...] É igualmente a perda desta crença que ideologia do "sistema" vem simultaneamente suprir por sua pretensão totalizante e exprimir pelo cinismo do seu critério de desempenho. (LYOTARD, 2015, p.117-118)

Para Lyotard o consenso é visto como um valor ultrapassado, e suspeito, mas a justiça, esta não. Então, é preciso chegar tanto a uma ideia como a uma prática de justiça desvinculada da ideia do consenso (p.118). Para tal mudança, um primeiro princípio, nesta direção, é reconhecer a heterogeneidade dos jogos de linguagem. E, o segundo princípio, se há consenso sobre as regras que definem cada jogo e os "lances" aí decorrentes, este consenso deve ser local e sujeito a uma eventual anulação. Quanto à informatização das sociedades: "pode tornar-se o instrumento 'sonhado' de controle e de regulamentação do sistema do mercado, abrangendo até o próprio saber, e exclusivamente regido pelo princípio de desempenho" (LYOTARD, 2015, p.119). Aqui também cabe uma aproximação com a Previ, pelo contrato temporário de trabalho marcado pela flexibilidade, pelo menor custo e melhor operatividade e o princípio do desempenho.

Vejamos, a seguir, as contribuições de Lipovetsky (2005) na leitura da pós-modernidade e seus efeitos subjetivos.

### **3.5. Pós-modernidade: "era do vazio"**

#### **3.5.1. "Personalização"**

Lipovetsky (2005) – *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo* –, apresentamos abaixo uma longa transcrição literal do pensamento do autor, por considerá-lo exemplar na caracterização da mutação ocorrida desde a hegemonia do processo por ele denominado de "personalização" e do declínio do processo "disciplinar", bem como dos reflexos nos ideais contemporâneos da sociedade:

O processo de personalização surgiu no seio do universo disciplinar, de modo que a idade moderna, que estava terminando caracterizou-se pelo casamento de duas lógicas antinômicas. É a anexação cada vez mais ostensiva das esferas da vida social pelo processo de personalização e o recuo concomitante do processo disciplinar que nos leva a falar de sociedade pós-moderna, ou seja, de uma sociedade que generaliza uma das tendências da modernidade inicialmente minoritária. Sociedade pós-moderna, maneira de significar a virada histórica dos objetivos e das modalidades de socialização, no momento sob a égide de dispositivos abertos e plurais; maneira de dizer que o individualismo hedonista e personalizado tornou-se legítimo e já não encontra oposição; maneira de dizer que a era da revolução, do escândalo, da esperança futurista, inseparável do modernismo, está acabada. A sociedade pós-



moderna é aquela em que reina a indiferença da massa, na qual domina o sentimento de repetição e estagnação, na qual a autonomia particular avança por si mesma, em que o novo é acolhido do mesmo modo que o velho, em que a inovação se torna banal, em que o futuro não é mais assimilado a um progresso inelutável. A sociedade moderna era conquistadora, acreditava no futuro, na ciência, na técnica. Ela se instituiu em meio à ruptura com as hierarquias de sangue, a soberania sagrada, as tradições e os particularismos em nome do universal, da razão, da revolução. Esse tempo se dissipa diante dos nossos olhos, é em parte contra esses princípios futuristas que se estabelecem as nossas sociedades, por isso pós-modernas, ávidas por uma identidade, por uma diferença, por conservação, por diversão, pela realização pessoal imediata; a confiança e a fé no futuro se dissolvem, ninguém mais acredita nos amanhã radiosos da revolução e do progresso, atualmente todos querem viver o momento atual, aqui e agora, querem se conservar jovens e não pensam mais em forjar um novo homem. Neste sentido, a sociedade pós-moderna significa retração do tempo social e individual precisamente, mesmo que se imponha cada vez mais a necessidade de prever e organizar o tempo coletivo, extenuação do impulso modernista em direção ao futuro, desencanto e monotonia do novo, sufocação de uma sociedade que conseguiu neutralizar na apatia do que é o seu alicerce: a mudança. Os grandes eixos modernos, a revolução, as disciplinas, a laicidade e a vanguarda, foram modificados à força de personalização hedonista; o otimismo tecnológico e científico caiu, as inúmeras descobertas foram acompanhadas pelo superarmamento dos blocos, pela degradação do ambiente e desmantelamento crescente dos indivíduos; já nenhuma ideologia política é capaz de inflamar as multidões, *a sociedade pós-moderna não tem mais ídolos ou tabus, já não tem uma imagem gloriosa de si mesma, um projeto histórico mobilizador; hoje em dia é o vazio que nos domina. No entanto, trata-se de um vazio sem tragédia e sem apocalipse.* (LIPOVETSKY, 2005, Prefácio, XIII e XIX, grifo nosso).

Para Lipovetsky, o processo de “personalização” não cessa de ampliar o consumismo na sociedade pós-moderna, mas, ao contrário, proclama sua apoteose, e, assim, estamos fadados a consumir, cada vez mais, objetos e informações, formações e relações, esportes e lazeres, viagens etc. Mais precisamente, estamos vivendo a segunda fase da sociedade de consumo, quando esta passou de *hot* a *cool*, e assistimos o fim da era da idolatria do *american way of life*. Na cultura pós-moderna presenciamos o crescimento do individualismo, liquefazendo marcos de referência da modernidade, do hedonismo e do psicologismo mais atuante, do que as formas de ações coletivas, assim como o conceito de narcisismo fazendo eco à esfera privada. Narcisismo que coincide com um processo que leva os indivíduos à redução da carga emocional investida no espaço público, aumentando, por sua vez, as prioridades da esfera privada. O entusiasmo relacional particular é atestado pela proliferação de assistências, grupos de assistência e de auxílio mútuo, uma soberania social apoiada nas ramificações e conexões em coletivos de interesses miniaturizados, hiperespecializados. Nesse sentido, na pós-modernidade, é notável o fenômeno da retração dos objetivos universais se comparado à militância ideológica e política da modernidade. Os indivíduos são movidos pelo desejo de estarem entre pares, em “tribos”, compartilhando as mesmas preocupações imediatas e circunscritas, ao que autor nomeia de “narcisismo coletivo”. Esta necessidade de reagrupar pessoas “idênticas” para exigir e compartilhar direitos e deveres. Na

entidade pesquisada percebe-se claramente esta distribuição dos colaboradores em “tribos”, seja aqueles mais afinados com a militância político-partidária ou daqueles menos investidos destes ideais.

Se a idade moderna foi obcecada pela produção e pela revolução, a idade pós-moderna é pela informação e expressão por meio do trabalho, dos contatos, isto é, todas as atividades levam a marca do “cultural” e os indivíduos incitados a expor sua experiência na esfera coletiva, até mesmo aquela mais íntima. Porém, a constatação é de que quanto mais nos expressamos, menos temos o que dizer; e quanto mais subjetividade é estimulada, mais o efeito é de um vazio. Podemos afirmar, com o autor, que a vida nas sociedades é hoje comandada por uma nova estratégia que “destronou” as relações de produção, através da sedução (LIPOVETSKY, 2005, p.1). Sociedade do consumismo que induz o hedonismo e amplia a estratégia de sedução. E, nesta lógica, tecnologias e mercado colocam à disposição dos indivíduos uma diversidade crescente de bens e serviços. O *self-service* e o atendimento *à la carte* são modelos de vida vigentes nas sociedades contemporâneas, aumentando consideravelmente as possibilidades de escolhas particulares e independentes, nas mais diversas nuances da vida, disponibilizando a “vida *kit*”, “flexível” e de “ofertas infinitas” de “opções privadas”, lugar por excelência da sedução. O processo de personalização joga com as “cartas” individuais do bem-estar, da liberdade e do interesse próprio, e vem minando os quadros rígidos e coercivos da sociedade. Esse processo de personalização passa a reordenar, inclusive, a ordem da produção. Para o autor, o mundo do trabalho é o que oferece resistência mais tenaz à lógica da sedução, a despeito de todas as revoluções tecnológicas em andamento na sociedade. Mas a tendência à personalização também aí se faz presente. Em referência à observação de Riesman em sua obra *La foule solitaire* [A multidão solitária], *apud* Lipovetsky (2005), destacamos as seguintes características do trabalho:

[...] a cordialidade imposta e a personalização dos relacionamentos de *trabalho* e dos serviços vão aos poucos substituindo o enquadramento funcional e mecânico da disciplina. E mais ainda, assistimos à multiplicação dos técnicos de comunicação e dos psicoterapeutas de empresas. Eliminam-se as paredes que saparam os escritórios, *trabalha-se* em espaços abertos, solicitam-se de todas as partes a concordância e a participação. Tenta-se aqui e ali, muitas vezes apenas em caráter experimental, humanizar e reorganizar o *trabalho* manual: ampliação de tarefas, *job enrichment*, formação de grupos autônomos de *trabalho*. A futura tecnologia eletrônica e os programas informativos permitem que se imaginem alguns panoramas futuros: desconcentração das empresas, incremento do *trabalho* a domicílio, “casa eletrônica”. Já estamos hoje assistimos à organização flexível do tempo de *trabalho*: horários variáveis ou de acordo com as necessidades de *trabalho* intermitente. Por trás da especificidade desses dispositivos, delineia-se uma mesma tendência que define o processo de personalização: reduzir a rigidez das

organizações, substituir os modelos uniformes e pesados por dispositivos flexíveis, privilegiar a comunicação em relação à coerção.

O processo conquista novos setores e vai atingir uma extensão (ainda difícil de imaginar) com as novas tecnologias com base nos microprocessadores e nos circuitos integrados. Já existem em ensino: *trabalho* independente, sistemas opcionais, programas individuais de *trabalho* e de auto-apoio por microcomputadores; estabelecimentos dentro de um prazo mais ou menos longo, do diálogo on-line, da autoavaliação, da manipulação pessoal da informação. A mídia está sofrendo uma reorganização que se desloca no mesmo sentido; [...] “*My computer likes me*”: não devemos nos deixar enganar: a sedução do vídeo não se limita apenas à magia performática das novas tecnologias, mas, sim, enraíza-se profundamente no ganho da autonomia individual almejada, na possibilidade que todos têm de ser senhores do seu tempo e ficar menos presos às normas das organizações pesadas. A sedução em curso é *particularizada*. (LIPOVETSKY, 2005, p.4-5, grifo nosso)

No caso específico da entidade pesquisada, os horários de trabalho ainda são pouco variáveis, ainda há uma rigidez no modelo de organização do trabalho. Embora exista uma abertura física de alguns espaços de trabalho, no entanto, estes são marcados por um processo disciplinar rigoroso e hierárquico que dificultam maior flexibilidade e independência dos trabalhadores. É bem provável que a composição político-partidária, em seu modelo de gestão e governança, contribua para que haja maior coerção e controle das informações da entidade. Essas características contrariam as previsões, trazidas abaixo, por Lipovetsky (2005), de uma organização pós-moderna liberta da organização moderna disciplinar-coercitiva e liberta de estruturas ideológicas rígidas e de costumes tradicionais autoritários.

Segundo Lipovetsky, na pós-modernidade, cada indivíduo se volta mais para si próprio e busca seu próprio bem-estar, sua própria verdade e passa a gerir o máximo possível de seu capital estético, afetivo, físico, libidinal etc. Erguendo-se no “deserto social” um indivíduo soberano, livre, informado. E esta nova fase pós-moderna da socialização é um processo de personalização, um novo tipo de controle social distinto dos processos pesados de “massificação-reificação-repressão”. A ideologia de indivíduo livre, autônomo e semelhante existe desde as sociedades modernas e paralelamente solidificou uma economia livre baseada no empresário independente, no mercado e na instalação de regimes políticos democráticos. Com a queda crescente das estruturas ideológicas rígidas e dos costumes tradicionais ou disciplinares-autoritários, acentua-se o processo de personalização, impulsionado pela aceleração das técnicas, gestão, consumo de massa, mídia, desenvolvimento da ideologia individualista e o psicologismo. A sociedade pós-moderna se generaliza, assim, neste processo de personalização e ruptura como a organização moderna disciplinar-coercitiva e, por sua vez, generaliza o ideal moderno de autonomia individual (p.8).

### 3.5.2. Sedução

Em relação à cena política pós-moderna, esta é marcada pelos encantos da sedução e da personalização.

A política personalizada corresponde à emergência dos novos *valores*, como a cordialidade, as confidências íntimas, a proximidade, a autenticidade, a personalidade, que são individualista-democráticos por excelência, desdobrados em larga escala pelo consumo de massa. (LIPOVETSKY, 2005, p.9)

Além de um marketing político programado e cínico, os políticos pós-modernistas combinam o “*homo democraticus*” com uma sociedade personalizada e desejosa de contato humano, mais refratária ao anonimato, ao linguajar discreto e a atitudes distantes e convencionais. Lipovetsky se questiona se o perfil de personalização não estaria sendo supervalorizado pelos publicitários e pelos políticos, e se estes últimos não estariam sendo envolvidos por mecanismos de sedução e estrelismo, na medida em que todas as mentalidades importantes se submetem à mesma lógica de funcionamento.

O novo jogo de sedução democrática humaniza a nação, ventila poderes e aproxima as esferas de decisão dos cidadãos, uma “personalização regionalista”. Segundo Lipovetsky, a descentralização presente nas sociedades democráticas com o poder dos conselhos regionais e das políticas culturais regionais leva ao desprendimento do Estado e ao incentivo das iniciativas locais e regionais. A sedução se faz presente também no projeto de autogestão, suprimindo relações burocráticas de poder e fazendo de cada indivíduo um sujeito político autônomo, abolindo a separação dirigente-executante, descentralizando e disseminando o poder, e distribuindo e circulando a informação política da sociedade. Isso requer o rompimento da “entropia” constitutiva das organizações burocráticas e a redução dos bloqueios da informação, dos segredos e dos desafetos, processo ao qual o autor denomina de um *strip-tease* integral e generalizado do social, mas possível graças à sedução.

Podemos considerar que a Previ, uma entidade perpassada por um processo sucessório, alvo de fortes disputas ideológicas político-partidárias, combine muito bem com as descrições trazidas pelo autor, principalmente, da parte dos representantes eleitos, quanto ao poder da sedução nas relações estabelecidas na circulação política da informação.

### 3.5.3. Indiferença generalizada

O indivíduo pós-moderno é descrito por Lipovetsky pela indiferença generalizada, seja no trabalho ou na vida cotidiana. Vejamos abaixo a exposição detalhada do tema:

Indiferença não quer dizer passividade, resignação ou mistificação, é preciso romper definitivamente com essa corrente de identificações marxistas. O absentismo, as greves selvagens, o *turn over* revelam que o desenvolvimento do *trabalho* segue a par com novas formas de combatividade e de resistência. O homem *cool* não é nem o decadente pessimista de Nietzsche nem o *trabalhador* oprimido de Marx; ele se parece mais com o telespectador tentando “assistir” um após outros aos programas noturnos, ao consumidor enchendo seu carrinho, ou, ainda, com a pessoa em férias que hesita entre uns dias nas praias espanholas ou um acampamento na Córsega. A alienação analisada por Marx, resultante da mecanização do *trabalho*, deu lugar a uma apatia induzida pelo campo vertiginoso das possibilidades e o *self-service* generalizado; então começou a indiferença pura, desembaraçada da miséria e da “perda de realidade” do início da industrialização. (LIPOVETSKY, 2005, p.24, grifos nosso)

Segundo Lipovetsky, o capitalismo pós-moderno descobre na indiferença uma condição ideal para sua experimentação, ele pode agora realizar-se com um mínimo de resistência e todos os dispositivos que dispõe se tornam possíveis num tempo mínimo. A inconstância e a inovação capitalistas permitem maior rapidez e novas combinações e experimentações. Para o autor existe hoje uma indiferença por saturação, por informação e por isolamento, quer seja em relação aos sindicatos, aos políticos, aos educadores, ao trabalho etc. Para Riesman, *apud* Lipovetsky (2005), a indiferença identifica-se com uma “anemia emocional”, com a desestabilização dos comportamentos e dos julgamentos “flutuantes”.

O homem indiferente não se apega a nada, não tem uma certeza absoluta, adapta-se a tudo, suas opiniões são susceptíveis de modificações rápidas: para atingir esse grau de socialização, os burocratas do saber e do poder têm a oferecer verdadeiros tesouros de imaginação e toneladas de informações. (LIPOVETSKY, 2005, p.26)

Contra-pondo-se a Riesman, as teorias de Chr. Lach, *apud* Lipovetsky (2005), quando este rejeita a capacidade de socialização das pulsões agressivas pela sociedade permissiva, ao contrário, o indivíduo deseja ser invejado mais do que respeitado, na “selva burocrática” reina a manipulação e a concorrência de “todos contra todos”. As relações humanas, públicas e privadas são relações assentadas na sedução fria e na intimidação.

O estado de natural de Hobbes encontra-se, assim, no fim da História: a burocracia, a proliferação das imagens, as ideologias terapêuticas, o culto ao consumismo, as transformações da família, a educação permissiva engendraram uma estrutura da personalidade, o narcisismo, indo a par com as relações humanas cada vez mais bárbaras e conflituosas. Os indivíduos se tornaram mais sociáveis e cooperativos apenas aparentemente; por trás da tela do hedonismo e da solicitude, cada indivíduo explora cinicamente os sentimentos dos outros e satisfaz seus próprios interesses sem a menor preocupação com as gerações futuras. (LIPOVETSKY, 2005, p.49-50)

[...] o que importa no momento é ser absolutamente si mesmo, desenvolver-se independentemente dos critérios do Outro; o sucesso visível e a busca da cotação

honorífica tendem a perder seu poder de fascínio; o espaço da rivalidade inter-humana cede lugar aos poucos a uma relação pública neutra em que o Outro, esvaziado em toda a sua espessura, não é mais hostil e nem concorrente, mas, sim, *indiferente*, sem substância, a exemplo dos personagens de P.Handke e Wim Wenders. [...] o Outro como polo de referência anônima se encontra desafeiçoado, do mesmo modo que as instituições e os valores superiores. Claro, a ambição social está longe de ter desaparecido de maneira idêntica para todos: assim categorias inteiras (dirigentes e quadros de empresas, políticos, artistas, *intelligentsia*) continuam a lutar avidamente para ganhar prestígio, glória ou dinheiro; mas que não veem, ao mesmo tempo, que se trata antes de tudo de grupos que pertencem, em graus diferentes, ao que podemos chamar de “elite” social, que se reserva de algum modo o privilégio de reconduzir um *éthos* de rivalidade necessária para o desenvolvimento das nossas sociedades. (LIPOVETSKY, p.50-51)

Trazendo para o contexto da entidade pesquisada, a descrição de Lipovetsky (2015) é bem adequada para caracterizar a mentalidade dos colaboradores. Diante de um ambiente inconstante, a indiferença é um sentimento que o indivíduo não se apega a nada, sua postura é neutra em relação aos demais. Os colaboradores se mostram mais cooperativos e sociáveis apenas aparentemente, em meio aos conflitos de interesses suas opiniões são suscetíveis de constantes mudanças adequando-se ao sabor dos ventos. Cada indivíduo busca sua própria sobrevivência na entidade. Isto pode ser visto como uma forma de lidar com o mal-estar político-partidário que perpassa a entidade em todos os níveis funcionais.

#### **3.5.4. Hedonismo**

Na passagem do modernismo ao pós-modernismo, segundo Lipovetsky, o capitalismo seria o responsável por minar a ética protestante e não o modernismo, assim, o maior instrumento de destruição dessa ética seria a invenção do crédito; se antes era preciso poupar para comprar, com o cartão de crédito foi possível satisfação imediata dos desejos. O hedonismo, de acordo com D. Bell, *apud* Lipovetsky (2005), conjuga o modernismo e efeito de massa, isto é, uma cultura centrada na realização do eu, na espontaneidade e na fruição, e este seria o “princípio axial” da cultura moderna (p.64).

O modernismo conduziu o advento das sociedades democráticas, assentadas na soberania do indivíduo e do povo, libertas da submissão dos deuses, das hierarquias hereditárias e da força da tradição. Sociedades democráticas, expressão da vontade dos homens reconhecidos como iguais. O modernismo surgiu veiculado por uma lógica social e ideológica flexível capaz de produzir contrastes, divergências e antinomias. O que teria permitido que a arte moderna insurgisse como fruto de um trabalho convergente dos seguintes valores individualistas: liberdade, igualdade e revolução. Para Lipovetsky, a psicanálise, com a regra do “dizer tudo” e associações livres introduziu uma “órbita flexível da

personalização”, representação moderna do indivíduo, permitindo, inclusive, que a análise fosse “interminável”, e propiciou um diagnóstico que deu lugar a atenção flutuante e desmoronou a hierarquia das significações. Além disso, trouxe à tona o “sentido” e o “não-sentido” da fala. E o inconsciente, assim como o recalçamento, ambos foram peças constitutivas da cultura moderna e do processo de personalização, ao exigirem interpretações na “primeira pessoa”, baseadas nas próprias associações do sujeito. A psicanálise teria sido “vanguarda” da personalização da representação do indivíduo, desestabilizando oposições rígidas e reintegrando-o no circuito antropológico. Mas, na sociedade pós-moderna, a “vanguarda” teria perdido sua virtude provocadora e ninguém mais defenderia a ordem e a tradição, segundo D. Bell, *apud* Lipovetsky (2005). O prazer e a estimulação dos sentidos se tornaram valores dominantes do cotidiano. O pós-modernismo seria visto como uma democratização do hedonismo e consagração generalizada da “anti-moral” e do “anti-institucionalismo”. Os anos 60, marcam o fim do modernismo, com sua última manifestação contra os valores puritanos e utilitaristas, através de uma revolta cultural feita pelas massas, e o início de uma cultura pós-moderna assentada na lógica democrática hedonista radicalizando a tendência de privilégio das inclinações mais baixas no lugar daquelas mais nobres, repúdio à cultura “neopuritana” (p.84).

### 3.5.5. Consumismo

A referência mais decisiva da sociedade moderna seria o consumismo, quando a produção de massa e o consumo muito forte transformaram a vida da classe média, e o hedonismo colocou em crise a unidade da sociedade burguesa.

A era do consumismo não apenas desqualificou a ética protestante, como também liquidou o valor e a existência de costumes e tradições, produziu uma cultura nacional e também internacional com base na solicitação das necessidades e das informações, arrancou o indivíduo do local e ainda mais da estabilidade da vida cotidiana, da imobilidade imemorial existente nas relações com os objetos, com os outros, com o corpo e consigo mesmo. [...] A administração generalizada do cotidiano não deve fazer com que se esqueça sua face correlativa, a constituição de uma esfera privada cada vez mais personalizada e independente; a era do consumismo se inscreve no vasto dispositivo moderno da emancipação do indivíduo por um lado e na regulação total e microscópica do social de outro. A lógica acelerada dos objetos e mensagens leva ao ponto culminante a autodeterminação dos homens em suas vidas particulares, enquanto, simultaneamente, a sociedade perde sua espessura autônoma anterior esse torna cada vez mais objeto de uma programação burocrática generalizada: à medida que o cotidiano é elaborado em todas as suas partes pelos criadores de projetos e pelos engenheiros, o leque das escolhas dos indivíduos aumenta. Tal é o efeito paradoxal da era do consumismo. (LIPOVETSKY, 2005, p.84-85)

A era do consumismo instituiu uma diversificação extrema de condutas e gostos, dissolvendo as diferenças entre sexos e gerações, por meio de uma hiperdiferenciação dos comportamentos individuais libertos dos papéis convencionais, e o apagamento progressivo das grandes entidades sociais em prol de uma diversificação atomística inigualável. Segundo Lipovetsky, os múltiplos movimentos de reivindicação, impulsionados pelos ideais de igualdade, contribuíram, sobremaneira, para a desestabilização, potencializada pela profusão de objetos e à estimulação das necessidades, dos valores hedonistas e permissivos, ou seja, um processo de personalização que permitiu a diluição dos pontos de referência sociais, a conquista da identidade pessoal e a capacidade do indivíduo de ser ele próprio, além do apetite da personalidade com seu desfecho narcísico (p.85-86). Uma sociedade em que o próprio corpo, o tempo livre e o equilíbrio pessoal são demandados culturalmente por modelos, coagindo os indivíduos a escolher e transformar os elementos de seu modo de vida.

No entanto, podemos acrescentar que, diante do declínio dos ideais, das referências, o indivíduo pós-moderno, embora liberado da culpabilidade moral, ele encontra-se mais propenso à angústia e a ansiedade.

O autor discorda de D. Bell que vê no consumismo o agente legítimo de uma “neolibertinagem” sem limites e impulsiva. Porque, para ele, a sociedade não pode ser reduzida ao estímulo das necessidades e ao hedonismo, ela também é inseparável da profusão de informações, da cultura de massa, da solicitude da comunicação. Isto é, de um lado, somos estimulados pelo hedonismo e, por outro, pelo consumismo, para gozar da vida, sim, mas também é preciso se manter informado e estabelecer uma nova cultura, um novo tipo de socialização “racional” do indivíduo.

A era do consumismo ‘dessocializa’ os indivíduos e correlativamente os socializa pela lógica das necessidades e da informação; trata-se, entretanto, de uma socialização sem conteúdo pesado, de uma socialização com mobilidade. O processo de personalização faz aparecer um indivíduo informado e responsabilizado, despachante constante de si mesmo. (LIPOVETSKY, 2005, p.88)

Como Lipovetsky define o indivíduo na pós-modernidade? Para ele existe o “neonarcisismo” na pós-modernidade, ou seja, o indivíduo é *cool* em sua maneira de ser e de fazer, liberto da culpabilidade moral e, é, no entanto, mais propenso à angústia e à ansiedade. Embora seja gestor da sua saúde, está constantemente preocupado com ela, e, porém arrisca sua vida nas auto-estradas e nas montanhas; embora formado e informado de um universo científico, é permeável de todos os *gadgets* do sentido; é descontraído em relação ao saber e às ideologias, mas, é perfeccionista nas atividades desportivas ou de bricolagem; por sua vez



tem aversão ao esforço, às normas estritas e coercivas; é discreto perante a morte, e controla suas relações públicas e crê nas novas terapias psi; tudo isso faz parte da personalização narcísica (p.89).

Lipovetsky também define o indivíduo impulsionado pelo consumismo da pós-modernidade:

O consumismo é uma estrutura aberta e dinâmica: ele solta o indivíduo dos laços de dependência social e acelera os movimentos de assimilação e de rejeição, produz indivíduos flutuantes e cinéticos, universaliza os modos de vida, permitindo um máximo de singularização dos homens. (LIPOVETSKY, 2005, p.89)

O modernismo do consumismo é uma época histórica regida pelo processo de personalização que está assentado em duas lógicas antinômicas: de um lado a lógica rígida, uniforme e coercitiva e, do outro lado, a lógica flexível, opcional e sedutora. A primeira, a lógica disciplinar e hierárquica, funciona muito bem na produção regida por uma estrutura burocrática e apoiada nos princípios da organização científica de Taylor, e na lógica da esfera política através de um ideal de centralização e de unificação nacional, e, ainda, na revolução e na luta de classes, propagam valores como a poupança, o trabalho, o esforço, e, também, na lógica da educação autoritária e normalizadora. Mas, a partir do final do século XIX e da era do consumismo, os sistemas rígidos foram substituídos por outros processos, por uma lógica maleável, plural e personalizada.

Para o autor, até a década de 60, as sociedades conviveram com essas duas lógicas adversas: rígida e flexível. A partir da década de 60, a era pós-moderna é descrita por Lipovetsky assim:

[...] é a fase *cool* e desencantada do modernismo, a tendência à humanização sob medida da sociedade, o desenvolvimento das estruturas fluidas moduladas em função do indivíduo e dos seus desejos, a neutralização dos conflitos de classe, a dissipação do imaginário revolucionário, a apatia crescente, a dessubstancialização narcísica, o reinvestimento *cool* do passado. O pós-modernismo é o processo e o momento histórico em que se opera esse retorno de tendência em proveito do processo de personalização, o qual não cessa de anexar novas esferas tais como, desde já: a educação, o ensino, os lazeres, o esporte, a moda, as relações humanas e sexuais, a informação, os horários, o *trabalho*, este último setor sendo de longe o mais refratário ao processo em curso. Foi, aliás, uma inversão de tendência paralela que levou D. Bell a falar de uma sociedade pós-industrial, quer dizer, de uma sociedade fundada não mais na produção em série de mercadorias industriais e na classe operária, mas, sim, na primazia do saber teórico, no desenvolvimento técnico e económico, no setor de serviços (informação, saúde, ensino, pesquisa, atividades culturais, lazeres, etc.) e na classe especializada dos “profissionais e técnicos”. Sociedade pós-industrial, sociedade pós-moderna: estes dois esquemas não se ajustam completamente, se bem que designam movimentos concomitantes de transformação histórica; o primeiro insiste na nova estrutura socioprofissional e no novo rosto da economia, cujo coração é o saber; o segundo, tal como o empregamos,

não se limita, como em D. Bell, ao campo cultural, mas, ao contrário, insiste nos efeitos e na extensão de um novo modo de socialização, o processo de personalização que agora atravessa mais ou menos todos os setores da sociedade. (LIPOVETSKY, 2005, p.90-91)

### 3.5.6. Sociedades democráticas-individualistas

Para o autor, o pós-modernismo não estaria numa descontinuidade com o modernismo, mas, ao contrário, define-se pelo prolongamento e a generalização de uma de suas tendências constitutivas, a saber, o processo de personalização e a tendência regressiva do processo disciplinar. Por isso não podemos endossar as metanarrativas que pensam a presente história disjunta do tempo anterior e de forma inédita, pois perderemos de vista que o pós-modernismo é um prosseguimento da obra secular das sociedades modernas democráticas-individualistas. Não podemos desconsiderar que a sociedade pós-moderna, ao erigir o processo de personalização como a modalidade dominante, realiza as significações centrais da modernidade. A sociedade pós-moderna é marcada pelo universo dos objetos, da informação e do hedonismo ratificando a “igualdade de condições”

É apenas nesta ampla continuidade democrática e individualista que se desenha a originalidade do momento pós-moderno, a saber, a predominância do individual sobre o universal, do psicológico sobre o ideológico, da comunicação sobre a politização, da diversidade sobre a homogeneidade, do permissivo sobre o coercivo. (LIPOVETSKY, 2005, p.92)

Podemos afirmar, seguindo Lipovetsky, que a exigência de igualdade se perpetua, mas a exigência mais significativa e imperativa é a da liberdade individual. E o processo de personalização teria engendrado uma explosão de reivindicações de liberdade em todas as esferas da vida. Ainda que existissem ideias de justiça, de igualdade e de reconhecimento social. Mas, a principal razão das reivindicações se assentaria no desejo de viver mais livremente. Existindo, assim, maior tolerância às desigualdades sociais do que os interditos relativos à esfera privada, e haveria uma recusa maior com a regulamentação dos desejos e dos costumes. Daí a afirmativa do autor de que “o ideal da autonomia individual é o grande vencedor da condição pós-moderna” (LIPOVETSKY, 2005, p.93). E, ainda, sobre a tendência do pós-modernismo, ele é:

[...] sincrético, ao mesmo tempo, simultaneamente *cool* e *hard*, convivial e vazio, psi e maximalista. Novamente existe aqui a coabitação dos contrários que caracteriza nosso tempo, [...]”. E acrescenta: “[...] o pós-modernismo varreu a carga subversiva dos valores modernistas e agora reina o ecletismo da cultura. (LIPOVETSKY, 2005, p.94)

E quanto ao sagrado o autor explica: “O *turn-over*, a desestabilização investiu no sagrado da mesma maneira que no *trabalho* ou na moda: por algum tempo um indivíduo é cristão, por alguns meses, budista e, por alguns anos, discípulo de Krishna ou de Maharaj Ji” (LIPOVETSKY, 2005, p.95, grifo nosso). Já, a renovação espiritual, essa é trazida pelo individualismo pós-moderno reproduzindo sua lógica flutuante.

A atração do religioso é inseparável da dessubstancialização narcísica, do indivíduo flexível em busca de si próprio, sem balizagem nem certeza, nem que fosse no poder da ciência. [...] o neo-misticismo participa da transformação do sentido, da verdade e do narcisismo psi em *gadget* personalizado, seja qual for a referência ao Absoluto subentendida. (LIPOVETSKY, 2005, p.95)

Isso exemplifica que na lógica do nosso tempo ressurgem espiritualidades e esoterismos, aumentando ainda mais o leque de possibilidades de escolhas da vida privada, permitindo um *cocktail* individualista personalizado de *gadgets*.

Seguindo D. Bell, *apud* Lipovetsky (2005), o hedonismo é a contradição cultural do capitalismo, isto porque se por um lado, a corporação dos assuntos econômicos exige que o indivíduo trabalhe cada vez mais e deixe para depois as recompensas e satisfações, por outro, a corporação encoraja o prazer, a descontração. Ou seja, de dia se quer um indivíduo consciencioso e à noite um libertino. Tais contradições explicariam as crises do capitalismo, isto é, a contradição essencial vivida por todos nós. Para Lipovetsky, a ordem *cool* encontra aqui sua limitação, pois o trabalho continua a ser um dispositivo e, comparado aos tempos livres, sua ordem é sempre rígida, impessoal e autoritária. Por isso, quanto mais investimos nos lazeres, mais fastidioso será o trabalho e esvaziado de sentido, e será visto, pelo indivíduo, como um “tempo roubado” de sua vida livre. Mesmo que o trabalho tenha horários móveis, seja a domicílio, *job enrichment*, ele será sempre obrigatório, repetitivo, monótono e se oporá ao desejo ilimitado de autorrealização, de liberdade e de ócio (p.102-103). Mas, paradoxalmente, o hedonismo é a condição essencial do funcionamento e expansão do capitalismo, pois não há crescimento possível sem uma forte cultura de consumismo. O hedonismo produz uns conflitos e desarma outros. O consumismo e o hedonismo permitiram superar a radicalidade dos conflitos de classe, o fez num processo sistemático de personalização e individualização. Por sua vez, quando mais a sociedade se humaniza, mais aumenta o sentimento de anonimato. Quanto maior a indulgência e tolerância, maior a falta de segurança do indivíduo em relação a si próprio; quando mais se estende o tempo de vida, mais se tem medo do envelhecimento; quanto menos se trabalha, menos se quer trabalhar; quanto

maior a liberalização dos costumes, maior o avanço e a impressão de vazio; quanto maior a comunicação e o diálogo institucionalizados, maior o sentimento de solidão dos indivíduos; quanto maior as possibilidades de bem-estar, maior será o triunfo da depressão. “A era do consumismo gera uma dessocialização geral e polimorfa, invisível e miniaturizada; a anomia perde os seus pontos de referência, a exclusão, agora sob medida, também se afastou da ordem disciplinar” (LIPOVETSKY, 2005, p.104).

Finalizando, de acordo com D. Bell, *apud* Lipovetsky (2005), o hedonismo minaria o civismo, a coragem e a vontade, valorizando exclusivamente a busca de autorrealização, e levaria à indiferença pelo bem comum, à ausência de confiança no futuro e ao declínio da legitimidade das instituições. Em qualquer lugar do mundo, o hedonismo aliado à recessão econômica, solapa os desejos, e Lipovetsky arriscaria ainda afirmar que ele favorece as soluções extremistas e terroristas, levando à queda das democracias.

Por sua vez, quanto mais o narcisismo se fortalece, mais aumenta a legitimidade democrática, mesmo que seja em uma modalidade *cool*. Os regimes democráticos com seu pluralismo partidário se aproximam do modelo vigente da sociedade personalizada do *self-service* e, ainda que os indivíduos fiquem absorvidos pela esfera privada, não podemos concluir seu desinteresse pela esfera do sistema político. A desafeição político-ideológica não é contrária ao consenso fluido e vago dos regimes democráticos, a indiferença pura não pressupõe indiferença pela democracia e nem desafeição dos grandes referentes ideológicos. Segundo D. Bell, *apud* Lipovetsky (2005), a crise econômica das democracias ocidentais é consequência do hedonismo que requer salários cada vez mais altos, além da exigência de igualdade e de aumento crescente das despesas sociais do Estado, e essas não correspondem ao aumento da produtividade. Desde a sociedade industrial, viveríamos sobre uma “revolução das reivindicações”, ou seja, todas as categorias da sociedade reivindicam direitos específicos baseados no ideal de igualdade, em nome de grupos até mais do que de indivíduos. A sociedade democrática padeceria, assim, das reivindicações engendradas pela cultura hedonista e igualitária, gerando uma capacidade produtiva inferior às reivindicações de satisfação. Lipovetsky pondera que a igualdade não produz apenas disfunções, mas, obriga o sistema político econômico a transformar-se, “racionalizar-se”, a inovar. A inovação tenderia não à condução de um “Estado minimal”, mas, a uma redefinição da solidariedade social; não seria a eclipse da igualdade e sim sua realização através de meios mais maleáveis e com menores custos para a coletividade. A igualdade na era pós-moderna precisa, portanto, diversificar-se e personalizar-se nos modos de redistribuição, na coexistência de sistemas de seguros individuais e de sistemas de proteção social, no momento exato em que a busca da

liberdade é mais preponderante do que a de igualdade. Um modelo de sociedade que caminha para privilegiar a liberdade, assim como, para maior responsabilização do indivíduo e das empresas em relação à mobilidade, à inovação e às escolhas; para reduzir a relação vertical e paternalista entre Estado e sociedade; maior iniciativa, diversidade e responsabilidade da sociedade e dos indivíduos. Além de novas políticas sociais que terão que dar prosseguimento à abertura que o consumismo de massa colocou em andamento.

A crise do Estado-Providência: meio de disseminar e de multiplicar as responsabilidades sociais, meio de reforçar o papel das associações, das cooperativas, das coletividades locais, meio de reduzir a altura hierárquica que separa o Estado da sociedade, meio de um “crescimento das flexibilidades das organizações contra os crescimentos das flexibilidades dos indivíduos”, meio, portanto, de adaptar o Estado à sociedade pós-moderna, norteada pelo culto à liberdade individual, à proximidade, à diversidade. (LIPOVETSKY, 2005, p.110)

No caso Previ, podemos considerar que entidade se apoia nos ideais puritanos apontados pela lógica capitalista weberiana, isto é, da poupança no presente para a bem-aventurança do tempo futuro da aposentadoria. A entidade ainda funcionaria numa estrutura burocrática apoiada nos princípios da organização científica de Taylor e nos ideais revolucionários da luta de classes marxista propagada pelos diversos representantes eleitos e seus eleitores. Neste sentido, a entidade não daria provas evidentes de uma lógica pós-modernista do consumismo desregrado, no entanto, acenaria para os ideais do desenvolvimento técnico e econômico de uma categoria profissional especializada. E reforçaria a cultura capitalista do hedonismo e do individualismo com o acúmulo de capital no presente para o gozo futuro.

Passemos agora às contribuições de Sennett (2002) a expor sobre os efeitos do caráter na sociedade pós-moderna.

### **3.6. “Corrosão do caráter”**

Na obra de Richard Sennett (2002), *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*, o caráter é definido como um termo referente ao aspecto de longo prazo de nossa experiência emocional e é expresso pela lealdade e o compromisso mútuo na busca de metas de longo prazo. Na prática, significa adiar a satisfação em troca de um fim futuro. “Caráter são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem” (SENNETT, 2002, p.10). Diante desta definição de caráter, o autor se questiona como será possível ao trabalhador manter-se leal aos

compromissos mútuos frente ao cenário do novo capitalismo flexível em que as instituições são desfeitas ou continuamente reprojatadas?

Para Sennett o princípio da ausência de “longo prazo” corrói a confiança, a lealdade e o compromisso mútuo, além de abalar os laços sociais que levam muito tempo para se consolidar. A tese do autor é que o esquema de curto prazo das instituições modernas limita o amadurecimento da confiança informal (p.24). Quando a instituição opera com uma rede flexível, frouxa, isso se traduz no afrouxamento dos laços sociais. De acordo com Marx Granovetter, *apud* Sennett (2002), as redes institucionais modernas são caracterizadas por “laços fracos”, ou seja, as relações passageiras são mais úteis do que as ligações de longo prazo, por isso verificamos laços sociais fracos como a lealdade.

Esses laços fracos se concretizam no trabalho de equipe, em que a equipe passa de tarefa em tarefa e muda de pessoal no caminho. Os laços fortes, em contraste, dependem da associação a longo prazo. E, mais pessoalmente, da disposição de estabelecer compromissos com outros. (SENNETT, 2002, p.25)

Em função desta característica de laços frágeis nas instituições é que alguns consultores passaram a aconselhar aos jovens profissionais a trabalharem “mais fora do que dentro” das organizações. “O distanciamento e a cooperatividade superficial são uma blindagem melhor para lidar com as atuais realidades que o comportamento baseado em valores de lealdade e serviço” (SENNETT, 2002, p.25), portanto, a conclusão do trabalhador é bem simples, se não há longo prazo não vale a pena se comprometer e se sacrificar. “As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência como a deriva do tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego” (p.27). O que permitiria ao autor afirmar que “o capitalismo de curto prazo corrói o caráter [...], sobretudo aquelas qualidades de caráter que ligam os seres humanos uns aos outros, e dão a cada um deles um senso de identidade sustentável” (p.27).

Este cenário atual das empresas, caracterizado pela flexibilidade e pelo fluxo de curto prazo, não é um modelo de mundo que ofereça condições econômicas e sociais para uma narrativa coerente da vida, ao contrário, as empresas se dividem ou se fundem, surgem ou desaparecem, como “fatos sem ligações”. Segundo Schumpeter, *apud* Sennett (2002), os empresários propagam a destruição criativa, “exige pessoas à vontade em relação a não calcular as consequências da mudança, ou a não saber o que virá depois” (p.32). Para Sennett, estas condições do tempo, no novo capitalismo, não são específicas de alguns trabalhadores, mas “criaram um conflito entre caráter e experiência, a experiência do tempo desconjuntado ameaçando a capacidade das pessoas de transformar seus caracteres em narrativas

sustentadas” (p.32). Para o autor, há uma singularidade na incerteza atual e ela independe de qualquer desastre histórico iminente, mas, ao contrário, “está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo” (p.33). Estamos diante de uma instabilidade que pretende ser normal, e, talvez, a corrosão dos caracteres seja uma consequência inevitável; consequência do sucesso que corrompe o caráter do “Homem Comum” de nossa época.

A partir do pensamento de Adam Smith de que “a rotina embrutece o espírito” (SENNETT, 2002, p.39), o autor comenta que a rotina é a negação de qualquer relação entre o trabalho comum e o papel positivo da repetição na criação de um produto. Com a publicação de *A riqueza das nações*, em 1776, Smith foi considerado um percussor do novo capitalismo: “Smith acreditava que a livre circulação da moeda, bens e trabalho exigiria que as pessoas fizessem tarefas cada vez mais especializadas. O surgimento de livres mercados vem acompanhado da divisão do trabalho na sociedade” (SENNETT, 2002, p.39). A separação entre casa e trabalho foi, de acordo com Smith, a mais importante de todas as modernas divisões do trabalho, razão pela qual considerava a rotina autodestrutiva e responsável pela perda de controle dos esforços dos seres humanos. Sendo a falta de controle do tempo e do trabalho, a morte do espírito, daí a rotina industrial ser vista como uma ameaça à degradação do caráter humano (SENNETT, 2002, p.41).

Adam Smith, de acordo com Sennett (2002), teria equiparado o surgimento dos mercados e a divisão do trabalho ao progresso material da sociedade, não o seu progresso moral, mais do “homem de negócios”, isto é, um ser humano plenamente engajado e simpático às exigências do mercado. Para Sennett (2002), embora Marx fosse simpatizante à teoria geral da espontaneidade de Adam Smith, ele teria aprofundado as consequências dos males da rotina e da divisão do trabalho sem o controle do trabalhador, ingredientes esses essenciais à análise marxista. No entanto, tanto os receios de Smith e de Marx sobre o tempo e a rotina no trabalho, teriam sido caracterizados no fordismo, pelo emprego dos chamados trabalhadores especialistas quando comparados aos artesãos qualificados, ao que Taylor teria acrescentado seus estudos de “tempo-movimento”, a máxima eficiência do trabalhador, uma “escravidão do tempo rotineiro”. Elton Mayo, por sua vez, teria demonstrado que toda a atenção dada aos trabalhadores se converteria em maior produtividade. Segundo Sennett, os profissionais da linha humanista no trabalho sabiam que podiam “temperar as dores do tédio, mas não as abolir naquela jaula de ferro de tempo” (p.46). Na década de 50, Daniel Bell, teria desenvolvido o estudo – *O trabalho e seus insatisfeitos* –, e concluído que ali requeria uma “engenharia racional”, e Sennett comenta esse estudo: “Essa jaula imensa, bem engendrada, operava com base em três princípios: a lógica da ‘dimensão’, a lógica do ‘tempo métrico’ e a

lógica da ‘hierarquia’”. A primeira lógica, a da “dimensão”, é simples e eficiente, e significa a concentração de todos os elementos de produção em um único lugar. A segunda lógica, a da “hierarquia”, segundo Marx Weber, a jaula humana, ou seja, a disciplina militar é o modelo ideal para a fábrica do capitalismo moderno. E a terceira, a do “tempo métrico”, a micrométrica do tempo atingiria a todos os escalões inferiores de trabalhadores (p.46).

De acordo com Sennett o velho debate entre Denis Diderot e Adam Smith ainda hoje estaria vivo. “Diderot não achava o trabalho de rotina degradante; ao contrário, julgava que as rotinas geram narrativas, à medida que as regras e ritmos do trabalho evoluem aos poucos” (p.49); ao passo que na visão de Adam Smith, como já foi exposto, a rotina “embrutece o espírito do homem”. A partir da visão desses dois autores, Sennett considera que estaríamos vivendo, na contemporaneidade, uma clara divisão em relação à questão da rotina, se por um lado, a flexibilidade sugere que a rotina está morrendo nos setores dinâmicos da economia, por outro, a maior parte da mão-de-obra ainda está no círculo fordista. Portanto, se apostamos em Diderot tenderíamos a ver a rotina como algo inerente ao trabalho e nos concentraríamos nas condições em que o trabalho é executado. No entanto, se concordamos que a rotina é algo degradante, atacaremos contra sua natureza no processo de trabalho, e seremos levados a menor burocracia e maior responsividade, produtividade e lucro do mercado. E, seguindo ainda o otimismo de Smith, poderíamos apostar que a flexibilidade estimula a espontaneidade no ambiente de trabalho, mas, restaria saber como a flexibilidade fará um ser humano mais engajado (SENETT, 2002, p.51).

Trazendo para o contexto da entidade Previ, podemos considerar que a “jaula de ferro” weberiana com seus procedimentos disciplinares, a hierarquia, ainda hoje sobreporia a flexibilidade, bem como o “homem de negócios” smithiano, aquele engajado e atuante frente às exigências do mercado. De Sennett (2002) extraímos que, embora o contexto de trabalho da entidade aponte para um cenário de médio e longo prazo, a corrosão do caráter se dá nas qualidades que ligam uns indivíduos a outros. Individualmente, diante da ausência de perenidade das narrativas históricas, cada um desenvolve um senso de sustentabilidade ancorado em relações sociais superficiais.

### **3.6.1. Flexibilidade e reengenharia**

Sennett (2002) lembra que a palavra flexibilidade designa a capacidade de ceder e recuperar-se, em termos ideais, o comportamento humano flexível deve ser adaptável as mais diversas circunstâncias. A teoria de Smith baseava-se em estímulos externos variáveis e, por isso, foi considerado um “moralista da simpatia”. Já para o autor Mill, o comportamento



flexível gera liberdade, liberdade essa tão atraente em nossa época e na nova economia política. Sennett por sua vez considera que: “A repulsa à rotina burocrática e a busca da flexibilidade produziram novas estruturas de poder e controle, em vez de criarem as condições que nos libertam” (p.54). O sistema de poder por trás das modernas formas de flexibilidade é disposto em três elementos: reinvenção descontínua das instituições, especialização flexível de produção e concentração de poder sem centralização. Na reinvenção há uma crença na prática administrativa de que as redes elásticas são mais abertas à reinvenção decisória do que as hierarquias piramidais. As primeiras, mesmo sendo considerados sistemas fragmentados dão oportunidade de intervenções e revisões.

Uma das práticas mais conhecidas nas empresas, seria denominada como “reengenharia”, que tem como fato característico a redução de empregos. A reengenharia organizacional para Michael Hammer e James Champy, *apud* Sennett (2002), se distingue da redução ou reestruturação: “reduzir e reestruturar significam apenas fazer menos com menos. Reengenharia, em contraste, significa fazer *mais* com menos” (SENNETT, 2002, p.56), sendo essa um processo extremamente caótico. O que teria levado sociólogos como Scott Lash e John Urry, *apud* Sennett (2002), a falarem de forma mais ampla do tema flexibilidade como “o fim do capitalismo organizado” (SENNETT, 2002, p.57). No início dos anos 90, estudos realizados junto às empresas que realizaram reengenharia constataram “lucros mais baixos e declínio da produtividade do trabalhador” (SENNETT, 2002, p.58) e, apenas, menos de um terço das empresas aumentou sua lucratividade. Os motivos são evidentes e falam por si mesmos, a saber:

o moral e a motivação dos trabalhadores caíram acentuadamente nos vários arrochos de redução. Os trabalhadores sobreviventes ficaram mais à espera do próximo golpe do machado que exultantes com a vitória competitiva sobre os demitidos”. (SENNETT, 2002, p.59)

Nas reengenharias, os retornos de curto prazo, embora não se traduzam em aumento da produtividade, eles significam maior atratividade aos olhos dos acionistas. “Empresas perfeitamente viáveis são estripadas ou abandonadas, empregados capazes ficam à deriva, em vez de ser recompensados, simplesmente porque a organização deve provar ao mercado que pode mudar” (SENNETT, 2002, p.59).

A especialização flexível tem como objetivo colocar produtos variados e de forma rápida no mercado, ela é “a antítese do sistema de produção incorporado no fordismo” (SENNETT, 2002, p.59). As tecnologias computadorizadas e comunicacionais favoreceram a

especialização flexível colocando dados do mercado global ao alcance imediato das empresas. Essa forma de produção requer rapidez na tomada de decisões. Outro aspecto relevante, é a concentração sem centralização, isto é, uma das mudanças favoráveis à nova organização do trabalho foi a descentralização do poder, permitindo mais poder às pessoas no controle de suas atividades.

Concentração sem centralização” é uma maneira de transmitir a operação de comando numa estrutura que não mais tem a clareza de uma pirâmide – e a estrutura institucional se tornou mais complexa, não mais simples. Por isso a própria palavra “desburocratização” é enganadora, além de graciosa. Nas modernas organizações que praticam a concentração sem centralização, a dominação do alto é ao mesmo tempo forte e informe. (SENNETT, 2002, p.65)

As organizações flexíveis dispõem de vários horários de trabalho denominados “flexi-tempo”, pessoas trabalhando em horários diferentes, mais individualizadas. E, a entrada do maior número de mulheres no mercado de trabalho, teria corroborado no planejamento do tempo flexível, sendo o trabalho em casa sua outra modalidade, sobretudo, de trabalhadores em serviços, vendas e técnicos. Trabalho, esse, realizado graças ao desenvolvimento de intraredes de comunicação. Tal condição do “flexi-tempo”, embora pareça prometer mais liberdade que o trabalho atrelado à rotina, ao contrário, tece uma nova trama de controle. Na prática, os trabalhadores trocam uma forma de submissão ao poder, presencial, por uma eletrônica, inclusive no controle do tempo:

O tempo nas instituições e para os indivíduos não foi libertado da jaula de ferro do passado, mas sujeito a novos controles do alto para baixo. O tempo da flexibilidade é o tempo de um novo poder. Flexibilidade gera desordem, mas não livra das limitações. (SENNETT, 2002, p.69).

### **3.6.2. Flexibilidade, fluidez, espontaneidade, superficialidade**

Traços marcantes de caráter, do novo capitalismo, sinalizam essa capacidade de desprender-se do próprio passado e a confiança para aceitar a fragmentação diante da ausência de apego temporal. De um lado, esses traços encorajam a espontaneidade, por outro, esses mesmos traços, se tornam autodestrutivos para aqueles que trabalham mais embaixo na estrutura organizacional do regime flexível. “A nova ferramenta do capitalismo é uma máquina muito mais inteligente que os aparelhos mecânicos do passado” (SENNETT, 2002, p.86), e pode-se hoje substituir a inteligência dos usuários pela própria máquina. As identidades modernas são mais “fluidas” que as divisões das pessoas na sociedade submetidas

às classes do passado. “Fluidez” no sentido de adaptáveis, e o movimento fluido é aquele que não se detém, que se move sem impedimentos. Por sua vez, quanto ao compromisso do trabalhador com o trabalho, este se torna “superficial” na medida em que não se compreende mais o que realmente se faz. Se o que importa é a flexibilidade e a fluidez, o processo produtivo e suas tarefas são mais fáceis de execução, entretanto, a lógica mais profunda do trabalho não pode ser decifrada pelo trabalhador.

Sennett comenta o caso de uma profissional do ramo de publicidade que, embora possuísse um contrato formal de trabalho, o empregador deixava-lhe bem claro que este poderia ser rompido a qualquer momento, deixando-a constantemente em “teste”. Tal situação exemplifica a fluidez do trabalho, levando o trabalhador a concentrar-se nas minúcias dos fatos diários buscando algum significado que lhe dê sustentação: “a sensação de que não tinha âncora no mar feroz do ramo de imagens desgastou-a por dentro” (p.93). Além de ter aprendido uma amarga verdade sobre a experiência adquirida no passado: “as pessoas de meia-idade como ela são tratadas como madeira morta, a experiência que acumularam é tida como de pouco valor” (idem). Neste caso, uma profissional de meia-idade, a incerteza de sua posição, conjugada à negação de sua experiência vivida, teriam minado sua coragem, sendo seu fracasso ilustrativo de algumas confusões gerais no que tange à orientação do trabalhador no mundo flexível.

Quanto à flexibilidade, observamos que na entidade pesquisada ainda existe uma concentração de poder, uma centralização do processo decisório e pouca abertura para reinvenção decisória das estruturas piramidais. Com pouca percepção de mudanças favoráveis à nova organização do trabalho, como descentralização do poder e maior poder às pessoas no controle de suas atividades.

### **3.6.3. Riscos e incerteza**

No trabalho moderno, “correr riscos”, em muitas circunstâncias, pode ser um teste de alta carga do caráter. Como isso ocorre? Abrir mão do passado e habitar a desordem é uma das formas de viver no limite (SENNETT, 2002, p.94), já que o risco se tornou uma necessidade diária enfrentada pelas massas e não apenas por capitalistas e indivíduos aventureiros. De acordo com o sociólogo Ulrich Bech, *apud* Sennett (2002), na “modernidade avançada, a produção social de riqueza é sistematicamente acompanhada pelas produções sociais de riscos” (SENNETT, 2002, p.94). A própria instabilidade das organizações flexíveis impele os trabalhadores à necessidade de correr risco com o seu trabalho. Permanecer num

estado contínuo de vulnerabilidade é a proposta de alguns autores de manuais de negócios para celebrar o risco diário na empresa flexível.

A incerteza, um dos principais motivos que as instituições modernas enfrentam, enfatiza atividades de curto prazo, criação de redes amorfas e bem complexas, substituindo as burocracias militares, daí uma sociedade que busca cotidianamente desregular o tempo e o espaço gera sistematicamente um risco a ser enfrentado pelo trabalhador. “Risco é uma questão de passar de uma posição para outra” (SENNETT, 2002, p.99).

A incerteza na rede favorece as chances de movimento; o indivíduo pode aproveitar-se de oportunidades não prevista por outros, explorar controles fracos da autoridade central. Os “buracos” numa organização são os locais de oportunidade, não as vagas claramente definidas de promoção numa pirâmide burocrática tradicional. [...] aquele que gosta de arriscar tem de permanecer na ambiguidade e incerteza. (SENNETT, 2002, p.99)

#### **3.6.4. Mobilidade ocupacional**

Seguindo definições de alguns sociólogos, Sennett (2002), lembra que no capitalismo flexível a desorientação presente na marcha da incerteza se dá em direção a tais “buracos” estruturais, mas de três formas distintas: “mudanças laterais ambíguas”, “perdas retrospectivas” ou “resultados salariais imprevisíveis” (p.100). Os primeiros ocorrem à medida que as hierarquias piramidais são substituídas por redes mais frouxas, as pessoas movimentam-se lateralmente na rede com a crença de estar subindo na rede. Quanto às “perdas retrospectivas” na rede flexível, alguns estudiosos da mobilidade social apontam que, muitas vezes, mudanças, em cenário de poucas informações concretas, resultam em más decisões. Mas, um cálculo que muitas pessoas fazem é “se vão ganhar dinheiro” (p.100). A taxa de mudança de emprego nas empresas tem-se elevado nos últimos anos: “fatores como segurança no emprego e compromisso com a empresa mantinham as pessoas em seus lugares” (p.101). Com esses três motivos apontados o autor conclui que “a mobilidade ocupacional nas sociedades contemporâneas é muitas vezes um processo ilegível” (p.101). Nesta nova “dança” os trabalhadores têm traçado caminhos mais fluidos e individualizados em direção a promoções ou melhores salários.

Quanto ao processo de movimentação ou desligamento das empresas o autor comenta: “Imensas forças sociais e econômicas moldam a insistência na partida: o desordenamento das instituições, o sistema de produção flexível – realidades materiais que se fazem elas mesmas ao mar. Ficar firme é ser deixado de fora” (SENNETT, p.102-103). Assim, pessoas com

ligações tênues ou superficiais com o trabalho não têm motivos para permanecerem no emprego. O movimento do capitalismo moderno e as novas condições do mercado levam as pessoas a correrem riscos, mesmo cientes de possibilidades tênues.

### **3.6.5. Ênfase na educação**

Um fator de disparidade salarial tem sido a formação universitária, entre os mais e os menos educados. Um excesso de qualificação e de polarização caracteriza o novo regime. Há, ainda, em curso, uma mudança na sociedade com a transferência de riqueza dos trabalhadores da classe média com baixa qualificação para os donos dos bens de capital, uma nova tecnocracia tecnológica, uma “elite tecnológica” atestada pela educação formal, conforme previu o sociólogo Michael Young. A flexibilidade acentua a desigualdade num mercado em que os bem-sucedidos ficam com maior parte da fatia do bolo, resta aos demais, “massa de perdedores”, as migalhas (SENNETT, 2002, p.105). A previsão é que sempre existirão aqueles que nunca chegarão à parte alguma, um sucesso sem sentido ou a impossibilidade de recompensa pelo esforço.

A maior ênfase na educação tem postergado a idade em que os jovens entram no mercado de trabalho. “Quer dizer, o período de vida produtiva está sendo comprimido para menos de metade da vida biológica, com os trabalhadores mais velhos deixando o cenário muito antes de estarem física ou mentalmente incapazes” (SENNETT, 2002, p.109). Ou seja, “a ênfase na juventude é uma consequência da compressão da vida e do trabalho” (p.110).

### **3.6.6. Mercado de trabalho**

No mercado de trabalho do atual capitalismo é explícita a preferência pelos mais jovens por motivos salariais, outro motivo, segundo publicação da *California Management Review*, apud Sennett (2002), seria que os trabalhadores mais velhos teriam esquemas mentais inflexíveis e avessos ao risco, além de ausência de energia para enfrentarem as exigências da vida no local de trabalho flexível: “Flexibilidade equivale a juventude; rigidez, a idade” (SENNETT, 2002, p.110), tais preconceitos servem a vários fins, inclusive, na pressão para que os mais velhos se aposentem, ainda que estejam mentalmente no apogeu.

Os trabalhadores mais velhos, experientes, tendem mais a julgar os superiores que os que apenas estão começando. Seu conhecimento acumulado os dota do que o economista Albert Hirschmann chama de poderes de “voz”, o que significa que é

mais provável os empregados mais velhos falarem contra o que encarnam como más decisões. Farão isso com mais frequência por lealdade á instituição do que a um determinado administrador. Muitos trabalhadores são mais tolerantes ao aceitar más ordens. Se ficam insatisfeitos, é mais provável saírem do que lutarem dentro da organização, e por ela. Estão dispostos, como diz Hirschmann, a “sair”. (SENNETT, 202, p.111)

Para os trabalhadores mais velhos, os preconceitos contra a idade mandam um poderoso recado: à medida que se acumula, a experiência da pessoa vai perdendo valor. O que um trabalhador mais velho aprendeu no correr dos anos sobre uma determinada empresa ou profissão pode atrapalhar novas mudanças ditadas pelos superiores. Do ponto de vista da instituição, a flexibilidade dos jovens os torna mais maleáveis tanto em termos de assumir riscos quando de submissão imediata. Contudo, esse poderoso recado tem um significado mais pessoal para os trabalhadores, além dos preconceitos de poder. (SENNETT, 202, p.111)

Recentemente a entidade pesquisada esteve às voltas com um programa de aposentadoria incentivada, o que reforça esta descrição de Sennett (2002) da perda de valor dos trabalhadores mais velhos e mais propensos a terem mais poderes de “voz” diante das decisões. Esse assunto será explorado nos capítulos finais.

### **3.6.7. Ansiedade**

A ansiedade pessoal com o tempo encontra-se profundamente entrelaçada com o novo capitalismo e, segundo um comentário de um redator do *The New York Times*, *apud* Sennett (2002), “a apreensão com o emprego se impôs em toda parte, diluindo a auto-estima, rachando famílias, fragmentando comunidades, alterando a química dos locais de trabalho” (SENNETT, 2002, p.114). A apreensão quanto ao futuro se reflete no presente em um clima que enfatiza o risco constante e a perda de valor de experiências passadas. Existiria uma superficialidade degradante decorrente de uma desorganização temporal, e as pessoas sentiriam falta do estabelecimento de relações humanas constantes e objetivos duráveis.

### **3.6.8. Nova ética do trabalho**

A “ética no trabalho”, na concepção de Marx Weber, foi definida pelo uso da autodisciplina e o valor da satisfação adiada, em uma época em que as pessoas mostravam seu valor pelo trabalho, um “asceticismo leigo”. Na concepção moderna, a “ética do trabalho”, é definida pelo trabalho em equipe que enfatiza a adaptabilidade às circunstâncias e serve muito bem a uma economia política flexível, uma superficialidade nas relações estabelecidas no grupo de trabalho. “O trabalho em equipe é a prática de grupo da superficialidade degradante” (SENNETT, 2002, p.118). Se na concepção de Hesíodo, em *Os trabalhos e os dias*, a

disciplina auto-imposta, no uso do tempo, parecia mais voltada para necessidade do que a virtude humana, passados quinhentos anos, com Virgílio, a necessidade de trabalhar passa a ser uma virtude (SENNETT, 2002, p.119). Segundo a teoria de Marx Weber, em *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, a maior disposição em poupar do que gastar passou do protestantismo ao capitalismo como um ato de disciplina e autonegação, um novo caráter de homem, aquele que prova seu valor moral pelo trabalho, e cuja vida gira em torno de uma interminável busca de reconhecimento dos outros, bem como, da auto-estima (SENNETT, 2002, p.125). O homem motivado para o trabalho de Marx Weber era oprimido pela importância que atribuía ao seu trabalho.

### 3.6.9. Trabalho em equipe

Na contemporaneidade, o “trabalho em equipe” indica maior responsividade coletiva do que pessoal, e esse modelo se adapta melhor ao trabalho flexível de tarefas de curto prazo diferentemente da descrição de trabalho weberiana caracterizada pela contenção e espera. O trabalho em equipe, caracterizado pela superficialidade partilhada, mantém as pessoas unidas sem, contudo, tocar em questões difíceis, divisivas, pessoais, trata-se de uma equipe regida por uma economia que enfatiza o desempenho imediato e de curto prazo. Na minha visão, Sennett (2002) apresenta um retrato muito fiel do que se passa nas equipes de trabalho nas empresas modernas, inclusive na entidade pesquisada, razão pela qual optamos por trazer sua descrição na íntegra e preservar a literalidade de suas assertivas:

Os empregados aprenderam as aptidões portáteis do trabalho de equipe pelo ensinamento de como interpretar vários papéis da empresa, de modo que cada um deles soubesse como se comportar nas variadas janelas de trabalho. [...] A plateia é composta, claro, dos novos administradores que o novo recruta tenta impressionar; a arte de fingir na equipe de trabalho é agir como se estivesse se dirigindo apenas aos outros empregados, como se o chefe não estivesse de fato olhando. (SENNETT, 2002, p.133)

O sociólogo Gideon Kunda chama esse trabalho de equipe de uma espécie de “teatro profundo”, porque obriga os indivíduos a manipular suas aparências e comportamentos com os outros. (SENNETT, 2002, p.134)

Pondo a coisa em termos mais formais, o poder está presente nas cenas superficiais de trabalho de equipe, mas a autoridade está ausente. Figura de autoridade é alguém que assume responsabilidade pelo poder que usa. Numa hierarquia de trabalho do velho estilo, o chefe pode fazer isso abertamente declarando: “Eu tenho o poder, sei o que é melhor, me obedecem”. As modernas técnicas de administração buscam fugir do aspecto “autoritário” de tais declarações, mas fazendo isso os administradores conseguem escapar também de ser responsáveis por seus atos. (SENNETT, 2002, p.136)

O repúdio da autoridade e da responsabilidade nas próprias superficialidades do trabalho em equipe flexível estrutura a vida de trabalho diária, [...]. (SENNETT, 2002, p.136)

Além disso, poder sem autoridade permite aos líderes de uma equipe dominar os empregados negando legitimidade às suas necessidades e desejo. (SENNETT, 2002, p.137)

No trabalho em equipe, o bom jogador não deve se queixar e as ações são marcadas pela superficialidade do conteúdo e o foco no momento imediato; a fuga e a resistência ao confronto, extremamente úteis ao exercício da dominação. Este novo jogo de poder, sem autoridade explícita, geraria um novo tipo de caráter, em lugar do homem motivado de Smith, vemos surgir o “homem irônico” de Richard Rorty (*apud* Sennett (2002)). A ironia que é:

[...] um estado de espírito em que as pessoas jamais são ‘exatamente capazes de se levar a sério, porque sempre sabem que os termos em que se descrevem estão sujeitos a mudança, sempre sabem da contingência e fragilidade de seus vocabulários finais, e, portanto, de seus ‘eus’’. (SENNETT, 2002, p.138)

Tal ironia é uma consequência lógica que combina muito bem com a vida no tempo flexível sem padrões de autoridade e responsabilidade. De acordo com Sennett, não se trata de saudosismo de narrativas passadas, entretanto, fica evidente a seguinte questão: como podemos organizar uma narrativa de vida num capitalismo que nos deixa à deriva? Como falar de carreira no novo capitalismo moderno? A carreira na entidade pesquisada será abordada nos capítulos finais que tratam da contextualização e da mentalidade na Previ.

### **3.6.10. Carreira**

Seguindo a visão de Lippmann, *apud* Sennett (2002), a noção de “carreira” é de uma pessoa que define objetivos de longo prazo, padrões de comportamento profissional ou não profissional, mas que tem o senso de responsabilidade em sua conduta. Sennett, retomando o conceito de *beruf* de Marx Weber, o equivalente em alemão para “carreira”, lembra que este acentua a importância do trabalho como narrativa de desenvolvimento do caráter mediante o esforço organizado ao longo prazo (p.144). Os dois pensadores citados acima, partilharam de um conceito muito semelhante de carreira, mas, hoje, o novo capitalismo agiria em bases de princípios de produção bem diferentes, pois o tempo flexível, o tempo de curto prazo, parece desprezar uma narrativa constante dos nossos labores, ou seja, a carreira.

O economista Lester Thurow, *apud* Sennett (2002), viu a transferência do trabalho para locais de baixos salários arrastando, assim, no mundo, os salários para baixo, mesmo em



economias avançadas como os Estados Unidos (p.152). O tempo da moderna economia política estaria refletido nas narrativas chamadas “pós-modernas”, nele haveria pouco espaço para a compreensão do colapso de uma carreira, vigorando a crença de que toda história de vida seria apenas montagem de fragmentos. O regime de trabalho flexível no capitalismo “pós-moderno” parece corroborar para a manutenção de uma estrutura de caráter “em recuperação” e haveria um crescente número de pessoas fadadas ao fracasso.

### 3.6.11. Comunitarismo

Segundo Sennett (2002), uma das principais consequências do capitalismo moderno seria o fortalecimento do valor do lugar, isto é, as geografias sociais e culturais contariam muito para determinadas decisões de investimentos. Além do anseio da comunidade com a evocação de dimensões sociais e pessoais do lugar. As atuais condições emocionais no local de trabalho se resumem nas seguintes condições: incertezas da flexibilidade, ausência de confiança e de compromisso com raízes mais profundas, superficialidade do trabalho em equipe e, principalmente, o fato das pessoas não se arranjam com o seu trabalho. Condições essas que estão contribuindo para que as pessoas busquem outros espaços de ligação e profundidade, mais além do trabalho. O uso do pronome “nós” retornou como uma forma de defesa contra o vigoroso novo capitalismo. “Confiança”, “responsabilidade mútua”, “compromisso” são palavras que foram apropriadas pelo movimento conhecido como “comunitarismo”, movimento esse que visa fortalecer os padrões morais e exige dos indivíduos que se sacrifiquem pelos outros: “Fortes laços entre as pessoas significam enfrentar com o tempo suas diferenças” (Sennett, 2002, p.171). Sennett, por sua vez, considera que uma comunidade pejada de conflito deveria ser motivo de inspiração no regime flexível. E as rupturas de tempo, a desorganização social, estas sim, deveriam obrigar as pessoas a se articularem e negociarem suas diferenças, muito mais do que provocar apenas um cooperativismo superficial do trabalho coletivo. “Para imaginar comunidades dispostas a enfrentar o novo capitalismo, devemos também pensar na força do caráter” (p.173). Emmanuel Levinas, *apud* Sennett (2002), procurou esclarecer que, a consciência de si, tem uma dimensão social na medida em que ela é responsável por outras pessoas. Essa ideia é paradoxalmente simples e complexa. Simples porque o senso de valor próprio depende dos outros poderem contar comigo e, complexa, porque cada um precisa agir responsabilmente independente de seu próprio grau de confusão, do seu senso de identidade. Essa ideia de responsabilidade foi desenvolvida por Paul Ricoeur, e significa que, para ser digno de

confiança, tem-se que se sentir necessário e, para sentir-se necessário, o outro precisa estar em necessidade (SENNETT, 2002, p.174).

A questão do caráter, este, por sua vez, sofre um tremendo desafio no capitalismo moderno diante de um sistema que irradia indiferença seja na falta de confiança, seja na reengenharia das instituições, que trata as pessoas como “descartáveis” e mina o sentimento de ser necessários aos outros. Tal indiferença no capitalismo flexível é muito pessoal, e, por isso, há uma grande confusão pessoal para responder à questão: “Quem na sociedade precisa de mim?” (SENNETT, 2002, p.175), isso se aplica tanto às comunidades de trabalho como aos mercados de mão-de-obra, com a demissão de trabalhadores de meia-idade. “As redes e equipes enfraquecem o caráter – o caráter como Horácio o descreveu pela primeira vez, como ligação com o mundo, como ser necessário aos outros” (idem). No capitalismo moderno não há narrativa compartilhada da dificuldade, assim como não há destino partilhado. Nessas condições o “caráter se corrói” e não há resposta imediata à questão: “Quem precisa de mim?”

As descrições acima trazidas por Sennett se articulam com o mal-estar vivido na entidade pesquisada e se conjuga com o mal-estar pós-moderno da economia de mercado, apresentadas por Dufour, e do mal-estar decorrente da economia psíquica trazido por Freud, assim com a degradação da sociedade, dos laços sociais que será trazida, a seguir, por Boltanski e Chiapello.

### **3.7. “O novo espírito do capitalismo”**

A obra de Boltanski e Chiapello (2009), *O novo espírito do capitalismo*, é considerada inigualável, e é um convite a retomar duas críticas do capitalismo: a estética e a social. Se de um lado, o capitalismo prospera, do outro, a sociedade, por sua vez, se degrada. Nesse sentido, a verdadeira crise não é do capitalismo, mas sim da crítica ao capitalismo. Com o propósito de aprofundar essa crítica ao capitalismo, os autores se dispõem a examinar diversos textos da gestão empresarial que alimentaram o pensamento do patronato e as novas formas de organização das empresas. Lembrando que em meados da década de 70 o capitalismo renunciara ao princípio fordista baseado na organização hierárquica do trabalho e teria desenvolvido uma nova organização em rede, pautada na iniciativa e autonomia do trabalho, à custa de garantias materiais e psicológicas (contracapa).

#### **3.7.1. Caráter insaciável**

Para Boltanski e Chiapello (2009) no novo capitalismo:

Trata-se de repor perpetuamente em jogo o capital no circuito econômico com o objetivo de extrair lucro, ou seja, aumentar o capital que será, novamente, reinvestido, sendo esta a principal marca do capitalismo, aquilo que lhe confere a dinâmica e a força de transformação. (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p.35)

O acúmulo de capital já não se traduz por um amontoado de riquezas, mas sim na dissociação entre capital e formas materiais de riqueza que irão conferir ao capital um caráter abstrato e contribuir para perpetuar a acumulação. O enriquecimento é calculado em termos contábeis, não existindo, portanto, limite e nem saciedade como ocorre na riqueza orientada para necessidades de consumo. O ineditismo do “caráter insaciável” do processo capitalista é traduzido por um capital reinvestido constantemente e que, para crescer, precisa circular, e o capitalista é descrito como aquele que tem capacidade de recuperar sua aplicação de forma aumentada pelo lucro, ameaçada pelos outros capitalistas, com os quais disputa o poder de compra dos consumidores. “Essa dinâmica cria uma inquietação permanente e dá ao capitalista um poderoso motivo de autoconservação para continuar infundavelmente o processo de acumulação” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.35).

A reestruturação do capitalismo, nas duas últimas décadas, teria ocorrido em torno da desregulamentação dos mercados financeiros, da falta de intermediação e da criação de “novos produtos financeiros”, multiplicando-se as possibilidades de lucros meramente especulativos, através dos quais o capital cresce sem passar por um investimento em atividades produtivas. Com isso, segundo Boltanski e Chiapello (2009), assistimos ao aumento do poder de certos operadores, por exemplo, na liquidez concentrada nas mãos de fundos mútuos de investimentos, de companhias de seguro e fundos de pensão, aqui incluímos a entidade pesquisada, sendo inegável a capacidade destes últimos de influenciar os mercados de seus interesses. Com isso a evolução da esfera financeira é inseparável da evolução das empresas registradas em bolsa, submetidas aos imperativos de rentabilidade dos mercados, empresas que obtém, cada vez mais, seus lucros através de transações meramente financeiras. Tanto o movimento dos mercados financeiros como a fusão-aquisição das multinacionais, inseridos num contexto de revisões de políticas governamentais fiscal, social e salarial, teriam sido marcados por fortes incentivos no aumento da flexibilização do trabalho. Paralelamente, as novas tecnologias de comunicação, encabeçadas pela telemática, permitiram a geração de produtos em tempo real, em nível planetário, sem precedentes na história da humanidade. Portanto, o capitalismo mundial pode ser traduzido como a possibilidade de sua frutificação

por meio do investimento ou da aplicação econômica (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.23).

Socialmente, assistimos, segundo Boltanski e Chiapello, um nivelamento por baixo nas remunerações dos trabalhadores, o crescimento do índice de desemprego e a degradação das condições de vida, afetando, prioritariamente, os desempregados. A evolução das desigualdades na distribuição da renda vem acentuando o sentimento de insegurança de todos aqueles que se veem ameaçados pela perda do emprego. Somando-se a esse contexto, a instituição familiar se tornou muito mais móvel e frágil adicionando uma precariedade suplementar a este contexto, e, ainda, a valorização da flexibilidade máxima das empresas justificaria a adaptabilidade nas relações de trabalho e a mobilidade na vida afetiva, inclusive familiar. Para os autores é fato que, as mudanças nas esferas econômica e privada, estão sincronizadas com o mundo familiar ineficiente para assegurar posições dos filhos equivalentes à dos pais.

### **3.7.2. Novo capitalismo**

No âmbito da definição mínima de capitalismo, o capitalista é considerado o detentor de um capital excedente que o investe para extrair um lucro capaz de aumentar o excedente inicial. Boltanski e Chiapello (2009) se reservaram ao direito de optar pela designação de capitalistas “aos principais atores responsáveis pela acumulação e pelo crescimento do capital, aqueles que exercem pressão diretamente sobre as empresas para que estas produzam lucros máximos” (p.37). Lembramos, aqui, especificamente da Previ, vista como um dos grandes capitalistas da economia brasileira. Para os autores, o novo espírito do capitalismo se apoiaria em três pilares fundamentais: o progresso material, a eficácia e a eficiência na satisfação das necessidades e um modo social que favoreça as liberdades econômicas compatíveis aos regimes políticos liberais. Um traço marcante do capitalismo nos anos 90 seria a mudança permanente e cada vez mais veloz das tecnologias, presente desde a década de 60, mas que teria ganhado uma amplitude sem precedentes com a implantação de uma organização flexível e inventiva que deveria saber “surfear” sobre todas as “ondas” e adaptar-se a todas as transformações (p.100).

Diversos autores da gestão empresarial teriam se insurgido a favor de ações preconizadas em prol do “viver em rede”, renunciado a divisão que vigorava nas décadas anteriores entre o profissional e o pessoal, o racional e a intuição, entre o natural e o artificial, entre mente e coração, das organizações qualificadas como impessoais, para reintroduzir

critérios de pessoalidade e uso de relações pessoais (p.116). “No novo universo, tudo é possível, pois as novas palavras de ordem são criatividade, reatividade e flexibilidade” (p.121). As pessoas de valor são necessariamente aquelas que “conseguem trabalhar com gente muito diferente, que se mostram abertas e flexíveis sempre que se trate de mudar de projeto e que conseguem adaptar-se permanentemente a novas circunstâncias” (p.124). Tanto os riscos como a incerteza são regras. A imagem trazida pelos autores para caracterizar o profissional neste novo contexto é a de um camaleão:

A imagem de um camaleão é tentadora para descrever o profissional que sabe conduzir suas relações com o fito de caminhar mais facilmente em direção aos outros. [...] a adaptabilidade é exatamente a chave de acesso ao espírito de rede. (BELLENGER, 1992) (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.158)

Tal imagem cabe muito bem ao contexto de uma entidade que tem a cada dois anos uma mudança de 50% de seus representantes com repercussões diretas no seu cotidiano. Aqueles que sobrevivem às mudanças precisam saber conduzir suas relações com o objetivo de lá permanecerem e sobreviverem no novo cenário.

### **3.7.3. Sociedade em rede**

O “paradigma da rede” está ligado, de modo muito geral, ao crescimento das propriedades relacionais (e pelas ontologias relacionais) (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.179).

A referência às redes foi associada à busca de modalidades de totalização capazes de alterar o mínimo possível a singularidade das relações identificadas e dos seres que elas conectam, em oposição às atitudes reducionistas que totalizam encaixando seres e relações em tipos, classes, estruturas originais, de tal modo a reuni-los em grupos passíveis de tornar-se objeto de cálculo. (BOLTANSKI e CHIAPELLO 2009, p.180)

O desenvolvimento daquilo que os autores denominaram de “mundo em rede”, ou “mundo conexcionista”, constitui um dos principais pontos de apoio normativos nos quais se respalda o novo espírito do capitalismo. A comparação entre o novo espírito do capitalismo e os espíritos que o precederam, se faz por diferenças no plano moral.

Enquanto o primeiro espírito do capitalismo dava valor a uma moral da poupança, e o segundo, a uma moral do trabalho e da competência, o novo espírito é marcado por uma mudança tanto da relação com o dinheiro quando da relação com o trabalho. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.189)

Houve, portanto, uma mudança na forma do espírito do capitalismo que vigorou até o século XIX. Num mundo em que a poupança se constituía a principal via de acesso ao capital e instrumento de promoção social, era por meio da “moral da poupança” que se transmitiam valores como regularidade, perseverança, estabilidade e o próprio labor.

Poupar, nesse mundo, é, em primeiro lugar, mostrar-se ávaro de tempo e judicioso naquilo a que ele é dedicado. [...] não perder tempo é reservá-lo para estabelecer e manter conexões mais lucrativas, ou seja, as mais improváveis ou as mais longínquas, [...]. Mas a boa administração do tempo livre também significa (e as duas coisas estão frequentemente juntas) acesso à informação e acesso ao dinheiro. [...] O tempo constitui o recurso básico para conectar os atores que controlam o acesso ao dinheiro, do que depende o orçamento do projeto. Mas, como o tempo não é recurso estocável, esse tipo de poupança não pode ficar parado e deve ser reinvestido permanentemente. [...] A gestão de uma poupança pode ser feita por outros, mas cada um deve gerir pessoalmente o investimento de seu tempo. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.189-190)

#### **3.7.4. Nova relação com o trabalho**

Marx Weber, *apud* Boltanski e Chiapello (2009), teria insistido que a formação do capitalismo fora acompanhada por uma separação crescente entre as esferas doméstica e profissional, e entre a propriedade e o patronato, marcando a separação entre a pessoa do trabalhador e a força de trabalho vendida no mercado, no caso dos assalariados. Esses movimentos foram os precursores da própria essência do capitalismo e culminaram na instauração do capitalismo de grandes empresas burocratizadas dirigidas por assalariados e não por proprietários. Separação entre a vida privada e a vida profissional, que, no segundo capitalismo, num mundo marcado pelo conexionismo, tenderia a desvanecer-se e gerar mudanças nas condições e no ritmo do trabalho bem como no modo de remuneração. A transformação da “moral cotidiana”, no que se refere ao dinheiro, ao trabalho, aos bens e à relação consigo, presentes neste novo espírito do capitalismo, é profunda se compararmos ao que marcou o espírito do capitalismo a partir de seu funcionamento e meados dos anos 60 e 70. Transformações das modalidades de trabalho que teriam ocorrido, em grande parte, para responder às aspirações com a ascensão da esquerda ao poder nos anos 80, e abriram o caminho a um novo espírito do capitalismo, em que as garantias de salários foram trocadas por dispositivos relativos à maior autonomia e às virtudes de mobilidade e adaptabilidade (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.235).

O “novo espírito do capitalismo” buscou enfatizar a necessidade de:

[...] inventar outros modos de coordenação e, para tanto, de desenvolver modos de vincular-se aos outros incorporados nas relações sociais ordinárias, mas até então ignoradas pelo liberalismo, baseadas na proximidade, na afinidade eletiva, na confiança mútua e até num passado comum de militante ou rebelde. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.237)

Um dos principais eixos das novas estratégias das empresas teria sido o crescimento da flexibilidade que permitiria transferir aos assalariados, subcontratados e outros prestadores de serviços o peso das incertezas do mercado. A flexibilidade interna das organizações foi baseada na transformação profunda da organização do trabalho e de técnicas utilizadas como polivalência, autocontrole, desenvolvimento da autonomia etc. Já, a flexibilidade externa, foi baseada na organização do trabalho em rede e em empresas mais “enxutas”, que passaram a encontrar recursos por meio de subcontratação, de mão de obra maleável; com empregos precários, temporários e trabalho autônomo, jornadas de trabalho de tempo parcial e horário variáveis. Os deslocamentos gerados com a flexibilização do trabalho tiveram, dentre outras consequências, a maior precarização de certos empregos, a dualização dos assalariados e a fragmentação do mercado de trabalho, formando dois mercados. De um lado, uma mão de obra estável, qualificada, e com um nível salarial relativamente elevado, sindicalizada e atuando nas grandes empresas, do outro, uma mão de obra instável, com pouca qualificação, baixa remuneração e pouco protegida atuando em pequenas empresas prestadoras de serviços subsidiários (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.253).

As capacidades de empenho e adaptação, avaliáveis pelos mesmos dispositivos, também serviram de critérios de seleção. Essas capacidades, essenciais numa lógica de “flexibilidade” que supõe séries de engajamentos e desengajamentos em tarefas variadas e em empregos diferentes, exigem a seleção de pessoas que saibam mostrar-se maleáveis. (Boltanski e Chiapello, 2009, p.267)

Durante os anos 80, a autonomização crescente do trabalho é acompanhada pela diferenciação e pela individualização crescentes das remunerações (salários de eficiência) ou pelos resultados da unidade à qual o assalariado estava vinculado. As remunerações, que até então estavam vinculadas à ocupação, passaram a estar cada vez mais vinculadas às propriedades pessoais daqueles que as exerciam e à avaliação de seus resultados pelas instâncias administrativas. [...] A individualização das competências, das gratificações e das sanções exerce outro efeito pernicioso, quando tende a fazer de cada indivíduo o único responsável por seus bons e maus resultados. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.278-279)

Na entidade pesquisada apontamos algumas peculiaridades trazidas pelos autores Boltanski e Chiapello (2009) como, por exemplo, nos modos de relações sociais do “novo espírito do capitalismo” baseadas na “proximidade”, na “afinidade eletiva”, na “confiança mútua” e até mesmo no “passado comum de militante”. A possibilidade de uma mão de obra estável e com nível salarial relativamente elevado, sindicalizada e atuante nas grandes

empresas. E a diferenciação e individualização crescente das remunerações pautadas nos resultados alcançados.

### **3.7.5. Dessindicalização**

Segundo Boltanski e Chiapello (2009), a “dessindicalização”, ou seja, a redução dos sindicatos nas empresas e do número de trabalhadores sindicalizados foi determinante para menor criticidade do processo capitalista a partir dos anos 80. Quanto às causas do enfraquecimento dos sindicatos não podemos desvinculá-las do dinamismo próprio do capitalismo somado à ascensão do individualismo, do medo do desemprego, da precariedade do trabalho, para recomposição da economia, mediante terceirização, da realocação etc, assim como, da mobilidade incentivada ou forçada dos trabalhadores. Nas empresas, as novas modalidades de estruturas conjugadas aos ganhos de produtividade e a redução de custos operacionais, teriam contribuído para a extinção da oposição sindical, além das novas formas de gestão humana incentivando a individualização, a participação etc. (p.298). Diversos dispositivos buscaram desenvolver o maior envolvimento das pessoas no trabalho, favorecer o senso de responsabilidade e autocontrole, com isso, podemos compreender que a manutenção do emprego em empresas mais flexíveis e polivalentes foi responsável pelo maior engajamento no trabalho. Por sua vez, a individualização das condições de emprego combinada com a recomposição permanente das situações de trabalho nas empresas, teriam tornado obsoletas a análise de classes sociais e desacelerado a ação das negociações coletivas.

Mas, a partir da década de 60, segundo Boltanski e Chiapello, a maior flexibilidade das relações de trabalho e a neutralização do termo “categorias sociais” contribuíram com a desconstrução do sentido de categorias e a desorganização das relações de trabalho pautadas em seleção, promoção, isonomia de pessoas e ocupações, isto é, determinação de remunerações e carreiras de longo prazo institucionalizadas pelas convenções coletivas. E, desde os anos 90, houve uma grande ruptura nas condições e oportunidades regulamentadas pelo direito do trabalho.

A transformação das grandes coletividades em uma miríade de pequenas estruturas e a multiplicação das condições salariais (tipos de contrato, tipos de empregador, horários, convenções coletivas aplicáveis...) fragmentam o espaço de cálculo unificado, criando uma multidão de situações singulares que já não se pode reunir facilmente para obter uma imagem de conjunto. (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p.332-333)

Na entidade pesquisada, embora com um poder sindicalizado enfraquecido nacionalmente, dada sua composição paritária, representantes e participantes, a atividade



sindical ainda se faz presente no seu contexto administrativo. Sua força está diretamente representada pelos seus representantes eleitos ou indicados. A atuação ocorre no questionamento de políticas, na intervenção de situações consideradas abusivas e, periodicamente, na militância político-partidária dos processos eleitorais e das negociações coletivas da categoria.

### **3.7.6. Volatilidade e mobilidade**

“Num mundo em rede, cada um vive na angústia permanente de ser desconectado, ficar entregue à própria sorte, abandonado no local por aqueles que se deslocam” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.373). Os mercados financeiros deslocam seus investimentos num ritmo sem comparação, sua lógica de ação incentiva todos a tornarem-se tão flexíveis quanto os capitais; ao tempo em que a extrema mobilidade dos investidores constitui uma ameaça permanente às empresas dependentes do capital. Por sua vez, os movimentos dos mercados, seguindo numa lógica bastante independente da lógica das empresas, sempre ameaçam a reduzir a nada os lucros industriais conquistados, bastando apenas oscilações nas taxas de câmbio ou de juros. Em resposta à volatilidade dos mercados, as empresas se globalizam numa espécie de blindagem nestes mercados flutuantes e se tornaram gigantes para se livrarem da tutela dos mercados, isto é, tornando-se grande o suficiente para não ficarem vulneráveis e compradas por qualquer investidor. Os fornecedores e subcontratados também se globalizam para acompanhar os clientes e não ficarem sós. O consumidor é outra fonte de instabilidade no mercado, mas este não se sente obrigado a nenhum tipo específico de fidelidade, o consumidor é também flutuante. Portanto, as empresas, se quiserem atingir um nível de mobilidade, terão que ajustar-se à suposta volatilidade do desejo do consumidor e trabalharem em regime de *just-in-time* para não ficarem com produção estocada e perderem mobilidade (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.378). “A mobilidade de quem explora tem como contrapartida a flexibilidade de quem é explorado” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.379). Assim, a cada dia, as empresas desfazem-se de tudo aquilo que podem prendê-las a um território, a um pessoal. Os esforços concentrados na produção, com subcontratação e equipamentos leves e modelares, incidem inclusive, na redução de suas instalações físicas. Daí o sucesso das vendas por correspondência, valendo-se de todos os meios possíveis de comunicação virtual.

Neste contexto das empresas e do mercado, o trabalhador, por sua vez, corre o risco de não conseguir acompanhar o ritmo frenético que lhe é imposto: [...] “as pessoas mais móveis, mais empregáveis, as que constituem esse pessoal estratégico, também são aquelas que têm

facilidade para exigir que o empregador lhes conceda a imobilidade sem os riscos associados” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.380), por isso é tão comum que os especialistas exortem tanto pessoas e empresas a serem móveis e mais leves. Nesta conjuntura, os profissionais com conhecimentos e *know-how* mais especializados e menos específicos são os melhores remunerados além de deslocarem-se mais rapidamente de uma empresa para outra, não sendo fácil prescindir-se deles.

Em todos os níveis da cadeia, o mais móvel extorque *mais-valia* do menos-móvel, em troca da desaceleração de sua própria mobilidade. [...] Assim, o diferencial de mobilidade é hoje uma nova mercadoria muito apreciada. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.381)

Um exemplo, um investidor exige remuneração mais elevada em troca de um compromisso de longo prazo, porque estará exposto a maiores riscos se não puder se retirar, e, pelo risco, precisa ser remunerado.

### **3.7.7. Conexionismo**

No novo capitalismo estamos lidando com um processo que pressupõe acumulação cada vez maior de capital medido pelo valor monetário e a grandeza comercial compõe sempre com a grandeza conexionista, e isso que define as relações estabelecidas nos mercados, ou melhor, a relação comercial depende primeiramente da diferença de capital acumulado ou de crédito disponível no ato da transação, ou, ainda, do grau em que algo é desejado. No caso da entidade pesquisada, esta descrição trazida pelos autores é bem adequada, haja vista a composição de suas carteiras de investimentos, notadamente, composta de rendas variáveis. A entidade está ligada, conectada, para a boa gestão de seus fundos, inclusive seus ativos de longo prazo.

[...] num mundo conexionista, não são valorizadas apenas a qualidade e a raridade de um bem ou de um serviço. Soma-se ao preço pago o preço oriundo da valorização do diferencial de mobilidade. Os mais móveis podem ameaçar com um “*exit*” a qualquer momento, em função das oportunidades que lhe são oferecidas por seu potencial de variabilidade, estando eles por isso em posição favorável para negociar os preços dos bens ou dos serviços que propõe. (BOLTANSKI E CHIAPELLO, 2009, p.382)

Para Boltanski e Chiapello, a generalização de um mundo conexionista, sem freios de qualquer espécie à exploração, pode ser capaz de destruir o tecido social. Se as empresas não quiserem mais investir na imobilização de ativos de longo prazo acarretarão a destruição do capital fixo e cada um ficará à espreita de captar os sinais que revelem o oportunismo de seus

parceiros, o que afetará, valores como a confiança, e essa tenderá a desaparecer. Neste sentido, a vida cotidiana seria muito difícil e o tecido social tenderia a desfazer-se (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.389). Por isso nos advertem:

[..]a exigência de autonomia e o ideal individualista de autoengendramento, autorrealização como forma superior de sucesso, que constituem valores dominantes do mundo conexcionista, contribuem para tornar o homem das redes pouco atento à dívida como fonte legítima de elos sociais. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.391)

### **3.7.8. Autonomia, libertação e consumismo**

Boltanski e Chiapello (2009) acreditam que o novo espírito do capitalismo incorporou uma parcela da crítica estética no final da década de 60, os denominados movimentos de maio de 68:

A libertação e, em especial, a libertação sexual, a autonomia na vida pessoal, afetiva e também profissional, a criatividade, a realização sem coerções individuais, a autenticidade da vida pessoal contra convenções sociais hipócritas e ultrapassadas, se não podiam parecer definitivamente assimiladas, podiam pelo menos ser amplamente reconhecidas como valores essenciais da modernidade. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, p.417-418)

Mas, foi na década de 90, que o restabelecimento da crítica se manifestou principalmente no campo social, patente nos modos de vida degradantes associados ao desenvolvimento de um capitalismo liberto de numerosas coerções. Para Boltanski e Chiapello, é no conceito de “anomia”, de Durkheim, em *O suicídio*, que devemos buscar os indícios das inquietações provocadas com a expansão de um mundo conexcionista. A anomia, de modo geral, pode ser designada como: “os efeitos do enfraquecimento das normas e das convenções tácitas que regulam as expectativas mútuas, levando à desagregação dos elos sociais” BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.419). Efeitos que traduzem a incerteza das ações que devem ser realizadas num mundo conexcionista, provocando um conflito, de um lado, normas que se mantêm ao longo do tempo e, por outro, a condição humana diante de um mundo flexível de seres que se modificam a mercê das situações. As perturbações decorrentes das incertezas da “libertação” do capitalismo interligada à autonomia e à precariedade fatalmente dificultam a projeção no futuro, em especial, no retardo de ingresso na vida profissional e na substituição de modos de contratação, ambos podem ser vistos como efeitos de anomia. Trazendo para o contexto da entidade pesquisada tais perturbações estão presentes e refletem na continuidade de seus colaboradores. Os efeitos das exigências de libertação e

autenticidade designam uma forma de desorientação quanto ao significado da vida cotidiana e parecem relacionáveis com a inquietação presente num mundo conexcionista.

O discurso de libertação, desde sua formação constituiu um dos componentes essenciais do espírito do capitalismo. [...] o espírito do capitalismo, em sua segunda expressão e nas formas que ele está assumindo atualmente, segue, nesse aspecto, duas linhas diferentes. A primeira sempre toma por alvo o “tradicionalismo”, ao qual é atribuído o poder de ameaçar com um retorno virulento as sociedades ocidentais modernas, sendo denunciado como uma realidade atuante nos países do Terceiro Mundo. A segunda, em resposta (pelo menos implicitamente) às críticas à própria opressão capitalista, comporta uma oferta apresentada como liberadora em relação às realizações anteriores do capitalismo. O espírito do capitalismo, na segunda metade do século XX, apresenta-se assim tanto como meio de acesso à autorrealização por intermédio do engajamento no capitalismo quanto como via de libertação do próprio capitalismo, naquilo que ele teria de opressivo em suas realizações anteriores. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.423-424)

A crise de governabilidade dos anos 60-70 teria sido percussora das reivindicações no capitalismo, da construção do novo capitalismo denominado em “rede”. E os dispositivos associados esse capitalismo: terceirização, proliferação nas empresas de centros autônomos de lucro, círculos de controle e qualidade, novas formas de organização do trabalho etc, vieram atender às diversas reivindicações de autonomia. Maior autonomia conjugada com maior autocoersão do tempo, das máquinas, das demandas; trabalhadores mais controlados e novas formas de gestão empresarial menos “visíveis”, porém com maior autocontrole, controle do mercado e controle informático em tempo real. Uma “sociedade da auditoria” termo cunhado de Michel Power (1994), *apud* Boltanski e Chiapello (2009), quando define a passagem das técnicas de controle da supervisão direta para a o “controle do controle”, forma distinta da “sociedade da vigilância” de Michel Foucault.

De fato, é possível dar à ideia de libertação pelo menos dois significados, que não são igualmente mobilizáveis pelas duas linhas argumentativas que tecem as críticas à pretensão libertadora do capitalismo. Pode-se assim mostrar que as alças de cooptação que se formam no âmbito do capitalismo se se valem da confusão entre esses dois significados diferentes, de tal modo que o capitalismo pode parecer estar fazendo concessões e caminhando para maior libertação – num primeiro sentido do termo –, ao mesmo tempo que recupera a capacidade de controle e limita o acesso à libertação – no seu segundo sentido. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.433-434)

Na modalidade de libertação oferecida pelo consumo o capitalismo não precisa frear, mas, ao contrário, estimular, mediante um reservatório sem fim de novos produtos e serviços que serão sempre postos no mercado. E a lista de produtos e serviços que fomentam o consumo nos últimos anos é de uma libertação, libertação que passa necessariamente pela

mercadoria. Através dos diversos mecanismos que o capitalismo oferece de libertação, desenvolve-se, simultaneamente, novas formas de opressão que dão pistas da reivindicação de autonomia.

### **3.7.9. Mercantilização e inautenticidade**

A crítica estética do capitalismo deve levar em conta a “vocação” do capitalismo de “mercantilizar o desejo”, por meio da exigência de libertação, a fim de armar a melhor forma de cooptação para enquadrá-lo em uma nova mercadoria. Outra crítica ao capitalismo que merece ser recolocada é a da “inautenticidade” orientada, inicialmente, pela crítica à padronização e à massificação. “Para essa crítica, a perda de autenticidade designa então essencialmente a uniformização ou, digamos, a perda da diferença entre os seres – objetos ou seres humanos” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.440). A padronização dos objetos e das funções leva a uma padronização dos usos e, conseqüentemente, dos usuários, massificando-os por intermédio do consumo. Por exemplo, no modelo taylorista perde-se a diferença entre os seres humanos na linha de montagem, pois qualquer trabalhador pode fazer o mesmo que outro trabalhador, perdendo assim a sua singularidade. Nos anos antecedentes ao movimento de maio de 68, a denúncia da “inautenticidade” teve uma difusão sem precedentes, através da crítica da “sociedade de consumo”, divulgando um mundo dominado pela produção de massa, que o homem da civilização industrial avançada teria se transformado e inteiramente submetido a necessidades manipuladas por outros. Nas décadas de 60-70 a crítica à massificação, provocada, também, pelos meios de comunicação, teria levado à transformação dos consumidores em receptores passivos de uma mensagem padrão e a adoção, sem nenhuma crítica, das ideologias impostas de cima para baixo.

Essa cooptação assumiu a forma de mercantilização, ou seja, o ato de transformar em ‘produtos’ (com incidência de um preço e possibilidade de troca num mercado) bens e práticas que – em outro estado – ficavam antes fora da esfera do mercado. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.444)

Modificações na produção em massa com a proposta de bens cada vez mais diversificados, destinados à vida curta e de mudanças rápidas, em oposição aos produtos padronizados e de qualidade da era fordista. Tal estratégia permitiu aos empresários lutarem contra a saturação dos mercados e aguçarem o apetite dos consumidores, oferecendo mais produtos. Essas novas produções eram estimuladas pelo interesse crescente na beleza e na saúde do corpo e

incentivadas pela denúncia (que ganhava argumentos da ecologia nascente) do caráter artificial, industrial, insípido e insalubre (especialmente no setor alimentício) dos produtos de grande consumo, assim como pelo crescimento da competência consumista nos países desenvolvidos. Esse fenômeno ocorreu concomitante à mercantilização de bens que ainda não haviam sido cooptados na esfera do mercado e, por essa razão, eram considerados “autênticos”, levando o capitalismo a penetrar em domínios como turismo, atividades culturais, serviços pessoais, lazer etc., até então relativamente afastados da grande circulação comercial BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.444).

Teve início uma evolução no sentido da maior mercantilização de certas qualidades dos seres humanos com o intuito de “humanizar” os serviços, especialmente os pessoais, bem como as relações de *trabalho*. [...] A importância atribuída ao papel de mediador, às relações pessoais, à amizade e à confiança na realização do lucro num mundo conexcionista e, correlativamente, o enfraquecimento da distinção entre vida privada e vida dos negócios tendem assim a introduzir na esfera comercial relações que antes se definiam precisamente como “desinteressadas”. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.444-445, grifo nosso)

Entretanto, esta proposta do capitalismo de aspirações de “autenticidade”, de “humanização” das relações comerciais, está fadada ao fracasso, já que a mercantilização do “autêntico” supõe a referência a um original que não seja comercial e pautado pelo valor de uso, valor de uso no que ele tem de singular e se sobrepõe ao valor de troca, no que este tem de genérico.

A mercantilização do autêntico no regime do capital consiste na exploração de seres, bens, valores e meio que, apesar de serem reconhecidos como riquezas ou mesmo “tesouros” – segundo formulação de Hideya Kawakita (1996) –, nem por isso deixavam de estar excluídos até então da esfera do capital e da circulação comercial. (BOLTANSKI e CHIAPELLO 2009, p.446)

O bem ou serviço destinado à mercantilização é submetido a uma “codificação” (traços pertinentes que devem ser conservados e traços que podem ser descartados). A codificação se distingue da padronização, a segunda é uma exigência da produção em massa que inclui a produção de produtos em vários exemplares para absorção do mercado. Já, a primeira, permite uma combinatória e introduz variações para criar produtos diferentes, mas do mesmo estilo. A codificação permite a mercantilização da diferença e se adapta à mercantilização do autêntico conservando algo da singularidade constituída de valor original (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.447).

### 3.7.10. Simulacro

“A possibilidade de mercantilizar a “diferença” dá início a uma nova era da suspeita” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.449), se antes era relativamente fácil distinguir o produto “artesanal” de um fabricado em massa, ou entre um “trabalhador massificado” ou um “artista livre”, assim como saber se um acontecimento era espontâneo da vida ou era um elemento premeditado no esforço de transformar uma mercadoria em “autêntica”, entretanto, o capitalismo teria cooptado a demanda de autenticidade. A questão da autenticidade gera um controle pelo próprio capitalismo quando ele frustra as expectativas que se propunha anteriormente satisfazer. A mercantilização provoca outras formas de inquietação sobre a autenticidade das coisas e das pessoas, exatamente, por não se ter certeza se as elas são “autênticas” ou “inautênticas”, “espontâneas” ou “reconfiguradas” para fins comerciais. Paradoxalmente, há um malogro nesta “autenticidade”, pois a qualificação do autêntico remete ao não mercantilizado (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.450).

A mercantilização capitalista, tal como a “arte do simulacro” passa a valorizar a diferença, o que é particular a cada personagem, ou seja, tudo é simulado, premeditado, tudo é falso, com a finalidade de satisfazer o prazer do expectador.

Assim, a mercadização de tudo, tal como a cooptação capitalista da diferença para extrair lucro, também pode ser denunciada – por exemplo, em Debord ou, sob outro aspecto, em Baudrillard – como espetacularização de tudo ou anulação de todo e qualquer elã vital autêntico que, tão logo esboçado, é imediatamente codificado para ganhar na circulação comercial dos signos que então substitui a experiência da verdadeira “vida” em contato com o mundo. A suspeita de um simulacro generalizado, da mercantilização de tudo (inclusive dos sentimentos aparentemente mais nobres e desinteressados) faz parte de nossa condição contemporânea, [...]. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.454)

A autocrítica capitalista da sociedade de massa e a mercantilização da diferença abriram caminho para a denúncia da realidade inteira como ilusão e encenação: como espetáculo enquanto forma extrema de mercadoria. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.454)

Deleuze, *apud* Boltanski e Chiapello (2009), teria desenvolvido, em *Diferença e repetição*, uma crítica à representação na qual não é possível ter uma distinção entre o “original” e a “cópia” em que todas as identidades são “simuladas” como um efeito óptico, um jogo mais profundo entre a diferença e a repetição. De acordo com Deleuze nossa vida é marcada por repetições, mas estereotipadas, fora e dentro de nós, e delas extraímos pequenas diferenças. “O mundo moderno é o mundo dos ‘simulacros’” (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.458). A nova crítica se trata da inautenticidade de um mundo sob o

[...] império da mercadoria como simulacro generalizado naufraga facilmente na aporia que consiste em denunciar com grande radicalismo a perda de qualquer realidade 'autêntica', ao mesmo tempo em que solapa a posição normativa e mesmo cognitiva a partir da qual tal denúncia pode ser feita. (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.459)

A partir desta análise, Boltanski e Chiapello, acreditam que não se pode afirmar que o capitalismo será levado a autolimitar-se ou a expandir-se prosseguindo seus efeitos destrutivos, mas os últimos anos cultuaram uma crença sem precedentes num “retorno ao sujeito”, sujeito de uma ação individual e não um sujeito da história (BOLTANSKI e CHIAPELLO, 2009, p.527).

Trazendo as considerações dos autores para a entidade pesquisa, podemos considerar que um ambiente de trabalho perpassado por questões político-partidárias incitaria a mercantilização das relações e provocaria a inautenticidade das coisas e das pessoas. Tais relações sociais, pessoais e comerciais, “reconfiguradas” a cada mandato de seus representantes, um simulacro das relações ali estabelecidas.

Vejamos, a seguir, novas contribuições de Dufour sobre a sociedade pós-moderna, por ele designada de ultraliberal.

### **3.8. A sociedade ultraliberal**

Dufour (2005), em *A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*, destaca três traços da condição subjetiva moderna: o *diferendo*, a neurose e a crítica. A primeira dessas formas, o “deferendo”, foi extraída da obra de Lyotard, e refere-se de um “assujeitamento” imposto por um terror de exceção, não permite contestação porque vem de alhures e porta um julgamento e uma sanção indiscutíveis e prévios, é sempre sumariamente executável, quebrando qualquer encadeamento discursivo (p.51). O sujeito moderno é “crítico” na medida em que precisa lidar com várias referências, muitas vezes contraditórias, que concorrem entre si, já que a modernidade é por excelência o lugar de ideologias distintas e, até mesmo contraditórias, sustentadas por grandes Sujeitos diferentes. O sujeito da “neurose” é o sujeito freudiano, que nasce da impossibilidade de seguir as máximas morais de ação exigíveis do sujeito transcendental kantiano. Sujeito que se encontra sempre aquém do que o desejo exigiria, aquém da lei moral, e por isso ficaria sempre coagido a buscar a satisfação em objetos sempre parciais. A culpabilidade está no centro da elaboração freudiana e a neurose é o preço que cada um paga de sua dívida simbólica para com o Outro, dívida que na modernidade o Outro assume as mais diferentes figuras multiformes. Pensando



nessas duas últimas determinações, elas podem parecer contraditórias, como é possível ser crítico e neurótico, simultaneamente? Ao que o autor nos lembra da propensão neurótica à repetição como efeito do maior incitamento à crítica, ou seja, o sujeito freudiano (neurótico) e o sujeito kantiano (crítico) fazem um par desde a era moderna. Porém, na pós-modernidade, teria ocorrido o desabamento desses dois sujeitos, precisamente porque a figura do Outro, nenhum grande Sujeito vale verdadeiramente, e Outro da modernidade foi duramente abalado em seu prestígio, padecendo do sintoma da decadência (DUFOR, 2005, p.58). O próprio Lacan, segundo o autor, teria publicado seus complexos familiares acenando sobre o declínio da imago paterna, do Pai em sua dimensão simbólica: “Em suma, na pós-modernidade não há mais Outro no sentido do Outro simbólico” (p.59), isso equivale dizer que a pós-modernidade é repleta de semblantes de Outros. Só restando das grandes narrativas formas subsistentes, narrativas que mesmo que tenham sido mantidas em nome de um grande Sujeito já não são mais fundadoras de referência.

Como estas considerações do declínio das narrativas e o abalo do prestígio do grande Outro teria refletido nos sujeitos, especificamente nos trabalhadores na contemporaneidade?

Segundo Dufour a democracia é a uma referência hoje na Europa, em todos Estados-nações, e pretende um novo universalismo com a defesa dos direitos humanos. Entretanto, com o enfraquecimento da narrativa dos Estados-nações, cujas fronteiras se decompõem na Europa, presenciamos um retorno à narrativa regional representada em torno dos referentes como terra, sangue, língua ou raça. Outra narrativa descrita pelo autor é da “emancipação do povo trabalhador” que diz respeito a uma grande narrativa libertadora das narrativas alienantes com a promessa de um mundo homogêneo e sem classes, e ela teria sido desencantada com a transformação das sociedades comunistas em sociedades carcerárias. O verdadeiro problema do proletariado é a sua morte teórica, como descreve o autor:

Com efeito, na economia dita liberal o *trabalho* não é mais aquilo em repouso essencialmente a produção de valor. O Capital não é mais constituído pela mais-valia (*Mehrwert*, em Marx) saída do excesso de produção apropriado no processo de exploração do Proletário. O capital aposta cada vez mais nas atividades de alto valor agregado (pesquisa, engenharia genética, internet, informação, comunicação), nas quais a parte do *trabalho* assalariado pouco ou moderadamente qualificado é por vezes extremamente pouco considerável. Mas, sobretudo, o Capital doravante faz vigorar plenamente a gestão das finanças em movimentos especulativos de grande amplitude. Assim, a parte da economia “real” decresce à medida da “financeirização” da economia que se desenvolveu consideravelmente durante os últimos vinte e cinco anos a partir do desenvolvimento de novos mecanismos financeiros e ferramentas de gestão do capitalismo: os “junk bond”, literalmente “obrigações podres”, que notadamente permitiram aos “predadores” dos anos 1980 financiar as recompras de sociedades, [...]. Aparece assim, como um epifenômeno conquistador que vem brotar na economia real, uma economia virtual que consiste

essencialmente em criar muito dinheiro com quase nada, vendendo muito caro o que ainda não existe, não existe mais ou nunca existiu, com o risco de criar impérios de papel prontos a se rasgar brutalmente [...]. As bolsas se tornaram de algum modo imensos cassinos onde os *agentes econômicos*, pessoalmente interessados, auxiliados por potentes computadores, calculam incessantemente o bom momento de apostar. [...] O Proletário não é mais, nessas condições de financeirização, o que fornece a maior fatia do Capital.

A morte do *proletariado* entretanto conserva uma verdadeira questão: resta nada menos do que se encarregar do que é coletivo, da partilha e do bem comum nesse mundo despedaçado da pós-modernidade. (DUFOUR, 2005, p.67 a 69, grifo nosso)

Segundo Dufour, com o declínio do grande Sujeito descrito nas grandes narrativas constatamos o *declínio* do Outro. O sujeito na democracia pós-moderna não é mais definido por sua descendência ou submissão a um grande Sujeito, mas sim por sua autonomia jurídica, sua total liberdade econômica, a saber, ele não é mais sujeito a um Deus, ao Rei ou à República, mas ele é sujeito de si mesmo (p.71). O referente da democracia é o indivíduo livre, situação distinta de quando ele era referido por um Deus, pela terra ou pelo sangue. Agora não é mais a heterorreferência, mas a autorreferência. A pós-modernidade institui um espaço “mutante”, isto é, tudo nela se torna flexível, até mesmo os valores. E vemos tomar forma às pequenas narrativas de uso local e circunstanciada, assim como o surgimento de muitas “tribos”, termo esse definido por Maffesoli.

O laço social se dispersa assim em uma multidão de socialidades, cada um possuindo suas próprias fixações referenciais. Cada confraria dispõe de seu código de honra, seus saberes, suas obrigações contratuais, seus ritos, suas liturgias locais, suas palavras de passe, seus ritos de iniciação, suas liturgias locais, seus totens, seus signos de pertença [...]. Mas o que constitui cada uma é uma certa referência sacrificial em torno da qual o grupo se agrega (DUFOUR, 2005, p.73)

Trazendo para o contexto da entidade pesquisada vemos ali a dominância de algumas “tribos” com suas referências, seus saberes, suas obrigações contratuais, seus ritos seus signos. Duas “tribos” se destacam, uma vinculada a entidades representativas ligadas aos movimentos sindicais e outra ligada a grupos representativos de interesses da categoria bancária. Ambas serão tratadas posteriormente nos capítulos finais.

### **3.8.1. O Mercado, o novo grande Sujeito**

Dufour (2005) nos indica que, diante da ausência de grandes Sujeitos na pós-modernidade, “o Mercado” seria o grande Sujeito, apontando a narrativa glorificadora da mercadoria como, provavelmente, a narrativa dominante nos tempos neoliberais. “A narrativa da mercadoria se quer sem fronteiras; ela não quer território próprio, simplesmente segue

fluxos de difusão que penetram os espaços de maneira arborescente” (p.76). Impulsionada pelo discurso democrático e utilitarista, a mercadoria serve muito bem à economia de mercado e, também, à economia pulsional. Uma conexão entre as duas economias reforça o domínio da narrativa da mercadoria, pois não importa qual o objeto, seja qual for o desejo, é imprescindível que haja um objeto industrializado disponível no mercado dos bens de consumo capaz de satisfazer à pulsão. “Na narrativa da mercadoria, cada desejo deve encontrar seu objeto. Com efeito, tudo deve necessariamente encontrar uma solução na mercadoria” (p.76). Portanto, a promessa da mercadoria é de uma felicidade possível no aqui e agora, e a singularização crescente e mais intensa dos objetos industrializados torna o indivíduo cada vez mais “coagido” a consumir. Promessa alimentada pelo discurso democrático que reforça a ilusão da singularidade, cujo efeito é extremamente eficaz na gestão das massas. Tendo em vista a natureza da pulsão de satisfação e do desejo satisfazer-se sempre alhures a mercadoria é relançada no ciclo interminável da demanda de objeto. “A decepção causada pelo recebimento do objeto é a mais segura mola propulsora do poder da narrativa da mercadoria” (p.77). Os indivíduos, mesmo organizados em “tribos”, também demandam diversificação de mercadorias, pois cada subgrupo deve encontrar supostamente no mercado mercadorias às suas demandas.

O desabamento da narrativa de emancipação do povo trabalhador se desfez juntamente com última implosão da grande referência universal do proletariado chinês, reforçando o atual domínio absoluto do “Mercado”, sem limites, e o declínio da narrativa religiosa permite que a narrativa da mercadoria também se infiltre nos espaços livres:

[...] o Mercado, sobrefetichizando e espetacularizando a mercadoria, como um Deus onipresente e onipotente, responde a tudo. (DUFOUR, 2005, p.78)

O Mercado mantém uma verdadeira servidão voluntária: ele é ainda mais poderoso na medida em que é reconhecido em ato por tudo o que o mundo tem como consumidores prontos, desde sua mais tenra idade (pelas novas mídias), para o consumo das mais diversas mercadorias.

O Mercado, ao preconizar um comércio liberado de toda proibição e promover o investimento, submergiu, assim, como uma religião conquistadora, o mundo inteiro até seus inexpugnáveis confins, [...]. O Mercado arrasta tudo [...]. (DUFOUR, 2005, p.79)

Para Dufour, estamos lidando com um grande Sujeito, “o Mercado”, mais poderoso do que os outros grandes Sujeitos, é um novo deus referendado pelo ex-presidente da república do Brasil, Lula, em seu discurso no Fórum Econômico Mundial de Davos, em 2003, quando fez a seguinte afirmativa: “Aqui em Davos, há hoje apenas um Deus, e é o mercado livre!”

(p.80). Com “o Mercado”, teríamos chegado ao apogeu da “mão invisível” de Adam Smith, uma conotação religiosa ao processo de livre interesse pessoal que trabalha simultaneamente para maior eficácia do interesse coletivo. E “o Mercado” seria na pós-modernidade essa mão invisível que tudo regula e se faz presente em todos os lugares. Nesta lógica do livre curso do Mercado e de suas leis, a principal delas é não seguir lei nenhuma, e obedece a uma lei interna que é a produção crescente de mercadorias a custo cada vez menores, ampliando crescentemente a extensão destas. É uma lógica que preconiza a automação da produção e até mesmo a marginalização do custo do trabalho, já que, na economia neoliberal, o trabalho não é mais o principal produtor de valor, e requer que os capitais circulem mais rápidos e livres para mudar de lugar tão logo apareçam condições mais atrativas de investimentos. Dufour retoma o discurso do vice-presidente do Fórum de Davos, Percy Barnevik ao definir a mundialização:

Definirei a mundialização como a liberdade para meu grupo de intervir onde ele quiser, durante o tempo que quiser, para produzir o que ele quiser, provendo-se e vendendo onde ele quiser, e tendo que suportar o mínimo de constrangimentos possíveis em matéria de direito do *trabalho* e de convenções sociais. (DUFOUR, 2005, p.82, grifo nosso)

O dono do capital é simplesmente um deus que tudo pode. Para o autor, a ascensão do Mercado só foi possível com a queda de outros mestres e inclusive do Estado que se põe a renunciar o seu papel de controle e de vigilância, a ponto da sociedade estar totalmente submetida ao poder do Mercado que pode, para funcionar, inclusive prescindir de qualquer tecido industrial, social, cultural. É graças à renúncia do político que o Mercado pode triunfar com uma força “incoercível” e “imprevisível”, que tudo produz, seja em prol de um desenvolvimento ou de uma devastação sem precedentes na história da humanidade. E, acrescentaríamos que, trabalhar para “o Mercado” é se apropriar de toda essa lógica perversa de funcionamento.

Compreendemos que tal descrição do autor, do Mercado, este grande “Sujeito” que tudo pode realizar dado seu poderio econômico triunfante. Neste sentido, instituições detentoras de grandes capitais e, conseqüentemente, grandes investidoras, estão em condição privilegiada, inclusive, para direcionar novos Mercados. Acreditamos que este tem sido o lugar ocupado pela Previ, principalmente, desde a implantação do processo democrático e neoliberal da sociedade brasileira que se valeu de fundos de pensão vinculados ao governo federal para impulsionar o processo emancipatório da economia no país. A entidade

pesquisada é reconhecidamente um dos grandes agentes deste processo do governo brasileiro, quiçá o maior deste Mercado. Tal assunto será tratado nos últimos capítulos desta tese.

### **3.8.2. Mal-estar pós-moderno**

Assim, qualquer análise da decadência do Outro, tão característica na pós-modernidade, deve levar em conta os atuais tempos neoliberais caracterizados pela liberdade econômica máxima concedida aos indivíduos (DUFOR, 2005, p.90). Diante de um cenário regulado pelo “o Mercado”, Dufour nos apresenta algumas formas de mal-estar vivido pelos indivíduos. O primeiro deles é que no “narcisismo desordenado” e na “ênfase subjetiva” existe a difusão de um indivíduo que oscila entre a onipotência e a impotência, pois se a ação de cada um não está mais referida àquilo que a garante, perde-se a noção da diferença entre o direito à liberdade e o abuso ao direito à liberdade. Para o autor, vivemos a época do “narcinismo”, isto é, o indivíduo sente a necessidade de subir cada vez mais um degrau do dito “escabelo” (pedestal), favorecido pelo uso de tecnologias, expõe sua vida privada em público, e se vê incitado a fazê-lo e se “crê admirável” (p.99). A segunda forma é de uma “pulsão igualitária” insuflada pelo ideal democrático de que somos todos iguais, ideal que, por si só, garantiria, naturalmente, que todos somos artistas, pensadores e homens brilhantes. A terceira forma é a “personalidade múltipla”, a quarta forma a “negação do real” e a quinta forma as “novas formas sacrificiais”, que vão desde uma ablação parcial ou total do corpo do outro ou do próprio corpo. As patologias pós-modernas giram em torno da problemática do sujeito ter de alguma forma de “se virar sozinho”, sendo o desejo de onipotência uma maneira de rejeitar a castração. E a “perversão” estaria muito presente em nossos dias com seu imperativo de gozo do objeto perfeitamente compatível com o “discurso capitalista” e o estatuto do objeto descartável e da mercadoria renovável.

Na pós-modernidade, não estamos mais lidando com o sujeito neurótico, caracterizado por uma culpabilidade compulsiva, ligada à suposição de um Outro cuja expectativa ele não pararia de decepcionar. O que define o sujeito em pós-modernidade é algo como o sentimento de onipotência quando ele é bem sucedido e de impotência quando não o é. Como mostrou Alain Ehrenberg, a vergonha (diante de si) substituiu a culpabilidade (com relação aos outros). [...] A culpabilidade procedia, pois, de uma frustração, que implicava a elaboração de um projeto pessoal, [...]. A vergonha, ao contrário, convoca uma remissão rápida. A vergonha, nesse sentido, exprime a intolerância narcísica à frustração. (DUFOR, 2005, p.105)

O sujeito pós-moderno seria uma presa fácil ao aparelhamento potente do Mercado que pode invadir e dirigir sua vida graças ao esquadramento do tempo e do espaço

cotidianos. A forma como o sujeito se deixa capturar testemunha uma nova “servidão voluntária” ou, ainda, para retomar um termo dos estudos dos anos 60, uma “sociedade de massa”, de Herbert Marcuse e outros (DUFOUR, 2005, p.110). Como o sujeito faz para remediar a falta do Outro? Segundo Dufour, são diferentes lógicas aplicadas para remediar essa carência do Outro, uma das tendências é a formação de “bando”.

O bando possui um nome coletivo usado por cada um no exterior. Ele possui sua assinatura, sua sigla, seu Tag, que marca e delimita seu território [...]. É, pois, o contrário da autonomia do sujeito que obtém no bando, é a fusão de todos em uma única entidade, de preferência a do chefe do bando (DUFOUR, 2005, p.111).

A segunda tendência é o surgimento de seitas voltadas para o orientalismo, do sincretismo ou do carimatismo, até mesmo fundamentalismos e integristas virulentos. A terceira tendência é a adição como reação à depressão e fuga para um comportamento compulsivo de consumo de produtos rapidamente indispensáveis; e uma adição usual é a aquisição de mercadoria, incitada pelo próprio Mercado, como uma forma de ampliar o ciclo da mercadoria, e outras adições associadas à toxicomania. Uma quarta tendência é mais ambiciosa e trata-se da tentativa de se tornar o “Outro no lugar do Outro”, signo da onipotência de prática de atos atentando contra a vida do outro, chegando, inclusive a atos extremos e cruéis. Para Dufour frente a condições tão promissoras, o Mercado desenvolveu uma lógica de mercadorias voltadas para este contingente de indivíduos destituídos do Outro, instalando nas sociedades efeitos deletérios ao laço social como um todo, principalmente, para as novas gerações.

Trazendo para o contexto da entidade pesquisada muitos de seus colaboradores, como abordaremos posteriormente, se empenham no projeto de investir cada vez mais neste Mercado, principalmente, em ações. Mercado este marcado pela lógica da “onipotência”, do ganho imediato e do mínimo de trabalho, ou, ao contrário, pela “impotência”, com a defasagem entre o capital investido e o ganho conquistado. Trata-se de uma nova lógica da extração da *mais-valia* pós-moderna, a “financeirização” do capital. Esta é conduzida pelo investidor para extração do ganho excedente de capital pelo movimento especulativo do capital, sendo ele, o investidor, um “patrão” ou um “trabalhador” para usarmos os termos marxistas.

Este movimento especulativo dos indivíduos poderá ser elucidado com a definição do cenário contemporâneo sob o domínio do neoliberalismo.

### 3.8.3. Neoliberalismo

Para Dufour (2005), embora os estudos de Foucault das sociedades disciplinares fossem exemplares ao que se aplicava a época, os anos 60 anunciaram uma nova forma de dominação imposta pelo novo capitalismo, uma maneira menos constrangedora para produzir sujeitos submissos, com a quebra das instituições e a obtenção de indivíduos dóceis, frágeis e abertos aos modos e variações do Mercado. O neoliberalismo é a maior conquista de todas as dominações atuais triunfantes, se os sistemas anteriores funcionavam à base do controle, do reforço e da repressão institucionais, no novo capitalismo funciona como “desinstitucionalização”.

É assim que, hoje, “as únicas coações justificáveis são as das trocas de mercadorias”. O exclusivo e único imperativo admissível é que as mercadorias circulem. De modo que toda instituição, vindo interpor entre os indivíduos e as mercadorias suas preferências culturais e morais, é doravante mal vinda. Em suma, o novo capitalismo muito rápido identificou o partido que podia tirar da contestação. É assim que o neoliberalismo promove hoje “um imperativo de transgressão dos interditos” que confere a esse discurso um “perfume libertário”, fundado na proclamação da autonomia de cada um e na “ampliação indefinida da tolerância em todos os campos”. É por isso que ele porta com ele a desinstitucionalização: é preciso não apenas “menos Estado”, mas menos de tudo o que poderia entrar a circulação da mercadoria. (DUFOR, 2005, p.197)

O “novo espírito do capitalismo”, segundo Dufour, tem como ideal a fluidez, a transparência, a circulação e a renovação inconciliável com o peso dos valores culturais, de uma sociedade que primava pelos princípios morais, pelos cânones estéticos e pelos modelos de verdade. Por trás do adjetivo “liberal” reforça-se a condição de homem “liberado” de toda ligação a valores e a tudo que remete à transcendência dos princípios e dos ideais. Valores morais que não tem valor mercadológico e, portanto, não se justifica sua sobrevivência em um mundo marcado essencialmente pelo mercantilismo. Tempos pós-modernos exigem dos indivíduos um espírito “livre” de qualquer aprisionamento cultural, uma “dessimbolização” em curso nas sociedades que se apresenta em três formas distintas: a venal, a geracional e a niilista (p.200).

A primeira trata do valor do dinheiro e da moeda, sendo o primeiro aquele que desfruta na sociedade de todo o poder. O autor denomina de “antropologia neoliberal” aquela responsável por reduzir os indivíduos a meros calculadores movidos exclusivamente por seus interesses racionais e em concorrência selvagem uns com os outros. E, na economia especulativa, o dinheiro já não tem mais o mesmo valor e a mesma representação que na “economia real”, ele é fonte de riqueza difusa e dele todos os agentes sociais querem se apoderar.

A segunda forma é definida pelo autor como “dessimbolização geracional”:

Assim como o *trabalho* não define mais o valor econômico para as novas teorias financeiras, ele também não define mais lugar social na produção de riquezas. Os bens de consumo são expostos profusamente enquanto o *emprego* se torna raro e precário e frequentemente se torna desqualificado. Tal é a distribuição atual das cartas. Toda uma juventude se encontra assim espremida numa espécie de peneira entre a escola e o emprego, com necessidades crescentes conjugadas com a falta de recursos próprios. [...] Toda uma idade da vida é, pois, reduzida ao ócio, espécie de terceiro estado inativo que a escola tem o encargo de albergar pelo maior tempo possível. Porque, por uma paradoxal reviravolta do lazer, outrora apanágio supremo das classes dominantes, a isenção do *trabalho* se torna, degradada e transfigurada, o lote de toda uma juventude abandona a si mesma. “O que é que eu posso fazer? Eu não sei o que fazer”, a célebre réplica de *Pierrot le fou*, é hoje o mote mudo de uma população de consumidores improdutivo. (DUFOR, 2005, p.204, grifo nosso)

Os jovens estão assim duplamente isolados no tempo, de um lado impossibilitados de se projetar no futuro e, de outro, incapazes de ter referências do passado. E, assim, esses jovens encontram-se isolados no presente e têm os mais velhos como pares. A relação horizontal entre gerações coloca em desuso a diferença simbólica geracional, seja na família, na escola. Segundo Dufour, a horizontalidade se acentua ainda mais, em uma época que “a juventude” se apresenta por como um “imperativo”, principalmente, para os mais idosos, e a precedência simbólica que deveria vigorar e permitir que uma geração mais velha transmitisse autoridade para a outra geração, a mais nova, é recusada.

A terceira forma apresentada por Dufour é a “dessimbolização niilista”.

A dificuldade de inserção num mundo do *trabalho* cada vez mais hipotético e enigmático, o embaralhamento da referência histórica e geracional reagrupam a juventude em agregações seriais sem de jeito nenhum lhe conferir a estrutura e as bases de uma classe social. (DUFOR, 2005, p.205, grifo nosso)

Paradoxalmente, a força do neocapitalismo reside no enfraquecimento de seus governos, a governança neoliberal é, na verdade, uma vontade de não-governo, considerando-se o princípio de que menos governo significa maior rendimento econômico. A ausência de um governo forte e independente dos interesses econômicos elimina a autoridade e, ao mesmo tempo, torna oculto o poder. O enfraquecimento do Estado anuncia a passagem para um tipo de forma de dominação dissimulada e perversa na sociedade, na qual o poder verdadeiro se torna anônimo, ou seja, uma tirania sem tirano (DUFOR, 2005, p.207).

É, abertamente, a promoção da anomia, a suspensão dos interditos e de tudo o que pode impô-los à pura impetuosidade dos apetites. O esmagamento da cidadania sobre a sociedade civil constituída apenas do conjunto conflitual dos interesses particulares, torna impossível a necessária dialética entre o corpo social e sua representação política. Definitivamente, o complemento da antropologia neoliberal, cuja ausência de princípio a célebre palavra de ordem “*laisser-faire*” confessava antecipadamente, abre um novo espaço societário, completamente depurado,



prosaico, trivial, niilista, marca de um novo e poderoso darwinismo social no qual o valor, doravante único, passa de uma mão a outra sem outra forma de processo e quaisquer que sejam as modalidades: os “mais adaptados” podem legitimamente tirar proveito de todas as situações, enquanto os “menos adaptados” são muito simplesmente abandonados, até mesmo convocados a desaparecer. Está aí um profundo requestionamento da civilização, já que se encontra abandonado o tradicional dever biopolítico, que cabe a todo Estado, de proteção de suas populações. (DUFOUR, 2005, p.207)

Para Dufour, o quadro é de um círculo vicioso do niilismo, ao mesmo tempo em que a anomia é a condição de possibilidade do neocapitalismo, também leva ao niilismo não só daqueles que deles tiram proveito, mas também aqueles que dele padecem.

Segundo o autor, a pós-modernidade não é apenas a queda dos ideais do eu e nem um levante em massa contra os ídolos, o que o neoliberalismo visa é um sujeito dessimbolizado, sem culpabilidade, acrítico, incerto, estendendo o território da mercadoria a todos os horizontes possíveis, uma mundialização, e tudo é passível de ser mercadoria. Dessa forma, não está em perigo só o nosso *ter* cultural, mas o nosso *ser* (p.208). Se o sujeito está debilitado nada mais poderá se constituir um obstáculo ao desdobramento sem limite do neocapitalismo, em que tudo entra na série de mais uma mercadoria. Em uma visão otimista do autor, o fato de estarmos em mundo de “pernas pro ar” é também uma situação excepcional para o pensamento de reconstrução, de um novo entendimento crítico, bem como de uma nova compreensão do inconsciente. Saudosamente, o autor se lembra de Descartes e de sua saída com a dúvida reinventando o exercício filosófico do pensamento. Por fim, a posição de Dufour é de um otimismo não ingênuo mesmo diante da “desterritorialização” fomentada pela mercadoria e pela queda dos ídolos, mas, também, não se trata de um pessimismo nostálgico, mas, sim, de resistência frente ao capitalismo total.

De ora em diante, as mudanças nos grandes campos da atividade humana – a economia de mercado, a economia política, a economia simbólica e a economia psíquica – convergem suficientemente para indicar que um novo homem, subtraído de sua faculdade de julgar e empurrado a gozar sem desejar, está aparecendo. (DUFOUR, 2005, p.210)

Vemos na entidade pesquisada algumas especificidades em relação àquelas aqui trazidas por Dufour (2005). A proximidade da entidade com o poder representativo do governo federal, na escolha de 50% de seus representantes incluindo o seu presidente, preserva sobremaneira o lugar do poder do Estado na economia de mercado. O que nos permite considerar que o trabalho, isto é, trabalhar nesta entidade, ainda tem um valor econômico em relação às teorias financeiras e é tido como um lugar social de produção de

riquezas. A maior proximidade com o vultoso capital da entidade e tudo o que tangencia sua governança contribui para o desenvolvimento do “novo espírito do capitalismo”, o capitalismo financeiro, a “acumulação flexível”, pelos indivíduos que ali trabalham, além de maior conhecimento da economia de mercado, da economia política. Acreditamos que este contexto da entidade, certamente, tem seus efeitos subjetivos na outra economia, na economia psíquica. Vejamos, a seguir, a aproximação destas duas economias: de Mercado e a psíquica.

### **3.8.4. A economia do Mercado e a economia psíquica**

Segundo Dufour (2009) em *O divino mercado*, o capitalismo teria nos enganado com a promessa de um programa estimulante de liberação das paixões, paixões essas que se aproximam da descrição freudiana das pulsões. Se para Freud em *O Mal-estar na civilização*, em prol da civilização, deveríamos renunciar à realização de algumas pulsões e, portanto, reprimi-las, talvez tenha sido esta a razão da economia do Mercado ter mirado a economia psíquica com o intuito de modificá-la e transformá-la em prol do liberalismo das paixões e do consumo. Portanto, nenhuma economia deverá contrapor-se à economia do Mercado liberal, nem mesmo a economia psíquica. Posição, esta, distinta da época das luzes, mais especificamente do transcendentalismo kantiano, que teria imposto deveres ao sujeito, em especial aquele de dominar e controlar suas paixões e pulsões, mostrando-lhe a existência do próximo, do coletivo. Retomando a orientação de uma das máximas kantianas: “Age de modo a tratar o outro como um fim e jamais como um meio para satisfazer os teus fins” (DUFOUR, 2009, p.62), máxima bem distinta daquela que se propaga no Mercado. Podemos, de antemão, identificar na economia do Mercado e, do princípio egoísta que a antecede, os efeitos nefastos sobre as demais economias humanas, não só na economia psíquica, mas nas outras economias: a semiótica, a política e a simbólica.

A leitura Dufour é a de que todas as economias se encontram de alguma forma articuladas umas com as outras, razão pela qual passa, então, a expor os principais efeitos e exemplos da economia do Mercado e do princípio egoísta que a antecede, sobre as outras economias humanas.

Primeiro, o autor, considera evidente que, certas mudanças essenciais na economia do Mercado (por exemplo, a desregulamentação), irão impactar substancialmente a economia política (por exemplo, a obsolescência do governo e o aparecimento da governância). O termo governância o autor alega que não se sabe muito bem se ele teria surgido diretamente do *corporate governance*, isto é, com a tomada de poder pelos acionistas na gestão do capital.

Mas, tal fato, corresponde à passagem do liberalismo para o ultraliberalismo. Se na era do capitalismo industrial, este lidava com a formulação de acordos com a classe assalariada, porém, no ultraliberalismo, são os acionistas, representantes do capitalismo financeiro, que assumem o poder e afastam a classe assalariada da gestão dos negócios ou seja, os dirigentes das grandes empresas industriais passaram a fazer objeções não mais industriais e sim financeiras.

A governância passou a ser definida como o livre enfrentamento dos interesses privados sem instância reguladora, e, neste “jogo”, são sempre os interesses dos mais fortes que se fazem presentes. Por isso, Dufour, considera incorreto representar a governância como um aprofundamento democrático. Em essência, a governância não passaria da instalação de uma ditadura dos acionistas. A extensão do termo governância à forma política está em desuso e com isso o governo seria alvo do ataque vigoroso em prol de uma sociedade civil, sociedade essa que deveria se autorregular, mas, que usa a regulação em benefício dos mais poderosos.

O segundo aspecto comentado pelo autor é que a mudança na economia política provocaria mutações na economia simbólica. Dufour recorda o desaparecimento do contrato social e também do pacto social, depositário da lei, e o surgimento de novas formas de laço social em grupos denominados “egogregários”, caracterizados por uma exibição espetacular de egoísmos em busca de satisfações consumistas. São indivíduos fáceis de serem capturados ou agrupados em “rebanhos de consumidores” e levados ao consumo de objeto em objeto (DUFOUR, 2005, p.63).

O terceiro ponto levantado é em relação às mutações na cultura afetando nossa economia semiótica, com uma “novilíngua” liberada das marcas gramaticais e semânticas. O próprio uso de tecnologias estaria a serviço da comunicação e favoreceria a produção proposital de textos dispensando essas regras, porque estas seriam vistas como representação de formas autoritárias e de dominação. A priorização de uma forma discursiva livre e do saber fundamentado em astúcia, tal qual o intercâmbio mercantil, visaria ganhar, a qualquer custo, o triunfo de comunicadores e dos *storytelling management* (gerência contadora-de-história) (DUFOUR, 2009, p.64), isto é, a arte de contar histórias, mas histórias que as pessoas querem ouvir.

O quarto aspecto dessas transformações poderia atingir outra economia, a economia psíquica, que pareceria, em princípio, contrária a qualquer submissão às leis da economia do Mercado, mas teríamos passado do enquadramento freudiano da neurose ao enquadramento da perversão, da depressão e do vício. Por que o autor sugere a perversão? Porque a perversão

é uma patologia em que o indivíduo visa dar sempre um jeito de ganhar, dar sempre uma volta no outro, desconfiando e fazendo do outro um meio para se sair vencedor. Faço aqui um parêntese porque essa caracterização combina muito bem com a definição do antropólogo Roberto da Matta do “jeitinho brasileiro”, que exporemos em outro momento. Para Dufour estaríamos presenciando as pulsões de posse do outro, formas sugestivas de ostentação expressas inclusive na mais alta esfera do Estado. A depressão poderia ser vista naqueles indivíduos que, não dispendo de recursos internos necessários à perversão, passariam a degenerar os próprios olhos, potencializando, assim, os lucros da indústria farmacêutica. E, o vício, o uso abusivo de drogas, seria uma consequência lógica de um mundo com a promessa da satisfação pulsional generalizada. A economia do Mercado regeria este mercado que oferece sempre um produto, um objeto, um serviço, um fantasma, algo capaz de satisfazer o apetite pulsional de qualquer um e a qualquer custo.

Para melhor descrição da propagação da economia de mercado à economia psíquica, Dufour (2009) se apoia no conceito de transdução, extraído da obra do filósofo Gilbert Simondon. Com a propagação “transdutiva” cada região serviria, em princípio, como modelo e ponto de partida para a outra e, assim, sucessivamente seria possível estender uma mutação geral, difundida gradualmente. O autor apontaria que todas as economias, inclusive a psíquica, estão doentes em consequência de uma economia de Mercado que ameaça, também, a geração futura. Estaríamos, assim, todos, sem exceção, ameaçados por uma cultura de “ilimitação pulsional” refletindo em diferentes esferas da vida dos indivíduos: na relação consigo mesmo, com o outro (o semelhante), com o Outro (alteridade radical), com o transcendental, com o político, com o saber, com a Lei, com a arte e com o inconsciente. Cultura essa que se faz presente nesses diferentes contextos trazidos pelo autor e, por isso, a analogia aos dez mandamentos do antigo testamento, os renomeando como “os novos dez mandamentos da religião liberal” que teriam se apoderado do mundo (p.64-65).

Dufour descreve cada um dos dez mandamentos da “religião liberal”. O primeiro mandamento estaria na esfera do “consigo mesmo” e é assim descrito: “Aceitarás ser conduzido pelo egoísmo ... e farás parte tranquilamente do rebanho dos consumidores!”. O segundo mandamento, na esfera do outro, é: “Utilizarás o outro como um meio para alcançar teus fins!”, moral kantiana às avessas, resultando na destruição de toda decência comum. O terceiro mandamento corresponde à relação como o Outro: “Poderás vender todos os ídolos à tua escolha contanto que tu adores o deus supremo, o Mercado!”, um retorno à moral religiosa, mas também às avessas, com a invenção de um puritano perverso. O quarto mandamento é relativo ao transcendental: “Não fabricarás um kantianismo pessoal no intuito

de te absteres do arrebanhamento!”, contrário à referência de um estilo pessoal que se dê ao direito de uma independência e do direito de ser ele mesmo ou, ainda, desconsideração do ideal crítico. O quinto mandamento diz respeito à esfera política: “Combaterás todo governo e defenderás a boa governância!”, isso resultaria na destruição do político, depreciado pelo somatório dos interesses privados<sup>47</sup>. O sexto mandamento é referente ao saber: “Ofenderás todo o mestre em posição de te educar!”, resultando na destruição da produção e da transmissão do saber. O sétimo mandamento diz respeito à língua: “Ignorarás a gramática e barbarizarás o vocabulário!”, criando-se assim uma “nova” língua. O oitavo mandamento é aquele relativo à lei: “Violarás as leis sem seres apanhado!”, resultando na proliferação do direito e das formalidades e da invalidação da Lei simbólica internalizada pelos indivíduos. O nono mandamento é referente à arte: “Arrebetarás indefinidamente a porta já aberta por Duchamp!”, seria a transformação da negatividade da arte em uma comédia da subversão, como se fosse possível que a subvertêssemos. E, por fim, o décimo mandamento diz respeito ao inconsciente: “Libertarás tuas pulsões e buscarás um gozo sem limites!”, isso resultaria na destruição da economia do desejo por uma economia do gozo (DUFOR, 2009, p.65-66).

Neste ponto, Dufour se lembra do ensino de Lacan, quando este define o real como: “O que é excluído do simbólico reaparece no real”, fazendo uma analogia ao “ilimitado pulsional”, presente em todas as economias humanas, mas que retorna no real. O retorno deste “ilimitado” ocorreria de duas maneiras. Na primeira, seria quando a economia real do Mercado não consegue acompanhar a economia financeira virtual, conforme presenciamos recentemente na última crise financeira mundial e, a segunda, seria quando a “ilimitação” da produção encontra o real da economia do que é vivo.

Porém, se existe um limite na economia do Mercado, englobando todos os recursos naturais, então, estas economias humanas que ela movimenta, não poderiam ser ilimitadas. Assim, se existe um equívoco, o autor nos conclama que é preciso corrigi-lo, o mais rápido possível (DUFOR, 2009, p.66).

### **3.9. Considerações finais**

Podemos concluir que quanto mais objetos são lançados no mercado, quanto mais incitamos a pulsão consumista, mais ela dá sinais de sua insaciedade e incompletude. Nesse ponto, podemos apostar mais uma vez na leitura do mal-estar da civilização tal como

---

<sup>47</sup> Façamos aqui um parêntese. Em nossa opinião, é, no mínimo, curioso o uso do termo depreciação por ser esse um recurso contábil para reavaliação do valor de um bem decorrente do seu uso e do tempo de aquisição. Aqui caberia fazer uma analogia com a operação “Lava Jato” brasileira, mecanismo jurídico institucional, conduzido pelo Ministério Público, no combate à corrupção e lavagem de dinheiro no Brasil.

apontado pelo pai da psicanálise, para situar o mal-estar pós-moderno, relacionado ao tempo e ao espaço da “acumulação flexível” capitalista. Se a análise freudiana ainda estiver atualizada, o sacrifício do indivíduo em prol da civilização não teria sido ultrapassado, ao contrário, os indícios da pós-modernidade é de um “imediatismo”, “individualismo”, “narcisismo”, “hedonismo”, “simulacro”, “corrosão do caráter”. Ou seja, mais uma vez, a civilização deverá ser sacrificada para que os indivíduos possam dar vazão às suas pulsões, desde as mais primitivas. A moral kantiana há muito já não incitava os indivíduos, ao passo que a “moral” sadéana está se propagando vertiginosamente, principalmente, na era da “sociedade em rede”, da “conectividade”, que dão mostras das vicissitudes pulsionais dos indivíduos. Portanto, acreditamos que na entidade pesquisada, tal descrição das economias de Mercado e pulsionais, não seriam distintas, mas os indivíduos que ali trabalham também dão mostras de estarem conectados com os novos sintomas contemporâneos, notadamente, aos efeitos subjetivos da acumulação no Mercado da financeirização, da acumulação imediata, fácil e virtual. Ou da acumulação progressiva e milimetricamente calculada do gozo imediato contabilizado para o gozo futuro do capital.

Mas, afinal, os psicanalistas estariam atentos aos novos tempos e movimentos do “novo espírito do capitalismo” e dispostos a contribuir com este debate das economias de Mercado e psíquica no contexto contemporâneo? Acreditamos que sim e, portanto, passaremos à apresentação da leitura da condição pós-moderna, a partir de alguns psicanalistas de orientação lacaniana.

#### 4. PERSPECTIVAS DA PSICANÁLISE SOBRE A SOCIEDADE E O TRABALHO: DA MODERNIDADE À HIPERMODERNIDADE

O conceito de pulsão insaciável é fundamental para pensarmos o contemporâneo. A descrição pós-moderna do trabalho aponta para o efêmero, o flexível, o crescimento do hedonismo, da indiferença. Um paradoxo à luz das elaborações freudianas do mal-estar do indivíduo, da renúncia pulsional, em favor do processo civilizatório. Pensando no imperativo categórico de Kant e no imperativo sadiano, enquanto o primeiro nos convida às renúncias egoísticas a favor do soberano bem, o segundo defende a satisfação absoluta. Neste sentido, segundo Lacan, não há saída diante da lei moral, ou renunciamos ao gozo ou gozamos à vontade. Trazendo para o contexto da entidade pesquisada como isso se dá?

Neste capítulo pretendemos iniciar com uma breve apresentação do *Cogito* cartesiano, para situar o postulado do psicanalista francês, Jacques Lacan, de que o sujeito sobre o qual a psicanálise opera é o sujeito da ciência. Na sequência, iremos apresentar a aproximação do termo cunhado por Karl Marx “mais-valia” com o termo desenvolvido por Jacques Lacan “mais-de-gozar”, para situar o “mal-estar” na civilização, localizando o “mais de trabalho”. Recorremos ao psicanalista francês Jacques-Alain Miller para elucidar o que teria ocorrido com a sociedade moderna desde a entrada em cena da “metáfora da indústria” e o “mais-de-gozar” assumindo o lugar dominante no discurso, elevando o objeto *a* ao ponto máximo da civilização pós-moderna. Na leitura da sociedade hipermoderna, marcada pelo gozo ilimitado, a psicanalista brasileira Tania Coelho dos Santos apresenta o “novo capitalismo” marcado pela “moral” sadiana do gozo sem limites e do “É proibido proibir!”. Neste sentido, outra psicanalista brasileira, Fernanda Costa-Moura, nos apresenta a “Lei de Gérson”, o gozo cínico de “levar vantagem em tudo” e o mais-de-gozar, na sociedade do “vale tudo!”. O pensamento do psicanalista Joel Birman é trazido com a finalidade de mostrar sua leitura da contemporaneidade, quando este se questiona se estaríamos caminhando para o “homem sem qualidades” e que acentuaríamos cada vez mais a pulsão de morte em nossa sociedade. E, ainda, temos como objetivo elucidar se é possível, na atual sociedade hipermoderna, afirmar que estamos todos “desbussolados” em decorrência do “declínio” ou do “desmentido” no Nome-do-Pai. E, ainda, se podemos afirmar que o Mercado é o grande Outro da sociedade hipermoderna. Para abordar o que se passa hoje no trabalho nas organizações, traremos as contribuições de autores como Georges Canguilhem e de outro psicanalista brasileiro,

Antônio Teixeira, além de outros psicanalistas já citados, para contextualizar a “normatividade” em relação às flutuações do meio. E, por último, uma leitura das contribuições do pensamento do filósofo Slavoj Žižek sobre os efeitos do “novo capitalismo” junto aos trabalhadores e não trabalhadores.

## 4.1. Modernidade

### 4.1.1. O advento da ciência e o sujeito da psicanálise

Para Pessanha (1999), na apresentação da obra de René Descartes (1641/1999), o século XVI foi marcado por profundas transformações na visão de mundo do homem ocidental, com adventos que abalaram as verdades absolutas, e com o enriquecimento da argumentação do ceticismo. Podemos destacar a revolução científica com a matematização da realidade; Copérnico, com o abalo das certezas do teocentrismo; o homem no lugar central da verdade; e a ruptura com a Igreja. Neste cenário, a investigação filosófica terá duas grandes orientações, principais vertentes do pensamento moderno: a perspectiva empirista proposta por Francis Bacon (1561-1626), preconizando uma ciência sustentada na observação e na experimentação, e Descartes (1596-1650), ao inaugurar o racionalismo moderno, buscando na razão dos recursos das matemáticas a recuperação da certeza científica.

Descartes (1641/1999), no esforço de fundamentar-se na certeza científica, amplia a dúvida ao máximo – duvida até mesmo das ideias claras e distintas admitidas como evidentes. Faz uso da primeira pessoa e da liberdade para colocar tudo em dúvida, seu projeto é levar a certeza das ciências exatas para a filosofia. No projeto de dúvida radical e crescente, dúvida “hiperbólica”, usa o artifício “uma vez que me engano” como se o duvidoso fosse dizer falso até dizer sobre a verdade. Na dúvida, extrai um núcleo de certeza crescente à medida que ela se radicaliza com o indubitável: “*Se duvido, penso*”. Quanto mais se duvide mais se repete, reforçando a experiência. Assim, da máxima incerteza desponta uma primeira certeza – se duvido, penso – certeza a respeito da própria subjetividade, levando à dinâmica dos termos dispostos racionalmente, como as progressões matemáticas, à proposição do *Cogito*: “Penso, logo existo” (*Cogito ergo sum*). Toda a existência do eu está absolutamente atrelada ao pensamento e a única certeza do *Cogito* é a existência do eu como ser pensante.

Toda essa tradição de Descartes, a desconstrução do mundo antigo, é o que marca o Renascimento e o aparecimento da dúvida. No Renascimento, a importância da filosofia cética é retomada. O ceticismo antigo vai ser retomado pelos renascentistas, inclusive com os compatriotas de Descartes, como Montaigne. O mundo do ponto de vista social começa a se



decompor e as pessoas não têm mais certezas de nada. Surgem pensadores céticos, autores e pintores descritos pictoriamente, imagens de decomposição, uma falta de certeza quanto ao início e ao fim do mundo. Face à disseminação da filosofia cética, Descartes tenta recriar uma metafísica moderna centrada na certeza do pensar e do existir. A metafísica moderna é centrada no sujeito, o critério de pensar qualquer coisa. Daí a importância teórica de Descartes: diante da ameaça da filosofia cética, ele traz uma proposta centrada no sujeito, na razão e no pensamento. A estratégia em jogo, na solução de Descartes, acaba criando a polarização da razão: razão e desrazão.

Segundo Birman (2010), o *Cogito* cartesiano anunciou a ciência moderna e a divisão subjetiva em razão e desrazão. Este momento está atrelado ao nascimento da psicanálise. O sujeito da experiência analítica é correlato ao da ciência moderna, e tem como referência o corte historicamente produzido pela física galileana, que desaloja o homem do lugar que lhe era atribuído na criação do mundo, e pelo *Cogito* de Descartes, com a criação do sujeito “sem qualidades”. O discurso de Descartes foi determinante para pensar o discurso da ciência. Descartes era filósofo, pensou no advento da ciência moderna a partir do real da ciência. Partindo-se do *Cogito* cartesiano, espaço qualitativo e finito, para o espaço infinito, campo de experimentação de um quadro hipotético dedutivo e matematizado para descrever o campo do universo. A emergência histórica do discurso da ciência provocou uma *Spaltung* (divisão). De um lado, uma ciência sem sujeito e, de outro, a tese de Lacan irá restaurar o sujeito que foi excluído da ciência. A ciência provoca a divisão e exclui o sujeito, pela *démarche* de quantificação, da fórmula, e isso será resgatado no século XIX pela psicanálise. Lacan reconhece que o campo psicanalítico está claramente implicado no discurso da ciência. A referência ao princípio de realidade é orientada pelo discurso da ciência – o que entendemos por realidade está demarcado pelo discurso da ciência. A emergência do discurso da ciência, uma leitura calculável e quantificável, uma referência ao saber, um objeto corolário do saber científico vai produzir uma *Spaltung* e provocar o resíduo que irá produzir uma série de discursos: metodológico, religioso, psicanalítico.

Milner (1996), orientado pelos teoremas de Kojève e Koyré, apresenta o corte efetuado entre o mundo antigo e o moderno, corte originário do cristianismo e matematizado na ciência galileana, cortes sincrônicos aos lemas apontados por Lacan na apresentação da ciência moderna. A teoria da ciência é originária de Koyré e Kojève. A interpretação de Descartes é baseada em Koyré e o *Cogito* é dependente de Gueroult. Mas a hipótese do sujeito da ciência e a interpretação de Freud são articulações de Lacan, portanto, devemos atribuir a

esse último um verdadeiro *doutrinal da ciência*, ou seja, a conjunção de proposições sobre a ciência e o sujeito.

Lacan (1965-66/1998) retoma a concepção do ser no *Cogito* cartesiano, e apresenta sua formulação: *penso: “logo existo”* – as aspas na segunda oração destacam que “o pensamento só funda o ser ao se vincular à fala, onde toda operação toca na essência da linguagem” (p. 879). Para Lacan, o que foi inaugurado por Descartes foi o *Cogito* e esse momento é correlato a um rechaço de todo saber. No entanto, pretende fundar o sujeito ancorado no ser e afirmar que a psicanálise constitui-se no sujeito da ciência. O sujeito da psicanálise é o sujeito da ciência, o *status* do sujeito na psicanálise é uma estrutura de fenda, *Spaltung*, divisão fundada pela ciência no sentido moderno. Divisão experimentada pelo sujeito entre o saber e a verdade, posição lógica elaborada pelo estruturalismo do sujeito tomado numa divisão constitutiva. Nenhuma linguagem pode dizer o verdadeiro sobre o verdadeiro, essa falta do verdadeiro sobre o verdadeiro é o lugar da *Uverdrängung* (recalque originário). A incidência da verdade como causa. É nesse aspecto que a psicanálise qualifica sua originalidade em relação à ciência. É no lugar da verdade como causa, é nesse ponto que a ciência deveria ser interrogada, no que ela “não quer-saber-nada” (LACAN, 1965-66/1998, p. 889). A causa material da psicanálise é a incidência do significante, significante este definido pela psicanálise como distinto da significação.

De acordo com Teixeira (2006), a concepção de Descartes de um Universo infinito ou indefinido, povoado por fatos contingentes, ou seja, sem a escala de valores entre seus elementos e de leis bem precisas, marcou a era da ciência moderna e criou *condições de possibilidades* para a experiência da psicanálise. Pode-se, assim, esclarecer o surgimento da psicanálise a partir da existência da ciência moderna, pelo fato de a noção do sujeito dispensar as qualidades empíricas ou práticas da consciência, da alma e do eu. A técnica da psicanálise da associação livre se aproxima da contingência presente na construção do pensamento científico, quando requer do paciente a suspensão de todo julgamento de valor. Devemos à Lacan a incursão da linguística na psicanálise, a primazia do significante e a concepção do sujeito a partir de operadores contingentes. Pode-se dizer que o fator de contingência, ao longo da elaboração psicanalítica, permitiu-lhe assentar o discurso da psicanálise em três eixos norteadores: o simbólico, o imaginário e o real.

Para Birman (2010), se Lacan pode ir mais além de Descartes, isto se deu por ter seguido os passos do inventor da psicanálise, Freud, ao desvendar a loucura como estrutura de linguagem. Pode-se dizer que a psicanálise descreve uma forma de subjetivação a partir da ciência moderna. Freud inventa a psicanálise como prática do inconsciente, no século XIX,

rompendo com o cientificismo de sua época e as funções do pensamento matematicamente determinadas pela termodinâmica. O inconsciente, essa via aberta por Freud, só tem sentido em sua concepção de estruturado como linguagem. Uma vez que a verdade se funda no fato de o sujeito falar e não dispor de outro meio para fazê-lo. Freud soube deixar que a verdade falasse. A verdade como causa do inconsciente para dizer que o sujeito do inconsciente é reconhecido pela sua divisão constitutiva.

Para Coelho dos Santos (2001), Lacan sistematiza a teoria do sujeito do inconsciente como efeito da exclusão existente entre o ser e o pensamento, a partir da fórmula cartesiana. A fórmula proposta por Descartes, “Penso, logo sou”, é rigorosamente semelhante à formulação da frase na negativa: “Não penso, logo não sou”, e, a partir da leitura de Lacan do *Cogito* cartesiano, podemos deduzir a seguinte estrutura: “Penso onde não sou e sou onde não penso”. “Essa relação de exclusão entre o ser e o pensamento é o fundamento do desejo como desejo inconsciente. O desejo é inconsciente porque é um desejo que, por razões de estrutura, não pode tomar a si próprio como objeto” (COELHO DOS SANTOS, 2001, p.139). Tal afirmativa é esclarecida com a definição de sujeito: “O sujeito, de acordo com Lacan, é sujeito do significante porque: ‘um significante não pode significar a si mesmo’” (COELHO DOS SANTOS, 2001, p.139). Isso quer dizer que o sentido, o significado, está na dependência da significação que se dá na própria articulação entre os significantes. E é em decorrência da estrutura significante que o sujeito não coincide consigo mesmo. Isso produz um efeito de equivocação de sentido. Razão pela qual a prática da psicanálise está assentada sobre a experiência do inconsciente e revela que esse equívoco é da ordem do real, isto é, que o saber será sempre barrado quanto ao ser do sujeito. Se o dispositivo analítico funda-se no discurso do mestre, ou melhor, no discurso da ciência, convidando o analisando a regra fundamental da psicanálise de “dizer tudo”, esta redução do ser ao saber, entretanto, será substituída pelo propósito de destituir esse lugar de mestria de “suposto saber” e revelar a impossibilidade da verdade sobre o ser. A promoção da verdade como ficção, é para marcar que essa verdade é sempre particular, já que é próprio do discurso analítico provocar a divisão do sujeito, o equívoco.

Para Milner (1996), a equação formulada por Lacan (1965-66/1998) de que o sujeito que a psicanálise opera é o sujeito da ciência equivale a três afirmativas: primeiro, que a psicanálise opera com um conceito de sujeito; segundo, que há um sujeito da ciência, e, terceiro, estes dois sujeitos constituem um mesmo sujeito.

A psicanálise é definida por Lacan (1965-66/1998) como uma práxis, e o sujeito da psicanálise é o sujeito da ciência. Para o autor, dizer que a psicanálise opera com o sujeito da

ciência talvez passe por um paradoxo, porém argumenta que somos sempre responsáveis sobre nossa posição de sujeito (p.873). É do lado da lógica que Lacan situa os indícios de refração da teoria e o sujeito da ciência (p.875), sujeito esse que está em uma exclusão interna ao seu objeto. O objeto da psicanálise não é outro, senão o objeto *a*, objeto que deve ser inserido na divisão do sujeito, divisão essa entre a verdade e o saber (p.873). Se o campo da psicanálise é o científico é exatamente pelo fato de sua práxis implicar o sujeito da ciência.

A formulação de Lacan (1974/2005) de que a psicanálise surgiu num momento histórico correlativo ao discurso da ciência moderna, quer dizer que o sujeito da experiência analítica é o sujeito estruturado pelo discurso da ciência moderna.

Para Coelho dos Santos (2012), o advento da modernidade é a consequência do império da razão científica. O gozo puro e simples da vida, do tempo que passa, das fases que se sucedem é substituído pelo investimento no futuro, a busca pelo progresso e o combate da escassez. Freud percebeu essa mudança no campo da subjetividade. E a isso denominou “recalcamento da sexualidade” – incluindo aí o avanço da monogamia e o controle da natalidade. Para a autora, Jacques Lacan (1969-70) inverte uma tese clássica do conhecido trabalho de Freud (1930), *O mal-estar na civilização*, e diz: à medida que a civilização avança, aumentam os efeitos de recalcamento da sexualidade. As relações entre civilização e sexualidade, na modernidade, não produzem apenas efeitos negativos sobre o corpo e o prazer. A entrada do trabalho, na dimensão do mercado, como Marx já havia esclarecido, engendra a extração de uma nova modalidade de fruição: o lucro, a *mais-valia*. Se para o homem antigo o nome do impossível era a morte, para o homem moderno, o nome do impossível é o gozo, a lógica é da produção de um excesso, um gozo-a-mais, mais-valia. Em lugar da produção, hoje visamos maximizar o consumo. O discurso do capitalismo, em sua dimensão global, anuncia que tudo é possível, portanto, desde a intensificação dos processos de globalização da economia e da informação, nada mais é impossível. Nessa lógica do “discurso capitalista”, o gozo é ilimitado, é sempre possível. Houve uma expansão ilimitada do consumo e uma inversão da relação entre oferta e procura: agora, a oferta é que engendra a demanda. Enquanto sujeito ao discurso do capitalismo, o desejo do homem é produzido no mercado, que lhe diz o que desejar, produzindo suas necessidades e levando-o a *consumir até consumir-se a si mesmo*.

Coelho dos Santos (2008a) reforça a formulação de Lacan, feita no artigo “A ciência e a verdade” (1965-66, p. 855-878), ao afirmar que compete à psicanálise reintroduzir na consideração científica o Nome-do-Pai. Isso quer dizer que diante do declínio da autoridade simbólica na cultura, ao invés de buscarmos o ideal paterno, o pai idealizado, devemos nos

orientar, preferencialmente, “dos efeitos do complexo de castração, da diferença sexual e da dissimetria essencial entre a modalidade de gozo feminino e masculino” (Coelho dos Santos, 2008a, p. 59). Eis as contribuições da autora acerca do discurso da ciência e suas repercussões na avaliação dos sintomas:

O advento do discurso da ciência, apoiado na assunção de que todos os homens nascem livres e iguais, vem desenvolvendo uma concepção de ciência baseada em evidências estatísticas que impõem várias modalidades de avaliação dos indivíduos de acordo com um padrão, ou um tipo de homem/mulher médio. O efeito dessa nova mentalidade avaliadora e homogeneizante é o de nos levar a presumir que existe um homem/mulher sem qualidades, o que desembocou na psicopatologia *prêt à porter* do DSM-IV.

No lugar da fina psicopatologia clássica, herdada da psiquiatria e desenvolvida pela psicanálise, temos uma nova literatura científica que se refere a sintomas que nos parecem ilegíveis, porque nascem com essa forma de recusa do inconsciente e da singularidade do sujeito. (MILLER, nov.2005-abr.2006) (COELHO DOS SANTOS, 2008a, p.58)

Lacan, em *A ciência e a verdade* (LACAN, 1965-66, p.873), *apud* Coelho dos Santos (2016), retoma o cogito cartesiano, elaborado por Descartes (1641/1988), em suas *Meditações Metafísicas*, expresso na fórmula: “*Cogito, ergo sum* (penso, logo existo)”, implicaria na dedução do sujeito da ciência decorrente do pensamento. Portanto, o nascimento histórico do sujeito do inconsciente coincidiria com o advento da modernidade, já que esse é o próprio sujeito da ciência. E a existência da ciência é a condição de possibilidade da psicanálise, ainda que essa última não tenha o estatuto de ciência. Lacan também teria definido a ciência e a psicanálise como discursos, já que ambos pressupõem o primado lógico de um real impossível. Tal abordagem colocaria o discurso como um artifício da razão, a saber, criado a partir do ponto vazio de sentido diante do universo infinito da ciência. Um discurso não se definiria pela verdade ou falsidade do ponto de partida, mas pelas suas consequências. O ponto de partida seria sempre arbitrário e, para que seja considerado científico, requer a inauguração de uma série. O campo do discurso analítico seria fundado num ato de fé na lógica e o inconsciente seria uma verdade que se manifesta na estrutura de ficção, de sonho, do fantasma e do ato falho. O sujeito da psicanálise e o sujeito da ciência são, para Lacan (1968-69/2006, p.35), *apud* Coelho dos Santos (2016), um “sujeito sem qualidades”, em referência aos “objetos sem qualidades” do surgimento do discurso da lógica matemática. A psicanálise se definiria, então, pela ênfase ao que não funciona, ao que escapa à formalização, ou seja, à verdade do sujeito.

Segundo Coelho dos Santos (2016), quando Lacan retomou a fórmula do cogito, para redefini-la em termos da linguística e do sujeito barrado, o sujeito foi definido por um

significante (S<sub>1</sub>) que o representa para outro significante (S<sub>2</sub>), com efeito retroativo do sentido. O corpo seria mortificado pelo efeito da primazia do significante-mestre, o Nome-do-Pai. Mas é neste intervalo entre um sentido e a significação, entre um significante e outro, que surgiria a hipótese de existência de Deus, isto é, do Nome-do-Pai, como artifício para suprimir a falha. A significação inconsciente exigiria decifração, posto que, a verdade do desejo estaria submetida à operação do recalque. O S<sub>2</sub>, o saber, é o termo opaco, no qual o sujeito se apaga no recalque primário, enigma, que o levaria ao movimento de repetição da mesma rata “o saber não se sabe”, ou “furo no saber”, que funciona como “causa material” da relação do sujeito com o Outro. O sujeito, então, teria sua origem no núcleo primordial excluído que o recalque vem duplicar, constituindo-se como enigma. Falha essa que leva o sujeito a se perguntar sobre o que isso quer dizer.

Segundo Viganò (2010), se a ciência contemporânea constrói evidências com valor de certeza, porém a psicanálise lacaniana se move com uma diferença, isto é, ela não se dispõe a encobrir, com valor universal, as certezas que colhe e “assume a falha no seu centro e transforma a noção de êxito. É um modo de estabelecer uma relação com o real, com a insistência do impossível, pelo qual o fracasso torna-se somente um modo não subjetivado do sucesso” (p. 477).

#### 4.1.2. Da mais-valia ao mais-de-gozar

Milner (2006) nos lembra que as grandes doutrinas materialistas, todas, sem exceção, colocaram um a-mais que excedia qualquer forma de contrato. Esse a-mais excede qualquer forma de avaliação e, também, qualquer forma de problema-solução. Isso nos remete, segundo ele, ao extraordinário capítulo seis do livro I de *O capital* de Marx:

Marx expõe o encontro daquele que só tem sua força de trabalho para vender e daquele que vai comprar essa força de trabalho. Esse mundo de troca, diz ele, tem por divisa: *Liberdade, Igualdade, Bentham*. *Liberdade*, porque aquele que só tem uma força de trabalho para vender é livre para vendê-la ou não. *Igualdade*, já que um tem algo a vender e o outro ter o dinheiro para comprar. *Bentham*, posto que ambos concorrem à utilidade social máxima. Todo o livro I do *Capital* consiste em demonstrar que, em relação a esse contrato, há um a-mais que se chama mais-valia. Não um valor a mais, mas um mais-de-valor [*plus-de-valeur*], para retomar a tradução que Lacan propunha. Quer dizer, um excesso que resiste a qualquer substituição calculável entre força de trabalho e salário. (MILNER, 2006, p. 10)

De acordo com Milner (2006), o a-mais dos materialistas tem um nome – o insubstituível. E, em Lacan, o insubstituível, construído de forma lógica, é o objeto pequeno *a*. E, para Miller (2006), na atualidade, a era da técnica se encarna essencialmente pela

multiplicação dos objetos, pelos *gadgets*, e sua incidência na vida cotidiana. Presenciamos um Estado que se inscreve como “um todo limitado e um Estado que se deixa absorver pela falta de limites da sociedade” (p.13). No estudo da era tecnicista existe um fio condutor a ser perseguido, que se iniciou com Marx, *O Capital*, e Freud, *O Mal-estar na civilização*, até chegarmos a Lacan com a forma lógica do objeto pequeno *a*.

De acordo com o próprio Lacan (1968-69/2008), a novidade trazida no Seminário, livro 16, *De um Outro ao outro*, foi o substantivo *Mehrlust*, mais-de-gozar, análogo ao *Mehrwert* [*mais-valia*], no entanto, de antemão, esclarece que os discursos de Freud e de Marx não se desenvolveram no mesmo campo.

O sujeito, para Lacan (1968-69/2008), é aquilo que pode advir da representação de um significante para outro significante. E é em torno da fantasia que Lacan irá articular o que acontece na produção de *a*. A relação do sujeito com o objeto ganha consistência na fórmula: ( $\$ \leftrightarrow a$ ), o que se produz não é nem do sujeito e nem do objeto, mas, sim da fantasia. Isso permite que, a partir daí outros significantes se encadeiem, se articulem e, ao mesmo tempo, se cristalizem no efeito de significação. É neste efeito metonímico que se consolida o sujeito.

Lacan (1968-69/2008) situa a função essencial do objeto *a*, a partir de um nível “homológico” em Marx. Marx, para abordar o que é o objeto do capital, partiu da função do mercado, e a novidade foi situar o trabalho nesse mercado, mas isso lhe permitiu demonstrar o que há de inaugural em seu discurso, isto é, a *mais-valia*. Tal como o trabalho não era novo para produzir mercadoria, a renúncia ao gozo e sua relação com o trabalho também não era nova. Porém, o ineditismo de Marx com a função da mais-valia e aquilo que ele, Lacan, a fez evidenciar com a definição da função do mais-de-gozar [*plus-de-jouir*], sendo essa última essência do discurso analítico (p.17).

Segundo Lacan (1968-69/2008), a função de mais-de-gozar surge em decorrência do discurso e demonstra que a renúncia ao gozo é um efeito do próprio discurso, para isso é preciso supor que no campo do Outro exista o mercado, totalizando os méritos, os valores e garantindo a organização das escolhas, das preferências. É em torno deste mais-de-gozar que gira a produção de um objeto essencial – o objeto *a*. O mais-de-gozar é uma função que implica renúncia ao gozo sob o efeito do discurso, dando lugar ao objeto *a*. A partir do momento em que o mercado definiu como mercadoria qualquer objeto fruto do trabalho humano, esse objeto porta em si algo da *mais-valia*. O mais-de-gozar permite isolar a função do objeto *a*. O sujeito é aquele que se produz sobre uma perda, propriamente chamada de objeto *a*, ou isso que Freud designou concernente à repetição, mas nada pode se produzir aí sem que um objeto seja perdido (p.21).

Lacan (1968-69/2008) se questiona se a definição de perda não será calcada no fato que Marx decifrou, isto é, a realidade econômica, do sujeito do valor de troca que é representando perante o valor de uso, e entende que foi nessa brecha que surgiu a *mais-valia*. O que importa é essa perda, a partir daí o sujeito já não é idêntico a si mesmo, e o sujeito já não goza mais. Essa perda de alguma coisa é denominada do *mais-de-gozar*. No início do funcionamento do organismo o objeto pode assumir imagens das entidades evanescentes desde o seio, a evacuação, a voz e o olhar. Essas são uma das tantas fabricações do discurso da renúncia ao gozo, e é em torno delas que pode produzir-se o *mais-de-gozar*. O *mais-de-gozar* é correlato à entrada em jogo do que determina o pensamento.

Lacan (1968-69/2008), então, diferencia o gozo do *mais-de-gozar*. O gozo constitui a “substância” de tudo o que falamos em psicanálise, é o gozo que nos permite introduzir a função propriamente estrutural do que é o *mais-de-gozar*. O *mais-de-gozar* apareceu, em seus últimos discursos, numa função de homologia em relação à *mais-valia* marxista, homologia porque a relação entre eles não é de analogia, mas a relação entre eles se dá em torno da função do objeto *a* (p.45). Há uma identidade entre a função da *mais-valia* e a do objeto *a*. Para Lacan, o objeto *a*, em certo sentido, foi uma invenção sua, assim como a *mais-valia* é uma invenção de Marx. Esse objeto *a* é um efeito do discurso analítico e pode ser compatível com a questão que Lacan formula a propósito da função do analista. Só existe discurso analítico e a revelação da função do objeto *a* quando o analista existe como o efeito deste. No discurso analítico se trata de dar plena presença à função do sujeito e centrarmos no que perpetuamente falha. A escrita de S ( $\bar{A}$ ), significante do A maiúsculo barrado, é para indicar essa falta, falta no significante.

Para Lacan (1968-69/2008), são os meios de produção fabricam coisas que enganam o *mais-de-gozar*, mas estas estão longe de preencher o campo do gozo e nem em condições de repor o que se perde em função do Outro barrado. Desde a elaboração de Freud, o gozo conduz a uma diminuição do princípio do prazer a mais baixa tensão necessária a essa manutenção, mas é também possível cair abaixo dele, movimento este que tende para a morte, conhecido como *mais além* do princípio do prazer. Enfim, a função do gozo é, essencialmente, uma relação com o corpo, porém esta não é qualquer relação.

Lacan (1968-69/2008) nos traz, então, a seguinte definição do capitalismo:

O capitalismo serve para alguma coisa, justamente, e não deveríamos esquecer disso. São as coisas que ele faz que não servem para nada. Mas essa é uma outra questão, muito diferente. É justamente o problema dele. Enfim, aquilo em que ele se apoia, e que é uma grande força, deveria esclarecer-se por isso. (LACAN, 1968-69, 2008, p.232)



O capitalismo alterou por completo os hábitos do poder. Talvez eles tenham-se tornado mais abusivos, mas, enfim, modificaram-se. O capitalismo introduziu algo que nunca se vira, isso que é chamado de poder liberal. (LACAN, 1968-69, 2008, p.232)

O capitalismo reinante está estreitamente vinculado à ascensão da função da ciência, mas o poder advindo com o aparelhamento da ciência tem atrapalhado, porque excede sua capacidade de controle. Diante disto, a questão posta por Lacan (1968-69/2008) é saber o que fazer em relação a este fenômeno, porque, para ele, não é no nível dos processos agitadores que se pode tratar ou produzir uma guinada decisiva na ordem das coisas estabelecidas. Pois, os efeitos através da reforma tendem a se agravar cada vez mais. Há que se considerar que o poder capitalista é um poder singular e cuja novidade requer uma guerra a cada vinte anos (p.235).

Neste contexto do capitalismo, o que é o trabalho humano? Segundo Lacan (1968-69/2008): “Desde o momento em que o mercado define como mercadoria um objeto qualquer do trabalho humano, esse objeto carrega em si algo da mais-valia” (p.19). O trabalho é esse que “[...] tem como motor uma função que é correlata à do mais-de-gozar, e que é a do mercado” (p.22-23). Foi da absolutização do mercado que surgiu a mais-valia, e chegou ao ponto de englobar o próprio trabalho, e a mais-valia foi definida como:

Remuneramos o trabalho com dinheiro, uma vez que estamos no mercado. Pagamos seu preço verdadeiro, tal como a função do valor de troca o define no mercado. No entanto, existe um valor não remunerado naquilo que aparece como fruto do trabalho, porque o preço verdadeiro desse fruto está em seu valor de uso. Esse trabalho não remunerado, embora pago de maneira justa em relação à consistência do mercado no funcionamento do sujeito capitalista é a mais-valia. (LACAN, 1968-69, 2008, p.37)

A mais-valia, portanto, é o fruto dos meios de articulação que constituem o discurso capitalista. É o que resulta da lógica capitalista. (LACAN, 1968-69, 2008, p.37)

A teoria marxista também enunciou que a verdade do capitalismo é o proletariado. E qual foi a definição do proletariado proposta por Lacan (1968-69/2008)?

Proletariado, quer dizer isso? Quer dizer que o trabalho é radicalizado no nível da mercadoria pura e simples, o que significa que isso reduz ao mesmo nível o próprio trabalhador. Só que, a partir do momento em que o trabalhador, em virtude da teoria, aprende a se saber como tal, podemos dizer que, com esse passo, ele encontra os caminhos de um estatuto – chamem isso como quiserem – de cientista. Ele já não é proletário na *sich* [em si], por assim dizer, já não é pura simples verdade, mas é *fur sich* [para si], é aquilo a que se chama consciência de classe. E, ao mesmo tempo, pode até se tornar a consciência de classe do partido em que nunca se diz a verdade. (LACAN, 1968-69/2008, p.169-170)

Retomamos, aqui, neste contexto, a definição de Lacan (1968-69/2008) de greve como uma espécie de relação unindo o coletivo ao trabalho, aliás, para ele, a única. “Na greve, a verdade coletiva do trabalho se manifesta”. (p.42)

Lacan (1968-69/2008) distingue o saber do trabalho. O saber não é o trabalho, às vezes podem se equivaler, mas o saber também pode existir sem o trabalho. O saber é o que designamos como valor, esse valor às vezes se encarna no dinheiro, portanto, o saber também vale dinheiro, e cada vez mais... O que significa esse valor? É valor da renúncia ao gozo. Porque é pela renúncia ao gozo que podemos saber um pouquinho, mesmo que não haja necessidade de trabalho. Pois, não é pelo fato de o trabalho implicar renúncia ao gozo que toda renúncia ao gozo está relacionada ao trabalho (p.39). “O saber não tem nada a ver com o trabalho” (p.39), mas para que isso fique claro é preciso que haja mercado, isto é, um mercado do saber. “É preciso que o saber se torne uma mercadoria” (p.39). O mal-estar da civilização é um mais-de-gozar obtido através da renúncia ao gozo. Não há nenhuma possibilidade, por ora, de se deter o mercado do saber. Na visão de Lacan, esse “papelzinho” é a unidade de valor que o saber se transformará cada vez mais nesse mercado chamado universidade. Nesse sentido, a realidade capitalista se dá muito bem com a ciência, e isso pode continuar a funcionar ainda por um bom tempo.

#### **4.1.2.1. A pulsão: gozo e mais-de-gozar**

A dialética do prazer, ou seja, o nível de estimulação de um tempo buscado e evitado implica a centralidade de uma zona “proibida” porque nela o prazer é intenso demais, e é nessa centralidade que Lacan (1968-69/2008) designa o campo do gozo. Gozo definido como tudo que decorre da distribuição do prazer no corpo (p.218). As pulsões vêm do horizonte da sexualidade e elas comportam uma satisfação sexual, mas o gozo delas está ligado à sexualidade. “Numa palavra, a pulsão, por si só, designa a conjunção da lógica com a corporeidade” (LACAN, 1968-69/2008, p.223).

A sublimação liga-se, assim, essencialmente ao destino, ao avatar, à “*Schicksal* das pulsões”. É o quarto dos destinos enunciados por Freud no artigo intitulado “*Triebe und Tribsshicksal*” (“*A pulsão e suas vicissitudes*”). E Lacan retoma a definição freudiana de como a pulsão encontra caminhos para se satisfazer:

[...] Pois Freud a situa para nós como uma montagem – formulação que sempre apontei como essencial na pulsão – de quatro termos, os seguintes: a fonte, o impulso, *Drang*, o objeto, *Objekt*, e o alvo ou objetivo, *Ziel*. É este alvo que está em

questão hoje, precisamente porque, na sublimação, a pulsão fica inibida quanto ao objetivo, elide o objetivo sexual. (LACAN, 1968-69/2008, p.215)

Lacan (1968-69/2008) lembra que sublimação está com a pulsão, pulsão que Freud qualifica de *zielgehemmt* – desviada de seu objetivo (p.209). Na sublimação as obras que adquirem um *valor social* são aquelas que apreciamos e são produzidas pelos autores, como Freud acentua, à custa de sua satisfação sexual, mas isso não é suficiente para dar o alcance que Freud anunciou. No sujeito neurótico o saber é o gozo do sujeito suposto saber e, por isso, ele é incapaz de sublimação, já que a sublimação é própria daquele sujeito capaz de contornar aquilo a que se reduz o sujeito suposto saber. Nesse sentido o autor pode afirmar: “Toda criação artística situa-se nesta demarcação do que resta de irreduzível no saber como distinto do gozo” (LACAN, 1968-69/2008). Ele, novamente, nos esclarece que o enunciado do mais-de-gozar é diferente do gozo. “O mais-de-gozar é aquilo que corresponde não ao gozo, mas à perda do gozo, na medida em que dele surge o que se torna a causa conjunta do desejo de saber e da animação, que recentemente qualifiquei de feroz, que provém do mais-de-gozar” (p.114). O gozo masoquista é a forma mais característica e mais sutil da função causa-do-desejo. Nesse gozo o sujeito assume analogicamente a posição de perda, de resto, representada pelo nível mais-de-gozar. Basta estar atento ao que ocorre em nossa época para saber que há um gozo na reposição da função da voz no Outro e que se acentua quanto menos este Outro for valorizável e menos autoridade ele tiver. O masoquista age no nível do Outro e da reposição nele da voz como suplemento, mesmo com uma certa derrisão do sujeito. Com o sádico acontece da seguinte forma, embora ele tente completar o Outro, roubando-lhe a fala e lhe impondo sua voz, isso em geral fracassa, basta lembrarmos a obra de Sade, na qual é impossível eliminar a dimensão da voz, seja ela na fala, na discussão, no debate (p.250). O sádico é o instrumento do suplemento dado ao Outro, suplemento que o Outro não quer, entretanto, ainda assim obedece. E, na perversão, é o próprio sujeito que toma o cuidado de suprir a falha no Outro (p.257).

#### **4.1.3. A máxima sadeana**

Segundo Lacan (1968-69/2008) a máxima sadeana propõe ao gozo sua regra à maneira kantiana de afirmar como regra universal: “Tenho o direito de gozar de teu corpo, pode dizer-me qualquer um, e exercerei esse direito, sem que nenhum limite me detenha no capricho das extorsões que dê gosto de nele saciar” (p.780) De acordo com ensino de Coelho-dos-Santos (1999), o esforço do texto de Lacan *Kant com Sade* é uma forma de esclarecer Kant em, *A crítica da razão prática*, introduzindo a formalização de Sade em, *Filosofia da alcova*. As

obras teriam sido marcadas por uma diferença de oito anos de publicação e, neste intervalo, teria ocorrido a Revolução Francesa. O que Lacan extrai da ética de Kant, o chamado imperativo categórico, é que ele implica num gozo, mas se apresenta como verdade.

De acordo com Miller (1999): “Kant com Sade” é uma fórmula lacaniana.

Lacan formula o ‘imperativo sadiano’ que é o direito de cada um gozar do corpo do outro sem sua permissão e até o limite que quiser. [...] Como há o direito à liberdade, há o direito ao gozo”. (MILLER, 1999, p.173-174)

E, Lacan chama isso [...] de ‘o paradoxo sadiano’ porque, o limite do seu capricho no uso do corpo do outro é morrer. (MILLER, 1999, p.174)

Neste sentido, seria difícil pensar uma sociedade com essa lei. “O perverso demonstra de uma maneira aberta a sua fantasia” (p.175). Analogamente a Sade, o perverso é aquele sujeito que demonstra de uma maneira ou outra a sua fantasia, uma fantasia que se realiza, um sujeito que não pensa, mas faz, e isso permite abrir uma dimensão para além do bem-estar. Foi nestes termos que Lacan pode afirmar que “Sade estava mais além da moralidade, mais além que o próprio Kant” (MILLER, 1999, p.177). Diferentemente de Sade, Kant é uma tentativa de fundar moralidades sobre o prazer, uma tentativa ética de criar uma universalidade na ação: “temos de atuar de tal maneira que a regra de sua ação pode ser tomada como máxima de cada um” (MILLER, 1999, p.180). Se Kant fundamentou sua teoria sobre a ideia de pré-ordem do homem e do bem-estar, em Freud, ao contrário, o pensamento é de um mais além do princípio do prazer.

A tese de Lacan, em *Kant com Sade, apud* Miller (1999), é que a partir de Sade, da fantasia sadiana, podemos chegar que há um objeto *a* que evidencia a contradição dos objetos da experiência de Kant, na ética kantiana sem objeto há sempre um objeto escondido. Então, é neste sentido que, com a ajuda de Sade, é possível ver o objeto escondido em Kant. “Sade nos dá a verdade do discurso de Kant” (MILLER, 1999, P.183). Na perversão existe a ideia de um objeto absoluto, e o fetichismo é a demonstração disso, do objeto escondido.

Toda esta discussão em torno de Kant e Sade são essenciais para pensarmos qual a moral que vigora na entidade pesquisada. Os sujeitos que ali trabalham dariam evidências do imperativo kantiano ou do sadiano?

Lacan, *apud* Coelho dos Santos (2016), formalizou que algo escaparia à estrutura significante, isto é, a dimensão do gozo. Com esse conceito de gozo, Lacan teria avançado de um grande Outro (A) ao pequeno outro (a), assim como teria redefinido o real a partir da equivalência entre o valor de “mais-de-gozar” do objeto *a* e conceito de lucro ou “mais-valia”

introduzido por Karl Marx. Lacan, *apud* Coelho dos Santos (2016), teria nos apresentado a dimensão do gozo, instituído como exterior absoluto ao campo do Outro como lugar da fala, apoiando-se na economia política e não somente na equivalência entre a teoria do significante e a termodinâmica freudiana. Para Coelho dos Santos (2016), no primeiro ensino de Lacan, o termo objeto *a* teria sido designado para transpor essa limitação do gozo, concebido inicialmente como um resíduo da Coisa (*das Ding*). Ele seria, ao mesmo tempo o mais íntimo ao Outro, pois é um furo deste, e, também, exterior ao conjunto desse grande Outro. No segundo ensino, Lacan teria avançado no deslizamento do sujeito, submetido ao recalque, para o ser falante que goza com o discurso, época da formalização dos quatro discursos, em seu Seminário, livro 17, *O Avesso da psicanálise*. O ser falante, incentivado pela regra fundamental do dispositivo analítico, deverá dizer tudo o que lhe venha à cabeça, sem nenhuma censura, submetendo-se ao imperativo do gozo com a fala. Portanto, de acordo com Coelho dos Santos (2016), quando o sujeito fala, ele goza, o ser falante não se definiria mais como desejo inconsciente, cifrado, mas, aquele, cujo gozo com a fala, será impossível recalcar.

Para Coelho dos Santos (1999), a modernidade, apresentada no Seminário, livro 17 de Lacan, expõe que a exploração do homem pelo homem pode ser vista sob a ótica da máxima democrática, isto é, “todo homem é livre e igual”, frase que constrange cada homem, e é uma das faces da exploração do trabalhador no modo de produção capitalista. Para a autora, a sociedade moderna rompeu com as obrigações feudais. Com a separação entre a Igreja e o Estado, criou-se uma nova ordem onde todos são livres e iguais, pretendia-se, assim, abolir a oposição senhores e escravos. A psicanálise ao operar sobre o discurso da ciência demonstra que a posição do objeto *a*, a posição do escravo, é ineliminável, e retorna à oposição capitalista *versus* trabalhador, valendo-se até mesmo do imperativo ético do “Tu deves...!” e suas consequências masoquistas. Os ideais paternos, segundo Coelho dos Santos (1999), já não fornecem nenhuma garantia de felicidade e o mercado é aquele que deseja, e o sujeito se torna desejado. Nesse sentido, podemos afirmar com a autora que, a verdade do capitalismo é sadearna.

Para melhor compreensão desta aproximação, Coelho-dos-Santos (1999), propõe, como caminho, pensar a própria afirmativa de Sade que se considera o advogado dos diretos da natureza. A autora lembra que uma filosofia da natureza é crucial para constituição do Estado Moderno, quando pensamos em natural estamos pensando em coisa viva, como elas são dadas. Porém, a ideia de natureza para os filósofos trata-se de trazer para a área do direito os mesmos princípios metodológicos da construção da física que é uma grande ciência

moderna. O cientista, no caso de Kant, na constituição de sua ética científica, postulou uma ética universal, não há interesse particular, mas trata-se de uma ética boa para todos. Nesse caso, o sujeito dessa ética é aquilo que é comum, universal, e diz respeito a todos os sujeitos. Retomando a afirmativa de Marx de que “o capitalismo é o retorno do judaísmo no seio do cristianismo” (Coelho dos Santos, 1999, p.110), retorno no sentido do interesse pessoal, egoísta de uma civilização que se ergue em nome do universal. É preciso compreender que da mesma forma que a ciência excluiu o sujeito da religião, a modernidade excluiu o interesse particular.

Coelho dos Santos (1999) está convencida de que é preciso pensar o moderno e o contemporâneo, esquema mínimo, para se pensar a clínica lacaniana. Se partirmos do sujeito da ciência como o que constituiu o sujeito do inconsciente não temos como dispensar as ferramentas do discurso dominante, isto é, o “discurso” do capitalismo, a saber, da moderna produção e do consumo como aquilo que opera e organiza a mentalidade dos sujeitos.

#### **4.1.4. Dos quatro discursos de Lacan ao “discurso capitalista”**

De acordo com Coelho dos Santos e Sant’Anna (2009), Lacan reduziu o sujeito, aparelhado como sintoma, a quatro modalidades discursivas, por meio da permutação de quatro notações:  $S_1$  (significante mestre),  $S_2$  (saber),  $\$$  (sujeito dividido pelo significante) e o objeto  $a$  (lucro, mais-valia, mais-de-gozar). Quatro lugares arranjados como um tetraedro. Dos quatro lugares, dois estão dispostos sobre a barra, na linha superior, como “agente” e o “saber”, e dois sob a barra, marcando o “trabalho” e a “produção”. Essas quatro notações mudam de lugares, no sentido horário, permitindo a emergência de quatro discursos: do *mestre*, do *universitário*, da *histórica* e do *analista* (p.123).

Lacan (1969-70/1992), em seu *seminário livro 17: O avesso da psicanálise*, o termo ‘discurso’ passou a designar os modos de estruturar o laço social. Essa estruturação do laço social se faz pela coordenação de quatro elementos:  $a$ ,  $\$$ ,  $S_1$ ,  $S_2$ , distribuídos em quatro posições que se mantêm nos quatro discursos: o lugar do agente ou semblante, o lugar do trabalho ou Outro, o lugar da produção e o lugar da verdade. Além das quatro formas discursivas, Lacan nos apresenta ‘A escrita do discurso do capitalista’, também chamado por ele de “discurso do mestre moderno”.

O discurso do mestre demonstra a ação da palavra, o  $S_1$ , com sua ação sobre o outro, deixando o sujeito assujeitado ao significante mestre:

$$\frac{S_1}{\$} \rightarrow \frac{S_2}{a}$$

No discurso do mestre, estruturado por Lacan, o objeto  $a$ , designa um “mais-gozar”, mais-gozar no lugar da produção, aqui entendida como Marx nos ensinou, isto é, como resultado do trabalho. E o  $S_1$  é o significante que ordena, significante mestre que intervém sobre  $S_2$ , sendo esse segundo o que condensa os outros significantes.

No discurso universitário o  $\$$  é o produto e o saber é o agente. O sujeito sofre os efeitos do saber, vetor no mal-estar na civilização com o qual ele não sabe o que fazer:

$$\frac{S_2}{S_1} \rightarrow \frac{a}{\$}$$

O discurso da histórica ( $\$$ ) dirige-se ao mestre ( $S_1$ ), e a histórica oferece seu sintoma como enigma para ser decifrado pelo saber do mestre, para melhor demonstrar a falha do outro:

$$\frac{\$}{a} \rightarrow \frac{S_1}{S_2}$$

O discurso do analista é aquele que se coloca no lugar de objeto  $a$ , causa do desejo que provoca a palavra. O  $S_2$ , o saber construído, está no lugar da verdade, saber suposto ao analista, mas também saber inconsciente do sujeito. O discurso do analista é único e não pretende dizer toda a verdade, já que a verdade só pode ser semidita. Verdade essa que se apresenta no modelo de um enigma, ou seja, se apresenta a nós em estado de pergunta (p.96).

$$\frac{a}{S_1} \rightarrow \frac{\$}{S_2}$$

Para Lacan (1969-70/1992), “o que está em questão no discurso como uma estrutura necessária, que ultrapassa em muito a palavra, sempre mais ou menos ocasional. O que prefiro, disse, e até proclamei um dia, é um discurso sem palavras” (p.11). Discurso que pode subsistir sem palavras, mas palavras que não podem se manter sem a linguagem. O instrumento da linguagem que permite instaurar certo número de relações, e no interior dessas se pode inscrever algo mais amplo que vai além das enunciações efetivas (ibidem). O discurso estabelece o sujeito a partir de certo lugar, promovendo certo efeito, evidenciando uma dada

verdade. O que temos então são quatro lugares, quatro termos, quatro modos de dispô-los para definir quatro discursos. Cada um desses discursos enuncia algo, em função mesmo da disposição dos termos em jogo no tabuleiro de lugares marcados.

Hegel, em *A fenomenologia do espírito*, *apud* Lacan (1969-70/1992), a partir da figura inaugural do mestre e senhor, afirma que este encontra sua verdade no trabalho do outro, no trabalho do escravo, quanto ao escravo, Hegel elucida, é por seu trabalho que a verdade é dada ao senhor. “Em virtude desse trabalho forçado, como podem notar desde o começo, o escravo chega, ao final da história, a esse termo chamado saber absoluto” (LACAN, 1969-70/1992, p.162). E nos esclarece: “[...] Esse escravo, eu o chamo de S<sub>2</sub>, mas também podem identificá-lo com o termo gozo, ao qual de início ele não quis renunciar, e depois concordou, porque o substituí pelo trabalho – que apesar de tudo não é seu equivalente” (idem p.162).

Lacan (1969-70/1992) retoma, a partir da teoria de Marx, a expressão “mais-valia”, para apresentar o lugar ambíguo do “trabalho a mais”, do “mais de trabalho” (p.17), isso para explicitar que a entrada do homem no mundo do trabalho, na perspectiva da dimensão do mercado no capitalismo, engendra uma nova modalidade de fruição, o lucro, a mais-valia. Isso para dizer que lógica de funcionamento da sociedade moderna é a de um excesso, a de um gozo-a-mais, a de uma mais-valia.

Para Lacan (1969-70/1992), o que Marx denuncia com a mais-valia é uma “espoliação” do gozo, mais-valia como seu equivalente do mais-de-gozar. O que a psicanálise nos permite conceber é esta via aberta pelo marxismo, ou seja, que o discurso está ligado aos interesses do sujeito. Ao que Marx, *apud* Lacan [1969-70/1992], denominou de “economia”, cujos interesses na sociedade capitalista são inteiramente mercantis, sendo a mercadoria ligada ao significante-mestre.

Lacan [1969-70/1992] levanta uma pergunta relativa ao discurso do mestre, isto é, como esse discurso pode ter mantido sua denominação, pois explorados ou não, os trabalhadores trabalham. E acrescenta, em relação ao discurso do mestre em seu estilo capitalista: “Jamais se honrou tanto o trabalho, desde que a humanidade existe. E mesmo, está fora de cogitação que não se trabalhe. [...] Isto é um sucesso, então, do que chamo de discurso do mestre” (idem, p.160). Podemos dizer que o capitalismo mudou o discurso do mestre. Tal afirmativa pode ser esclarecida com a posição de Lacan sobre o mais-de-gozar: “[...] a partir de certo dia, o mais-de-gozar se conta, se contabiliza, se totaliza. Aí começa o que se chama de acumulação de capital” (ibidem). O a mais que o capitalista retira do trabalho proletário se acrescenta ao capital, contabilizado como a “mais-valia”.



A posição do psicanalista, articulada por Lacan (1969-70/1992), é feita substancialmente do objeto *a*. Esse objeto designa o que dos efeitos do discurso se apresenta como o mais opaco (p.40). Da a dita posição do analista é o próprio objeto que está no lugar de agenciamento do discurso. É o que se apresenta ao sujeito como causa do desejo, idêntico ao objeto *a*, que “o analista se oferece como ponto de mira para essa operação insensata, uma psicanálise, na medida em que ela envereda pelos rastros do desejo de saber” (p.99).

Mrech (2010), ao comentar Lacan, afirma que ele introduz o matema do “discurso” do capitalista, preservando o lado direito do algoritmo, tal qual no discurso do mestre, ou seja, invertendo o lado esquerdo, considerado o lado do sujeito. O (\$) ocupa o lugar de “agente”, mas a seta sai diretamente do objeto *a*, mais-de-gozar, em direção ao sujeito barrado (\$), indicando que o objeto-mercadoria se torna o que causa o desejo do sujeito. Assim, o objeto de fato é o sustentador desse discurso, indicando um apagamento do sujeito diante do objeto. O saber (S<sub>2</sub>) é transformado em mercadoria e passa a valer de acordo com o que se pode vender ou comprar. “Prima-se pela eficiência técnica e pelo saber bem aplicado, visando resultados que não ocasionem perdas, sejam elas de energia, tempo, dinheiro ou qualquer outra forma de investimento” (p.3). Temos a passagem da relação entre homens para a relação entre coisas, dada a inexistência de vetor entre agente e o outro, evidenciando a fragilidade do laço social. O laço social a partir do “discurso” capitalista é um laço particularizado que altera as relações em jogo na existência (relações pessoais, sociais, de trabalho e outras), assim como no funcionamento dos outros discursos.

$$\downarrow \frac{\$}{S_1} \quad \nearrow \quad \frac{S_2}{a} \quad \downarrow$$

Lacan (1950), em *Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia*, discute o conceito de coletividade, argumentando que a sociedade exige dos indivíduos uma “integração vertical extremamente complexa e elevada da colaboração social, necessária à sua produção”, por outro lado, “propõe aos sujeitos [...] ideais individuais que tendem a se reduzir a um plano de assimilação cada vez mais horizontal” (p.146). Essa fórmula designa um aspecto dialético numa civilização, ou seja, o alcance do ideal individualista até então desconhecido.

Para esclarecer o que se passa com os ideais da civilização contemporânea, ou hipermoderna, veremos, a seguir, as contribuições de Jacques-Alain Miller.

## 4.2. Hipermodernidade

### 4.2.1. Do inconsciente “trabalhador” ao “estilo parasita”

Na Conferência proferida por Jacques-Alain Miller (2004), em Comandatuba, ao comentar o termo proposto pelo psicanalista brasileiro, Sr. Jorge Forbes<sup>48</sup>, de que estaríamos todos “desbussolados” (sem bússola), o autor responde afirmando que isso ocorre desde que a moral civilizada de Freud foi abalada e se dissolveu. E, acrescenta, que a psicanálise tem algo a ver com essa dissolução de uma civilização que caminha rumo à imoralidade. Se a moral civilizada freudiana dava uma bússola é porque ela inibia, e ela teria atingido seu apogeu por volta do final da segunda metade do século XIX. Para o Miller, talvez estejamos “desbussolados” desde o fim da prática agrícola que, forçosamente, cedeu à indústria seu lugar dominante nas sociedades. Em outras palavras, o mal-estar pode ter vindo da troca da “metáfora da agricultura” pela “metáfora da indústria”. Se a civilização agrícola tinha suas referências na natureza, no ciclo invariável das estações, seus símbolos estavam nas estações e no céu. Quando veio “A revolução industrial”, tudo isso foi se perdendo e os artifícios foram sendo multiplicados. Já nos tempos atuais, podemos constatar que “o real devora a natureza” (Miller, 2004, p.1), mais do que isso, ele a substitui e a prolifera, por isso propõe a “metáfora: a da natureza pelo real”; e se questiona se atualmente não teríamos nenhuma bússola?

Para tentar elucidar qual a bússola que nos orienta na hipermodernidade, Miller (2004) retoma a formulação do objeto *a*, no *Seminário, livro 10: a angústia* de Lacan, objeto que se desprende do corpo, um pedaço de corpo, pedaço sensível ou insensível. Neste Seminário o objeto *a* está em estado natural, referência à natureza, mas quando se trata da produção industrial é o mais-de-gozar que temos que enfatizar. Miller e Éric Laurent, em *O Outro que não existe e seus comitês de ética*, assinala a subida do objeto *a* ao Zênite da civilização, sendo o Zênite o ponto mais alto balizável no céu. A bússola remete a esse ponto Zênite de ter tocado ao céu, que, na era agrícola das sociedades de mudanças lentas, era intocável. Mas, agora, seguindo Lacan, este novo astro que subiu ao céu é o objeto *a*, indo em direção ao a mais, ao sem medida. Sendo assim, o ciclo atual já não é o das estações, mas de uma renovação acelerada e de uma inovação frenética. O que Miller se permite questionar se seria o objeto *a* a nova bússola da civilização, princípio esse que rege o discurso hipermoderno, e razão pela qual se propõe a discorrer, um pouco mais, sobre o objeto *a* no lugar dominante no discurso da civilização.

---

<sup>48</sup> O “Homem Desbussolado”, segundo Jorge Forbes (2006), in Prefácio, na pós-modernidade, a uma globalização que vai além do pai e deixa muitos desorientados ou, melhor, desbussolados. Para o autor, teria surgido este novo homem, carente de garantia. (Miller & Milner, 2006, Prefácio).

Segundo Miller (2006), os avaliadores na França apresentam-se em nome da ciência, quando “*mede-se, escalona-se, conta-se, compara-se etc., imagina-se que é científico*” (p.16, grifo nosso). Para se compreender os fenômenos da civilização, o mal-estar na civilização, inaugura-se uma nova fase de reflexão, daí sua convocação aos analistas lacanianos: “Não há clínica do sujeito sem clínica da civilização. Nós também somos chamados aí. Isso faz parte do que Lacan, em outros termos, há 40 anos, chamava de ‘missão’ que cabe à psicanálise no nosso mundo” (Miller, 2006, p.30). Ao que o autor complementa: “O mal-estar é um termo que engloba, que pode, de forma indiferenciada, concentrar-se em uma manifestação ou numa indefinição ilimitada de manifestações” (Miller, 2006, p. 31).

No prefácio do livro intitulado *Você quer mesmo ser avaliado*, Forbes (2006) nos adverte que vivemos a “febre do ciframento, do ‘tudo tem preço’; logo, tudo é passível de ser comprado, avaliado; nada é singular” (Prefácio). Refere-se a uma sociedade de controle que se defende do medo da singularidade, ou seja, de que alguma coisa escape às medidas do avaliador, de que alguma coisa escape ao controle: do preço, do ter, da nomeação. Uma sociedade de homens “desbussolados” – para introduzirmos algo das conferências de Miller e Milner que abordam o tema da “máquina da impostura da avaliação”, pela busca metódica e incansável do consentimento do Outro.

Na fórmula proposta por Miller (2004), que será apresentada abaixo, o sujeito “desbussolado” é convidado a produzir avaliação, o  $S_1$  é o um contável da avaliação a ser produzida, por isso, propõe a fantasia como estrutura do discurso hipermoderno da civilização, e o  $S_2$ , o saber, está no lugar da verdade/mentira no sentido do perspectivismo filosófico. Com essa fórmula, o autor aproxima o discurso da civilização hipermoderna ao discurso do analista e passa, então, a explicar como isso decorre. Vejamos a fórmula proposta por Miller (2004, p.2):

$$\begin{array}{ccc} a & > & \$ \\ \text{---} & & \text{---} \\ S_2 & & S_1 \end{array}$$

Para elucidar a fórmula, Miller (2004) retoma Lacan, quando este último teria afirmado que o discurso do mestre é a estrutura do discurso do inconsciente, o que justifica afirmar que esses dois discursos têm a mesma estrutura. O, primeiro, o discurso do mestre, é aquele discurso social que prevaleceu desde a Antiguidade, já, o segundo, o discurso do analista é aquele avesso do discurso do mestre, daí a propositiva lacianiana de que o avesso da psicanálise é o discurso do mestre. Essa preposição teria levado Lacan, a intitular seu

Seminário, livro 17, *O avesso da psicanálise*. Mas, hoje, segundo Miller, podemos concluir que o discurso da civilização não é mais o do avesso da psicanálise, ao contrário, ou seja, na civilização atual, cada um dos quatro termos permanece disjuntos dos outros termos, o mais-de-gozar comanda, o sujeito trabalha e as identificações são substituídas pela avaliação homogênea das capacidades, e o saber se ativa em mentir e em progredir.

Para Miller (2004), os elementos dispersos na sociedade poderiam ser ordenados em discurso pela psicanálise. Na prática lacaniana é preciso deixar-se conduzir pelas palavras que se diz. A psicanálise é uma das profissões impossíveis, e tem por princípio o “isso rateia, falha” (p.5). No discurso da civilização hipermoderna o mais-de-gozar ascendeu ao lugar dominante, distintamente da época do nascimento da psicanálise, quando essa foi inventada para responder a um mal-estar na civilização de um sujeito que para fazer existir a relação sexual, precisaria refrear, inibir, recalcar o gozo. Dessa forma, a prática freudiana abriu caminho para a “liberação do gozo”, antecipando à ascensão do objeto *a* ao Zênite da civilização e, mais, contribuiu para instalar sua ascensão. Nesse sentido, não estaríamos tratando do objeto *a* como um astro, mas sim de um *Sputnik*, de um produto artificial.

A ditadura do mais-de-gozar devasta a natureza, faz romper os casamentos, dispersa a família, remaneja o corpo, não apenas nos aspectos da cirurgia estética, ou da dieta – um estilo de vida anoréxica, como dizia Dominique Laurent -, ela realiza também uma intervenção muito mais profunda sobre o corpo. Nos dias de hoje, uma vez que se decifrou o genoma, é possível produzir-se, verdadeiramente, o que alguns chamam uma "pós-humanidade.

[...] de tal modo que a relação dos dois sexos entre si tornar-se-á cada vez mais impossível. Então, o um-sozinho será o *standard* pós-humano, o um-sozinho preenchendo questionários para receber sua avaliação, o um-sozinho comandado por um mais-de-gozar que se apresenta em seu aspecto mais ansiogênico. (MILLER, 2004, p.5)

Para Miller (2004), a psicanálise, desde a descoberta do sintoma histérico no contexto de um discurso “psico-fisiológico” no final do século XIX, surgiu destituindo o lugar do saber científico, fazendo “tremar” todos os semblantes sobre os quais se assentavam os discursos e as práticas, e desvelando aquilo que Lacan denominou de economia de gozo. Freud descobriu que há sentido no real e isso implica afirmar que ele queira dizer algo, que há uma intenção, portanto, o sintoma para Freud tinha algo a dizer, era um sintoma coeso, era uma intencionalidade inconsciente que o fazia consistir enquanto sintoma. Era o sintoma no sentido associativo coexistindo concomitante com seu sentido imperativo. Podemos dizer, segundo Miller (2004), que na época freudiana houve um crescimento e propagação da doença nervosa, foi um verdadeiro “fenômeno social”. No entanto, passados dois séculos, em

pleno século XXI, presenciamos uma recorrência ao discurso da ciência, esperando que ele nos dê algo do real ou algo do mais-de-gozar. Constatamos que no mal-estar contemporâneo há uma cisão entre o real e o sentido, e isso tem levado a uma pulverização do sintoma. Hoje em dia não mais se acredita na civilização, ao contrário, na civilização hipermoderna a ideia que se tem é que o saber científico no real falha ou vai falhar, por exemplo, os organismos geneticamente modificados não transmitem mais confiança no bom funcionamento do saber no real quando passamos a traficá-los. O sintoma hoje não passa de um distúrbio e pode ser dividido em dois, do lado do real ele é tratado fora do sentido pela bioquímica, pelos medicamentos, e continua a existir como um resíduo, com valor de acompanhamento e controle medicamentoso. Do outro lado, vemos uma prática autoritária e protocolar das terapias cognitivo-comportamentais. Assim, de um lado, uma prática aproxima o sintoma do distúrbio e, do outro, um nivelamento de seu sentido. Para a psicanálise, distintamente, o sintoma sempre teve valor de verdade, representação da verdade, mesmo apresentado sob a forma de uma máscara, de uma mentira, mesmo que se leve tempo, é uma prática que verifica no sintoma seu caráter de verdade.

A psicanálise de orientação lacaniana, segundo Miller (2004), de modo algum consiste em recusar o real científico e o saber no real, mas deve admitir que nesse saber há um furo, isto é, que a sexualidade faz furo neste saber. Os sintomas são sintomas da “não-relação sexual”, são articulados como significantes, são sintomas signos. Os sintomas são também necessários, portanto, não cessam de se escrever. Os sintomas são tão reais que não se pode separá-los do real, mas eles podem perfeitamente se confundir com o real que funciona. Outra definição dos sintomas é que eles são “sintomas-gozo”, gozo que não está na relação sexual.

Por fim, Miller (2004) comenta que:

O inconsciente freudiano trabalha desmesuradamente. Aliás, Marco Focchi trouxe uma lista de referências na qual se vê o inconsciente freudiano esfaltar-se no trabalho. O ser falante lacaniano, não. O ser falante lacaniano não trabalha, ele, antes, formiga, ferveilha, infecta. É mais do estilo parasita. (MILLER, 2004, p.6)

Aqui não entraremos no detalhamento do último ensino de Lacan, mas nos interessa estes significantes, especificamente, o “estilo parasita” para descrever o que se passa na sociedade hipermoderna, especialmente, na caracterização do trabalho, inclusive na entidade pesquisada. Partimos de uma definição do trabalho psíquico incansável, desde a descoberta do inconsciente freudiano se trabalha “desmesuradamente”, e chegamos à era do não trabalho, do trabalho desvinculado da produção da mercadoria, do “estilo parasita”. Lembramos ainda a

definição do trabalho regulado pelo “Divino Mercado” postulado por Dufour de um sujeito “assujeitado” às flutuações do capital no mercado financeiro.

De acordo com Coelho dos Santos (2016), o advento da modernidade e da razão científica e a fundação do Estado laico teriam anunciado a exclusão de Deus do mundo, o declínio do Outro da religião. A tese sustentada pelos analistas lacanianos, sob a orientação de Jacques-Alain Miller, com do declínio do Nome-do-Pai, do significante que o Outro (Deus) existe, passamos à era da inexistência do Outro. Já a tese sustentada por Jean-François Lyotard (1989), com o relativismo científico, a verdade teria sido deslocada para o terreno da ficção, a verdade teria se pulverizado e pluralizado. Jacques-Alain Miller (1996-1997/2005) é também citado pela autora, pois este teria afirmado que Lacan teria formalizado a pluralização dos Nomes-do-Pai com o matema S (A) para expressar esta época de errância, de descrença e do Outro reduzido a um mero semblante. Este relativismo do Outro estaria presente na pós-modernidade com a pluralização das identificações na sociedade através de seus “comitês de ética”. A inexistência do Outro, levaria, então, a uma debilidade mental generalizada e uma angústia de desamparo diante da ausência de certezas e de índices de uma desconexão do Outro.

Para Jean-François Lyotard, *apud* Coelho dos Santos (2016), teria ocorrido uma mudança no estatuto do saber desde a era dita pós-industrial, período coincidente com o pós-guerra e a reconstrução da Europa. Esse autor, apresentado no capítulo anterior, teria elencado diversos exemplos da vanguarda do saber científico sobre a linguagem, dentre eles destacamos, as matemáticas modernas e a informática, os computadores e suas linguagens, a telemática e a instalação de terminais inteligentes. Essas novas transformações tecnológicas teriam afetado a pesquisa e a transmissão de conhecimentos, tanto os fornecedores, os usuários do conhecimento e o próprio conhecimento assumiriam a forma de “valor de troca”, perdendo-se, assim, seu “valor de uso”. A autora nos apresenta a questão se a verdade padeceria do mesmo destino dado a toda e qualquer forma de saber, ou seja, mais uma mercadoria do mercado capitalista. Esclarecendo, ainda, que, no seu entendimento, a tese da inexistência do Outro não seria lacianiana, mas, na sua visão, esta tese seria fruto de uma releitura do psicanalista Jacques-Alain Miller da obra de Lacan.

Birman (2014), em *O sujeito na contemporaneidade*, nos esclarece sobre a experiência psicanalítica freudiana, inicialmente fundada na interpretação e, posteriormente, centrada na repetição. Para o autor, a compulsão à repetição teria se disseminado pelo espaço analítico sem qualquer limite e fronteira, impondo uma problemática fundamental. A partir da predominância do registro do espaço sobre o tempo, conforme vimos no capítulo anterior na

leitura de David Harvey (2013), o autor faz um contraponto entre a modernidade e a atualidade que pode ser chamada de pós-modernidade, modernidade avançada ou hipermodernidade. Birman reconhece que Lyotard, em *A condição pós-moderna*, admite a ruptura e o fim da modernidade quando sublinha a impossibilidade teórica atual de realização de grandes narrativas. Apresenta a contrapartida trazida por Lipovetsky, em *A era do vazio*, este se refere à pós-modernidade como o império do vazio e do efêmero, marcado pela frivolidade. Ou, ainda, nos traz a posição de Georges Balandier, *Le grand dérangement*, que defende a existência de uma hipermodernidade - já que os fundamentos da modernidade teriam permanecido. Outros diversos autores são citados, e um comentário mais crítico entre as duas linhas de interpretação podem ser encontradas em outro trabalho seu, onde procura diferenciar a modernidade do modernismo (LIPOVETSKY, 2005, p.30).

Coelho dos Santos (2015) questiona sobre qual seria o melhor termo para qualificar o tipo de laço social que vivemos nos dias de hoje: pós-modernidade, hipermodernidade ou contemporaneidade? Segundo a autora, o primeiro termo é proposto por Jean-François Lyotard<sup>49</sup> ao designar o advento do relativismo pós-científico. O segundo é defendido por Guiddens, *apud* Coelho dos Santos (2015), que considera não ter havido uma ruptura, mas um corte entre a modernidade e a pós-modernidade e, por isso, prefere a designação de hipermodernidade. Já o terceiro termo é visto como mais difuso e designa um conjunto de transformações sociais, tecnológicas e econômicas que vivemos atualmente. A autora prefere o termo hipermodernidade, porque a sua tese é que vivemos uma torção e não uma ruptura, e haveria o “desmentido” de que o Nome-do-Pai é o agente da lei simbólica. Considera que há consenso entre os psicanalistas lacanianos que a imago paterna já não é mais o semblante que regula o campo pulsional, portanto, questiona sobre o que é que funcionaria como supereu na hipermodernidade. Retoma a elaboração de Lacan dos quatro discursos, formulação em que o objeto *a* é capaz de ocupar o lugar de agente do discurso, dos sintomas e dos laços sociais, e faz às vezes de semblante do Nome-do-Pai.

Para Miller, *apud* Coelho dos Santos (2016), o sintoma estruturado pelo par castração-inconsciente não é mais a configuração prevalente na economia psíquica na contemporaneidade. A autora, então, articula o liberalismo econômico, a supremacia da lei do mercado e o empuxo ao consumo com essa prevalência do desmentido banalizado da função

---

<sup>49</sup> Para Coelho dos Santos (2015), os seguintes autores, também opõem a modernidade à pós-modernidade: M. Featherstone (1995), T. Engleton (1996), B. Smart (1993) Z. Bauman (1997), F. Jameson (1997), S. Connor (1989), D. Harvey (1989).

do Nome-do-Pai, daquele que sustentaria o lugar de agente da castração simbólica. O Outro, representante da lei simbólica, da castração que divide o sujeito, estaria fadado a confrontos, recusas e desmentidos. Essa atitude se aproximaria da posição histórica de transgressão, de ultrapassagem de todos os limites ou da reivindicação de ser tratado como exceção, e teria como objetivo, mais do que denunciar a castração do Outro, apontar sua impotência, desafiando-o, humilhando-o e declarando-o morto.

#### **4.2.2. Do sujeito dividido ao sujeito “sem qualidades”**

A interpretação preliminar de Birman (2014) é que a sociedade se reduziria à condição de mercado de bens e serviços, transformação essa que pressupõem mudanças nas formas de mal-estar na contemporaneidade. O autor traz uma clara definição da “pregnância assumida progressivamente pela categoria do espaço na experiência psíquica e a rarefação correlata da categoria do tempo” (p.31), indicando uma enorme transformação histórica na subjetividade em nossa tradição e que, na contemporaneidade, impondo o registro estético e a espacialização na experiência psíquica, levariam ao apagamento progressivo da temporalidade. O mal-estar atual, distintamente da modernidade, se condensaria em torno da experiência psíquica do desamparo, “os destinos terríveis construídos por essa subjetividade para lidar com o desamparo conduziram as individualidades insofismavelmente ao narcisismo, à violência, à crueldade e à destruição” (BIRMAN, 2014, p.62-63). Também nos aponta uma transformação na economia política dos signos no Ocidente e suas fortes incidências no discurso psicanalítico, através de um ideal de juventude que impõe o imperativo de saúde associado ao ideal estético da beleza. (p.76). Nessa nova política dos signos, a posse de bens é também um signo de poder, pois define o *status* do indivíduo na sociedade e, tal posse, é uma forma de ostentação e reconhecimento do poder social.

Para Birman estamos diante de uma política que requer um circuito de consumo, sendo a mercadoria, por excelência, uma possibilidade de engendramento dessa compulsão. O gozo direcionado para o fetichismo das mercadorias, uma fetichização ampla, geral e irrestrita, faz do ter uma forma de preencher o vazio corporal e psíquico, e faz crer no poder da exibição do *status* (p.94). E, na medida em que o corpo e o mundo são considerados apenas em sua dimensão espacial, eles se tornam lugares de descargas das intensidades.

Segundo Birman sabemos que desde a modernidade os deuses não mais nos protegem e estamos num mundo permeado pelos discursos da ciência e do consumo de mercadorias. Na contemporaneidade, com a mundialização dos mercados de consumo, houve um violento



processo de desmapeamento do mercado de trabalho produzindo efeitos subjetivos que Sennet, denominou de “corrosão do caráter”, conforme vimos no capítulo anterior, tal signo está presente de forma eloquente na pós-modernidade. Os indivíduos foram obrigados a uma flexibilização na forma de *ser* para se adaptarem rapidamente às flutuações do mercado de trabalho, o que os teria levado a perderem aquilo que seria sua potência de *ser* e *existir* no mundo (p.122, grifo nosso). Como efeito desse processo, o sujeito perdeu sua potência e certezas, e seu caráter se esvaiu. Ao perder seu projeto de existência ele precisa apenas se adaptar às oscilações e variações do mercado de trabalho e buscar sua sobrevivência. O que nos permite depreender facilmente à produção de um sentimento de vazio, vazio no existir, marca paradigmáticas das depressões contemporâneas.

Na modernidade, segundo Birman, tínhamos um sujeito marcado pela divisão, fragmentação e a conflitualidade constitutiva do *ser*, e as teorias pulsionais freudianas atestaram a essência central da conflitualidade psíquica: pulsão de vida *versus* pulsão de morte. Porém, para o autor, no mal-estar atual, desapareceram as referências ao pensamento, e essas se apresentam no registro do corpo, da ação e das intensidades. Razão pela qual existe uma tendência do vazio ocupar o campo psíquico, levando a um esvaecimento do modelo de dualidade conflitual da subjetividade proposto por Freud. Cada vez mais, presenciamos a insistência do fazer ratificando o lugar da ação na subjetividade contemporânea, e a fragmentação psíquica sendo incrementada pelo excesso, impossibilitando as simbolizações. Tudo isso corroboraria para o incremento de um discurso marcado pela metonímia, um desejo à deriva e sem cortes capazes de relançá-lo no registro da metáfora, desejo esse que tende à descarga e se evapora como ação imediata, não se constituindo mais como polo conflitual da modernidade (p.134). “O vazio da subjetividade atual é o correlato do mundo que perdeu o sentido, pois as regras e os códigos anteriormente estabelecidos para a promoção da sociabilidade foram subvertidos” (p.147), restando-nos, assim, “o homem sem qualidades” definido por Musil.

Trazendo, agora, algumas contribuições psicanalíticas da sociedade contemporânea para o contexto da entidade pesquisada, as características apontadas por Birman (2014), como a flexibilidade, o vazio, também se fazem notar no indivíduo trabalhador da Previ, diante da necessidade de constantes adaptações frente às mudanças do cenário interno, inclusive administrativas, e do mercado interno e externo da economia. Tudo isso contribui para a perda de caráter deste indivíduo que precisa se adaptar rapidamente às novas exigências e garantir sua sobrevivência, seu cargo, na entidade. Das contribuições de Coelho dos Santos (2016) destacaríamos que o sintoma na nova economia psíquica contemporânea não está mais

articulado ao par castração-inconsciente, mas sim ao liberalismo econômico da supremacia da lei do mercado e ao empuxo ao consumo. Tais efeitos são perceptíveis no cotidiano de uma entidade que sobrevive, principalmente, de um mercado flutuante de ações, e que incentiva aos participantes de seus planos de previdência, o acompanhamento sistemático do melhor perfil de investimentos, diga-se de passagem, um perfil customizado ao perfil do aplicador. Um empuxo ao maior ganho e consumo no ilimitado mercado de investimentos.

Continuemos a exposição das contribuições psicanalíticas e os efeitos subjetivos diante do mercado de consumo desenfreado, do ilimitado pulsional, em uma sociedade do “vale tudo!”.

#### 4.2.3. A “Lei de Gérson” e a sociedade do “vale tudo!”

No último Simpósio realizado pelo Isepol<sup>50</sup>, Costa-Moura (2016) expôs em seu trabalho<sup>51</sup> sobre “A Lei de Gérson”, Lei que teve sua origem em um comercial brasileiro de cigarro, no final da década de 70, ao acentuar a referência àquela pessoa que “gosta de levar vantagem em tudo”. No comercial, o ex-jogador de futebol, Gérson, que, na época, detinha ótima reputação junto à sociedade brasileira e havia sido identificado com o “cérebro” do time campeão, convidava os brasileiros fumar o cigarro da marca Vila Rica, porque este lhe dava tudo que ele esperava de um bom cigarro, além de ser mais barato. Ao final do comercial, Gérson dizia: “Gosto de levar vantagem em tudo, certo?”<sup>52</sup>, tal convocação, conforme autora, gerou um escândalo na sociedade e essa aparente inocência de quem poderia pagar menos acabou gerando um efeito de chiste, desconcertou a todos e expôs ao público, não apenas um traço recalcado daquilo que todos reconhecem ser um traço do brasileiro, mas tratava-se de algo bem aderente ao gozo de cada um.

Para Costa-Moura, com o chamamento ao final da frase: “certo?”, o ex-jogador convocava a adesão de todos porque, tal como um chiste, com essa única palavra “certo?”, ele fazia ao expectador do comercial experimentar algo de errado. Dessa forma, cada brasileiro pode entrar em contato com essa dimensão da vida subjetiva, uma dimensão que é justamente o fato de não ter que pagar o preço, o devido preço pelo prazer experimentado.

<sup>50</sup> Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana, *Invenções e desmentidos: verdade, mentira e ficção*. Plenária 3: *Invenções e Desmentidos*

<sup>51</sup> Trabalho apresentado no VI Simpósio do Isepol: *Para bom entendedor, meia psicanálise basta?*

<sup>52</sup> “Você, que sempre fumou, por que Vila Rica?” Ao fim da explicação dada, Gérson arremata sua fala com a seguinte sentença: “Por que pagar mais caro se o Vila me dá tudo aquilo que eu quero de um bom cigarro? Gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem você também, leve Vila Rica!”. Disponível em: <http://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/terra-brasilis/a-lei-de-geron.shtml#.WGPOudIrLIU>. Acesso em 18.12.2016.

Para comentar esta dimensão de um “chiste” do mais-de-gozar presente na cena contemporânea, Costa-Moura traz a referência a Lacan (1968-69/2008), no Seminário, livro 16, *De um Outro ao outro*, quando o autor apresenta uma questão crucial sobre a prática da psicanálise, marcando que esta é contingente e não está garantida e nem mesmo necessária. Para Lacan, a psicanálise tem sempre que ser relançada, reinventada e, tal condição, já estava posta desde Freud, tendo em vista que a psicanálise, enquanto práxis, não pode existir em si mesma e não se trata de pura elucubração de saber. A psicanálise, segundo Lacan, é o sintoma da civilização atual, civilização que nos dá acesso à função definida do mais-de-gozar; e a existência da psicanálise está diretamente vinculada à materialidade estrutural do sujeito, sujeito esse apenso ao gozo. Nesta época de seu ensino, o que estava em jogo para Lacan, é que seria preciso todo um esforço para pensar a intervenção psicanalítica e, mais, se essa seria capaz de intervir neste objeto estrutural que perpassa toda a civilização, mais ainda, se ela (a psicanálise) seria capaz de intervir na distribuição do gozo.

Neste mesmo Seminário, Lacan, relembra Costa-Moura, apresenta a homologia de Marx para expor sobre a força de trabalho, trabalho este que toda força de trabalho detém, ou melhor, a possibilidade que a força de trabalho detém, já que o trabalhador não dispõe de recursos para produzir isto que Lacan chamou de mais-de-gozo, este excesso de mercadoria que está embutido no valor de troca. Lacan, relendo Marx, este último nos apresenta que todo trabalho é passível de produção de mais-valia, isso que a força de trabalho traz nela mesma e que não pode ser apropriada pelo próprio trabalhador. Lacan comenta que Marx teria dado um “golpe de tesoura”, destrinchado a estrutura do capitalismo, e demonstrado que o sistema capitalista se revela como um sistema de produção de mais-valia, ou seja, produtor de um valor a mais, valor esse que se agrega ao capital durante o processo de produção. Além de ter demonstrado que a fórmula da mais-valia é ilimitada e, por isso, impossível de ser contabilizada.

Segundo Costa-Moura, Lacan retoma a fórmula da mais-valia, esse modo de produção baseado num excesso e que deve ser executado no menor tempo possível, ao que e denomina como uma economia de gozo. A autora relembra que Lacan aponta que Marx teria apreendido o fato de que o trabalhador, ao vender a sua força de trabalho no mercado, ele vende algo que não se paga, algo que não será pago jamais, pois existe alguma coisa no valor de uso que não pode ser inteiramente reduzido ao valor de troca. Nesta defasagem estrutural, o sujeito trabalhador produz algo ao mercado que não lhe pertence.

Assim, a leitura de Costa-Moura de Lacan, sobre a mais-valia de Marx, é que esse problema da produção de gozo perpassa todo o laço social. Ou seja, é no avesso da mais-valia

de Marx que Lacan teria extraído o mais-de-gozar, cuja função adquirida pelo objeto não é a de gozo, mas, ao contrário, é a de perda de gozo. Tal dimensão coincide com a definição freudiana do objeto desde sempre perdido, a *Coisa*, esse objeto que cada um vive como algo que nunca o pertenceu, mas que confere ao Outro, adjudica como Outro, no ato da constituição subjetiva, mas que recai para si como perda.

Costa-Moura, seguindo Lacan, nos apresenta que essa condição de perda é inerente ao sujeito, ter que se a ver com um gozo perdido, decorrente da ação significante nos diversos níveis da experiência corporal, é uma perda que se articula no corpo. Isso que cada um confere ao Outro, essa “escolha forçada”, para advir como sujeito. Para Lacan, essa perda é inaugural e garante a condição de sujeito desejante, razão pela qual a renúncia ao gozo está presente desde o advento do sujeito com linguagem. Em Marx, por sua vez, o trabalhador se vê compelido a recuperar o que perdeu, mas aquilo que efetivamente nunca se apropriou completamente, e foi em torno disso que ele formulou o fetichismo da mercadoria. A mercadoria é algo que se pode comprar a qualquer momento, inclusive, podemos esquecer que ela vem do trabalho e da expropriação do trabalhador. Mas é esta marca de expropriação que Lacan designa como renúncia ao gozo, que se erige para o sujeito como um objeto que precisa ser recuperado e incorporado, mas que é a parte do que expropriado do próprio trabalho. É nesse ponto que experimentamos como algo arrancado do próprio sujeito e que ele precisa reaver a qualquer custo. A fantasia da mercadoria é o que rege as relações do sujeito com as coisas mercadorias e engendra este fascínio sentido pelo consumo pela mercadoria. Nesta perspectiva, Marx e Freud não estão tão distantes; Freud porque sempre relacionou os apetites humanos não à necessidade, mas à dimensão da satisfação pulsional, e essa sempre regida por fatores econômicos. O que leva Costa-Moura a concluir que a nossa relação com a mercadoria é pulsional e por isso passa pela relação com a *Coisa* freudiana.

No entanto, para Costa-Moura, Marx teria caído na tentação de alterar as esferas econômicas da materialidade deste objeto feito de gozo através da esfera revolucionária, tal fato se deu porque ele acreditava que a produção capitalista poderia ser substituída por outro modo de produção e que a mais-valia deveria ser revertida em “De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades”, alusão ao pensamento de Marx. Para a autora, Marx não era ingênuo ele também sabia que era inútil apostar numa regulação extrínseca ao processo do homem para que se distribísse a riqueza entre os homens, para tanto, a própria ordem econômica deveria ser transformada. Segundo Costa-Moura, Freud via no impulso proselitista revolucionário de Marx um impossível, já que a psicanálise não aposta na revolução de massas porque reconhece, de saída, que não se pode promover nenhuma

liberdade, ou seja, não há reparação do gozo implicado na mais-valia. E que Lacan teria demonstrado que na homologia mais-valia e mais-de-gozar, a própria mais-valia já incluiria o fato de que o sujeito está apartado de seu gozo inicial e o arrebatamento do sujeito pelo Outro, via mercadoria, é justamente porque a linguagem já operou um corte nas estratégias de recuperação de um objeto perdido.

Segundo Costa-Moura, o que a experiência psicanalítica permite advir é que para transformar o real não basta denunciar o “sintoma capitalista”, para deslocar algo do sintoma é preciso que algo dê lugar ao real que havia eclipsado o gozo. É exatamente neste ponto que a autora introduz sua questão: “para bom entendedor, alguma psicanálise basta?”. Afinal, na contemporaneidade, estamos diante da sociedade do “vale tudo!”. Trazendo para o cenário atual do Brasil, Costa-Moura, se questiona o que é que nos fará parar, ceder ao gozo, na cena cotidiana política-econômica-partidária? Como a psicanálise poderá nos ajudar a responder esse nosso impasse diante do impossível que marca as relações humanas, até mesmo o encontro do sujeito com o gozo?

Costa-Moura retoma o discurso do ex-jogador Gérson para apontar o quanto ele é um discurso cínico, mas tão cínico que ele mesmo se desvela, se desnuda. Segundo a autora, Lacan teria mostrado que para a psicanálise o gozo é um problema interno, uma variável econômica que constitui a essência do laço social. O exemplo do Gérson é uma frase tão cinicamente proferida (“Gosto de levar vantagem em tudo, certo?”) , que ali apareceu a verdade inconsciente, o caráter de uma Lei. Porém, o que a psicanálise mostra é que esse jogo do gozo só pode ser tocado no nível local e não se dá em massa porque mostra que a responsabilidade é de cada um ter que sustentar seu gozo. Na visão da autora, nossa sociedade contemporânea vive uma desregulação sem precedentes e um processo de “dessocialização” e, talvez, a regulação discursiva deva passar pela ciência, pelo neoliberalismo. Já que diante do Estado laico, não há muito lugar para o Outro, é como se esse Outro tivesse “decaído” de seu lugar de referência ao gozo de cada um, e o risco que corremos é da manifestação da exclusiva da pulsão de morte. A posição da autora se aproxima da visão de Birman (2014) no sentido desta preponderância da pulsão de morte na sociedade hipermoderna.

Veremos, a seguir, tese de Coelho dos Santos diante do declínio do Outro.

#### **4.2.4. O “olhar sem véu” na hipermodernidade**

Mas, afinal, na entidade pesquisada, também haveria um “olhar sem véu”, um olhar que tudo vê, que tudo permite?! A entidade, reconhecidamente como um local marcado por

um processo democrático de escolha de seus representantes, estaria colaborando com o imperativo de gozo?

A tese defendida por Coelho dos Santos (2015), em *O olhar sem véu: transparência e obscenidade*, é de uma torção e não uma ruptura entre a modernidade e a hipermodernidade, sendo essa última qualificada com o “desmentido” do Nome-do-Pai, agente da lei simbólica. Sua posição é diferente do que ensina Miller (2005) do “Outro que não existe”, pois vê na afirmativa: “é proibido proibir”, a subversão da tese freudiana da neurose como o negativo da perversão e a fantasia perversa expressa a céu aberto. Lembra-nos que Lacan ensina que o objeto *a* é o agente do discurso (supereu) e isso ocorreria porque a lei do mercado impôs o rebaixamento da Coisa (*das Ding*) a objetos com “valor de troca”, em referência ao termo marxista.

Coelho dos Santos se propõe a apresentar-nos duas interpretações do ensino de Lacan. A primeira é diferente da transmissão de Miller (2005), uma vez que não lhe parece que o Nome-do-Pai, semblante do Outro consistente, decline para o Outro inconsistente, isto é, a autora não defende a tese milleriana de que vivemos a época do “Outro que não existe”. Mas, acredita que a hipermodernidade consistiria no “desmentido” da função do semblante do Nome-do-Pai, do agente da castração, do supereu. E expõe que a afirmativa “é proibido proibir” é uma clara subversão da tese freudiana da neurose como o negativo da perversão, que deixa exposta a fantasia a céu aberto, ou melhor, não mais submetida ao recalque. A segunda interpretação é referente ao objeto *a* na posição de agente do discurso (supereu), sua tese é que houve um rebaixamento da dignidade da Coisa (*das Ding*) à condição de objeto de troca, mercadoria disponível para compra ou venda. E, neste novo mercado, todos os objetos são intercambiáveis, inclusive a intimidade e a dignidade de cada um.

Coelho dos Santos, para melhor caracterização do supereu hipermoderno, retoma a interpretação de Lacan, em *Kant com Sade*, quando esse compara o pensamento do filósofo Kant com o libertino Sade, extraindo daí as consequências do paradoxo da lei moral de que “o supereu é um imperativo de gozo” (p.3). Enquanto Kant nos convida a renunciar nossos objetivos egoístas a favor de um soberano bem coletivo, Sade, por sua vez, seria o defensor da satisfação absoluta de todos os apetites egoístas para qualquer um. Ou seja, o primeiro advogaria a favor do direito e, o segundo, do avesso da lei moral. Seguindo Lacan, a autora apresenta que se consideramos a moral de Kant, quanto mais renunciamos à satisfação egoísta mais temos que renunciá-la. Esta aposta kantiana se compara ao mecanismo formalizado por Freud do recalque da sexualidade. Por outro lado, quando apostamos em Sade, quanto mais gozamos, mais “quebramos a cara”. Já a aposta sadeana se aproxima da formalização

freudiana das consequências psíquicas devastadoras da destrutividade decorrente da pulsão de morte. Pois, segundo Freud, o sentimento inconsciente de culpa pode levar a atos criminosos que satisfaçam uma necessidade inconsciente de punição. Sendo assim, para Coelho dos Santos, Lacan teria concluído que não há saída diante da lei moral, ou renunciamos ao gozo e adoecemos de neurose, ou gozamos à vontade e destruimos a nós mesmos e aos outros.

E como Freud teria lido *Kant com Sade*? Segundo Coelho dos Santos, um não seria o avesso do outro, mas existiria uma hegemonia de um sobre o outro. Em Freud, a lei edípica, ao mesmo tempo em que exige a renúncia ao objeto absoluto do gozo, também nos permite usufruir de nossos bens com seus devidos limites. Nesse sentido, o imperativo categórico kantiano é visto, então, como uma proteção que temos contra o pior, a pulsão de morte. No entanto, o vilão da saga freudiana é o supereu arcaico, pré-edípico, porque este é visto como pura pulsão de morte e abrigaria o imperativo sadiano de devorar o outro ou fazer-se devorar. Freud é kantiano no sentido de que a felicidade não é em si mesma um bem moral. Tanto Freud como Kant, segundo a autora, ambos rejeitaram a moral hedonista tão presente em nossa época.

Portanto, na modernidade, de acordo com Coelho dos Santos, teria prevalecido o imperativo categórico kantiano. Tanto a ferocidade da pulsão e a regulação do usufruto do corpo de dos bens teriam sido apaziguadas pela lei edípica, pois existia uma primazia do simbólico e, conseqüentemente, do Nome-do-Pai na civilização, entretanto, na sua visão, a hipermodernidade lhe parece sadiana. O que isso quer dizer? Quer dizer que quem está no comando é o objeto de gozo que nos incita a gozar sempre mais e mais e a qualquer preço. Poderíamos pensar, então, em uma economia desregulada e fadada ao excesso pulsional. Se na modernidade o olhar comparecia sempre velado, ora benevolente, ora crítico do ideal do eu, invisível e observador, nos encorajava ou nos corrigia, no entanto, hoje, este olhar está a “céu aberto”, tudo e todos estão disponíveis para ser vistos, é um olhar que dá a ver, não se esconde, se mostra. Aproximando este olhar, nos tempos atuais, dos destinos freudianos da pulsão: o voyeurismo ou o exibicionismo.

Para melhor compreensão dos tempos atuais em curso Coelho dos Santos, apoiando-se na visão de Gerard Wajcman, nos apresenta que estaria em curso uma mudança sem precedentes em nossa relação com o mundo, com o nosso corpo e com nosso próprio ser. A hipermodernidade definida por Wajcman é de uma civilização do “olhar absoluto”, do olho que tudo vê, “extensões maquínicas do olho”, um “deus onividente” e “onivoyeur” fabricados com dispositivos tecnológicos. O que levaria o autor citado a concluir por uma ameaça que pesa sobre o íntimo e de um desejo que anima este olho, que ele denomina de “olho

universal”. Também segundo Wajcman, *apud* Coelho dos Santos (2015), o discurso da ciência é o inimigo, pois este se encarna em diferentes dispositivos científicos. Mas, em relação à ciência a perspectiva da autora é outra. Coelho dos Santos não vê o discurso da ciência como um desejo autônomo de ver e saber, mas o vê como o discurso do coletivo, que responde do lugar do “politicamente correto” e, nesse sentido, ele é paranoico e não cessa de apontar vítimas de preconceitos ou de violência e de clamar por mais segurança, reparação, indenização ou vigilância. Numa sociedade do hipercontrole recíproco os indivíduos estariam segmentados em tribos, e uns se tornaram perigosos para os outros.

Na era do absoluto direito ao gozo ainda seria preciso vigiar e ser vigiado. Os termos vigilância e punição remetem Coelho dos Santos às obras de Michel Foucault, *História da sexualidade* ou e *Vigiar e Punir*, quando o autor faz uma brilhante descrição da inversão ocorrida na economia denominada visibilidade, na passagem do Antigo Regime e a entrada da modernidade. Tanto o poder majestático do rei, encarnação da riqueza e do poder divino na terra, como a arte exemplar da exibição pública da punição dos criminosos, seriam formas de demonstração da assimetria de forças existentes entre o soberano e os seus súditos. Para a autora, o supereu, instância intrapsíquica, não se fazia presente, mais sim a consciência moral inteiramente externalizada com seus efeitos inibitórios decorrentes das imagens sedutoras ou aterrorizantes do poder real. Eram súditos capturados pela exuberância do poder majestático e totalmente submetidos ao soberano. Mas, com a revolução francesa e o nascimento do Estado moderno, o poder soberano é substituído pelo “olhar panóptico” que tudo vigia, controla e disciplina os corpos às condições de úteis e dóceis. Há uma inversão na economia da visibilidade e o cidadão comum é quem passa a ser objeto do olhar vigilante de um observador invisível de sua “torre panóptica”. A autora vê aí, nessa inversão, evidências do supereu e o ideal do eu, instâncias morais herdeiras das identificações pós-edípicas. O sujeito além de ser olhado também seria capaz de vigiar-se, recompensar-se ou castigar-se. Poderíamos afirmar que, até a modernidade, o olhar estaria muito mais voltado à perspectiva do próprio indivíduo e, ainda, não havia este olhar humano absoluto voltado para o outro? O olhar absoluto que havia vigorado até a modernidade seria do Outro que existe (Deus).

Assim, diferente da posição de Wajcman, Coelho dos Santos defende a sua tese de que, na hipermodernidade, o campo do olhar excede o domínio da vigilância. O que isso implica? Se na modernidade o olhar, era panóptico, e exercia seu poder de vigilância, exame e disciplina, este olhar era oculto, somente o mestre via. Hoje, porém, segundo a autora, o olhar não é mais oculto e existe uma vontade, poderíamos, talvez, qualificá-lo de um “imperativo do olhar”. E, mais, essa vontade de “tudo ver” ela entende como tirânica e oriunda de um



“imperativo político”, não apenas científico, mas denominado por “transparência” que permeia toda a sociedade. Assim, na opinião da autora, “vigiar” e “ser vigiado” faz parte de uma dimensão essencial da vida pública composta de tribos que se digladiam pelo direito ao gozo. E, nessa “guerra por direitos”, culmina no direito absoluto da liberdade de expressão em contraposição ao direito à privacidade. Ou seja, em defesa da liberdade de expressão aumenta-se exponencialmente a desconfiança paranoica contra tudo que é privado ou percebido como íntimo. O próprio culto à privacidade individual ou familiar seria visto como perigoso. A autora, assim como outros psicanalistas, acredita que o gozo opaco não pode ser extinto e, por essa razão, ela advoga que o voyeurismo e o exibicionismo estão no comando, é a pulsão escópica quem governa a nossa civilização. O gozo de ser visto está acompanhado do gozo de tudo mostrar, exhibir e dar-se a ver, bisbilhotar e saber. Portanto, Coelho dos Santos considera este cenário como mais uma prova da irrefutável da tese lacaniana da ascensão do objeto *a* ao zênite da civilização.

Faço aqui um parêntese, para lembrar que, talvez, não por acaso, assistimos e aplaudimos o sucesso da “Operação Lava-jato” na atual conjuntura político-econômica do Brasil, evidenciando, mostrando, bisbilhotando e exibindo provas de propinas e corrupções, e arriscaria afirmar que isso combinaria muito bem com a exposição generalizada, em tempo real, do privado que se faz público, na hipermodernidade. Tal condição na entidade pesquisada não é nada diferente, todo mundo tem o direito de “bisbilhotar” e “exibir” o que se passa internamente na entidade, principalmente, aqueles que estão do “lado de fora” da entidade e estão mais à vontade para exporem suas opiniões nas diversas malhas das redes sociais.

Nos tempos atuais, Coelho dos Santos cita Lacan (1973-1974, aula de 09/03/1974), com a proposição de que, no discurso da civilização contemporânea, o Nome-do-Pai forcluído no simbólico, retorna no real em forma de norma social. A interpretação da autora é que a metáfora do operador simbólico, o Nome-do-Pai, foi substituída pela norma social. Se antes o Nome-do-Pai orientava as identificações constituindo a instância psíquica do ideal do eu, hoje em dia, o que prevalece é a identificação ao pequeno outro como par ou como resto, ou seja, como identificação narcísica ou pulsão condensada do resto autoerótico. Por isso, os grupos de pares estão organizados em tribos, a partir de uma identificação ao semelhante ou a de um objeto qualquer de gozo. São vários tipos de grupos e um novo imaginário se faz presente no “politicamente correto”, numa nova “ordem de ferro” mais feroz do que a interdição do Nome-do-Pai. Os indivíduos não mais se orientariam pelo ideal do eu coletivado, mas sim pelo ideal do grupo ao qual pertencem.

Por isso exposto, Coelho dos Santos, conclui que a cidade está “tribalizada” e o novo imaginário é regulado pela intensificação da vigilância dos pares que zelam pelo cumprimento às normas de cada membro da tribo. São tribos que reivindicam direitos iguais aos direitos de outras tribos ou o direito de serem tratadas como exceção e acusam a sociedade de abuso, violência ou discriminação.

Aqui também cabe um comentário em referência às tribos dos políticos no Brasil, vemos que os políticos brasileiros se comportariam nesta mesma linhagem das outras tribos. Portanto, é tão frequente a mudança de um partido para outro partido, e aquilo que era motivo de revolta e reivindicação contra uma tribo, passa a ser o discurso reivindicativo de sua nova tribo, ou melhor, de seu novo partido, são indivíduos orientados pelo ideal da tribo ou do partido ao qual pertence. Talvez esta fragilidade o laço social, esse vínculo frouxo com o Nome-do-Pai, justifique a alternância de tribo ou partido, e a facilidade para comprar e vender um discurso ideológico “politicamente correto”. Fato tão presente e costumeiro em nossos políticos brasileiros. Trazendo mais perto a discussão para a entidade pesquisa, lá também não seria nada diferente dos políticos brasileiros, seus processos sucessórios e suas campanhas políticas dão provas da “tribalização” e do discurso “politicamente correto”. Basta ler as “gentilezas” trocadas nas redes sociais nas últimas eleições ocorridas na entidade.

Portanto, para Coelho dos Santos, o princípio identificatório que funda o supereu na hipermodernidade não seria mais a exceção que falta à ordem simbólica, mas, o sujeito do gozo escópico, Este estaria identificado com o que ela chama de “subjetividade média”, o que funciona como eu ideal de seu grupo narcísico. O que seria diferente desde o indivíduo descrito por Freud em *Psicologia das Massas*? O sujeito hipermoderno aspira conformar sua subjetividade às normas e ao consenso de seus pares, nas tribos. Por essa razão, a autora considera que estamos vivendo a época dos “comitês de pares”, comitês estes que fazem a norma e a verdade nascente do consenso de pares. A tradição, a herança simbólica e a transcendência, ou seja, o oculto, o segredo, o oracular, se contraporiam, estaria na contramão do caminho da vontade de uma perfeita “simetria intersubjetiva” e de uma transparência absoluta. Levando a autora a redefinir o estatuto do supereu, de uma instância psíquica inconsciente e intrasubjetiva, para o “supersocial”. Mas o que vem a ser o “supersocial”?

Segundo Coelho dos Santos, o sujeito hipermoderno vigiado não é mais observado por uma instância crítica internalizada, supereu pós-edípico, mas por uma consciência moral externa, a chamada “sociedade do controle e da prevenção” que não esconde nada. Assim, na ausência de uma instância intrapsíquica, de um supereu para regular e diferenciar o privado e o público, a barreira do pudor se desmancha, e tudo agora passa a ser exibido nas redes

sociais. Estaríamos diante de um social que permite o gozo de tudo ver e mostrar, inclusive, motivo de reivindicação, do direito, e, cada vez mais, inclusive, desvanece a dissimetria do gozo de homens e mulheres. Poderíamos concluir que presenciamos o “vale tudo” e também o “todo mundo tem direito a”. Por isso, para Coelho dos Santos, na época em que a realidade psíquica se vê convocada a exibir-se no “*reality show*” dos meios de comunicação, na difusão da mídia dos padrões duvidosos de normalidade e de um discurso com a ideia de “homem médio” é utilizada para produzir o consenso social.

Coelho dos Santos relembra que Freud teria incluído a esfera mais íntima do sujeito no campo da *Weltanschauung* científica com a perspectiva de ampliar o campo da subjetividade, através da inclusão das pulsões e do inconsciente. Freud teria inserido a regra fundamental da psicanálise, orientação impossível, de que o sujeito lhe dissesse tudo que viesse à cabeça, entretanto, ele soube colher o lapso, a hiância e a falha em oposição a essa regra. Foi também o próprio Freud quem nos ensinou a reconhecer o sujeito onde ele se manifesta velado, no desejo inconsciente e, por isso mesmo, é que não caberia uma teoria do final de análise.

Coelho dos Santos questiona se, mediante tanta exibição, se poderíamos concluir que a intimidade teria entrado no mercado com “valor de troca”, isto é, uma mercadoria que se compra e se vende. Retomando Marx, que foi quem demonstrou que o advento do capitalismo reduziu a força de trabalho a uma mercadoria com “valor de troca”, o trabalho teria sido dessacralizado e perdido sua dignidade de laços com a família e as corporações. Para autora, Lacan, quando comenta os acontecimentos de maio de 68, teria profetizado sobre a entrada do saber, isto é, do diploma universitário, no mercado, uma mercadoria para compra e venda. Na sociedade hipermoderna, na visão da autora, teríamos sinais evidentes de que a intimidade se tornou uma mercadoria e submeteu-se à lei do mercado e, ainda, é alimentada pela construção de uma nova dimensão hiperexibicionista da subjetividade.

E, para responder à questão do “Outro que não existe” ou o “Outro é a lei do mercado”, Coelho dos Santos, retoma a tese inicial do declínio do Nome-do-Pai, do significante do grande Outro (Deus), na era de “Deus não existe”, mudança ocorrida na modernidade com advento da razão científica e a fundação do Estado laico, responsável pela perda de consistência da religião. Na época da formalização do matema S ( $\mathcal{A}$ ), Lacan, na elaboração da teoria da pluralização dos Nomes-do-Pai, teria acentuado o tempo de errância, de descrença e a redução do Outro a um semblante. O próprio relativismo pós-moderno também levaria a uma pluralização das identificações em uma sociedade que discute e delibera por meio de seus “comitês de ética”. A autora aponta alguns índices de desconexão do Outro como a “debilidade mental generalizada” e a “angústia do desamparo” diante da

ausência de certezas. Outros sinais reforçariam a tese lacaniana de que o Outro pluralizou-se: o desbussolamento pulsional, a invenção de soluções solitárias em virtude da inexistência de um ideal coletivo e a pregnância crescente do contágio identificatório devido a influência dos meios de comunicação.

Na entidade pesquisada vemos estes efeitos subjetivos dos “comitês de ética”, das “tribos” e seus representantes vinculados a partidos políticos, instituições privadas de categorias profissionais que se multiplicam e se degladiam umas com as outras. Podemos concluir que o “olhar panóptico foucaultiano” ainda se faz presente no cotidiano da entidade nas diversas demonstrações do poder soberano, isto é, nos comissionamentos, nos descomissionamentos, nas mudanças das regras, das novas normas, nos novos posicionamentos, na inclusão e exclusão de indivíduos nas “tribos”. É um olhar que tudo vigia, disciplina, pune. E todos, inclusive o cidadão comum, passaram a ser objeto do olhar vigilante. Uma entidade democrática e, neste jogo de forças, “vale tudo!”, desde o “voyeurismo”, o “exibicionismo”, o “sadismo”, o “masoquismo”.

Tudo isso corrobora com o discurso pós-moderno, como veremos, a seguir, egoísta e hedonista, e faz apologia ao direito, e ao gozo sem o limite da lei da castração.

#### **4.2.5. O Mercado: o Outro hipermoderno**

Coelho dos Santos (2015) comenta a tese de Dufour quando este apresenta se o mercado, dos “tempos neo-liberais”, não se constituiria no novo grande sujeito. Para a autora a narrativa que glorifica a mercadoria atualmente é a dominante. Desde a relativização absoluta decorrente das narrativas do Estado-nação a mercadoria e o capital podem circular livremente sem fronteiras, e mais, a mercadoria está liberada inclusive para funcionar sem fronteiras na economia pulsional. Dessa forma, resta ao desejo, de cada um encontrar um objeto à sua medida, industrializado ou customizado, mas perfeitamente adequado à fantasia do consumidor. Se levarmos em conta que a satisfação absoluta é impossível, haveria sempre a retroalimentação do mercado reconduzindo o consumidor indefinidamente à demanda.

Para Dufour, *apud* Coelho dos Santos (2015), o atual mercado teria chegado ao apogeu vislumbrado por Adam Smith relembrando a definição da “mão invisível”. O mercado, neste sentido, seria o novo Deus que apregoa que cada um deve perseguir livremente a satisfação de seus interesses egoístas, lembrando a referência à lei moral sadeana, pois só assim é possível alcançar o interesse coletivo da sociedade. No lugar da providência divina (Deus existe) teremos uma “mão invisível” que tudo regula (A lei do

mercado existe). Para Dufour, a lei interna ao mercado é a produção de quantidades cada vez maiores de mercadorias e de custos cada vez menores. Mercado esse que deve expandir os novos usos da mercadoria passando por todas as esferas das relações, sejam elas, comunitárias, interpessoais, sexuais e geracionais.

Para compreensão do deslocamento do capitalismo moderno ao capitalismo financeiro na hipermodernidade, seguindo a elaboração de Coelho dos Santos (2015), é necessário que migremos da noção de “discurso” para a noção de “rede”. O discurso do mestre é ainda a matriz de três outras variantes (histórica, universitário e do analista) e é uma formalização do complexo de Édipo. Lembremos os lugares e as letras: o Nome-do-Pai corresponde à letra  $S_1$ , o  $S_2$  corresponde ao desejo da mãe, a letra  $\$$  é o lugar do sujeito e, finalmente, a letra  $a$ , escreve o gozo, submetido à operação do recalque. A autora lembra que, o gozo incestuoso, ou impossível, para colocar-se em discurso, deverá submeter-se à lei do desejo. E é isso que está na lógica da falta-a-ser constitutiva do sujeito barrado pelo significante do Nome-do-Pai.

E qual é a lógica da “rede”? Para Coelho dos Santos, a lógica da rede é diferente e não supõe nenhum terceiro, ou seja, a alteridade da exceção representada pelo Nome-do-Pai. Na rede tudo está no mesmo plano horizontal, não existe nem exterioridade e nem interioridade, tudo se passa na relação dual, e, no lugar do ternário edipiano, temos uma dualidade. Quais as implicações deste modo de funcionamento em rede? Os contratos intersubjetivos dispensando o universal (Nome-do-Pai), todo conflito passaria por um mau funcionamento da relação dual, que poderá ser corrigido por meio de uma regulação local. Portanto, em rede já não se trata de uma regulação pela lei, mas pela norma (“comitês de ética”). Assim, as relações não precisam nem levar em conta a diferença, seja ela sexual ou geracional. A rede, segundo Dufour, *apud* Coelho dos Santos (2015), definida como um grau zero da sociedade, forluciu toda a relação com o ser. E, na hipermodernidade, passamos de um modelo neurótico, regime do inconsciente recalado, para um modelo psicotizante.

Portanto, Coelho dos Santos considera inútil insistir nas modalidades compulsivas de gozo fora do sentido e que resistiriam a qualquer interpretação. Se a sua hipótese estiver correta, acredita que se trata sempre de um desmentido da castração, que repercute na monotonia do “é proibido proibir” e faz eco da máxima sadeana de que qualquer um tem o direito de gozar do corpo de qualquer um, sem limites, até mesmo submetê-lo ao capricho das extorsões para o gosto de nele saciar-se. O sintoma hipermoderno é determinado pelo discurso egoísta e hedonista que faz apologia ao direito ao gozo sem o limite da lei da castração. A questão final posta pela autora é saber qual é o imperativo que está no comando o ideal ou o objeto  $a$ . Acreditamos, por tudo que foi exposto pela autora, que estamos sob o comando do

objeto *a*, objeto *a* versão dos objetos parciais da pulsão em uma de suas vicissitudes autoeróticas: retorno ao próprio eu.

Assim, na contemporaneidade, segundo Coelho dos Santos (2016), em lugar de uma economia psíquica kantiana fundada na renúncia ao gozo em benefício do soberano bem, ao contrário, viveríamos sob o imperativo sadiano do gozo. Haveria um desmentido banalizado da função do Nome-do-Pai, lugar este de agente da castração na fantasia neurótica. Isso ocorreria porque estamos diante de um sujeito mais liberado das amarras do recalque e que se mostra pouco disposto ou capaz de sublimar suas pulsões.

Coelho dos Santos (2016) lembra que os dois últimos séculos foram caracterizados por grandes invenções e pela identificação de limites, seja com a matemática de Hilbert, a lógica de Gödel, a economia de Marx e a psicanálise de Freud e, no século XXI, nada é impossível. Porém, não está convencida da tese que estaríamos vivendo sob o princípio do mais além do princípio do prazer, mas advoga que o imperativo de gozo em jogo na economia psíquica é distinto desse princípio. Tratar-se-ia muito mais de uma supressão do recalque expondo os fantasmas pré-edípicos a céu aberto, razão pela qual assistimos aos seguintes destinos pulsionais: sadismo, masoquismo, voyeurismo, exibicionismo, oralidade devoradora ou vomitadora, excreção ou acumulação anal. É uma posição distinta daquela definição freudiana da neurose como o negativo das perversões que imporá aos desejos se manifestarem nos fantasmas inconscientes. No entanto, diante do imperativo “É proibido proibir!”, todas essas manifestações pulsionais estariam a céu aberto e os fantasmas poderiam ser exibidos, escancarados, inclusive, passíveis de comércio no mercado para a satisfação de outros indivíduos.

Para melhor compreensão desse imperativo, que deu início a uma nova era marcada pela insatisfação e pelo rompimento de todos os limites, Coelho dos Santos entende que é preciso buscar os fundamentos nos movimentos de maio de 1968, apoiando-se em Mark Kurlansky. Seguindo Kurlansky, em 1968, embora o mundo ainda não fosse globalizado, em vários países, houve, por parte dos jovens universitários, uma rebeldia contra qualquer forma capitalista ou comunista, uma rejeição à maioria das instituições, dos líderes e dos partidos políticos. Foram movimentos antiautoritários, sem uma liderança, e as ideologias não eram muito claras, mas também não havia consenso. Kurlansky identifica quatro fatores históricos determinantes para a propagação deste movimento conhecido por maio 68: a luta pelos direitos civis dos negros, a rejeição de todas as formas de autoridades por uma geração que se sentia diferente e alienada, o ódio à guerra do Vietnã e o surgimento da televisão permitindo a transmissão simultânea de acontecimentos em diversas partes do mundo.

O objetivo de Coelho dos Santos é compreender porque esses comportamentos ainda estariam presentes na pós-modernidade, ou seja, o gosto anárquico pela rebeldia, uma ideologia frouxa e os efeitos de contágio acelerados pelos meios de comunicação e, até mesmo, a contribuição da psicanálise na propagação deste novo gosto. Para a autora, a aproximação do pensamento de maio de 68 com o pensamento filosófico desconstrucionista, anti-metafísico e anti-humanista, trazida pelos autores Luc Ferry e Alain Renault, assim como a observação de Melman sobre os moralistas, reforçaria sua tese de um desmentido rebelde da função do Nome-do-Pai. O pensamento filosófico de inspiração nietzscheana e heideggeriana teria orientado várias correntes pós-modernas na arte da desconstrução da metafísica ocidental. Os anos 60 também teriam sido marcados por obras distintas de linhagem desconstrucionista: Paul Ricoeur, Emmanuel Levinas, Jean Beaufret, Georges Canguilhem, Michel Serres, Jacques Bouveresse e Raymond Aron. Os filósofos como Foucault, Althusser, Derrida e Deleuze teriam sido mencionados fazendo parte do grupo relacionado ao movimento cultural de 68. Althusser teria reconhecido na rebeldia estudantil uma importância progressista, revolta intelectual que contribuiria para a luta da classe operária. Ou, mais recentemente, Jean François Lyotard, sua obra inspirada no movimento de 68, destacaria algo “vivo” no marxismo como seu sentido de “contestação”.

Coelho dos Santos se propõe, ainda, a fazer uma breve digressão sobre o estatuto da verdade na psicanálise de orientação lacaniana na sociedade da informação. O impacto decorrente da globalização, da economia e da expansão mundial do mercado financeiro seria responsável pelas transformações na relação entre o capital e o trabalho e contribuiriam para ampliar e proliferar o gozo do corpo falante. São notáveis os efeitos do advento da imprensa, da indústria da comunicação e da mercantilização da informação nas relações entre capitalismo e subjetividade. Além da vertiginosa revolução dos meios de comunicação desde o século XX, a realidade social, com o tempo real da informação, teria se tornado, em grande parte, virtual. A autora reforça o comentário de Lacan sobre os movimentos de maio de 68 quando este afirmou que o saber teria se tornado uma mercadoria e entrado no mercado com a ascensão do valor do diploma universitário. Tal observação de Lacan, conforme apresentamos, coincidiria com sua formalização da teoria do objeto *a*, objeto “mais-de-gozar” apoiado na teoria marxista do lucro, da “mais-valia”, definição do excedente gerado pelo trabalhador ao capitalista, decorrente da diferença entre o valor despendido para a produção da mercadoria e seu valor de venda. Na modernidade, tanto o usufruto do corpo e o tempo dedicado ao ócio estariam separados de seu “valor de uso” e seriam colocados a serviço da

produtividade, do lucro e do “mais-de-gozar”. Haveria, assim, ocorrido um rebaixamento de todos os “valores de uso” à condição de objetos “mais-de-gozar” a serviço da lei do mercado.

Segundo Coelho dos Santos no “corpo falante”, proposição lacaniana, seriam dois gozos: o da fala e o do corpo. O primeiro levaria à sublimação e o segundo ao sintoma. Neste último tratar-se-á de um circuito pulsional, embora submetido à lei do significante, conectado com o corpo como substância gozante. A autora lembra que Miller define que o corpo é de onde são extraídos os objetos *a* e o gozo é o que põe o inconsciente a trabalho. O sujeito do inconsciente é aquele que requer ser conectado ao corte representado pelo advento da ciência na modernidade, assim como o surgimento do capitalismo e a entrada da força de trabalho no mercado. Se para Freud o sujeito se definiria com a verdade da sexualidade recalcada a favor dos interesses da civilização, com Lacan temos que extrair os efeitos da mais-valia inerente às relações de produção. O sintoma além de servir à cifração do recalque da sexualidade serviria também como meio de gozo. E o ser falante seria efeito desse mais-de-gozar produto da máquina capitalista.

Para Coelho dos Santos, o conceito de ser falante viria ratificar que o recalque é produtivo, no sentido que, além de servir para cifrar o sexual da verdade inconsciente, ele também serviria à produção de um lucro, de um gozo com a fala. A autora lembra que em seu artigo, *O olhar sem véu* (2015), colocou em questão o fato da intimidade estar disponível no mercado como mercadoria com valor de troca conveniente ao capitalismo, ou seja, um gozo do corpo falante que se prestando ao gozo de outros corpos falantes. E, portanto, questiona se a passagem do privado ao público, fortalecida pela era da mídia, se a “verdade” não seria mais uma mercadoria disponível no mercado, “verdade” esvaziada de seu valor absoluto e utilizada pela mídia sensacionalista, e que valeria pelo seu impacto sensorial capaz de provocar.

A expressão “verdade mentirosa” foi extraída do *Prefácio à edição inglesa do Seminário 11* (LACAN, 1976/2003), *apud* Coelho dos Santos (2016). A autora nos esclarece que não se trata de um par de opostos, verdade mentirosa e verdade verídica, mas de uma aliança constitucional da verdade com a mentira, em que a própria verdade seria uma mentira, seguindo a leitura de Jacques-Alain Miller (2011/2009) do texto de Lacan. Interpretação que o próprio Miller reconhece como ousada já que Lacan teria feito da verdade o pivô da experiência analítica. O que o leva a retificar sua interpretação ao afirmar que a verdade é intrinsecamente mentirosa, se aproximando, então, da definição de Lacan da verdade como efeito, que tem como causa o significante. Para Coelho dos Santos, parece-lhe óbvio que haja uma diferença em afirmar que a verdade tem efeito de significante ou afirmar que a verdade



seja mentirosa, considerando-se que, em essência, a cadeia significativa não é arbitrária, mas determinada pelo significante mestre do Nome-do-Pai. Se excluíssemos o Nome-do-Pai como agente do discurso, aí sim poderíamos afirmar que o Outro não existe e concluir que toda verdade é mentirosa e tudo não passaria de uma elucubração de saber sobre o real. Porém, se Miller optou pelo caminho da inexistência do Outro para abordar as relações entre o universal, o particular e o singular, a autora, por sua vez, escolheu outra abordagem. Para Coelho dos Santos, além da universalidade do fantasma da castração, todo sintoma se comportaria como um real contingente, uma articulação singular entre o significante mestre e o objeto *a* e nenhuma interpretação poderia dissolvê-lo, mas apenas reduzi-lo a uma ficção. E os efeitos da interpretação não demonstrariam sua adequação ao real, esses não alcançam a separação do significante ( $S_1$ ) com o corpo (objeto *a*). Por isso, podemos afirmar que a psicanálise é uma demonstração da impossibilidade do sentido incluir todo o real, comportando sempre uma dimensão incurável que tem o analista como testemunha.

#### **4.3. Psicanálise nas organizações hipermodernas**

Para ampliarmos nossa visão do que se passa, mais especificamente, no contexto organizacional, inclusive na entidade pesquisada, nos apoiamos em alguns autores. O psicanalista Teixeira (2008) nos traz esta dimensão sociotécnica da avaliação psicológica distinguindo-a da prática psicanalítica. Canguilhem (2011) que nos faz refletir sobre a “normatividade” presente na sociedade desde o século XIX, mas que, em nossa visão, teria ganhado um “*up-grade*” na sociedade hipermoderna. E Coelho dos Santos (2012) ao fazer uma descrição do que passa com as competências requeridas hoje nas sociedades de consumo e seus efeitos sob os trabalhadores.

Segundo Teixeira (2008), é Canguilhem quem nos esclarece que a psicologia, na condição de disciplina do comportamento humano, traz para si o papel de detentora de uma teoria de avaliação das habilidades, precisamente no momento do século XIX em que a biologia se organizava em torno da teoria geral das relações entre os organismos e o meio, e do surgimento de uma ideologia dos valores da sociedade industrial voltada para o aspecto instrumental da habilidade humana. Com a difusão do igualitarismo semeado pela Revolução Francesa, à medida que diminuía o antigo valor dado à sabedoria, aumentava o valor dado à competência técnica. E a psicologia foi se afirmando como prática de expertise, tendo como função determinar objetivamente a capacidade técnica dos indivíduos diante da queda dos valores antes atribuídos ao privilégio social. Assim, o autor nos adverte o que está em questão

na transformação reificante dos homens em instrumento, isto é, fazer deles algo de comportamento previsível e funcionamento calculável. Perspectiva essa que suspende qualquer questionamento singular que não comporte o cálculo estatístico. Esse processo de reificação instrumental converte os sujeitos em entidades mensuráveis, procedimento perfeitamente alinhado ao modo de organização capitalista, esforço explícito de estabelecer critérios de equivalência formal tal como descrito por Marx no livro I de *O capital*, dos objetos reduzidos à forma de mercadoria.

Teixeira retoma o pensamento de Canguilhem (2011), ao destacar que o avaliador opera na maior parte das vezes como um prático profissional de uma ciência inspirada pela pesquisa de leis de adaptação a um meio sociotécnico, ofertando operações de medida e uma significação de expertise. Para esclarecer a definição de meio sociotécnico sobre o qual atua o avaliador, deve-se considerar que ele se constrói a partir da substituição do antigo modo de organização social, composto em conformidade com o paradigma da lei, pelo paradigma que se impõe, cada vez mais, pelas chamadas relações contratuais, conforme definição descrita por Milner e Miller (2006). Se o primeiro, paradigma da lei, era regido pela lei e supunha a autoridade do grande Outro, implicando uma relação dissimétrica essencial entre as partes que dele se autorizam, o segundo, as relações contratuais, por sua vez, se apoiam numa relação de equivalência entre os parceiros nele envolvidos – como prega *O capital*, a partir do conceito de mais-valia, esse excesso que não se deixa substituir pelo cálculo entre força de trabalho e salário. O autor, alinhado ao pensamento de Jean-Claude Milner (2006), supõe ser neste “materialismo capitalista” que a psicanálise se inscreve, “ao formalizar, na relação do sujeito ao gozo, esse algo que não se deixa absorver nas formas de equivalência em que se definem as diversas habilidades instrumentais” (TEIXEIRA, 2008, p. 43). Isso para mostrar que o dispositivo psicanalítico situa exatamente esse algo que excede a todo princípio de comparação, por isso distancia-se das práticas comprometidas com os procedimentos de avaliação psicológica.

Canguilhem (2011) destaca que é por referência à polaridade dinâmica da vida que podemos considerar normais determinados tipos ou funções. Em relação ao que designa como “normatividade biológica”, o autor esclarece: “Se existem normas biológicas, é porque a vida, sendo não apenas submissão ao meio, mas também instituição de seu próprio meio, estabelece, por isso mesmo, valores, não apenas no meio, mas também no próprio organismo” (p.165). Quanto à caracterização do normal e do anormal, acrescenta: “Não é a ausência de normalidade que constitui o anormal. Não existe absolutamente vida sem normas de vida, e o

estado mórbido é sempre uma certa maneira de viver” (p. 165). “[...] O homem é são, na medida em que é normativo em relação às flutuações de seu meio” (p. 165-166).

Dessa forma, o conceito de norma, inclusive no que tange à fisiologia, não pode ser reduzido a um conceito determinado objetivamente por métodos científicos. “Portanto, na verdade, não há uma ciência biológica do normal. Há uma ciência das situações e das condições biológicas consideradas normais. Essa ciência é a fisiologia” (p. 166).

Considerar o normal e o patológico como diferenças de intensidade em suas manifestações significa, para Canguilhem, estabelecer outra relação com os conceitos de saúde e doença, em que a primeira é definida como criadora de valor das normas vitais e a segunda como um modo de viver mediante as flutuações do meio. Portanto, o estado patológico não é a ausência de qualquer norma, mas a doença é uma norma de vida incapaz de se transformar em outra norma. Já a saúde é a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir outras normas diante de situações novas. O autor define, assim, o normal como variações quantitativas em relação ao anormal. Isso nos permite pensar qual a modalidade discursiva preponderante nas organizações e quais os efeitos sobre os trabalhadores, bem como quais as respostas subjetivas ao trabalho: saúde ou *pathos*.

De acordo com Coelho dos Santos (2012), para fazer face às exigências da contemporaneidade, as organizações devem ser processualmente orientadas e focadas nos seus potenciais consumidores. Precisam ser ágeis e enxutas e suas tarefas devem pressupor, por parte de quem as executa, amplo conhecimento do negócio, autonomia, responsabilidade e habilidades para a tomada de decisões em ambientes cada vez mais complexos. Os laços sociais orientados para o consumidor implicam uma organização do trabalho mais adaptável às mudanças do mercado. Os laços do trabalhador com a organização e com sua carreira ficam mais frouxos. Uma maior horizontalização das tarefas está mais de acordo com a dispersão geográfica própria à globalização. É preciso um novo perfil de trabalhador com características, como comportamento proativo, na solução de problemas e situações inusitadas, capacidade de trabalho em grupo e de pensar e agir em sistemas interligados e cada vez mais complexos.

Na visão de Coelho dos Santos (2012), os sistemas contemporâneos de gestão das relações sujeito-trabalho-organização conduzem o trabalhador a gerir-se enquanto dono de sua própria carreira. A fidelidade e a confiança na organização são muito afetadas em países como o Brasil, em que o relacionamento emocional, a camaradagem e a informalidade estão fortemente associados ao protecionismo e ao vínculo empregatício e de autoridade. O imediatismo dos objetivos das organizações estimula o carreirismo. Os novos modelos de

gestão enfatizam a transitoriedade das equipes e desfavorecem a emergência de *laços sociais fortes*.

Na organização contemporânea, ainda de acordo com o pensamento de Coelho dos Santos, as demandas de um ambiente em constante mutação, as necessidades renovadas dos clientes, a rápida evolução tecnológica e as profundas transformações sociais em curso têm pressionado as organizações a adotar uma nova concepção de gestão que favoreça a flexibilidade, a inovação, a criatividade, a produtividade e a qualidade dos produtos e serviços, que enfatize o trabalho em equipes, a multifuncionalidade, a polivalência, a demanda por competências profissionais cada vez mais sofisticadas e de participação dos trabalhadores no processo de inovação tecnológica, e outras decisões associadas à produção.

Para Coelho dos Santos, os homens são meramente definidos como consumidores e presenciemos a existência de um mercado que não se interessa pela singularidade dos sujeitos, nem pelo que eles têm a dizer, senão como consumidores vorazes e dóceis. A caça ao mais-de-gozar que a civilização atual nos propõe fomenta a ilusão de que se pode reencontrar o objeto *a* causa do desejo sem pagar o preço de perdê-lo e recriá-lo. É esse limite interno ao campo do prazer e do gozo que a promessa hedonista promete apagar e a psicanálise busca reavivar.

No contexto do fenômeno da avaliação no mundo contemporâneo de mensuração, medição, normatização, legitimados por um saber dito científico que contribui para apagar as diferenças individuais do trabalhador, segundo Coelho dos Santos, verificamos que a psicanálise tem algo a contribuir e se diferencia desta posição por apostar no que cada sujeito pode interpretar da diferença sexual e da inexistência da relação sexual e qual a solução sintomática singular de cada um.

#### **4.4. Considerações finais**

Traremos, a seguir, uma perspectiva sócio-político-econômica dos impactos na sociedade capitalista marcada pelos conceitos de mais-valia e mais-de-gozar. Na apresentação do livro de Zizek Slavoj (2012), *O ano em que sonhamos perigosamente*, apud Batista & Rasia (2015), o autor é considerado um dos principais teóricos contemporâneos, trazendo discussões críticas culturais e políticas cruciais para pensarmos a pós-modernidade. Inicialmente Zizek, apud Batista & Rasia (2015), propõe uma releitura de *O Capital*, de Marx, defendendo a inclusão das populações ao redor do mundo excluídas da história, deliberadamente, pelos projetos modernizadores do capitalismo do primeiro Mundo. Os

explorados não seriam apenas os trabalhadores produtores de mais-valia, mas aqueles tolhidos do sistema e “condenados” a não criar. A economia capitalista precisa não só dos trabalhadores explorados, mas do “exército de reserva”. Neste contexto aqueles que estão empregados são considerados “privilegiados”, e isso criou uma nova “burguesia”, são os empreendedores e gerentes especializados, funcionários públicos etc. ávidos por melhor remuneração calcada na sua competência. No entanto, a realidade não tem distinguido a competência. “A realidade é que os procedimentos avaliativos são mecanismos arbitrários de poder e ideologia que não medem a competência, mas têm objetivos claros de uma política para manter uma ‘classe média’ com uma estabilidade social” (Batista & Rasia, 2015, p.243).

Segundo Batista & Rasia (2015), o que determina a estrutura da sociedade é a economia presente neste processo mercadológico e tudo está regulado pela ordem do político e do ideológico, elas se tornam o princípio e o fim que justifica o papel sociopolítico. Em nome das conquistas ideológicas existe sempre uma justificativa, mesmo aquilo que é negativo é tratado como positivo, por exemplo, barbáries como antissemitismo, racismo, sexismo, fomento da violência. Nesse sentido, o autor propõe uma conclusão sobre o capitalismo de é possível que ele seja a primeira ordem que perde sua totalização e as revoltas são resquícios da produção de uma ideologia capitalista abalada.

De acordo com Zizek, *apud* Batista & Rasia (2015), desde 1990, com a queda dos regimes comunistas, estamos sem referenciais ideológicas e vivemos uma “época de pós-ideologia”. Há um contingente de pessoas, parte incluída e parte excluída, que nos levaria a assumir uma violência às vezes desprovida de sentido, mas, talvez essa fosse uma forma de protestar em busca da ascensão daqueles excluídos desse “novo capitalismo” que vem solapando as democracias vigentes nos países. Para Zizek é preciso que sejam construídas mudanças capazes de construir de forma sólida um “corpo político” forte e rápido nas decisões. Para tal condição será necessária uma “revolução cultural”, incluindo uma mudança radical no sistema capitalista “pós-moderno”. Pois, hoje, o modelo vigente de grandes empresas símbolo, é marcado pelo trabalho escravo, que reforça um sistema que apresenta um desequilíbrio e se apoia nas relações estabelecidas entre exploradores e explorados para se manter, assim como do consumo exagerado da população que impulsiona o mercado responsável por distorções financeiras que alimentam o capital dos exploradores.

Trazendo este debate para o contexto do cenário político-econômico brasileiro, tal regulação pela ordem do poder político e ideológico se faz presente, bem como o sistema do “novo capitalismo” reforça a condição de excluídos e incluídos. Isso nos interessa

particularmente e, por conseguinte, iremos aprofundar um pouco mais no capítulo referente à contextualização da Previ.

Nossa proposição é que se trata de um ambiente eminentemente perpassado por questões políticas e partidárias, em que pretendemos situar como ocorre o processo dos excluído e incluídos, bem como a mentalidade das pessoas que prestam serviços à entidade. Nesta organização haveria espaço para a competência e a meritocracia? Como os trabalhadores que aí estão convivem com estas questões?

## **O TRABALHO PROFISSIONAL EM UM FUNDO DE PENSÃO BRASILEIRO VINCULADO A UMA EMPRESA ESTATAL: MERITOCRACIA *VERSUS* APARELHAMENTO POLÍTICO-PARTIDÁRIO (CAP. 5 E 6)**

### **5. O CASO PREVI “MARAVILHOSA”**

Decorrida esta longa explanação do contexto do trabalho da modernidade à hipermodernidade, entraremos, mais detalhadamente, na apresentação do âmbito interno da entidade Previ, a Caixa de Previdência dos funcionários do Banco do Brasil. Partimos do pressuposto da existência de influências político-partidárias na entidade, o que reforça ainda mais a importância de a psicanálise lançar uma luz sobre o cotidiano de uma entidade perpassada por diversos discursos e correlação de forças. O discurso psicanalítico nos serve de guia quando nos aponta o “desbussolamento” presente na contemporaneidade, assim como na entidade pesquisada.

Pretendemos tecer detalhes do cotidiano desta entidade apontando indicadores do mal-estar experienciado pelos indivíduos que ali atuam e seus efeitos subjetivos. Trata-se de um local de trabalho perpassado periodicamente por mudanças nas carreiras, principalmente em relação aos segmentos de cargos representados pelos “eleitos” perpassados pelas mais diversificadas concepções político-ideológicas. Tais transições geram uma descontinuidade nos processos administrativos vigentes.

Também analisaremos as mentalidades “moderna” ou “arcaica” presentes na entidade. A mentalidade “moderna” tende a ser mais representada pelas diretorias dos “indicados”, devido à continuidade da metodologia de trabalho das áreas de investimentos do mercado financeiro. Já a mentalidade “arcaica”, aquela tradicionalista e contrária aos ideais modernos, teria sua maior representatividade nos “eleitos” e a tônica decorrente do “mercado de votos” que os tangencia.

A tendência de maior insatisfação e mal-estar dos trabalhadores seria decorrente de flutuações e instabilidades periódicas, vulnerabilidades atreladas às configurações político-econômicas e partidárias que perpassam a Previ. Este talvez seja um preço pago ao processo democrático instituído na entidade com a eleição de seus representantes, bem como pela sua representatividade junto à esfera do governo federal brasileiro.

Dentre outros mal-estares, ocorre a perda de referenciais do trabalho, bem como o maior esforço despendido para dar mostras de maior competência. O cenário é abalado de tempos em tempos pela instabilidade nas políticas internas e externas e perpassa todos os níveis organizacionais. Há também outro mal-estar decorrente do “compromisso” ou da “confiança” esperados do “indicado” ou do “eleito” entre seu “apoiador” em contraposição ao maior interesse da entidade – uma incompatibilidade, às vezes intransponível, entre a defesa do maior interesse da carreira individual ou o maior interesse da entidade, do coletivo. Estes são alguns dos mal-estares experienciados na entidade que iremos tratar nos próximos capítulos.

Primeiramente, passemos à descrição do cenário da Previdência, assim como a contextualização da entidade pesquisada, para, na sequência, tratarmos da mentalidade.

## **5.1. Contextualização: o mercado de previdência no Brasil e a Previ**

### **5.1.1. Breve retrospecto da legislação de previdência privada no Brasil**

O sistema de previdência privada divide-se em regime aberto e fechado. A previdência aberta é oferecida por seguradoras ou bancos e as contribuições são acordadas com os clientes; já a previdência fechada é estruturada por uma empresa patrocinadora ou entidade instituidora ofertada apenas aos seus funcionários ou filiados, e o valor das contribuições é paritário entre a patrocinadora e os participantes ou apenas pelo participante (instituidor). O regime da Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil) é fechado.

Passanezi (*apud* MACIEL, 2013) informa que, em 1991, no Brasil, junto com as Leis n. 8.212 e n. 8.213, estudadas mais adiante, buscou-se conter o impacto gerado pelas medidas aprovadas pela Constituição de 1988 no sistema de previdência. Em 1992, o Governo Federal, sob a presidência de Fernando Collor de Melo, apresentou uma proposta de reforma da Seguridade Social a ser discutida pelas diversas representações sociais. A proposta teve como eixo unificar os regimes previdenciários dos servidores públicos e dos trabalhadores da iniciativa privada. Porém, ela foi descontinuada em 1993 pelo então presidente Itamar Franco, ao promulgar a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) – Lei n. 8.742.

Em dezembro de 1998, após longo processo de disputa política, ocorreu a promulgação da Emenda Constitucional n. 20, que gerou alterações em ambos os regimes, passando a existir a Previdência Social, Previdência do Setor Público e Previdência Complementar. Neste modelo, a previdência complementar ficou sob a gestão da iniciativa privada e o regime de repartição simples sob a gestão do Estado; o teto do benefício da



previdência social foi limitado em dez salários mínimos e os contribuintes com remuneração laboral acima deste teto deveriam buscar na previdência privada um benefício complementar à sua renda.

Para Kaznar e Oliveira (2006, apud MACIEL, 2013) as Leis Complementares nº 108<sup>53</sup> e nº 109<sup>54</sup> se tornaram modelos de gestão mais moderna, tendo em vista que, a partir de então, a participação dos associados não se limita apenas à fiscalização.

A Lei Complementar nº 108 tem como finalidade cumprir o previsto no artigo 202 § 4º da Constituição Federal que trata do regime de previdência privada. A estrutura organizacional das entidades deve ser constituída, conforme previsto no Art. 9º, por conselho deliberativo, conselho fiscal e diretoria executiva.

O conselho deliberativo deve ser composto por até seis membros, representado de forma paritária entre os participantes e assistidos e os patrocinadores, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente com voto de qualidade. Dentre as competências do conselho deliberativo listadas destacam-se a política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios, a alteração, implantação e extinção do estatuto e dos regulamentos dos planos de benefícios, a retirada de patrocinador, além da gestão de investimentos e planos de aplicação de recursos e a nomeação e exoneração da diretoria executiva.

O conselho fiscal, por sua vez, foi definido como o órgão de controle interno da entidade, composto de até quatro membros, representantes de forma paritária, dos patrocinadores e dos participantes e assistidos, cabendo a estes a indicação do conselheiro presidente e o voto de qualidade.

Já a diretoria executiva foi definida como o órgão responsável pela administração da entidade, seguindo-se a política de administração traçada pelo conselho deliberativo, e sua composição deve ser de até seis membros. Para participar da diretoria executiva os membros deverão atender aos seguintes requisitos mínimos: a) experiência comprovada na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; b) não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; c) não ter sofrido penalidade administrativa, seja por infração da legislação da seguridade social, da previdência

---

<sup>53</sup> A Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, “dispõe sobre a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp108.htm). Acesso em 25/08/2016.

<sup>54</sup> A Lei Complementar nº 109: “Dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar e dá outras providências”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp109.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp109.htm). Acesso em 25/08/2016.

complementar ou como servidor público; e d) ter formação de nível superior. E, ainda, foi vedado aos membros da diretoria executiva o exercício de atividade junto ao patrocinador.

Na Lei nº 108, complementada pela Lei nº 109, sancionada em 29 de maio de 2001, reza que é objetivo do Estado, dentre diversas atribuições já destacadas aqui, determinar os padrões mínimos de segurança econômico-financeira e atuarial, visando preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios e da entidade de previdência, e, ainda, assegurar aos participantes (pessoas físicas que adere aos planos de benefícios) e assistidos (participante ou seu beneficiário em gozo de benefício de prestação continuada) o pleno acesso de informações referentes aos planos a que estão vinculados.

De acordo com Fernandes (*apud* MACIEL, 2013), a garantia de pagamento de benefícios futuros requer um acompanhamento efetivo dos resultados e os fundos de pensão caracterizam-se como um negócio financeiro. O objetivo é garantir determinado fluxo de caixa que permita o pagamento de benefício aos participantes durante seu período de aposentadoria. Já para Blecher (*apud* MACIEL, 2013), existem dois níveis de problemas na gestão dos fundos de pensão, o primeiro é a relação entre os participantes contribuintes e a delegação da gestão dos recursos à diretoria do fundo de pensão e, o segundo, o desalinhamento de interesses entre a diretoria e acumulação de utilização de reservas. No primeiro nível, a escolha da diretoria dos fundos de pensão pode ser motivada por interesses políticos e não técnicos, gerando uma não identificação entre representantes que administram os recursos dos representados. Embora a Lei Complementar n. 108 tenha avançado na limitação do número de diretores, conselheiros deliberativos e fiscais para os fundos de pensão patrocinados por entes públicos, bem como na exigência de paridade entre os representantes dos participantes e assistidos e da patrocinadora, ela manteve o voto de qualidade para a empresa patrocinadora no conselho deliberativo e na diretoria executiva.

A Resolução n. CGPC CGPC (Conselho Geral de Previdência Complementar), atualmente denominado CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar), de 23 de dezembro de 2006, segundo Maciel (2013), dispõe sobre a divulgação de informações aos participantes e assistidos dos planos de benefícios nas entidades fechadas de previdência complementar. Outra referência na governança corporativa das entidades fechadas de previdência complementar é a Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) n. 3.792, de 24 de setembro de 2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, segundo o Ministério da Previdência Social.

### 5.1.2. Cenários da Previdência no Brasil<sup>55</sup>

Segundo Souza (2014), em matéria publicada em *O Girassol*, em 21/01/14, o Brasil fechou o ano de 2012 com quase 18 milhões de aposentados e pensionistas urbanos. Destes, 8,5 milhões recebem um salário mínimo.<sup>56</sup> Ainda nesta faixa de remuneração, temos que somar 9 milhões de aposentados e pensionais rurais e 4,1 milhões de benefícios assistenciais, perfazendo o montante de 21,6 milhões de homens e mulheres na fronteira da iniquidade social. O valor médio dos benefícios concedidos em 2012 era de R\$ 987,41. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) contabilizou 51,1 milhões de segurados, ou seja, um quarto da população brasileira e mais de 50% da população economicamente ativa, de 100 milhões. O assunto previdência possui elevada complexidade de entendimento para a população em geral, mais ainda no que diz respeito ao valor mensal de contribuição e o futuro benefício ao completar o tempo previsto de contribuição.

Em 2013, segundo dados da *Gazeta Mercantil*, em 22/01/2014, a previdência oficial apresentou um déficit de R\$ 50 bilhões. A partir de 01/03/2015, a previdência iria apertar ainda mais as regras de concessão de benefícios, principalmente o auxílio doença e invalidez. Neste cenário, o governo criará uma “tributação alternativa” para os fundos de pensão atraírem mais participantes para o sistema de previdência complementar fechada, aproximando as regras já aplicadas aos planos de previdência aberta.

O aumento surpreendentemente rápido do déficit da Previdência Social, segundo matéria da Agência Estado de S. Paulo, em 27/01/2014, revela a urgência de necessárias mudanças no sistema previdenciário no sentido de que tragam equilíbrio no presente e para o bem-estar das gerações futuras. Dentre as principais razões dos problemas econômicos do país estão a alta taxa de inflação, o crescimento lento e deterioração da política fiscal, além das dificuldades do governo com sua base no Congresso. No entanto, se nada for feito, o déficit da Previdência crescerá 20 vezes até 2050 e tal rombo decorrerá também do envelhecimento da população. Atualmente, para cada pessoa com mais de 60 anos, há 5,3 pessoas em idade economicamente ativa – é esta a relação entre pessoas em idade de se aposentar e as que podem trabalhar e contribuir para a Previdência. Contudo, com a mudança do padrão demográfico, o aumento da população idosa e a redução da taxa de fecundidade (aumento da expectativa de vida dos brasileiros e diminuição do número de filhos) haverá apenas 1,8 pessoa em idade ativa para cada uma em idade de aposentadoria.

---

<sup>55</sup> Dados cedidos por Vanzillota (2014). Instituto Ideas, Artigos Interessantes 151 (jan 2014).

<sup>56</sup> Valor base salário mínimo no Brasil naquele ano: R\$ 724,00.

Se hoje a Previdência é deficitária, o cenário futuro será ainda mais crítico quando houver mais beneficiários e muito menos contribuintes. Segundo matéria do *Monitor Mercantil*, de 30/01/14, o lançamento do livro *Melhores aposentadorias, melhores trabalhos: em direção à cobertura universal na América Latina e no Caribe*, editado pela Unidade de Mercado de Trabalho e Seguridade Social do Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), trouxe à tona mais um dado relevante do cenário do mercado de trabalho brasileiro: até 2050, a população com mais de 65 anos no país se multiplicará por quatro, passando de 13 milhões a 51 milhões e, destes, 40% não terão uma aposentadoria contributiva e dependerão do Estado ou de suas famílias. O mercado de trabalho formal é visto como o epicentro da baixa cobertura de aposentadorias. Hoje, para cada aposentado, existem dez trabalhadores potenciais. Em 2050, a proporção diminuirá para um aposentado para cada três trabalhadores potenciais! No livro, se reconhece que o Brasil é um país muito inovador em políticas de formalização e que, na última década, teria conseguido avanços importantes na criação de milhões de empregos formais. Por isso, é importante seguir o aprofundando da formalização (do trabalho), pois esta será uma maneira eficiente de aumentar a arrecadação previdenciária e evitar quedas acentuadas na capacidade de consumo da população ao atingir a idade da aposentadoria, a chamada “suavização do consumo”, que pode gerar impactos negativos no mercado interno.

Outro dado a observar no mercado de trabalho brasileiro, segundo a *Folhaweib*, de 18/02/2014, em decorrência do aumento da expectativa de vida e das mudanças na regra da aposentadoria oficial, é o crescimento no país do número de pessoas economicamente ativas com idade superior a 60 anos. Há vários fatores para o trabalho após a aposentadoria, mas a questão econômica é a mais determinante em função da redução dos benefícios pagos pela Previdência, redução esta decorrente do fator previdenciário.<sup>57</sup> Por ano, projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a expectativa de vida do brasileiro cresce. Em 2012, a esperança de vida ao nascer, no Brasil, passou para 74,6 anos. Em 2011, a taxa era de 74,08 anos.

Para Lauro Araújo, entrevistado em 24/02/14 no citado *Folhaweib*, o objetivo de qualquer plano de aposentadoria é proporcionar renda adicional ao aposentado de forma segura, ou seja, prover renda de aposentadoria para as pessoas que já viveram sua fase

---

<sup>57</sup> Mecanismo criado em 1999. Trata-se de uma fórmula que leva em consideração o tempo de contribuição do trabalhador, a idade e a expectativa de vida no momento da aposentadoria. Quanto menor a idade e maior a expectativa de sobrevida, menor será o benefício. Esse é justamente o papel do fator previdenciário: “convencer” o trabalhador a adiar a aposentadoria, prolongando o tempo da contribuição.

produtiva. Os Fundos de Pensão administram planos de aposentadoria e não são fundos abertos de investimentos. A existência de um plano de aposentadoria se baseia no fato de que o risco do coletivo é menor do que o risco do individual, os recursos são investidos em grandes blocos, reduzindo o custo de gestão do plano e toda a relação do participante com o plano é regida pelo Contrato Previdencial. O plano de aposentadoria é muito mais do que um instrumento financeiro, é planejamento de vida. Existe um interesse muito maior por trás de um plano de aposentadoria: segurança e capacidade financeira no pós-carreira.

De acordo com matéria divulgada no *Correio do Povo Online*, de 06/01/13, o Brasil vive desde a década de 1970, o que os estudiosos chamam de “bônus demográfico” ou “janela de oportunidades”, em consequência da queda simultânea das taxas de natalidade e mortalidade. Esse fenômeno ocorre quando o número de jovens e adultos (na literatura econômica, designados como “força de trabalho”) cresce mais rápido que o de crianças e idosos (os “dependentes”). Nos últimos 40 anos, o grupo com idade entre 15 e 64 anos saltou de 55% para 69% da população brasileira, enquanto o conjunto dos mais novos e mais velhos baixou de 45% para 31%. Dados recentes do IBGE mostram que um em cada cinco brasileiros na faixa entre 15 e 29 anos não estuda nem trabalha.

De acordo com matéria do *Jornal do Comércio*, de 16/12/13, longevidade em alta e previdência oficial com limite de valor do benefício são o presente e também o futuro de quem terá de se aposentar. Estas duas variáveis tendem a impulsionar a oferta de fundos de pensão como tática para manter o quadro de pessoal e fomentar a poupança:

O mundo dos fundos de pensão, dentro da chamada previdência complementar fechada, há muito tempo deixou de ser exclusividade de grifes do ramo de estatais como Banco do Brasil [*Previ*], Petrobras [*Petros*] e Caixa Econômica Federal [*Funcef*]. A modalidade entrou no radar de empresas privadas como estratégia para ampliar benefícios e formar poupança para melhorar a renda dos empregados na aposentadoria. A alternativa ganhou mais impulso com o aumento da expectativa de vida dos brasileiros, que exige mais tempo de contribuição à previdência oficial, alvo de frequentes mudanças de regras e que opera com teto de valor, hoje em R\$ 4.159,00. (*Jornal do Comércio*, 16/12/2013, grifo nosso)

Em 2013, o número de participantes (que são os futuros beneficiários) de previdência complementar alcançou 2,4 milhões de pessoas, com quase 700 mil assistidos (que já estão recebendo as pensões), sendo 180 mil ligados aos planos líderes – Previ, Petros e Funcef. Os ativos somavam até junho cerca de R\$ 630 bilhões, 14,7% do Produto Interno Bruto (PIB).

A tábua de mortalidade em 2012, divulgada pelo IBGE, elevou de 74,1 anos para 74,6 anos a expectativa de vida do brasileiro. Na prática, para o contribuinte da previdência oficial, isso implica menor valor de benefício ou mais tempo de trabalho para compensar o maior

tempo de vida. Em dez anos, o teto de benefício caiu de dez para seis salários mínimos. Segundo estimativa da Associação Brasileira das entidades Fechadas de Previdência (Abrapp), apenas 3% da População Economicamente Ativa (PEA) estarão vinculados a algum fundo de pensão, como patrocinador (quando a empresa contribui com uma ou mais partes da poupança e o empregado com outra) ou como instituidor, quando é iniciativa de associações ou segmentos que alimentam a poupança.

Dados da Abrapp indicam que entre 10% a 15% dos assalariados formais recebam acima do teto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), clientela preferencial da complementação. São 324 entidades em operação no país, reguladas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).<sup>58</sup> Um plano de previdência complementar tem sido visto pelas empresas como uma ação de gestão de pessoal e como forma de fidelizar os empregados. Este tem sido também um diferencial para o profissional no momento de optar por uma empresa para trabalhar, diante de um cenário de maior longevidade e das limitações do teto da previdência oficial.

### **5.1.3. Situação atual da previdência no Brasil<sup>59</sup>**

Para situar o atual momento da previdência no país, trazemos algumas considerações apontadas em documento elaborado pela “Frente Parlamentar Mista em defesa da Previdência Social”, que foi recriada por iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS) e do deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), em conjunto com diversas associações, sindicatos e entidades nacionais, estaduais, municipais e distritais, com o propósito de garantir segurança jurídica e atuarial do sistema de Seguridade Social brasileiro. O objetivo da frente é contrapor-se ao argumento da situação deficitária e do risco de “falência”, isto é, desmistificar o mito do déficit da Previdência Social e demonstrar que o RGPS é superavitário. Inicialmente, comentam que nossa previdência é composta pelo seguinte tripé: seguridade social, saúde e assistência social, e não há distinção de recursos.

A população brasileira atingiu 202.768.562 habitantes (segundo estimativa do IBGE, 2014), sendo metade em situação economicamente ativa ou em idade produtiva, e a expectativa média de sobrevida em 2016 está em 75,7 anos. Do total de habitantes,

---

<sup>58</sup> A Previc estabelece diretrizes para o estudo de aderência da taxa de juros e demais hipóteses atuariais, normatiza e orienta procedimentos a serem adotados pelas entidades na realização dos estudos técnicos que visem atestar a adequação e aderência de hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos planos de benefícios.

<sup>59</sup> Disponível em: [http://www.anfip.org.br/publicacoes/20160627133441\\_Desmistificando-o-Deficit-da-Previdencia\\_01-06-2016\\_Folder-Frente-Parlamentar-Defesa-da-Previdencia.pdf](http://www.anfip.org.br/publicacoes/20160627133441_Desmistificando-o-Deficit-da-Previdencia_01-06-2016_Folder-Frente-Parlamentar-Defesa-da-Previdencia.pdf). Acesso em 13/09/2016.

52.969.358 são contribuintes e, segundo Boletim Estatístico da Previdência Social de 12/2015, menos de 60% dos brasileiros economicamente ativos estão contribuindo ou são segurados em algum Regime Previdenciário.

A frente criada contraria o déficit de 85,8 bilhões da Previdência Oficial em 2015, porque não teriam sido abordados os desvios de recursos para outros fins de interesse do Estado e alega-se que o mito do déficit foi criado para esconder a responsabilidade do Estado por suas incessantes políticas de renúncias fiscais, desonerações e desvinculações de receitas, além da ineficiência na cobrança de dívidas ativas. Para os autores da frente, as renúncias, desonerações e desvinculações são “cestas de bondades” concedidas ao empresariado e à política estatal comprometendo os benefícios da Seguridade Social. E, portanto, defendem a reforma na política fiscal, buscando a justiça social e a manutenção equânime do equilíbrio atuarial, para que a conta não seja paga pelos aposentados e pensionistas brasileiros.

Nos dados levantados da população brasileira, estima-se que em menos de 50 anos teremos um idoso para cada quatro brasileiros e a expectativa de vida ao nascer chegará de 81,2, sendo 32,5% das pessoas com idade acima de mais de 32,5 anos, contra 11,7 em 2016.

Para Paim e Faria de Sá (2016), na prática, hoje já existe idade mínima para aposentadoria, desde as reformas das Leis 9879/99 com a inserção do Fator Previdenciário, ou na recente Lei 13.183/2015, com a inclusão da regra 85/95 progressiva.

Outra questão em debate no documento “Desmistificando do déficit da Previdência” é a diferença de regras para homens e mulheres. As leis brasileiras instituíram uma diferenciação na aposentadoria da mulher e do homem, ou seja, a redução de cinco anos, tanto na aposentadoria por tempo de contribuição como por idade para as mulheres, alegando, dentre estas, as desigualdades das condições de ocupações e remunerações entre ambos, refletindo na qualidade de vida laboral da mulher. Existiria, hoje, defesa de posição contrária, alegando maior tempo de trabalho para mulher, tendo em vista os seguintes fatores: expectativa de vida superior ao do homem, menor vulnerabilidade à violência, menor mortalidade em acidentes de trânsito, menor taxa de consumo de álcool e tabagismo e maior cuidado com a saúde, questões biológicas e sociais. Por outro lado, uma terceira posição defende condições igualitárias, as mesmas de aposentadoria para homens e mulheres. Segundo dados do IBGE, a expectativa de vida das mulheres, na projeção para 2020, será de 79,8 anos, contra 72,5 dos homens; a remuneração das mulheres, contudo, ainda hoje é inferior à dos homens, quanto maior a escolaridade, maior a diferença.

No Brasil, existem três regimes jurídicos previdenciários, o Regime Geral, o Regime Próprio e o Regime Complementar. Para Paim e Faria de Sá (2016), existiria uma convergência entre os Regimes Próprios de Previdência Social e o RGPS.

O documento aponta, ainda, diversos temas e respectivas legislações que merecem maior discussão no tocante à reforma da Previdência. Por exemplo, a medida provisória (MP) 664/2015 que alterou: as regras de pensão por morte do cônjuge ou companheiro, as condições de deferimento, o percentual e o tempo de pagamento do benefício. Outro exemplo é a Lei 8213/1991, que conferiu condições de segurado-trabalhador aos agricultores familiares e pescadores artesanais, reconhecendo a contribuição destes para o desenvolvimento do país. E, na esfera da aposentadoria especial, teria havido uma restrição de direitos tornando mais difícil o enquadramento por exposição aos agentes de risco.

Quanto à categoria de servidores públicos, com a Constituição de 16/12/1988, foi inaugurada uma nova fase nas relações de trabalho com o Poder Público. Instituiu-se o Regime Jurídico Único e os planos de carreira para os servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional, mantendo-se o cômputo de aposentadoria integral. Foi na referida Constituição de 1988 o texto inaugural de previsão e organização da previdência complementar, bem como a proposta do limite mínimo de idade conjugado com o tempo mínimo de contribuição, além de critérios de preservação do equilíbrio financeiro atuarial e a instituição do tempo mínimo de contribuição substituindo o tempo de serviço.

A Lei 9717/1998 dispôs sobre regras gerais de organização e funcionamento dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal.

A Emenda Constitucional (EC) 41/2003 alterou o tempo de permanência no serviço público de 10 para 20 anos, além da idade mínima para aposentadoria de 53 anos e 48 anos, com a inclusão do redutor para aposentadoria antes de atingir a mínima de 60 anos e 55 anos, para homens e mulheres, respectivamente. Houve também a criação de previdências complementares para aposentadorias acima do teto do RGPS, gerido por entidades fechadas de previdência complementar. E outras regras foram alteradas a partir de 2005, como a fórmula 95 e 85, para o servidor, homem ou mulher, respectivamente, com ingresso no serviço público até 16/12/1998.

A EC 70/2005 garantiu aposentadoria integral e paritária por invalidez permanente para casos decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável ingressos no serviço público até 31/12/2003.



A Lei 12.618 de 30/04/2012 instituiu o regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, inclusive membros da magistratura, parlamentares, Ministério Público e do Tribunal de Contas da União; estipulou o mesmo limite para todos ao fixado pelo RPPS, e este passou a ter o teto de R\$ 5.189,82. Com a criação do Funpresp (Fundo dos Servidores Públicos), foram autorizados três regimes de entidades fechadas de previdência complementar, especificamente para o executivo, o legislativo e o judiciário, com adesão facultativa. E a Portaria 44/2013, da Previc autorizou o Regulamento dos planos de benefícios e o Convênio de Adesão da União à Funpresp. O servidor deve recolher 11%, e o órgão do trabalho, 22% do valor limite da RGPS e, a partir deste limite, o recolhimento das alíquotas entre 7,5%, 8% e 8,5%, é paritário entre servidor e órgão de trabalho; enquanto, no RGPS as alíquotas “patronais” variam entre 21% e 23%. Com a criação do Funpresp, o servidor receberá o limite da RGPS e complementação do Regime de Previdência Complementar.

Conforme descrito, o mercado de previdência complementar no Brasil<sup>60</sup> ganha mais e mais relevância diante de um cenário de instabilidade da previdência oficial, de aumento da expectativa de vida do brasileiro e da posição dos ativos das entidades Fechadas de Previdência Complementar, representando 12,6% do PIB,<sup>61</sup> sendo a Previ a primeira colocada no ranking dos fundos brasileiros.

## 5.2. Apresentando a Previ

A Previ é uma empresa privada, do ramo da Previdência Complementar, criada em 1904 pelos funcionários do Banco do Brasil (BB). Os beneficiários são funcionários da ativa do BB e funcionários do quadro próprio da Previ – denominados *participantes*. Quando estes passam a receber ‘benefícios’ previdenciários são identificados como *assistidos*. (Maiores informações sobre a história da Previ estão disponíveis em “Anexo”).

A Previ possui um patrimônio<sup>62</sup> equivalente a 23% do total de ativos dos fundos de pensão brasileiros (2015), congrega cerca de 7% dos associados de todo o sistema de previdência complementar nacional, com 202.520 participantes, e é o maior fundo de pensão da América Latina. A gestão da Previ ocorre de forma paritária – 50% dos seus dirigentes são

---

<sup>60</sup> Ver Vanzillota (2014): Instituto Ideas, Artigos Interessantes 151 (jan 2014).

<sup>61</sup> Dados de investimentos referentes a março/2016 e de população referentes a dezembro 2014. Fonte: site da Abrapp (<http://www.portaldosfundosdepensao.org.br/home.aspx>).

<sup>62</sup> Site oficial da Previ disponível em: <http://www.previ.com.br>. Acesso em 13/09/2016.

indicados pela patrocinadora (Banco do Brasil) e 50% são eleitos pelo voto direto dos participantes.

Mudanças na estrutura de governança da entidade têm lhe permitido seguir como referência do setor de previdência complementar, e persistir na maior aproximação e transparência junto aos participantes, entidades representativas, órgãos fiscalizadores e fornecedores. Ao zelar pela sua governança corporativa, a Previ tem acompanhado tendências de mercado e do cenário macroeconômico, aperfeiçoando suas Políticas de Investimento e cumprindo regras dos principais órgãos reguladores, controlando custos via implantação de um Programa de Eficiência Operacional e aperfeiçoando sua Política de Gestão de Riscos Corporativos.<sup>63</sup>

### 5.2.1. Normativos da Previ

O estatuto é o documento que rege e estabelece as normas de atuação da Previ e, desde a década de 1980, sofreu cinco alterações. Durante este período, o Brasil passou por mudanças no regime de escolha do presidente do Brasil e, como veremos mais adiante, tal fato político repercutiu nas escolhas dos representantes da Previ. Não podemos desconsiderar o fato de que seu maior patrocinador é o Banco do Brasil, sociedade de economia mista, sendo o Governo Federal o maior acionista e, portanto, tanto a escolha de seu presidente quanto a da patrocinadora Previ são diretamente influenciadas pelo presidente da República do Brasil em exercício.

Em 03/06/2002, a instituição sofreu intervenção do órgão do Governo Federal<sup>64</sup> visando promover a adaptação de sua organização estatutária ao disposto na Lei Complementar nº 108, resguardando os direitos dos participantes e assistidos da entidade, a exigência de paridade na representação da empresa e dos funcionários no conselho deliberativo do Fundo e o voto de qualidade do representante da patrocinadora. A intervenção terminou em 25/07/2002,<sup>65</sup> um dia após a realização da eleição dos membros do conselho deliberativo e fiscal, conforme previsto nas Leis Complementares nº 108 e nº 109.

---

<sup>63</sup> *Revista Previ*, n. 188, de junho de 2016. Disponível em: <http://www.previ.com.br>. Acesso em 25/08/2016.

<sup>64</sup> A intervenção foi decretada pelo Ministro da Previdência e Assistência Social, sr. José Cecchin, à época. Para a função de interventor foi nomeado o servidor Carlos Eduardo Esteves Lima, funcionário da carreira pública. Fonte: Estadão de 03.06.2002. Disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-decreta-intervencao-na-previ,20020603p31005>. Acesso em 16/08/2016.

<sup>65</sup> Informação disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,termina-intervencao-do-governo-na-previ,20020725p34444>. Acesso em 16/08/2016.

Contudo, segundo relato do interventor, dois problemas delicados não foram solucionados e mereceriam ser acompanhados: o passivo acumulado com a Receita Federal e o déficit atuarial. Quanto ao primeiro, foi sinalizada a possibilidade de renegociação de novo prazo para enquadramento ao Programa da Receita Federal de equacionamento do Imposto de Renda não recolhido sobre aplicações financeiras dos fundos, mediante compromisso da nova diretoria executiva de pagamento do passivo e desistência de questionamento judicial. Em relação ao segundo problema, o ajuste atuarial nas contas deveria aguardar a divulgação do balanço da entidade do ano civil 2002 e, caso o déficit se apresentasse superior ao limite tolerado, seria aplicada a Lei que prevê um plano de readequação de contas em determinado período. Os trabalhos da comissão de sindicância continuaram a apurar a responsabilidade pela não adequação do estatuto da entidade às leis complementares e, até a conclusão, todos os membros dos conselhos e da diretoria da Previ no último ano tiveram seus bens indisponíveis.

Além de um estatuto, a entidade possui diversos normativos internos que orientam suas práticas. Destacamos alguns deles: a) Manual de Normas, Procedimentos e Processos; b) Regimento Interno; c) Política de Comunicação; d) Códigos e Políticas; e) Competências e Alçadas de Valor; f) Regulamentos; g) Convênio de Cessão e Acordo de Trabalho; h) Ordens de Serviço e Portarias; i) Política de Segurança da Informação; j) Código de Ética; e k) Manual de Normas e Conduta.

E, ainda, a Previ dispõe de um Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, que trata das fontes de custeio e seus limites, do orçamento anual, das despesas administrativas e indicadores de gestão.

### **5.3. Análise comparativa dos estatutos da Previ<sup>66</sup>**

A partir de análise documental comparativa dos seis últimos estatutos da Previ, apresentamos a descrição da entidade e algumas alterações consideradas por nós relevantes. Teremos como ponto de partida o Estatuto de 04/03/1980; passaremos pelos estatutos de 1997, 2002, 2006 e 2011; e finalizaremos com as alterações do estatuto vigente desde 21/05/2013 (doravante denominados Estatutos 1, 2, 3, 4, 5 e 6).

No Quadro 1, apresentamos um resumo das alterações estatutárias da Previ, desde 1980. Vale lembrar que a revisão estatutária de 2002 foi decorrente da exigência de

---

<sup>66</sup> Disponível em: <http://www.previ.com.br/a-previ/normativos/estatutos>. Acesso em 25/08/2016.

adequação à Lei Complementar nº 108, e a revisão estatutária de 2006 ocorreu após a Secretaria de Previdência Complementar aprovar a proposta da Previ de retorno à votação dos participantes para eleger três diretores. Na mesma reforma também foram criados os Conselhos Consultivos da Previ.

**Quadro 1** – Resumo das alterações estatutárias da Previ, desde 1980

ANO	ESTATUTO	PERÍODO DE VIGÊNCIA	PRESIDENTE DO BRASIL	PRESIDENTE DA Previ
2013	Estatuto (6)	(Vigente a partir de 21.05.2013)	DILMA 1 – PT	GUEITIRO MATSUO GENSO (23/02/2015 a ...)
2011	Estatuto (5)	(Vigente de 13/06/2011 a 20/05/2013)	LULA 2 – PT	RICARDO JOSÉ DA COSTA FLORES (Mandato 01/06/2010 a 31/05/2012)
2006	Estatuto (4)	(Vigente de 16/03/2006 a 12/06/2011)	LULA 1 – PT	SERGIO RICARDO SILVA ROSA (Mandato: 01/06/2003 a 31/05/2006)
2002	Estatuto (3)	(Vigente de 17/07/2002 a 15/03/2006)	FHC 2 – PSDB	LUÍZ TARQUÍNIO SARDINHA FERRO (Mandato: 04/12/1998 a 2002)
1997	Estatuto (2)	(Vigente de 24/12/1997 a 16/02/2002)	FHC 1 – PSDB	JAIR ANTÔNIO BILACCI (Mandato: 19/11/1996 a 03/12/1998)
1980	Estatuto (1)	(Vigente de 04/03/1980 a 23/12/1997)	JOÃO BATISTA FIGUEIREDO	HILTON VAN DER LINDEN (Mandato: 1980)

A Previ, em todos os estatutos analisados, é descrita como uma sociedade civil, com foro na cidade do Rio de Janeiro, entidade sem fins lucrativos e com prazo de duração indeterminado. E possui os seguintes patrocinadores: o Banco do Brasil S.A. e a própria Previ.

No Art. 3º do último estatuto, vigente, por nós identificado como Estatuto 6, a Previ tem como objetivos precípuos “administrar e executar planos de benefícios de caráter previdenciário e outros autorizados, de forma a assegurar aos seus participantes, beneficiários e assistidos os benefícios previstos nos respectivos regulamentos de cada plano aos quais estejam vinculados” (Estatuto de 21 de maio de 2013, Art.3º).

No Estatuto 1, constava inicialmente em sua definição uma entidade fechada de previdência privada e, a partir do Estatuto 3, este item foi alterado para previdência complementar. Também no Estatuto 1 foram definidas duas categorias de associados: os fundadores (criadores da Caixa) e os não fundadores (os demais). Já no Estatuto 6, vigente, temos quatro categorias, denominados participantes: a) fundadores; b) ingressos até 23/12/97; c) ingressos a partir de 24/12/97 e d) todos aqueles com vínculo a um plano de pecúlio mediante contribuições específicas.

Dentre as diversas atribuições do patrocinador (Banco do Brasil), destacamos sua responsabilidade pela supervisão e fiscalização sistemática das atividades da Previ, sem prejuízo dos órgãos competentes reguladores e fiscalizadores internos e externos.

### **5.3.1. Órgãos Sociais da Previ**

Ao longo dos anos, houve uma alteração significativa nos Órgãos Sociais da Previ. No Estatuto 1, estes eram compostos por: a) Corpo Social, b) Conselho Superior, c) Diretoria e d) Conselho Fiscal. O Corpo Social era o órgão supremo na defesa dos interesses da entidade e no melhor desenvolvimento das atividades da Caixa, a quem competia: a) eleger os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria que não fossem de livre escolha do Banco do Brasil; b) deliberar sobre relatório anualmente; e c) votar as alterações dos estatutos, com prévia anuência do BB e, posterior, apreciação do órgão governamental.

No Estatuto 1, o Conselho Superior tinha como função a supervisão e superior orientação administrativa da Caixa de Previdência e era composto pelos seguintes membros do Banco do Brasil: a) Consultor Técnico; b) Representante da Carteira de Recursos Humanos, designado pelo seu Diretor; c) Representante da Carteira de Administração, designado pelo seu Diretor; d) Representante da Carteira de Finanças, designado pelo seu Diretor.

O Estatuto 2 sofreu uma primeira alteração na composição dos Órgãos Sociais quando o Conselho Superior foi alterado para Conselho Deliberativo. O Corpo Social, formado pelo conjunto de participantes com direito a voto ainda era o órgão máximo e supremo na defesa dos interesses e das atividades da Previ, com competência de eleger, titulares e suplentes para a composição do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Dos sete membros do Deliberativo, quatro eram eleitos pelos participantes para representação do Corpo Social e apenas três indicados pela Patrocinadora BB, sendo seu presidente escolhido dentre os representantes do Corpo Social, com mandato de dois anos – e o Conselho com mandato de quatro anos.

Mas, a partir de 2002, após a intervenção da entidade, houve alteração dos direitos e das prerrogativas dos participantes e assistidos, e a composição dos Órgãos Sociais foi alterada pelo Estatuto 3. Excluiu-se o Corpo Social e se mantiveram os seguintes representantes: a) Conselho Deliberativo; b) Diretoria Executiva; e c) Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo passou a ser o órgão máximo da estrutura organizacional e responsável pela política geral de administração da Previ e de seus planos benefícios, e passou

a ser composto por seis membros titulares, sendo três eleitos pelos participantes e assistidos e três indicados pelo BB; o presidente passou a ser indicado pelos representantes do BB, com direito ao voto de qualidade. O mandato de todos os membros passou para quatro anos, permitida uma recondução. No entanto, de dois em dois anos, deveria ocorrer à renovação de 50% de seus representantes. O mandato dos membros do Conselho Deliberativo passou a prever a interrupção nos seguintes casos: a) renúncia; b) condenação judicial transitada em julgado; ou c) processo administrativo disciplinar.

O Estatuto 4 alterou o texto que trata da recondução do mandato do Conselho Deliberativo, que se manteve sem alteração quanto ao assunto até o Estatuto 6, vigente, que passou a permitir um mandato consecutivo, ou outros mandatos não consecutivos. Os mandatos dos membros do Conselho Deliberativo passaram a se alternar, renovando-se 50% a cada dois anos, mas de acordo com a seguinte regra: no ano civil par, não bissexto, renovado o mandato de um membro titular e um suplente representante eleito e a dois membros titulares e suplente dos indicados pelo patrocinador BB; no ano civil ímpar, a renovação de dois membros titulares e suplentes eleitos e um membro titular e um suplente indicados pelo patrocinador BB.

### **5.3.2. Conselho Deliberativo**

Foi o Estatuto 2 o primeiro a regradar as competências do Conselho Deliberativo, dentre elas, a decisão sobre as políticas de investimento para aplicação das reservas, além de traçar as diretrizes e a realização de acompanhamento periódico de implementação com base em políticas e diretrizes apresentadas pela Diretoria Executiva. O Estatuto 3 acrescentou às competências a autorização de investimento de valores iguais ou superiores a 5% dos recursos garantidores.

Já o Estatuto 4 determinou nas competências a autorização de investimentos e desinvestimentos, manteve os percentuais de recursos destacando para cada plano, mas acrescentou o termo superior a 1% do total de recursos administrados pela Previ.

O Estatuto 5, por sua vez, incluiu na competência a autorização de investimentos e desinvestimentos para aplicação dos recursos garantidores das reservas técnicas de cada plano e manteve os percentuais fixados anteriormente.

O Estatuto 6, por fim, reduziu o percentual superior do total de recursos administrados pela Previ de 1% para 0,5% e acrescentou ao texto “o que for menor”, ficando a redação final assim descrita: “autorizar investimentos e desinvestimentos que envolvam valores iguais ou superiores a 5% dos recursos garantidores de cada plano ou igual ou superior a 0,5% do total

de recursos administrados pela Previ, o que for menor” (Estatuto de 21 de maio de 2013, Subseção IV Das Competências, Artigo 22, IV).

Se no Estatuto 1 era atribuição do Corpo Social votar as alterações dos Estatutos propostas com prévia autorização do BB – para posterior apreciação do órgão governamental competente –, o Estatuto 2 definiu que para aprovação da reforma estatutária era necessário, em primeira consulta, votos favoráveis de, no mínimo, 2/3 dos participantes com direito a voto, assim como as reformas do Estatuto que implicassem alterações nos regulamentos dos planos de benefícios. Entretanto, com a reforma do Estatuto 3, em 2002, decorrente de aplicação de Lei Federal, a reforma estatutária passou a ser incorporada pela Diretoria Executiva, após aprovação do Conselho Deliberativo, e desde que escutado previamente o Conselho Fiscal e comunicadas ao Corpo Social. O Conselho Deliberativo só poderia liberar alteração dos regulamentos acerca das disposições do Estatuto que não dependiam de aprovação do Corpo Social ou do BB.

Mas, foi também, a partir do Estatuto 3, quando da intervenção na Previ, que a definição sobre reforma do Estatuto e regulamentos dos planos de benefícios passou a ser de competência exclusiva do Conselho Deliberativo, assim como deliberar sobre a incorporação ao texto estatutário de alterações decorrentes de lei federal.

Os Estatutos 4, 5 e 6 mantiveram a decisão anterior expressa na seguinte redação relativa às competências do Conselho Deliberativo: “deliberar sobre a alteração do Estatuto da Previ, inclusive sobre a incorporação de alterações decorrentes de Lei” (Estatuto de 21 de maio de 2013, Subseção IV – Das Competências, Art. 22. Compete ao Conselho Deliberativo, IX). Portanto, o Corpo Social de órgão competente a alterar o Estatuto passou apenas a ser comunicado de eventuais mudanças estatutárias.

Também a partir do Estatuto 3, foi definida outra competência do Conselho Deliberativo: a deliberação da nomeação de representantes junto aos órgãos de administração e fiscalização de empresas em que a Previ detenha participação acionária.

A partir do Estatuto 4, foram previstos (e mantidos nos Estatutos 5 e 6) os critérios para escolha dos representantes em Conselhos de Administração e Fiscal de empresas em que a Previ detenha participação acionária, direta ou indireta. Tal competência é de relevância significativa, porque se trata de dar assento aos representantes da Previ nos conselhos das maiores empresas brasileiras, sendo uma excelente oportunidade de conhecimento e intervenção, direta ou indireta, num portfólio de investimentos muitas vezes bilionário. E, talvez, seja um dos grandes fatores de atratividade para participar de Conselhos, Cargos e da Diretoria Executiva da Previ a oportunidade de obter ganhos diretos e indiretos com a

representação nos Conselhos de Administração e Fiscal das empresas em que a Previ é acionista e tem assento, com ou sem direito a voto. Mais à frente veremos em detalhe as empresas e respectivos representantes.

Também a partir do Estatuto 4 (mantido nos Estatutos 5 e 6), passou a ser competência do Conselho Deliberativo a aprovação do Código de Ética da Previ e a fixação da remuneração e benefícios para os membros da Diretoria Executiva.

### **5.3.3. Diretoria Executiva**

Quanto à Diretoria Executiva, no Estatuto 1, ela era composta por um Presidente, um Diretor Administrativo, um Diretor-Técnico e quatro Diretores-Deliberativos, sendo os três primeiros designados pelo Banco do Brasil S.A., dentre seus funcionários em efetivo exercício, e os demais eleitos pelo Corpo Social. Todos os diretores com mandato de quatro anos.

Por sua vez, no Estatuto 2, a Diretoria Executiva passou a ser o órgão de administração geral, ao qual competia executar as diretrizes e normas gerais definidas pelo Conselho Deliberativo. Sua composição passou a ser de seis membros: um Presidente, um Diretor de Administração, um Diretor de Investimentos, um Diretor de Participações, um Diretor de Planejamento e um Diretor de Seguridade, sendo os três primeiros designados pelo patrocinador Banco do Brasil e os outros três eleitos pelo Corpo Social; todos com mandatos de quatro anos.

O Estatuto 3 também introduz as seguintes alterações na composição e funcionamento da Diretoria Executiva da Previ: a) os membros da Diretoria passaram a ser nomeados e exonerados a qualquer tempo pelo Conselho Deliberativo; b) a Diretoria passou a funcionar como órgão colegiado e os membros seriam solidariamente responsáveis pelas suas decisões; c) o Presidente e dois dos Diretores indicados pelos Conselheiros representantes do patrocinador Banco do Brasil, e os três diretores indicados pelos Conselheiros representantes dos participantes e assistidos, todos nomeados pelo Conselho Deliberativo. O mandato de quatro anos dos membros da Diretoria Executiva não sofreu alteração, mas deixou de existir eleição para a Diretoria Executiva.

A partir do Estatuto 4 (mantido nos Estatutos 5 e 6), a Diretoria Executiva foi designada como o órgão de administração geral da Previ, ao qual compete executar as políticas e diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo. Trata-se de um órgão colegiado, composto por seis membros nas seguintes funções: um Presidente, um Diretor de



Investimentos, um Diretor de Participações, um Diretor de Administração, um Diretor de Planejamento e um Diretor de Seguridade, sendo os três primeiros indicados pelo patrocinador BB e os outros três eleitos por voto direto dos participantes e assistidos da Previ; e todos nomeados pelo Conselho Deliberativo. O Diretor de Administração, Seguridade e Planejamento eleitos pelos participantes e assistidos e o Presidente, o Diretor de Investimentos e o Diretor de Participações indicados pelo patrocinador Banco do Brasil S.A.

#### **5.3.4. Conselho Fiscal**

Sobre o Conselho Fiscal, no Estatuto 1, este era composto de três membros eleitos pelo Corpo Social e mandato de dois anos. A partir do Estatuto 2, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da gestão administrativa e econômico-financeira.

O Estatuto 3 também altera a composição do Conselho para quatro membros efetivos e seus respectivos suplentes, sendo dois eleitos pelos participantes e assistidos e dois indicados pelo patrocinador Banco do Brasil, sendo o mandato de 50% renovado a cada dois anos, e o presidente escolhido dentre os eleitos e com direito a voto de qualidade.

O texto final do Art. 42 do Estatuto 6, vigente, define o Conselho Fiscal como “o órgão de controle interno da Previ responsável pela fiscalização da gestão administrativa e econômico-financeira, e exercerá suas funções nos termos deste Estatuto e do Regimento Interno do Conselho Fiscal” (Estatuto de 21 de maio de 2013, Seção III, Art. 42).

#### **5.3.5. Conselhos Consultivos**

A partir do Estatuto 4, foram instituídos os Conselhos Consultivos de Planos para os planos com número igual ou superior a 10 mil participantes e assistidos, e este passou a contar com uma instância de formulação e proposição de políticas de acompanhamento de sua gestão. Cada Conselho passou a ter três representantes e seus respectivos suplentes, eleitos pelos participantes e assistidos, e três indicados patrocinador BB, com mandato de quatro anos.

#### **5.3.6. Requisitos dos Órgãos Sociais da Previ**

Quanto aos requisitos da Diretoria Executiva, no Estatuto 1, era requisito obrigatório que os cargos de Diretoria fossem preenchidos por associados com, no mínimo, 15 anos de

serviço efetivo no Banco do Brasil e, o mandato, tinha duração de quatro anos; e no quadro dos Diretores-Deliberativos eleitos, não era permitido o número superior de dois associados aposentados.

No Estatuto 2, foi acrescentado aos pré-requisitos, o fato de o titular ou suplente não se encontrar em situação que incompatibilizasse o exercício do cargo ao qual se candidatou.

No Estatuto 3 foram definidos os seguintes pré-requisitos para exercício de função no Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, titular ou suplente, eleito ou indicado: a) ser empregado do Banco do Brasil, exceto se assistido; b) contar com, no mínimo, 21 anos de idade; c) ter, no mínimo, 15 anos de filiação à Previ e de efetivo exercício no Banco do Brasil, a qualquer tempo, nos casos de membro do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva; d) ter, no mínimo, 10 anos de filiação à Previ e de efetivo exercício no Banco do Brasil S.A., a qualquer tempo, no caso de membro do Conselho Fiscal, e) não se encontrar em situação que incompatibilize o exercício do cargo para o qual se candidatou; f) ter comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; g) não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; e h) não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social, inclusive da previdência complementar ou como servidor público.

E, no Estatuto 4, além dos critérios e das disposições legais, para titulares e suplentes, eleitos ou indicados integrarem os órgãos de administração e fiscalização da Previ, foi alterado os seguintes termos: a) ser participante ou assistido; b) ter a idade mínima de 25 anos; c) acrescentada a formação de nível superior para os membros da Diretoria Executiva. Também passou a ser vedado aos membros da Diretoria Executiva: a) o exercício simultâneo de atividades no Banco do Brasil e no Conselho Deliberativo e Fiscal da Previ, mesmo após o término do mandato, enquanto este não tiver suas contas aprovadas; b) ao longo do mandato prestar serviços a instituições integrantes do sistema financeiro; c) após o término do mandato o ex-diretor ficará impedido de prestar, direta ou indiretamente, qualquer tipo de serviço às empresas integrantes do sistema financeiro em que possa implicar a utilização de informações em decorrência do cargo exercido, sob pena de responsabilidade civil e penal.

O Art.70, do Estatuto 4, prevê os requisitos necessários para integrar os conselhos consultivos de planos de benefícios da Previ, e requisitos complementares pelo Art.55, Incisos IV e VI. São os seguintes: a) ser participante ou assistido da Previ e do respectivo plano de benefícios por, no mínimo, três anos consecutivos; b) contar com, no mínimo, 21 anos de idade; c) comprovada experiência no exercício de atividade na área financeira, administrativa,

contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; d) não ter sofrido condenação criminal transitada em julgado; e e) não ter sofrido penalidade administrativa por infração da legislação da seguridade social. Inclusive da previdência complementar ou como servidor público.

### **5.3.7. Processo seletivo dos empregados da Previ**

Por fim, identificamos que, desde o Estatuto 2, está previsto – e, curiosamente, o texto não sofreu nenhuma alteração ao longo dos anos nos Estatutos 3, 4, 5 e 6 –, a seguinte condição de atração dos empregados: “Os empregados da Previ serão admitidos por processo seletivo, na forma prevista em regulamento próprio, que também fixará seus direitos e deveres” (Capítulo VIII – Das Disposições Gerais, Especiais e Transitórias, Seção I – Das Disposições Gerais Art. 55).

Em maio de 1998, a Previ e o patrocinador BB assinaram o Convênio de Cessão que normatizou a cessão de funcionários à entidade. Ali, ficou estabelecido que a primeira poderia requerer à segunda funcionários por tempo indeterminado, para o exercício de cargos dos níveis de administração, gerencial e técnico, desde que houvesse interesse de ambas as partes.

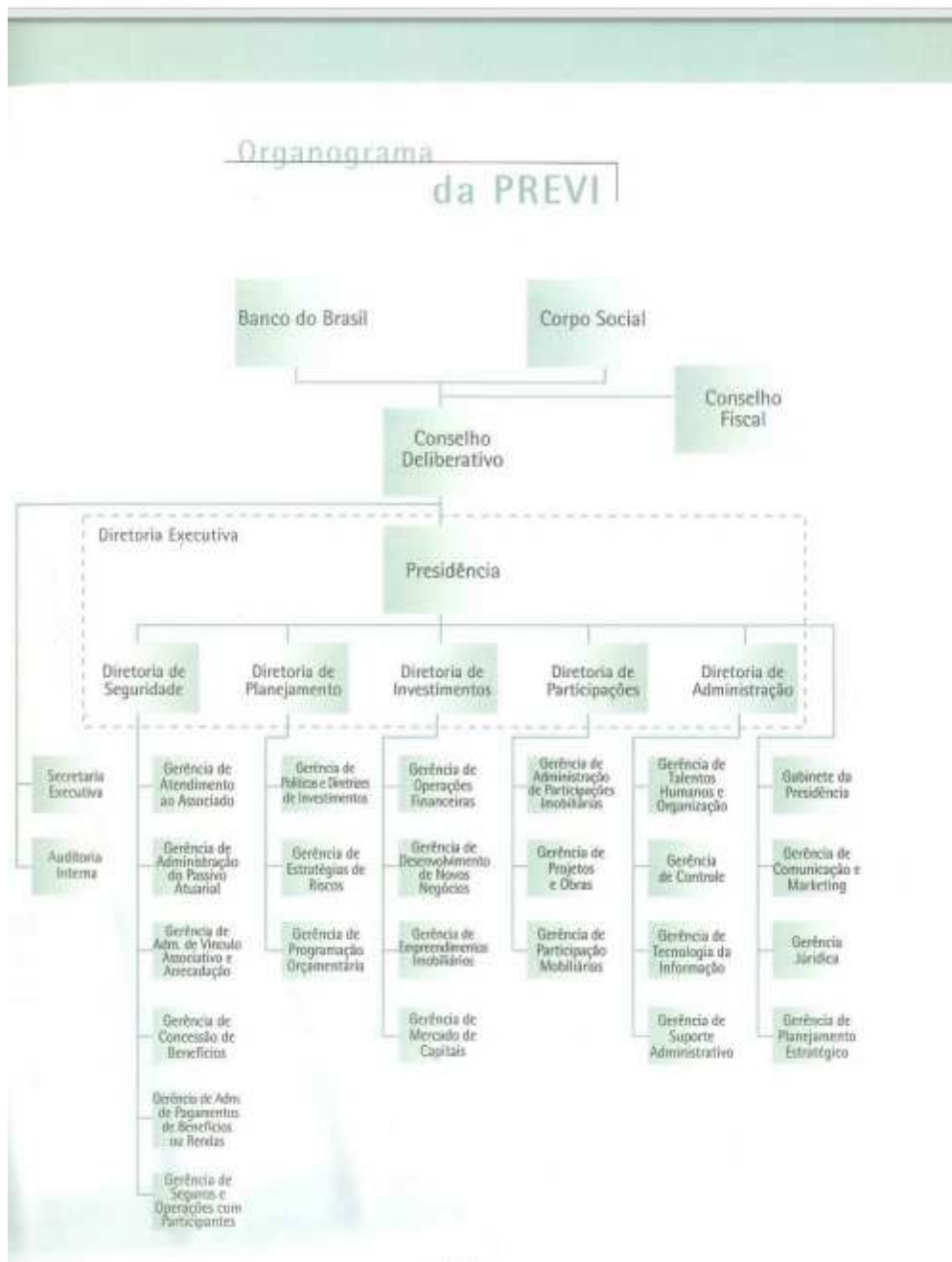
Até o presente momento vigora esta modalidade de Cessão via Convênio de Cessão.

### **5.4. Estrutura organizacional**

Toda esta longa exposição do Estatuto e dos Órgãos Sociais da Previ foi feita com o intuito de apresentar o contexto regimental da organização e seus possíveis impactos sobre os participantes e assistidos.

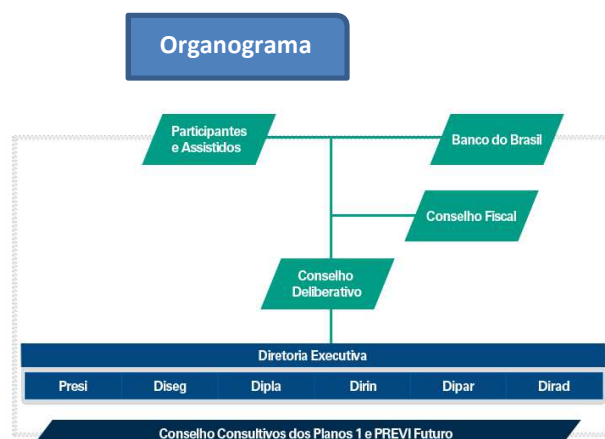
Apresentamos no Quadro 2 o Organograma da Previ em 1998, ano que se configurou maior participação do Corpo Social na gestão da entidade, com a eleição do Conselho Fiscal. Pela primeira vez, os associados elegeram seus representantes na Diretoria Executiva e no Conselho Deliberativo, consolidando-se, assim, a gestão compartilhada por representantes do Banco do Brasil e do Corpo Social.

**Quadro 2 – Organograma da Previ em 1998**



O Quadro 3 mostra a atual Estrutura Organizacional,<sup>67</sup> lembrando que 50% indicados pelo patrocinador BB e 50% eleitos pelos participantes e assistidos.

<sup>67</sup> Disponível em: <http://www.previ.com.br/a-previ/estrutura-organizacional>. Acesso em 25/08/2016.

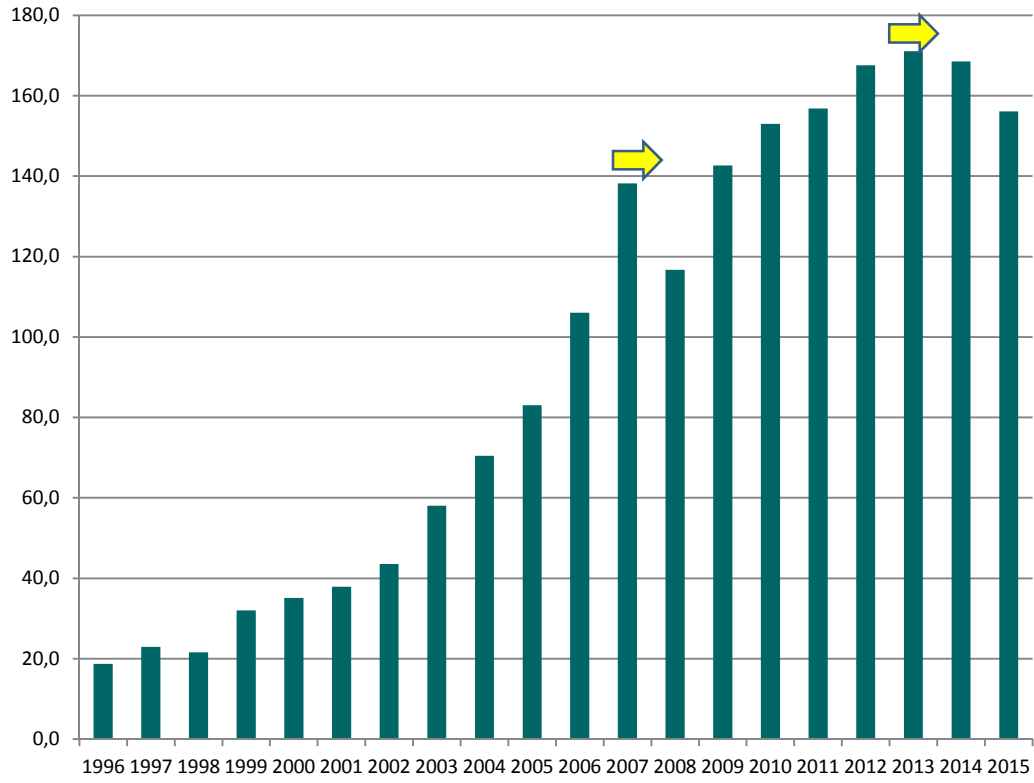
**Quadro 3** – Atual estrutura organizacional da Previ

ÓRGÃOS SOCIAIS	REPRESENTAÇÃO	QUANTIDADE
<b>Conselho Deliberativo</b>	Indicados Titular (1 Presidente)	3
	Eleitos Titular	3
	Indicados Suplente	3
	Eleitos Suplentes	3
<b>Conselho Fiscal</b>	Indicados Titular	2
	Eleitos Titular (1 Presidente)	2
	Indicados Suplente	2
<b>Conselho Consultivo Plano 1</b>	Eleitos Suplentes	2
	Indicados Titular	3
	Eleitos Titular	3
<b>Conselho Consultivo Previ Futuro</b>	Indicado Suplente	3
	Eleitos Suplentes	3
	Indicados Titular	3
<b>Diretoria Executiva</b>	Indicados Titular	3
	Indicados Suplente	3
	Eleitos Suplentes	3
	Indicado Titular – Presidente	1
	Indicado Titular – Diretor de Investimentos	1
	Indicados Titular – Diretor de Participações	1
	Eleito Titular – Diretor de Administração	1
	Eleito Titular – Diretor de Planejamento	1
	Eleito Titular – Diretor de Seguridade	1
	Total	50

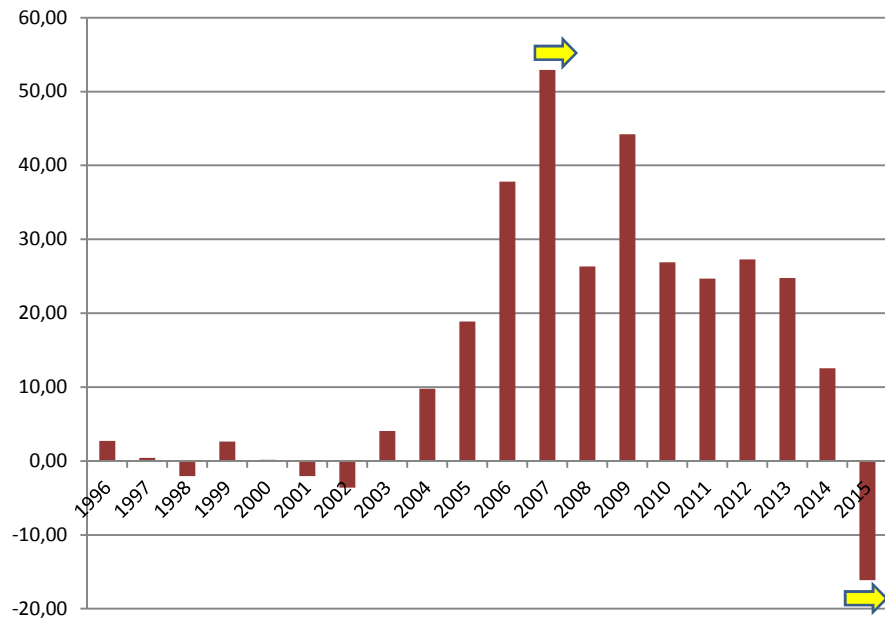
### 5.5. Evolução dos ativos Previ

Com o intuito de situar a evolução dos ativos da entidade, apresentamos o Gráfico 1, com Ativo Total Previ, Plano 1 e Previ Futuro, bem como superávit ou déficit acumulado (Gráfico 2), nos últimos 20 anos, sendo destes, 14 anos sob a gestão de representantes do governo petista.

**Gráfico 1 – Patrimônio Ativo Total Previ (R\$ bi)**



**Gráfico 2 – Superávit Previ (R\$ bi)**

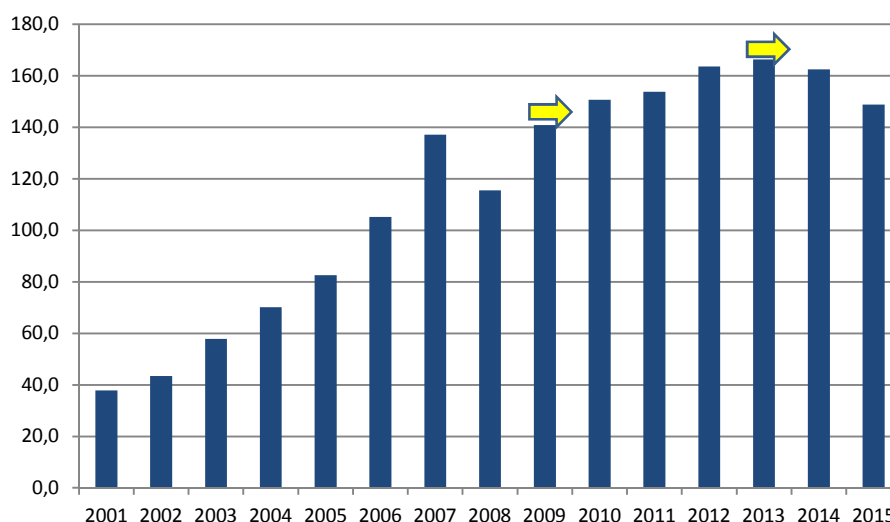


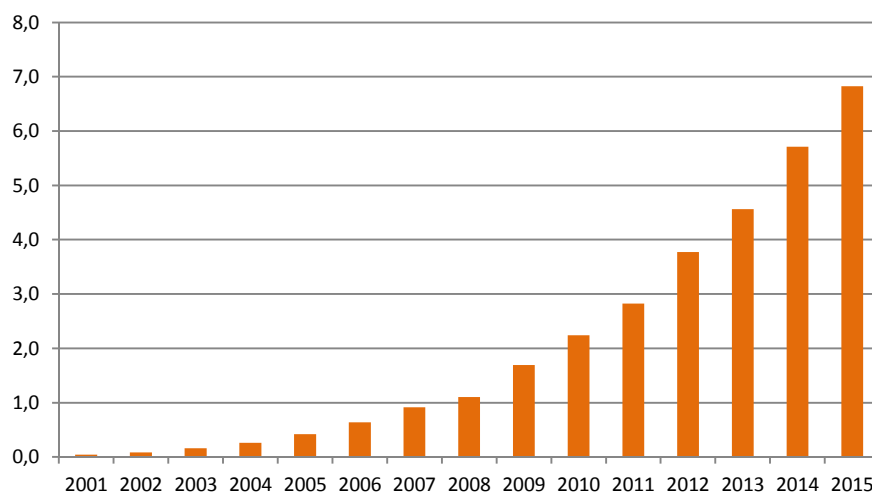
Avaliamos como pertinente comentar que em 2010, fruto de um excedente de recursos momentâneo, superávit acumulado, foi aprovado o BET (Benefício Especial Temporário), distribuindo recursos na ordem de 15 bilhões, sendo 50% ao patrocinador BB e 50% aos participantes e assistidos do Plano 1. A distribuição está prevista na Resolução CGPC 26/2008, que estabelece ordem de prioridade e determina que, em caso de recursos excedentes, a primeira medida adotada é a redução ou suspensão de contribuições.

No período de 2007 a 2013, foram suspensas as contribuições à entidade, sendo que, em 2006, o percentual já havia sido reduzido de 8% para 4,8% mensal. O BET foi instituído no período de fevereiro de 2011 a dezembro de 2013; os assistidos do Plano 1 passaram a receber 20% a mais sobre o valor de seu benefício e os participantes da ativa tiveram os valores do complemento projetado aportados e corrigidos em conta específica para resgate após a condição de assistidos.

No entanto, a partir de 2014, para recomposição da reserva de contingência ao patamar de 25% do valor das reservas matemáticas previstas na legislação que dispõe sobre previdência complementar fechada, houve a suspensão do BET e o retorno das contribuições pelos participantes e assistidos e o patrocinador Banco do Brasil. Os Gráficos 3 e 4 demonstram o declínio dos recursos garantidores do Plano 1 da Previ, a partir de 2014.

**Gráfico 3 – Patrimônio Plano 1 (R\$ bi)**



**Gráfico 3a – Patrimônio Ativo Total Previ Futuro (R\$ bi)**

## 5.6. Planos de Benefícios e Rentabilidade

Passamos a fazer, de modo breve, algumas considerações e a apresentar números sobre os investimentos atuais dos planos de benefícios, Plano 1 e Previ Futuro, com o objetivo de dar a devida magnitude do montante de recursos geridos pelo fundo de previdência complementar Previ e, conseqüentemente, do poderio de que são investidos os representantes com assento em seus cargos e Órgãos Sociais, bem como em conselhos de administração e fiscal em empresas nas quais a entidade tem participação acionária. E, ainda, não podemos desconsiderar o cenário macroeconômico nacional que tangencia a entidade. Neste cenário, a Previ tem participação ativa e significativa. (Quanto à rentabilidade dos Planos 1 e Previ Futuro, maiores informações estão disponíveis em “Anexo”).

O Plano 1 fechou o primeiro semestre de 2016 com um total de ativos perfazendo o montante de R\$ 155,15 bilhões, sendo que 45,95% dos recursos estão aplicados em renda variável e 42,82% em renda fixa. No entanto, o resultado acumulado perfaz montante negativo de 17,87 bilhões, conforme se demonstra no Quadro 4.

**Quadro 4 – Rentabilidade – 1º semestre 2016**

	ATIVO		PASSIVO
	Recursos	Rentab.	META ATUARIAL
<b>PLANO 1</b>	<b>100%</b>	<b>7,36%</b>	<b>7,69%</b>
Renda Variável	45,95%	6,62%	
Renda Fixa	42,82%	9,42%	
Inv. Imobiliários	6,72%	3,43%	
Operações com Participantes	3,94%	8,35%	
Inv. Estruturados	0,51%	5,54%	
Inv. no Exterior	0,07%	-19,70%	
Superávit/Déficit (R\$ bilhões)		(1,73)	
Resultado Acumulado (R\$ bilhões)		(17,87)	

O Plano fechou o semestre com R\$ 155,15 bilhões de ativos totais. A rentabilidade dos ativos no semestre foi de 7,36%, muita próxima ao atuarial de 7,69% (INPC + 5%). Uma contribuição positiva para esse resultado foi dada pelo segmento de Renda Fixa, com rentabilidade de 9,42%. O Plano possui R\$ 63,4 bilhões em investimentos de Renda Fixa.



A rentabilidade do Plano Previ Futuro, ao final do primeiro semestre de 2016, foi de 12,22%, perfazendo o total acumulado de R\$ 8,5 bilhões, sendo 54,33% aplicados em renda fixa e 27,38% aplicados em renda variável.

**Quadro 5** – Rentabilidade do Plano Previ Futuro – final do 1º semestre de 2016

	ATIVO		PASSIVO
	Recursos	Rentab.	META ATUARIAL
<b>PREVI FUTURO</b>	<b>100%</b>	<b>12,22%</b>	<b>7,69%</b>
Renda Fixa	54,33%	11,08%	
Renda Variável	27,38%	17,28%	
Operações com Participantes	12,09%	8,25%	
Inv. Imobiliários	4,85%	3,54%	
Inv. Estruturados	1,21%	11,93%	
Inv. no Exterior	0,13%	-19,70%	

O PREVI Futuro tem mostrado expressivo desempenho e fechou o 1º semestre com rentabilidade de 12,22% contra um atuarial de 7,69% (INPC + 5%). O segmento de Renda Variável teve uma rentabilidade de 17,28%, muito acima da meta atuarial. Os destaques positivos no semestre foram BMF Bovespa ON, de 66,31%, RaiaDrogasil ON, de 78,98%, Banco do Brasil ON, 20,12% e Kroton, com 45,28%.

Na avaliação da Previ, seus ativos são sólidos e rentáveis, mas o país passa por um momento difícil de crescimento econômico com oscilações constantes no mercado influenciando negativamente os resultados alcançados.

### 5.7. Empresas acionistas<sup>68</sup>, Conselhos e conselheiros<sup>69</sup>

Com o objetivo de destacar os motivos pelos quais a Previ é uma entidade bastante cobiçada na indicação dos representantes do patrocinados e inclusive, razão de disputa no processo eleitoral para composição de seus Órgãos Sociais, listamos alguns deles: a) os salários praticados e as prerrogativas dos cargos dos empregados cedidos pelo patrocinador Banco do Brasil; b) remuneração e prerrogativas da Diretoria Executiva; c) remuneração e prerrogativas os conselheiros deliberativos, fiscais e consultivos. Vale ressaltar que uma das prerrogativas aqui mencionadas se deve ao fato de a Previ ter representantes e ex-representantes com assentos reservados nos conselhos de administração e fiscal de 176 empresas nas quais a entidade é acionista, conforme veremos mais adiante.

Para darmos uma noção da representatividade acionária da Previ, apresentamos abaixo o Quadro 6, que mostra as empresas em que a entidade possui participação acionária com percentual superior a 25,53%.

<sup>68</sup> Ver: <http://www.previ.com.br/investimentos/empresas-participadas>. Acesso em 13/09/2016.

<sup>69</sup> Ver: <http://www.previ.com.br/investimentos/governanca/conselheiros/lista-de-conselheiros> Acesso em 13/09/2016.

**Quadro 6** – Empresas em que a Previ possui participação acionária, com percentual superior a 25,53%

Empresas Participadas	% Previ
521 PARTICIPAÇÕES	100
SAUÍPE	100
FIAGO	51,89
NEOENERGIA S.A.	49,01
CPFL ENERGIA	29,45
TUPY	26,03
INVEPAR	25,53

Para evidenciar a magnitude do portfólio de negócios da Previ, listamos as dez maiores empresas em que a entidade tem participação acionária, com maior vulto de recursos aportados em aplicações de renda variável do Plano 1.

Como se vê, são empresas de grande relevância na economia nacional nas quais a Previ dispõe de assentos em seus conselhos de administração e fiscal. Os Quadros 7 e 8 darão uma noção exata dessas oportunidades. (Maiores informações sobre a participação na governança destas empresas podem ser consultadas em “Anexo”, o qual lista nominalmente todas elas os respectivos conselhos de administração ou fiscal, além de fornecer a designação da condição de conselheiro titular ou suplente.)

**Quadro 7** – Empresas nas quais a Previ tem participação acionária – Plano 1

Empresas Participadas	% Previ
NEOENERGIA S.A.	49,01
CPFL ENERGIA	29,45
INVEPAR	25,53
VALE	15,68**
BRF - BRASIL FOODS S.A.	10,65
BANCO DO BRASIL	9,98
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES	4,25
PETROBRAS	2,83
AMBEV	1,95
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	1,6

\*\* Reflete a participação direta (Previ Futuro) e indireta (Plano1), considerando ações resgatáveis.

No Quadro 8, mostramos um resumo do total de assentos preenchidos pela Previ em órgãos na participação da governança das empresas acionárias.

**Quadro 8** –Resumo do total de assentos preenchidos pela Previ nos órgãos em que tem na participação na governança das empresas acionárias

Conselhos	Quantidade
<b>Conselhos de administração</b>	
Titulares	76
Suplentes	54
<b>Conselhos Fiscais</b>	
Titulares	23
Suplentes	23
<b>Total</b>	<b>176</b>

Posição em 27/05/2016

Para o preenchimento dos 176 assentos, foram eleitos 107 conselheiros, destes 61 são conselheiros de administração (37 titulares e 24 suplentes) e 46 conselheiros fiscais (23 titulares e 23 suplentes). O número de conselheiros é menor do que o número total de assentos, tendo em vista que alguns conselheiros cumprem mandatos em mais de uma empresa de um mesmo grupo econômico, conforme previsto no Acordo de Acionistas de algumas companhias em que a Previ detém participação acionária. As respectivas remunerações, conforme informação fornecida pela área de governança da Previ, são definidas pelas respectivas Assembleias Gerais de Acionistas.

Vejamos, no Quadro 9, a quantidade de conselheiros de administração e fiscal, titular ou suplente, distribuídos em seis categorias, nestas empresas em que a Previ tem participação acionária. Ele nos mostra a distribuição desses conselheiros nos órgãos de administração e fiscal, subdivididos em seis categorias. Do total de 176 conselheiros, a Diretoria em Exercício e funcionários em exercício da Diretoria de Participações detêm 75 assentos em conselho de administração, sendo 50 como titulares e 25 como suplentes. Há ainda um contingente de 78 conselheiros, dos conselhos de administração e fiscal, titular ou suplente, representados por um grupamento denominados “aposentados da Previ”, em que, muitos deles, ocuparam cargos na Diretoria Executiva ou ocupam ou ocuparam cargos nos Conselhos da Previ.

**Quadro 9** – Número de conselheiros de administração e fiscal, titular ou suplente, distribuídos em seis categorias de empresas em que a Previ tem participação acionária

	Categorias							
	Empresas	Conselheiros	Aposen- tados	Externo	Outros	Previ	BB	QS
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>176</b>	<b>78</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>75</b>	<b>9</b>	<b>6</b>
Conselho de Administração Titular <b>CAT</b>	<b>47</b>	<b>76</b>	17	3	0	50 (*)	4	2
Conselho Administração Suplente <b>CAS</b>	<b>33</b>	<b>54</b>	23	1	1	25	0	4
Conselho Fiscal Titular <b>CFT</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	17	1	0	0	5	0
Conselho Fiscal Suplente <b>CFS</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	21	2	0	0	0	0

(\*) 29 Assentos CAT Diretoria Executiva em Exercício na Previ

## 5.8. Levantamento das eleições da Previ

No histórico das alterações estatutárias da Previ, evidenciamos a composição e alterações de seus Órgãos Sociais. Esta composição requer, a cada dois anos, o preenchimento dos cargos por um disputado processo eleitoral. Para abordarmos o tema das eleições da Previ, nos últimos 20 anos, e os respectivos órgãos, objeto das eleições, elaboramos, o Quadro 10 (o qual resume o cenário, com as chapas eleitas e seus respectivos apoios).

Lembramos que, conforme assinala Maciel (2013), somente a partir de 1988 é que as eleições da Previ passaram a contar com mais de uma chapa concorrendo às vagas nos Conselhos Deliberativos. (Para consulta mais detalhada da designação de todas as chapas concorrentes, no período de 1996 a 2016, sugerimos consultar o quadro disponível em “Anexo”).

Assim, no Quadro 10 apresentamos as chapas vencedoras das eleições da Previ e lembramos que, nos últimos 20 anos, o Brasil teve três presidentes da República e seis presidentes da entidade indicados pelo Patrocinador Banco do Brasil S.A – tendo, esses últimos, seus nomes referendados pelos primeiros. Ressaltamos que há matérias disponíveis na internet que versam sobre os presidentes da Previ indicados pelo Presidente da República

Federativa do Brasil. Chamamos a atenção para uma notícia publicada em que o Governo do PT apoiaria a indicação de um presidente da entidade.<sup>70</sup>

Quanto às chapas concorrentes para o preenchimento de cargos mediante processo eleitoral, identificamos que, no período analisado, essas chapas contaram com o apoio de entidades de classe, principalmente as vinculadas aos sindicatos dos bancários e associações de funcionários do Banco do Brasil, por exemplo, a Anabb (Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil).

**Quadro 10** – Chapas eleitas e seus respectivos apoios

Ano	Nº Chapas	Chapa Eleita	Apoio	Presidente do Brasil	Presidente da Previ
2016	5	CHAPA 3 Previ: Compromisso com os Associados	SINDICATO DOS BANCÁRIOS – CONTRAF CUT <sup>71</sup>	DILMA 2 (PT) <sup>72</sup> (Mandato 2015 a 31/08/2016)	GUEITIRO MATSUO GENSO <sup>73</sup> (23/02/2015 a ...)
2014	4	CHAPA 3 Previ Livre, Forte e de Todos	CONTEC – UGT – UNIÃO GERAL DOS TRABALHADORES DE BRASÍLIA <sup>74</sup> e ANABB	DILMA 2 (PT) (Mandato 2015 a 31/08/2016)	DAN ANTONIO MARINHO CONRADO <sup>75</sup> (Mandato: 01/06/2012 a 30/11/2014)
2012	6	CHAPA 6 Unidade na Previ	SINDICADO DOS BANCÁRIOS – CONTRAF CUT <sup>76</sup>	DILMA 2 (PT) (Mandato 2015 a 31/08/2016)	RICARDO JOSE DA COSTA FLORES <sup>77</sup> (Mandato 01/06/2010 a 31/05/2012)
2010	2	CHAPA 3 Unidade na Previ	SINDICATO DOS BANCÁRIOS – CONTRAF CUT E AAFBB E AFABB <sup>78</sup>	LULA 2 (PT) (Mandato 2007 a 2011)	SERGIO RICARDO SILVA ROSA <sup>79</sup> (Mandato: 01/06/2006 a 31/05/2010)
2008	4	CHAPA 3 Competência, Segurança e Mais Benefícios	SINDICATO DOS BANCÁRIOS – CONTRAF – CUT <sup>80</sup>	LULA 2 (PT) (Mandato 2007 a 2011)	SERGIO RICARDO SILVA ROSA (Mandato: 01/06/2006 a 31/05/2010)
2006	7	CHAPA 1 Unidade na Previ	SINDICATO DOS BANCÁRIOS – CONTRAF – CUT E ANABB <sup>81</sup>	LULA 1 (PT) (Mandato 2003 a 2007)	SERGIO RICARDO SILVA ROSA (Mandato: 01/06/2006 a 31/05/2010)
2004	2	CHAPA 3 Unidade na Previ	SINDICATO DOS BANCÁRIOS CONTRAF – CUT E ANABB <sup>82</sup>	LULA 1 (PT) (Mandato 2003 a 2007)	SERGIO RICARDO SILVA ROSA <sup>83</sup> (Mandato: 14/02/2003 a

<sup>70</sup> A partir de consulta das eleições disponíveis no site da Previ no seguinte endereço:

<http://abdir.jusbrasil.com.br/noticias/2177732/lula-deve-indicar-vice-do-bb-para-a-previ>. Acesso em 13/09/2016.

<sup>71</sup> <http://www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=14618>

<sup>72</sup> <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>

<sup>73</sup> <http://www.previ.com.br/menu-auxiliar/noticias-e-publicacoes/noticias/detalhes-da-noticia/conselho-deliberativo-nomeia-novo-presidente-da-previ-1.htm>

<sup>74</sup> <http://www.ugtdf.org.br/index.php?paginaurl=noticia&n=241>

<sup>75</sup> <http://www.valor.com.br/politica/2675860/governo-dilma-acerta-saida-de-flores-da-previ>

<sup>76</sup> <http://www.fetecpr.org.br/trabalhadores-garantem-a-previ-bb-em-boas-maos-chapa-6-vence-as-eleicoes/>

<sup>77</sup> [http://www.previ.com.br/noticias/boletins/revista\\_201006\\_151/diretoria\\_executiva.html](http://www.previ.com.br/noticias/boletins/revista_201006_151/diretoria_executiva.html)

<sup>78</sup> <http://www.aafbb.org.br/index.php/contraf-cut-apoia-a-chapa-3-na-eleicao-da-previ-que-comeca-dia-17/> e <http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codPagina=17345&codServico=368>

<sup>79</sup> [http://www.previ.com.br/noticias/boletins/revista\\_200606\\_115/nova\\_adm.htm](http://www.previ.com.br/noticias/boletins/revista_200606_115/nova_adm.htm)

<sup>80</sup> [http://www.bancariosce.org.br/jornal\\_detalhes.php?cod\\_noticia=1670&cod\\_jornal=127&cod\\_jornal\\_secao=1](http://www.bancariosce.org.br/jornal_detalhes.php?cod_noticia=1670&cod_jornal=127&cod_jornal_secao=1)

<sup>81</sup> <http://www.bancariosdepiracicaba.com.br/sindicato+dos+bancarios+apoia+chapa+6+unidade+na+previ.aspx>

<sup>82</sup> <http://www.fetecpr.org.br/duas-chapas-se-inscrevem-para-as-eleicoes-na-previ/>

e <http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=4&codPagina=3037>

Ano	Nº Chapas	Chapa Eleita	Apoio	Presidente do Brasil	31/05/2006) Presidente da Previ
2002	2	<b>CHAPA 2</b> <b>Movimento em</b> <b>Defesa da Previ</b> (* Chapa que sofreu intervenção)	SINDICATO DOS BANCÁRIOS – CONTRAF CUT <sup>84</sup>	FHC 2 (PSDB) (Mandato 1999 a 2003)	LUIZ TARQUINIO SARDINHA FERRO (MANDATO: 09/08/2002 a 21/01/2003)
2000	4	<b>CHAPA 5</b> <b>Unidade em Defesa</b> <b>da Previ e do BB</b>	SINDICATO DOS BANCÁRIOS CONTRAF CUT <sup>85</sup>	FHC 2 (PSDB) (Mandato 1999 a 2003)	LUIZ TARQUINIO SARDINHA FERRO <sup>86</sup> (MANDATO: 04/12/1998 a 2002)
1998	4	<b>CHAPA 3</b> <b>Pluralidade e</b> <b>Transparência</b>	87	FHC 1 (PSDB) (Mandato 1995 a 1999)	LUIZ TARQUINIO SARDINHA FERRO (MANDATO: 04/12/1998 a 2002)
1996	4	<b>CHAPA 3</b> <b>Construindo o Futuro</b>		FHC 1 (PSDB) (Mandato 1995 a 1999)	JAIR ANTÔNIO BILACCI <sup>88</sup> (MANDATO: 19/11/1996 a 03/12/1998)
<b>NÚMERO</b> <b>ELEIÇÕES:</b> <b>11</b>	<b>MÉDIA DE</b> <b>CHAPAS:</b> <b>4</b>				

O Quadro 10 revela que nas últimas 11 eleições realizadas na Previ, por seis vezes, a chapa designada pelo nº 3, foi vencedora, com 55%, de aproveitamento se comparado ao desempenho de todas as outras concorrentes. A chapa que não obteve nenhuma vitória foi aquela designada pelo nº 7. Ressaltamos que a escolha da numeração é aleatória e realizada por sorteio, conforme previsto no Regulamento de Consulta de Participantes e Assistidos da Previ.<sup>89</sup>

Nestes vinte anos, tivemos uma média de quatro chapas concorrendo às eleições da Previ. O ano com o maior número de chapas concorrentes foi 2006 (sete), seguido pelo ano de 2012 (seis) e, na sequência, o ano de 2016 (cinco). O menor número registrado de chapas concorrendo às eleições na Previ ocorreu nos anos de 2002, 2004 e 2010, sendo os dois últimos períodos marcados pelo Governo Federal sob o comando do Partido dos Trabalhadores (PT).

<sup>83</sup> <http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=4&codPagina=3894>

<sup>84</sup> <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,diretores-afastados-por-intervencao-ganham-eleicao-na-previ,20020723p34248>  
<https://books.google.com.br/books?id=9YDpx5jDv9oC&pg=PA428&lpg=PA428&dq=apoio++2002+-+CHAPA+2+Movimento+em+Defesa+da+Previ&source=bl&ots=DHeMaDGA9I&sig=R4Y8D5t2BK1wvBHJI>  
[PhbG-7ETt0&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj03drxt30AhVLkpAKHVgJBu8Q6AEIKzAD#v=onepage&q=apoio%20%202002%20-%20CHAPA%20%20Movimento%20em%20Defesa%20da%20Previ&f=false](http://PhbG-7ETt0&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwj03drxt30AhVLkpAKHVgJBu8Q6AEIKzAD#v=onepage&q=apoio%20%202002%20-%20CHAPA%20%20Movimento%20em%20Defesa%20da%20Previ&f=false)

<sup>85</sup> <http://docplayer.com.br/3652278-A-previ-e-sua-o-voto-e-seu.html>

<sup>86</sup> <http://www.bloomberg.com/research/stocks/people/person.asp?personId=2000467&privcapId=877821>

<sup>87</sup> <http://www.fct.unesp.br/Home/Pesquisa/CEMOSI2466/inventario.bancarios.final.pdf>

<sup>88</sup> <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/20/dinheiro/11.html>

<sup>89</sup> [file:///C:/Users/Marcos%20A%20Monteiro/Downloads/Regulamento%20ajustado%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Marcos%20A%20Monteiro/Downloads/Regulamento%20ajustado%20(1).pdf)

Das onze eleições realizadas, pesquisamos na internet e identificamos os respectivos apoios em nove chapas. No período compreendido entre o ano de 2000 a 2016, houve apenas uma chapa, a Chapa 3, eleita em 2014, sem o apoio dos sindicatos dos bancários vinculados à ContrafCUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo de Previdência - Central Única dos Trabalhadores).

Observando o Quadro 10, verificamos que a chapa com o nome “Unidade” venceu cinco eleições no período compreendido entre 2000 a 2012. Embora a Chapa 3, vencedora em 2014, tenha defendido uma posição de autonomia e independência em relação ao apoio do sindicato, alguns de seus integrantes e apoiadores compuseram a Chapa “Unidade” em eleições passadas e hoje têm assento em conselhos e na diretoria da entidade de funcionários do Banco do Brasil denominada Anabb.<sup>90</sup>

Outro fato curioso nas eleições de 2012 e 2014 é que identificamos uma Chapa sob o comando de um ex-gerente executivo da Previ, rompendo explicitamente com o diretor eleito, com apoio da base sindical, ao qual foi vinculado durante anos de sua gestão na Previ. Tudo leva a crer que houve uma desvinculação de pessoas e grupos que estiveram em um mesmo lado até 2012 e, a partir de então, passaram a defender uma posição contrária aos candidatos apoiados pelos militantes do PT, defendendo outros interesses. Esse rompimento para desvinculação de suas candidaturas ao grupo de petistas com apoio dos sindicatos dos bancários vinculados à ContrafCUT ocorreu, coincidentemente, na sequência do encerramento do mandato do Presidente da República vinculado ao Partido dos Trabalhadores.

É bem provável que a saída da presidência da República do petista Lula, a partir de 2012, tenha desencadeado um enfraquecimento de candidatos a ele vinculados nas eleições da Previ. Verificamos, ainda, que até 2012, na definição dos nomes indicados pelo patrocinador Banco do Brasil à presidência da Previ contou-se com o apoio de integrantes do governo federal vinculado ao PT.<sup>91</sup> O ex-presidente da Previ, Sr. Sérgio Rosa, petista, durante sua gestão na entidade, no período de 2003 a 2010, contou com alta credibilidade junto ao corpo funcional e até hoje é lembrado como uma referência em gestão e responsabilidade socioambiental, dentre outras competências – como os excelentes resultados dos

---

<sup>90</sup> A Anabb foi criada em 1986 pelos funcionários do Banco do Brasil, em um momento de discussões e propostas da reforma bancária – de um lado diretrizes apontadas pelo Ministério da Fazenda e pela Diretoria do Banco do Brasil e, de outro lado, medidas sendo contestadas e debatidas pelos funcionários. Foi neste clima de insatisfação que foi criada a instituição com o intuito de defender os interesses dos funcionários do Banco do Brasil a ela filiados. Disponível em: <http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=10>. Acesso em 25/08/2016.

<sup>91</sup> <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/sergio-rosa-e-o-mundo-dos-fundos>. Acesso em 25/08/2016.

investimentos da entidade. E, assim, os sindicatos dos bancários se fizeram presentes e bem atuantes durante esses últimos vinte anos de eleições na Previ.

Outra instituição representativa dos funcionários, a Anabb,<sup>92</sup> sempre esteve à frente das eleições da Previ. Em 2006, apoiou explicitamente a Chapa 1 vencedora – a justificativa foi por considerar suas propostas mais consistentes. Já em 2004, o apoio foi para a Chapa 3 vencedora, porque considerava que os candidatos representavam a luta em defesa dos interesses do funcionalismo do Banco. Ainda em 2014, às vésperas da eleição na Previ, a Anabb<sup>93</sup> divulgou matéria informando que não apoiaria oficialmente qualquer uma das quatro chapas inscritas – mas, em todas elas, havia candidatos ligados à Anabb. Portanto, todas as chapas contavam com o apoio de pessoas ligadas a algum conselheiro deliberativo ou integrante da Diretoria Executiva. Ou seja, o apoio foi formalmente caracterizado como “pessoal” aos representantes da Previ.

Também gostaríamos de trazer para essa exposição o contexto em que os fundos de pensão passaram a ser utilizados pelo governo federal. Segundo Dieguez (2009),<sup>94</sup> foi no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1997, que os fundos de pensão assumiram o papel de grandes protagonistas da economia nacional. Por exemplo, na privatização da Vale do Rio Doce, a Previ precisou entrar com boa parte dos recursos necessários, já que outras empresas não tinham caixa para comprar a empresa, leiloadada por 3,3 bilhões de reais; ou no ano seguinte, com a privatização do setor de telecomunicação no país. Tal visão é também reforçada pela matéria “A história secreta da Previ”,<sup>95</sup> veiculada pela revista *Isto é Dinheiro*, evidenciando que o governo federal interferiu ativamente nos investimentos dos fundos de pensão para que os mesmos ingressassem no Consórcio Brasil, vencedor do leilão de privatização da Vale do Rio Doce, realizado em maio de 1997.

Todo este exaustivo levantamento das eleições nos últimos anos, em especial, com o apoio dos sindicatos dos bancários e da Anabb, nos dá uma noção da relevância da política partidária dentro da Previ, repercutindo não apenas em seus investimentos, mas em sua gestão como um todo, inclusive na composição de seu quadro funcional.

A seguir apresentaremos dados coletados das eleições da Previ na última década.

---

<sup>92</sup> <http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=10>. Acesso em 25/08/2016.

<sup>93</sup> <http://www.anabb.org.br/mostraPagina.asp?codServico=4&codPagina=47797>. Acesso em 25/08/2016.

<sup>94</sup> Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/materia/sergio-rosa-e-o-mundo-dos-fundos>. Acesso em 13/09/2016.

<sup>95</sup> Disponível em: <http://www.istoedinheiro.com.br/noticias/financas/20000922/historia-secreta-previ/24845>. Acesso em 13/09/2016.



### 5.8.1. Dados das eleições na Previ

Para demonstrar grau de participação do Corpo Social da Previ nas eleições, fizemos um levantamento estatístico no período compreendido entre os anos de 2006 a 2016, incluindo a última eleição realizada.

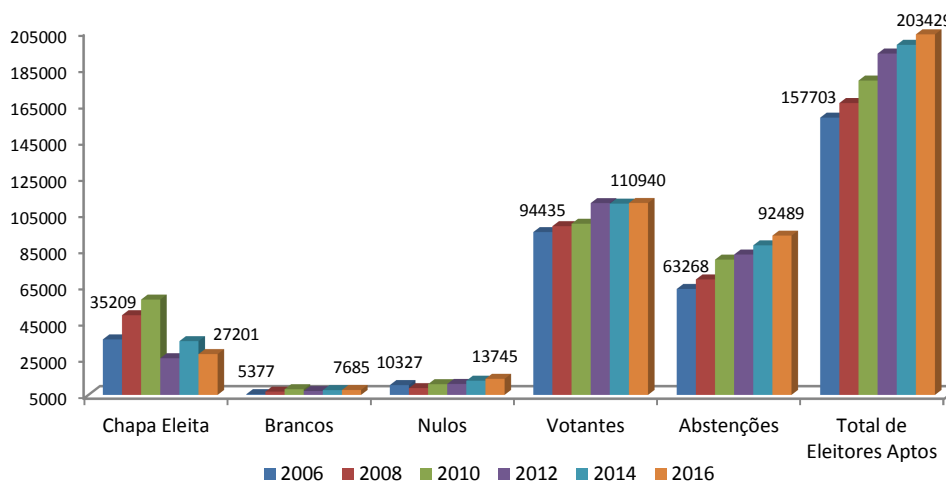
Os dados evidenciam a baixa expressividade das chapas eleitas, considerando-se o total de eleitores aptos. Quais seria(m) o(s) principal(is) fator(es) de desinteresse ou de desmobilização em relação aos representantes da Previ? O que torna as eleições da Previ tão pouco atrativas para os seus eleitores, a ponto de a entidade ter de recorrer a diversas chamadas e às entidades representativas dos participantes para conseguir atingir o percentual mínimo requerido de eleitores para validação do processo eleitoral? Não temos respostas para tais questões, mas o assunto mereceria, no mínimo, um estudo por parte da entidade, o qual pudesse identificar pontos de aprimoramento do processo eleitoral e melhor compreensão da realidade.

Vejam, a seguir, o quadro e o gráfico abaixo com um resumo dos eleitores da Previ nos últimos dez anos.

**Quadro 11** – Resumo dos eleitores da Previ 2006-2016

Indicadores	2016		2014		2012		2010		2008		2006		Média	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
<b>Chapa Eleita</b>	27.201	13	34.248	17	24.935	13	57.458	32	48.363	29	35.209	22	37.902	21
<b>Branco</b>	7.685	4	7.582	4	7.112	4	8.067	5	6.775	4	5.377	3	7.100	4
<b>Nulos</b>	13.745	7	12.712	6	10.938	6	10.832	6	8.676	5	10.327	7	11.205	6
<b>Votantes</b>	110.940	55	110.578	56	110.860	57	99.007	56	97.677	59	94.435	60	103.916	57
<b>Abstenções</b>	92.489	45	87.180	44	82.141	43	79.342	44	68.479	41	63.268	40	78.817	43
<b>Total de Eleitores Aptos</b>	<b>203.429</b>		<b>197.758</b>		<b>193.001</b>		<b>178.349</b>		<b>166.156</b>		<b>157.703</b>		<b>182.733</b>	

Todos os % foram calculados a partir do total de eleitores aptos.

**Gráfico 4** – Comparação entre a quantidade de eleitores aptos

Analisando os dados levantados no Quadro 11 e no Gráfico 4, chama a atenção, primeiramente, a baixa representatividade das chapas eleitas junto ao copo funcional. Por exemplo, no ano de 2016, o percentual de votos, calculado sobre o total de eleitores aptos, foi de 13% e o percentual de votantes foi de 55%, percentual pouco acima do quórum mínimo requerido para aprovação em primeira instância e, na outra ponta, o percentual de abstenções foi de 45%.

Visualmente, o gráfico nos dá uma clara perspectiva da representatividade do número de abstenções e de votos das chapas eleitas, comparando-os ao total de eleitores aptos – ainda que o número de eleitores tenha sido crescente ao longo dos anos, o número de votantes, praticamente, tem se mantido nas três últimas eleições e, por sua vez, o número de abstenções, crescente. Já o percentual de votos nulos e brancos tem se mantido ao longo do tempo com pequena variação, mas considerando-se que o número de total de eleitores tem aumentado, verificamos que os números de votos nulos e brancos estão proporcionais ao total de eleitores aptos.

Contudo, verificamos um índice crescente de expressividade da chapa eleita nas três eleições compreendidas entre o período 2006 a 2010, período coincidente com maior aprovação do Governo Federal petista – por sua vez, é perceptível o decréscimo de votos da chapa eleita nas três últimas eleições, pós-2011.

Os dados apontam claramente um desinteresse do Corpo Social na eleição de seus representantes, implicando a baixa representatividade dos eleitos. É interessante verificar que a menor participação dos eleitores na votação ocorre justamente numa época, sem precedentes na história, em que a quantidade de informações circulando em tempo real é grande. O que se

pode presumir é que a maior quantidade de informações não tem corroborado para elevar a representatividade dos dirigentes da Previ. Tal fato pode demonstrar que o excesso de fontes também gera maior quantidade de informações favoráveis e desfavoráveis acerca dos candidatos circulando nas redes sociais, o que pode levar a uma desconfiança dos eleitores em relação ao caráter e idoneidade dos candidatos.

Por fim, ressalte-se que tal levantamento foi importante para darmos uma noção da movimentação do número de eleitores aptos nos últimos dez anos. Não é objeto deste estudo elaborar um diagnóstico a partir dos dados, mas apenas demonstrar o contingente de participantes e assistidos envolvidos no processo decisório dos Órgãos Sociais da entidade e o quanto isso poderá repercutir no maior ou menor desenvolvimento na carreira dos funcionários que trabalham na entidade. Neste estudo não foi possível levantar o percentual de funcionários em cargos de representatividade, de gestão ou técnicos de profissionais vinculados ao Partido dos Trabalhadores ou entidades representativas dos funcionários como a Anabb, mas no auge na década de 2010, é bem provável que estes números fossem bastante expressivos dentro da Previ.

É fato que a Previ nos últimos anos tem sido alvo de constantes disputas eleitorais seja de chapas com apoio dos sindicatos ou outras instituições representativas. Há uma forte crença na entidade de que ninguém melhor do que o próprio dono para gerir seus recursos, daí a importância da composição mista dos Órgãos Sociais, eleitos pelo corpo social e indicados pelo patrocinador, os quais, por sua vez, também fazem valer a máxima do ditado popular que diz que “o olho do dono é que engorda o boi”; talvez isso justifique a representação do Banco do Brasil se fazer tão presente na Previ.

Sendo a Previ composta por uma participação paritária, patrocinador e funcionário, e com um vultoso patrimônio a ser gerido, seria compreensível um movimento de disputa de espaço e de poder na entidade por ambos os intervenientes. Todavia, o que identificamos é uma baixa participação dos envolvidos na escolha de seus representantes nos Órgãos Sociais, reforçando, ainda mais, a representatividade da outra parte, o patrocinador BB. Afinal, talvez esse movimento favorável ao patrocinador seja explicável, pois quase todos os participantes e assistidos foram ou são funcionários BB e, portanto, confiam ao Banco os rumos da entidade.

Neste momento da atual conjuntura política e econômica brasileira, de alternância de poder no Governo Federal – com o *impeachment* da presidente petista eleita com apoio do voto popular, para um vice-presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – é possível prever uma discussão da reforma da previdência sob o argumento de um déficit acumulado de décadas, do aumento da expectativa de vida do brasileiro e da elevação

da taxa atuarial. Neste amplo contexto, um tema plenamente atual e que ocupará a cena no debate da conjuntura macroeconômica do país será a forma de gestão dos fundos de previdência. O Projeto de Lei versando sobre o assunto tramitou pelo Senado Federal e foi encaminhado à Câmara dos Deputados Federais para aprovação.

Disponibilizamos outras informações sobre o levantamento de dados da Previ nos últimos 20 anos no final da tese em “Anexo”.

### **5.9. A gestão de pessoas**

O corpo funcional é composto de cerca de 550 pessoas da carreira administrativa oriundos do BB, na condição de “cedidos”, mediante convênio de cessão estabelecido entre o patrocinador, o Banco do Brasil, e a patrocinadora, a Previ. O referido Convênio limita o teto a 600 cedidos. Os funcionários cedidos pelo BB atuam em todos os níveis técnicos, gerenciais e executivos; há também um contingente menor de 60 funcionários do quadro próprio da Previ, contratados no mercado de trabalho, alocados na área de atendimento e serviços operacionais. Há uma divisão clara de carreira e oportunidades profissionais na Previ entre os cedidos do BB e os contratados do quadro próprio. Os primeiros se reportam ao acordo coletivo da categoria bancária e os segundos, ao sindicato de entidades dos fundos de previdência complementar.

Historicamente, a Previ sempre funcionou na cidade do Rio de Janeiro e isso determinou, em sua maior parte, a origem dos funcionários que nela trabalham. A empresa, como vimos, é regida por leis específicas do ramo de previdência complementar e possui órgãos reguladores que acompanham, dentre vários indicadores, o cumprimento da regulamentação de meta atuarial e reserva de contingência, garantidores do pagamento de benefícios aos assistidos no longo prazo.

A empresa até então reconhecida por ser superavitária e possuir um patrimônio consolidado, encerrou o ano de 2013 com um patrimônio da ordem de R\$ 171 bilhões. A Previ é o 33º maior fundo de pensão do mundo, de acordo com a publicação *Pension & Investments*, tendo como base o ano de 2012. No território nacional, detém em torno de 25% dos ativos e 7% do número de participantes de todo o sistema de previdência complementar.<sup>96</sup> Oferece dois planos de complementação à aposentadoria oficial: Plano 1 e Plano Previ Futuro, além da Caixa de Pecúlios, denominada Capec. Os planos possuem características e públicos

---

<sup>96</sup> Dados oficiais do site: [www.previ.com.br](http://www.previ.com.br).

bastante distintos, sendo o Plano 1 formado pelos participantes com ingresso no Banco do Brasil até 23 de dezembro de 1997 e com benefício previamente definido. Esse plano seguiu superavitário e seus participantes, sejam da ativa, aposentados ou assistidos, ficaram cinco anos consecutivos dispensados de contribuir com sua parcela mensal. Já no Plano Previ Futuro, as contribuições são mensais e o participante define seu perfil de investimento e sua aposentadoria proporcional ao valor da contribuição mensal.

Os funcionários cedidos pelo Banco do Brasil estão distribuídos nos seguintes cargos de carreiras (técnica e gerencial): Assistente Técnico, Técnico de Informática, Analistas I e II (incluindo área de Tecnologia da Informação com pisos diferenciados), Auditores, Advogados, Coordenador (cargo em extinção), Gerente de Núcleo e Gerente Executivo e outros cargos correlatos. A carga horária fixa é de oito horas diárias e a faixa salarial varia de R\$ 4.000,00 a R\$ 31.000,00. Todos os funcionários são regidos pela CLT, com exceção da diretoria executiva no exercício do cargo, que possui remuneração e vantagens distintas em virtude da condição estatutária. Há ainda em torno de 60 funcionários no quadro próprio da empresa direcionado para o segmento de atendimento e operacionais, distribuídos entre Atendente, Supervisor de Atendimento, Auxiliar de Suporte Administrativo, com faixa salarial variando de R\$ 3.000,00 a R\$ 6.000,00.

A Previ, como vimos, está estruturada em seis diretorias: Seguridade, Administração, Planejamento, Participação, Investimentos e Presidência, além dos Conselhos Deliberativo, Consultivo e Fiscal. As três primeiras diretorias são conduzidas por diretores eleitos com diversos apoios, inclusive da base sindical; as demais são indicadas pelo BB, com o apoio de representantes do governo federal. Sua diretoria executiva é composta por seis membros, como já foi dito, parte dela indicada pelo patrocinador BB e outra eleita parte pelos participantes e assistidos – renovada 50% a cada dois anos, com mandatos de quatro anos, ou em intervalo inferior, se do interesse do patrocinador. A diretoria executiva funciona de forma colegiada, sendo o presidente designado pelo patrocinador. Cada diretoria possui suas gerências executivas, todas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, com exceção de uma equipe lotada em Brasília.

A diretoria executiva reporta-se aos Conselhos, compostos por funcionários e ex-funcionários da carreira administrativa do BB. Os membros da diretoria executiva são detentores de cargos considerados de confiança e dispõem de vantagens e benefícios por participarem dos conselhos das empresas em que a Previ possui participação societária, com ou sem assento em conselhos.

Os funcionários cedidos pelo BB são amparados por um convênio de cessão que lhes garante vantagens, benefícios e obrigações. Hoje, o tempo da cessão é indeterminado e o retorno para o BB ocorre eventualmente por interesse do funcionário, seja por promoção na carreira funcional ou por aposentadoria, e também por decisão administrativa da diretoria de lotação do funcionário e da diretoria de administração. O convênio de cessão é um termo de compromisso assinado entre o patrocinador Banco do Brasil e a patrocinadora Previ. No ato de posse na Previ, o funcionário cedido assina um termo de responsabilidade concordando com as condições de cessão do referido convênio. A rescisão do período de cessão do funcionário poderá ocorrer a qualquer tempo e por interesse de qualquer uma das partes.

Atualmente, todos os funcionários cedidos a Previ também assinam um termo de ciência à condição de autorregulados, em função da possibilidade de uso de informações privilegiadas em benefício próprio ou de terceiros.

A Previ possui também políticas e diretrizes específicas estabelecendo que todos os funcionários, cedidos do BB ou do quadro próprio da Previ, deverão se reportar para orientar-se sobre as normas, regimentos, regulamentos, código de ética e outros procedimentos de conduta profissional.

O ingresso na Previ ocorre por meio de processo seletivo por meio de divulgação do site da entidade, da intranet do Banco do Brasil e imprensa nacional seja para todos os funcionários do BB ou do mercado para compor o quadro próprio. O processo já foi composto de três avaliações sequenciais distintas: curricular, conhecimentos gerais e específicos, e comportamental, seguidas de entrevista com a área detentora da vaga.

No meu caso, trabalhar na Previ representou uma forma de retomar minhas atividades na área de gestão de pessoas, após um processo de desvinculação da Diretoria de Gestão de Pessoas do Banco do Brasil, além de um novo patamar salarial e mudanças na vida familiar, acadêmica e profissional.

Os profissionais de RH atuam na Gerência de Talentos Humanos e Organização (Getho) subordinada à Diretoria de Administração (Dirad). Essa gerência é responsável pelos seguintes macroprocessos de gestão de pessoas: recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento, avaliação de desempenho, qualidade de vida, clima organizacional, acordos coletivos, programas de responsabilidade socioambiental, administrativo e políticas de gestão de pessoas. A escolha de meu nome para a gerência deu-se em decorrência da formação em Psicologia e qualificação em recrutamento e seleção junto ao Banco do Brasil. Era preciso um profissional com experiência e capacidade para conduzir os processos seletivos da Previ.

Durante sete anos esse foi o principal foco de atuação na empresa, além da condução integral de um programa sucessório.

Na condição de analista de Gestão de Pessoas, técnico sênior no mercado, juntamente com dois colegas, fomos responsáveis por três processos: Recrutamento e Seleção (R&S), Movimentações e Programa de Desenvolvimento e Sucessão.<sup>97</sup> A Equipe denominada R&S coordenava todos os processos seletivos da Previ, sejam eles para o público interno, público do BB ou público externo (no caso do quadro próprio), e o programa sucessório, com as fases de *assessment* e desenvolvimento. Acompanhava, ainda, todas as movimentações na Previ: posse, movimentações, nomeações e desligamentos, junto a todas as suas diretorias.

A equipe R&S também tinha contato direto ou indiretamente com todos os funcionários da Previ, Banco do Brasil ou mercado, que participavam de processos seletivos ou programa sucessório – no meu caso, assumi, em caráter de substituição, o cargo de gerente do núcleo. O trabalho é direcionado para atender aos diversos públicos, internos e externos, à instituição, às demandas da própria gerência e da diretoria executiva da Previ.

A condição de coordenação dos processos seletivos da Previ exigia a definição de regras e responsabilidades junto aos intervenientes internos e externos, além de mediar a interlocução entre a área requisitante que dispõe de uma vaga e identificar um profissional qualificado para preenchê-la. Acompanhava, ainda, as atribuições dos consultores contratados para conduzir esse processo de identificação do profissional almejado. Também era preciso fazer a interface com candidatos, gerentes, colegas, membros da diretoria executiva, membros dos conselhos da Previ, representantes sindicais e o patrocinador Banco do Brasil. Era um trabalho de muita visibilidade e relacionamento com todos os intervenientes do processo e requer uma sintonia fina com os direcionadores da entidade.

Em geral, trabalhar na Previ, para a grande maioria dos candidatos a uma vaga, é a oportunidade de sair da linha de frente das agências do BB, um lugar de “refúgio”, e do cumprimento constante de metas para a venda de produtos e serviços, além, é claro, da possibilidade de ter melhor qualificação profissional, mais qualidade de vida e salários atrativos alinhados com os praticados no mercado e no BB. Por outro lado, retornar para o BB, isto é, “ser devolvido” para o BB, é motivo de maior ameaça para o funcionário cedido e, por sua vez, um excelente mecanismo de controle e intimidação exercido pela entidade. O ato

---

<sup>97</sup> Recente matéria publicada, *Revista Previ*, edição 190, de setembro de 2016, expõe sobre a qualificação dos funcionários da entidade por meio de alguns processos nos quais tive a oportunidade de participar, tanto na elaboração como na condução, o Programa de Desenvolvimento e Sucessão e, dentre as suas principais ações, estive diretamente envolvida no Programa de Avaliação de Potencial, no Recrutamento e Seleção e no Programa de Mentoria. Disponível em: <http://www.previ.com.br/revista/edicao/indice-detalhes-1012.htm>. Acesso em 25/08/2016.

de devolver funcionário é sempre visto como arbitrário; o comunicado ocorre na véspera do retorno ao BB; e implica, na maioria das vezes, perdas de diversas formas – financeiras, do convívio com os colegas atuais, desorganização das atividades pelo distanciamento do local de trabalho, além, é claro, da interrupção da trajetória profissional e o reconhecimento explícito da insatisfação da entidade com seu desempenho. A recolocação no BB não é ocorrência fácil e, muitas vezes, o retorno culmina na aposentadoria do funcionário cedido.

No que diz respeito à relação contratual de trabalho, vigora o Convênio de Cessão e o Acordo Coletivo Anual da Categoria Bancária para os funcionários cedidos do BB e o Acordo Coletivo Bianual do Quadro Próprio da Previ junto ao Sindicato da Categoria Previdenciária. O acordo é usualmente utilizado para definir o trabalho, formal e legalmente contratado, entre a organização e o sujeito, e para a execução de atividades de curta, média ou longa duração, remuneradas. As pessoas trabalham na empresa por tempo indeterminado, cedidos pelo BB e em quadro próprio, e recebem uma remuneração fixa de acordo com os cargos exercidos. Quanto maior a complexidade das atividades, maior a remuneração e maior a cobrança da esfera hierárquica superior. A interrupção do contrato, provisória ou definitivamente, se dá mediante a ocorrência de afastamentos temporários ou permanentes.

Outra especificidade do contrato de trabalho nesta instituição é que, a cada dois anos, o Estatuto permite, no mínimo, 50% da diretoria executiva seja substituída. Isso traz reflexos diretos na forma de administrar a instituição, gerando insegurança dos rumos do trabalho e no modo como se darão as futuras relações entre diretorias e funcionários, principalmente nas diretorias dos eleitos, mediante a troca imediata de funcionários em “cargos de confiança”. Por sua vez, além da ansiedade e insegurança, há também um sentimento de alívio e expectativas positivas com a saída de uns e a chegada de outros, diretores e conselheiros eleitos ou indicados.

### **5.9.1. Vínculos de trabalho**

De modo geral, na Previ, constatamos diferentes vínculos de trabalho do sujeito. Esses vínculos, em sua grande maioria, são consistentes e muito duradouros; porém, eventualmente, eles se apresentam de maneira frágil, transitória e de fácil rompimento. O analista de Gestão de Pessoas, ao lidar com esses diferentes níveis de vínculos do sujeito com o trabalho, muitas vezes, percebe um maior ou menor investimento psíquico do sujeito com a atividade exercida, além de respostas subjetivas reveladoras de uma multiplicidade de formas de expressão desses vínculos com a organização, inclusive, ultrapassando a esfera do ambiente laboral.



No geral, seja pelas condições do ambiente de trabalho, pela remuneração, pelas oportunidades de crescimento profissional, pelos benefícios associados (plano de saúde, plano de previdência, e outros), pelos relacionamentos estabelecidos, verificamos, muitas vezes, uma dificuldade de as pessoas se desligarem da entidade. Há, inclusive, a cultura na empresa de designar os funcionários como “da casa”. Uma aproximação que traz o ambiente particular para próximo do organizacional e vice-versa, como se todos formassem uma “grande de família” de funcionários da Previ.

Há também uma particularidade neste ambiente: os funcionários cedidos do BB vivem uma dicotomia em sua relação com a organização, pois ora são denominados ‘funcionários da casa’, ora precisam se reportar às instruções e sistemas do BB. Por exemplo, as funções administrativas clássicas de Gestão de Pessoas são geradas na Previ e no BB – folha de pagamento, avaliação de desempenho, comissionamentos, ponto eletrônico etc. Em outros momentos, os funcionários cedidos são orientados a se reportarem exclusivamente aos normativos internos da Previ. De um lado, pretende-se uma autonomia e exige-se essa postura dos funcionários e, por outro lado, eles precisam estar alinhados com o BB, pois a qualquer momento podem retornar ao quadro do patrocinador. O quadro próprio da Previ vive outra dicotomia: ora são tratados com as mesmas vantagens dos funcionários cedidos do BB e o discurso é homogêneo em relação aos dois quadros de pessoal, ora são tratados pela organização como de carreira técnica distinta e por isso não são contemplados com vantagens do outro quadro (cedidos).

Na Previ, após alguns anos de atuação na área de Gestão de Pessoas, tive a oportunidade de escutar vários profissionais, tanto aqueles com interesse de trabalhar na empresa ou se desligar voluntária ou involuntariamente, como aqueles na condição de empregador que decidem pelo início ou término do contrato de trabalho.

Ouvimos diversos motivos que qualificam a relação de trabalho do funcionário com a organização pesquisada. Entre eles: 1) a natureza da atividade laboral; 2) o conteúdo do trabalho realizado; 3) as relações interpessoais estabelecidas; 4) o local de trabalho; 5) o vínculo partidário com “companheiros”; 6) a proximidade com a diretoria executiva; 7) a boa remuneração; 8) as condições de trabalho; 9) o ambiente na organização; 10) as relações com os colegas. No capítulo seguinte, apresentaremos a “Mentalidade Previ”.

Acreditamos que a abordagem do trabalho, a partir de nossa formação em psicanálise, tenha corroborado na análise da relação estabelecida entre o sujeito e o trabalho na Previ.<sup>98</sup>

---

<sup>98</sup> Em nossa experiência profissional tivemos como procedimento de trabalho entrevistar pessoas. A abordagem inicial estabelecia uma condução apoiada na investigação dos recortes da história do profissional, escolhidos e

### 5.10. Considerações sobre as condições gerais da Previ

Vimos até aqui o modelo que dispõe sobre os representantes dos Órgãos Sociais da Previ, seja sua disposição no Organograma da Estrutura Organizacional ou na apresentação do Estatuto da Previ que prevê a recomposição bianual dos “indicados” pelo patrocinador BB ou via processo eleitoral daqueles denominados “eleitos”. No entanto, no cotidiano, essa diferença de representação de “indicados” ou “eleitos” se faz presente de diversas maneiras, além das descritas aqui, repercutindo, até mesmo, na localização física e profissional dos funcionários e dos representantes na entidade.

Os funcionários vinculados às diretorias comandadas por “indicados” estão lotados no quarto andar do prédio da sede, local denominado informalmente pelos próprios funcionários e prestadores de serviços como “Avenida Vieira Souto”, enquanto, os vinculados às diretorias dos “eleitos”, estão em sua grande maioria, localizados no terceiro andar – lugar denominado como “Avenida Brasil”. Para quem não conhece a cidade do Rio de Janeiro, são denominações de duas avenidas bem conhecidas, sendo a primeira localizada na Zona Sul e a outra na Zona Norte, caracterizando, assim, uma diferença no *status* e nas condições de trabalho estabelecidas entre os representantes e dos funcionários vinculados aos significantes “indicados” ou “eleitos”, respectivamente.

Essa divisão explícita – prevista na composição paritária de todos os Órgãos Sociais, e, conseqüentemente, na composição dos representantes da diretoria executiva, “indicados” e “eleitos” – se faz também perceptível na condução das políticas organizacionais. Internamente, identifica-se maior perenidade, estabilidade e continuidade das práticas exercidas pelos representantes vinculados ao patrocinador BB, por meio de um padrão de desempenho similar na condução das atividades profissionais. Entretanto, se por um lado essa menor interrupção na gestão dos representantes “indicados”, em princípio, poderia levar a uma maior tranquilidade na gestão dos recursos do fundo de pensão, também é motivo de preocupação de muitos participantes e assistidos pela possibilidade de conflito de interesses, conforme exporemos mais adiante.

Por sua vez, ainda voltando nossa atenção para o contexto interno da entidade, identificamos que, embora os representantes dos Órgãos “eleitos” tenham recebido apoio de

---

narrados pelo próprio. Eram questões específicas ou abrangentes, sobre temas relacionados à trajetória profissional, abordados de forma que permitisse a cada um decidir o que relatar e ao que, nessa narrativa, tivesse maior ou menor ênfase em sua história. Não tínhamos um roteiro predeterminado, um *script* ou perguntas padronizadas para serem abordadas, mas buscávamos apreender nos fragmentos trazidos – e naqueles não mencionados pelo sujeito – como ele era atravessado / determinado pelos mesmos. Tratava-se de uma oportunidade singular de propiciar, inclusive, momentos em que o sujeito se veria ultrapassado por assuntos que lhe diziam respeito, mas que até então não haviam sido elaborados ou apresentados como questão subjetiva.

entidades externas ou internas ao próprio patrocinador BB, percebe-se uma diferença – e até mesmo, uma descontinuidade – nas políticas antes praticadas. Sobretudo, em tempos de transição política no país, quando se faz presente o apoio de entidades ou de representantes de entidades às chapas inscritas no processo eleitoral da Previ, identificamos, nos últimos anos, novos direcionamentos de práticas do antecessor. Decerto, o sucessor teria como objetivo caracterizar um rompimento, um recomeço, um novo *modus operandi*, acentuando uma ruptura na gestão e, conseqüentemente, com os apoiadores anteriores. Tal rompimento é, também, muito provavelmente, mirando-se o cenário vindouro de novas eleições de representantes nos próximos dois anos.

Esta descontinuidade na gestão das diretorias dos “eleitos” da Previ tem levado alguns funcionários a optarem pelo trabalho nas diretorias dos “indicados”, unidades em que percebem menor vulnerabilidade na continuidade de suas atividades, bem como dos profissionais que atuam na área.

Como a entidade também possui representantes eleitos com apoio de organizações representativas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores, é perceptível o movimento de funcionários com interesse de trabalho na diretoria dos “eleitos” pela maior afinidade com as práticas democráticas, ainda mais pela proximidade com representantes “eleitos”, com trajetória sindical e maior abertura ao diálogo e respeito às diferenças étnicas, sociais e geográficas.

A entidade, num contexto eleitoral bianual, é um espaço aberto e compartilhado por representantes do patrocinador BB e dos participantes e assistidos, e permite o trânsito periódico de candidatos e de entidades apoiadoras de chapas em campanha, fazendo aí um “corpo a corpo” ou “voto a voto” junto aos funcionários e representantes da Previ.

Mas, num ambiente perpassado por “indicados” e “eleitos”, de tempos em tempos, funcionários são diretamente afetados por essa dicotomia mediante destituição de cargos ou remoção da entidade. A maior incerteza estaria, em princípio, com os funcionários vinculados aos representantes “eleitos”, tendo em vista os casuísmos de um processo de disputa eleitoral com apoios oriundos de entidades externas à entidade e ao patrocinador BB. A Política de Gestão de Pessoas da Previ permite que seus representantes, “indicados” ou “eleitos”, possam valer-se da prerrogativa de alteração do corpo técnico ou gerencial respaldados institucionalmente com a fidúcia de “cargos de confiança”. Assim, é comum a posse nesses cargos de pessoas que contribuíram ativamente no processo eleitoral dos representantes “eleitos” ou na escolha dos “indicados” pelo patrocinador BB.

Expomos estes aspectos para caracterizar a entidade estudada e, quando pensamos no mal-estar laboral vivido neste ambiente corporativo, precisamos levar em consideração todas essas políticas internas e externas, sob as insígnias de poder, reconhecimento, confiança, qualificação, pressão, favoritismo, constrangimento, intimidação, desqualificação etc. Ao nosso ver, embora sejam práticas institucionalizadas, algumas delas poderão ir frontalmente de encontro ao Código de Ética<sup>99</sup> da entidade que preza em seus direcionadores pela imparcialidade, razoabilidade e eficiência, bem como defende os interesses do conjunto de associados e assistidos; ou que no relacionamento considera a diversidade e o respeito às diferenças pessoais. Poderemos, assim, nos permitir perguntar se num ambiente perpassado por tantos agentes políticos e de poder, inclusive, eventualmente, conflitantes quanto a interesses e objetivos, tais prerrogativas previstas no Código de Ética seriam, efetivamente, aplicáveis? Ou vale mais o companheirismo, os apoios políticos, os apoios de outras instituições e os direcionadores do patrocinador BB ou das instâncias governamentais? Infelizmente, não temos uma resposta exata, mas passada quase uma década de trabalho na área de gestão de pessoas da Previ, acreditamos que a meritocracia, a competência técnica ou gerencial, o desempenho efetivo e a eficácia ainda seriam postos em segundo plano na entidade, ou melhor, seriam sobrepostos por outros fatores e interesses do patrocinador BB e de órgãos governamentais nas esferas do executivo, legislativo e judiciário, de entidades representativas dos funcionários ou, até mesmo, de empresas em que a Previ detenha participação acionária.

Tudo se passa como se houvesse de fato uma oposição de forças dentro da entidade. De um lado, aqueles que dizem representar os interesses do patrocinador BB e, de outro, aqueles que dizem defender os interesses dos funcionários. Mas será que esses interesses estão ou em algum momento foram tão distintos, sobretudo após um período de três mandatos consecutivos de representantes vinculados ou indicados pelo mesmo partido político, no caso, o Partido dos Trabalhadores?

Na prática, o que presenciamos foi um longo período de gestão colegiada convergente entre “indicados” e “eleitos”. Contudo, a partir dos últimos anos, ainda mais nos últimos dois, houve uma ruptura neste direcionamento e maior divergência de interesses entre os representantes dos Órgãos Sociais. Tal período coincide com o segundo mandato da ex-presidente, Sra. Dilma Rousseff, refletindo no enfraquecimento de seu poder político nas representações das estatais e de seus fundos de previdência. Outro fator que poderia justificar

---

<sup>99</sup> Disponível em: <http://www.previ.com.br/a-previ/normativos/codigo-de-etica>. Acesso em 13/09/2016.

esta mudança seria o fato de opositores se beneficiarem com o declínio do governo federal e proporem uma gestão de oposição, muito embora, com apoio político subsidiado por organizações majoritariamente compostas por representantes da tradicional cena política partidária do fundo de pensão e do país. Situação esta que manteria a entidade refém do maior interesse do patrocinador, representado pelo governo.

Afinal, várias questões se colocam sobre a forma de representação de nossos Órgãos Sociais e do corpo gerencial e técnico da Previ. Como um representante do patrocinador BB poderá, em algum momento, contrapor-se a este, mesmo que tecnicamente venha a considerar como inviável determinadas condições propostas ou orientações de investimentos oriundos do BB? Afinal, os “indicados” estariam a serviço dos interesses do patrocinador BB ou dos interesses dos participantes e assistidos? E os “eleitos” estariam a serviço da entidade ou das entidades apoiadoras? Seria realmente desejável e possível conciliar interesses de “indicados” e “eleitos” em uma gestão colegiada? Se, eventualmente, “eleitos” e “indicados”, em algum momento de sua trajetória profissional, transitaram ou transitarão novamente junto ao patrocinador BB, o quanto isto poderia influenciar na melhor gestão dos interesses da entidade? Estaria esta entidade fadada aos caprichos ou “mandos” e “desmandos” oriundos do patrocinador BB e, conseqüentemente, das diversas esferas governamentais? Se, de alguma forma, todos os representantes foram ou serão funcionários do BB, o atual modelo de governança, fiscalizada por órgãos reguladores internos e externos à entidade, seria suficiente para preservar o maior interesse da razão de ser da Previ: pagar benefícios aos participantes e assistidos? São questões que estão plenamente adequadas e na pauta do dia, em um momento de transição política no país, conclamando a todos, participantes e assistidos, bem como a sociedade em geral, a participarem ativamente desse processo e a se posicionarem quanto aos seus direitos e deveres previdenciários. Será que os sujeitos envolvidos no trabalho organizacional estão abrindo mão de interesses egoístas em prol dos interesses coletivos, e trabalhando em prol da sociedade como um todo? O passo decisivo para o avanço da civilização indicado por Freud estaria presente no trabalho organizacional na Previ?

Acreditamos que, no cenário traçado até aqui – e o que apresentamos na análise do processo eleitoral dos Órgãos Sociais nos últimos vinte anos, assim como na exposição da representação da entidade na governança das empresas participadas foram fatores que, provavelmente, influenciaram para que, em 2005, um ex-Diretor de Administração, oriundo e eleito com apoio da base sindical, mobilizasse pessoas e aprovasse, junto à Diretoria Executiva e ao Conselho Deliberativo, as “Políticas e Diretrizes de Gestão de Pessoas da Previ”, com o objetivo de regrar os critérios de movimentação, entrada e saída de

funcionários, bem como tudo aquilo que tangencia a trajetória profissional, desenvolvimento, avaliação etc. Talvez, por isso, tenha dado relevância a um criterioso processo de avaliação de competências como uma espécie de “blindagem” das nomeações na entidade.

Foi a partir de então – 2005 –, que todos os funcionários da Previ, antes da posse em novo cargo, passaram a participar obrigatoriamente de um processo seletivo voltado para os seguintes públicos: interno (à própria entidade), misto (entidade e Conglomerado Banco do Brasil) e externo (mercado), ou de um processo sucessório. Não obstante a existência dos requisitos, o processo seletivo foi detalhadamente composto de etapas sucessivas e eliminatórias de avaliação: curricular, de conhecimentos e comportamental.

Nossa avaliação, a partir da experiência profissional na entidade, reforça essa posição tomada, diante de um ambiente, como já apontado, tão perpassado por questões políticas e partidárias na escolha de representantes “indicados” ou “eleitos” para composição dos Órgãos Sociais e dos funcionários nos cargos técnicos e gerenciais. Por se tratar de um fundo de pensão responsável por investimentos bilionários, pela sua governança em diversas empresas brasileiras – diga-se de passagem, nas maiores empresas –, fez-se imprescindível criar e assegurar mecanismos que preservassem a isonomia de tratamento na escolha dos melhores profissionais para a gestão dos recursos desse fundo de previdência denominado Previ.

Diante dessas e outras variáveis, é provável que a entidade tenha optado por um modelo de processos seletivos e sucessão sob a condução de consultorias externas contratadas no mercado, reforçando a importância de um distanciamento mínimo necessário entre o profissional que avalia, avaliador externo, o profissional avaliado e o avaliador interno detentor da vaga. Tal modelo vigorou por uma década, entretanto, com mudanças na Diretoria Executiva, conforme dados que serão apresentados, mais especificamente a partir de 2014, ocorre um movimento de realinhamento com as práticas de gestão da entidade com a nova forma de conduzir o modelo aprovado pelo antecessor. O modelo praticado pelo sucessor tem permitido maior aproximação com o patrocinador BB, mas vem extinguindo ou atenuando a relevância da figura do avaliador externo, e aproximando avaliador interno e avaliado. Nesta forma de aplicação do modelo, ao nosso ver, se correria o risco de perder a significância da isonomia necessária na condução de um processo, assim como existiria a possibilidade real de o avaliador direcionar a escolha do avaliado ou vice-versa.

Assim, estaríamos caminhando para o uso de um modelo que reforçaria práticas de centralização na figura do detentor da vaga. Ou, ainda, tal prática apontaria para a escolha somente de profissionais aderentes às práticas do avaliador. Ou, em algum momento, o poder do avaliado se sobreporia ao poder do avaliador influenciando este último na escolha do

primeiro. Infelizmente, acompanhando todo esse processo como participante e funcionária da Previ, eventualmente, até mesmo colaborando ou me candidatando a uma vaga, o que temos presenciado é muito mais uma prática que reforça um realinhamento do discurso desvalorizando o contraditório, e conseqüentemente, correndo-se o risco de desvalorização da meritocracia.

Esta descrição da realidade da Previ é bem provável que não seja uma percepção isolada, mas de diversos profissionais que compartilham esse ambiente de trabalho ou, até mesmo, por aqueles que têm interesse de compor o quadro de funcionários da entidade. Percebe-se, muitas vezes, uma desilusão, descrença ou descrédito com as práticas atuais. Tal percepção também explicaria a baixa representatividade na eleição dos Órgãos Sociais da entidade ou reforçaria a confiança na gestão dos funcionários “indicados” pelo patrocinador BB dispensando maior envolvimento com o processo de escolha dos representantes dos participantes e assistidos.

Todas essas questões, sob nossa ótica, estão pautadas e, sem sombra de dúvida, são decorrentes, como afirmamos, dos diversos anos de experiência de trabalho como analista na área de gestão de pessoas da Previ, inclusive como avaliadora. Tais percepções da realidade da Previ poderão, ainda, ser melhor elucidadas na apresentação dos dados coletados para melhor caracterização da entidade também nas entrevistas que serão transcritas no próximo capítulo.

Para corroborar, nesta análise da governança dos fundos de pensão no Brasil e da Previ, apresentamos alguns comentaristas e suas percepções sobre esse contexto no Brasil.

### **5.11. Comentários sobre a política na Previ**

Para ampliar a compreensão do que se passa no processo eleitoral da Previ, recorreremos ao comentário de políticos e outras personalidades. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, FHC, em recente entrevista, expõe sua opinião sobre o atual processo eleitoral do país. Em matéria da Rede BBC Brasil, data comemorativa dos 30 anos de democratização no país, extraímos alguns comentários do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, Lula, do especialista da USP em qualidade democrática, José Álvaro Moisés, e da urbanista e ex-relatora especial da ONU para habitação, Raquel Rolnik.

O ex-presidente FHC<sup>100</sup> denomina o problema do processo eleitoral no Brasil como uma questão “cultural” e independente de partido de esquerda ou de direita. Em sua opinião, o que as pessoas querem é tirar o máximo proveito do Estado, o que se expressa sob a forma de clientelismo, corporativismo, inclusive nas grandes corporações, sindicatos e outros grupos organizados. Com isso, a política não avança, mesmo que se tenha uma visão progressista, torna-se um peso enorme para um país que não aceita o mérito, a possibilidade de competir e ganhar pelo que se faz, mas, ao contrário, se ganha é porque tem direitos, privilégios. Isso, para ele, é uma questão cultural!

O ex-presidente FHC também comentou sobre o atual momento da política e, em sua opinião, existe uma descrença muito ampla em relação aos partidos, principalmente, entre os mais jovens. Para ele, a democracia representativa liberal está em crise, é se trata de uma crise mundial, porque não existe hoje uma conexão de classe, partido e poder; e a sociedade tem outras identidades de classe, de gênero, de orientação sexual e de religião. No entanto, os partidos não tiveram a capacidade de consistentemente lidar com esses temas. Houve uma perda de representatividade que, na sua visão, teria atingido todos os partidos, por isso, vivemos um momento de interrogação e de ausência de lideranças capazes realmente de chamar a atenção da população. Portanto, corremos o risco de que surja um demagogo e leve a melhor. Em nossa visão, é importante destacar que essa crítica a todos os partidos ocorre no momento em que o próprio partido do ex-presidente, o PSDB, é também alvo de investigações da Operação Lava-Jato<sup>101</sup> sob a condução da Polícia Federal.

Mas, o que extraímos da opinião do ex-presidente FHC para contextualizar o que se passa na Previ é sua percepção sobre a questão “cultural” que se alastra no país, mesmo após tantos anos de colonização, presente sob a forma de clientelismo, favoritismo, corporativismo – formas estas que impedem a meritocracia e favorecem os privilégios aos apoiadores e aos mais próximos.

Outro aspecto abordado por FHC e que também poderia se aplicar à Previ seria sua definição de uma crise mundial da democracia representativa liberal porque os representantes

---

<sup>100</sup> Disponível em: <http://josiasdesouza.blogosfera.uol.com.br/2016/09/07/para-fhc-o-pt-e-ate-o-psdb-viraram-velharia>.

<sup>101</sup> O nome do caso “Lava Jato” é uma referência inicial ao uso de rede de postos de combustíveis e lava a jato de automóveis utilizado para movimentar recursos ilícitos pertencentes organizações criminosas investigadas pela Polícia Federal. Posteriormente, a investigação se estendeu para outras organizações criminosas, mas o nome inicial se consagrou. Trata-se de uma operação sob a condução do Ministério Público Federal que atingiu uma abrangência sem precedentes no Brasil investigações com ampla repercussão interna e externa, investigação de um esquema de corrupção nos últimos dez anos no país envolvendo grandes empreiteiras organizadas em cartel para o pagamento de propina de altos executivos estatais e outros agentes públicos, inclusive Senado Federal e Câmara Federal. Disponível em: <http://lavajato.mpf.br/entenda-o-caso>. Acesso em 20/09/2016.



teriam sido incapazes de lidar com as diversas identidades de classes presentes no país, o que repercutiria em descrença dos eleitores nos partidos e em suas lideranças. Tal descrença também estaria refletida na Previ, expressa na baixa representatividade dos candidatos eleitos nos processos eleitorais dos Órgãos Sociais.

Em 15/03/2015,<sup>102</sup> data em que o Brasil completou 30 anos do fim da ditadura militar, a Rede BBC Brasil convidou várias lideranças para dar sua opinião sobre a democracia, apontando avanços e limitações. Na visão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, o maior avanço foi da democracia, isto é, sua conquista, consolidação e aprofundamento. Ele exemplifica com o fato de as pessoas poderem se expressar, se organizar e escolher seus representantes. Para ele, só com a democracia foi possível a organização e a pressão do povo para redução da pobreza, a diminuição da desigualdade e exclusão do Brasil do Mapa da Fome da ONU. Ao citar as limitações dessa mesma democracia, ele opina que precisamos de uma reforma política, sendo essa extremamente benéfica para recompor a vitalidade da política; um salto de qualidade na transparência, para que se possa fortalecer a confiança da sociedade em seus representantes e nas instituições. Outro aspecto que considera importante aprimorar é a democratização dos meios de comunicação de massa, em virtude da concentração deste mercado a seis famílias brasileiras.

Das questões apontadas pelo ex-presidente Lula, destacamos na Previ um processo eleitoral democrático consolidado com a eleição de 50% de seus representantes dos Órgãos Sociais, além do livre trânsito e expressão de candidatos e apoiadores. Quanto à reforma política apontada por ele, esta seria bem-vinda à Previ, visando dar um salto de qualidade e fortalecimento da confiança nos representantes e na entidade.

O especialista José Álvaro Moisés avalia que houve avanços importantes nos direitos civis, políticos e sociais. Mas considera haver limitações nas práticas de abuso de poder, com a crescente ocorrência dos fenômenos de corrupção, indicando que a lei ainda não vigora para todos. Ele percebe que em muitas áreas de atividade governamental, o planejamento está ausente, com permanentes desperdícios agravados pela malversação de fundos e pela corrupção, em todos os níveis.

Do especialista Moisés, podemos aplicar na Previ sua crítica referente ao abuso de poder e ausência de planejamento estruturado, agravados pelo mal uso de fundos em todos os níveis hierárquicos.

---

<sup>102</sup> Ver: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150315\\_democracia\\_liderancas\\_ms\\_lk](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/03/150315_democracia_liderancas_ms_lk). Acesso em 20/09/2016.

Já a urbanista e ex-relatora especialista da ONU em habitação, Raquel Rolnik, considera que houve avanços nas liberdades civis e políticas. Cita avanços no marco regulatório com a Constituição Federal (1988) e o Estatuto da Cidade (2001), incluindo o direito a ter água, luz, escola e serviços públicos. Para abordar as limitações, comenta que muito pouco foi implementado do marco regulatório porque não houve uma ruptura com o sistema tradicional, este é ainda contaminado pela mentalidade colonial-escravocrata que impera no país. Para a entrevistada, o Estado é um espaço para o exercício de negócios privados, e esse processo, ao invés de ter sido rompido, ele se fortaleceu. E isso porque, com o avanço da democracia, os partidos tiveram que entrar na concorrência do “mercado de votos” e, o financiamento das campanhas teria fortalecido muitos agentes privados. Por exemplo, através de acordo estabelecido entre agentes que atuam na concessão de serviços públicos e agentes políticos, várias empresas financiaram campanhas e agentes políticos permaneceram no poder. Os partidos de esquerda ganharam força na medida em que foram ampliando sua participação institucional e parlamentar, mas, por sua vez, com isso eles pactuaram com a manutenção do modelo vigente no país para governar.

Da comentarista Rolnik, destacaríamos, transpondo o que disse para a Previ, que há uma dificuldade de rompimento com um sistema tradicional colonial-escravocrata que permitiria ao Estado, no caso o patrocinador BB ou órgãos governamentais, utilizar a entidade como espaço de negócios que ultrapassariam o maior interesse da patrocinadora. Outro ponto abordado e muito interessante para se pensar na Previ, diz respeito à intensificação do “mercado de votos” decorrente do avanço da democracia. Para manter-se no poder, se fortalece um acordo de concessão entre empresas e políticos reforçando a manutenção do modelo praticado no país. No processo eleitoral da Previ, que ocorre a cada dois anos, os atuais e futuros representantes recorrem ao apoio de diversas instituições para garantir sua manutenção no “mercado de votos”, sobrepujando, até mesmo, o maior interesse da entidade. Mudanças necessárias pelos atuais representantes não são defendidas e aprovadas para que isso não comprometa o próximo processo eleitoral previsto. Como a Previ irá romper esse ciclo do “mercado de votos” que lhe é extremamente maléfico?

### **5.12. Projeto de Lei Complementar 268/2016**

Com o intuito de aprofundar este debate sobre a governança dos fundos de pensão no Brasil, do qual a Previ faz parte por sua expressiva representatividade, apresentamos nossas considerações, após tomar conhecimento do inteiro teor do Projeto de Lei Complementar (PLP) 268/2016.

Atualmente, tramita na Câmara dos Deputados Projeto de Lei Complementar<sup>103</sup> à Lei 108, de 28 de maio de 1991, de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB/RO), conhecida como PLP 268/2016, e tem como ementa “aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e de suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas”. A Previ, caso aprovada a lei, será diretamente afetada. Destacamos apenas alguns pontos para apresentação e comentários.

O Projeto, dentre outras alterações, prevê a composição paritária do conselho deliberativo por três categorias de conselheiros: os independentes; os representantes dos participantes e assistidos; representantes do patrocinador. Os representantes dos participantes e assistidos seriam eleitos mediante pleito direto pelos seus pares. Aqui temos uma variação – *eleição de conselheiros independentes* – representantes de participantes e assistidos. A remuneração também passaria a ser fixada de acordo com os valores praticados pelas entidades de previdência complementar e, no caso da Previ, não mais seria por similaridade ao patrocinador Banco do Brasil. Os membros do conselho deliberativo e fiscal passariam a responder pelos danos e prejuízos resultantes de omissão no cumprimento de seus deveres ou por atos praticados com culpa ou violação do estatuto ou legislação. Ainda em relação ao Conselho Fiscal, a presidência seria por um período máximo de dois anos de mandato e todos os membros desse conselho teriam vedada uma recondução consecutiva. Outra alteração significativa seria a composição da diretoria executiva mediante processo seletivo público sob a condução de empresa especializada contratada para este fim com a orientação do conselho deliberativo. Os membros da diretoria passariam a ter mandato de dois anos, permitida até três reconduções consecutivas.

Dentre os diversos requisitos previstos na concorrência à seleção de cargo na diretoria executiva, um deles seria a inexistência do exercício de atividades político-partidárias em período inferior a dois anos antes da data de contratação; a inexistência do exercício de cargo em comissão de livre nomeação ou exoneração ou de cargo temporário, junto ao patrocinador ou na administração direta do governo controlador do patrocinador, nos últimos dois anos; e, ainda, a inexistência de contrato ou parcerias com a entidade fechada ou seu patrocinador nos últimos três anos; e, também, a comprovação de ausência de cônjuge ou parentesco até o

---

<sup>103</sup> Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2082269>. Acesso em 13/09/2016.

terceiro grau de conselheiro, dirigente ou diretor da entidade de previdência complementar ou do patrocinador.

A fim de dirimir quaisquer dúvidas, a PLP 268/2016 define as atividades político-partidárias como aquelas em que o cidadão atue como participante da estrutura organizacional e decisória de partido político e em trabalhos vinculados à organização, à estruturação e à realização de campanhas eleitorais.

Em uma análise preliminar e superficial do Projeto, trazendo-o para o contexto da Previ, identificamos critérios de seleção bem direcionados, no sentido de fechar o cerco, de literalmente “blindar” a Previ do uso político-partidário de representantes indicados pelo patrocinador ou daqueles escolhidos por eleições diretas pelos participantes e assistidos vinculados à entidade. Entretanto, não conseguimos elencar requisitos que inibissem ou impedissem a ingerência do patrocinador por meio de direcionamentos oriundos de órgãos governamentais em todas as esferas federais, estaduais ou municipais. Em uma visão bem simples, ainda se correria o risco de influências diretas do patrocinador, e considerando-se a composição paritária e, tendo este, *o voto minerva*, é razoável supor que em situações de impasse prevalecesse o maior interesse do patrocinador, que é também o empregador do representante. Não seria então este um momento propício de se levantar quais os critérios de escolha dos indicados pelo patrocinador? Afinal, seus indicados, na prática, estariam a serviço do maior interesse do patrocinador ou dos participantes e assistidos?

Achamos que este ponto é, no mínimo, um ponto que requer maior aprofundamento junto aos participantes e assistidos da Previ, mas não é objeto desta pesquisa. Esperamos que as considerações aqui registradas possam contribuir para o debate do tema junto à Previ e à sociedade brasileira.

### **5.13. Reorganização Institucional e Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada do Banco do Brasil**

No momento da reta final da conclusão desta tese de doutorado, além de ter sido surpreendida com medida administrativa arbitrária – retorno ao Banco do Brasil – interrompendo minhas atividades na Previ<sup>104</sup>, apesar das tratativas do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro (ContraFCUT) junto à Diretoria Executiva da entidade; na sequência, o

---

<sup>104</sup> Disponível em: <http://www.bancariosrio.org.br/2013/banco-do-brasil/item/37352-funcionarios-fazem-paralisacao-contra-perseguiçao-na-previ>. Acesso em 04/12/2016.

Banco do Brasil<sup>105</sup> noticiou, no final do mês de novembro, a adoção de um conjunto de medidas de reorganização institucional, que propiciou, em dezembro, meu desligamento do BB para aposentadoria junto à Previ. Dentre as principais medidas, serão desativadas 402 agências e oferecido um plano extraordinário de aposentadoria incentivada para um público de 18 mil funcionários, que já dispõe de condição de aposentadoria.

O Banco também propôs a redução da jornada de trabalho de oito para seis horas diárias para seis mil assessores, com redução média de 16,25% do salário. O BB espera a redução de R\$ 750 milhões em suas despesas administrativas, exceto pessoal. Segundo o Sindicato dos Bancários filiado à CUT,<sup>106</sup> o argumento usado pelo BB é o de crise financeira e consequente necessidade de economia num total de R\$ 3 bilhões em 2017, considerando-se a redução da estrutura física, corporativa e de pessoal, com a adesão ao programa de aposentadoria podendo atingir dez mil funcionários.

O segundo fato relevante, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), é o fechamento das agências em todo o país e sua transformação em 379 postos de atendimento no decorrer do ano de 2017. O movimento sindical se declara surpreso com a notícia do BB e repudia os cortes e o prazo exíguo para tais medidas, além de colocar em xeque o papel do BB enquanto instituição pública. Tais medidas interromperão a trajetória de carreira de muitos funcionários, inclusive os cedidos à Previ.

Apresentaremos algumas informações sobre o Peai (Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada), tendo em vista os impactos para os funcionários que a ele aderirem. O Plano é direcionado a funcionários que reúnam condições de requerer os benefícios de aposentadoria pelo INSS e/ou pela Previ (ou outros fundos de pensão de bancos incorporados pelo BB). Prevê a concessão de incentivo de 12 salários-base, além de prêmio em pecúnia de um a três salários, a depender do tempo de empresa.

O Banco do Brasil é uma sociedade anônima de economia mista, tendo o governo federal como acionista majoritário – o que justifica o fato de todos os seus funcionários ingressarem na instituição, exclusivamente, por meio de concurso público, o que lhes confere estabilidade no emprego similar à dos funcionários públicos em geral. Os incentivos de aposentadoria oferecidos no Peai são uma forma de estimular o desligamento voluntário de funcionários, haja vista, na prática, a impossibilidade de mera demissão pelo empregador, como ocorre na iniciativa privada.

---

<sup>105</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/11/banco-do-brasil-anuncia-fechamento-de-agencias-e-plano-de-aposentadoria.html> Acesso em 04/12/2016.

<sup>106</sup> Disponível em: <http://www.sindbancarios.org.br/imposicao-de-saida-de-18-mil-funcionarios-ate-dezembro-nao-tem-nada-de-voluntario-bb-forca-demissoes-e-retorna-aos-anos-1990>. Acesso em 04/12/2016.

O BB espera, com o Plano, adequar seu quadro de pessoal à reorganização institucional informada concomitantemente ao Peai e que implica em corte de cargos e de agências bancárias no Brasil. A simultaneidade de tais medidas constitui pressão adicional pela adesão ao Peai, na medida que muitos funcionários terão seus cargos extintos, reduzidas as suas jornadas de trabalho com conseqüente redução na remuneração – entre outros impactos negativos para o corpo funcional.

Vemos tais medidas extremamente impactantes na cultura e no “caráter” dos funcionários, tanto daqueles que saem como dos que permanecerão no BB. Sennett (2002) aponta claramente os efeitos nefastos da “corrosão do caráter” com a desvalorização dos profissionais mais experientes e das narrativas históricas. No caso específico do BB, esses efeitos serão simultâneos às medidas de reorganização institucional, gerando forte instabilidade quanto ao futuro profissional, sobretudo dos funcionários lotados em dependências e/ou cargos “extintos” por tais medidas, bem como uma interrupção na vida profissional dos “elegíveis”.

Quanto à Previ, o impacto das medidas administrativas do Banco do Brasil serão imediatos na entidade, na medida em que ela é responsável pelo pagamento dos benefícios da aposentadoria complementar dos desligados, resultando em resgate imediato de investimentos para geração de caixa correspondente aos compromissos junto ao contingente de novos assistidos; e, ainda, graças à redução do montante mensal de contribuições de participantes e da Patrocinadora (BB), decorrente da redução da massa salarial impactada pela extinção de funções comissionadas e da migração de alguns cargos para a jornada de seis horas. Esses impactos serão sentidos também pela Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil), na medida em que suas receitas são diretamente relacionadas ao montante da folha de pagamentos do Banco, que sofrerá significativa redução com as medidas.

Cabe salientar que a lógica do plano de reorganização institucional, com o corte de cargos e de postos de trabalho e redução na remuneração de cargos de oito para seis horas é restrita ao âmbito do BB e não se aplica aos quadros da Previ e outras entidades. Dessa forma, pelo menos por enquanto, os funcionários cedidos estão preservados dessas medidas de reestruturação, tendo um “privilégio” em relação aos demais funcionários. O impacto na Previ, como já mencionado, ocorreria na elevação de folha de pagamento de benefícios a assistidos, na redução da contribuição da parcela Previ e no direcionamento de parte dos recursos investidos pela entidade para a geração de caixa.

Considerando-se os efeitos financeiros do Peai para funcionários e para o empregador Banco do Brasil, exporemos, a seguir, alguns comentários e esclarecimentos.

Para os funcionários que optarem pela adesão voluntária ao Peai, o BB pagará incentivos de até 15 salários-base. Esta é uma forma de compensação pelo tempo de contribuição ainda incompleto, uma vez que o tempo ideal seria de 30 anos de serviço/contribuição (ou 30 avos), para atingir o valor do benefício máximo previsto junto à Previ.

Exemplificando: na antecipação em um ano da aposentadoria (29 anos de adesão ao plano), o benefício correspondente seria equivalente a 29/30 do benefício máximo. Ou seja, no caso de uma aposentadoria com 29 anos de adesão a Previ, em razão da antecipação de um ano, perde-se o equivalente a 1/30 do valor máximo do benefício mensal previsto. Diante dessa perda, o BB oferece como incentivo para a aposentadoria antecipada a concessão de, no mínimo, 13 salários-base do funcionário – o que equivale a 390 avos (13 x 30 anos) da aposentadoria máxima. Entretanto, como o teto do benefício é de 90% do salário da ativa, de fato, o incentivo do BB equivaleria a 433 meses (390/0,9).

De modo geral, o BB estará, portanto, compensando, em média, no mínimo, 433 parcelas de benefícios a menos, o equivalente a 33 anos de vida após a aposentadoria (considerando-se que são devidos ao assistido 13 benefícios pagos anualmente pela Previ). Esses 33 anos somados aos 50 anos (idade mínima de aposentadoria antecipada prevista no Peai) superam a expectativa de vida média dos brasileiros, em torno, de 76 anos de idade. Nessa linha de raciocínio, bastaria ao BB complementar o equivalente a 26 anos, ao passo que ele propõe, no mínimo, o equivalente a 33 anos, chegando, em alguns casos a ofertar 15 salários-base, o equivalente a 38 anos de vida após aposentadoria [(15 x 30) = 500 parcelas/13 benefícios = 38 anos].

Cabe ressaltar que, em alguns casos, deve-se considerar a necessidade da manutenção de contribuições ao INSS pelos funcionários desligados que ainda não reúnam as condições de requerer o benefício previdenciário oficial. Como regra geral, no entanto, bastará o recolhimento da contribuição mínima mensal (hoje de R\$ 176,00) até que se atinjam as condições para aposentadoria pelo INSS.

Deve-se considerar, ainda, que enquanto na ativa, os funcionários do BB têm direitos pecuniários específicos que deixam de existir a partir de seu desligamento do Banco. São valores que, para muitos, representam parcela significativa da remuneração global e, portanto, são levados em consideração na hora de se optar pela saída. Os principais valores se referem à PLR (Participação em Lucros e Resultados) – dependente do cargo ocupado pelo funcionário, podendo chegar nas funções mais elevadas a até dois salários por semestre –, Auxílio Alimentação e Refeição, Adicional de Férias (1/3 da remuneração mensal), Abonos

Assiduidade (cinco dias por ano), Licença Prêmio (18 dias por ano, benefício apenas dos funcionários que ingressaram no BB antes 1998).

Os empregados demissionários farão jus, como mencionamos aqui, a valores equivalentes à complementação de benefício por um período de tempo superior à expectativa média de vida; com a vantagem adicional de que tais valores serão recebidos integralmente quando da rescisão – sem nenhuma dedução tributária; e ainda poderão ser aplicados em quaisquer investimentos de interesse do assistido.

Lembramos que os funcionários só estão sendo incentivados a se desligarem do BB porque a empresa considera que cerca de 10% de seu quadro são desnecessários e, diante da impossibilidade de demissão sem justa causa, o Peai seria uma fórmula encontrada para viabilizar o desligamento voluntário do contingente “excedente”.

O Banco do Brasil, com o Peai, se desobriga do montante da folha de pagamentos do contingente que aderirem ao Plano (que deve chegar a 10% de seus quadros), ressaltando-se que, além do valor do montante dos salários, são devidos encargos trabalhistas, previdenciários, enquanto patrocinador da Previ, valores de auxílio alimentação e refeição e provisionamentos contábeis legais.

Apesar da imensa diversidade de situações individuais, pode-se considerar que, no geral, os benefícios oferecidos para ambos os lados da equação (Banco e Funcionários) são compensadores.

Numa abordagem simplificada, mas próxima da realidade, constata-se que como o maior contingente de elegíveis é composto de funcionários que ingressaram no BB em 1987 (portanto, que completariam 30 anos de Previ ao longo do próximo ano), em média, esses funcionários teriam que aguardar cerca de um ano para se aposentarem – o que significa que o Banco teria uma expectativa de manutenção de sua atual folha de pagamento e encargos por, pelo menos, mais um ano. Os custos do Peai para o Banco, como se pode perceber, são bem inferiores ao valor global dessa folha de pagamentos dos elegíveis.

Vale registrar também que, desde 1997, os novos contratados no BB são denominados “genéricos”, exatamente porque têm um conjunto de benefícios inferiores em comparação aos funcionários mais antigos. E, como a reestruturação organizacional divulgada não prevê contratação de novos funcionários em substituição àqueles que sairão pelo Peai, evidente está que aqueles que permanecerem na empresa (não “elegíveis” ao Peai e os que optarem por não aderirem ao Plano) consolidarão a seguinte fórmula: mais trabalho e menos salário.

Tal é o efeito destacado por Sennett (2002) da reengenharia: “fazer mais com menos”. Para os funcionários que permanecerem no BB, o momento poderá se traduzir em novas



oportunidades como também destacado pelo autor, ou seja, a incerteza do futuro é uma oportunidade para alguns, a perda de experiência e de prudência dos funcionários mais antigos será compensada pela maior capacidade de flexibilidade e fluidez dos funcionários mais novos. O BB, neste caso, reforça o caráter apontado por Sennett (2002) do “distanciamento” e da “superficialidade” como uma blindagem para lidar com a realidade atual e valores como “lealdade ao serviço”, lógica da “profundidade” e “compreensão do trabalho”. Assim, a corrosão dos perfis dos funcionários do Banco do Brasil é, sem sombra de dúvida, uma consequência inevitável. Certamente, a moral e motivação dos trabalhadores não “elegíveis” ou não aderentes ao plano serão declinantes, ao passo que, o acúmulo de atribuições e de cobranças será ascendente. Os “sobreviventes”, no primeiro momento, exultarão com a vitória competitiva sobre os demitidos, no entanto, no curto e médio prazo, fatalmente, poderão ser os próximos da lista de cortes.

Na cultura capitalista do lucro imediato, aos olhos dos acionistas, o retorno de curto prazo é sempre bem-vindo, ainda que isso não se traduza imediatamente em maior produtividade. Mesmo empresas viáveis, como é o caso do Banco do Brasil, os empregados são descartáveis e ficam à deriva de programas, sobretudo porque a empresa precisa provar ao mercado que também é aderente à política econômica do governo vigente. Em entrevista concedida à Globo News,<sup>107</sup> o presidente da República, Sr. Michel Temer, ressalta a necessidade de “certo sacrifício” com medidas para contenção de despesas para tirar o Brasil da crise. Um dos cortes por ele destacado foi de cargos e funções desnecessárias no Banco do Brasil (sic).

E quanto aos trabalhadores “elegíveis” ao programa de aposentadoria, a saber, aqueles que efetivamente se desligarão do BB, para muitos deles a saída será uma ótima oportunidade de ficarem livres de um ambiente perverso, marcado por políticas antidemocráticas e antimeritocráticas; para outros, indecisos quanto ao futuro, optarão pela permanência na empresa para cumprir o tempo programado, 30 anos (30/30 avos); e outros, poucos, poderão sair com a sensação de interrupção de um trabalho de “conteúdo” e de “profundidade”, provavelmente, aqueles identificados com o caráter de “lealdade” e “confiança”.

Podemos conjecturar que um programa dessa natureza, de aposentadoria incentivada concomitantemente à reorganização institucional, refletiria o mal-estar laboral na pós-modernidade do trabalhador, diretamente associado ao sentimento de estar na condição de

---

<sup>107</sup> Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/nosso-horizonte-e-prestigiado-saude-e-educacao-diz-temer> Acesso em 04/12/2016.

mais um produto “descartável” – mais barato, ágil e flexível, disponível na roda-viva do mercado.

Segundo Sennett (2002), os traços marcantes de caráter do novo capitalismo sinalizam para a capacidade de desprendimento das narrativas do passado e aceitação da fragmentação diante da ausência de apego temporal. Se o caráter depende de virtudes estáveis como “lealdade”, “confiança”, “comprometimento” e “ajuda mútua”, portanto, estaríamos diante de empresas e trabalhadores marcados por momentos fugazes e relações transitórias e superficiais. Mobilidade ocupacional marcada por caminhos mais “fluidos” e “individualizados” na busca do sucesso, da promoção, de melhores salários e da sobrevivência. Sociedades de corrosão de caráter com ênfase no trabalho de curto prazo e na flexibilidade, impedindo, assim, a construção de narrativas e o desenvolvimento e valorização de experiências de vida.

Encontramos nos versos de *Encontros e despedidas*,<sup>108</sup> do compositor Milton Nascimento, uma descrição da transitoriedade das empresas pós-modernas, empresas “estação”, tudo e todos são passageiros e fugazes, afinal “todos os dias é um vai-e-vem, [...] tem gente a sorrir e a chorar / e assim chegar e partir... são só dois lados da mesma viagem / o trem que chega é o mesmo trem da partida...”.

Em *A cultura do novo capitalismo*, Sennett (2012) descreve o novo perfil do trabalhador e das instituições na cultura do capitalismo pós-moderno:

As identidades de trabalho se desgastam, exaurem-se, quando as instituições propriamente ditas estão sempre sendo reinventadas. Grande parte dos processos corporativos de reestruturação tem exatamente o caráter de uma paixão autoconsumptiva em ação, [...] as organizações valorizam sobretudo capacitações humanas portáteis, a capacidade de trabalhar em vários problemas como um plantel de personagens constantemente mudando, separando a ação do contexto. (SENNETT, 2012, p.131)

Sennett (2012) aponta que a nova “mentalidade consumptiva” se adequa muito bem às novas políticas governamentais, aos negócios e ao contexto das novas instituições. Em ambos, as ideias de curto prazo prevalecem e as formas mais lentas e constantes de crescimento ficam sob suspeita. Conceitos como meritocracia e individualidade se adequam perfeitamente à paixão consumptiva em instituições que inspiram nos trabalhadores uma lealdade débil, com baixos níveis de confiança informal e altos níveis de angústia com a inutilidade, e capitalizam relações humanas superficiais vigorosas no novo capitalismo global. Afinal, o novo mundo é deveras móvel para que o desejo possa enraizar-se na experiência, e o modo de vida numa

<sup>108</sup> Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/milton-nascimento/47425>. Acesso em 04/12/2016.

cultura debilitada testemunha cada vez mais o triunfo da superficialidade no trabalho, na educação e na política. Assim, há uma perda de subjetividade, ou seja, o trabalho hoje é mais objetivado e menos subjetivo.

## 6. A MENTALIDADE PREVI “MARAVILHOSA”

Preliminarmente, vale comentar que a referência “Maravilhosa” é decorrente da sede da Previ estar situada na cidade maravilhosa, o Rio de Janeiro, local por excelência dos indivíduos notadamente reconhecidos como “cariocas”. Lembramos que o Rio de Janeiro, bem como o país, tem um lastro da escravidão, e o samba, dentre outros artifícios culturais, viria da dor, um anteparo ao real, à dimensão histórica escravocrata. O adjetivo “Maravilhosa” é uma referência ao *glamour* da cidade do Rio, sede da corte portuguesa no Brasil, e a Previ ainda manteria alguns resquícios da corte. O uso das aspas em “Maravilhosa” aponta a dualidade vivida pelos indivíduos na entidade, em forma de bem-estar e mal-estar. Para uns, inclusive militantes e trabalhadores a eles vinculados, os mais favorecidos, a entidade é vista como maravilhosa, tem condições perfeitas, ainda que, internamente o indivíduo pague um preço com sua subjetividade. Para outros, ela não seria tão maravilhosa, pois sabemos que historicamente no Brasil as “castas” sempre sobreviveram muito bem, principalmente, à custa de servos, sejam eles, no caso específico da entidade, trabalhadores e/ou militantes menos favorecidos, para estes o preço subjetivo é bem alto.

### 6.1. A mentalidade

*“Cariocas são bonitos  
Cariocas são bacanas  
Cariocas são sacanas  
Cariocas são dourados  
Cariocas são modernos  
Cariocas são espertos  
Cariocas são diretos  
Cariocas não gostam de dias nublados*

*Cariocas nascem bambas  
Cariocas nascem craques  
Cariocas tem sotaque  
Cariocas são alegres  
Cariocas são atentos  
Cariocas são tão sexys  
Cariocas são tão claros  
Cariocas não gostam de sinal fechado”  
(Cariocas, de Adriana Calcanhotto)*

Qual é o “jeitinho” predominante nos colaboradores da Previ? Qual a mentalidade dos colaboradores da Previ? Para tentar responder a estas questões lembramos, imediatamente, da letra de *Cariocas*, de Adriana Calcanhotto, que serve de epígrafe a esta parte. Afinal, os colaboradores cariocas da Previ, eles são bacanas ou sacanas? São modernos, espertos e diretos? Nascem bambas e são craques? Têm sotaque, são alegres e atentos e, ainda, são tão sexys e claros? Mas, para realmente aprofundar o conceito de “jeitinho” e da mentalidade, recorreremos à pesquisa de Almeida (2007). A mentalidade predominante na Previ, de acordo com o autor, é “arcaica” ou “moderna”?

## 6.2. “Jeitinho” dos colaboradores da Previ

Apresentaremos, a seguir, um estudo sobre a “mentalidade Previ”, com base em Almeida (2007) – *A cabeça do brasileiro* –, e em Coelho dos Santos & Decourt (2008) – *A cabeça do brasileiro no divã*.

Passados alguns anos entrevistando e convivendo com tantos colaboradores, posso arriscar e elencar algumas formas de pensar e agir que seriam típicas destes colaboradores. Acreditamos que podemos associar estes comportamentos com a mentalidade “arcaica”, traduzida pelo “jeitinho brasileiro”, “homem cordial”, “paternalismo”, “familismo”, “conservadorismo” e “hierárquica”.

Antes de entrarmos no detalhamento da obra de Almeida (2007) em *A cabeça do brasileiro*, e *A cabeça do brasileiro no divã* (COELHO DOS SANTOS & DECOURT, 2008), faço uma apresentação de nossa percepção dos colaboradores da Previ, subdividida em alguns aspectos.

A relação estabelecida dos colaboradores em relação a Previ fatalmente decorre de diversos fatores, mas alguns são mais expressivos como, por exemplo, a confiança e a tranquilidade de manutenção do vínculo de trabalho, haja vista a perenidade, a segurança e a estabilidade propiciadas pelo patrimônio desta Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil; o comprometimento com a entidade, como resposta às diversas possibilidades de crescimento na carreira profissional e às excelentes condições de trabalho; o sentimento de pertencimento e de “dono” do negócio previdenciário, corroborado pela condição estatutária da contribuição paritária entre o participante e o patrocinador Banco do Brasil ou a própria entidade.

### 6.3. A mentalidade Previ “Maravilhosa

Com base no que já foi exposto até aqui, poderíamos definir a instituição em estudo como Previ “Maravilhosa” – em analogia à marchinha de carnaval e hino do Rio de Janeiro, *Cidade Maravilhosa* e por ser o Rio a sede da entidade desde sua fundação. Seria a Previ “cheia de encantos mil”, “altar dos nossos corações”, “terra que a todos seduz” e “ninho de sonho e de luz”?

Para ajudar na compreensão do que seria a “mentalidade” que caracterizaria o modo de pensar e agir dos colaboradores da Previ, inclusive do Corpo Social, participantes e assistidos, trataremos algumas contribuições, a partir da leitura de *A cabeça do brasileiro*, do colunista Alberto Carlos Almeida (2007), livro inspirado na obra do antropólogo Roberto DaMatta, uma criteriosa construção estatística e de fácil compreensão, que pretende aproximar a relação entre personalidade e cultura. E, também, lançaremos mão da leitura do citado *A cabeça do brasileiro no divã* (COELHO DOS SANTOS & DECOURT 2008), ensaio coletivo, para abordar o tema da mentalidade, hábitos culturais e posição subjetiva.

### 6.4. “A cabeça do brasileiro” na Previ

A pesquisa de Almeida, *A cabeça do brasileiro* (2007), foi realizada com base em situações do cotidiano do brasileiro e teve como objetivo mensurar o país de acordo com os termos utilizados pelos próprios brasileiros e, graças à Pesquisa Social Brasileira de DaMatta, teria sido possível aprofundar a análise da mentalidade do povo.

É importante salientar que compreendemos as escalas qualitativas da pesquisa de Almeida (2007) como gradações crescentes de julgamento moral, utilizadas diante de situações do cotidiano, que permitiram ao respondente optar por aquela mais próxima de sua realidade. Por exemplo, as expressões “favor”, “jeitinho” e “corrupção” podem ser vistas em uma escala crescente de negatividade: menor (“favor”), média (“jeitinho”) ou maior (“corrupção”). A pesquisa dispunha, ainda, de outras escalas qualitativas para aferição do índice de julgamento dos respondentes diante das situações, escolhendo um dos pares de opostos apresentados: “maior confiança” ou “menor confiança”, “certo” ou “errado”, “concordo” ou “discordo”. Tanto as questões apresentadas como as escalas explicitavam situações e termos do cotidiano largamente utilizados. O resultado da pesquisa apresentou o perfil dos respondentes por nível de escolaridade, sexo, região do país, idade e população economicamente ativa (PEA), permitindo a conjugação dos diversos perfis identificados.

Seguindo a pesquisa de DaMatta, Almeida (2007) afirma que, no Brasil, predomina a mentalidade hierárquica e é ela que mina o respeito às leis e às normas, seja porque se é íntimo de alguém importante ou por meio de uma boa conversa é possível persuadir os demais de ser tratado como exceção valendo-se da “técnica do jeitinho brasileiro” (p.17). Para o autor, a pesquisa de DaMatta está corretíssima em afirmar que o Brasil é hierárquico, familista, patrimonialista, além de se encaixar em vários adjetivos relacionados ao arcaísmo e atraso.

O Brasil não é visto como um torrão monolítico, mas uma sociedade profundamente dividida e muito distinta em sua mentalidade. Por a maior parte da população apresentar escolaridade baixa, pode-se afirmar que o Brasil é um país arcaico e obedecerá às seguintes características: apoia o “jeitinho brasileiro”, é hierárquico, é patrimonialista, é fatalista, não confia nos amigos, não tem espírito público, defende a “lei de talião”,<sup>109</sup> é contra o liberalismo sexual, é a favor de maior intervenção do Estado na economia – e eu acrescentaria que “é a favor da corrupção”. A conclusão final apontada pela pesquisa é que a educação comanda a mentalidade e, por isso, uma pessoa com maior escolaridade tende a ter uma mentalidade moderna e contrária às características apontadas. São dois Brasis, um arcaico (menor escolaridade) e outro moderno (maior escolaridade). No entanto, há uma explicação antropológica que justificaria uma resposta diferente em decorrência da cultura nacional, por exemplo, comparado ao norte-americano, o brasileiro de grau superior é bem mais familista e hierárquico. Para o autor, é ponto pacífico que o clima cultural criado por uma maioria com baixa escolaridade é bem diferente daquele gerado por uma maioria com alta escolaridade (ALMEIDA, 2007, p.41).

O autor acredita que o “jeitinho brasileiro” é muito importante, não só por ser muito difundido na sociedade, mas, principalmente, porque nos permite compreender por que é tão difícil combater a corrupção, e o quanto ela está enraizada em nossa cultura. É uma corrupção que não se limita à obra perversa de nossos políticos e governantes, mas expressão do “jeitinho brasileiro”. E é socialmente aceita com o apoio da população. “Jeitinho” que está em uma “zona cinzenta moral” entre o certo e o errado, isto é, dependendo do contexto, a situação pode estar na esfera do certo ou do errado, já que a moralidade brasileira admite a existência de um meio-termo entre o certo e o errado. Afinal, se regras são quebradas para que

---

<sup>109</sup> O princípio da justiça capturado pela expressão “olho por olho, dente por dente” é chamado de lei de talião (ou lei de retaliação), criada na Mesopotâmia. Em resumo, a lei exige que o agressor seja punido em igual medida do sofrimento por ele causado. A lei de talião é encontrada em muitos códigos de leis antigas e nos livros do Antigo Testamento.

determinadas pessoas sejam beneficiadas em função das circunstâncias e do contexto, o autor questiona qual seria o limite para esse procedimento?

Os resultados da pesquisa apontam que 2/3 de toda a população brasileira já fez uso do “jeitinho brasileiro”, seja dando um “jeitinho” para alguém, solicitado a alguém que desse um “jeitinho” para si próprio ou ele próprio deu um “jeitinho”. “As pessoas que mais utilizaram do recurso do ‘jeitinho’ são justamente aquelas que têm escolaridade mais elevada e são elas as que mais sabem o que significa ‘dar um jeitinho’ (p.49). Temos aqui uma prova de que a maior escolaridade favorece o uso do ‘jeitinho’, a seu favor ou de alguém, ou, ainda, contra alguém. O resultado indica com clareza que o “jeitinho” é uma prática presente em todos os grupos e classes sociais e, segundo o autor, talvez, seja muito grande a chance de que o “jeitinho” ainda permaneça por muitos anos em nossa cultura. A pesquisa aponta que as pessoas de escolaridade mais elevada são moralmente mais tolerantes às situações classificadas como “jeitinho” se comparada à situação classificada como “corrupção” (p.66). O “jeitinho” é essa zona cinzenta moral entre o certo e o errado, e isso também não será combatido com a questão da escolaridade da população brasileira.

Almeida (2007) compreende que todas as situações de sua pesquisa, classificadas com “jeitinho”, estão ao alcance da população brasileira e a maioria desta população se sente à vontade para usá-lo. O “jeitinho” está acessível a qualquer cidadão, não precisa ser importante, ter dinheiro, ser famoso ou conhecedor de pessoas poderosas, pois qualquer um pode aplicá-lo. Assim, podemos afirmar que a pesquisa reforçaria a tese foucaultiana de que o poder do “jeitinho brasileiro” está acessível a todos os indivíduos, independente de classe social. O “jeitinho brasileiro” é um dispositivo disponível a todos e está amplamente disseminado na cultura brasileira. Por extensão, na Previ não seria diferente: o “jeitinho brasileiro” é perceptível no cotidiano dos colaboradores, nas mais diversas situações – por exemplo, para conseguir vaga em um treinamento, para ser convidado para uma entrevista de movimentação, para ter acesso a informações privilegiadas, para ser nomeado, etc., etc.

Almeida (2007) conclui que vivemos num país moralmente dividido entre o “certo” e o “errado”, isto é, 50% de respondentes estão entre uma ou outra posição. (p.66). E o percentual daqueles que consideram o uso do “jeitinho” como “certo” é maior entre os jovens do que entre os mais velhos (até os 44 anos, o percentual de favorabilidade é superior a 54% e, a partir dessa faixa etária, decresceria para 44%). De qualquer forma, o percentual de “certo” em todas as faixas etárias, é maior ou igual a 43%, taxa que comprova uma divisão da percepção dos brasileiros. Nesse caso, a média geral fica em 49,8%, ou seja, 50%, conforme análise dos dados disponíveis na Tabela 9 (p.67). Segundo o autor, há aqueles que acreditam



que o “jeitinho” é uma forma de minar e solapar as bases da cidadania moderna, tendo em vista que a noção de direitos está diretamente relacionada à clareza do que é “certo” ou “errado”. Os nordestinos são os que mais têm a fazer para realizar o ideário de cidadania liberal (p.68).

Observamos que todas as perguntas da pesquisa empreendida por Almeida (2007) utilizadas para diferenciar “favor”, “jeitinho” ou “corrupção” foram elaboradas no sentido de permitir um favorecimento a alguém ou a si próprio. Não identificamos situações avaliadas de uso do “favor”, do “jeitinho” ou da “corrupção” com o intuito explícito de prejudicar alguém. Acreditamos que este segundo procedimento, se tivesse sido utilizado na pesquisa, demonstraria que as respostas viriam de todas as classes sociais, pois, muitas vezes, a única maneira de conceder um “favor” ou dar um “jeitinho” ou agir com “corrupção” envolve prejudicar um terceiro. Por exemplo, em uma concorrência aberta para o preenchimento de vaga em determinada empresa pode-se incluir, alterar ou excluir uma regra que, de início, não estava prevista na avaliação, tornando o resultado final incorreto, ou seja, favorecendo uns e prejudicando outros, os quais passam a ser “favorecidos” ou “preteridos” do processo. Tal ato poderia ser classificado como “favor”, “jeitinho brasileiro” ou “corrupção”, dependendo do nível de rigor em relação ao julgamento moral do que é “certo” ou “errado”, infelizmente, este é apenas um exemplo banal contrário ao ideário da cidadania moderna, mas é provável que ocorra todos os dias no Brasil, e atinja todas as regiões e classes sociais, independentemente do nível de escolaridade, além de ser aplicável em qualquer empresa, inclusive aquelas acima de qualquer suspeita. Na Previ, tal situação não seria diferente: em diversas concorrências, por exemplo, há a percepção dos colaboradores de que o processo foi conduzido para “favorecer” uns e “prejudicar” outros. Ou seja, na cultura da entidade, está instalada uma desconfiança quanto à isenção dos condutores de processos seletivos, revelando uma fragilidade na aplicação daquilo que é julgado como “certo” em comparação com aquilo que é moralmente “errado”.

Mais um extrato interessante da pesquisa de Almeida refere-se ao entrevistado trabalhador, ou população economicamente ativa (PEA), em comparação com o não trabalhador. Aqueles que trabalham tendem a ser mais intolerantes com o “jeitinho”, do que aqueles que não trabalham, assim como os que consideram o uso da “corrupção”. Os que não trabalham vêm de forma mais positiva o “favor” e, conseqüentemente, de forma mais negativa o “jeitinho” e a “corrupção”.

Mas as diferenças mais significativas dos brasileiros em relação à moral das situações do cotidiano dizem respeito às faixas de escolaridade (p.65). De modo geral, quanto maior a

escolaridade, maior a interpretação das situações como “corrupção”, lembrando que a “corrupção” é comparada ao maior nível de contravenção na escala da respondente, o intermediário é o “jeitinho” e o menor nível é o “favor”.

Em minha interpretação, podemos comparar essa gradação moral à aplicação de uma penalidade jurídica, sendo a contravenção de menor gravidade o “favor”, seguida do “jeitinho” e a “corrupção”, a de maior gravidade. “A capacidade de indignação e de combate à corrupção da população nordestina é menor pelo simples fato de sua concepção ética ser – na média – diferente da do restante do Brasil” (ALMEIDA, 2007, p.65) Tal afirmativa pode ser facilmente verificável nos dados da população nordestina, os quais demonstram um percentual de avaliação das situações morais do cotidiano mais próximo do “favor”, divergindo das demais regiões brasileiras. Por exemplo, enquanto 41% dos nordestinos avaliam uma situação como “favor”, nas outras regiões a média é de 20%; ou, ao tempo em que a mesma situação é avaliada como “corrupção” por apenas 24% dos nordestinos, nas outras regiões do Brasil a média é de 34% dos respondentes (ALMEIDA, 2007, p.64). Este dado da percepção de julgamento moral diferenciado do Nordeste em relação às outras regiões do Brasil irá se repetir ao longo dos diversos itens da pesquisa em análise. Acredito ser este um traço interessante a ser levado em consideração quando se trata de identificar a mentalidade dos colaboradores da Previ e qual o percentual de distribuição geográfica, por regiões, existe hoje na entidade, inclusive em cargos de chefia. No entanto, não dispomos, no momento, de um mapa que mostre a procedência geográfica dos colaboradores para fazer algumas considerações.

Almeida (2007) pergunta se seria possível ter uma visão positiva do “jeitinho”. Um dos argumentos favoráveis é que o “jeitinho” funcionaria como uma “estratégica de navegação social”. O que isso significa? Significa que mediante um Estado burocratizado e que opera segundo leis contraditórias e rígidas, o “jeitinho” seria uma forma de ter acesso a direitos que, de outra forma, não seriam possíveis. E seria um recurso disponível a todos aqueles que têm os conhecimentos e habilidades necessários para “dar um jeitinho” (p.70). O “jeitinho” funcionaria nas situações em que tudo deveria funcionar, mas nada funciona e, por isso, seria um recurso diante da ineficiência do Estado. Por fim, o “jeitinho” possibilita quebrar as relações hierárquicas que caracterizam a sociedade brasileira. Como todos o conhecem e o sabem manejá-lo, ele estaria disponível a todos os grupos sociais, embora, em determinadas situações, somente alguns indivíduos possuam determinadas condições para quebrar algumas regras gerais. Acreditamos que o uso do “jeitinho” é bem disseminado na cultura da Previ e estaria presente em todos os níveis da entidade.

O “jeitinho” seria uma forma democrática de todos terem acesso a determinadas formas de lidar com as dificuldades enfrentadas. A conclusão apresentada por Almeida é que a população brasileira reconhece e aceita, em grande medida, o recurso do “jeitinho brasileiro” como um “padrão moral”. A sociedade brasileira é dividida entre os que o consideram correto e os que o condenam.

Por isso, se os níveis de corrupção no Brasil provavelmente estão relacionados à aceitação social do jeitinho – que é grande e bastante enraizada entre nós –, os resultados da pesquisa indicam que temos um longo caminho pela frente se o que desejamos é o efetivo combate à corrupção. (ALMEIDA, 2007, p.71)

Outra característica evidenciada na pesquisa de Almeida é que o “brasileiro médio” tem uma visão de mundo hierárquica, mas a população é dividida entre aqueles mais hierárquicos e outros mais igualitários. Os valores hierárquicos estariam em oposição aos igualitários. Nos primeiros, cada um deve desempenhar o papel determinado por sua condição social, já na visão igualitária, não há papéis socialmente predefinidos. Segundo o autor, teria sido DaMatta o responsável por imortalizar o caráter predominante da sociedade brasileira para resolução de um conflito hierárquico através da frase: “*você sabe com quem está falando?*”. “É alguém superior, capaz de dar uma ‘carteirada’, ou de lançar mão de contatos pessoais, títulos, honrarias ou equivalentes, utiliza qualquer um desses recursos para fazer valer seus interesses de uma visão de mundo hierárquica, o conflito será facilmente resolvido em favor do superior e contra o inferior” (ALMEIDA, 2007, p.78). Já a solução de um conflito com base na situação igualitária seria traduzida na seguinte frase: “*quem você pensa que é?*”.

Ninguém é especial e todos estão submetidos a regras ou leis gerais e universais. Não há títulos, contatos pessoais, insígnias, ou quaisquer outras vantagens que tornem alguém tão especial a ponto de não precisar se submeter a regras gerais. Todos são iguais perante a lei, sempre. É verdade que existem situações de desigualdade em sociedades nas quais predomina a ética igualitária. (ALMEIDA, 2007, p.78)

No Brasil, dada sua mentalidade hierárquica, por exemplo, aqueles que aparentam ser ricos recebem tratamento especial e com vantagens, mesmo sem solicitar tais benefícios. No trabalho, as assimetrias vão além de qualquer contrato: “O patrão será tratado como patrão e o empregado como empregado mesmo fora das relações de trabalho” (p.79). Almeida (2007) destaca que há uma importante interação entre a estrutura social e a visão de mundo, não se trata de nenhuma afirmação de causalidade ou de que a estrutura social causa os valores, mas apenas uma afirmação de que eles estão associados. O autor relembra que a matriz social e

econômica originária da sociedade brasileira, desde os primórdios, foi profundamente hierárquica, ou seja, a nossa formação social foi a do “senhor do engenho” com grandes propriedades e muitos escravos. Desde a origem do descobrimento do Brasil, já formávamos uma sociedade economicamente assimétrica com poucos proprietários de grandes extensões territoriais, muitos escravos e trabalhadores livres sem posse de terra. Ainda hoje temos uma assimetria na sociedade brasileira assentada nas posses e no dinheiro.

Na Previ, este modelo de assimetria também vigoraria? Acreditamos que sim, embora a frase “sabe com quem você está falando?” não seja tão explicitamente verbalizada, ela fica implícita nas relações de poder materializada na estrutura de cargos e nas relações presentes na entidade. É muito comum que a relação de trabalho obedeça rigorosamente à hierarquia de cargos. Este comportamento se faz ainda mais presente junto aos representantes indicados pelo patrocinador – os outros, em especial os eleitos que tiveram uma passagem pelo movimento sindical – são mais acessíveis e contrários ao tratamento assimétrico. As assimetrias estão além de qualquer contrato. “O fato é que sociedades social e economicamente hierárquicas também cultivam uma visão de mundo hierárquica de relações sociais” (ALMEIDA, 2007, p.80). A pesquisa aponta que “ser hierárquico está associado a uma menor modernização da sociedade” (idem, *ibidem*). O que caracterizaria as sociedades igualitárias é que a hierarquia deve ficar circunscrita a contratos ou definida por mérito, mas, no país, é elevado o grau de adesão aos valores hierárquicos. Mesmo quando os patrões não requerem este comportamento os empregados defendem a posição submissa.

A pesquisa empreendida por Almeida (2007) revelou que as mulheres são mais hierárquicas que os homens, assim como os mais velhos são mais hierárquicos que os mais jovens. Por sua vez, as pessoas economicamente ativas tendem a praticar menos a hierarquia do que aquelas que não trabalham. Tal fato pode ser verificado em todas as situações pesquisadas. Da mesma forma, as pessoas com maior escolaridade tendem a ter uma postura menos hierárquica do que as de escolaridade mais baixa. De acordo com Almeida, existe uma forte relação entre escolaridade e visão de mundo hierárquico, em todas as situações avaliadas: quanto mais elevada a escolaridade, mais igualitária é a visão de mundo. Os dados permitem antever que “a mentalidade dos brasileiros se tornará mais igualitária à medida que a escolaridade média da população aumentar” (ALMEIDA, 2007, p.91).

A referida pesquisa de Almeida (2007) permitiu-lhe quantificar, pela primeira vez, o conceito de hierarquia contido na obra de Roberto DaMatta, e uma das principais conclusões foi que “o Brasil é uma sociedade regida predominantemente por uma lógica hierárquica” (ALMEIDA, 2007, p.92) e esta hierarquia está diretamente relacionada com o autoritarismo,

ou seja, quanto mais hierárquica uma pessoa é, mais autoritária. Nesta visão hierárquica, haverá sempre um superior e um inferior, e o primeiro terá sempre mais direitos do que o segundo por ser superior (ALMEIDA, 2007, p.93).

Segundo Almeida (2007), o pensamento sociológico e antropológico é unânime em apontar o caráter patrimonialista da política nacional, e tal pensamento sublinha o fato de os políticos se apropriarem privativamente do que é público. Na pesquisa, o aspecto patrimonialista é avaliado com relação às fronteiras entre o público e o privado. Do ponto de vista liberal, ou republicano, a delimitação entre público e privado é nítida e possui lógicas distintas. A gestão do que é público demanda “impessoalismo, regras gerais e universais, transparência e, conseqüentemente, utilização pública do espaço público e dos recursos obtidos por meio de impostos” (p.97); quanto aos recursos privados, estes, “na doutrina liberal, não estariam sujeitos a tais exigências. Eles são geridos única e exclusivamente de acordo com os interesses particulares de quem os possui” (idem). Portanto, o problema não estaria na indefinição conceitual, mas na apropriação do que é público como se fosse privado.

O objetivo da pesquisa de opinião procurou mensurar se o “patrimonialismo” seria uma prática comum atribuída apenas aos políticos e àqueles que tomam decisões em relação ao uso dos recursos públicos – ou seja, se ele é restrito a uma elite ou é mais amplo – e se conta, inclusive, com o apoio social. Para elucidar a questão, Almeida (2007) recorre a autores como Sérgio Buarque de Holanda e Roberto DaMatta. “O primeiro aponta que no Brasil uma ética personalista, intimista, afetiva e sentimentalista sobrepuja sua inimiga liberal: a ética impessoal, racional e eficaz” (ALMEIDA, 2007, p.98).

Esta definição da “ética personalista”, trazida do pensamento de Buarque de Holanda, é muito apropriada e serve muito bem, “cai como uma luva” na caracterização da Previ, pois faz parte do cotidiano desta instituição o direcionamento, muitas vezes explícito, tanto da parte dos representantes do Corpo Social como de seus colaboradores, que a escolha de uma função ou de uma atividade seja definida para uma pessoa específica ou para um grupo específico, subestimando-se a importância da “ética impessoal”, do “racional” e do “eficaz”. Tal prática é extremamente disseminada na entidade, para além da condição de seus representantes, eleitos ou indicados, ou da meritocracia dos colaboradores. Tal afirmativa poderá assustar um leitor mais distante da cultura de uma estatal brasileira, mas na prática sabemos que o não reconhecimento da meritocracia, por excelência, é um dos maiores motivos de desilusão dos colaboradores com as regras, normas, procedimentos, códigos etc.

Outro aspecto, trazido do pensamento de DaMatta para a definição da ética personalista, está no fato de que muitas vezes “a casa” engloba a “rua”. E como estes itens são

definidos? “A rua é o ambiente público – na maioria das vezes, inóspito, autoritário e desolador. A casa é o ambiente privado do sentimento, do afeto da família e do que é pessoal. A rua é o espaço público de regras impessoais e a casa, o espaço privado do particularismo” (ALMEIDA, 2007, p.98). E o que ocorre quando a casa engloba a rua? “Toda vez que a casa engloba a rua, a consequência é a utilização privada do que é público” (idem, ibidem).

Tal definição do uso da casa e da rua, ou seja, do privado e do público, é uma caracterização que, em meu modo de ver, também se adequa muito bem à Previ. Ali, todas as instâncias, se reportam ao local como “casa” – por exemplo, os colaboradores são “funcionários da casa”, “gestores da casa”, há “programas da casa”. Esta é uma fala recorrente em seu cotidiano. Vale lembrar que a Previ, embora seja uma empresa privada do ramo de previdência complementar, tem como principal patrocinador o Banco do Brasil, uma sociedade de economia mista que tem o governo federal como principal acionista. Os funcionários do Banco do Brasil não são funcionários públicos, mas, de modo geral, são vistos pela sociedade como se assim fossem. E na Previ, por ter o maior número de colaboradores oriundos do BB, esta questão do que é público se faz presente o tempo todo, mas na forma de um “patrimonialismo”. Poderíamos afirmar que ali se vive esta dicotomia, mas, neste caso, “a casa engloba a rua”, considerando a casa como o espaço privado do “particularismo”. A Previ pode ser considerada como um local perpassado pelo que é próprio da “casa”, ou seja, um ambiente privado marcado pelo “sentimento”, pelo “afeto da família” e pelo que é “pessoal”, distinto do espaço público, caracterizado por regras impessoais.

Assim, Almeida (2007), para testar a hipótese da “cultura patrimonialista” no Brasil, aponta que o espaço público tende a ser uma extensão do particular, do privado. A aceitação do “patrimonialismo” é muito grande e o Nordeste mais uma vez se destaca como a região mais patrimonialista do Brasil. Os dados da referida pesquisa sobre o “patrimonialismo” constata que os homens tendem a ser mais patrimonialistas do que as mulheres, assim como os mais velhos são mais patrimonialistas em relação aos mais jovens. Por sua vez, as pessoas que trabalham são menos patrimonialistas do que aqueles que não fazem parte da população economicamente ativa (PEA). E as pessoas de escolaridade mais alta tendem a ser menos patrimonialistas do que aquelas de escolaridade mais baixa. A partir dos dados colhidos e da análise sobre eles, podemos fazer uma correlação entre a visão de mundo e o trabalho e a visão de mundo e a escolaridade.

Almeida faz também uma interessante correlação entre “patrimonialismo” e “corrupção”. Segundo ele, patrimonialismo e corrupção são ideias afins, isto é, quanto mais alguém defende valores patrimonialistas, maior será sua tolerância com a corrupção e práticas

correlatas. E qual o apoio social ao “patrimonialismo” e à “corrupção” da sociedade brasileira? “Os dados são muito claros e permitem concluir que corrupção não é um fenômeno circunscrito a uma elite política perversa e sem ética, mas revela valores fortemente arraigados na população brasileira” (ALMEIDA, 2007, p.109). Tal afirmativa cai como uma luva no atual cenário político e econômico brasileiro.

Para o eleitor brasileiro, esta é a visão de 74% da população (ALMEIDA, 2007, p.108), e a população concorda que o governo deve cuidar do que é público e o eleitor deve cuidar do que é seu. Dessa forma, o eleitor dá “carta branca” aos governantes, e os representantes ficam livres para fazer o que quiserem. O autor conclui: “dada a visão da população brasileira sobre o tema, não surpreende que a corrupção e suas práticas sejam tão comuns” (ALMEIDA, 2007, p.110). Também aqui podemos fazer um paralelo com o que ocorre na Previ: em geral, os participantes não acompanham de perto o que ocorre na gestão de seus representantes, eleitos ou indicados, e isso pode favorecer práticas que não sejam do interesse do que é “público”, mas sim do que é “privado”. Pode-se constatar que somente nos últimos anos presenciou-se o movimento de um pequeno contingente de assistidos preocupados com os resultados da entidade, sobretudo com a origem dos recursos garantidores do pagamento de benefícios – fato observado com mais intensidade nos últimos dois anos, ainda mais com a queda dos ativos da entidade e o resultado anual negativo em 2015.

De acordo com Almeida (2007), apesar da mistura de raças, o Brasil é uma “invenção portuguesa” e, por isso, “herdou o fatalismo religioso de origem católica, a noção de importância da família nas relações sociais e a ideia de que o espaço público não é de ninguém” (p.114). Quanto ao aspecto religioso, em sociedades pouco escolarizadas, como é o caso do Brasil, a população é fatalista e avessa à noção republicana de espaço público; 1/3 da população acredita que Deus decide o destino dos homens, ou seja, 60% da população acredita que, grande parte do que acontece aos homens está fora de seu controle; e apenas 14% da população adulta brasileira acredita que não há desígnio além da capacidade humana no sentido de definir a própria vida (p.114).

Outro dado com taxa elevada, ainda mais alto do que o “fatalismo” é o “familismo”: 84% dos brasileiros confiam na família. Por sua vez, o índice de desconfiança nos colegas de trabalho é altíssimo, apenas 30% confiam. Para o autor, esses dados ajudam a compreender por que a maior parte do capitalismo nativo está assentado em relações econômicas familiares (p.115). Nesse aspecto, poderíamos pensar que a Previ é um negócio de família e estamos todos “em casa” (uma extensão, por excelência da “família BB”), mas com elevado índice de

desconfiança nos colegas e altíssimo índice de crença na entidade gestora do patrimônio de tantos milhares de associados. Teríamos, assim, uma combinação do “familismo” e do “fatalismo” na mentalidade dos colaboradores da Previ. Os dados da pesquisa de Almeida (2007) nos autorizam a pensar que os mais velhos seriam mais fatalistas dos que os mais novos, e os mais de maior grau de instrução, menos fatalistas – e os nordestinos, outra vez, encabeçando a lista.

Guiados pelo “fatalismo” e pelo “familismo”, segundo Almeida, 56% da população somente querem agir após o governo fazer sua parte, ou seja, a população só quer colaborar com o governo desde que ele cuide do que é público (p.116). Diante desta constatação, o autor propõe algumas reflexões: quais as principais consequências deste modo de funcionamento da sociedade brasileira? O que poderia ser feito para mitigar esta mentalidade e outras mentalidades que são obstáculos ao projeto de um país moderno?

Para tentar responder a essas questões, Almeida se dispõe a analisar um pouco mais de perto estas mentalidades. O “fatalismo” seria menos presente nas regiões mais desenvolvidas do país, Sul e Sudeste, assim como os habitantes que moram nas capitais são menos fatalistas do que os que moram em outras cidades. As gerações estão divididas entre os mais jovens menos fatalistas e os mais velhos mais fatalistas. Aqui, mais uma vez as concepções de mundo mais opostas estão entre pessoas com curso superior e aquelas sem o curso superior, o primeiro grupamento é menos fatalista do que o segundo (ALMEIDA, 2007, p.120). Maior escolaridade, menor fatalismo. Neste item da pesquisa não foi apresentado nenhum dado da mentalidade da população economicamente ativa (PEA).

Quanto ao perfil “familista”, Almeida (2007) destaca que a confiança na família está presente em todas as regiões brasileiras, independente de classe social, sexo, idade e região. Já no Nordeste, quando comparada aos amigos, a família é muito mais importante e, no Sul e Sudeste, haveria menos obstáculos para o estabelecimento de laços pessoais não familiares do que no Nordeste. Aqui, também caberia um extrato dos brasileiros que trabalham e aqueles não ativos economicamente, mas este perfil não foi levantado na pesquisa. Outro dado apontado na pesquisa sobre o “familismo” foi que a maior escolaridade permite que as pessoas confiem mais em outras, extrapolando-se, assim, a esfera da família. O autor associa a escolaridade com o capital social (ALMEIDA, 2007, p.123) e, graças a esse capital, é possível “estabelecer negócios, associar-se para reivindicar melhorias públicas, participar de associações civis etc.” (p.123).

E se aplicarmos, empiricamente, estes dados à Previ? Sediada no Sudeste, no Rio de Janeiro, e composta pelo maior número de colaboradores residentes da capital carioca, a



empresa daria ensejo a abrigar uma mentalidade “familista” que favorece a composição de laços de amizade, reforçando sua imagem como a de uma grande “casa” além da confiança na robustez de seu patrimônio. As equipes de trabalho são compostas por colaboradores mais “confiáveis” e menos “confiáveis”, “confidentes” e “não confidentes”. Tal aspecto se faz presente em todos os níveis hierárquicos da entidade, afora o nível de escolaridade, sexo, raça, região. Ou seja, são várias “famílias”, cada uma delas composta por mentalidades. Cada um conta com essa “família” em diversos momentos, inclusive extrapolando o ambiente de trabalho, como na hora do almoço, do cafezinho, do final de semana etc., o que é corroborado pela localização de quase todos os colaboradores – eles transitam no mesmo espaço físico, o que permite a fácil visualização da composição das “famílias”, isto é, quem compõe com quem, quem é do grupo político “x” ou “y”, fulano é do “bem” ou do “mal”, ou esse é dos “nossos” ou esse não é dos “nossos”. Os territórios ficam bem delimitados.

Uma conclusão apresentada na pesquisa de Almeida (2007) que nos chamou muita a atenção diz respeito ao “espírito público”, isto é, a disposição de colaborar com o governo mesmo que esse não cuide do que é público. O autor relaciona o resultado dos dados coletados com a concepção autoritária da sociedade. “Não é a pauta de valores republicana que leva à colaboração com o governo, mas sim o medo de que ele retalie caso essa colaboração não ocorra” (p.127). Por sua vez, o indivíduo moderno é aquele que não crê no destino e estabelece laços significativos como a família, amigos ou colegas de trabalho, e compreende que cada um deve fazer sua parte, mesmo quando o governo não está comprometido com o que é público. No entanto, a pesquisa demonstrou o quanto os brasileiros se distanciam deste ideário moderno. O autor questiona o que fazer frente a essa constatação dos *modus operandi* da sociedade: “De um lado, as instituições do mundo liberal e sua burocracia racional-legal. Do outro, uma população que tende a tolerar – por causa de seus valores dominantes – comportamentos a princípio fora do *script* dessas instituições” (p.128). Aqueles que tendem a ser mais “familistas” também tendem a rejeitar visões mais favoráveis do “espírito público”.

O autor acredita que o Brasil caminha a passos lentos em direção à modernidade e há muito a ser feito no que tange ao esforço educacional. O caminho é longo, mas irreversível. Como fazer esta transição em direção à modernidade? Almeida acredita que tanto a expansão do ensino, como a melhoria na qualidade de todos os níveis da educação, terão forte impacto na produtividade do trabalho e nos valores que separam o arcaico do moderno. Nesse ponto, arriscaríamos apenas um comentário: a Previ, há algumas décadas, mobiliza esforços na

direção de uma gestão mais moderna... e nossa tendência é repetir as palavras de Almeida (2007): trata-se de “um longo caminho”.

Passemos a outro aspecto desta mesma pesquisa, o qual aborda uma expressão popular, conhecida como a lei de talião, ou seja, o princípio do “olho por olho, dente por dente” (p.132), bastante presente em nossa cultura. No Brasil, a população brasileira apoia as punições ilegais que acabam sendo vistas como uma solução ou recurso para tratar o crime diante da ineficiência ou lentidão das punições previstas pela lei. O Nordeste e o Centro Oeste são as regiões que mais apoiam as punições ilegais, quando comparados às demais regiões do Brasil. Comparando-se “jovens ou mais velhos” e “menor ou maior escolaridade”, “jovens” e “menor escolaridade” estes são os grupos que mais apoiam as punições ilegais. Os dados dos entrevistados que já foram vítimas ou que têm abalada a confiança na polícia, quando comparados ao dos entrevistados que “nunca foram vítimas” ou “possuem alguma confiança na polícia”, estes não interferem nas respostas e, portanto, não têm relevância estatística. Ou seja, a vitimização não tem impacto no apoio a punições ilegais. “O fato é que a aprovação às punições ilegais faz parte de uma mentalidade muito enraizada na população efetivamente dependente da escolaridade para mudar. Esse aumento do nível de escolaridade leva tempo e exige substituição de gerações” (ALMEIDA, 2007, p.144). O nível de religiosidade influencia nas presunções de punições ilegais: quanto mais o indivíduo é religioso, praticante, mais refratário será a qualquer tipo de punição ilegal. “Mas, se a religião perder, ainda que lentamente, sua capacidade de coibir os indivíduos de tais práticas, então quem o fará?” (ALMEIDA, 2007, p.146). Neste cenário, o autor volta a assinalar a importância da educação formal. “No Brasil de hoje, mais uma vez, a conclusão é a mesma: a forma mais eficiente para combater o apoio às punições fora da lei é o aumento da escolaridade da população” (ALMEIDA, 2007, p.148).

Cabe aqui um parêntese. Não podemos esquecer que a educação é uma das três profissões tidas como impossíveis para Freud, juntamente com analisar e governar. Mas se há mais de cem anos, conforme a declaração de Nietzsche de que “Deus está morto”, como iremos nos virar para conter a violência, a pulsão de morte, expressão legítima da “lei de talião”? Pensando no uso da “lei de talião” como um dispositivo de poder, podemos nos reportar a Foucault (1988), quando este considera que o poder está em todas as instâncias da vida humana. No caso da Previ, todos os colaboradores podem se valer da “lei de talião” (ali, se “queima” fulano ou pode-se “salvar” sicrano, por exemplo). Entretanto, considerando-se a verticalidade presente em uma estrutura organizacional, ambiente extremamente hierarquizado e político, não podemos ser ingênuos em pensar que o poder se exerce com a

mesma força, independente do sentido que venha a ter. Vale mencionar, ainda, os aparelhos ideológicos estudados por Althusser, pois acreditamos que quanto mais alto o poder do representante na organização, o uso da moeda de troca “salvar” ou “queimar” reverberará com maior intensidade. Trazendo para a realidade da Previ, a partir do pensamento de Foucault (1988), poderíamos dizer que não existe nenhum santo nesta história, já que todos podem se valer do poder. Poderíamos dizer que com base no uso dos aparelhos ideológicos de Althusser (1985), uns são mais endiabrados do que os outros? E, mais: pensando em Kant (1996) e Sade (1999), poderíamos dizer que a moral que vigora na Previ está bem distante da moral kantiana, do imperativo categórico da Lei Universal: “Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal”, mas, ao contrário, está muito próxima da moral sadeana do “eu tenho direito – pode dizer-me quem quer que seja – de gozar de seu corpo, sem limite ao meu capricho”. Assim, a “lei de talião” seria uma arma da moral sadeana na modernidade, talvez até um pouco mais perversa, pois na moral de Sade haveria um consentimento subjetivo quanto à aplicação da referida máxima, ao passo que na “lei de talião” muitas vezes ela é aplicada à revelia do sujeito implicado na ação.

Voltando à análise, Almeida (2007) também estuda a percepção da sexualidade dos brasileiros, dado este que nos interessa, pois ele o relaciona ao trabalho. A pesquisa aponta que “Trabalhar também faz muita diferença quando se trata de apoiar comportamentos sexuais mais liberais” (p.160). Aqueles identificados na pesquisa como população economicamente ativa (PEA) são mais favoráveis às situações de maior liberação sexual quando comparados àqueles do grupo dos não ativos economicamente. Os jovens são bem mais liberais do que os mais velhos, isto é, quanto mais velho o indivíduo, menor o seu apoio às práticas sexuais avaliadas. A diferença geracional é grande e as mudanças de mentalidade geracionais estão relacionadas à escolaridade. A expectativa do autor é a de que haverá mudança de mentalidade na sociedade brasileira à medida que as gerações forem sendo substituídas por outras mais escolarizadas e, de alguma forma, isso já vem acontecendo. A pesquisa evidencia, ainda, que os mais velhos são mais conservadores dos que os jovens, tal fato é de fácil compreensão, pois existiria uma diferença na forma como eles foram socializados, isto é, o país era diferente. O país lidava com o sexo de forma mais velada e a força do pensamento religioso era muito maior sobre os valores do indivíduo, do que comparado à atualidade. “Assim, o arrefecimento das práticas religiosas resulta em maior liberação sexual” (p.163). A pesquisa revelou, então, a diferença de mentalidade entre homens e mulheres, sendo os primeiros identificados com maior liberalidade sexual. Do ponto de vista histórico, o controle religioso do corpo, sobretudo do corpo da mulher, foi crucial para a

imposição de regras repressivas ao comportamento sexual. Mesmo em condições religiosas mais liberais, a religião sempre teve papel repressivo na sexualidade da sociedade, e os dados colhidos na pesquisa comprovam este fenômeno no Brasil do século XXI. A religião não é o único fator que influencia a mentalidade sexual, mas ela é importante, quanto mais praticante, maior a religiosidade do crente e, quanto mais religioso, menos liberal na sexualidade. Se o Brasil é composto majoritariamente por pessoas religiosas, a maioria está do lado conservador. Em termos de mentalidade, o país comporta duas delas. De um lado, aqueles com visão mais liberal sobre o sexo, grupo ao qual pertencem os formadores de opinião que, eventualmente, definem o conteúdo da mídia; e, do outro lado, os conservadores, de escolaridade mais baixa e distante dos perfis de formador de opinião sobre a liberalidade sexual.

Almeida (2007) conclui o tópico sobre a sexualidade do brasileiro afirmando que: “O Brasil é um país profundamente dividido entre a visão de mundo das pessoas com escolaridade superior de um lado e a mentalidade das demais escolaridades do outro” (p.166). Assim como existe um “abismo” na mentalidade sexual no Brasil, os mais liberais, aqueles que têm curso superior, estão bem distantes daqueles que não possuem ensino médio. Mesmo entre os que possuem o ensino médio, a mentalidade comparada à do ensino superior é bem diferenciada. Mais uma vez o nível de escolaridade, em especial daqueles que possuem grau superior de formação, impactam sobremaneira os resultados da pesquisa. Enfim, “O Brasil é conservador, mas inevitavelmente se tornará mais liberal. No longo prazo, à medida que as gerações forem substituídas e a escolaridade aumentar, a tendência é de que a aprovação a todas essas variações sexuais mais liberais aumente bastante” (p.174). Fazendo um paralelo entre estes dados e a Previ, nos perguntamos como será o ambiente interno nos próximos anos, quiçá, nas próximas décadas, e o quanto eles irão interferir de modo positivo na composição das mentalidades e na visão que une os colaboradores em “famílias” dentro da entidade, a saber, o quanto se alcançara quando se leva em conta o fortalecimento do laço social entre os indivíduos ditos “liberais” ou “conservadores” e o impacto destas mentalidades no cotidiano do trabalho.

Ao avaliar a relação do brasileiro com o Estado, Almeida (2007) inicia o assunto apontando que nenhum político brasileiro defenderia a privatização da Petrobras ou do Banco do Brasil. Mas, por quê? A resposta, para o autor, não é tão simples, pois existem pessoas que defendem que a elite política se beneficia da natureza estatal dessas grandes empresas e, outros, inclusive o autor, ponderam que a gestão das estatais se tornou mais profissional e os preços de suas ações estão submetidos ao mercado global. Segundo Almeida (2007), a opinião

dos brasileiros se divide entre aqueles que defendem que o desenvolvimento do país passa necessariamente pelo controle das estatais do petróleo e do setor bancário e outros defensores da manutenção do governo nas referidas estatais permitindo-lhe o controle de variáveis importantes da economia brasileira. Somente uma minoria acredita que a privatização das estatais citadas não encontraria resistência na opinião pública (p.177).

Cito Almeida (2007): “A verdade é que um dos valores mais fortes da sociedade brasileira é o seu amor pelo Estado. De fato, o brasileiro gosta, e muito, do Estado” (p.177). E acrescenta: “O espantoso é que mais da metade da população adulta, 51%, acredita que também os bancos devem estar sob controle estatal” (p.178). E, assim, o autor nos apresenta uma lista enorme de serviços que o brasileiro atribui ao Estado. “Para os brasileiros, o Estado deve predominar na justiça, na previdência social, na saúde, na educação, no saneamento básico, no fornecimento de água, nas estradas e rodovias, no recolhimento de lixo, na produção de energia elétrica e nos bancos” (p.178). Portanto, fica muito evidente a razão de ser tão difícil implantar e manter o controle privado, por exemplo, de rodovias lucrativas.

Segundo Almeida (2007), os brasileiros pobres, aqueles com renda mensal de até 800 reais (época da pesquisa), são mais dependentes de iniciativas governamentais e, por isso, acreditam que cabe ao Estado intervir na economia e na vida dos indivíduos. São pessoas com baixa escolaridade e, conseqüentemente, com menor renda, e isso os leva a um sentimento de incapacidade e impotência. “Essa situação de carência em que vivem os leva a considerar o Estado uma espécie de ‘grande protetor’, aquele que tem os recursos e vai olhar por ele, pobre. Opinião oposta à dos não pobres” (p.179). A pesquisa teria revelado que os pobres são sistematicamente mais favoráveis à ação econômica governamental. Na comparação com os setores da economia citados, a maior diferença entre pobres e não pobres é justamente no setor dos bancos. Ou seja, o apoio social à manutenção da atividade bancária nas mãos do governo é muito forte e enraizada” (p.180-181). Curiosamente, trata-se da atividade que lucra com a produção de serviços, e não com a produção de bens. Por tudo isso, o autor considera que a privatização do Banco do Brasil está blindada graças ao “povão”, que conta com a força e o poder das agências do banco nos lugares menos desenvolvidos do país. Vale registrar que esta mentalidade “estatizante” é muito comum entre os funcionários do Banco do Brasil e, conseqüentemente, na Previ. Os funcionários, em sua imensa maioria oriundos de classe muito pobre ou média baixa, fazem carreira no BB, inclusive considerando que “devem sua vida ao Banco do Brasil” – frase muito recorrente junto aos funcionários do Plano 1, aqueles mais antigos de casa. Esta mentalidade é reforçada, inclusive, porque muitos iniciaram sua carreira no BB como “menores aprendizes”, com apenas 14 anos, e o sentimento de dever ao

BB sua vida é muito marcante. Mas, nos últimos anos, aos poucos vamos presenciando uma mudança de mentalidade na geração de funcionários mais jovens, muito cobrados por metas e resultado. Eles sabem que seu esforço é determinante para o resultado geral da entidade e, portanto, sua vida é mais fruto de suas entregas do que propriamente um dom da entidade.

Estando a pobreza mais concentrada no Nordeste, são os nordestinos os mais “estatizantes” se comparados aos demais habitantes das outras regiões do Brasil. “Para quase todas as áreas da economia, é no Nordeste que a população mais apoia o controle estatal” (p.181). O autor associa essa característica ao fato de o candidato do PT, Lula, ter alcançado votação expressiva nas eleições presidenciais, ao contrário do Centro-Oeste, a região menos “estatizante” e onde o candidato petista teve maior rejeição em sua candidatura a presidente se comparado aos seus adversários.

De modo geral, considera o autor (2007), a pobreza está espalhada no Brasil e, talvez a isso se deva o apoio à presença do Estado na economia (p.183). Como os mais pobres são os menos escolarizados, são eles também os que mais desejam a interferência do Estado. Cito o autor: “O Banco do Brasil fica mais uma vez protegido pela baixa escolaridade. É nesse grupo social que 77% acham que os bancos devem ser estatais, opinião compartilhada por somente 23% dos que têm curso superior” (p.183). E acrescenta: “Os dados são muito claros. Embora a aprovação ao estatismo brasileiro seja forte em todos os níveis de escolaridade, ela diminui à medida que a educação formal aumenta. O proselitismo a favor da privatização encontra maior apoio social entre os de renda e escolaridade mais elevadas” (p.185). Tal fato justificaria a expressiva votação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) na região oeste da cidade de São Paulo, e também o fato de ser difícil encontrarmos liberais no *Partido da Frente Liberal* (PFL)<sup>110</sup> nordestino. O autor questiona com é possível ser liberal se o país tem uma base eleitoral fortemente estatista. E conclui: “A elite política vem do povo e o representa, para o bem ou para o mal” (p.185). Se o perfil analisado é tão refratário ao liberalismo, o que teria permitido, à época presidente da República Sr. Fernando Henrique Cardoso (FHC) realizar o imenso processo de privatizações no Brasil teria sido o fato de que ele contava com um apoio social enorme baseado na estabilidade monetária (Plano Real) e o aumento do consumo. Isto é, os eleitores estatistas ficaram com FHC porque ele levou o país à estabilidade monetária e ampliou o poder de compra dos mais pobres (p.185). “Essa é a lição número um do maquiavelismo político aplicado à opinião pública: se quiser fazer algo que contrarie o pensamento dominante ou algum valor social básico, primeiro encontre apoio

---

<sup>110</sup> Hoje o PFL se transformou no Democratas.

em algo que o eleitorado valorize muito” (p.186). Podemos aqui também aproximar a leitura do cenário brasileiro com aquilo que se passa internamente na Previ, o “maquiavelismo político” funcionaria muito bem quando se quer aprovar novas medidas, novas políticas, na entidade. Só que a sondagem ocorre no topo da pirâmide interna ou do patrocinador BB: o assunto é previamente sondado junto aos representantes das “bases aliadas”, permitindo, assim, ampliar sua aceitabilidade, antes de submetê-lo à aprovação. E, em relação ao povo, aos demais colaboradores, o palco dos processos eleitorais é o momento adequado para o exercício do “maquiavelismo político”.

A pesquisa de Almeida (2007) apontou que o brasileiro considera o Estado mais ineficiente do que a iniciativa privada, confia mais das instituições privadas, mas, paradoxalmente, esta mesma população adulta quer mais Estado e menos iniciativa privada. Enquanto o governo federal recebeu uma avaliação positiva de 51%, as pequenas e médias empresas privadas receberam uma avaliação positiva de 83%. Das instituições avaliadas, a melhor pontuação foi a da Igreja Católica, com 84%, e a pior nota foi a dos partidos políticos, 28%. Das quatro instituições mais bem avaliadas, todas eram privadas. Mas no quesito confiança das quatro melhores avaliadas, duas são públicas e duas privadas. A Igreja Católica e as pequenas e médias empresas estão entre as instituições mais bem avaliadas e confiáveis. As quatro instituições públicas menos confiáveis são os partidos políticos, o Congresso, a Polícia Civil e a Polícia Militar (p.188). Por sua vez, as grandes empresas e a imprensa são bem avaliadas no desempenho, mas caem no quesito confiança. Embora alterne avaliação e confiança, os brasileiros são estatistas. E avaliam bem as instituições privadas no quesito desempenho e confiabilidade, mas, para controlar a economia, preferem o Estado à iniciativa privada (p.190). O que leva o autor a concluir que: “Nós, brasileiros, queremos o Estado, independentemente de seu desempenho ou do desempenho da iniciativa privada” (p.191). E acrescenta: “O que há no Brasil é uma forte ideologia pró-estatal, uma cultura que diante da escolha entre Estado e iniciativa privada no fornecimento de serviços dá preferência ao primeiro” (p.191). Curiosamente, para o autor, “no Brasil, o Estado é a fonte de todos os males, mas também das soluções” (p.192). O mesmo pai que falha é aquele que é provedor e esperança dos mais pobres para elevar as condições de vida. “Ainda que as empresas sejam mais bem-vistas do que as instituições públicas, não será delas que os menos escolarizados conseguirão obter oportunidades de melhorar de vida” (p.192). Quanto ao Banco do Brasil e a Petrobras: “são os dois grandes símbolos do Brasil estatal. Privatizá-los é o mesmo que tirar a esperança do Brasil grande, do Brasil desenvolvido. Transformar o Banco do Brasil em uma instituição particular é jogar todos os pequenos poupadores nas garras impessoais da iniciativa

privada” (p.192). O argumento utilizado por aqueles que fazem previdência no Banco do Brasil é que “ele é o único a oferecer de fato segurança ao poupador. Empresas quebram, já o governo...” (p.192). Para o autor, o que prevalece é uma ideologia estatista que torna inimaginável o bem-estar dependente do investimento privado. “Nada mais penoso do que pensar que a sociedade se desenvolverá à medida que as relações se tornarem mais impessoais e as pessoas forem avaliadas em função de seu mérito e de sua capacidade” (p.192-193). O autor conclui este tópico afirmando que a redução da presença do Estado na economia com o apoio social é um longo processo a ser percorrido no Brasil e ocorrerá na medida em que aumentarmos a escolaridade da população brasileira. “No Brasil, a escolaridade mais uma vez leva a diferença de mentalidade” (p.199). E complementa: “O brasileiro é antiliberal. (...) O desejo da população brasileira é ver o Estado regulando toda a atividade econômica” (p.201). “O antiliberalismo é muito forte e enraizado na população” (p.202).

Nos dados coletados por Almeida (2007), foram analisados os extratos da população brasileira por: região, grau de escolaridade, idade, sexo, localização e condição econômica. A conclusão da pesquisa foi que todos preferem a regulação do Estado na economia, porém o grupamento dos mais escolarizados “concorda menos” com esse ponto de vista; e os grupamentos dos nordestinos, não localizados em capitais, mais idosos, menos escolarizados e não que trabalham (p.203), notadamente, “concordam muito”, Na Previ, seria importante o mapeamento da mentalidade antiliberalista, ou seja, estatista, por grupamentos distintos, permitindo identificar o quanto essa mentalidade se faz presente e poderia influenciar o direcionamento de seus investimentos, bem como das empresas que entidade é responsável pela governança.

Almeida (2007) constatou que a população brasileira se divide no que diz respeito às greves contra o governo, mas quanto mais alta a escolaridade, maior o apoio às greves como manifestação de protesto (p.205). “O argumento da liberdade de expressão ainda causa estranheza” (p.206).

O fato é que a população brasileira ainda está longe de pensar de forma mais elaborada acerca de temas como liberdade de expressão ou controle da economia. Essas duas coisas estão relacionadas. Em geral, quem quer mais regulação econômica quer também mais censura. (...) A população brasileira ainda prefere o Estado regulando a economia, produzindo bens e provendo serviços. (ALMEIDA, 2007, p.208)

Assim, a constatação da pouca disposição para exercer seus direitos e protestar contra o Estado reflete-se na ausência do pleno exercício dos direitos civis. Os dados mostram um



país dividido, um lado “arcaico” e “ultrapassado” e outro “moderno” e “atualizado” – que requer mais limites para as ações do Estado porque acredita que a sociedade pode encontrar soluções com menor intervenção estatal. A escolaridade superior é o divisor de águas desses dois países: o arcaico e o moderno. Inúmeros estudos teriam demonstrado que o nível superior é crucial para explicar a desigualdade de remuneração no país, e o trabalhador qualificado é mais bem remunerado do que o não qualificado.

Mas a desigualdade educacional não gera apenas desigualdade de renda. Como provado aqui pela primeira vez, ela cria também uma enorme diferença de mentalidades. Entre nós, a forma como se vê o mundo, se pelas lentes liberais ou pelas intervencionistas, está fortemente condicionada pelo nível educacional. *Aqui, o liberalismo não é a cultura dominante*; pelo contrário, só entra na cabeça das pessoas depois que elas passam pelos bancos universitários. (...) No catolicismo latino que moldou a mentalidade de portugueses e brasileiros, o Estado sempre teve um papel crucial, assim como a concepção mais ampla de que o mundo é organizado de forma hierárquica, com superiores e inferiores, e que aos superiores caberá, entre outras coisas, resolver os problemas dos inferiores. O padre absorve o pecador. Somente o padre está investido desse poder. *O Estado resolve os problemas da sociedade; somente ele tem recursos para isso*. (...) Para mudar essa mentalidade hierárquica e pró-estatal é preciso escolarizar a população. (...) O fenômeno pouco tem a ver com as ideias às quais as pessoas são submetidas na universidade e *mais com a posição que elas passam a ocupar no mercado de trabalho* depois que consegue ter o canudo de grau superior na mão. (...) Em um país desigual como o Brasil, um diploma superior dá a qualquer um *maior poder de barganha no mercado de trabalho*. (...) o dia a dia da faculdade mostra também que pouco se precisa do Estado. O empenho de cada um e as oportunidades de empregos em empresas privadas serão fatores determinantes do sucesso. *Basta que o Estado assegure condições de crescimento econômico que as chances surgirão*. (ALMEIDA, 2007, P.209-210, grifos nosso)

Vê-se que o autor associa a mentalidade liberal mais diretamente ao trabalho do que com o nível de escolaridade superior e tal associação faz sentido pois, na medida em que o indivíduo tenha maior autonomia no mercado, ele necessitará menos de um Estado provedor, precisará apenas que o Estado assegure as condições gerais de crescimento econômico do país. Até então, na pesquisa, sempre o autor associava a mentalidade mais liberal e menos estatal à elevação da escolaridade da população brasileira, mas aqui fica mais clara sua posição de que a escolaridade é um caminho para a conquista da autonomia por meio de um lugar no mercado de trabalho em um país em que o Estado deverá apenas assegurar as condições reais de crescimento econômico.

Vale lembrar que não foi por acaso, conforme foi dito, que durante o Plano Real do então presidente FHC, houve um “livre arbítrio” para as privatizações e a aposta do crescimento econômico. Quanto ao governo Lula, podemos dizer que ele manteve as

condições crescimento econômico, mas reforçou o papel do Estado provedor na mentalidade da população brasileira, ainda que tenha aumentado o índice de brasileiros no mercado de trabalho e incentivado o crescimento da economia liberal. Nesse aspecto, podemos concluir que houve um retrocesso na independência do Estado e da política liberal e, conseqüentemente, houve o fortalecimento de uma política estatista.

No Brasil, no entanto, o enorme poder de barganha dos que atingiram o nível superior contribui para o florescimento da mentalidade liberal. Uma vez formados, são eles que não precisam do governo para ter acesso à saúde e à educação; *não precisam do governo para melhorar sua posição em postos de trabalho*. Precisam apenas de si mesmos. Assim a mentalidade liberal nasce, entre nós, com um carimbo elitista. Alguém é liberal porque tem força, poder de barganha. (ALMEIDA, 2007, p.211)

No Brasil, diferentemente de países com mentalidade liberal resultante de um processo democrático, a maioria da população tem baixa escolaridade e prefere um Estado mais forte, razão pela qual a mentalidade antiliberal é dominante e, por sua vez, demonstra que maior nível de escolaridade implicará menor preferência pelo poder do Estado.

De novo, estabelecendo um paralelo com a Previ, observamos que 70% dos seus colaboradores possuem pós-graduação *lato e stricto sensu*,<sup>111</sup> mas, ao mesmo tempo, estão submetidos a uma estrutura hierárquica, assim como o Banco do Brasil, em que o Estado tem muito poder por ser seu acionista majoritário e por contar com as estatais e seus fundos de pensão para fortalecer sua política econômica, reforçando uma mentalidade menos ou mais liberal, conforme as políticas governamentais vigentes. Será que haveria algum caminho para uma mentalidade mais liberal e com menor dependência do poder estatal na Previ? Isto é: seus colaboradores estarão condenados a perpetuar este modelo hierárquico e centralizado do patrocinador Banco do Brasil, na figura dos representantes do Estado “todo poderoso”, ou sua composição estatutária paritária poderia ser redentora do menor impacto do poder estatal na entidade e disseminadora de uma mentalidade mais liberal? Se, consideramos que a mentalidade das instituições sindicais ou de entidades de representantes de seus colaboradores, responsáveis pelo apoio e eleição dos representantes na entidade é pela maior independência do Estado, aí sim, poderíamos afirmar que os esses representantes contribuiriam favoravelmente por uma mentalidade mais liberal na Previ. Por sua vez, se a

---

<sup>111</sup> Ver *Revista Previ*, Edição 190, de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.previ.com.br/revista/edicao/indice-detalhes-1012.htm>. Acesso em 09/10/2016.

mentalidade e ideologia for favorável a reforçar a intervenção do Estado nos fundos de pensão e outras empresas, aí sim, a Previ estará fadada a uma mentalidade menos liberal.

O último aspecto da pesquisa de Almeida (2007) que abordaremos é referente à questão racial conjugada à questão profissional. O autor recorreu a uma metodologia indireta para identificar a discriminação, seguindo as categorias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a saber: preto, pardo e branco. A pesquisa correlacionou essas três categorias a perguntas para avaliar os seguintes atributos: “mais inteligente”, “mais honesto”, “mais estudo”, “mais educado”, “mais preguiçoso”, “criminoso”, “mais jeitinho”, “malandro”, “menos oportunidades” e “mais pobre”. Os resultados revelaram a associação de atributos mais favoráveis sempre aos indivíduos brancos, se comparados aos indivíduos pardos e pretos, com exceção de duas qualidades: a “preguiça” e o “jeitinho”. O “jeitinho” é dúbio; para uns, é negativo e representa uma espécie de primeiro passo para a “corrupção” e, para outros, é positivo porque se trata de uma forma de resolver problemas. Mas, nos demais atributos negativos avaliados, mais uma vez, destacou-se a força do preconceito, ou seja, os brancos são sempre melhores do que os pardos e pretos. Por exemplo, os pretos são sempre os mais pobres e os pardos os que mais parecem criminosos, mesmo não existindo nenhuma comprovação estatística de que os pardos são mais criminosos do que os brancos ou pretos. Na pesquisa, os brasileiros consideram os pretos com menos oportunidades do que os pardos e, esses, por sua vez, são sistematicamente mais associados às características negativas do que os pretos. Segundo Carl Degler (*apud* ALMEIDA, 2007), o pardo personifica o típico malandro descrito por Roberto da Matta e existiria uma hostilidade maior contra ele por este ser visto disputando posições no mercado de trabalho com o branco. “Isto é, ‘o negro conhece seu lugar e o mulato (pardo) não’” (p.231). Os resultados da pesquisa revelaram a associação das ocupações profissionais às cores raciais indicando um padrão de classificação. “À medida que cai o status da profissão, ela se torna menos branca e mais parda e preta” (ALMEIDA, 2007, p.232) e os negros ocupam profissões de menos status que os pardos. Apesar de maior preconceito contra os pardos, a população brasileira atribui menos oportunidades para os pretos. A pesquisa revela também um preconceito contra os nordestinos, pois estes são sempre mais associados aos pardos.

Mas o racismo poderia ser ultrapassado com a escala social? Para aprofundar essa questão, Almeida (2007) faz uma pesquisa associando cor e status atribuído à profissão, para testar a hipótese de que o contexto modifica a percepção da cor pelo brasileiro e constatou que a mudança na escala social das profissões não altera com a cor do brasileiro, isto é, o contexto não muda a forma como os brasileiros vêem as cores dos indivíduos brancos, pardos ou pretos

(p.243). A pesquisa revelou que “31% dos brasileiros, na média, preferem as pessoas da cor branca quando se trata de escolher o marido para a filha, o colega de trabalho, chefe ou subordinado, e o vizinho” (p.248). “Os pardos não lideram a preferência em nenhuma das quatro perguntas. São os pretos que ficam na frente em ‘dar um emprego de confiança’ e ‘ter como vizinho’” (p.249) e “os brancos os preferidos quando se trata de casamento e chefia no trabalho” (p.251). “Os resultados reafirmam que há preconceito racial, favorecendo os brancos em detrimento de pardos e pretos. (...) trata-se sim de um preconceito normativo. Tem interação com a posição social mensurada com a ajuda de uma *proxy*: a profissão” (p.253). Pode-se concluir que na análise do impacto do contexto social na cor, não há mudança na percepção da cor dos indivíduos pardos e pretos decorrente da profissão ou da ascensão social, no entanto, o preconceito reduz quando esses ascendem socialmente; as barreiras existentes do racismo diminuem quando estes galgam alguns cargos na pirâmide social (p.254). “Os dados não permitem negar a existência do preconceito racial em nosso país” (p.259), e a profissão foi empregada como uma *proxy* de contexto social como forma de expressão da situação social do indivíduo.

Uma conclusão importante trazida por Almeida (2007) sobre o Brasil foi que: “a extrema desigualdade e a percepção da falta de oportunidades tornam bem mais forte a mentalidade paternalista: o governo é o pai dos pobres e não pode abrir mão desse papel” (p.269). E, mais uma vez, o autor aposta que a força da ideologia liberal está na equalização das condições sociais através da educação. A discriminação no Brasil é bem específica em relação aos pardos e pretos e a pesquisa revelou que “nada melhor do que ser homem e branco” (p.272). Vale a observação de que, para a avaliação da questão racial, em momento algum, foram utilizadas fotos de mulheres, portanto, não temos informação sobre se o preconceito quanto às cores branca, parda e preta se manteria o mesmo do apontado em relação às figuras masculinas ou se seriam maiores. Relendo a metodologia de pesquisa, não identificamos nenhuma justificativa para a escolha de figuras masculinas na pesquisa racial.

Na Previ, desconhecemos qualquer estudo sistematizado sobre a raça predominante no quadro de colaboradores. Tampouco sobre as políticas específicas para cotas e inclusão de pretos. Desconhecemos práticas exclusivamente com caráter racial. Contudo, assinalamos os resultados da pesquisa de Almeida (2007) para relacioná-los a futuras práticas da Previ, já que nos sistemas de tecnologia da informação os colaboradores são cadastrados por “raça autodeclarada”.

Para finalizar, Almeida (2007) questiona: “Até que ponto os brasileiros mostram, no cotidiano das relações interpessoais, valores compatíveis com a prática democrática? Como

eles veem as noções de igualdade, os princípios do universalismo e a obediência às leis?” (p.275). O autor confirma que Roberto da Matta estava corretíssimo:

O Brasil é um país hierárquico, familista, patrimonialista e aprova tanto o ‘jeitinho’ quanto um leque de comportamentos similares. Porém, uma qualificação importante pode ser feita. O país não é monolítico, é uma sociedade dividida entre o arcaico e o moderno. (ALMEIDA, 2007, p.275)

E, se DaMatta estiver correto, em razão do peso da herança cultural portuguesa no Brasil em aspectos relevantes da vida social, seriam pequenas as mudanças no tocante à visão de mundo, culturais e ideológicas, ainda que se aumente muito a escolaridade dos brasileiros. Por sua vez, se as evidências empíricas de sua Pesquisa Social Brasileira, estiverem corretas, ocorrerá o oposto da previsão de DaMatta: “um forte aumento da escolaridade em nosso país aproximará a cultura dos brasileiros de outras culturas, inclusive as dos países anglo-saxões” (p.276). Na visão de Almeida (2007), embora a herança ibérica não possa ser abolida da cultura brasileira, ele considera que é possível tornar os brasileiros mais seguidores das leis por meio da educação formal, para isso, será preciso massificar o ensino superior no Brasil. Uma das mudanças profundas na sociedade decorrente da escolaridade seria a consolidação da democracia.

Se a Pesquisa Social Brasileira, empreendida por Almeida (2007), apontou um país pouco democrático e dividido entre a mentalidade arcaica e a moderna, sendo a educação superior a principal saída apontada para a modernização da visão de mundo, da cultura e da ideologia dos brasileiros, nós nos sentimos tentados a imaginar qual seria o resultado caso a mesma pesquisa fosse aplicada na Previ. Qual seria a saída para aproximarmos a mentalidade mais moderna e mais democrática, tendo em vista um ambiente composto por elevado índice de pessoas com ensino superior, porém ainda perpassado por uma mentalidade arcaica, familista, patrimonialista, conservadora e hierárquica?

A seguir, tentaremos detalhar um pouco mais estes fatores que foram aprofundados e relacionados à mentalidade do brasileiro descrita por Alberto Carlos e Almeida em sua Pesquisa Social Brasileira, ao detalhar a descrição de Roberto DaMatta, na explicitação de valores, atitudes e sistemas que caracterizam a identidade social do brasileiro.

## **6.5. Os Perfis na Previ**

### **6.5.1. “Famílista”**

Nos últimos anos, sobretudo em função do acirramento das chapas concorrentes nos processos eleitorais da entidade, percebemos o uso de mídias sociais e um maior interesse dos assistidos com seus resultados e o montante de recursos garantidores do pagamento de seus benefícios. O que parece um movimento compreensível, sobretudo no que diz respeito aos assistidos vinculados ao plano de benefício definido, o Plano 1, pois, quando estavam na ativa, seus provimentos – ou melhor, os recursos garantidores de sua sobrevivência – eram pagos pelo patrocinador Banco do Brasil (BB) ou Previ, no caso de seu quadro próprio; mas, agora, na condição de assistidos, aí sim a conversa passa a ser diretamente com a entidade. Portanto, em virtude dessa condição, é perceptível nos assistidos uma maior aproximação com a Previ e, ainda, maior interesse no melhor atendimento e tempestividade de suas demandas. É como se o assistido se apropriasse deste lugar pela sua relevância e notoriedade, ou seja, a razão de ser da entidade, somado ao orgulho de ser um dos “donos da casa” que precisa acompanhar mais de perto seu “negócio”. Lembramos que os funcionários do BB formavam uma grande família e, portanto, se reportam a Previ como a extensão da “família BB”. Uma mentalidade que poderíamos associar ao “familismo”.

### **6.5.2. “Patrimonialista”**

Outro aspecto que merece destaque naquilo que identificamos como exteriorizado pelos seus colaboradores no sentimento de confiança na estabilidade e na perenidade nos resultados da entidade, bem como no reconhecimento das competências técnica e gerencial ali instaladas, é que, além desses, há ainda aqueles sentimentos relacionados ao pertencimento do quadro de uma empresa do porte da Previ – entidade responsável pela gestão de um volume fenomenal de recursos investidos, um montante expressivo de recursos arrecadados mensalmente e aportados em diversos investimentos e diversos setores da economia brasileira, além da amplitude do leque de governança em diversas empresas e a solidez de seu patrimônio.

Todo este cabedal faz do colaborador o agente, por excelência, ou melhor, o promotor e o gestor de todos os recursos da Previ, sendo visível em suas narrativas a satisfação e o envaidecimento de fazer parte da gestão de tantos recursos e empreendimentos. Poderíamos, aqui, aproximar da visão “patrimonialista” em que o público e o privado se confundem, isto é, esse duplo sentimento de pertencimento e aproximação da Previ, um olhar que é ao mesmo

tempo o de colaborador gestor ou técnico, mas que é, sobretudo, o do participante, um dos “donos da casa”.

### **6.5.3. “Paternalista”**

Um fator de orgulho e de pertencimento à entidade está associado ao conhecimento previdenciário por ser este restrito a alguns profissionais na esfera de atuação junto ao patrocinador BB ou ao Conglomerado BB. Portanto, ser um especialista em Previdência e tudo o que tangencia o tema, a oficial ou a complementar, é, sem sombra de dúvida, razão de reconhecimento de um notório saber em um mercado, diga-se de passagem, em franco crescimento no país. Tais fatores corroboram de modo favorável para o sentimento de empregabilidade – ter oportunidade de se empregar em um momento de crise mundial, ter um emprego e o conhecimento em Previdência é ainda mais robusto. Tudo isso reforça nos colaboradores o sentimento de importância para o sucesso da entidade. De modo geral, há um discurso interno que, em função de sua excelente qualificação técnica e gerencial, coloca a entidade acima de outras empresas do ramo previdenciário e do patrocinador BB. E justificaria uma estrutura hierárquica, a logística atual e outras despesas da entidade, inclusive com a folha de pagamento. Assim, a cultura de uma empresa provedora de recursos e “protetora” nos permite uma aproximação com a mentalidade “paternalista”, aquela que tudo perdoa e, de alguma forma, demonstra que os fins justificam os meios.

### **6.5.4. “Patrimonialista” e “familista”**

Outro fator de interesse em trabalhar na Previ é a possibilidade de aprofundar o conhecimento no mercado financeiro e, daí, apreender todas as vantagens de uma qualificação em uma área tão significativa para uma entidade que sobrevive de investimentos dos recursos em diversas modalidades: renda fixa, renda variável, carteira imobiliária... Este *background* adquirido em finanças é de extrema valia num mercado financeiro marcado pela volatilidade das ações influenciando todos os demais mercados consumidores. Muitos dos colaboradores são autorregulados e aplicam seus conhecimentos profissionais a serviço da entidade, no Conglomerado BB, na Governança de Empresas e no mercado em geral. Mas há, ainda, a possibilidade de aplicar seus conhecimentos de forma indireta por meio de terceiros, amigos ou familiares. Não é raro ocorrer de alguns colaboradores do segmento financeiro serem convidados a atuar na iniciativa privada em função do desempenho de suas carteiras e dos contatos estabelecidos com diversas entidades internas e externas no país.

Também não é raro um bom percentual de colaboradores investirem seus próprios recursos no mercado de ações, possivelmente influenciados pelo desempenho das aplicações da entidade. É como se os colaboradores mirassem o sucesso e a grandiosidade do perfil de investimentos da Previ. Essa postura, esse “perfil de investidores”, pode, ainda, estar sendo incentivado pelo perfil requerido aos participantes do Plano Previ Futuro, pois estes são sempre convocados a agirem como investidores de seus recursos e a escolherem o melhor perfil de investimento do seu Plano. Diferentemente do perfil dos participantes vinculados ao Plano 1, que têm como característica um benefício definido e aos quais compete, no máximo, acompanhar os números dos recursos garantidores da entidade. É muito perceptível o comportamento deste segundo grupamento, deixando à Previ a responsabilidade por sua gestão. Daí, podemos depreender a demonstração de confiança na solidez e na gestão dos recursos, como se a entidade fosse a mera continuidade do centenário Banco do Brasil, e sua manutenção no mercado fosse uma consequência natural. Neste caso, percebe-se um distanciamento, em geral, vinculados ao Plano 1, com aquilo que se passa na entidade, em especial por parte daqueles que estão na ativa. Tal posição é bem distinta dos colaboradores vinculados ao Previ Futuro. Um aspecto interessante a assinalar aqui é o fato de o investimento da entidade interferir de alguma forma no investimento do colaborador, e vice-versa, uma mistura do público e do privado. Podemos, então, aproximar de uma mentalidade “patrimonialista” e “familiarista”.

#### **6.5.5. “Familiarista”**

No geral, existe, por parte dos colaboradores, uma submissão interna às Políticas, Normas e Procedimentos e, há, ainda, uma indiferença quanto às questões que envolvem a categoria dos profissionais vinculados ao patrocinador BB ou o mercado, no caso específico dos cedidos e do quadro próprio, respectivamente.

Acreditamos que o interesse em fazer uma carreira na entidade, as excelentes condições de trabalho, os valores e vantagens remuneratórios, os incentivos de treinamento, desenvolvimento e sucessão, a proximidade de relacionamento com os cargos executivos e gerenciais, inclusive com os representantes dos Órgãos Sociais, tudo isso corrobore para que os colaboradores mirem fortemente na carreira, deixando de lado questões que envolvam o coletivo.

É visível a demasiada preocupação do colaborador com seu interesse próprio. Por essa razão, costumam rechaçar qualquer ato, gesto, fala ou sugestão que possa prejudicar sua trajetória profissional na entidade ou possa ameaçá-los com um retorno indesejável ao



patrocinador BB ou ao mercado. As questões de cunho coletivo, de estrutura, de norma ou de procedimentos não são verbalizadas diretamente às esferas competentes. Os espaços utilizados para expor francamente as opiniões costumam ser os do almoço, do café e de outros eventos internos ou externos ao local de trabalho, pois neles há encontros entre pares ou superiores mais próximos. Pudemos observar que, manter-se ou ascender a um cargo internamente, vale o silêncio, a submissão, os conchavos, as parcerias... O cargo é o bem mais valioso – ele é, por assim dizer, a moeda de troca que vigora na Previ – e por ele vale quase tudo!

É certo que não temos a ingenuidade de pensar que tal comportamento seja característica exclusiva da Previ, mas ali ele fica muito evidente, sobretudo pela proximidade física dos colaboradores, já que, praticamente, todos os colaboradores atuam no mesmo edifício, no Centro do Rio de Janeiro.

A mentalidade “familista” dá conta da forma como as questões coletivas são minimizadas frente às questões individuais. Trata-se de uma visão extremamente individualista do contexto macro da entidade, o que se reflete, inclusive, na postura em relação aos colegas mais próximos, pois há certa “blindagem”/“proteção” dos mais próximos na tentativa de não expor o colega a uma questão individual. Seria a mentalidade meritocrática corroída decorrente de uma “deformação” da máquina administrativa.

A visão dos colaboradores junto ao patrocinador é “hierárquica” e “conservadora”. Durante muitos anos houve interesse da entidade, ainda mais durante a gestão petista, para que os colaboradores que ali chegassem pensassem prioritariamente em ‘fazer carreira’. Havia um forte entendimento de que o negócio previdenciário era algo muito distinto do negócio do patrocinador BB, bem como a crença de que ninguém melhor do que o “dono” – no caso, os próprios participantes – para zelar pela perenidade da instituição e isso, por si só, já justificaria uma política específica e certo “alheamento” dos colaboradores. Nos últimos anos, porém, presenciamos um movimento contrário no sentido de uma aproximação maior entre a entidade e o patrocinador, quebrando de alguma forma esta “reserva” de espaço aos colaboradores lotados na Previ.

No entanto, neste movimento de aproximação com o patrocinador BB ou o Conglomerado BB, muitas vezes, não ocorre o reconhecimento da competência dos colaboradores da Previ; ao contrário, é comum vê-los desqualificados por estarem desvinculados da realidade diária de um mercado que requer do profissional a capacidade de gerar resultados imediatos, de curto prazo, negociar, vender, claramente imbuído do espírito de alta competitividade e performance interna ou externa, entre bancos.

Portanto, em nossa avaliação, quanto mais tempo os colaboradores permanecem na entidade, mais se descolam desta realidade marcada pela cobrança diária por resultados tempestivos, metas e competitividade acirrada, de atuação em uma estrutura organizacional enxuta, bem como dos requisitos diferenciados de carreiras junto ao patrocinador BB ou seu Conglomerado. Dessa forma, acreditamos, que se torna cada vez mais complexa a implementação de alguma política entre a Previ e o patrocinador BB que permita efetivamente despertar o interesse de retorno dos colaboradores em movimentação que seja vantajosa, pelo menos, para uma das partes envolvidas. Por todas essas razões, podemos afirmar que os colaboradores são muitas vezes vistos como portadores de uma mentalidade “hierárquica” e “conservadora”.

Em nossa avaliação, todos esses fatores contribuem para dificultar o interesse do colaborador no que represente mudança em sua carreira junto ao patrocinador ou Conglomerado BB, ou mesmo signifique uma acomodação dos colaboradores mediante uma possível alteração das condições do Convênio de Cessão ou da redução de custos de pessoal da entidade.

#### **6.5.6. “Hierárquica”**

Os colaboradores expressam o reconhecimento de que são bem remunerados e que possuem oportunidades de crescimento profissional, o que pode, decerto, contribuir para aumentar seu comprometimento e a vontade de fazer com rapidez uma carreira bem-sucedida e, ainda, vislumbrar, dependendo da área de atuação, a possibilidade de indicação para compor algum conselho em que a entidade participe da governança.

Todo este cenário reforça a expectativa de um aumento progressivo e rápido da remuneração e do incremento dos benefícios a que farão jus na aposentadoria ou, até mesmo, no eventual resgate dos recursos acumulados, diante da opção de saque e desvinculação da entidade – ressaltando que a segunda opção não é a mais usual. A Previ oferece uma carreira horizontalizada, com mudança acumulativa de níveis, a cada dois anos, independentemente da meritocracia, ou seja, um acréscimo salarial atribuído pelo tempo de exercício na função, incorporado na remuneração mensal e, conseqüentemente, incrementando o cálculo da aposentadoria ou dos aportes de contribuições, tornando o plano de carreira da entidade mais atrativo do que o do patrocinador BB. Existem, ainda, ano a ano, dezenas de possibilidades de crescimento vertical na carreira, em caráter efetivo ou de substituição. Vale ressaltar, porém, que mesmo após a revisão de sua Política de Gestão de Pessoas, a entidade manteve uma pirâmide de cargos “invertida”, se comparada ao patrocinador BB e, quiçá, ao mercado. O que

isso quer dizer? A Previ possui um expressivo quadro de executivos e gestores, se comparado à abrangência de cargos subordinados, além de possuir elevado número de cargos técnicos sênior, superior ao número de cargos plenos e júnior. Esses são fatores que reforçam o comprometimento com a carreira, qualquer que seja o preço a pagar para conquistá-la e mantê-la. E mais: os colaboradores dispõem de excelentes instalações físicas para o desenvolvimento de seu trabalho – mesmo sofrendo pressão diária para o cumprimento tempestivo e sigiloso de muitos documentos a serem entregues.

O tipo de relacionamento que vigora é “hierárquico” porque a manutenção ou ascensão do colaborador está diretamente relacionada ao cumprimento do solicitado. E, por trás da hierarquia, existe todo um jogo de interesses de entidades apoiadoras dos processos sucessórios internos. Podemos afirmar que o cumprimento do colaborador quanto ao fator “hierárquico” é seguido, na maioria das vezes, do cumprimento do fator “político” – ambos estão diretamente vinculados a autoridades influentes, seja de entidades de classes ou do patrocinador BB.

Pode-se afirmar que a carreira na Previ é nitidamente vinculada a uma mentalidade “hierárquica” e “política”, tanto daquele que escolhe como daquele que é escolhido. Daí observarmos que o assunto é tratado na entidade com muita naturalidade, ou seja, em pleno século XXI, após tantos investimentos no desenvolvimento de lideranças, é assim que a “banda toca”! Ou se entra no ritmo ou está fora do compasso; ou a pessoa coloca a “fantasia” ou está fora do “bloco. No “baile dos mascarados”, cada um se diverte como pode – uns estão fantasiados a “rigor”, com manda o figurino e até dão o “tom”, e outros vão para ver e assistir a exuberância das “plumas” e “paitês”. Outros, mesmo não gostando do “samba” estão “fantasiados”. Por fim, há alguns poucos que não gostam nem do “samba enredo”, nem da “fantasia”. E para não podemos dizer que na Previ há monotonia, no máximo a cada dois anos tudo pode mudar: o “bloco”, o “samba”, a “fantasia” e os “figurantes”. Embora seja esse o comportamento dominante, não poderíamos deixar de mencionar o surgimento de algum pequeno “bloco” dos desviantes das orientações recebidas e, como medida corretiva, seus participantes são *devolvidos* ao patrocinador BB na condição de escriturário. Como se trata de uma cessão que pode ser rompida a qualquer momento por qualquer uma das partes, a *devolução* representa, por excelência, fator de intimidação das mentalidades divergentes do discurso institucional e um forte fator de submissão das mentes “inquietas”, “desviantes”, ou, de outro ponto de vista, das mentes “pensantes”. Tal procedimento institucional reforçaria o peso da mentalidade “hierárquica”, tão bem definida na expressão: “manda quem pode e obedece quem tem juízo”.

Passemos, a seguir, à leitura psicanalítica da mentalidade. A psicanálise certamente nos ajudará na compreensão dos resultados das pesquisas de DaMatta e Almeida, bem como os “Perfis da Previ”.

#### **6.6. “A cabeça do brasileiro no divã” e na Previ**

*A cabeça do brasileiro no divã* (COELHO DOS SANTOS & DECOURT, 2008), mais especificamente no artigo “Uma leitura politicamente incorreta da subjetividade do brasileiro” (COELHO DOS SANTOS, 2008b), a autora propõe o enfrentamento das limitações do conhecimento sobre a subjetividade dos brasileiros no campo da psicanálise e no campo da sociologia. Coelho dos Santos comenta a tese de Almeida (2007), quando este demonstra o impacto do grau de escolaridade na forma de pensar e agir dos brasileiros. A autora alerta os psicanalistas sobre a importância de se levar em conta as diferenças psíquicas relacionadas com o grau de escolaridade e apela aos sociólogos que se debruçam sobre as diferenças sexuais entre homens e mulheres e as diferenças geracionais entre adultos e crianças.

Inicialmente, gostaríamos de chamar a atenção para o estudo de Coelho dos Santos (2008b), no qual se caracteriza a cidade do Rio de Janeiro como um lugar de dupla moral, pois existiria um tratamento distinto aos cidadãos quanto aos que vivem no asfalto e quanto aqueles que ocupam as encostas da cidade e habitam aglomerações, comunidades e favelas. Moralidade essa dividida entre os extratos médios e altos da população e os extratos dos menos favorecidos economicamente. Aos primeiros estariam reservados os direitos e deveres estabelecidos na legislação municipal, estadual e federal; para os cidadãos das encostas, a proteção dos políticos que vivem desse imenso contingente eleitoral, deste contingente populacional que viveria “fora da lei” e avesso às normas do asfalto. Para a autora, o Rio de Janeiro é talvez a cidade brasileira mais afetada por essa dupla moral.

Coelho dos Santos (2008b) descreve a cidade do Rio de Janeiro marcada pela cena cotidiana de inúmeras exposições de corrupção e impunidade nas esferas política e da segurança pública municipal. A cidade seria marcada por surtos epidêmicos que revelariam um descaso com a saúde, assim como os resultados dos alunos nas escolas públicas apontariam para uma incompetência administrativa para com a educação. Uma população que presenciaria diariamente uma “guerra perdida” contra a exclusão, a marginalidade e a pobreza, além do crescimento dos homicídios, dos latrocínios e das chacinas. Os moradores são cidadãos confrontados dia a dia com a negligência do poder público diante da desordem urbana e da ocupação predatória do espaço coletivo, sendo a favelização dos morros a maior

delas. O estado enfraquecido e pressionado espera equilibrar a enorme tensão vivida na cidade incentivando a cultura da tolerância ao ilícito.

Toda essa caracterização da cidade do Rio de Janeiro e dos cariocas, de modo muito específico nos interessa por se tratar da cidade-sede da Previ. A estrutura organizacional da entidade é composta por grande contingente de colaboradores cariocas, “cariocas da gema” (nascidos e criados na cidade), sendo outra parcela composta de dezenas de brasileiros oriundos de todas as regiões do país que passam a residir na capital ou em suas mediações, o Grande Rio, e passam a conviver e fazer parte da cultura carioca.

Segundo Coelho dos Santos (2008): “O sintoma é uma solução de compromisso entre um desejo singular e dos discursos de uma certa civilização que lhe emprestam os recursos para se expressar” (p.7). Seguindo o psicanalista lacaniano francês, Jacques-Alain Miller, os sintomas, discursos e laços sociais são equivalentes, por isso, o campo do corpo, da linguagem e do laço social ganha uma dimensão humana e torna o universal indissociável do particular. A autora comenta que para a psicanálise o pacto social não é igualitário, pois nascemos imersos em uma sociedade e em uma língua específica e a desigualdade é um princípio que organiza os laços sociais fundamentais, portanto, nenhuma ordem democrática pode prescindir deste resto arcaico, resíduos da dependência infantil da condição humana. Por isso os sintomas nunca se adaptam completamente à civilização – a prova disto seria o inconsciente. Embora sonhemos com a liberdade e a igualdade, elas serão sempre um ideal que nunca poderão ser realizados por completo.

Coelho dos Santos (2008b) comenta que o autor do livro *A cabeça do brasileiro* (2007) teria concluído, após a realização de uma pesquisa estatística, a tese de que a atitude do brasileiro médio, diante da desigualdade social, é arcaica. Isto explicaria a percepção dominante das relações sociais serem hierárquicas e essa desigualdade levaria o brasileiro médio a ser tolerante com uma série de violações dos princípios igualitários previstos em nossa Constituição. “Os modos de burlar as regras do jogo social vão desde o favorecimento de amigos, passando pelo recurso ao famoso ‘jeitinho brasileiro’ chegando à transgressão da lei pelo suborno e a corrupção” (p.19).

O grande mérito da pesquisa de Almeida (2007), apontado por Coelho dos Santos (2008b), teria sido o de demonstrar uma relação entre a persistência de atitudes arcaicas e o grau de escolaridade dos indivíduos. Evidenciando-se na tese de Almeida a correlação entre grau de escolaridade e visão de mundo, pois à medida que o indivíduo evolui no grau de escolaridade, ele vai abandonando pouco a pouco uma visão de mundo social baseada na desigualdade. Ou seja, o indivíduo mais escolarizado adotaria uma visão de mundo de acordo

com os princípios constitucionais, a saber, ele acreditaria nos ideais modernos de que “todos os homens nascem livres e iguais”.

Para a autora, não se justificaria usar o termo “brasileiro médio”. A pesquisa de Almeida (2007) mostra a existência de uma linha divisória: de um lado, uma imensa maioria pouco escolarizada que cultiva a visão hierárquica do universo social, de atitude arcaica e, de outro lado, uma minoria que concluiu o ensino universitário e cultiva atitudes igualitárias e acredita no ideário moderno, e está às voltas com a sociedade do consumo – uma minoria compulsiva que trabalha demais, bebe demais e se droga demais. Daí que o termo “brasileiro médio” encerra uma visão de mundo hierárquica. O pesquisador Almeida reconheceria a existência de dois Brasis. Para a autora há uma divisão clara entre os brasileiros partidários de uma visão arcaica e aqueles partidários de uma visão moderna.

Outro importante achado na pesquisa de Almeida (2007), comentado por Coelho dos Santos (2008b), é a diferença de atitude da população economicamente ativa (PEA) e a população que não trabalha, sendo o primeiro grupo menos tolerante com o “jeitinho brasileiro” por associá-lo à corrupção. O fato de os indivíduos trabalharem implica consequências morais e eles estão mais vinculados ao ideário moderno. Aqueles que não trabalham tendem a ver as relações entre os indivíduos sob a ótica da solidariedade, da dependência mútua ou da obediência do mais fraco ao mais forte. “Quem está fora do mercado de trabalho tende a tratar todas as trocas sociais como favor, enquanto os que trabalham tendem a tratar quase todo tipo de favorecimento como corrupção” (p.29).

Mas, a questão envolvendo o “jeitinho brasileiro” ainda divide a opinião do brasileiro, metade da população acha correta e a outra metade reprova. O “jeitinho brasileiro” pode ser uma forma de lidar com essa diferença de mentalidade “arcaica” e “moderna”. A autora conclui que Almeida acreditaria que o brasileiro escolarizado, embora tenha aderido à ideologia moderna, na prática, em suas atitudes concretas ainda continuaria tão arcaico como qualquer outro povo. Mas, se essa interpretação estiver correta, Almeida não acreditaria de fato que a escolaridade seria capaz de produzir um sujeito aderente à ficção jurídica da modernidade. E tal visão se apoiaria numa leitura marxista da realidade social marcada por dominados e dominantes, pela eterna luta de classes.

Coelho dos Santos (2008b) acredita que Michel Foucault poderia nos ajudar com sua análise das relações concretas de poder e, por isso, não podemos enxergar o poder como algo que alguém detém, cede ou aliena. Ela nos faz lembrar que o poder, segundo Foucault, está em toda parte, mesmo os extratos menos esclarecidos da população sabem tirar proveito da mentalidade arcaica e paternalista, consentindo com o favorecimento e a corrupção. Assim,

não se trata de uma prática de vítimas e algozes, mocinhos e bandidos, mas relações de interesse que beneficiam ambas as partes envolvidas (p.31). Portanto, seria um engano pensar que os indivíduos mais modernos e mais escolarizados seriam uma espécie de classe dominante, ao contrário, são indivíduos muitas vezes insatisfeitos com a política assistencialista e paternalista, com o suborno e a corrupção e com o desperdício de dinheiro público. “Acreditam que a distribuição de recursos numa sociedade igualitária deve se pautar pela desigualdade de mérito. Sentem-se humilhados quando precisam recorrer ao ‘jeitinho’ para contornar as situações onde o mérito não é a medida comum que iguala todos os cidadãos perante a lei” (p.31).

A expectativa da autora é que quanto maior o nível de escolaridade de um indivíduo, mais ele é contrário à visão da solidariedade baseada no favor. A prática psicanalítica visará meios de liberar o sujeito de toda relação hierárquica de submissão e dependência em relação ao outro, mas considerando a igualdade entre os homens como um ideal, já que toda liberdade e toda igualdade estão limitadas à desigualdade entre os sexos, entre gerações e entre sintomas.

Respalhada por anos de experiência na área de gestão de pessoas, inclusive, entrevistando diversos profissionais na entidade e no Banco do Brasil, no tocante ao ponto de vista de Coelho dos Santos (2008b) que destaca que maior escolaridade corroboraria em menor uso de práticas de favoritismos, “jeitinho” e corrupção, me permito trazer outra visão – apostando até que ocorre o contrário: quanto maior o nível de escolaridade e, acrescentaria, o nível social, maior a esperteza, a capacidade enganar e burlar as leis, maior o conhecimento e a capacidade de elaborar formas mais rebuscadas para fugir às normas. Acredito que a questão é de caráter e independe do nível socioeconômico ou da escolaridade. Para tentar elucidar este ponto de vista, apresentado, anteriormente, algumas considerações de Richard Sennett (2002) sobre a corrosão do caráter.

Continuaria o Rio de Janeiro a ser a cidade maravilhosa eternizada na música de André Filho? Em minha visão, é fato que a cidade continua palco de grandes eventos sociais e esportivos, regionais, nacionais e mundiais, e isso reflete no aquecimento temporário do mercado de trabalho formal e informal. Este reconhecimento da cidade como palco de tantos eventos, somado à visibilidade da cidade como o maior cartão-postal do Brasil, seria o motivo de orgulho dos cariocas e da elevação da moral dos cidadãos?

Para nos ajudar a responder a estas questões, compartilhamos da visão de Lúcia Helena C. dos Santos Cunha (2008), em seu *Desordem urbana e jeitinho brasileiro: que país é esse?*. Para a autora, nós brasileiros somos reconhecidos pela alegria e descontração – e até,

quem sabe? de pouca seriedade –, pois somos o país do samba, do carnaval, do futebol, da beleza e da sexualidade exuberantes, atributos esses relacionados ao gozo, conceito psicanalítico definido por Lacan, que aponta para uma disjunção com a lei.

Cunha coloca as seguintes questões: “Será que incorporamos aspectos de nosso passado colonial, escravista, extrativista das riquezas, lugar para o expurgo dos malfeitores europeus, ou país atraente para os exploradores e aventureiros, alimentando o imaginário do lugar onde não há pecado?” (p.39). O particular de uma pessoa e também da nação é sua história assim como o que cada um faz de sua vida a partir da herança dos antepassados. “Uma nação tem uma história que pertence ao seu conjunto de cidadãos, atribuindo-lhes um nome, uma nacionalidade, o pertencimento ao um conjunto” (p.40).

Apoiada em Sérgio Buarque de Holanda (1995), em seu livro *Raízes do Brasil*, a autora retoma a postura dos portugueses, nossos colonizadores, pois desde que estes aqui chegaram queriam extrair o máximo de recursos sem maiores esforços, desfrutando-se da terra sem preocupações com a destruição da natureza local. Para este historiador, a tradição “familista” seria um fator de arcaísmo prejudicial à formação de uma sociedade moderna, democrática e igualitária. O historiador também associa a mentalidade “escravista” à família do tipo patriarcal, dominante no meio rural no Brasil, que teria promovido um estilo de vida pautado no patriarcalismo e no personalismo, deixando raízes profundas na vida social brasileira. Entremeando os domínios do privado e do público, teríamos a influência dos grupos familiares, grupos primários, desenvolvidos a partir de “laços de sangue e de coração” que teriam fornecido, “o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós (...) isso ocorre mesmo onde as instituições democráticas, fundadas em princípios neutros e abstratos, pretendem assentar a sociedade em normas antiparticularistas” (BUARQUE DE HOLANDA, 1995, p.146, *apud* CUNHA, 2008, p.44).

Citando Holanda (*apud* CUNHA, 2008), o historiador vê na tradição brasileira familista um fator de arcaísmo que prejudica a formação de uma sociedade moderna, democrática e igualitária, predominante nos países organizados politicamente. Pretendo traçar um paralelo com a cultura interna da Previ:

Em sociedade de origens tão nitidamente personalista como a nossa, é compreensível que os simples vínculos de pessoa a pessoa, independentes e até exclusivos de qualquer tendência para a cooperação autêntica entre os indivíduos, tenham sido quase sempre os mais decisivos. As agregações e relações pessoais, embora por vezes precárias, e, de outro lado, a luta entre facções, entre famílias, entre regionalismos, faziam dela um todo incoerente e amorfo. O peculiar da vida brasileira parece ter sido, por essa época, uma acentuação enérgica do afetivo, do



irracional, do passional, e uma estagnação, ou antes, uma atrofia correspondente das qualidades ordenadoras, disciplinadoras, racionalizadoras. Quer dizer, exatamente o contrário do que parece convir a uma população em vias de organizar-se politicamente. (BUARQUE DE HOLANDA *apud* CUNHA 2008, nota 3, p.45)

O historiador Buarque de Holanda teria nominado do tipo brasileiro como “homem cordial”, aquele tipo marcado pela hospitalidade, generosidade, tão presentes no caráter popular e, por trás deste perfil, estaria o interesse de estabelecer intimidade e romper com a formalidade das normas sociais. Cunha (2008) associa este “homem cordial” com o praticante do “jeitinho brasileiro”, ambos marcados pelo predomínio do “familismo” tão presente na sociedade brasileira e formas de ligações que rompem com as normas sociais rígidas e apelam à piedade e à flexibilidade nas relações de troca, resolvendo assim os impasses gerados pela profunda divisão de nossa sociedade apontados na pesquisa do antropólogo Almeida (2007). Vejo o tipo “cordial”, presente na Previ na figura de alguns representantes sindicais e de entidades de classe.

Cunha (2008) admite ser possível supor que a própria desordem urbana no país retrate uma “falta de educação” no cumprimento das regras, outra face do “jeitinho brasileiro” que corrompe e impede um funcionamento social mais organizado. Soma a isto a precariedade do funcionamento do aparelho do estado, em sua função de fiscalizar e fazer funcionar a ordem pública, o que reforça o “jeitinho brasileiro” de se fazer presente para suprir aquela demanda por meio da intervenção de alguma autoridade constituída (CUNHA, 2008, p.47-48). Lembro aqui algumas considerações sobre nossa sociedade, principalmente no Rio de Janeiro, outrora sede da corte portuguesa, com seus moradores submetidos a todo tipo de desvios e onde a fiscalização do poder público deixaria livre caminho à margem de manobra para o “jeitinho brasileiro”. E a Previ também entraria nesta linhagem de resquício da corte no Brasil.

Com base em Cunha (2008), podemos esclarecer e reforçar nossa hipótese de que o uso do “jeitinho brasileiro” não seria resolvido com a questão do aumento da escolaridade do povo brasileiro, conforme dados levantados na pesquisa de Almeida (2007) de que a maior escolaridade apontaria para a mentalidade moderna. A análise da cena contemporânea ocidental trazida pela autora, a partir de Miller (1996), constata que a perda de autoridade de figuras parentais e de seus substitutos tem levado a um desregramento progressivo da sociedade como um todo, sociedade esta que passa a ser regulada por acordos e normas de pequenos grupos, em sintonia com a diminuição do poder do Estado que favorece a livre iniciativa e a regulação social pelo mercado capitalista. Porém, a autora questiona se o mundo globalizado não incentivaria ainda mais o uso do “jeitinho brasileiro”, mesmo em grupos de

maior escolaridade no país. Poderíamos fazer uma analogia com os grupos, as “famílias” da Previ, presente na mentalidade dos colaboradores.

Para a autora, a condição de vivermos sob os impactos do liberalismo econômico e social, fortificado pelo bombardeio de informações que alteram e aceleram nosso funcionamento mental, criam uma nova “(des)ordem” mundial. No Brasil, poderíamos pensar numa desordem que é parceira/combinada muito bem com o “jeitinho brasileiro”, ou, como a autora sugere, por prevalecer o gozo da sexualidade que não se enquadra em normas e regras. Para reforçar a tese do gozo da sexualidade, a autora relembra o período de descobrimento e colonização das terras brasileiras, marcados pela nudez e a exuberância indígena, juntamente com a prata, o ouro e pedras preciosas, itens que ocuparam lugar prodigioso junto ao “olhar europeu” (p.52). Cunha faz uma aproximação da descoberta freudiana da desordem pulsional como o fundamento da sexualidade humana, e o Brasil, país onde parece que tudo é permitido associado à desordem fundamental do funcionamento da vida pulsional inconsciente. Um país que parece aflorar ainda mais e autorizar uma cultura que valoriza o gozo diante da ausência de interdições proibitórias capazes do ordenamento e da disciplina da razão. Para fazer valer a disciplina, segundo a autora, seria necessária a implantação de uma educação social capaz de fazer valer a disciplina e produzir uma via de gozo sublimatório, capaz de produzir arte e cultura que valorizem a capacidade de pensar, planejar e idealizar (p.53). A aposta final da autora é a de que precisamos promover o papel da família como espaço social de regulação das subjetividades e, ainda, a conscientização coletiva de maior responsabilidade social incentivando o crescimento e a liderança da parcela do Brasil moderno e igualitário à frente ao Brasil arcaico e hierárquico que corrobora com a desordem e o “jeitinho brasileiro”, o predomínio da mentalidade moderna.

Assim, a definição sociológica e antropológica do arcaico e do moderno, entre o estado hierárquico ou aristocrático e o igualitário vigorando nacionalmente o “jeitinho brasileiro” (ALMEIDA, 2007), apoia-se em Roberto DaMatta (1993), no livro *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*, quando este menciona a origem deste “jeitinho brasileiro” como fator ligado ao nosso passado escravista associado à herança cultural portuguesa. O estudo de Almeida (2007), segundo Cunha (2008), mostra que o Brasil por ter um grande contingente de população com baixa escolaridade, compartilha de uma visão de mundo arcaica, com predomínio da mentalidade hierárquica, que tem como consequências o respeito às leis e às normas.

Analisando Buarque de Holanda (1995), Cunha (2008) assinala que nossa colonização portuguesa deixou o legado do poderio da comunidade doméstica e das preferências fundadas

nos laços afetivos, o que marcou a vida pública e todas as nossas atividades (p.43). Toda uma vida social estaria marcada por sentimentos próprios à comunidade doméstica, particularista e antipolítica, apontando a invasão do público pelo privado (p.44). A Previ, tal como o Brasil, é um lugar marcado por laços afetivos particularistas.

Apresentamos, a seguir, o relato das entrevistas realizadas, com o intuito de aprofundar a ‘mentalidade Previ’.

## **6.7. Entrevistas sobre a ‘mentalidade Previ’**

### **6.7.1. Entrevista 1 – Militante Sindical<sup>112</sup>**

Para aprofundar e confirmar a temática da ‘mentalidade Previ’ – ou seja, sua relação com a situação político-partidária tão inerente à condição de alguns diretores e trabalhadores da entidade –, convidamos um militante sindical para uma entrevista conduzida pela pesquisadora, contando com a presença da orientadora da presente tese.

Para tal, foram elaboradas algumas questões para nortear a condução da pesquisa. O objetivo era que a entrevista permitisse confirmarmos a presença de resquícios da “mentalidade militante” ainda subjacente à composição da mentalidade Previ, apesar da nova configuração dos Órgãos Sociais, a partir de 2010 – época que coincide com o início do prestígio do governo petista e, conseqüentemente, seu enfraquecimento na representação de seus militantes em órgãos estatais e fundos de pensão. Hoje, na Previ identifica-se uma mentalidade dividida entre a “mentalidade sindical”, representada por dirigentes e trabalhadores vinculados ao movimento sindical e/ou ao Partido dos Trabalhadores e/ou à ideologia petista, e, do outro lado, um grupo de representantes e trabalhadores que se alinham à “mentalidade BB”, considerando-se isentos política e ideologicamente e, por isso, reconhecidos apenas como ‘funcionários de carreira do Banco do Brasil’. Há, ainda, um grupo que se autointitula “independente” – para fins de classificação aqui vamos denominá-los de “mentalidade associados” –, cujos membros chegaram ao poder na entidade com o apoio de

---

<sup>112</sup> A entrevista com o militante sindical foi realizada na sede da Previ, em 10/10/2016. A data marca a ocasião em que já estava em curso o estudo na tese sobre a mentalidade da Previ. Porém, a partir de 14/10/2016, conforme mencionado antes, houve uma profunda alteração na condição profissional da pesquisadora. Por decisão administrativa da Diretoria de Administração e da área de Gestão de Talentos Humanos e Organização, “ato de gestão”, com o aval da Presidência da Entidade, a mesma foi desligada dos quadros da Previ! Apesar de diversos atos e manifestações do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, por considerar tal medida uma retaliação da funcionária desligada da entidade após sua participação em movimento grevista da categoria bancária, mas a decisão foi irrevogável. Disponível em: <http://www.bancariosrio.org.br/2013/banco-do-brasil/item/37352-funcionarios-fazem-paralisacao-contra-perseguido-na-previ>. Acesso em 04/12/2016.

vários representantes vinculados à Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb).

Pela entrevista percebe-se claramente que, nos últimos anos, os processos eleitorais na entidade são marcados por forte oposição entre o grupo vinculado à militância sindical e o grupo autodenominado “independentes”. O declínio do Partido dos Trabalhadores, notadamente no mandato da presidente Dilma, reflete claramente o enfraquecimento do poder dos militantes na entidade, principalmente, para compor forças junto a outros diretores eleitos ou indicados pelo BB. Mas, um fato curioso é que a pauta ideológica dos representantes eleitos vinculados às instituições apoiadoras (sindicatos ou associações de classe) não os diferencia aos olhos do eleitorado. Tal percepção é agravada pelas composições de chapas eventualmente mesclando representantes opositores em outro processo eleitoral.

A entrevista evidencia a mudança do perfil de investimentos da entidade a partir do ano de 1997, época de expansão do projeto neoliberal do país com recursos dos fundos de pensão, e o Partido dos Trabalhadores teria dado continuidade a esse projeto reforçando a mentalidade do dinheiro do trabalhador gerando recursos para o conjunto de trabalhadores. No que se refere à mentalidade dos colaboradores, embora esta seja originária do Banco do Brasil, ela se torna notadamente especializada no negócio previdenciário. Mas políticas internas podem corroborar para intimidar mentalidades mais críticas, deixando o colaborador num eterno dilema ao tentar fazer a defesa da entidade sem prejuízo de sua carreira na entidade.

De maneira abrangente, a entrevista tangenciou assuntos políticos e partidários que se fazem presentes na governança da entidade e na mentalidade de seus colaboradores e representantes. As estatais, assim como os fundos de pensão a elas vinculados, são instituições com um aporte de recursos imprescindíveis ao projeto do governo federal de desenvolvimento econômico do país, o que corrobora para que seus processos sucessórios sejam extremamente disputados, principalmente, os de seus representantes na entidade e empresas de sua governança. Todo este contexto político e partidário afeta substancialmente a mentalidade dos profissionais da entidade; e o profissional que atua em empresas ou entidades suscetíveis à influência do governo federal convive com a conjugação da dupla mentalidade: “capital político” e “competências”.

### **6.7.2. Entrevista 2 – Militante Sindical**

Para aprofundar a temática da “mentalidade Previ” – mais especificamente, a questão da meritocracia *versus* poder político-partidário –, convidamos outro militante sindical com

experiência na entidade e com uma visão macropolítica do contexto dos fundos de pensão brasileiros. Da mesma forma que a entrevista anterior, esta foi conduzida pela pesquisadora e pela orientadora da presente tese.

Optamos por circunscrever as questões aos pontos de maior interesse da pesquisa: a utilização da Previ para fins político-econômicos por meio de partidos políticos e outras instituições, aprofundando um pouco mais a questão da “meritocracia burocrática” em contraponto ao poder “político-econômico-partidário”, para melhor definição da mentalidade da Previ.

A entrevista foi reveladora de que a diferença entre “direita” e “esquerda” brasileira, na prática, ocorre na esfera de uma “disputa ideológica pelo poder” político-partidário, repercutindo direta ou indiretamente nas empresas e órgãos vinculados ao governo (estatais, ministérios, associações) e, conseqüentemente, nos fundos de pensão.

Um dos destaques da participação de representantes eleitos no fundo de pensão desde o final dos anos 1980, apontado pelo entrevistado, seria a abertura de um espaço democrático assentado em negociações que resultaram em alteração estatutária e mudanças na legislação previdenciária, permitindo maior participação dos associados, trabalhadores e ex-trabalhadores. Inclusive na eleição para composição paritária de seus conselhos e diretorias na Previ. A ação democrática eleitoral implementada na entidade teria influenciado positivamente as mudanças na legislação dos outros fundos brasileiros.

Por sua vez, o entrevistado apontou, como um retrocesso neste processo democrático, quando, no momento de maior tensão no cenário da política brasileira que antecedeu a transição da “direita” para “esquerda”, a intervenção do governo peessedebista aprovou o “voto minerva” e quebrou a igualdade do poder das representatividades eleitas e indicadas. Tal situação, infelizmente, ainda não teria sido revertida.

O “aparelhamento” dos fundos de pensão tem sido um tema recorrente nas diversas mídias brasileiras e mundiais envolvendo instituições brasileiras, inclusive empresas ligadas a participação acionária da Previ. Para o entrevistado, o que existe na entidade é uma “ideologização” da disputa de poder entre representantes denominados “liberais” e “socialistas”, respectivamente, associados como “direita” e “esquerda”, apesar de ambos os partidos terem suas raízes ideológicas no “bem-estar” da social democracia europeia e serem impulsionados pelo sonho do consumo capitalista. Portanto, não considera que a entidade seja alvo de “aparelhamento”.

Na visão do entrevistado, na conquista político-democrática no Brasil, teria ocorrido uma mudança na disputa pelo poder, houve uma ruptura ideológica quando a luta deixou de

ser meramente por espaços democráticos e passou a se orientar pelo que ele qualifica de poder econômico. Se antes a luta por espaços democráticos era encabeçada pelo movimento estudantil e pela elite pensante da sociedade brasileira, no entanto, este movimento de cunho meramente ideológico, para se fortalecer e ganhar “voz” no país, teria se apoiado nos partidos políticos e no movimento sindical. A partir daí, partidos políticos, sindicatos e movimento estudantil passaram a se retroalimentar. Neste contexto capitalista da disputa de poderio econômico, que grandes corporações como Banco do Brasil, o fundo de pensão Previ, passaram a ser alvo de disputas e maior visibilidade no cenário político nacional.

A entidade hoje, segundo o entrevistado, é composta de pessoas ávidas por resultados imediatos e preocupadas em garantir votos na próxima eleição. Assim, a meritocracia burocrática muitas vezes é “descartável” e substituída por uma “política da pressa e da urgência”, um movimento da entidade que requer o atendimento tempestivo de interesses diversos. O processo de disputa pelo poder econômico vem sobrepondo-se à “meritocracia burocrática” nas instituições, repercutindo diretamente na mentalidade das entidades, especificamente na Previ, passando a valer cada vez mais o “poder econômico”.

Podemos depreender da entrevista, no que tange o contexto atual da entidade, que seu conteúdo confirmaria nossa hipótese de pesquisa: a mentalidade meritocrática pode sim ser corroída pelo poder de forças político-partidárias na entidade em prol da disputa pelo maior poderio, inclusive econômico.

## **6.8. Questões da entrevista 1**

Seguem-se as 12 questões elaboradas para a realização da entrevista realizada em 10 de outubro de 2016.

- 1) Sr. Militante, podemos dizer que você é um representante eleito com apoio do Partido dos Trabalhadores na Previ? Por quê? Em sua opinião, o que diferencia um representante petista eleito de outros representantes da Previ?
  
- 2) Como você avalia a participação da Previ e do Banco do Brasil no “financiamento” do projeto político-econômico dos partidos políticos no Brasil? Em sua avaliação, qual era o projeto petista para os fundos de pensão, especificamente, para a Previ? O que os participantes e assistidos da Previ ganharam com o projeto petista?

3) No Brasil, é corriqueiro o noticiário do uso das estatais e, conseqüentemente, de seus fundos de pensão a serviço dos interesses do governo federal. Durante o governo petista você considera que isto também ocorreu? E, no caso específico da Previ, durante a gestão do governo petista, isso foi diferente de governos anteriores? Por quê?

4) A mídia reiteradamente tem divulgado a existência de um “aparelhamento” das caixas de previdências pelo governo federal, inclusive durante o governo petista. Em sua opinião, o que justificaria esse “aparelhamento”? Ou seja, haveria alguma ideologia por trás de um projeto do governo federal em que “os fins justificariam os meios”?

5) E agora, com o PMDB no governo federal, em sua opinião, qual será a função das caixas de previdência? Será o financiamento de políticas do governo federal? Para você, o que muda na Previ com o governo “pemedebista” ou talvez futuramente um governo “peessedebista”?

6) De modo geral, você considera que o Partido dos Trabalhadores foi importante para o desenvolvimento econômico do país? Como isso teria refletido no resultado e no superávit da Previ durante o governo petista? Como você avalia a gestão petista para a Previ? Você considera que foi uma boa gestão para a Previ? Por quê?

7) Você é conhecedor da gestão da Previ há alguns anos. Como avalia a mentalidade dos trabalhadores do Banco do Brasil e da Previ? Existe um perfil diferente do trabalhador da Previ? O que a Previ espera de seus trabalhadores? E você, o que espera dos trabalhadores da Previ?

8) Na sua visão, na mentalidade dos trabalhadores da Previ existe o apoio ao projeto político-econômico de um partido a serviço do governo federal? Atualmente, você considera que há apoio dos trabalhadores da Previ ao projeto político do Partido dos Trabalhadores?

9) No primeiro semestre, a Diretoria Executiva divulgou o resultado da Previ em 2015 e tivemos ciência de um resultado negativo de 13 bilhões de reais. Na ocasião, a Diretoria sinalizou a possibilidade de contribuição adicional dos participantes e assistidos. Isso já ocorreu antes na história da Previ? Na sua avaliação, o que justificaria o último resultado

da Previ? Passados alguns anos, hoje, você considera que o Brasil e/ou a Previ teriam “surfado” na onda econômica do período 2007 a 2009?

10) Avaliando hoje os números da Previ e considerando o rateio de superávit ocorrido em 2010, fruto de um excedente de recursos, qual a sua opinião atual sobre essa decisão? Você acompanharia, hoje, a mesma decisão daquela tomada em 2010? E, naquela época, sua opinião seria diferente dos diretores? Por quê?

11) Podemos dizer que, se não houver mudança do cenário econômico e nos resultados da Previ, os recursos adicionais recebidos em forma de benefício especial temporário (BET), de redução da taxa de contribuição e de suspensão das contribuições por alguns anos, compensariam o valor que poderá vir a ser rateado referente ao “déficit” da Previ?

12) Enfim, você afirmaria que “política e gestão é uma boa combinação”? Por quê?

## **6.9. Relato da entrevista 1<sup>113</sup>**

### **6.9.1. Relevância do Partido dos Trabalhadores**

Solicitamos ao entrevistado que, de maneira geral, mencionasse, em sua avaliação, a importância do Partido dos Trabalhadores para o desenvolvimento econômico do país e como isso teria se refletido nos resultados da Previ. E também como avaliava o período da gestão petista na Previ. Para ele, o governo federal petista se preocupou com a promoção da ascensão social e o fortalecimento do crescimento da qualidade de vida das pessoas, para isso focou muito no setor produtivo e gerou consumo. Criou-se um círculo virtuoso, por exemplo, aumentando-se o número de pessoas consumindo alimentos, e isso aumentava os investimentos na área de alimentos e, por cadeia, aumentava-se o lucro dos investidores. Sequencialmente, com as pessoas bem alimentadas, passou-se a incentivar o consumo de bens da linha branca, automóveis, e a Previ, que estava em diversas áreas da economia, teve um ganho significativo com seus investimentos na economia real. Ele considera que no período de 2003 a 2012 teria ocorrido um crescimento efetivo do Brasil e um ganho exponencial para a Previ, porque praticamente todas as empresas das quais a entidade participava trouxeram resultados positivos. O superávit da Previ foi fruto deste modelo de economia do governo federal, que incentivou o consumo dos brasileiros; o crescimento do país era traduzido pela

---

<sup>113</sup> Esclarecemos ao leitor que, visando dar maior fluência ao conteúdo dos temas abordados, no relato da entrevista, optamos pela alteração da sequência das questões e por tratá-los em alguns blocos de temas.



maior capacidade de consumo e tudo isso contribuiria para a melhor qualidade de vida do brasileiro. Um modelo virtuoso que foi muito bom também para a Previ.

Questionamos se haveria um projeto petista para a Previ. Segundo ele, o projeto do partido não seria específico para a Previ, mas sim para o fortalecimento do modelo de fundos de pensão. Naquela época buscou-se criar fundos instituídos, mas esses não apresentaram resultado satisfatório, entretanto, o entrevistado acredita que a Funpresp (Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo) foi uma forma de instituir esse modelo.

### **6.9.2. Diferença entre representantes eleitos e indicados**

Perguntado sobre se haveria diferença entre representantes eleitos ou indicados com apoio da militância político-partidária e eleitos ou indicados sem esse apoio, o entrevistado ponderou que esses últimos conseguiriam se eleger para cargos representativos nos Órgãos Sociais da entidade. Primeiramente, ele ressalta que o modelo de governança da Previ teria sido construído por alguns militantes “orgânicos” do Partido dos Trabalhadores eleitos ou indicados em Órgãos Sociais da Previ. A partir de 2010, o entrevistado identifica uma diferença na composição da diretoria da Previ, que passa a ser composta por representantes não vinculados à militância partidária. Contudo, todos eles seriam oriundos do Banco do Brasil e, por isso, teriam a ética e responsabilidade social como valores. Na Previ teria sido possível mesclar um modelo de governança composto por representantes indicados mais ligados à “mentalidade BB”, isto é, ao modelo BB, e representantes eleitos ou indicados com uma “mentalidade sindical”, ligados à militância sindical e partidária. Os primeiros, vinculados ao BB, seriam ligados a funcionários ou grupo de funcionários de carreira no BB e não teriam envolvimento político-partidário; já os segundos seriam representantes com militância, que teriam lutado pela aprovação de estatutos e de bons acordos e teriam sido negociadores do conjunto de trabalhadores pertencentes ao movimento sindical.

Em 2014, afirma o entrevistado, teria ocorrido uma mudança na composição desse modelo de governança da Previ, pois foram eleitos alguns representantes de Órgãos Sociais, com um discurso “independente” e desvinculado do apoio partidário. No entanto, na prática, esses eleitos “independentes” seriam ligados a sindicatos vinculados à Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec), instituição esta que teria apoiado a ditadura militar e governos neoliberais no país. Tais candidatos “independentes” seriam, na avaliação do entrevistado, representantes que teriam compromisso distinto daqueles

representantes com origem na militância sindical, porque esses últimos teriam uma história de militância e seriam compromissados com a representação dos associados.

Para ele, esses candidatos eleitos que se autodenominaram “independentes” teriam recebido o apoio da Anabb, associação criada na década de 1980, época em que se pensou a criação no Brasil de sindicatos por empresas e não por categorias. A Anabb surgiu com o apoio de um ex-presidente do Banco do Brasil. O entrevistado lembra, ainda, que, no início da década de 1990, todos os funcionários do BB, em torno de 150 mil, foram inscritos automaticamente na Anabb, criada com o objetivo de defendê-los e cujo presidente à época era seu fundador, originário do movimento sindical de São Paulo vinculado à Contec. O apoio desse presidente em campanhas eleitorais na Previ foi e é, ainda hoje, afirma o entrevistado, específico para a promoção de pessoas ligadas ao seu grupo.

### **6.9.3. Ideologia da militância**

O entrevistado é militante do Partido dos Trabalhadores (PT). Questionamos se o Partido apoia candidatos a cargos representativos nas eleições da Previ. Segundo ele, o PT não apoiaria diretamente os candidatos a cargos eletivos, mas o fator determinante para a escolha do candidato às eleições a cargos em Órgãos Sociais seria a militância partidária, tendo em vista a experiência negocial e o relacionamento interno do candidato escolhido com pessoas ligadas ao Partido.

Questionado se hoje a militância seria mais ideológica do que partidária, ele concordou que sim, haja vista a situação atual dos partidos políticos do Brasil e, especificamente, o PT, que teria se afastado muito de suas origens e, por isso, seria hoje um partido mais ideológico do que partidário.

O entrevistado considera que o crescimento desorganizado do PT, a partir de 2008, época do segundo mandato do Presidente Lula, teria permitido que o país conjugasse na presidência um presidente trabalhista e liberal, e isso teria contribuído para que muitas pessoas oportunistas, embora descoladas da ideologia do Partido, se aproximassem. Mas, avalia que ficarão no PT somente as pessoas vinculadas ideologicamente ao Partido e, assim, será uma maneira deste retornar às suas origens.

Questionado quanto à diferença ideológica entre o grupo apoiado pela militância sindical e outro grupo, ele afirma haver uma nítida diferença ideológica entre eles. O grupo com apoio da Anabb teria interesses próprios a pequenos grupos e faria pequenas “benesses”, como se fosse uma “confraria”, visando a melhoria de salários e outros benefícios dos integrantes do grupo. Seria, segundo o entrevistado, uma pequena sociedade formada de

empresas que têm um “quinhão”: é monetarista, calcada numa espécie de “fisiologismo” – ideologia, portanto, diferente da militância sindical, pois esta visaria interesses de classe.

Quanto à pergunta sobre se a pauta ideológica entre esses dois sindicatos seria ou não muito clara, o entrevistado concorda que, sem sombra de dúvida, não é muito clara. Os próprios funcionários não conseguem diferenciar muito bem os sindicatos vinculados à ContrafCUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro/Central única dos Trabalhadores) e aqueles vinculados à Contec (Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito). Para os funcionários, tudo seria sindicato – principalmente aqueles que tomaram posse após a década de 1990, quando isso ficava mais evidente. Existiria hoje, após vários governos petistas, uma aversão natural a qualquer partido político e, para a população, político seria tudo igual e, por isso, nenhum seria confiável. Ele faz uma *mea culpa* do próprio ativismo político dos sindicatos da CUT, porque, de alguma forma, teriam contribuído para essa indistinção, pois em sua avaliação, os militantes do movimento sindical bancário teriam se misturado com o governismo do PT, ao que muitos chamavam em sua ação sindical de “governabilidade”. Ao mesmo tempo em que o militante tinha que defender um governo que o sindicato teria lutado para eleger, por outra, muitos militantes acharam que tudo se resolveria pelo peso da caneta de quem estava no poder, o PT, ficando assim, em segundo plano, a militância, as entidades de representação e organismos da sociedade. Seria como se tudo estivesse resolvido com a eleição de Lula à presidência da República. De acordo com o entrevistado, não foi como se a luta de classes tivesse acabado quando Lula foi eleito, mas, ao contrário, foi aí que essa luta se tornou mais “fraticida”, mais “louca”, porque, ao mesmo tempo em que se estava dentro do governo (governo esse que precisava governar para todos), a entidade também precisava lutar por seus direitos. Na avaliação dele, a resolução de todos os problemas não se daria via “cordão umbilical” com o PT, mas houve essa confusão da parte de muitos dirigentes sindicais.

Ao comentário de que essa situação seria ainda mais “fraticida” quando as empresas, os empresários, financiavam eleições e reeleições, o entrevistado argumentou que seria importante que existisse um financiamento oficial de campanha, porque hoje no modelo brasileiro as empresas elegem os políticos que elas têm interesse no governo. O retrato do Congresso é uma cópia fiel da realidade do que ocorre nas campanhas e, por isso mesmo, não é um extrato representativo da sociedade.

#### 6.9.4. Reeleição do diretor

Perguntamos a que o entrevistado atribuiria a recente eleição de um diretor com apoio de sindicalistas e militantes do PT em um momento tão crítico no país, e qual teria sido o fator de sucesso dessa campanha eleitoral. Ele atribui a dois fatores: primeiro, as pessoas que atacavam a campanha não tinham história de militância, estavam apenas cuidando de suas carreiras, eram aventureiras e faziam um discurso “antitudo”, afirmavam um não compromisso qualquer entidade de representação. O diretor eleito tinha uma raiz muito forte no movimento sindical vinculado à CUT e à CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) e, por isso o movimento teria “entrado de cabeça” na campanha, o que teria sido definitivo. Hoje, seriam em torno de 130 sindicatos no Brasil e a eleição mostrou que existiria ainda alguma credibilidade, mesmo no momento do o *impeachment* da presidente do Brasil, representante eleita com o apoio do PT. Existiria, hoje, segundo ele, uma imensidade de informações que as pessoas precisam digerir e a eleição ocorreu num momento em que estas começaram a ficar um pouco mais críticas, inclusive com o que ocorreria após uma sucessão presidencial.

O entrevistado foi questionado ainda sobre se o fato do histórico da militância associado a informações precisas sobre a Previ também teria influenciado na escolha daquele nome para a Diretoria e ele comenta que o referido diretor nunca negou sua origem, o PT, assim como sua militância, assim como de que lado estava quando precisou defender os trabalhadores do Banco do Brasil.

#### 6.9.5. Governança na entidade

Mesmo advertido quanto aos possíveis *lobbies* feitos por políticos favorecendo determinados negócios, o entrevistado comenta que os associados da Previ, principalmente os aposentados, são mais críticos e questionam sobre o modelo de governança da entidade. No entanto, ele acredita que o modelo vigente blindaria a Previ em relação a *lobbies* e negócios escusos. Em relação à empresa “Sete Brasil”, acusada de lavagem de dinheiro e propinas pela Operação Lava Jato, o entrevistado comenta que o fundamento era excelente, considerando-se o valor do barril de petróleo na época da análise técnica e que foi por isso, por ser um negócio viável, é que a entidade investiu naquela empresa. No entanto, quando foi requerido um novo aporte de capital, a análise técnica apontou riscos e alertou para a concentração de um valor elevado de recursos em um único investimento. Isso permitiu que a Previ não investisse mais recursos na empresa, enquanto outras apostaram no sucesso do pré-sal. Este caso exemplifica o modelo de governança vigente na entidade, nele não houve ingerência política, mas

prevaleceu a análise técnica. Sobre o modelo de governança praticado pela entidade, ele disse que com a vinda dos representantes do Banco do Brasil, esses eram mais técnicos, avaliavam tudo e reforçavam ainda mais esse modelo. E comentou ainda sobre a participação da Previ em leilões: segundo ele, quando a entidade não entra no negócio, muitas vezes este não se concretiza, o que corrobora a força dos investimentos da entidade. E esclareceu, ainda, sobre a empresa OAS, outra investigada pela Lava Jato, em que existe uma participação da Previ via empresa Invepar, que são negócios da década passada e, que agora, terão que ser revistos considerando-se todo o noticiário em torno da empresa.

E, para esclarecer sobre o financiamento de empresas envolvidas na Operação Lava Jato, o entrevistado comenta sobre a força da imprensa, o quarto poder no país, associando diretamente o PT à corrupção e à CUT, que abrigam pessoas de mau caráter. Ele cita o exemplo de uma notícia veiculada no jornal *Valor Econômico*, às vésperas das eleições da Previ em 2014, com dados suficientes para “plantar” fatos e informações inverídicas, repercutindo em outras mídias, bem como internamente no Banco do Brasil. Os efeitos da Lava Jato têm levado a um descrédito do trabalhador do Banco do Brasil, ativo ou aposentado, nas entidades de representação, bem como de seus representantes, e isso tem requerido um esclarecimento contínuo dos fatos noticiados pela mídia sobre a Previ.

Após este panorama geral do cenário político do país, alguns pontos da entrevista previamente elaborados foram retomados. Um deles versou sobre o modelo de fundos de pensão de longo prazo no governo petista e se teria existido um projeto especificamente em relação à Previ e, ainda, se os participantes e assistidos teriam ganhado algo na gestão petista. O entrevistado considera que o modelo de investimento de longo prazo dos fundos de pensão é fundamental não só para o Brasil, mas para o mundo. O PRI (Princípios de Investimentos Responsáveis) é um programa da ONU (Organização das Nações Unidas), do qual a Previ é signatária, mas muitas vezes o associado não consegue ter esta visão. Por isso, ele considera importante esclarecer aos milhares de participantes e associados, em todas as oportunidades – em viagens pelo Brasil –, procurando citar exemplos de investimentos da Previ mais próximos à realidade de cada associado, para mostrar o “recurso do trabalhador trabalhando para o trabalhador e trazendo de volta o recurso para o trabalhador”. Esse modelo de previdência complementar teria sido construído por figuras históricas do Partido dos Trabalhadores, políticos que defendiam e ainda defendem outra visão de fundos de pensão daquela existente até a década de 1990. Ele teria aprendido com algumas pessoas que participaram anteriormente da gestão da Previ, ex-presidente e ex-diretor, a mostrar para os associados e participantes em que está sendo investido seu dinheiro. O entrevistado considera que hoje o

trabalhador associado da Previ já começa a enxergar e entender que seu dinheiro está sendo utilizado em algo produtivo.

Segundo ele, a partir de 1997, os representantes eleitos começaram a divulgar esta visão dos investimentos da entidade, investimentos em infraestrutura para melhorar a qualidade de vida, a produção de alimentos, a mobilidade urbana, indústrias que geram empregos. O carioca e o paulistano talvez vejam isso de forma mais clara porque atestam no dia a dia a utilização destes recursos junto à população, seja via metrô, aeroporto, shopping center, rodovias etc. Ele considera que isso é um processo gradativo, mas crescente. Durante o primeiro governo do presidente Lula, isso foi muito evidente e o próprio modelo de governança da Abrapp (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar) defende que os investimentos devem ter ingerência na infraestrutura nacional.

Comentamos que até 1997 a Previ tinha então um perfil de investimentos mais conservador, e que, a partir daí, os investimentos foram sendo mais organizados e estruturados. Perguntamos, então, se esse momento de virada poderia ser correlacionado ao governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), já que foi a época também em que a Previ teria financiado o projeto do governo federal das privatizações ocorridas no Brasil, a exemplo da própria Vale do Rio Doce, uma empresa que, na opinião dele, não necessitaria ser privatizada. Para ele, a mudança ocorrida no desenvolvimento tecnológico do país, a partir de 1997, não seria uma virtude do governo “A” ou “B”, mas um processo, e que o Brasil não tinha como escapar deste cenário. Ele relata que começou a trabalhar muito cedo, com 10 anos de idade, aos 12 anos já tinha dois empregos e ingressou no Banco do Brasil com 14 anos, revelando conhecer bem de perto este contexto da mudança no país. Ponderamos o fato de que o advento da telefonia móvel teria trazido, tecnologicamente, a possibilidade de maior desenvolvimento, o que, sem sombra de dúvida, requeria um parque econômico em condições de fomentá-lo, portanto, o governo vigente à época teria fomentado o crescimento econômico no país.

Ao entrevistado foi perguntado sobre o uso dos fundos de pensão para os interesses do governo federal, inclusive durante a gestão petista. Em sua avaliação, ele considera que a questão da ingerência nos fundos de pensão não está relacionada ao governo petista, e sim ao usufruto de pessoas com outras intenções. Para ele, na Previ, não se pode falar de ingerência política durante o governo petista, mas durante os governos anteriores, referindo-se às privatizações no governo peessedebista, mais especificamente o período FHC. Ao contrário, a gestão petista teria desenvolvido um modelo de governança, a partir de 2003, que blindou a Previ.

Insistimos, ainda, se haveria algum tipo de “aparelhamento” das caixas de previdência pelo governo federal, inclusive no governo petista, mas o entrevistado acredita que as pessoas que estão na Previ vieram eleitas e com compromisso com o movimento sindical – mesmos outros eleitos que não vieram com esse compromisso, eram vistos por ele como como as pessoas indicadas pelo Banco do Brasil, funcionários de carreira e sem nenhuma ligação formal com partido político. Portanto, sobre esse ponto de vista, considera que não há o que se falar em ingerência política na Previ.

Adentramos na governança da Previ junto à Vale do Rio Doce, e ponderamos, com base em longa experiência em atendimento clínico, inclusive de funcionários da companhia, sobre a indicação de pessoas a cargos na empresa e na ausência de critérios para nomeações e que a política interna de pessoas não estaria solidamente orientada na meritocracia, já que pessoas produtivas eram preteridas pelas apadrinhadas. E, ainda, asseguramos que o nível de adoecimento – neurose – decorrente do ambiente de trabalho era enorme. O entrevistado, por sua vez, tem outra visão das políticas de pessoal da empresa, e, em sua avaliação, hoje, o mundo produtivo do trabalho não aceita pessoas improdutivas. Lembra-se de que, desde sua época de movimento sindical, era muito comum a queixa de perseguição por parte do trabalhador, mas que, via de regra, na maioria das vezes, o trabalhador era improdutivo e se vitimava. Ponderamos, a exemplo do mecanismo de recrutamento do Banco do Brasil, o TAO (Talentos e Oportunidades), uma excelente ferramenta, mas que se não for bem gerida pelos administradores poderá mesmo se voltar contra o trabalhador. Também se comentou que todos sabem o quanto o trabalho no Banco do Brasil é hoje um fator de adoecimento do trabalhador, e que muitos, apesar dessa condição, ainda são bastante produtivos, embora existam outros que, em decorrência da doença, deixam de ser produtivos. Voltamos, à questão central dos investimentos da Previ e, em resumo, o entrevistado considera que estes são de infraestrutura e os associados da Previ começam a perceber isso no seu dia a dia.

Sugerimos que seria importante que houvesse uma parceira da entidade com a Cassi (Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil), ou seja, que se providenciasse um estudo pormenorizado inter-relacionando os fatores de adoecimento e as condições político-partidárias na entidade. No contexto da presente pesquisa, embora o assunto fosse extremamente relevante, tal estudo não foi objeto de levantamento e análise de dados.

#### **6.9.6. Resultado da Previ**

Nessa altura da entrevista, mudamos o foco para um assunto muito presente, o resultado da Previ, já que no último ano foi apresentado um déficit de 13 bilhões de reais e a

possibilidade de contribuição adicional dos participantes e assistidos a partir de 2017. Como ele avaliaria esse resultado? Caberia afirmar que a Previ, assim como o Brasil, teriam surfado na onda econômica que vigorou entre 2007 e 2009? O entrevistado considera que a Previ já teria passado por outros momentos difíceis aproximadamente nos anos 2002 e 2003. Naquela época, o déficit, proporcionalmente, era maior do que o atual, mas a regulamentação era diferente e, por isso, não houve o equacionamento obrigatório como hoje está previsto. Sem dúvida, a economia teria trazido excelentes números para a Previ, garante o entrevistado. Em 2010, foi possível distribuir mais de 25 bilhões aos associados e ao Banco do Brasil. Para ele, o momento atual é de uma conjuntura econômica mundial desfavorável, um déficit conjuntural decorrente de um cenário mundial abalado. Os tempos do governo do Partido dos Trabalhadores no poder propiciaram maior diálogo com a sociedade e houve ainda um crescimento dos meios de comunicação e das redes sociais, que permitem a circulação de informação de forma mais rápida e acessível; houve uma maior democratização da informação, no entanto, nem sempre adequada.

Pedimos que avaliasse o momento da distribuição de recursos excedentes em 2010, de distribuição do superávit, olhando o atual cenário da Previ. Perguntamos: será que hoje a diretoria executiva tomaria a mesma decisão. O entrevistado responde prontamente com um “não”. E explica que a forma de distribuição de recursos não foi a mais didática; criou-se um valor mensal (20% do valor do benefício), por um período, e isso gerou uma dependência dos associados àquele BET (benefício especial temporário). Assim, ele considera que tal procedimento foi “deseducativo”, porque o associado incorporou este valor a seu orçamento. O que era temporário criou uma expectativa de permanência e quando foi encerrado trouxe muitos transtornos para a entidade. Para ele, daqui para a frente, se a Previ tiver excedentes, ele defenderia uma distribuição no máximo em quatro parcelas semestrais.

Perguntamos sobre o déficit previsto de ser rateado a partir de 2017, a título de contribuição adicional. Se considerássemos o valor excedente de 2010 distribuído, poderíamos afirmar que o montante que falta hoje é equivalente ao montante que sobrou em 2010, e que agora terá que ser distribuído? O entrevistado é taxativo em afirmar que a quantia do que falta em 2017, 3 bilhões, é muito inferior ao excedente de 2010, 25 bilhões. A previsão de contribuição adicional seria em torno de 1,3% até 1,5%, ao passo que o percentual de distribuição seria de 20%, portanto, muito distante. E ainda há a possibilidade de uma reação da economia mundial, de uma mudança no cenário e, conseqüentemente, nos resultados da Previ. Se isso ocorrer, a parcela extraordinária poderá ser suspensa. O entrevistado comenta ainda que o Plano 1 atingirá o ápice de pagamentos em meados de 2022-23. Mas discorda que



vai faltar, ou seja, o déficit, equivalente a cerca de 3 bilhões, levará a uma contribuição adicional proporcional a 1,3% ou 1,5%, portanto, é muito distante dos 20% distribuídos mês a mês. Ele considera que basta comparar 1,5% versus 20%, que veremos a diferença e, ainda, temos a perspectiva de o mundo voltar a andar, com melhores resultados e a suspensão da contribuição extraordinária. O entrevistado nos lembra, mais uma vez, que o Plano 1 estará totalmente maduro, com quase todos os associados com direito a aposentadoria – o ápice de compromissos será por volta de 2022-23. Quando olhamos os resultados de 2016, assegura ele, o Plano 1 está superavitário, 3 bilhões, e dependendo de alguns setores da economia poderá não ocorrer a contribuição extraordinária, reforçando, assim, que de fato é uma situação contingencial da economia.

#### **6.9.7. Futuro da Previ**

Oportunamente, perguntamos o entrevistado sua opinião sobre o futuro das caixas de previdência diante de um governo federal pemedebista ou peessedebista. A opinião dele indica que o Projeto de Lei (PLP) 268 é uma ingerência sobre o modelo de governança hoje vigente na Previ, modelo este considerado referência aos outros fundos de pensão. Vale lembrar que na PLP 268, a proposta seria trazer pessoas do mercado para dentro da administração da entidade, e aí sim, opina o entrevistado, ocorrerão possíveis nomeações políticas e ingerências do governo federal e, fatalmente, isto não fortaleceria as caixas de previdência no país – e ele cita o exemplo da ingerência ocorrida na Postalís (Instituto de Previdência Complementar). Assim, ele crê que o governo federal atual tenha um objetivo claro de ingerência e utilização de recursos dos fundos de pensão para financiamento de projetos não aderentes aos melhores resultados dos próprios fundos.

#### **6.9.8. Mentalidade Previ**

Por fim, solicitamos ao entrevistado que fizesse uma avaliação da mentalidade dos trabalhadores do Banco do Brasil e da Previ, destacando pontos que os diferenciassem e expondo sua expectativa de trabalho junto aos funcionários. Para ele, existe um perfil diferente do trabalhador da Previ e do Banco do Brasil. Embora com a mesma origem, aquele que trabalha na Previ passa a conhecer o funcionamento da entidade de forma distinta dos funcionários que estão no Banco do Brasil. O funcionário cedido à Previ passa a ter uma visão mais crítica do setor produtivo e se especializa em economia real, posição distinta de um “batedor de meta” como ocorre hoje com a média dos funcionários do BB. Nesse sentido, o funcionário da Previ desenvolve uma visão mais crítica e possui uma qualificação maior em

investimentos. Quanto ao funcionário que trabalha em seguridade, o recado é sempre no sentido de ter o olhar do associado, pois a Previ é uma entidade associativa e pertence aos trabalhadores do Banco do Brasil e não ao Banco do Brasil. Por isso é importante ter a visão de quem está do outro lado do atendimento e colocar-se no lugar dele.

Perguntamos se o entrevistado veria a mentalidade dos trabalhadores da Previ apoiando um projeto político-econômico de um partido a serviço do governo federal e se haveria apoio destes ao projeto político do PT. Na sua visão, as pessoas que trabalham na Previ são “massa crítica” bem considerável e reconhecem o quanto a política do Partido dos Trabalhadores foi favorável à Previ e com isso eles se tornam mais simpáticos ao PT, não como defensores do partido; também não aceitam qualquer política defendida pelo partido, mas são pessoas críticas e quando precisam dizer “não” assim o fazem.

Pedimos que esclarecesse um pouco mais sobre a mentalidade crítica dos trabalhadores da Previ, uma vez que estes estão submetidos a uma política de pessoas que permite o retorno imediato do trabalhador ao Banco do Brasil por interesse exclusivo do BB ou da Previ. Ou seja, haveria um receio do funcionário de se expor, de se indispor com a chefia e isso ser motivo de retorno imediato ao BB. O entrevistado considera que, aqueles funcionários que estão há mais tempo na Previ conseguem se contrapor a esse *status quo* por entenderem que a Previ é a garantia de um futuro mais digno. Segundo ele, é como se existisse uma briga interna em que o funcionário tem que defender sua sobrevivência e ao mesmo tempo a garantia de um futuro melhor. Portanto, existiria, sim, o medo de perder o cargo e as condições melhores de trabalho. Ainda assim, o entrevistado consegue perceber uma diferença de mentalidade entre aqueles que já estão há mais tempo na Previ e os novos funcionários. Aquele funcionário que está há mais tempo é mais crítico, se contrapõe, e é capaz de dizer “não”. Há aquele funcionário intermediário, que faz a crítica no corredor, no cafezinho. E aquele que chegou recentemente à entidade e acredita que vence na vida quem diz “sim” e vai concordar sempre com as propostas – esse último é preciso ficar mais atento. Segundo avaliação dele, um diretor não precisa de alguém que lhe diga sempre “sim”, ao contrário, ele precisa de alguém que saiba dizer “não”. Para ele, um diretor que quer pessoas que sempre digam “sim” não seria um bom diretor para a Previ. O entrevistado considera que essa massa crítica é construída ao longo do tempo, quando o funcionário percebe que aquilo que faz irá definir seu futuro e por isso precisa ter a capacidade de enfrentar, mesmo correndo riscos. Esta é uma maneira de não colocar em risco o futuro da entidade e, conseqüentemente, a própria sobrevivência.

Perguntamos se, em sua avaliação, o “estilo do diretor” influencia a mentalidade dos colaboradores. Ele acredita que sim, o “estilo do diretor” irá influenciar muito a mentalidade dos funcionários. Quando um diretor permite que o funcionário se manifeste e até se contraponha a ele, permite seu crescimento e fará uma gestão adequada. Por outro lado, aquele diretor que sempre quer ouvir o “sim”, termina favorecendo uma “pequenezização das pessoas”, uma “mediocrização”, levando pessoas com qualidades e capacidade crítica a começarem a fazer um trabalho medíocre e limitado à “entrega” somente do que lhe foi solicitado. O entrevistado não sabe dizer até que ponto “entregar” aquilo que é pedido é bom... mas assegura que, às vezes, o “não entregar” pode ser algo mais importante.

#### **6.9.9. Política e Gestão**

Por fim, perguntamos se “política e gestão seria uma boa combinação”. Ele acredita que sim, considerando política como se pautando pelos interesses dos diversos atores na definição de objetivos. Há ainda uma política e uma ideologia clara que definiria “o que se quer” e “onde se quer chegar”, uma visão mais de “esquerda” ou de “direita”, e a gestão deveria olhar com base naquilo que ela defende, seus ideais. Portanto, se as pessoas sabem a origem do dirigente, se sua ideologia é ou não de “esquerda”, se sua origem é do mundo do trabalho, se é do mundo sindical, as pessoas saberão que tipo de dirigente estará elegendo e qual o caminho que ele seguirá, qual ponto de vista ele defenderá. Portanto, o entrevistado considera adequada a combinação de política e gestão. Para ele, o difícil seria quando se tem um dirigente que faz um discurso diferente de sua prática e se diz sem compromisso partidário; sob esse ponto de vista, pode ser uma gestão perigosa, uma gestão temerária.

#### **6.10. Questões da entrevista 2**

Apresentamos, a seguir, as questões e o relato da entrevista, ressaltando que as questões abaixo foram previamente elaboradas e direcionadas ao entrevistado:

- 1) O que a Previ ganhou e perdeu com a influência de partidos e seus projetos político-econômicos? Como diferentes partidos utilizaram a Previ? Isso é positivo ou negativo?
- 2) Como o “aparelhamento” e interferência do PT se refletiu na política interna da Previ?

- 3) Como fica a meritocracia diante de pessoas que fazem carreira no sindicato? Como fica a meritocracia *versus* militância?
- 4) Qual a diferença entre um representante eleito como apoio do Partido dos Trabalhadores e outros representantes?
- 5) Qual a mentalidade dos funcionários/colaboradores da Previ?

De modo abrangente, iniciamos a entrevista situando que o contexto da pesquisa era tentar circunscrever a questão da meritocracia *versus* militância político-partidária. Pedimos, então, que o entrevistado identificasse ganhos e perdas com a influência de partidos e seus projetos político-econômicos, de que maneira os diferentes partidos teriam utilizado a Previ. E, ainda, de que forma a Previ teria se beneficiado disso; solicitamos que o entrevistado avaliasse esta influência.

## **6.11. Relato da entrevista 2<sup>114</sup>**

### **6.11.1. Um pouco de história política: do governo militar ao “neoliberal”**

Para situar o contexto econômico dos fundos de pensão, o entrevistado retomou períodos da nação brasileira sob a influência de diversas gestões e visões ideológicas.

O entrevistado tem uma tese muito particular sobre o papel das corporações no Brasil, a saber, empresas estatais, órgãos de governo e grandes empresas privadas. Na época da ditadura militar, em torno de, aproximadamente, 40% do PIB brasileiro concentrou-se nas estatais. O governo realizou a reestruturação das telefonias, da eletricidade, das rodovias; ou seja, os militares entraram na “onda nacionalista e de controle” e reformaram o Estado brasileiro criando ou reforçando as “Bras” (Portobras, Petrobras, Eletrobras, e outras), visando à modernização do país. Portanto, em 1985, em média, 50% do PIB brasileiro pertenciam às estatais brasileiras, enquanto as empresas nacionais e internacionais disputavam os outros 50%. Tal distribuição corroborou na pressão das multinacionais para compor os setores de telefonia, eletricidades, aeroportos, estradas, universidades, saúde e outros setores brasileiros.

As grandes corporações brasileiras eram compostas por funcionários públicos ou por estatais, todas com um modelo de estrutura muito similar e nas mãos dos militares com seu estilo “militarista” e “centralizador de poder”. Os trabalhadores dessas grandes corporações

---

<sup>114</sup> Esclarecemos ao leitor que, visando dar maior fluência ao conteúdo dos temas abordados, no relato da entrevista, optamos, novamente, pela alteração da sequência dos mesmos e por tratá-los em alguns blocos.

governamentais tinham benefícios diferenciados comparados aos demais trabalhadores brasileiros e foi, neste momento, que foram criados os fundos de pensão, um sistema de aposentadoria complementar.

Ele julga ter sido, mais ou menos no final da década de 1980 em São Paulo, que o político peemedebista, Sr. Franco Montoro, foi o primeiro governo de estado a patrocinar a representação de trabalhadores das estatais em cargo de diretor executivo, uma reforma de representação dos trabalhadores nas estatais paulistas. E, comenta, ainda que um político não requer ser tão de esquerda para implementar um projeto de participação pela via eleitoral ou fiscalização nos organismos de grandes corporações. Nesse contexto os militantes políticos e sindicais foram conquistando espaços de atuação e de poder dentro das corporações, através de representações eleitas (fiscais de restaurante, delegados sindicais, cipeiros, diretores sindicais etc.).

Mas, passadas décadas de modernização do Brasil pelo governo militar, a partir da década de 1990, iniciaram-se as privatizações das empresas brasileiras, exatamente quando o governo detinha um poder fenomenal em um dos maiores países do continente. A onda da política “neoliberal” passou a ser disseminada no Brasil, provavelmente, em decorrência de um processo de expansão do capitalismo mundial.

Na Previ, em 1997, especificamente, no governo do ex-presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, um político considerado “neoliberal”, realizou um acordo entre o Banco do Brasil e a entidade. Na época, havia um superávit na Previ de 11 bilhões de reais, 50% foi direcionado ao BB para quitação de dívida trabalhista junto ao fundo de pensão e os outros 50% foram direcionados em benefício dos associados. Tal acordo firmado possibilitou a ampliação da democratização da gestão do fundo com a anuência do governo federal de eleição direta de 50% dos representantes na Previ pelos trabalhadores. Isso foi bastante positivo para a entidade, houve o fortalecimento da atuação dos conselheiros na entidade e diretores executivos eleitos passaram a gerir cotidianamente o fundo de pensão. Foi, assim, que metade dos diretores e dos conselheiros consultivos e fiscais, passou a ser composto por eleição direta dos trabalhadores e ex-trabalhadores. Tal mudança ocorreu num cenário de incerteza e de um possível projeto do governo federal de privatização das estatais, por isso mesmo foi um “avanço democrático” a conquista de eleição de diretores e conselheiros em um momento tão delicado. Na prática, os representantes eleitos passaram a ter maior conhecimento da gestão administrativa interna do fundo, dos investimentos e dos planos de aposentadoria. Na sua percepção, neste contexto, teria ocorrido uma vitória dos trabalhadores e um recuo do governo Fernando Henrique, uma vez que a reforma da previdência aprovada

em 1998 só passou a vigorar em 2000, quando foram homologadas as Leis Complementares nº 108 e nº 109 regulamentando todos os fundos de pensão. Na sua visão, a nova regulamentação previdenciária no Brasil foi influenciada pela democracia implementada na Previ.

Neste sentido, o governo Fernando Henrique estendeu o modelo do processo democrático dos conselhos da Previ para todos os demais fundos privados e públicos brasileiros, com metade dos conselhos eleitos pelos associados, aumentando a capacidade de intervenção do trabalhador. A reforma da previdência complementar ocorreu concomitante a um contexto privatizante de crise das empresas e dos trabalhadores do setor público com demissões voluntárias, sob a ótica de um projeto de governo “neoliberal” tais mudanças teriam sido “negativas”, considerando-se que as Leis Complementares aprovadas caminharam no sentido contrário às privatizações. Tudo isso poderia parecer contraditório, mas, na prática, havia um processo democrático em curso no Brasil que permitiu maior poder e força de empresas que, inicialmente, fariam parte de um projeto de privatização.

Comentamos com o entrevistado que o governo federal também havia direcionado medidas cortando privilégios do servidor público em prol de melhor atendimento à população. E acrescentamos que, na realidade, as universidades federais, sendo “de esquerda radical” as reformas “neoliberais” do Fernando Henrique caíram muito “mal” porque exigiram que os pesquisadores trabalhassem mais; e deixaram clara a visão governista de que o funcionário público deveria servir aos interesses da população. Na visão do entrevistado, a reforma da educação teria trazido uma visão mais empresarial dentro das estruturas, com a avaliação de desempenho profissional, bônus por produtividade etc.; esclarecendo que, no contexto das reformas “neoliberais”, as “esquerdas” são sempre mais “nacionalistas”, mais “estatizantes”, ainda que, às vezes criticadas por serem mais “empreguistas”, mas, na prática, elas acabam fortalecendo grandes corporações.

O entrevistado confessa não ter dúvidas de que o governo Fernando Henrique teria dado inícios a coisas que talvez a “esquerda” não tivesse coragem ou tenha coragem de fazer. Citando, inclusive, outro exemplo democrático do governo federal, a criação de estrutura de conselhos (nacional de educação, municipal de educação), além de realizações nas áreas de saúde, nas agências regulatórias e a criação de mecanismos externos de fiscalização do poder público. Mas, segundo o entrevistado, houve um erro do governo federal, não sabe se ele não quis ou não teve força para efetivamente dar o poder de fato a esses conselhos, pois estes se transformaram em meros conselhos consultivos e sem poder de aprovação ou veto. Neste sentido, o governo Fernando Henrique seria considerado revolucionário se, realmente, tivesse

dado o devido poder aos conselhos com seus mecanismos de distribuição de mais poder social para militância nas organizações governamentais. Infelizmente, o governo do ex-presidente, Lula, poderia ter radicalizado este projeto de reforma dos conselhos e lhes dado o devido poder. No entanto, tais estruturas de fiscalização não foram democratizadas e perdemos a oportunidade de ter agentes organizados, uma “militância prestativa ao cidadão”.

O entrevistado considera que mecanismos como os conselhos, embora para muitos possam ser vistos como uma forma de “aparelhamento” eles significaram um avanço do ponto de vista da transparência, da fiscalização efetiva dos investimentos, dos ganhos, das conquistas, dos regulamentos. Para ele, se fizéssemos um balanço a partir de 1988, quando ocorreu o primeiro sistema de eleições no fundo de pensão Previ, e até o presente momento, com idas e vindas, sua avaliação é que conseguimos aumentar a participação dos trabalhadores e o saldo da balança é positivo.

Perguntamos ao entrevistado o que ele destacaria deste saldo positivo? O primeiro aspecto apontado foi o conhecimento do trabalhador sobre o próprio fundo, anteriormente, o associado achava que o fundo era coisa do Banco do Brasil, como se fosse o BB que pagasse sua aposentadoria. Desde então, houve maior conscientização do duplo patrocínio, inclusive na gestão da entidade. A Previ é de “propriedade do trabalhador”, ainda que o fundo seja copatrocinado. Na sua avaliação, se hoje perguntarmos aos associados eles responderão que a Previ é do trabalhador, isto é, “A Previ é nossa!”. Até mesmo um funcionário novo de empresa já tem esta consciência. Por isso, considera que na Previ, em comparação a outros fundos de pensão, esta consciência dos trabalhadores é muito maior.

O entrevistado destacou também um gesto pouco democrático do governo federal do então presidente Fernando Henrique. Em 2002, véspera de transição política no país, antes do governo “de esquerda” Lula assumir o poder, houve uma intervenção do governo federal na Previ. Na época foi institucionalizado o “voto minerva” a favor do “patrão”, do representante indicado pelo governo. Tal mecanismo implantado “quebrou a democracia” na entidade. Muito embora a entidade tenha passado por um “governo democrata popular”, com o então presidente Lula, não houve a restituição da democracia implementada na entidade e posto fim ao “voto minerva”.

### **6.11.2. Do movimento democrático ao movimento sindical**

O entrevistado comenta que o “movimento democrático” teria aflorado no Brasil por volta da década de 80. Os empregados das corporações, muitos deles originários de uma classe média mais intelectualizada ou mais escolarizada, oriundos de famílias que foram

perdendo o poder econômico e a influência política no cenário brasileiro. Estes empregados de classe média criaram mecanismos internos de participação para sustentar benefícios adquiridos. Com isso, essas corporações passaram a ser espaços de reivindicações e democracia, inclusive, com eleições de representantes em conselhos, órgãos de classes, comissões.

Considera que no início dos movimentos estudantis, existia realmente uma “disputa ideológica”, um movimento de “rua” sem poder econômico. A disputa não era pelo poder econômico, mas por espaços democráticos. Entretanto, quando o movimento estudantil sentiu necessidade de avançar, isto é, buscar mecanismos de divulgação (carro de som, telefone, dinheiro para viajar e para fazer propaganda), o movimento foi para dentro dos partidos políticos. Neste momento, houve uma tendência de criação de partidos, e, posteriormente, esses partidos adentraram nos sindicatos. Sempre com o objetivo de ampliar o orçamento e a capacidade de operação, já que a operação política é a conjugação de uma ideia somada à questão econômica. Mas foi exatamente neste ponto, que houve uma grande mudança no perfil dos movimentos estudantis. Se em determinado momento da história a disputa era apenas por espaços democráticos de maior liberdade de ação política, no entanto, os representantes políticos foram sendo eleitos para cargos de vereadores, deputados, prefeitos. Neste sentido, passou a existir o “aparelhamento” com o orçamento, ou seja, uma disputa vinculada ao dinheiro. Foi quando a luta saiu do “espaço democrático” e foi para a questão “econômica”.

Neste momento, passou a existir uma tensão com o empresário, que passou a se sentir ameaçado pelo poder de ganhos econômicos da classe trabalhadora trazidos pelo sindicato. Neste novo contexto, o sindicato ganhou maior poderio dentro do partido e passou a eleger diretores, conselheiros, inclusive na Previ, e, no país, elegeu representantes de todas as esferas, até chegar ao ponto culminante com a eleição do Lula.

Este preâmbulo narrado dos espaços democráticos foi trazido pelo entrevistado para acentuar que eles não foram inicialmente conquistados pela luta do “poder econômico”, mas foram genuinamente exercícios da democracia. Por sua vez, com o “poder econômico”, os espaços sindicais, associações e representações cresceram e fortaleceram o partido político e, estes, por sua vez, se retroalimentavam na política. Foi neste movimento de luta política que surgiu o Partido dos Trabalhadores que, após, 20 anos, conseguiu eleger o presidente da república. Isto é, o militante que ia para dentro do sindicato reforçava sua posição dentro da corporação e vice-versa, as posições se retroalimentavam, uma espécie de “espiral positiva” que funcionou muito bem durante uns 30 anos. No início deste período, as comunidades



eclesiais tiveram grande importância, mas a igreja foi perdendo seu papel no contexto social, ficando apenas os sindicatos e os partidos políticos. Alguns espaços foram desaparecendo e outros crescendo ou sendo mantidos, mas, fatalmente, aqueles que cresceram foram os que se fortaleceram na disputa do “poder econômico”. Assim, quando a disputa entrou nas corporações que tinham orçamento e que operavam no dia a dia, neste ponto, foi fácil fazer uma conexão do contexto em que o Banco do Brasil e a Previ entraram no circuito do “poder econômico”. Para o entrevistado, a velocidade do crescimento da democracia dentro da Previ foi proporcional ao crescimento do espaço democrático e lhe deu mais poder político.

Aproximadamente em 30 anos, o sindicato mudou o perfil, da disputa do “espaço democrático” pela disputa do “poder econômico”, no segundo sentido, a luta ficou mais “violenta” e “pesada” quando a “aliança democrática popular” atingiu “os aparelhos e mecanismos de poder”, o lugar do “poder econômico”.

### **6.11.3. Gestão petista e outros governos**

Quanto à gestão dos fundos de previdência, perguntamos ao entrevistado sua avaliação sobre o governo petista comparado a outros governos. Na visão dele, é bem claro que “não houve ‘aparelhamento’ partidário”, o que teria ocorrido é uma “ideologização da disputa”. Na sua percepção, o governo petista quando chegou ao poder, se comportou como “a direita”. No caso da Previ, os representantes indicados do governo que assumiram a entidade oriundos de um partido como PSDB ou DEM, ou representantes oriundos do PT ou do PC do B, ou de qualquer outro partido, até mesmo os representantes do sindicato, todos, ainda que de partidos distintos, nenhum deles defendeu interesses de seus partidos para tirar vantagens. No entanto, na Previ, fica bem clara a existência de dois campos de atuação; de um lado, pessoas com ideologias um pouco mais “liberais”, e, de outro, uma “esquerda” um pouco mais “socialista”. Tal cenário é similar ao que hoje ocorre na divisão do campo da política brasileira.

Questionamos, então, qual seria a ideologia “neoliberal”? Para o entrevistado, na sua visão, a parte mais representativa do governo neoliberal estaria mais associada ao pensamento ligado a uma ideologia do “bem-estar”, principalmente, os peessedebistas, vinculados à formação francesa e italiana; associando que a imigração desses países no Brasil teria influência da cultura de cooperativismo europeia. Alguns fundos americanos vinculados aos estados mais da costa oeste e canadenses teriam sofrido a influência desta cultura do “bem-estar” da social democracia europeia que traz a “participação popular”, o “cooperativismo” e o “fazer junto”. Perguntamos-lhe pelo outro lado, “de esquerda”. Na sua visão, paradoxalmente, ambos viriam da mesma raiz, ou seja, o “socialismo petista” e o

“neoliberalismo peessedebista” seriam originários da ideologia social democrática europeia e não da comunidade comunista ou estalinista, leninista da União Soviética. Um “esquerdismo” que se identifica com questões ligadas ao “bem-estar” e ao “sonho de consumo” capitalista. Perguntamos, então, qual seria a tensão se os partidos brasileiros citados são tão parecidos, ao que ele responde prontamente que a tensão se dá na “disputa econômica prática” e isso talvez explique porque o governo do Fernando Henrique não teria implementado o poder dos tais conselhos citados, provavelmente, porque ideologicamente isso o incomodava.

Na prática, a “disputa econômica” estaria no cerne da questão da privatização da educação, da medicina, da saúde; são questões que desde sempre incomodam laboratórios, indústrias de hospitais e serviços médicos, ou até mesmo, influenciaram a privatização universitária no Brasil. O “modelo capitalista brasileiro” é muito mais influenciado pelo modelo americano da costa leste, mais individualista e mais “*American way of life*”, e isto pode até levar à privatização radical da saúde, da educação. Assim como a abolição de todo benefício indireto no salário, isto é, nada de custeio, pois o mais importante é pagar um bom salário e o indivíduo que sobreviva com ele. Nesta perspectiva, no modelo capitalista americano, o indivíduo precisa adquirir no mercado tudo o que não está incluído em seu salário, saúde, previdência etc.

Quanto ao que se passa na realidade político-econômica brasileira, na visão do entrevistado, o empresariado influencia todos os governos, independente, do partido. No governo Fernando Henrique a aliança teria sido mais “de direita” e no governo Lula a aliança seria um pouco mais “de esquerda”, seria um pouco mais dividido, um pouco mais instável. Com a saída do ex-presidente Lula a, então presidente Dilma, não teria conseguido administrar a aliança do partido com os empresários, porque passou a existir muita “direita” dentro de seu governo, um desequilíbrio de forças, passou a ter muito empresário dentro do governo da Dilma. Para destacar a força do empresariado brasileiro, lembra que na época da candidatura do ex-presidente Lula ele precisou fazer previamente uma parceria, escolhendo um empresário para compor sua chapa, e, no ato de posse, fez uma “Carta aos Brasileiros” reafirmando seu compromisso com o empresariado. Na “disputa prática” o que ocorre é uma “neoliberalização”, tanto no governo peessedebista como petista. A propaganda do governo atual reforça o “estado do bem-estar”, o presidente da república interino, Sr. Michel Temer, segue a mesma linha discursiva de fazer tudo para melhorar a vida do brasileiro nos próximos anos. Mas, na verdade, as medidas facilitarão a privatização, o desemprego. Portanto, esse discurso do “bem-estar” seria uma tradição tanto da “direita” como da “esquerda”, e, por isso, o mesmo considera que “a tensão da disputa é prática e não ideológica”.

#### 6.11.4. “Disputa ideológica”

Para o entrevistado, no contexto atual do Brasil, se fala muito da oposição “direita” e “esquerda”, mas, comenta que antes do mandato do presidente Lula era a “direita” que estava no governo. Em sua visão, de forma geral, o ex-presidente Fernando Henrique é considerado de “direita” pelas parcerias que fez com Democratas, PMDB – e esta “direita” sempre esteve no governo; e a “esquerda”, das minorias opositoras, se apoiaram nos sindicatos para ter acesso a Previ e outras instituições. Apontando que a influência sempre se deu pela via eleitoral, pois até o governo Lula os sindicatos não tinham o poder de indicar pessoas nomeadas pelo governo. Apenas no período mais recente é que os sindicatos passaram a compor aliança com o governo e a desfrutar do poder de indicação de nomeados em postos de trabalho. A própria influência dos partidos teria se dado pela maior aproximação com os sindicatos, já que esses últimos têm sede, orçamento... Já os partidos de “direita” sempre usaram o próprio governo porque estavam afinados com ele – como por exemplo, as universidades, institutos, ministérios.

Ponderamos que, no geral, as universidades são de esquerda e refratárias à direita. O entrevistado comentou que a realidade do Rio de Janeiro pode ser distinta de outras capitais, pois há locais em que o governo pode nomear pessoas vinculadas às secretarias, ministérios. Os “burocratas” nomeados nos fundos de pensão poderiam sair de uma Secretaria da Fazenda ou do Planejamento, onde permaneciam por alguns anos e, com o que aprendiam, saíam em missões junto a entidades vinculadas ao governo.

A partir do governo petista, o entrevistado argumenta que foram nomeados sindicalistas e ex-sindicalistas, tanto aqueles que passaram um período no governo quanto aqueles eleitos. O ex-presidente da Previ seria um destes casos eleito e oriundo do sindicato. Ele comenta que também foi sindicalista por um período de mais ou menos de quatro anos, na década de 1990, e, posteriormente, suas ações foram sindicais, mas fora do sindicato, isto é, ele não tinha cargo no sindicato, por isso se considera uma exceção, porque é muito comum um militante continuar vinculado ao sindicato.

Para o entrevistado, ideologicamente, no Brasil, o governo sempre procurou atender interesses empresariais da elite, mesmo no governo de esquerda. No entanto, as pessoas advindas de associações, sindicatos ou de uma via mais de militância popular, passaram a fazer um contraponto e a defender as corporações. Mesmo na luta pela conquista de bons benefícios pode ocorrer de a negociação final não ter os resultados desejáveis. Portanto, não acredita em “aparelhamento”, mas sim numa “luta ideológica”. É neste sentido ideológico que sempre houve interferência na Previ. Seja através de regulamentos e de boas práticas,

interferindo positivamente na obtenção de bons resultados, não necessariamente financeiros e econômicos, mas, às vezes, através de reforma estatutária e dos benefícios aí advindos. O entrevistado avalia que a “luta ideológica” vai sempre existir, mesmos aqueles mais de “esquerda”, os mais democráticos populares, o que todos querem é vencer as eleições e ter acesso a postos, a cargos. Porém, o uso da entidade, do ponto de vista mais nefasto, isto é, da interferência negativa de uso do poder econômico ou do resultado financeiro, ou mesmo de desvio, roubo, corrupção, para ele isso não é usual na Previ.

#### **6.11.5. Meritocracia *versus* “aparelhamento” político-partidário**

O entrevistado tem ouvido as pessoas e a mídia falarem em “aparelhamento” no sentido negativo, assim como tem sido usado pela “direita” para referir-se à “esquerda”. Em sua opinião, o “aparelhamento” passou a ser visto como negativo, quando em tese, não deveria ser visto assim. Esclarece um pouco mais sua visão. Explica que quando alguém ganha o poder ele tem que administrar com sua “tropa de confiança”. Portanto, vê a profissionalização do aparelho do estado de forma muito positiva, citando inclusive as escolas de administração criadas nos governos recentes com o objetivo de dar perenidade ao estado mediante a qualidade da prestação de serviços e o bom uso das receitas públicas, independente da “esquerda” ou da “direita” ter assumido o poder. No entanto, vê um limite da escola de aperfeiçoamento técnico, pois ela trabalha para o “aparelho do estado” e este aparelho está sob o comando da política vigente e dentro dessa política é natural alternância de poder. Por isso, deve existir um ponto de corte abaixo do qual o “aparelho do estado” tem que ser “apolítico” para que o poder possa estar a serviço de qualquer poder político.

No entanto, existem cargos como de um diretor, de um presidente, que são cargos de “nomeação política” daquele que está na “política de plantão”. Neste ponto, marcamos para o entrevistado um problema, porque muitos quadros políticos não tem a necessária formação técnica para fazer um bom gerenciamento. Ao que ele argumenta que é preciso definir o ponto de corte do “aparelho do estado”, isto é, se será mais em cima ou mais embaixo na hierarquia, fazendo, inclusive, uma correlação entre política e ideologia, expondo sua opinião de que “as nomeações sempre são políticas porque elas são ideológicas”. Neste ponto da entrevista, trouxemos o exemplo da universidade federal em que os critérios requeridos pela comissão de validação de diplomas obtidos no exterior detinham um fluxo de aprovação até que, no governo Dilma, passou a ocorrer um tipo de pressão para revalidação, exatamente no momento em que houve um esvaziamento de professores qualificados decorrente de uma cisão dentro da universidade durante o governo petista. Na universidade, o pesquisador de

carreira mais forte intelectualmente foi para um lado e, os conselhos foram para outro lado, tornando a universidade vulnerável ao “aparelhamento” político.

O entrevistado se posiciona contrário ao uso indiscriminado da palavra “aparelhamento”. Para ele esta palavra tem sido usada num leque muito grande de significados e de oportunidades, por isso considera importante desmistificar um pouco seu uso. Acredita que aquele que é vitorioso e assume o poder tem que arrumar meios de implantar o projeto divulgado em sua campanha. Mesmo que ele não tenha definido quais são os cargos-chave e qual será o nível do ponto de corte que usará, mas em algum nível, aquele que tem o poder, terá que interferir para que seu projeto se operacionalize. No entanto, quando o “aparelhamento” se dissocia da questão do projeto, aí sim ele deve ser visto como negativo.

Ponderamos que a crítica ao “aparelhamento” do Partido dos Trabalhadores foi que à medida que o projeto de conservação no poder foi se mantendo o partido perdeu-se neste “aparelhamento”. O entrevistado concorda que isso tenha ocorrido com o PT e pode ocorrer com qualquer outro partido que dispute a permanência no poder. Reforçando sua posição de que aquele que detém o poder precisa executar seu projeto e para isso deve existir algum nível de “aparelhamento”. Porque existem preferências por pessoas que consigam executar o seu projeto.

Como estávamos pesquisando a questão da meritocracia *versus* militância, perguntamos-lhe se em determinados cargos ele usaria a meritocracia, no entanto, a partir de um determinado nível, não seria possível a meritocracia? O entrevistado esclarece que a meritocracia é perfeitamente viável até o nível em que ela defende valores absolutamente reconhecidos, citando, por exemplo, a condição de um diretor de uma comissão de validação de diplomas. Se existem critérios e uma prática reconhecida pelos benefícios oriundos ao sistema, neste caso, até o último nível da comissão poderia ser escolhido pela meritocracia. Porque aí, não há juízo de valor e o profissional vai administrar uma prática já conhecida. Mas, quando se trata de uma urgência do governo, por exemplo, diplomação dos médicos cubanos, o governo tem pressa porque ele poderá estar num processo interno de disputa com o sistema privado de planos de saúde, os motivos do governo podem ser variados. Mas, o fato é que a urgência pode ser porque o governo tem que travar uma disputa política, e aí, ele pode autorizar exceção e se posicionar contrário à demora da tradição da comissão da validação de diplomas para resolver um problema de saúde pública emergencial no país. Nesse caso, a ordem vem do político mais poderoso e se troca os responsáveis pela comissão validadora de diplomas. Esse é um exemplo de um mau “aparelhamento”, ou seja, quando eu uso

mecanismos para manter o controle da situação aí temos um tipo de “aparelhamento” negativo. O entrevistado nos esclarece que o local da disputa política tem que acontecer no lugar certo, ainda que tenha reflexos, ainda que seja um “estupro”, mesmo que depois da disputa ocorra a troca da comissão de validação de diplomas, depois de resolvida a disputa, mas a hora é de resolução da urgência. Quando a burocracia não interessa a esfera em que ocorra a disputa de poder, poderá ser votada uma lei que obrigue determinadas medidas, inclusive para que a comissão mude seus parâmetros. A lei, segundo o entrevistado, “a lei pode tudo!”. Ainda que a universidade tenha autonomia, mesmo que seja lenta, mas a reforma legal poderá chegar até a comissão. Ponderamos que existe também um tipo de “aparelhamento” subliminar que vem através de pressões, boatos, notícias. Por exemplo, na universidade, isso ocorre com ameaças de corte de bolsas, perda de nota, são ameaças “veladas”, isso é uma espécie de “aparelhamento” que ninguém explicita formalmente estas ameaças.

Neste ponto da entrevista, o entrevistado comenta que o estado, o aparelho de estado e as grandes corporações, só funcionam se houver uma estruturação objetiva através de regras, normas e tal. A obediência a um determinado estado de direito passa por aí, pela organização do aparelho do estado, é por aí que expõe sua avaliação sobre a regulação da meritocracia. Para ele, a meritocracia precisa ser regulada; a questão é definir até onde vale a meritocracia ou vale mais o poder político. Afinal, este era o ponto crucial de nossa pesquisa: meritocracia *versus* política partidária. Ele complementa seu raciocínio se perguntando até que ponto a meritocracia teria uma espécie de autonomia?!

#### **6.11.6. Meritocracia *versus* poder econômico**

O entrevistado esclarece que quando há troca do poder político, o próprio conceito de poder público, ou o melhor uso do recurso público, entra em questão, porque é aí que se trava a disputa política. A disputa do poder político não se daria só na base do diletantismo, mas sim porque alguém tem o poder econômico e, por isso, decide quem vai e quem não vai trabalhar, e quanto ganha ou deixa de ganhar. Em síntese, o poder econômico que está na disputa política. Portanto, esse poder não seria da meritocracia que é burocrática. Para um administrador de uma empresa, corporação ou estado, não é possível deixar somente a cargo da pessoa meritocrática para decidir, mas será o dono do poder econômico. E conclui: “Essa é uma disputa política. Essa é a natureza da disputa em questão essa é a principal disputa do ser humano, pelo menos no mundo capitalista ocidental que a gente vive”. Tudo isso ocorreria porque o objetivo é a interferência negativa na “máquina administrativa”, com nomeações,

destituições, favorecendo o “quintal” e não o estado ou o bem público. Ou seja, “rebaixando-se o nível da meritocracia e aumentando-se o poder do “DAS”, o poder político da nomeação, da livre nomeação”. Por sua vez, a luta de quem defende a burocracia meritocrática quer subir seu nível e reduzir o nível “DAS”, isto é, aumentar o espaço da meritocracia.

Entretanto, existe um ponto de tensão: para aumentar a meritocracia é preciso reduzir a influência política e, ao contrário, também, para aumentar a influência política é preciso reduzir o poder da meritocracia. Assim, o que está em disputa para o aumento do espaço da meritocracia é situar o poder em questão, o poder do mérito *versus* o poder econômico. O entrevistado aponta ainda outro aspecto: é preciso definir quais são os poderes da burocracia meritocrática de arbitrar questões de mudança de cargo, de maior remuneração, uma vez que quem está no nível acima, no “DAS”, não quer ceder o poder para quem está no nível abaixo, o da meritocracia.

Portanto, para o entrevistado, existe um “componente ideológico” na escolha, primeiro, daqueles “mais confiáveis”, designados pela execução do projeto político e econômico. Aquele representante “eleito” deverá criar meios para executar seu projeto. Ele também precisa atuar juntamente com outros administradores na condução do projeto, e isso requer unidade para caminhar em prol de um determinado objetivo. Neste sentido, citamos o entrevistado, “o poder é utilitário, o poder ele não é o poder pelo poder, ele é utilitário [...], porque o poder existe para disputar qual vai ser o tamanho do quinhão...”. Perguntamos, então, como fica a meritocracia? A onde vai parar a meritocracia? A resposta segue textualmente abaixo:

A disputa da meritocracia com a política é sempre no sentido de que a política quer aumentar o seu poder de influenciar mergulhando mais na máquina, ou seja, atingindo cargos cada vez menores com seu poder de discricionariedade política. E a meritocracia está no sentido contrário, no sentido de proteger da disputa política, um certo funcionamento normal da máquina que também é utilitário e está a serviço do bem público, do bem comum ou do poder dos donos dos associados.

Destaco na citação acima que fica explícito o poder travado dentro da entidade Previ, a disputa da meritocracia com o poder político, no caso, político-partidário.

Para o entrevistado, há momentos em que a “burocracia meritocrática” tem uma visão distinta do que é bom para o associado em relação a quem está no poder, seja um representante eleito pelo próprio associado ou um indicado pelo governo federal. Neste momento atual na entidade, existe uma diferença ideológica de distribuição do “quinhão” com a meritocracia que já estava presente na entidade. Por isso, ocorre um “luta sangrenta” porque

o poder político ele vai “arrebentando” a meritocracia que está embaixo para aumentar seu poder e diminuir o da meritocracia. O objetivo, citando-o, é “aumentar a influência política para condução das máquinas de direção do poder que está no posto em cima”.

Ponderamos com o entrevistado que, às vezes, é muito bom mexer com a burocracia engessada em defesa do interesse profissional na corporação, quando a burocracia que deveria ser meritocrática ela, ao contrário, não faz jus ao próprio nome. Mas o que pudemos depreender do seu discurso é que de fato o poder político vem para quebrar o engessamento burocrático e isso pode ser muito bom. Porém, o problema é quando o poder público vem para deformar a máquina a serviço de interesses que não coincidem com o público, mesmo tendo sido eleito ou indicado para isso, pois nem sempre o poder político se mostra defensor do interesse público.

#### **6.11.7. “Burocracia meritocrática” versus “Política da urgência e da pressa”**

Para o entrevistado temos que ponderar a existência de um componente que é “o tempo da urgência”, quando o poder político encontra uma resistência, uma “camisa de força” na corporação, quando o vencedor da disputa, eleito ou indicado, pensa que não irá conseguir implantar o seu programa porque essa “burocracia meritocrática”, ainda que meritocrática, ela está tão fechada que o sentimento é que não haverá tempo hábil para agir. Se a administração seguir um determinado ritmo burocrático, mais lento, ela será atropelada pela urgência. Nesse caso, resta o atropelo da administração, valendo-se da política e quem está no poder “prende e arrebenta”, por exemplo, manda a pesquisadora embora! Ponderamos, chegamos ao ponto de desligamento da pesquisadora da Previ. Ao que o entrevistado comenta que, nesse caso do retorno da funcionária e pesquisadora, a suposição é que não se optou por esperar nem pela sua aposentadoria, nem pela negociação com o sindicato, sequer se conversou com a funcionária, apenas, citando o entrevistado: “Chegou e mandou a funcionária arrumar suas coisas e ir embora, simplesmente porque não a querem mais”. Isso pode ser uma forma “tosca”, mas realizada pela premência da urgência daquele que tem o poder. Perguntamos, neste exemplo da funcionária e pesquisadora, qual seria a urgência? A resposta dada foi que seria da urgência de uma diretora tentando melhorar sua imagem em processo de desgaste e derrotas, de projetos morosos de implantação, de um poder se corroendo rapidamente e de uma “perda de brilho muito rápida”. E questionamos, ainda, o que se ganhava com tais medidas? Para o entrevistado, o ganho pode ser de colocar outra pessoa no lugar da funcionária e pesquisadora, assim como, pode ser uma forma de demonstrar força: “Quem manda aqui sou eu!” ou, ainda, “Eu tenho a força!”.



Perguntamos, ainda, se haveria a hipótese da pesquisa está incomodando, inclusive com a realização de entrevista? O entrevistado esclarece, citamos: “A pesquisa também, mas estava-se desmontando uma cultura de seleção de pessoas, uma cultura de respeito, de transparência nos processos”, esses processos vinham sendo atropelados e na presença daquela pessoa que havia ajudado a construí-los, e aí diante da urgência, toma-se uma decisão de não continuar com essa determinada funcionária. “Uma testemunha viva do meu descalabro!”. Tirar a pesquisadora da área foi uma forma de tirar a testemunha do que foi construído anteriormente. Mas, indagamos, ainda, qual seria a urgência? Para o entrevistado a diretora poderia ter feito isso operando num espaço certo, num tempo certo, via uma reestruturação da área que não atingisse apenas uma funcionária que não ficasse caracterizado o sentido pessoal. Ponderamos, ainda, se a questão era ideológica, não seria razoável que a decisão passasse por toda a diretoria explicitando as diferenças entre as propostas anteriores e as atuais, de uma forma bem transparente. Ao que o entrevistado comenta que infelizmente, “existem coisas que não são confessáveis” e, neste ponto acrescentamos que quando as coisas não são confessáveis não podemos aceitar que se trata de um poder legítimo e eleito, representativo. O entrevistado complementa, que este tipo de poder é um “estupro” premido pelo tempo, pela urgência que pode ser legítima ou ilegítima, correta ou não do ponto de vista da moral, mas urgente. E complementa: “O poder político, quando ele tem o tempo suficiente e a operação nas esferas do poder que ele necessita, ele realiza as mudanças nessa corporação meritocrática de uma forma menos violenta, que pareça mais burocrática, mais aceitável, de forma digerível”. Por exemplo, realiza um plano de demissão voluntária e paga a saída das pessoas. Da parte das entrevistadoras, ainda pairava a dúvida de qual era realmente a resistência da funcionária pesquisadora; expomos que não se tratava de questionar o fato de que todo poder político tem que aparelhar-se, colocar pessoas que possam contribuir com determinado projeto, mas, ainda faltava uma lógica nesta história do retorno da funcionária e pesquisadora. O entrevistado confessa com pesar e tristeza o que se passa hoje na Previ. Citamos abaixo:

O tempo hoje coincide com um momento de pessoas de um nível muito baixo de conhecimento e de aderência a coisas sofisticadas do ponto de vista de RH. As cabeças de bagre chegaram ao poder! Por uma via ou por outra, não importa, mas os tempos são tempos de cabeças de bagre! Então, as cabeças de bagre, elas têm medo de coisas sofisticadas, porque essas coisas sofisticadas pressupõem valores estáveis, democracia, respeito, uma série de coisas que são positivas, mas que essas pessoas aparecem como negativas porque atrapalham a vida deles, atrapalha a pressa, a premência, a urgência que eles necessitam.

Destacamos o significante “urgência de ganhar” seja pela via do “poder econômico” seja pela via do “poder de influenciar”. O entrevistado retoma seu pensamento sobre a mudança ideológica como algo natural, para a “direita” ou para a “esquerda” ou para o “centro”, a partir dessas mudanças ideológicas, a questão é saber se a mudança será humana, se será justa, no tempo razoável, se vai respeitar os direitos. Quanto à mudança o entrevistado tem a seguinte posição:

A mudança em si ela é positiva; para uns é positiva e para outros é negativa, independente de uns e outros serem maioria ou minoria, mas pode ocorrer de minorias perdendo e majorias ganhando, mas alguém vai ganhar e vai perder, porque qualquer disputa política é uma arbitragem de bens, benefícios, de direitos.

Comentamos que na psicanálise usamos o termo “política de gozo”, política de quem ganha, de quem perde. O entrevistado complementa que, quanto às mudanças, o tempo é quem determinará se elas são mais “selvagens” ou mais “civilizadas”, mas elas ocorrerão.

#### **6.11.8. Mentalidade Previ**

Para concluir pedimos ao entrevistado que expusesse de forma mais específica sobre a mentalidade da Previ descrita por ele como “cabeças-de-bagre”, ou seja, a mentalidade hoje predominante na entidade. Citamos abaixo:

A cabeça de bagre é aquele que acha que sabe, mas ele nem percebe o que ele não sabe. Já que as estruturas que em tese estariam, sua razão de existir é o bem comum, o interesse dos associados, indiretamente seja da sociedade uma vez que a Previ acumula muito patrimônio e age no mundo.

Para o entrevistado, a Previ considera que o associado é a razão de existir da entidade, além de um espaço de recrutamento de profissionais pelo Banco do Brasil. Por meio da ação no meio social, a entidade, se bem conduzida, patrocina mudanças positivas no mundo, nesse sentido, o bem comum é o que deveria e deve sempre nortear a ação de quem está na direção. No entanto, é usual que cada administrador que tome posse na entidade tenha um conhecimento, uma visão e um sentimento em relação ao “bem comum”, alguns são mais e outros menos aperfeiçoados. É sempre uma mistura de aprimorados e poucos aprimorados, e, infelizmente, identifica o momento atual dos menos aprimorados e, por isso, são tempos de uma intervenção mais dura quando comparado aos outros tempos. Na sua visão, o cenário brasileiro atual é de lugares marcados pela “contaminação da negatividade” e isso ocorre do governo para os empresários, dos empresários para os fundos de pensão e destes para os

sindicatos. Uma negatividade que se espalha. Portanto, o entrevistado acredita que o dirigente hoje da Previ está na premência de mostrar serviço e isso ocorre também no governo, no Supremo Tribunal Federal (STF). O governante sente que a “chapa está quente” e que ele precisa ficar esperto, porque se a imagem dele não estiver boa ele será o primeiro a “dançar” e não vai conseguir se reeleger, ou não será nomeado ou poderá ser demitido ou sofrer algum tipo de processo. A “chapa quente” é diferente da “chapa um pouco quente” esta segunda é desejável para manter a pessoa ligada.

Mas, quando a chapa está quente demais “o cara” gasta 24 horas do tempo tentando sobreviver no posto e tentando garantir a continuidade no próprio posto. E para isso ele tem que agenciar demandas do quintal, ele tem que atender no geral um sentimento às vezes ruim do associado já que a preocupação do associado é com seu bem-estar, ele não está pensando no Banco do Brasil e muito menos na sociedade.

O entrevistado se questiona sobre esse sentimento do associado de preocupar-se exclusivamente com o seu bem-estar, ao qual não acredita ser bom, mas, por isso aquele que está no poder precisa arbitrar com esse sentimento, não descuidar dos interesses dos associados, mas também precisa pensar na sobrevivência da relação com o Banco do Brasil e com a sociedade. “Mas quando você tem cabeças de bagre no poder, eles não arbitram, eles ficam reféns”. Colocamos, então, que esta definição responde à questão de que o problema é para “além do poder econômico” o problema é de “sobrevivencialismo”. O entrevistado concorda que a questão é de “sobrevivência” e pode ser do “poder econômico” no sentido negativo quando se usa ele para responder rapidamente e aí o risco de errar é muito grande.

Mais uma vez destacamos a questão da urgência e da pressa muitas vezes comparecem no cenário político da pior maneira e que isso, muitas vezes, contrasta com a inércia da burocracia. Já que a burocracia mais ou menos meritocrática ela tende a uma lentidão, faltando conjugar com a urgência e a pressa. Nesse sentido, a política é boa porque ela vem da urgência e da pressa, por sua vez, frequentemente, ela atropela a qualidade dos processos baseados no mérito. Então, talvez a discussão sobre a mentalidade devesse girar em torno desse ponto de chegada, onde a questão do “poder econômico”, que é a questão crucial, Marx falava isso da propriedade dos bens de produção. O entrevistado complementa: “Eu chamo isso de tamanho do quinhão e para quem vai o quinhão”. Ponderamos que no limite isso que é estrutural não é maléfico, faz parte do jogo, o problema é quando essas “cabeças de bagre” com sua urgência e sua insegurança “quando os ratos tomam conta da cozinha” aí a situação fica realmente muito difícil. O entrevistado acrescenta ainda:

Porque, em geral, o poder necessita de uma certa estabilidade e de uma certa definição correta, de tamanho, de poder. O poder quando ele está com essas condições ele pode ser muito benéfico, mas pode ser negativo se estiver num mal momento; ele é produtivo porque você sai um pouco da disputa do poder e passa a operar no mundo da realidade. Agora, se a disputa do poder está muito insegura, se está muito intranquila, se a chapa está muito quente aí a operação no mundo da realidade é muito confusa.

Finalizando, ponderamos que essa é uma boa definição do momento político: a “chapa está quente”, não só na Previ, mas no cenário político, no judiciário e no legislativo brasileiro. Avaliamos muito positivamente o resultado da entrevista por ter dados elementos concretos de uma prática na entidade que reforça a política da “pressa e da urgência”, solapando a “meritocracia burocrática” da Previ.

## 6.12. Considerações finais

Para pensar o trabalho no Brasil e, conseqüentemente, na entidade, é preciso que o situemos na pós-modernidade e isso implica colocar em questão a retórica marxista da luta de classes diante de um mercado globalizado e uma economia bem mais complexa, um economia real, e pensar se, ainda hoje, seria possível garantir emprego de uns e de outros na sociedade capitalista. Politicamente, ainda vigora no mundo ocidental, a lógica da “esquerda” versus “direita”, mas hoje, no contexto atual, essa dualidade interessaria a quem, ou melhor, seria o oportunismo de uns, isto é, serviria à defesa de uns contra o interesse do coletivo, a proteção de uns em detrimento de outros.

A título de ilustração, traremos para reflexão, um comentário de Aron (2016), ainda que sem a merecida contextualização que o pensamento do autor requer, ao expor sobre a esquerda no capítulo intitulado: “O mito da esquerda” que compõe sua obra *O ópio dos intelectuais*. “A esquerda pede igualdade enquanto está na oposição e enquanto os capitalistas produzem a riqueza, mas no dia em que chega ao poder, passa também a precisar conciliar a necessidade de produção máxima com a preocupação igualitária (p.33-34)”. E complementa:

Nos diversos países ocidentais, os diversos sentidos da oposição direita/esquerda – que distinguimos por necessidade de análise – estão presentes, em maior ou menor grau. Em toda parte a esquerda conserva alguns traços característicos da luta contra o Antigo Regime; em toda parte ela é marcada pela preocupação com programas sociais, com o pleno emprego, com a nacionalização dos meios de produção. Em toda parte ela aparece comprometida com os rigores do totalitarismo stalinista, o qual se diz seu seguidor, uma afirmação que a própria esquerda não ousa negar totalmente. Mas há diferenças extremas entre os países em que esses significados se misturam inextricavelmente e aqueles em que um significado conduz os debates e a formação das frentes de combate. (ARON, 2016, p.36)

Pensando no Brasil, na Previ, o que diferenciaria hoje a esquerda da direita, se tal distinção parece ter caído por terra na gestão petista e, especificamente, nos últimos mandatos do governo federal, quando o PT elegeu um vice-presidente vinculado ao PMDB, e esse, recentemente, assumiu o governo, quiçá orquestrando o processo de *impeachment* de sua companheira de chapa, a ex-presidente da República.

Cabe lembrar que, há 30 anos, o Partido dos Trabalhadores foi ideologicamente criado como uma entidade de “esquerda”! No entanto, quando chegou ao poder, forças interiores ao próprio partido o teriam afastado de sua proposta original, da luta histórica contrária ao neoliberalismo, distanciando-o assim de suas origens. Poderíamos supor que ocorreu um fascínio dos petistas pelo enriquecimento e o poderio da ascensão do partido. O projeto petista “populista” para o Brasil seria um ataque à ordem pública e ao processo democrático, já que, desde sua origem, tentou conjugar democracia e socialismo no país? Sabemos que o proselitismo político teria iniciado na era governista peessedebista de FHC, mas a militância política, no caso petista, teria também, dentre outros partidos políticos, se “apoderado” do “capital político”. O conceito de “capital político” foi extraído da Sociologia de Pierre Bourdieu (*apud* MIGUEL, 2003):

Ele indica o reconhecimento social que permite que alguns indivíduos, mais do que outros, sejam aceitos como atores políticos e, portanto, capazes de agir politicamente. Se a palavra não houvesse sido tão mal-gasta, poder-se-ia dizer que capital político e carreira política estabelecem entre si uma relação dialética. É necessário capital para avançar na carreira, ao mesmo tempo em que a ocupação de cargos mais elevados na hierarquia do campo político representa uma ampliação do capital. (MIGUEL, 2003, p.1)

Mas, o “capital político”, quando a serviço de grupos de interesse poderia ser visto como contrário à meritocracia, ou, ainda, uma ameaça à democracia e se faria presente na contemporaneidade no novo mal-estar do trabalhador. Podemos supor que em uma empresa que padece da influência do governo federal e, conseqüentemente, da influência política, esse “capital político” seria uma nova competência, assim como fator de mal-estar laboral para aqueles que não o detêm ou estão por eles submetidos. Hoje, o atual cenário da política brasileira é miscigenado pelas mais diversas composições partidárias, o que nos permite supor a existência de um “nepotismo partidário” ligando pessoas a grupos de interesse, grupos ideológicos e grupos de entidades representativas de diversos segmentos da sociedade. A Previ seria assim um caso exemplar desse “nepotismo”?

O que pudemos depreender de nossa experiência de quase uma década na Previ é que lá vigoraram e vigoram práticas políticas combinadas com práticas autoritárias e antidemocráticas, as quais submergem o mérito pessoal em favor de interesses de grupos de apoio para composições de chapas e eleições de representantes, abarcando, inclusive, a mais alta esfera institucional.

Na condição de pesquisadora e sujeito que interroga as práticas institucionais, a principal questão que me inquietaria seria a seguinte: como de fato manter a entidade no cumprimento de sua missão permitindo que a voz técnica seja preponderante em meio a tantas vozes políticas que permeiam o ambiente corporativo? Neste contexto, claramente marcado pelo “capital político”, seria esse capital preponderante em relação à meritocracia e garantiria hoje o nascimento, e/ou o crescimento, a sobrevivência e a morte dos colaboradores e representantes da Previ. Afinal, tendemos a ver que a Previ “Maravilhosa” seria o reino dominado pela mentalidade “política”, “militante”, “partidária” e maioria de comandados com mentalidade “apolítica”, “não militante” e “apartidária”. A entidade seria um espaço por excelência de uma cadeia discursiva alimentada por uma retórica populista que poderia sobrepor-se à mentalidade “democrática” e colocaria o trabalhador na condição de “objeto” e não de “sujeito”. Também é provável que o exercício democrático instalado no passado na entidade sustentaria um lugar para alguns trabalhadores mais questionadores e menos submetidos ao poderio econômico. É possível aventar, ainda, que a mentalidade da “esperteza”, do “jeitinho” dos colaboradores reforçaria a mentalidade “medíocre”, razão da sobrevivência de tantos na entidade.

Haveria, também, uma retórica que distorceria práticas institucionais, pequenas “mentiras deslavadas”, que atenderiam interesses de grupos políticos ou associações, reforçando na Previ, assim como no país, a cultura predominante de vínculos afetivos. Ou seja, uma burocracia voltada para a defesa de privilégios materiais próprios tão aderentes ao capitalismo hipermoderno que tudo transforma em mais uma mercadoria de consumo. Se na modernidade a venda do trabalho era uma “mercadoria” de troca com o capitalista, agora revestido de modernas técnicas e tecnologias de consumo, ousaríamos afirmar que na hipermodernidade a nova mercadoria de troca é o próprio trabalhador, ou seja, revigoramos a “escravidão”, o “coronelismo”, e a “política do apadrinhamento”. Gostaríamos de apostar no melhor, no tão decantado “modelo de governança”, quando este salvaria a entidade de “mandos” e “desmandos”.

É bem provável que a história recém-contada do Brasil pela mídia quanto à Operação Lava Jato nos dê pistas ou indicativos do que se espera encontrar, também, na história futura da Previ.

## CONCLUSÕES

Para que a presente pesquisa tangenciasse a psicanálise articulada ao contexto de um trabalho organizacional, tivemos como referência a afirmativa de Miller (2006) de que não existe clínica do sujeito sem a clínica da civilização, posição ratificada por Coelho dos Santos (2006), quando esta afirma que a clínica do sujeito não se faz sem os fenômenos da civilização.

O estudo teve como propósito discorrer sobre o trabalho, tendo como ponto de partida e chegada a experiência laboral na Previ, conjugando a formação em psicanálise com a prática como analista de RH. Esta condição era essencial para que o resultado da pesquisa não fosse apenas teórico, mas trouxesse evidências de que uma profissional pode se valer das contribuições psicanalíticas na leitura do ambiente organizacional.

Primeiramente, traçamos um percurso partindo da modernidade – que coincide com o nascimento da ciência e do sujeito da psicanálise – para a hipermodernidade – época da “acumulação flexível”.

Um dos primeiros movimentos de pesquisa foi constatar a grandeza do pensamento freudiano ao enfatizar o funcionamento do aparelho psíquico e do trabalho analítico. O criador da psicanálise deixa explícito em sua obra seu apreço pelo trabalho. O extenso levantamento das diversas acepções da palavra trabalho ao longo da obra freudiana revelou a importância do tema para a psicanálise.

Iniciamos a pesquisa dando evidências de que o modo de funcionamento do aparelho psíquico é em si um trabalho. Procuramos identificar as modalidades de trabalho descritas por Freud e foi gratificante confirmar o quanto o próprio inventor da psicanálise apoiou sua elaboração no trabalho, com a descoberta do inconsciente, este “trabalhador incansável” que se faz presente mesmo à revelia do próprio sujeito. Esse inconsciente que põe o sujeito em análise a trabalhar, e que a própria análise se põe a trabalhar para desvendá-lo. Inconsciente que se faz presente no próprio trabalho do analista pela dinâmica transferencial, trabalho psíquico endereçado ao analista que retorna em forma de questão fazendo com que o paciente entre em novo trabalho psíquico. Ou no trabalho eminentemente insistente da dinâmica pulsional, descrita por Freud (1915a) em *A pulsão e suas vicissitudes*, que visa sempre à satisfação, pelos mais diversos caminhos, suas diferentes modalidades, colocando o aparelho psíquico em movimento, um trabalho contínuo. Sendo o traço essencial das vicissitudes



sofridas pelas pulsões, está na sua sujeição às influências de três grandes polaridades que dominam a vida mental: *atividade-passividade, eu-mundo externo* e a do *prazer-desprazer*.

Na descrição do trabalho psíquico, Freud (1920), em *Além do princípio do prazer*, abandona a hipótese de dominância do princípio de prazer na vida mental; os sentimentos não são apenas de prazer e desprazer, mas de uma tensão que tanto pode ser agradável quanto desagradável. Após anos de trabalho na clínica, o mestre elabora algo da ordem da repetição, de um sofrimento que insistia em se fazer presente, quando pôde concluir que “o objetivo de toda vida é a morte”, mais especificamente o aparelho visa à ausência máxima de estímulos. No entanto, na ausência de trabalho psíquico, é o próprio sujeito que desvanece, é a pulsão de morte que impera. Elaboração que corrobora no sentido da significância do ‘trabalho’ no modo de funcionamento psíquico e na perpetuação da espécie.

Pesquisamos, ainda, o trabalho de elaboração do vínculo do indivíduo com a civilização, e expomos que o conflito psíquico se dá pela tensão egoica entre as exigências sociais e as exigências pulsionais. Graças aos mecanismos identificatórios, a partir do ideal do ego, a libido amplia seu alcance, tornando-se “instrumento” na origem da organização social. Freud, em *Psicologia de grupos e análise do eu* (1921), explica que, diante da incapacidade de renúncia do modo de satisfação narcísica já obtida, a transferência da libido constitui o fundamento do laço social. E compara os grupos sociais às estruturas do Exército e da Igreja Católica – altamente “organizados” e “artificiais”. De um lado, o indivíduo está ligado por laços libidinais ao grupo e, por outro, ao líder – lembrando que a identificação é a forma mais arcaica de laço social, da sobrevivência do indivíduo posta desde a horda primitiva. No laço social, o indivíduo é capaz de abandonar seu ideal do ego em substituição ao ideal do grupo, que é corporificado também na figura do líder.

Vimos, também, que Freud, em *O mal-estar na civilização* (1930 [1929]), define o trabalho como algo que não é algo altamente prezado pelos indivíduos, a não ser pela necessidade, pela sobrevivência, salvo o trabalho criativo, a via sublimatória da pulsão. Ao localizar o lugar do trabalho, no texto citado, Freud nos dá uma orientação valiosa quando afirma que o passo decisivo da civilização foi a substituição do poder do indivíduo pelo poder de uma comunidade, quando expõe acerca da quota de sacrifício, aquilo de que cada um deve abrir mão, em prol da civilização, mediante a restrição das pulsões sexuais. Em *O futuro de uma ilusão* (1927), Freud nos indica que a indução das massas ao trabalho é uma maneira de que lançam mão para suportar as renúncias que a existência impõe. Ou, levando em conta suas advertências, em *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXXV – A questão de uma “Weltanschauung”* (Freud, 1933), de que, além das consequências

apontadas por Marx (das condições econômicas sobre as atitudes éticas, intelectuais e artísticas, até então historicamente negligenciadas), não podemos desconsiderar as condições psicológicas. Ambas – as condições econômicas e as psicológicas – corroboram entre si para que os homens consigam colocar em execução suas pulsões mais originais, dentre elas a autopreservação e a necessidade de ser amado: as pulsões de vida.

Na abordagem do mal-estar contemporâneo, com o apoio da visão de Coelho dos Santos (2008a), temos de considerar que este mal-estar mudou porque a civilização mudou, e, conseqüentemente, o sujeito também mudou. Segundo a autora (2015), o sujeito contemporâneo está liberado das amarras do recalque e tem pouca capacidade ou é incapaz de sublimar suas pulsões; suas fantasias estão a “céu aberto”, o que leva ao rebaixamento dos “valores de uso” e à propagação dos objetos “mais-de-gozar”. A civilização contemporânea, distinta das previsões de Freud (1931 [1927]), de regulação das pulsões hostis dos homens via regulamentos, instituições e ordens, não garantiria a manutenção da produção e a distribuição da riqueza.

No mundo antigo, o trabalho teve a conotação de integrar o homem com a terra e o divino, na relação do homem com a natureza. Para compreensão do trabalho na modernidade, partimos da definição da física em que o trabalho é igual à força *versus* deslocamento, e agregamos o conceito de energia que permite a transferência de trabalho de um objeto para outro. Toda a complexidade da descrição do trabalho foi adquirida quando ele se torna uma mercadoria, capaz de extrair a mais-valia do trabalhador. A partir da elaboração de Marx, o movimento do homem seria no sentido de vender sua força de trabalho em prol da própria sobrevivência; e, na elaboração de Adam Smith (1776/2013), no capitalismo moderno o trabalho assumiu um lugar central na economia política em prol da “riqueza das nações”.

No que se refere à modernidade, buscamos aprofundar o tema trabalho a partir de conceitos forjados por cada um dos autores clássicos modernos. Da obra de Max Weber, *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*, extraímos o conceito de *ascese* e pudemos compreender a relevância da renúncia aos prazeres em prol do comedimento e controle metódicos que serão aplicáveis ao trabalho no nascedouro da sociedade capitalista e no modo de organização e funcionamento da sociedade. Na ordem econômica moderna capitalista, o “ganhar dinheiro” esteve diretamente associado à habilidade profissional de um indivíduo preso às normas do mercado e do contexto econômico, com o propósito capitalista de sempre incrementar o trabalho. A expansão do capitalismo moderno está diretamente atrelada ao “espírito do capitalismo”, ao puritanismo religioso, com o trabalho profissional agradável a Deus, ou seja, em sua ênfase puritana, reforça-se o caráter metódico da ascese vocacional.

Toda a exortação ao trabalho apresentada por Max Weber reforça sua tese sobre a combinação da ascese religiosa e o zelo ao trabalho; e a acumulação de capital decorre da coerção ascética à poupança, e o ganho obtido favorecendo o seu emprego produtivo no investimento de capital. Entretanto, os ideais de vida puritanos não resistiram à prova de tentação da riqueza, e tiveram o mesmo destino que sucumbiu à ascese intramundana. Afinal, segundo Max Weber, a célebre “jaula de ferro” se pôs a transformar o mundo e a produzir seus efeitos em que os bens exteriores do mundo ganharam uma amplitude irresistível sobre a humanidade, sem precedentes na história.

Trazendo para o contexto da entidade pesquisa, a *auri sacra fames* se faz representar na “pulsão pecuniária” sem reservas da disposição original do “espírito” do capitalismo moderno. Este “espírito” é empregado em prol da disposição de enriquecimento em uma profissão, de forma sistemática, e ambiciona o ganho “legítimo e racional”. “Espírito” este tão acentuadamente presente nos milimétricos cálculos atuariais, na gestão dos fundos bilionários de investimentos, na provisão de recursos garantidores dos compromissos junto à dezena de milhares de participantes.

Impressionante a visão de futuro e a atualidade do pensamento de Adam Smith em *A riqueza das nações, Livro I*, escrito no final do século XVIII. Nas então sociedades comerciais, o princípio que as originou foi a divisão do trabalho e a simplificação das tarefas. Isso teria levado o autor a concluir pela “estupidez” e “ignorância” do trabalhador. Quanto mais o trabalho se subdividiu, mais ele gerou acumulação de capital e o trabalho tornou-se mais produtivo. Smith, na obra que fala sobre o trabalho e a sociedade do trabalho, a famosa “mão invisível” é uma espécie de força autorreguladora inerente ao sistema capitalista, que permite o funcionamento dos mercados de dinheiro, bens e serviços. Mão invisível que estaria tão presente inclusive na pós-modernidade.

Vimos, ainda com Smith, que o trabalho é a medida real do valor de troca de todas as mercadorias e é através dele que toda a riqueza do mundo pode ser adquirida. No entanto, na concepção do autor, o produto do trabalho pertence ao trabalhador, mas o montante final gerará algo a mais para os lucros do contratador de trabalho que arrisca seu capital no empreendimento. Podemos aqui aproximar uma visão do que Marx elabora como mais-valia.

Outros conceitos importantes foram cunhados por Smith, o que derivou na conhecida “lei da oferta e da procura”, com a regulação do preço da mercadoria se dando de forma proporcional à quantidade em que a mesma está disponível, assim como o preço do trabalho é regulado pelas suas circunstâncias, ou a correlação dos lucros com os mercados nos diferentes países. Acumulação de capital que permite a realização do desenvolvimento das forças

produtivas do trabalho. O autor diferencia o trabalho produtivo do improdutivo, sendo a diferença entre eles relacionada à geração de valor. Segundo Smith, nossos ancestrais eram ociosos em função da falta de incentivo econômico e a proporção entre capital e rendimento regula a proporção entre trabalho e ócio.

Para Smith (1776/2013), a utilidade do dinheiro era circunscrita a se colocar em circulação os bens de consumo e os capitais destinados à manutenção do trabalho produtivo para aumento do valor da produção da terra e do trabalho da sociedade. Por sua vez, trazendo para o contexto da entidade pesquisada, um valor expressivo de aporte de capital direcionado em aplicações de renda variável. O capital não estaria diretamente a serviço da circulação dos bens de consumo, mas sim da especulação financeira e da posse de novos nichos ou manutenção de mercados. Na Previ, inclusive para os sujeitos que ali trabalham, tal como previsto pelo autor, o lucro é o motivo que move o detentor de capital.

De Marx, em *O capital, Livro I* (1867/2013), utilizamos suas conclusões, isto é, a produção capitalista pode ser reduzida ao desenvolvimento da técnica combinada com o processo social de produção, exaurindo as fontes originais de riqueza, a saber, a terra e o trabalhador. A indústria moderna é caracterizada pela revolução permanente do processo de produção na sociedade e por lançar ininterruptamente “massas de capital” e “massas de trabalhadores”, variações do trabalho que exigem “fluidez” e “mobilidade” do trabalhador, mas, ainda, se apoia na rigidez das particularidades da divisão do trabalho. A grande indústria moderna “rasgou o véu” que ocultava ao homem seu próprio processo social de produção.

Para Marx, quando o instrumento de trabalho tomou a forma de máquina ele se tornou um concorrente do próprio trabalho humano, ou seja, quando a máquina passou a manejar a ferramenta o “valor de troca” da força de trabalho desapareceu com o desvanecimento de seu “valor de uso”. Era a maquinaria com a função de aumentar a mais-valia e, conseqüentemente, a quantidade de produtos por ela incorporados, fomentando cada vez mais a sobrevivência da classe capitalista, o capital, expandindo sua produção e criando novas necessidades no mercado, e maior produto excedente a ser consumido sob as formas mais requintadas e variadas. Quando o instrumental de trabalho se converteu em maquinaria, o capitalista pôde dispensar aquela estrutura da manufatura que anexava cada trabalhador a uma função.

Se, originalmente, o trabalhador precisava vender sua força de trabalho ao capital porque não dispunha de meios materiais para a produção da mercadoria, agora, a força individual do trabalho só funciona se for vendida ao capital; só opera dentro de uma conexão com esta “oficina capitalista” – inversão esta que começou na maquinaria a favor do

desenvolvimento da produtividade e tem por máxima ampliar cada vez mais a parte gratuita de trabalho para o capitalista. E a força de trabalho não cria apenas seu próprio valor, mas cria valor “excedente”, sendo a produção e a circulação de mercadorias as condições fundamentais do modo de produção capitalista.

Até a modernidade, o trabalho era um processo envolvendo o homem e a natureza, o próprio ser humano mediava sua ação. Mas, quando o trabalhador chegou ao mercado para vender sua força de trabalho, criou-se imensa a distância histórica entre esta nova condição e a do homem primitivo. Foi quando o valor de qualquer mercadoria passou a ser determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu “valor de uso”, e o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção, com o instrumental, este tempo pode ser exponencialmente multiplicado e o “valor de uso” do trabalho humano decaído. Os fins são sempre os mesmos, isto é, aumentar o dinheiro, “valor de troca”, um movimento interminável de obter lucro, cujo representante é o possuidor do dinheiro, o capitalista. Essa “caça apaixonada” pelo valor tão comum ao capitalista, lança o dinheiro a circular, luta sagaz do capitalista pela sua expansão do enriquecimento.

Se antes a força de trabalho era apenas determinada pela quantidade de trabalho social, ou seja, a venda da força de trabalho no mercado, por fim, chegamos à fórmula do próprio capital gerar um excedente, mais-valia, o próprio capital se transforma em mais capital e no mercado mundial o dinheiro assume o caráter de mercadoria. Neste contexto do novo capital, os homens procedem de maneira “atomística”, e suas relações de produção assumem uma configuração que foge ao seu controle. No fenômeno de transformação geral dos produtos do trabalho na mercadoria dinheiro, o enigma do “fetiche dinheiro” é nada mais do que o próprio enigma do “fetiche da mercadoria” em sua forma esplêndida. Neste desejo de enriquecimento de natureza “insaciável” do dinheiro que não conhece fronteiras e é o representante universal da riqueza material que se converte em qualquer mercadoria. No sem limites que impulsiona ao trabalho de “Sísifo da acumulação”. E assim, chegamos à formação social defendida por Marx, que diz que “o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção” (MARX, 1867/2013, p.102), descoberta marxista da “lei econômica” que move a sociedade moderna e vigora na sociedade hipermoderna.

À luz do pensamento marxista, podemos supor que na Previ, sua configuração paritária entre “patrão” e “empregado” é distinta, e estes são representados pelos mesmos agentes. O trabalhador, na condição de participante, é também o detentor do capital. Se por um lado, isso poderia levar à autonomia do trabalhador em relação ao capitalista, por outro, o imperativo de acumulação, o desejo de enriquecimento se faz ainda mais forte porque o maior

poderio de capital implicará no maior poder de ambos, capitalista e participante. E isso perpetuaria o ciclo da lógica de acumulação, capitalistas e trabalhadores permaneceriam submetidos ao capital.

De Althusser (1985) extraímos que toda formação social condiciona a produção a reproduzir suas condições; reprodução das forças produtivas e das relações de produção existentes. O autor avança em relação ao pensamento marxista ao formular que a ideologia da classe dominante é reproduzida, na maioria das vezes, nas relações de produção da formação social capitalista, isto é, nas relações entre exploradores e explorados, mas amplia a reflexão crítica sobre as relações de produção, a partir de sua tese dos aparelhos ideológicos do estado (AIE) e de suas influências nas instituições. Enumera algumas instituições identificadas como aparelhos ideológicos do estado dentre elas: escola, religião, família, política, sindicato, informação, cultura, e outros, e acrescenta que estes não são apenas os meios, mas o próprio lugar da luta de classes. Os AIE “funcionam”, predominantemente, através da ideologia, na medida em que essa ideologia está de fato sempre unificada, mesmo com sua diversidade e contradições, sob a égide da ideologia dominante, a ideologia da “classe” dominante.

Pensando na entidade pesquisada, esta é perpassada por diversas instâncias ideológicas, mas, destacamos, principalmente, a sindical e a política, pelas questões já comentadas anteriormente, ou seja, a vinculação com o governo federal e a militância político-partidária.

Foucault (1988), por sua vez, foi um grande crítico de Marx e um revisor das teses de Althusser. Ele construiu uma analítica das relações concretas de poder contrapondo-as às relações de poder dos aparelhos ideológicos de estado de Althusser. Foucault nos mostra que esses aparelhos ideológicos são montados na estrutura de poder vertical, e a sua tese é que o poder não é vertical, ou seja, sua tese é pensar o poder na modernidade e implica em abandonar o pensamento de poder diferente da estrutura piramidal vigente desde o feudalismo. Para ele, embora em diferentes épocas e com diferentes objetivos, a representação do poder sempre permaneceu centrada na figura monárquica, daí sua afirmativa de que a cabeça do rei não teria sido cortada. É esta imagem do poder-lei do qual precisamos nos liberar, no privilégio teórico da lei e da soberania, para falarmos de uma análise do poder em termos concretos e históricos, mas uma analítica do poder que não tome mais o direito como modelo e código.

Para melhor compreensão do poder, primeiramente, Foucault contrapõe a multiplicidade de correlações de forças imanentes do domínio onde se exercem e se constituem sua organização. O jogo de lutas e afrontamentos e as correlações de forças

existentes formando cadeias ou sistemas e são estratégicas que tomam forma nos aparelhos estatais, na formulação da lei e nas hegemonias sociais. Em síntese, o autor nos lembra que “o poder está em toda parte, [...] porque provém de todos os lugares”. [...] o poder é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 1988, p.103). E mais, as relações de poder não são exteriores, mas são “imanes” às relações e onde atuam tem um papel diretamente produtor e não meramente um papel de proibição ou de recondução. As correlações de força múltiplas que atuam em aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições são suporte e efeitos da clivagem do corpo social. Isto é, as grandes dominações são efeitos da intensidade destes afrontamentos. Portanto, não cabe um discurso do poder dividido por dois lados se contrapondo, mas os “discursos são elementos ou blocos táticos no campo das correlações de forças” (FOUCAULT, 1988, p. 112), isso permite que existam discursos contraditórios dentre de uma mesma estratégica, não se trata de opor ideologia dominante *versus* dominada, mas sim interrogá-las nos níveis de sua produtividade tática (quais os efeitos de poder e saber em causa) e qual sua integração com a estratégia (qual conjuntura e quais correlações de forças necessárias à sua utilização nos diversos confrontos).

O “biopoder” é um elemento indispensável do capitalismo que requer o controle dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população em sua interface com os processos econômicos. E o capitalismo não teria parado por aí, exigiu mais, métodos capazes de fazer majorar a vida em geral; desde o início do século XVIII esteve presente com técnicas de poder perpassando todos os níveis do corpo social e utilizando as mais diversas instituições, tais forças do “biopoder” operam também como fatores de segregação e hierarquização social garantido relações de dominação e efeitos de hegemonia. Assim, a partir de uma “biopolítica” tudo o que diz respeito à vida passou a ser contabilizado, ou melhor, “qualificar, medir, avaliar, hierarquizar” (FOUCAULT, 1988, p. 157). O efeito histórico dessa tecnologia de poder centrada na vida gerou uma sociedade normalizadora, comandado pelas tecnologias de poder. Portanto, desde o século XIX, estamos imersos em uma sociedade moderna que “encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações” (FOUCAULT, 1988, p.161); poderíamos pensar que o “biopoder” com sua “biopolítica” teria destituído o poder monárquico do rei e assumido seu lugar na modernidade.

O autor avança em relação ao pensamento de Marx sobre a luta de classes e desconstrói a ideia de uma luta entre dominantes e dominados. Para ele, o poder não se exerce em uma única direção – ele vem de todos os lugares. E, também, avança em relação ao

pensamento de Althusser, desconstruindo a ideia de infraestrutura (econômico) e subestrutura (ideológico e o político), além de trazer a noção de discursos produtivos e agentes de transformação social.

Trazendo os comentários de Foucault (1988) para o contexto da Previ, conclui-se que o poder na entidade se faz pelos representantes eleitos e por indicados pela patrocinadora que é vinculada ao governo federal, ao Estado. O poder se exerce pelos seus representantes eleitos e indicados, e, também, pelos seus milhares de participantes e as diversas entidades representativas da categoria. O poder vem de todos os lugares. Os sujeitos que aí atuam também são defensores das diversas ideologias e das diversas forças que perpassam a entidade.

Sendo assim, é no campo específico de correlações de forças estabelecidas entre a rede de relações de poder e a pulverização dos pontos de resistência que analisamos os mecanismos de poder na entidade pesquisada e concluímos que as resistências e os confrontos se exercem em seu cotidiano, seja nos processos decisórios de políticas, normas e procedimentos, na defesa do maior interesse da entidade, no diálogo estabelecido com seus participantes, na condução das empresas sobre a sua governança.

Vimos que a sociedade moderna está assentada na norma, no saber sobre a vida, pautado nas disciplinas e regulamentações. Concluímos que, na Previ, as ações de regulações da população estão extremamente atreladas ao negócio previdenciário, que atinge cada vez mais sua hegemonia no setor da economia e na política do século XX e XXI e, mais recentemente na cena contemporânea brasileira.

Por fim, extraímos do pensamento de Harvey (2013) a descrição da modernidade pela sua caracterização como “implacável ruptura” com todas as condições históricas precedentes e por um processo “interminável” de fragmentações que se aloja na condição de uma perpétua desintegração e renovação. A “efemeridade” e “fragmentação” teriam produzidos novos sentidos do tempo e do espaço, e, neste contexto, o capitalismo encontrou mecanismos de sobrevivência e expressão de valores e sentidos universais de monetização e intercâmbio de mercado para a circulação do capital.

Fomos levados a concluir que um dos grandes desafios da Previ e, conseqüentemente, dos sujeitos que atuam naquele ambiente, está na conciliação de seus objetivos com os ritmos espaço-temporais organizados pelo capitalismo, capazes de ações locais e tempestivas. É na conjugação de dados do tempo e do espaço que a entidade terá que prever o futuro diante das incertezas do presente, mas sem perder de vista o histórico do passado.



Também, com Harvey (2013) iniciamos a caracterização da hipermodernidade quando ele descreve que a moeda se “desmaterializou” e não oferece um vínculo formal ou tangível na atividade produtiva. O mundo passou a se apoiar em formas “imateriais” de dinheiro avaliado em números de alguma unidade monetária planetária. Estamos diante de um mercado rápido e flutuante nos espaços do mundo, esse extraordinário poder do fluxo de capital-dinheiro regulado pelo mercado financeiro de ações globais e de uma volatilidade estonteante entrelaçam o poder social na economia política da pós-modernidade. Tudo isso teria criado uma crise geral de representações materiais do valor em condições de “acumulação flexível” e de confusões entre tempo e espaço.

Tal mudança extraordinária teria ocorrido na década de 1970, com o florescimento e transformação dos mercados financeiros, expansão graças aos sofisticados sistemas de coordenação financeira em escala global e de flexibilidade geográfica e temporal de acumulação de capital sem precedentes na história da civilização. A “acumulação flexível”, segundo autor, é marcada pelo confronto direto com a rigidez do fordismo e se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos padrões e novas maneiras de fornecimento do “setor de serviços”, inovação comercial, tecnológica e organizacional, uma “compressão espaço-tempo” no mundo capitalista. Na expansão especulativa, o sistema financeiro se torna o principal elemento de superprodução e da super especulação, e, o Estado, uma entidade territorial, que tentaria impor a sua vontade diante de um processo fluido e espacialmente aberto de circulação do capital.

O capitalismo, segundo Harvey (2013), se tornou mais organizado, embora disperso, móvel geograficamente, com respostas flexíveis dos mercados de trabalho, dos processos de trabalho e dos mercados de consumo, ele também é acompanhado sistematicamente pela elevada inovação tecnológica. A pressão pela desregulamentação e inovação financeira teria impulsionado um sistema global altamente integrado coordenado pelas telecomunicações instantâneas. Presenciamos um único mercado mundial de dinheiro e crédito, um mercado de ações global, mercados futuros de mercadorias e até dívidas globais, de acordos de compensação recíproca de taxas de juros e moedas, e acelerada mobilidade geográfica dos fundos de investimentos. Neste “espantoso” mundo das altas finanças, as companhias de seguro e fundos de pensão, como a Previ, reúnem um volume tal de investimentos que se tornam “formadores de mercado”, dominando os mercados industrial, mercantil, imobiliário. Além de se integrarem às operações financeiras, tornando cada vez mais difícil diferenciá-los dos interesses estritamente financeiros, graças ao “empreendimentismo” com papéis. Tudo isso revela um grau de autonomia do sistema financeiro de “produção real” sem precedentes

na história do capitalismo, assim como de riscos financeiros inéditos, inimagináveis. Nesta dinâmica da acumulação em tempo real, a competição hoje se dá “intercapitalista” e a fluidez do capital-dinheiro forçam vertiginosamente mobilidades do espaço e do tempo.

Ainda na visão de Harvey (2013), para os trabalhadores isso gerou uma intensificação dos processos de trabalho bem como uma aceleração na desqualificação e na requalificação para o atendimento de novas necessidades do mercado de trabalho. A “descartabilidade” e “obsolescência” de pessoas são características cada vez mais presentes nesta nova era capitalista pós-modernista. Parafraseando Chaplin, os “tempos e movimentos” atingiram grau de aceleração impensável, romperam barreiras temporais e espaciais, e se sofisticaram de forma surpreendente e imprevisível.

A flexibilidade pós-modernista pode ser vista como uma “ficção”, “fantasia”, dado o caráter “imaterial” do dinheiro, época do “capital fictício”, do “império das imagens”, da “efemeridade” das técnicas de produção, dos “nichos de consumo”, regidos por um processo que “mascara” e “fetichiza”, que tudo transforma e acelera. A condição pós-moderna é de um capitalismo que cria sua própria geografia histórica distintiva.

Nesse mercado de “acumulação flexível”, a Previ se adequou com a expansão de negócios em novos nichos de mercados, inclusive internacionais, com o aprimoramento tecnológico, bem como no aprimoramento de habilidades dos trabalhadores e de seu modelo de governança, além de sinalizar resultados financeiros positivos em um cenário financeiro tão volátil e ágil, bem como marcado por tantas transformações culturais. Os resultados da entidade nos últimos anos notadamente reforçam sua posição de destaque no mercado previdenciário nacional e internacional.

Nossa pesquisa nos leva a concluir que os indivíduos que atuam na Previ dão mostras de estarem conectados com os novos sintomas contemporâneos, notadamente, aos efeitos subjetivos da acumulação no mercado da financeirização, da acumulação imediata, fácil e virtual.

De Dufour (2015), extraímos o conceito de pleonexia que nos permitiu aproximar o circuito pulsional de satisfação com o circuito do mercado do “novo capitalismo” da satisfação imediata, *prêt-à-porter*. A pleonexia, esta desmesura pela riqueza, pela acumulação sem medida que se afina sempre com uma caixa ou um fundo para acumular o excedente produzido, coincidência conceitual que pode ser facilmente aplicada a uma caixa de previdência, no caso, a Previ, entidade responsável por produzir o excedente que deverá garantir a aposentadoria na vida pós-laboral. Na pleonexia, a riqueza substitui todos os valores, ou seja, o que conta é o dinheiro, já que a riqueza não comporta nenhuma medida e

cuja essência é ser desmedida, “sem limites”. Neste sentido, a pleonexia estaria no coração do sistema capitalista, este “querer sempre mais”, transformando os indivíduos a meros consumidores, ou ainda, de acordo com Dufour (2009), quando extraímos da moral da *Fábula das Abelhas* de Madeville, um comportamento vicioso em prol da prosperidade do capitalismo.

Vimos em Dufour (2009) que o capitalismo de produção do início do século XIX teria se revigorado para o capitalismo de consumo com maior exortação da liberação das pulsões e o divino Mercado, estimulando o apetite consumidor pela avidez de objetos. Chegando à sua última versão, ao denominado capitalismo financeiro, capitalismo do ultraliberalismo, que tem nos acionistas seus legítimos representantes. Acionistas a quem compete o poder de gerir negócios e a governança, bem como o livre enfrentamento dos interesses privados, isto é, jogo de interesses e de cartas reguladas pelos mercados mais poderosos. Para o autor, este processo é definido como “ditadura dos acionistas”.

Dufour (2005) reforça que os movimentos especulativos de grande amplitude se dão à medida que a “financerização” da economia aumenta e fomenta o “epifenômeno” que brota da economia real, uma economia virtual capaz de criar dinheiro do quase nada ou daquilo que nunca existiu ou do que virá a existir. São criados impérios “fictícios” prontos a roer ou se multiplicar em frações de segundo, quase que instantaneamente. É esse o Mercado regulado pelas bolsas de ações, verdadeiros “cassinos”, agentes econômicos. O que, então, restou ao proletariado marxista? Nestas condições de “financeirização”, o proletário, certamente não é o que oferece a mais-valia, muito menos a maior fatia do lucro, resta-lhe uma “servidão voluntária” ao Mercado. E o que ocorreu com o laço social? Este se dispersa em vários referenciais, são “confrarias” que dispõe de seus códigos de honra, seus saberes, seus ritos, suas obrigações contratuais etc.

O “novo espírito do capitalismo”, como vimos em Dufour (2005), tem como ideal a “fluidez”, a “circulação” e o desprendimento dos princípios morais e estéticos culturais. E o trabalho, o que ocorreu com o conceito da força de trabalho marxista? Neste contexto, o trabalho já não define mais o valor econômico para as novas teorias financeiras e menos ainda um lugar social na produção de riquezas. Enquanto os bens de consumo se propagam vertiginosamente, os empregos se tornam raros e precários. Toda uma juventude estrangulada por necessidades crescentes e falta de recursos próprios, e isenta do trabalho, abandonada a sua sorte. A não inserção no mercado de trabalho, trabalho esse cada vez mais hipotético, leva o reagrupamento dos jovens em agregações precárias sem possibilidades de estrutura e bases de uma classe social.

Assim, fazemos um contraponto com o mundo atual do “não trabalho” no sentido mais tradicional de “valor de troca”, para usar o termo marxista, e constatamos como é surpreendente a diferença seja daqueles que não têm hoje a oportunidade de trabalho e daqueles que possuem um trabalho. Neste último grupamento podemos destacar várias tipologias, aqueles insatisfeitos que por uma determinação legal no país terão que trabalhar muito além do desejável e assumirão o lugar de tantos outros que poderiam entrar no mercado. Outros tantos profissionais que trabalham apenas pela sobrevivência de suas necessidades básicas. Há aqueles que aprenderam um “saber-fazer” com o trabalho virtual, com o dinheiro virtual. Aprofundamos um pouco mais as consequências do trabalho na condição pós-moderna recorrendo a alguns autores de referência.

Com Lyotard (2015), aprendemos que o saber modifica-se ao tempo em que as sociedades entram na era pós-industrial e as culturas na idade pós-moderna. O próprio saber se torna uma mercadoria produzida e consumida perdendo assim seu “valor de uso”. As grandes narrativas perderam sua credibilidade e os fins justificam cada vez mais os meios, o capitalismo liberal, a partir dos anos 1960, valoriza maior fruição individual dos bens e dos serviços. O desejo de enriquecimento se impõe ao de saber, o saber passa a ser transmitido “à la carte” visando melhoria da competência e promoção, mas também aquisição de informações, linguagens e jogos de linguagem com o objetivo de alargar o horizonte da vida profissional e mesclar experiência técnica e ética.

Nesta perspectiva, podemos aproximar a descrição da sociedade contemporânea de Lyotard (2015) da entidade pesquisada. Em seu cotidiano, no afã por resultados imediatos, “os fins justificam os meios”, e as narrativas perdem sua relevância e cedem lugar à superficialidade do conhecimento.

Já com Lipovetsky (2005), compreendemos que a sociedade pós-moderna é de um “vazio” que nos domina, investimos cada vez mais no narcisismo e reduzimos a esfera coletiva. Os indivíduos são movidos pelo desejo de estar entre “pares”, “tribos”, buscando seu próprio bem-estar no ideal moderno de autonomia individual. Neste sentido, o indivíduo não se apega a nada, não tem certeza de nada, suas opiniões são transitórias, por trás da tela do hedonismo existe um indivíduo cínico que satisfaz seus próprios interesses sem a menor preocupação com as gerações futuras. A era do consumismo não só desqualificou a era protestante descrita por Max Weber como “liquidou” o valor dos costumes e tradições. O consumismo produz indivíduos “flutuantes e cinéticos”, e o máximo de singularização.

Expomos que na entidade pesquisada existe a distribuição de seus colaboradores em “tribos” mais afinados com a militância político-partidária ou daqueles menos investidos

destes ideais. Também vimos que seus espaços de trabalho são marcados por um processo disciplinar e hierárquico que dificulta maior flexibilidade e autonomia dos trabalhadores. Pode-se concluir que a cena político-partidária reforça maior regulação e controle das informações da entidade – características estas que contrastam com a descrição de Lypovetsky (2005) de uma organização pós-moderna liberta da disciplina coercitiva e de estruturas ideológicas rígidas e de costumes tradicionais autoritários.

E mais: em meio aos conflitos de interesses, aparentemente seus colaboradores se mostram cooperativos e sociáveis, mas suas opiniões são suscetíveis de constantes mudanças e cada indivíduo busca a própria sobrevivência na entidade. Desta forma, concluímos que o sujeito lida com o mal-estar político-partidário que perpassa a entidade em todos os níveis funcionais.

Entretanto, podemos acrescentar que, diante do declínio dos ideais, das narrativas, o colaborador na Previ, assim como o indivíduo pós-moderno, se encontra propenso à angústia e à ansiedade. A entidade dá sinais claros de que acenaria para ideais do desenvolvimento técnico e econômico de uma categoria profissional especializada em previdência, por sua vez, reforçaria a cultura capitalista do hedonismo e do individualismo com o acúmulo de capital para o gozo presente e futuro de seus assistidos.

Por sua vez, com Sennett (2002), vimos que o nosso caráter, esses traços pessoais e que valorizamos em nós e que buscamos que os outros nos valorizem, são corroídos pelo capitalismo, sobretudo enfraquecendo laços que ligam os indivíduos uns aos outros. As identidades são tão “fluidas”, nada as detém, estão sem impedimentos, e o compromisso com o trabalho se torna “superficial” na medida em que não se compreende o que realmente se faz. A “ética do trabalho” é definida pelo trabalho em equipe que enfatiza a adaptabilidade às circunstâncias e serve muito bem a uma economia política flexível, uma superficialidade nas relações estabelecidas no grupo de trabalho. Condições essas que estão contribuindo para que as pessoas busquem outros espaços de ligação e profundidade, mais além do trabalho.

No que tange a “fluidez” e “flexibilidade”, observamos que na Previ existe uma concentração de poder e pouca disposição de manobras que viabilize a desestabilização das estruturas piramidais existentes.

Vimos com Boltanski e Chiapello (2009), no “novo espírito do capitalismo”, que é inédito o “caráter insaciável” do processo capitalista. O capital reinvestido permanentemente na esfera financeira se torna inseparável da evolução das empresas registradas em bolsas, submetidas aos imperativos de rentabilidade dos mercados, lucros decorrentes de transações meramente financeiras. Um “camaleão” é a imagem usada para descrever o profissional que

conduz suas relações em direção aos outros, daí todo o sucesso do espírito de adaptabilidade que combina tão bem com as redes sociais. Enquanto no primeiro espírito do capitalismo o valor era a moral da poupança, no segundo capitalismo a moral era do trabalho e da competência, já o novo espírito é marcado pela relação com o dinheiro. Houve a maior flexibilidade das relações de trabalho e a neutralização do termo “categorias sociais”, contribuindo com a desconstrução do sentido de categorias e na desorganização das relações de trabalho pautadas em seleção, promoção, isonomia de pessoas e ocupações, determinação de remunerações e carreiras de longo prazo institucionalizadas pelas convenções coletivas. No mundo conxionista, além da qualidade e a raridade de um bem ou de um serviço, valoriza-se o diferencial de mobilidade, os profissionais mais móveis disputam oportunidades que lhe são oferecidas por seu potencial de variabilidade, estando eles por isso em posição favorável para negociar os preços dos bens ou dos serviços que propõe. Neste processo, houve a perda da diferença entre os seres – objetos ou seres humanos e tudo se transforma em ‘produtos’, a “mercantilização” de certas qualidades dos seres humanos com o intuito de “humanizar” os serviços, especialmente o caráter pessoal, inclusive nas relações de trabalho. Mercantilização que provoca outras formas de inquietação sobre a autenticidade das coisas e das pessoas, por não se ter certeza se elas são “autênticas” ou “inautênticas”, “espontâneas” ou “reconfiguradas” para fins comerciais. A suspeita é de um simulacro generalizado, da mercantilização de tudo, essa é a nossa condição contemporânea.

Trazendo as considerações dos autores para a entidade pesquisada, podemos concluir que se trata de um ambiente de trabalho que incitaria a “mercantilização” das relações e provocaria a “inautenticidade” das coisas e dos indivíduos. São relações sociais “reconfiguradas” a cada mandato de seus representantes, um “simulacro” das relações ali estabelecidas.

Para situar o contexto delineado do ambiente corporativo da entidade pesquisada, buscamos a leitura psicanalítica dos sintomas do mundo pós-moderno e do trabalho. Partimos do pressuposto de Lacan (1965-66/1998) de que o sujeito da psicanálise é o sujeito da ciência, e o *status* do sujeito na psicanálise é uma estrutura de fenda, *Spaltung*, divisão fundada pela ciência no sentido moderno. O nascimento histórico do sujeito do inconsciente coincidiria com o advento da modernidade. Para Coelho dos Santos (2001), temos por referência a definição lacaniana de que o sujeito é o sujeito do significante, ou seja, nisto que um significante não pode significar a si mesmo, significação que está na articulação entre dois significantes, e é disto que um sujeito pode advir. Lacan (1968-69/2008) nos elucida que a

relação do sujeito ganha consistência na fórmula da fantasia, isto que permite que significantes se encadeiem e, neste efeito metonímico, se consolida o sujeito.

Lacan (1968-69/2008) situa a função essencial do objeto *a* a partir de um nível “homológico” ao de Marx, ou seja, a elaboração do primeiro sobre a descoberta inédita do segundo, a mais-valia, definiu a função do mais-de-gozar, e é em torno deste termo que Lacan situa a produção de um objeto essencial – o objeto *a*. O mais-de-gozar é uma função que implica renúncia ao gozo, sob o efeito do discurso, dando lugar ao objeto *a*. A partir do momento em que o mercado definiu como mercadoria qualquer objeto fruto do trabalho humano, esse objeto porta em si algo da mais-valia. Mas não podemos esquecer que o sujeito, desde sempre para Freud, é aquele que se produz sobre uma perda, objeto desde sempre perdido, denominado por Lacan de objeto *a*. Lacan (1968-69/2008), lembra que são os meios de produção que fabricam coisas que enganam o mais-de-gozar, ao que pode acrescentar que, felizmente, estão longe de preencher o campo do gozo e as condições de reposição do que se perde em função do Outro barrado, representado na fórmula  $S(\bar{A})$ .

Lacan (1968-69/2008) expõe que o capitalismo alterou por completo os hábitos do poder, talvez esses tenham se tornado mais abusivo e, ainda, introduziu algo que não existia antes, o poder liberal. Portanto, a mais-valia é fruto dos meios de articulação do “discurso capitalista”, lembrando que a verdade capitalista é o proletariado. O mal-estar da civilização é um mais-de-gozar obtido através da renúncia ao gozo, gozo definido como tudo que decorre da distribuição do prazer no corpo, gozo ligado à sexualidade, já que a pulsão é uma “conjunção lógica com a corporeidade” (LACAN, 1968-69/2008, p.223), pulsões que originam do horizonte da sexualidade e comportam a satisfação sexual.

Trouxemos Costa-Moura (2016), ao comentar que Lacan (1968-69/2008) retoma a fórmula da mais-valia, para lembrar que a fantasia da mercadoria é o que rege as relações do sujeito com as coisas mercadorias e engendra este fascínio sentido pelo consumo. Nesta perspectiva, Freud e Marx não estariam tão distantes, porque o primeiro relacionou os apetites humanos à dimensão da satisfação pulsional sendo essa sempre regida por fatores econômicos e, o segundo, através de seu conceito de mais-valia. Na leitura de Lacan da mais-valia de Marx esta já inclui o sujeito apartado de seu gozo inicial e seu arrebatamento via mercadoria é justamente porque a linguagem já operou um corte nas estratégias de recuperação de um objeto perdido.

Assim chegamos a Lacan (1969-70/1992) em seu “discurso do capitalista”, também chamado por ele de “discurso do mestre moderno”, lembrando que tal afirmativa pode ser esclarecida com a formulação do mais-de-gozar, isto que, a partir de um determinado

momento histórico, esse mais-de-gozar conta, contabiliza, totaliza, e foi exatamente aí que começou a acumulação de capital. Quando o (\$) ocupa o lugar de “agente” e estabelece a relação direta com o objeto *a* é para indicar que o objeto-mercadoria torna-se o que causa o desejo do sujeito. Assim, o objeto *a* é o que sustenta esse discurso, indicando um desvanecimento do sujeito diante do objeto. Vemos aí claramente a passagem da relação entre homens para a relação entre coisas evidenciando a fragilidade do laço social.

O conceito de pulsão insaciável é fundamental para pensarmos o contemporâneo, inclusive na entidade pesquisada. A descrição pós-moderna do trabalho aponta para o efêmero, o flexível, o crescimento do hedonismo, da indiferença. Um paradoxo à luz das elaborações freudianas do mal-estar do indivíduo, da renúncia pulsional, em favor do processo civilizatório. Pensando no imperativo categórico de Kant e no imperativo sadiano, concluímos que, enquanto o primeiro nos convida às renúncias egoísticas a favor do soberano bem, o segundo defende a satisfação absoluta. Segundo Lacan, não há saída diante da lei moral, ou renunciamos ao gozo ou gozamos à vontade.

De Miller (2004) extraímos o comentário do conceito de “desbussolados”, contrapondo a moral pós-moderna com a moderna. Para o autor, a moral civilizada freudiana dava uma “bússola” porque inibia as pulsões e atingiu seu apogeu por volta do final da segunda metade do século XIX. Entretanto, desde o fim da prática da agricultura, a relação direta do homem com a natureza foi rompida, isto é, quando a agricultura cedeu forçosamente seu lugar dominante na sociedade à indústria. Desde, então, poderíamos dizer que o homem está “desbussolado”, porque perdemos a referência na natureza pela multiplicidade de artifícios criados pela indústria. Se antes, na sociedade agrícola, a bússola remetia ao ponto Zênite de ter tocado ao céu, agora, segundo Lacan, este novo astro que subiu ao céu é o objeto *a*, sem medida. Portanto, seguindo Miller (2004), podemos afirmar que o lugar dominante no discurso da civilização pós-moderna é o objeto *a*, o mais-de-gozar comanda e o sujeito trabalha e o saber se ativa em progredir. Se o inconsciente freudiano trabalhava desmesuradamente, como vimos na lista de referências do termo trabalho, ele “esfalfar-se’ no trabalho; ele é bem diferente do ser falante lacaniano. “O ser falante lacaniano não trabalha, ele, antes, formiga, fervilha, infecta. É mais do estilo parasita” (MILLER, 2004, p.6). Tal definição lacaniana se adequa bem ao homem do mercado financeiro pós-moderno, incluímos aqui uma entidade de previdência complementar como é o caso da Previ, ele é literalmente um ser falante que lida com todos os artifícios fictícios do mercado para gerar mais e mais capital com o dinheiro, inclusive, fictício.



Por sua vez, de Birman (2014), podemos depreender o mal-estar na contemporaneidade, distinto da modernidade, ele se condensaria em torno da experiência psíquica do desamparo que conduz as individualidades ao narcisismo, à violência, à crueldade e à destruição. O gozo direcionado para o fetichismo das mercadorias, geral e irrestrita, transforma o ter em uma maneira de preencher o vazio corporal e psíquico, levando a um esvaecimento do modelo de dualidade conflitual da subjetividade proposto por Freud.

A entidade pesquisada vive sob os efeitos do processo democrático que permite a escolha de seus representantes via eleições, bem como a indicação de parte destes junto à esfera do poder federal. Na entidade, concluímos que a tendência de mal-estar dos trabalhadores decorre de flutuações e instabilidades periódicas, vulnerabilidades atreladas às configurações político-econômicas e partidárias que perpassam a Previ.

Com Coelho dos Santos (2015), podemos extrair de sua tese a definição de uma “torção” e não uma ruptura entre a modernidade e a hipermodernidade, sendo essa última qualificada com o “desmentido” do Nome-do-Pai, agente da lei simbólica. Já seria consenso entre os psicanalistas lacanianos que a imago paterna não mais regula o campo pulsional. Mas a posição da autora é diferente do que ensina Miller (2005) do “Outro que não existe”, os movimentos revolucionários democráticos de maio de 1968 podem ser vistos como uma clara subversão da tese freudiana da neurose como o negativo da perversão (“É proibido proibir!”). A fantasia não mais recalcada está exposta a céu aberto. Se seguirmos *stricto sensu* a moral kantiana quanto mais renunciamos à satisfação egoísta mais temos que renunciá-la, é um mecanismo similar ao formalizado por Freud do recalçamento da sexualidade sob o imperativo superegoico. Mas, tanto Freud como Kant, seriam contrários a moral hedonista tão presente em nossa época. Porém, se apostamos na moral sadéana, quanto mais gozamos, mais nos expomos ao risco, formalização essa que nos aproxima das consequências psíquicas devastadoras da destrutividade inerente à pulsão de morte freudiana. Exposta as duas morais, concordamos com a tese da autora, de que a hipermodernidade lhe parece sadéana e quem está no comando é o objeto de gozo que nos incita a gozar sempre mais e mais e a qualquer preço. Moral que se aproxima também do contexto da entidade pesquisada. Se na modernidade o olhar focaultiano era panóptico e exercia seu poder de vigilância, exame e disciplina, havia um olhar oculto, hoje, ao contrário, o olhar está exposto e, mais, podemos qualificá-lo de um “imperativo do olhar”. O gozo de tudo ver está acompanhado do gozo de tudo mostrar, exhibir e dar-se a ver, bisbilhotar e saber; para usar o termo freudiano, destinos pulsionais do exibicionismo e do voyeurismo. Se antes o Nome-do-Pai orientava as identificações constituindo a instância psíquica do ideal do eu, hoje em dia, o que prevalece é

a identificação ao pequeno outro como par ou como resto, ou seja, como identificação narcísica ou pulsão condensada do resto autoerótico. Os indivíduos não mais se orientam pelo ideal do eu coletivado, mas sim pelo ideal do grupo ao qual pertencem. Estamos vivendo a época dos “comitês de pares” que fazem a norma e a verdade nascente do consenso de pares. Assim, na ausência de uma instância intrapsíquica, de um supereu para regular e diferenciar o privado do público, a barreira do pudor se desmancha, e tudo agora passa a ser exibido nas redes sociais.

No entanto, dada as especificidades do contexto da Previ, podemos concluir que o “olhar panóptico focaultiano” ainda se faz presente no cotidiano nas diversas demonstrações do poder soberano, isto é, nas manobras de comissionamentos, descomissionamentos, alteração de regras e normas, mudanças de posicionamento, inclusão e exclusão de indivíduos nas “tribos”. Ainda há um olhar que tudo vigia, disciplina, pune. Portanto, todos, inclusive o cidadão comum, passaram a ser objeto do olhar vigilante, um “olhar sem véu”, um olhar que tudo vê.

Trata-se de uma entidade democrática e, neste jogo de forças, “vale tudo!”, desde o “voyeurismo”, o “exibicionismo”, o “sadismo”, o “masoquismo”. Tudo isso se aproxima do discurso pós-moderno egoísta, hedonista, que faz apologia ao “tenho o direito de”, e ao gozo sem o limite da lei da castração.

Também nos apoiamos na elaboração de Coelho dos Santos (2015) segundo a qual, para compreendermos o deslocamento do capitalismo moderno para o capitalismo financeiro da hipermodernidade, temos que migrar da noção de “discurso” para a noção de “rede”. Na lógica de rede não há a alteridade da exceção representada pelo Nome-do-Pai, tudo está no mesmo plano horizontal, não existe nem exterioridade e nem interioridade, tudo se passa na relação dual, e, no lugar do ternário edipiano, temos uma dualidade.

Para compreensão do movimento de nosso tempo, Miller (2005), segundo Coelho dos Santos (2016), teria afirmado que Lacan pluralizou os Nomes-do-Pai com o matema S ( $\mathcal{A}$ ) para expor que a nossa época é a de errância, de descrença. O relativismo do Outro está presente na pós-modernidade com a pluralização das identificações na sociedade através de seus comitês de ética. Esta suposta “inexistência do Outro”, levaria, dentre outras coisas, a uma angústia de desamparo diante da ausência de certezas e de índices de uma desconexão do Outro. O que permite articular o liberalismo econômico, a supremacia da lei do Mercado e o empuxo ao consumo não com a “inexistência do Outro”, mas com a prevalência do “desmentido” da função do Nome-do-Pai, agente da castração simbólica. Sua tese, portanto, como já dissemos, é de um “desmentido” da castração que faz eco com a máxima sadiana de

que qualquer um pode gozar do corpo de qualquer um, sem limites. Com isso, estamos diante de um sujeito mais liberado das amarras do recalque e que se mostra pouco disposto ou incapaz de sublimar suas pulsões, tornando as manifestações pulsionais exibições a “céu aberto” da fantasia. Podemos atribuir à globalização da economia e a expansão mundial do mercado financeiro a responsabilidade pelas transformações na relação entre o capital e o trabalho que contribuíram para ampliar e proliferar o gozo do corpo falante. Tal descrição se adequa perfeitamente ao contexto da entidade pesquisada. Portanto, também na Previ, estamos diante de um rebaixamento dos “valores de uso” a favor da propagação dos objetos “mais-de-gozar” a reboque da lei do Mercado.

Exposto este cenário psicanalítico, não poderíamos deixar de lembrar do autor Zizek (2012), *apud* Batista & Rasia (2015), ao afirmar que, a partir de 1990, com a queda dos regimes comunistas, perdemos nossas referências ideológicas e vivemos uma “época de pós-ideologia”, todo um contingente de pessoas à deriva levando à assunção de uma violência desprovida de sentido como uma forma de reivindicação da ascensão dos excluídos do “novo capitalismo” que vem solapando as democracias vigentes nos países.

Traçado o contexto da passagem do trabalho da modernidade à pós-modernidade, aprofundamos o caso do fundo de pensão Previ, lugar que demanda um trabalho extremamente especializado, milimetricamente e temporalmente calculado, para que cada um possa ir compondo valores monetários, reservas para o gozo futuro do beneficiado.

No cotidiano da entidade, algo a diferencia de outros locais de trabalho, até mesmo do Banco do Brasil, pois a abordagem prática da pesquisa explicita um mal-estar peculiar que se passa na entidade relacionado às questões políticas e partidárias atreladas ao governo federal. Acreditamos que este mal-estar estaria presente nas esferas administrativas de tantas outras empresas brasileiras, especialmente estatais, fundos de pensão e outros. Entretanto, tal assunto não é tão comum na literatura.

Portanto, para demonstrar tratar-se de um ambiente organizacional perpassado por questões políticas e partidárias, descrevemos os procedimentos e normas vigentes da entidade em pesquisa, tendo por base os anos de experiência da pesquisadora e a realização das duas entrevistas. Os próprios colaboradores da entidade se identificam como aqueles mais afinados aos políticos denominados de “direita”, e outros tantos vinculados aos políticos designados de “esquerda”, reforçando a mencionada disputa político-partidária dentro da entidade. Esta versão pós-moderna da “ideologização do poder” se faz presente na mentalidade de todos – representantes, conselheiros, colaboradores cedidos ou contatados, prestadores de serviços e assistidos– e nos levou a questionar qual seria atualmente o espaço para a “força” da

“meritocracia burocrática”. E, para responder de forma mais específica a estas questões, partimos da nossa experiência de quase dez anos de trabalho na área de gestão de pessoas da entidade, e elaboramos um detalhado levantamento de dados, contextualizando a história da Previ nos últimos 20 anos.

Realizamos o levantamento da legislação previdenciária e as reformas estatutárias da entidade, o mapeamento dos processos eleitorais na entidade para composição da diretoria executiva, conselhos deliberativo, consultivo e fiscal, identificamos representantes que acompanham a governança das empresas em que a entidade possui participação acionária, elaboramos um levantamento da rentabilidade dos planos de previdência da entidade com números expressivos nos resultados dos ativos com vultosa cifra junto ao montante do PIB brasileiro, listamos a diversidade de empresas sob a governança da entidade.

Os dados levantados reforçaram a relevância da entidade quanto ao poderio e execução de um projeto político-partidário, independente de tratar-se de “direita” ou de “esquerda”, e são bem expressivos na indicação do motivo da entidade ser alvo de tanta disputa política nos processos eleitorais entre representantes de chapas com apoio da ContrafCUT ou Anabb e cargos indicados pelo governo federal.

Ao analisarmos a estrutura de cargos na entidade<sup>115</sup> verificamos que a mesma é um lugar de nomeações com valores expressivos e possui uma política de pessoas que permite atrair profissionais do Conglomerado Banco do Brasil pela similaridade de remuneração.<sup>116</sup> Porém, estamos tratando de profissionais atuando em segmentos bem distintos, e vimos que há uma distância, ao se comparar uma empresa de economia mista, prestadora de serviços do ramo financeiro com uma entidade sem fins lucrativos do ramo de previdência denominado fundo de pensão. É uma estrutura que permite o exercício de profissionais em cargos de “confiança” vinculados ou não à militância político-partidária. E há ainda a possibilidade de atuação de representantes em conselhos de empresas que a Previ possui participação acionária, mesmo após fim do exercício do cargo na entidade.

No referido levantamento de dados, identificamos, ainda, que a composição dos órgãos sociais da Previ se renova a cada dois anos em até 50% de seus representantes, e sua

---

<sup>115</sup> Vale registrar o número de cargos gerenciais proporcionalmente aos cargos técnicos, uma média de 6,1 subordinados por gestor, quando comparamos os cargos executivos com os cargos denominados gerência média, esta relação cai para 2,0, isto significa que amplitude média de comando de um gerente executivo na entidade é em média de apenas dois gestores.

<sup>116</sup> Ponderamos que a remuneração salarial mensal de um executivo na entidade está atualmente, na faixa de R\$ 33 mil reais e de um gestor a quantia de R\$ 23 mil reais, cargos com exigência de experiência e formação nível superior. Tais valores de remuneração atestam ainda mais o porquê a entidade é um lugar tão concorrido e motivo de tantas disputas em processos seletivos e nas nomeações.

gestão é composta por 50% de indicados pelo Presidente do Banco do Brasil sob a orientação do governo federal... sempre funcionários de carreira do Banco do Brasil, e os outros 50% são eleitos pelo voto direto dos participantes e assistidos, chapas apoiadas pela ContrafCUT ou Anabb. Identificamos um baixo percentual de participação do corpo social na votação dos candidatos eleitos. Tal fato requer um estudo mais aprofundado para identificar suas principais causas. Seria um excesso de confiança nos rumos da entidade? Ou seria revelador de uma descrença com esses rumos, tendo em vista um ambiente perpassado por indicações políticas na escolha de seus representantes e, quiçá, do corpo técnico e gerencial? Esta é uma pergunta que deixamos para ser respondida no futuro.

Exposto o quadro organizacional, e percepções da entidade pesquisada, coube-nos ainda detalhar a mentalidade ali predominante. Preliminarmente, nos apoiamos na pesquisa brasileira que procurou detalhar a “cabeça do brasileiro” – crença, valores, certezas, preconceitos, e fomos fazendo uma leitura da “cabeça do brasileiro na Previ” conjugando-a ao trabalho de pesquisa coordenado pela Prof<sup>a</sup> Tania Coelho dos Santos (2008), *A cabeça do brasileiro no divã*, quando concluímos que o perfil predominante dos colaboradores da entidade é “arcaico”, “político”, “hierárquico”, “patrimonialista” e “familista”. Favoráveis ao “jeitinho brasileiro”, traço da moralidade brasileira que admite e legitima a existência de um meio-termo entre o certo e o errado. Segundo Almeida (2007), o “jeitinho” funciona como uma “estratégica de navegação social”; o “jeitinho” significa que, diante da burocracia, que opera segundo leis contraditórias e rígidas, o “jeitinho” seria uma forma de se ter acesso a direitos que, de outra forma, não seriam possíveis.

Na pesquisa de Almeida (2007), o trabalho implica consequências morais para os indivíduos e por isso aqueles que trabalham estão mais vinculados ao ideário moderno do que o arcaico, sendo, por isso, estatisticamente menos favoráveis ao “jeitinho” quando comparados aos que não trabalham. As sociedades caracterizadas por ideais mais igualitários são aquelas em que a hierarquia deve ficar circunscrita a contratos ou definida por mérito, mas, lamentavelmente, no Brasil, o grau de adesão aos valores hierárquicos ainda é muito elevado e isso se reflete fatalmente na composição das organizações. Coelho dos Santos (2008b) comentou a pesquisa de Almeida (2007) esclarecendo que uma das formas de burlar as regras do jogo social começa com o favorecimento de amigos, passando pelo recurso do famoso “jeitinho brasileiro” e chegando à transgressão da lei pelo suborno e a corrupção.

Ainda, visando aprofundar um pouco mais a questão da correlação de forças presentes na entidade, ou seja, a “burocracia meritocrática” *versus* “poder político-partidário” para escolha de cargos na entidade, inclusive de altos executivos que galgaram cargos pela via do

poder político, além do requerido preparo técnico e/ou gerencial, procuramos, através de duas entrevistas com militantes sindicais com experiência executiva, elucidar se haveria uso da Previ por partidos políticos, na forma de um “aparelhamento” que priorizasse a ação do poder de militantes políticos, sindicais ou de associações em contraposição ao poder “burocrático meritocrático”. No cotidiano da entidade, para muitos participantes e assistidos da entidade, não há nenhum motivo para se acreditar nesta possibilidade e nem provas da interferência de partidos políticos, mas, por sua vez, muitos outros acreditam no uso da entidade por partidos políticos, principalmente, nas nomeações de cargos de “confiança”. Também não podemos desconsiderar que na Previ ainda vigora o “voto de minerva” do presidente do Conselho Deliberativo, indicado pelo patrocinador Banco do Brasil, reforçando o poder da patrocinadora, indiretamente do governo federal, sob os participantes. É plausível que anos de militância sindical, política ou em associações, sejam consideradas relevantes no momento da composição de chapas, no momento da designação de pessoas para cargos de “confiança”.

Na entidade, o que pudemos testemunhar foi que muitos cargos são destinados a “companheiros” de campanha, de chapa, de militância política ou não, independente de “direita” ou de “esquerda” no poder, na prática, são sempre lembrados e muitas vezes escolhidos para cargos de “confiança”, em detrimento de outros profissionais meritocraticamente, por vezes, reconhecidamente como competentes. Lembramos aqui de Sérgio Buarque de Holanda (1995), citado por Cunha (2008), para quem os “laços de sangue e de coração” teriam fornecido o modelo obrigatório de qualquer composição social, mesmo em sociedades pautadas por princípios democráticos, sendo assim, podemos estender este comentário ao Brasil e, sem sombra de dúvida, a Previ.

Em referência aos “laços de sangue e coração”, olhando-os mais de perto na Previ, de tudo o que foi presenciado e escutado na entidade, o diálogo, a postura conciliadora, o compartilhamento, são atitudes muito mais próximas daqueles identificados na entidade como de “esquerda” do que aqueles de “direita”. Acreditamos que a experiência sindical ou a militância política partidária ou não, a visão do coletivo, a noção de classe, reforçaria a negociação, a mediação, o “companheirismo”, a “camaradagem” e até mesmo o “jeitinho” brasileiro. Ponderamos que, ainda que a “esquerda” tenha cometido os mesmos vícios da “direita”, sua representatividade na entidade não passou despercebida na conquista de maiores espaços democráticos, inclusive na conquista de direitos da categoria previdenciária, de maior participação dos associados, de um ambiente aberto a contribuições e mudanças. Por sua vez, a “direita” quando assumiu o poder na entidade, expos seus “favoritismos” e revelou

um cinismo que deu mostras da intransigência e da intolerância com as diferenças, fazendo valer o poder do cargo de forma arbitrária e autoritária.

Podemos também depreender que o espaço democrático assentado em negociações que resultaram em alteração estatutária e mudanças na legislação previdenciária implementadas na Previ, permitiram maior participação dos participantes e associados, cuja ação democrática eleitoral instaurada na entidade influenciou positivamente as mudanças na legislação dos outros fundos brasileiros; ainda que os meios da negociação não sejam divulgados. Por sua vez, o “voto minerva”, instituído arbitrariamente desde a década de 1990, ainda persiste como um fator explícito da efetiva desigualdade existente entre o poder das representatividades eleitas e o dos indicados pela patrocinadora.

De Sennett (2012) extraímos o conceito de “mentalidade consumptiva” que se adequa muito bem às novas políticas governamentais, aos negócios e ao contexto das novas instituições, inclusive a Previ. Em tempos de curto prazo, as formas mais lentas e constantes de crescimento se desgastam, deixando em desuso conceitos como o de meritocracia. Tal “paixão consumptiva” cai perfeitamente em instituições que inspiram nos trabalhadores uma “lealdade débil”, baixos níveis de confiança informal, altos níveis de angústia com a inutilidade e capitalizam relações humanas superficiais, mas vigorosas no novo capitalismo global. Neste sentido, segundo exposição dos entrevistados, a Previ hoje pode ser caracterizada como tempos de uma “mediocridade” em prol da sobrevivência e manutenção dos cargos. Isto é, as “políticas” internas podem corroborar para intimidar mentalidades mais críticas, deixando os colaboradores num eterno dilema ao tentar fazer a defesa da entidade, ponderando eventuais prejuízos em sua carreira na entidade. Para o segundo entrevistado o tempo atual na entidade pode ser definido como a época em que os “cabeças-de-bagre” chegaram ao poder.

Concluimos que, atualmente, na Previ, existe uma tripla correlação de forças dividida entre a “mentalidade político-partidária”, representada por dirigentes e trabalhadores vinculados ao movimento sindical e/ou ao Partido dos Trabalhadores e/ou à ideologia petista – relacionados à “esquerda”; existe outro grupo de representantes e trabalhadores que se alinham à “mentalidade BB”, considerados neutros, política e ideologicamente, por não defenderem explicitamente uma posição, são os ‘funcionários de carreira do Banco do Brasil’, estes não estão diretamente associados nem a “direita” e nem a “esquerda”, são discretos e no máximo apenas simpatizantes; e, há ainda, um terceiro grupo que se autointitula “independente”, que aqui denominamos de “mentalidade associados”, de representantes e

funcionários que chegaram ao poder na entidade com o apoio de vários elementos-chave, de pessoas-chave, vinculados prioritariamente à Anabb, identificados à “direita”.

Na Previ, tal como ocorre no cenário da política brasileira, ideologicamente, vemos nitidamente dois campos de atuação; de um lado, pessoas um pouco mais “liberais”, e, de outro, um pouco mais “socialistas”, associadas, respectivamente, à “direita” e à “esquerda”. Neste ponto, retomamos Aron (2016) ao esclarecer o “mito da esquerda”, esclarecendo que a mesma “esquerda” que requer igualdade na oposição contra os capitalistas que produzem riqueza, quando chega ao poder precisa conciliar o interesse da produção máxima com a preocupação igualitária. Podemos, assim, depreender que a diferença entre “direita” e “esquerda” brasileira, na prática, ocorre na esfera apenas de uma “disputa ideológica” pelo poder político-partidário, repercutindo direta ou indiretamente nas empresas e órgãos vinculados ao governo como estatais, ministérios, associações, e, conseqüentemente, nos fundos de pensão, inclusive na Previ. Nossa avaliação é de que realmente exista e se perpetua o modelo ideológico democrático que acredita nos ideais de liberdade e igualdade, mas, por ora, também se utiliza do “aparelhamento” de cargos/pessoas em prol dos objetivos daquele que está no poder e precisa atingir seus objetivos, independente de ser “direita” ou “esquerda”.

Temos que considerar que no contexto capitalista financeiro de disputa de poderio econômico, grandes corporações como Banco do Brasil, o fundo de pensão Previ, passaram a ser alvo de disputas e maior visibilidade no cenário político-econômico nacional. Presenciamos, nos últimos anos na entidade, um corpo de representantes ávidos por resultados imediatos e preocupados em garantir votos na próxima eleição. Desta forma, hoje, a “meritocracia burocrática” passou a ser vista como algo descartável e facilmente substituída por práticas de urgência, um movimento da entidade em direção ao atendimento tempestivo de interesses diversos. Um processo que permite que a disputa pelo poder “político-partidário” venha sobrepor-se à “meritocracia burocrática” e reforce tal mentalidade dos colaboradores e repercuta negativamente nos resultados futuros da entidade.

Mas, entendemos que a disputa de fato pelo poder se dá na esfera entre a “meritocracia burocrática” que quer aumentar ou manter seu poder e o poder “político-partidário”, este último com o apoio do “poder econômico”, visando a livre nomeação, o livre provimento de cargos, decisões e medidas administrativas e a manutenção no poder. Salientamos que seja importante mexer com a burocracia, muitas vezes refratária e engessada em defesa do interesse profissional na corporação, no sentido de um avanço administrativo, mas o que pudemos depreender na entidade, é que, realmente o poder “político-partidário” vem de



alguma forma para quebrar o engessamento burocrático e isso não seria ruim, mas, o problema é quando o poder “político-partidário” vem para deformar a máquina administrativa a serviço de interesses que não coincidem com o público, mesmo tendo sido eleito para isso, pois nem sempre na cena política brasileira o poder político se mostra defensor do interesse público.

Temos ciência de que a questão da urgência muitas vezes comparece no cenário político da pior maneira e que isso, muitas vezes, contrasta com a inércia da burocracia, já que a burocracia mais ou menos meritocrática pode tender a uma lentidão e precisa conjugar a urgência. Se por um lado a política é boa porque pressiona a urgência, por sua vez, frequentemente, ela atropela a qualidade dos processos baseados no mérito. Então, a questão da mentalidade talvez devesse girar em torno desse ponto de chegada, na questão do “poder econômico”, que é a questão crucial, Marx falava isso da propriedade dos bens de produção, mas o problemático é quando a urgência é somente do poder econômico, aí a situação fica realmente inviável. Em uma das entrevistas realizadas chegamos a uma boa definição do momento político no país seria de que a “chapa está quente”, não só na Previ, mas no cenário político, no judiciário e no legislativo brasileiro.

Com isso podemos concluir que há na entidade uma prática que reforça a política da urgência, solapando, muitas vezes, a “meritocracia burocrática”. Pelo que foi exposto e vivenciado na entidade, embora não fosse este o objetivo desta pesquisa, não podemos desconsiderar a existência de um “aparelhamento” instaurado dentro da organização, no que tange, especificamente, a definição de cargos e profissionais, ainda que respaldado por normas e critérios estabelecidos. Por outro lado, na visão dos dois entrevistados, o próprio modelo de governança instaurado não permitiria tal “aparelhamento”, naquilo que eles compreendem de mais nefasto para a entidade. Para eles, existira sim uma “ideologização” da disputa de poder entre representantes denominados “liberais” e “socialistas”, “direita” *versus* “esquerda”. Sendo assim, podemos considerar que na correlação de forças estabelecidas na entidade entre a “meritocracia burocrática” e o poder “político-partidário”, muitas vezes o segundo sobrepõem-se ao primeiro em prol de maiores interesses na concretização de objetivos pessoais.

E mais, a Previ está alinhada ao cenário hipermoderno do trabalho regido pelo mercado financeiro, afinal, a entidade é responsável pelo destino de bilhões em capitais. Ela é, por excelência, uma das grandes impulsionadoras da economia brasileira. Os efeitos do capital e da “acumulação flexível” se fazem notar nos seus colaboradores via mentalidade do “individualismo”, do “sobrevivencialismo”, da “superficialidade nas relações”, da “corrosão

do caráter”, da “efemeridade”, da “transitoriedade”. Portanto, a mentalidade dos colaboradores está fortemente marcada pelo “capital financeiro”, com a consolidação, há décadas, do poderio econômico da Previ.

A carreira na Previ, seja na própria entidade ou em Órgãos Sociais, ou em empresas de sua governança com assento nos conselhos de administração ou fiscal, está diretamente influenciada pelo vínculo ideológico a um partido, a uma associação, ou entidade sindical. Portanto, a ascensão da carreira, nas estatais e em seus fundos de pensão, vincula-se em essência à cena político-partidária brasileira. Na entidade, a influência ideológica dos militantes é notória, há o domínio de um discurso político-partidário que assegura o bem melhor para os seus, os mais “próximos”, os “companheiros”, os “apoiadores”.

Assim, há um mal-estar laboral que tende para o lado dos excluídos, aqueles não militantes que não conseguem êxito em suas carreiras na entidade apenas por mérito. É um bem-estar que pode ser posto no lado dos militantes, dos “companheiros”, daqueles que possuem sucesso, independente da meritocracia burocrática. O mérito, a competência, a realização de um bom trabalho não são suficientes para assegurar uma trajetória bem-sucedida na entidade. Ocorre aí um “rebaixamento” do “valor de uso” da carreira diante do “valor de troca”. Na Previ, em tempos do “novo espírito do capitalismo”, tudo é mercantilizável, inclusive a carreira.

Por tudo que apresentamos, a entidade não estaria descontextualizada deste mundo hipermoderno regido pelo capital financeiro, ao contrário, por ser a Previ um dos grandes fundos impulsionadores da economia brasileira, um dos grandes agentes de fomento da economia, tais efeitos do capital e da “acumulação flexível” se fazem notar claramente em seus colaboradores e estão presentes no “individualismo”, na “superficialidade nas relações”, na “corrosão do caráter”, na “efemeridade”, na “transitoriedade”. De nossa parte, por tudo que descrevemos, esperamos que o caso Previ “Maravilhosa” possa redirecionar o olhar visando o atendimento dos interesses coletivos de suas dezenas de milhares de participantes e assistidos.

Retomamos o contexto do trabalho no mundo hipermoderno regido pelo capital gerado pelo mercado financeiro e será que “podemos” dispensar o inconsciente, o trabalhador incansável descrito por Freud? Consideramos que o recalque já não é a condição psíquica predominante, e já estamos submetidos a um “olhar sem véu”, do olhar que “tudo vê”, com impactos do novo modo de funcionamento psíquico, inclusive no ambiente corporativo. Esta desmesura do capital pelo capital que de alguma forma subverteu a fórmula inicial marxista da mais-valia do excedente de trabalho propiciado pelo trabalhador na produção da mercadoria até chegar à mais-valia do excedente do dinheiro, do dinheiro que gera dinheiro

por si só, do dinheiro fictício, do dinheiro que circula pelo dinheiro no mercado financeiro mundial. Podemos, então, afirmar, que ambos os circuitos – econômico e pulsional – são hoje regidos prioritariamente pelo dinheiro.

Sem o trabalho da castração, do inconsciente, que implanta a consciência moral e limita as aspirações narcísicas e produz uma abertura para que o sujeito se volte para a coletividade, os ideais civilizatórios, o que ocorre é que o sujeito não abre mão de suas aspirações narcísicas, não regula seu gozo pelo limite do possível, não descortina a barreira do prazer, do bem e do belo, enfim não contribui para ao avanço da civilização. O que presenciemos é a utilização do trabalho para instrumentalizar interesses pessoais, ou político-partidários, ou interesses de “tribos”.

Se na época de Marx toda uma teoria econômica capitalista foi construída para atestar que o trabalhador não se apropriava de todo seu trabalho, havia um excedente contabilizado como mais-valia, hoje, na hipermodernidade seria o trabalho da menos mais-valia e do mais gozo. O sujeito do menos recalque seria o sujeito do mais gozo que dispensa o trabalho definido pela força do trabalho marxista. Estamos na era do “capital flexível”, que gira rápido, de pessoas que circulam rápidas e sem muitas “amarras”, do laço social frouxo que permite vínculos de trabalho mais tênues e menos duradouros, de sujeitos menos responsáveis e mais libertos das amarras do recalque. Se na mais-valia tínhamos o mais-de-gozo lacaniano construído para demonstrar que havia uma perda de gozo do sujeito com o trabalho, portanto, a menos (-) mais-valia implicaria em mais (+) gozo. Estaríamos nos tempos pós-modernos do menos (-) trabalho que reforçaria o (+) gozo.

Nesta linha de raciocínio, afinal, o “desbussolamento” pulsional poderia ser de alguma forma “regulável” por um pouco de mais (+) trabalho e um pouco de menos (-) gozo e (+) mais-de-gozar. Podemos pensar freudianamente que uma saída para civilização, para o fortalecimento do laço social, seria maior consistência do laço subjetivo pela via do trabalho, no que há de mais-de-gozar na mais-valia.

Ou seja, o grande desafio talvez seja como incrementar a mais-valia sem que elevemos ainda mais ao Zênite o objeto *a* incitado pelo poder capitalista. Como equilibrar esta economia de mercado entre capital-trabalho, ou melhor, como equilibrar o circuito pulsional sem correremos o risco de uma aporia do gozo masoquista. Neste sentido, estaríamos fazendo uma aposta na moral kantiana em contraponto à moral sadéana que impera na pós-modernidade deste ilimitado do gozo, lembrando aqui da tese de Coelho dos Santos (1999) de que a verdade do capitalismo é sadéana. Lembrando, ainda, as considerações de Miller (2004) quanto à alternância na sociedade da “metáfora da agricultura” pela “metáfora da indústria”,

após o divino Mercado financeiro descrito por Dufour (2009) qual será a próxima aposta capitalista?

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. (2007) **A cabeça do brasileiro**. Com a colaboração de Clifford Young. Rio de Janeiro: Record.

ALTHUSSER, L. (1985) **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução: Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal.

ARON, R. (2016) “O ópio dos intelectuais”. In: **Mitos políticos**. São Paulo: Três Estrelas.

BATISTA, A. & RASIA, G. (2015) Resenha: ZIZEK, Slavoj. Tradução: Rogério Bettoni. O ano em que sonhamos perigosamente. São Paulo: Boitempo, 2012. Adilson Carlos Batista, Gesualda dos Santos Rasia. *Organon*, Porto Alegre, v. 30, n. 59, p. 241-247, jul/dez. 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/organon/article/viewFile/56624/35588>. Acesso em 09/12/2016.

BIRMAN, J. (2010) Anotações do *Seminário Psicanálise e Filosofia*, ministrado no curso de mestrado e doutorado de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ.

\_\_\_\_\_. (2014) **O sujeito na contemporaneidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

BITTENCOURT, R. (2010) O valor sagrado do trabalho em Hesíodo. **Revista Espaço Acadêmico** nº 109, junho 2010, acesso em 10/04/2015.

BOLTANSKI, L. e CHIAPELLO, È. (2009) **O novo espírito do capitalismo**. Tradução: Ivone C. Benedetti, São Paulo: WMF Martins Fontes.

CANGUILHEM, G. (2011) **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

COELHO DOS SANTOS, T. (1999) “O objeto da psicanálise: de Freud a Lacan”. Transcrição e revisão geral de Rosa Guedes Lopes. Seminário ministrado junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2º semestre. Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. Inédito.

\_\_\_\_\_. (2001) **Quem precisa de análise hoje? O discurso analítico: novos sintomas e novos laços sociais**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

\_\_\_\_\_. (2006) **Sinthoma: corpo e laço social**. Rio de Janeiro: Sephora/UFRJ. Disponível em: [http://www.isepol.com/down\\_pos/sinthomacorpoeacosocial.pdf](http://www.isepol.com/down_pos/sinthomacorpoeacosocial.pdf). Acesso em 28/08/2014.

\_\_\_\_\_. (2008a) Sobre os princípios da psicopatologia psicanalítica: sexualização e invenção. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 55-68, março 2008. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n1/a06v11n1.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v11n1/a06v11n1.pdf). Acesso em 19/07/2014.

\_\_\_\_\_. (2008b) “Uma leitura politicamente incorreta da subjetividade do brasileiro”. In: COELHO DOS SANTOS & DECOURT (Org.) **A cabeça do brasileiro no divã**. Rio de Janeiro: Sephora.

\_\_\_\_\_. (2009). Disciplina Psicanálise e lógica ministrada no Programa de Pós-graduação em Teoria Psicanalítica da URFJ. Rio de Janeiro: Inédito.

\_\_\_\_\_. (2010) A dimensão real da inserção social na ordem simbólica. Disponível em: [www.isepol.com/asephallus/numero\\_11/artigos.html](http://www.isepol.com/asephallus/numero_11/artigos.html)>. Acesso em 31/07/2014.

\_\_\_\_\_. (2012) “Psicanálise e Recursos Humanos: novos sintomas e novos laços sociais no trabalho”. Inédito. Apresentação em 13/01/2012 no Encontro de Recrutamento e Seleção da Previ, como Professora Palestrante.

\_\_\_\_\_. (2015) O olhar sem véu: transparência e obscenidade. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**, v. 10, n. 20. Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus>. Acesso em 01/07/2016.

\_\_\_\_\_. (2016) O outro que não existe: verdade verídica, verdades mentirosas e desmentidos veementes. **Revista Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**. Ágora (Rio J.) vol.19 n.3 Rio de Janeiro Sept./Dec. 2016 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-14982016000300565&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982016000300565&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em 10/10/2016.

\_\_\_\_\_. & DECOURT, M. (Orgs.) (2008) **A cabeça do brasileiro no divã**. Rio de Janeiro: Sephora.

\_\_\_\_\_. & SANT’ANNA, A. (2009) “A psicanálise aplicada às organizações: sobre os efeitos subjetivos do discurso do capitalismo”. In: COELHO DOS SANTOS, Tânia (Org.) **Inovações no ensino e na pesquisa em psicanálise aplicada**. Rio de Janeiro: 7 Letras.

COSTA-MOURA, F. & BIANCO, A. (2006) “A psicanálise fracassa onde a religião triunfa: em torno do real e da ciência”. **Tempo Psicanalítico**, v.38, Rio de Janeiro: Sociedade de Psicanálise Iracy Doyle, p.165-179.

\_\_\_\_\_. (2016) Para bom entendedor, meia psicanálise basta? Texto apresentado no Encontro VI Simpósio do Isepol – Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana, *Invenções e desmentidos: verdade, mentira e ficção*. Plenária 3: *Invenções e Desmentidos*. Realizado de 30 de setembro a 1 de outubro de 2016, no Rio de Janeiro (RJ). Inédito.

CUNHA, Lucia Helena C. dos Santos. (2008) “Desordem urbana e jeitinho brasileiro”. In: COELHO DOS SANTOS & DECOURT (Org.) **A cabeça do brasileiro no divã**. Rio de Janeiro: Sephora.

DESCARTES, R. (1641/1999) “Meditações”. In **Descartes vida e obra**. São Paulo: Nova Cultural Ltda.

DUFOUR, D-R (2009) Conferência de Dany-Robert Dufour, “O divino mercado”, realizada em 08/08/2009, em evento promovido pelo CPRJ – Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro. Tradução: Helena Maria Andrade do Nascimento, junho de 2010. Cad. Psicanál.-CPrJ, rio de

Janeiro, ano 32, n. 23, p. 55-66, 2010. Disponível em: [http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno23\\_pdf/09-O%20DIVINO%20MERCADO\\_DANY-ROBERT%20DUFOUR.pdf](http://cprj.com.br/imagenscadernos/caderno23_pdf/09-O%20DIVINO%20MERCADO_DANY-ROBERT%20DUFOUR.pdf). Acesso em 10/10/2016

\_\_\_\_\_. (2005) **A arte de reduzir as cabeças: sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal**. Tradução: Sandra Regina Felgueiras. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

\_\_\_\_\_. (2015) A pleonexia, o que é?. Tradução: Flávia Lana Garcia de Oliveira. Revisão: Marília Amorim e Tania Coelho dos Santos. **Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana**. Rio de Janeiro, 10(20), 24-38, mai. a out. 2015. Disponível em: [http://www.isepol.com/asephallus/numero\\_20/pdf/a\\_pleonexia.pdf](http://www.isepol.com/asephallus/numero_20/pdf/a_pleonexia.pdf). Acesso em 10/10/2016.

FERREIRA, J. (2004) O sujeito adolescente trabalhador: uma abordagem preliminar com aprendizes do Programa Adolescente Trabalhador do Banco do Brasil em Belo Horizonte. Belo Horizonte (MG). Dissertação de conclusão da pós-graduação em Psicologia do Trabalho junto à UFMG – Departamento de Psicologia.

FOUCAULT, M. (1988) **História da sexualidade I: A vontade saber**. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon. Rio de Janeiro: Graal.

FREUD, S. (1893/1986) “Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: uma conferência. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.III, p.37-47.

\_\_\_\_\_. (1895-1895/1986) “Estudos sobre a histeria”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. II, p. 17-250.

\_\_\_\_\_. (1893-1895a/1986) “Casos clínicos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. II, p.55-190.

\_\_\_\_\_. (1893-1895b/1986) “Considerações teóricas”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.II, p.191-250.

\_\_\_\_\_. (1896a/1986) “Observações adicionais sobre as neuropsicoses de defesa”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. III, p. 151-176.

\_\_\_\_\_. (1896b/1986) “A hereditariedade e a etiologia das neuroses”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. III, p. 135-150.

\_\_\_\_\_. (1896c/1986) “A etiologia da histeria”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. III, p. 177-206.

\_\_\_\_\_. (1897 [1877-1897]/1986) “Sinopses dos escritos científicos do Dr. Sigmund Freud”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. III, p. 207-234.

\_\_\_\_\_. (1897/1987) “Correspondências a Fliess, na Carta 75”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. I, p. 287-291.

\_\_\_\_\_. (1900/1987) “A interpretação dos sonhos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. IV, p. 1-322.

\_\_\_\_\_. (1900-1901/1987) “A interpretação dos sonhos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. V, p. 323- 568.

\_\_\_\_\_. (1900a/1987) “O método de interpretação dos sonhos: análise de um sonho modelo”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. IV, p. 119-140.

\_\_\_\_\_. (1900b/1987) “O material e as fontes dos sonhos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. IV, p. 175-269.

\_\_\_\_\_. (1900c/1987) “O trabalho do sonho”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. V, p.323-348.

\_\_\_\_\_. (1900-1901/1987) “A psicologia dos processos oníricos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. V, p.349-350.

\_\_\_\_\_. (1900-1901/1987) “Sobre os sonhos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. V, p. 569-634.

\_\_\_\_\_. (1901/1976) “A psicopatologia cotidiana”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. VI, p. 13-349.

\_\_\_\_\_. (1905[1901]/1972) “Fragmentos da análise de um caso de histeria”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. VII, p. 1-122.

\_\_\_\_\_. (1904[1903]/1972) “O método psicanalítico de Freud”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. VII, p. 254-262.

\_\_\_\_\_. (1905a/1972) “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. VII, p. 123-253.



\_\_\_\_\_. (1905b/1972) “Os Chistes e sua relação com o inconsciente”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. VIII, p. 13-279.

\_\_\_\_\_. (1906/1972) “Meus pontos de vista sobre o papel desempenhado pela sexualidade na etiologia das neuroses”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. VII, p. 279-292.

\_\_\_\_\_. (1907/1976) “Atos obsessivos e práticas religiosas”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. IX, p. 119-134.

\_\_\_\_\_. (1908 [1907]/1976) “Escritores criativos e devaneio”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. IX, p. 147-160.

\_\_\_\_\_. (1908/1976) “Sobre as teorias sexuais das crianças”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. IX, p. 209-228.

\_\_\_\_\_. (1909/1974) “Análise de uma fobia de um menino de cinco anos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. X, p. 13-156.

\_\_\_\_\_. (1910a/1970) “Cinco lições de psicanálise”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XI, p. 3-52.

\_\_\_\_\_. (1910b/1970) “As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XI, p. 125-136.

\_\_\_\_\_. (1910c/1970) “A concepção psicanalítica da perturbação psicogênica da visão”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XI, p. 193-204.

\_\_\_\_\_. (1911/1969) “Notas psicanalíticas sobre um relato autobiográfico de um caso de paranoia (demência paranoide)”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, p. 13-110.

\_\_\_\_\_. (1912a/1974) “A dinâmica da transferência”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, p. 131-146.

\_\_\_\_\_. (1912b/1974) “Uma nota sobre o inconsciente na psicanálise”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, p. 323-336.

\_\_\_\_\_. (1913 [1912-13]/1974) “Totem e tabu”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, p.13-198.

\_\_\_\_\_. (1913a/1974) “A disposição à neurose obsessiva. Uma contribuição ao problema da escolha da neurose”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, p. 393-412.

\_\_\_\_\_. (1913b/1974) “Sobre o início do tratamento (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise)”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, p. 163-190.

\_\_\_\_\_. (1915 [1914]/1974) “Observações sobre o amor transferencial (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III) ”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, p. 207-226.

\_\_\_\_\_. (1914b/1974) “Recordar, repetir e elaborar (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise II)”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, p. 191-206.

\_\_\_\_\_. (1913-1914/1974) “*Fausse reconnaissance (Déjà raconté* no tratamento psicanalítico) ”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIII, p. 237-248.

\_\_\_\_\_. (1914a/1974) “História do movimento psicanalítico”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, p. 13-122.

\_\_\_\_\_. (1914c/1974) “Sobre o narcisismo: uma introdução”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, p. 85-122.

\_\_\_\_\_. (1915a/1974) “As pulsões e suas vicissitudes”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, p.129-164.

\_\_\_\_\_. (1915b/1974) “Recalque”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, p. 165-184.

\_\_\_\_\_. (1915c/1974) “O inconsciente”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, p. 185-248.

\_\_\_\_\_. (1916/1974) “Alguns tipos de caráter encontrados no trabalho psicanalítico”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, p. 351-380.

\_\_\_\_\_. (1917 [1915a]/1974) “Suplemento metapsicológico à teoria dos sonhos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, p. 249-270.

\_\_\_\_\_. (1917[1915b]/1974) “Luto e melancolia”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, p. 271-292.

\_\_\_\_\_. (1916-1917 [1915-1917]/1976) “Conferências Introdutórias sobre psicanálise” – Parte I. “Parapraxias” (1916 [1915]/1976) e II. “Sonhos” (1916 [1915-16]/1976). In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago v. XV, p.13-285.

\_\_\_\_\_. (1916 [1915]/1976) “Conferência I: Introdução”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XV, p. 27-38.

\_\_\_\_\_. (1916 [1915-16a]/1976) “Conferência X: Simbolismos nos sonhos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.XV, p. 179-202.

\_\_\_\_\_. (1916 [1915-16b]/1976) “Conferência XV: Incertezas e críticas”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v.XV, p. 273-285.

\_\_\_\_\_. (1916-1917 [1915-1917]/1976) “Conferências Introdutórias sobre psicanálise” – Parte III – “Teoria Geral das Neuroses” (1917 [1916-1917]/1976). In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago v. XVI, p.289-540.

\_\_\_\_\_. (1917[1916-17a]/1976) “Conferência XVI: Psicanálise e psiquiatria”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XVI, p. 289-304.

\_\_\_\_\_. (1917[1916-17b]/1976) “Conferência XX: A vida sexual dos seres humanos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XVI, p. 355-374.

\_\_\_\_\_. (1918 [1914]/1976) “História de uma neurose infantil”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, p. 13-156.

\_\_\_\_\_. (1919 [1918]/1976) “Linhas de progresso na terapia psicanalítica”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, p. 199-214.

\_\_\_\_\_. (1919a/1976) “Uma criança é espancada – uma contribuição ao estudo da origem das perversões sexuais”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, p. 223-256.

\_\_\_\_\_. (1919b/1976) “Prefácio a ritual: estudos psicanalíticos, de Reik”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, p.321-330.

\_\_\_\_\_. (1920/1976) “Além do princípio do prazer”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, p.13-88.

\_\_\_\_\_. (1921/1976) “Psicologia de grupo e análise do ego”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, p.89-182.

\_\_\_\_\_. (1923 [1922]/1976) “Dois verbetes de enciclopédia”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, p.285-314.

\_\_\_\_\_. (1923/1976) “O ego e o id”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, p.13-86.

\_\_\_\_\_. (1924/1976) “O problema econômico do masoquismo”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, p.197-214.

\_\_\_\_\_. (1924[1923]/1976) “Uma breve descrição da psicanálise”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, p.237-262.

\_\_\_\_\_. (1925/1976) “Prefácio à juventude desorientada, de Aichhorn”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, p.339-346.

\_\_\_\_\_. (1925[1922]/1976) “Breves escritos”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, p.355-366.

\_\_\_\_\_. (1925 [1924a]/1976) “As resistências à psicanálise”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XIX, p.263-282.

\_\_\_\_\_. (1925 [1924b]/1976) “Um estudo autobiográfico”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XX, p.13-94.

\_\_\_\_\_. (1926 [1925]/1976) “Inibição, sintoma e angústia”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XX, p.95-201.

\_\_\_\_\_. (1931[1927]/1974) “O futuro de uma ilusão”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, p.13-74.

\_\_\_\_\_. (1930 [1929]/1974) “O mal-estar na civilização”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, p.75-174.

\_\_\_\_\_. (1931/1974) “Sexualidade feminina”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, p.257-282.

\_\_\_\_\_. (1933 [1932]/1976) “Conferência XXXIII - Feminilidade”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXII, p.139-165.

\_\_\_\_\_. (1933 [1932]/1976) “Novas conferências introdutórias sobre psicanálise. Conferência XXXV - A questão de uma *Weltanschauung*”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXII, p. 13-222.

\_\_\_\_\_. (1937/1975) “Análise terminável e interminável”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, p. 239-288.

\_\_\_\_\_. (1939[1934-38]/1975) “Moisés e o monoteísmo – três ensaios”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, p. 13-164.

\_\_\_\_\_. (1940[1938]/1975) “Esboço de psicanálise”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, p. 165-329.

\_\_\_\_\_. (1940 [1938a]/1975) “A mente e o seu funcionamento” Parte I. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, p.71-121.

\_\_\_\_\_. (1940 [1938b]/1975) “O trabalho prático” Parte II. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, p. 124-164.

\_\_\_\_\_. (1940 [1938c]/1975) “Análise terminável e interminável”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, p. 239-288.

\_\_\_\_\_. (1940 [1938d]/1975) “Construções em análise”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, p. 289-304.

\_\_\_\_\_. (1940 [1938e]/1975) “Algumas lições elementares de psicanálise”. In: **Edição da standard brasileira de obras completas de Freud**. Tradução: Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, p. 313-322.

GARCIA, C. (1994) *Clínica do social*. Belo Horizonte: UFMG/Fafich. Dissertação de Mestrado em Psicologia.

\_\_\_\_\_. (1998) “O trabalho, sintoma do homem na “clínica do social”. In GOULART, B. e SAMPAIO, J. (Orgs.) *Psicologia do trabalho e gestão de recursos humanos: Estudos contemporâneos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

HARVEY, D. (2013) **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola

HOUAISS, A. (2004) **Minidicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva.

JAPIASSÚ, H. e MARCONDES, D. (2006) **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Zahar.

KANT, I. (1996) **Crítica da razão pura**. São Paulo: Nova Cultural. (Os pensadores)

LACAN, J. (1946/1998) “Formulações sobre a causalidade psíquica”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, p. 152-194.

\_\_\_\_\_. (1998) “Escritos”. In: **Kant com Sade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (1965-66/1998) “A ciência e a verdade”. In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 869-892.

\_\_\_\_\_. (2008) **O seminário, livro 16: De um Outro ao outro** [1968-1969]. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; [Tradução: Vera Ribeiro; preparação de textos André Telles; versão final Angelina Harari e Jésus Santiago]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (1974) A Terceira. Intervenção no Congresso de Roma (31.10.1974 / 3.11.1974), publicada em **Lettres de l'École freudienne**, nº 16, 1975, p.177-203. Texto estabelecido a partir da gravação dessa intervenção, feita por: Jean-Guy Godin, Charles Nawawi, Annie Staricky de Patrick Valas. Tradução: Analucia Teixeira Ribeiro. Para circulação interna na Escola Letra Freudiana.

\_\_\_\_\_. (1974/2005) **O triunfo da religião, precedido de discurso aos católicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. (1992) **O Seminário, Livro 17: O avesso da psicanálise** [1968-1970]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

LIPOVETSKY, G. (2005) **A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo**. Tradução: Therezinha Monteiro Deutsch. Barueri. São Paulo: Manole.

LYOTARD, J-F. (2015) **A condição pós-moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio.

MACHADO, L. (1994) “A educação e os desafios das novas tecnologias”. In: FERRETTI, C. *et al* (Orgs.) **Novas tecnologias, trabalho e educação: Um debate multidisciplinar**. Petrópolis (RJ): Vozes.

MACIEL, F. (2013) Controladoria de gestão na Previ: modelos, apoio à governança e Lei complementar 108 / Fabiano Romes Maciel. – 2013. 171 f. Dissertação (mestrado) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Orientador: Istvan Karoly Kaszvár.

MARTELLO, A. “O mal-estar na civilização” (1930 [1929]). Disponível em: <[www.isepol.com/mal\\_estar\\_civilizacao.html](http://www.isepol.com/mal_estar_civilizacao.html)>. Acesso em 21/07/2014.

\_\_\_\_\_. (sem data) “Psicologia das massas e análise do eu” (1921). Disponível em: <[www.isepol.com/psicologia\\_massas.html](http://www.isepol.com/psicologia_massas.html)>. Acesso em 21/07/2014.

MARX, K. (2013) **O Capital: crítica da economia política**, Livro I, v. I. Tradução: Reginaldo Sant’Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

MELMAN, C. (2003) **O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço**. Rio e Janeiro: Companhia de Freud.

MIGUEL, L. (2003) Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. [Revista de Sociologia e Política](http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a10.pdf), online version ISSN 1678-9873, Rev. Sociol. Polit. no.20 Curitiba June 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782003000100010>. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n20/n20a10.pdf>. Acesso em 09/10/2016.

MILLER, J.-A. (1999) **Lacan elucidado: palestras no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

\_\_\_\_\_. (2007) “Una lectura”. In: ALVARENGA, E. FAVRET, E. e CÁRDENAS, H. (Orgs.) **A variedade da prática: do tipo clínico ao caso único em psicanálise** – Terceiro Encontro Americano, XV Encontro Internacional do Campo Freudiano. Tradução: Elisa Alvarenga. Rio de Janeiro: Contra Capa, p. 23-32.

\_\_\_\_\_. (2004) - IV Congresso AMP/Comandatuba. Tradução e estabelecimento de texto: Vera Avellar Ribeiro. Textos para o VIII Congresso da Associação Mundial de Psicanálise – AMP – A ordem simbólica no século XXI não é mais o que era. Que consequências para a cura?, 23 a 27 de abril de 2012, Hotel Hilton - Macacha Güemes 351, Puerto Madero - Cidade de Buenos Aires, Argentina. Disponível em <http://www.congresoamp.com/pt/template.php?file=T/extos/Conferencia-de-Jacques-Alain-Miller-en-Comandatuba.html>. Acesso em 09/06/2016.

\_\_\_\_\_. (2005/1996-1997) **El Otro que no existe y sus comités de ética**. Buenos Aires: Paidós.

\_\_\_\_\_. (2008) Coisas de fineza em psicanálise, Orientação lacaniana III, 11. Documento de trabalho para os seminários de leitura da Escola Brasileira de Psicanálise. Disponível em: [www.institutopsicanalise-mg.com.br/horizontes/textos/licoes.pdf](http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/horizontes/textos/licoes.pdf). Acesso em 26/07/2014.

\_\_\_\_\_. (2010/2006) **Perspectivas do seminário 23 de Lacan: O Sinthoma**. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. (2011/2009) **Perspectivas dos Escritos e dos Outros escritos de Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. (2014) O inconsciente e o corpo falante, conferência de encerramento apresentada no IX Congresso da Associação Mundial de Psicanálise (AMP), Paris, 14 de abril. Disponível em: <http://www.wapol.org/Template.asp>. Acesso em 26/07/2014.

MILNER, J.-C. (1996) “O doutrinal da ciência”. In: **A obra clara, Lacan, a ciência, a filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 28-62.

MILLER & MILNER, J.-C. (2006). **Você quer mesmo ser avaliado?** São Paulo: Manole.

RAMOS, G. (2006) A sociologia de Max Weber: Sua importância para a teoria e a prática da Administração. **Revista do Serviço Público**, 57 (2): 267-282 Abr/Jun Brasília. Acesso em 12/12/2015.

SADE, Marquês de. (1999) **A filosofia na alcova ou os preceptores imorais**. São Paulo: Iluminuras.

SANT'ANNA, A. (2017) Anotações e comentários sobre a apresentação da tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da UFRJ.

SANTOS, E. e FERREIRA, T. (1996). **Trabalho por quê?** Belo Horizonte: Segrac.

SANTOS, José Henrique (1993) “Introdução”. In: **Trabalho e riqueza na Fenomenologia do espírito de Hegel**. São Paulo: Loyola.

SENNETT, R. (2002) **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Tradução: Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record.

\_\_\_\_\_. (2012) **A cultura do novo capitalismo**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record.

SMITH, A. (2013) **A riqueza das nações**, v. I. Tradução: Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: WMF Martins Fontes.

TEIXEIRA, A. (2006) “Sujeito sem qualidades, ciência sem consciência”. In: TEIXEIRA, A. & MASSARA, G. (Orgs.). **Dez encontros: psicanálise e filosofia**. Belo Horizonte: Opera Prima, p. 235-248.

\_\_\_\_\_. (2008) O objeto da psicanálise no impasse da avaliação. **Psicologia em Revista** 37, Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 37-46, junho 2008. Disponível em: [www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php](http://www.pepsic.bvsalud.org/scielo.php). Acesso em 21/08/2015.

VIGANÒ, C. (2010) Avaliação e evidência clínica na saúde mental. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 469-481, setembro 2010. Disponível em [www.scielo.br/pdf/rlpf/v13n3/a07v13n3.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v13n3/a07v13n3.pdf). Acesso em 20.08.2011.

WEBER, M. (2004) **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. Revisão técnica, edição de texto, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo de Antônio Flávio Pierucci. São Paulo: Companhia das Letras.



## ANEXO

### Quadro 12: Histórico da Previ

#### Nossa história<sup>117</sup>

##### **Pensando sempre à frente, há mais de um século.**

Criada em 1904, a PREVI instituiu a seguridade social no País antes mesmo da criação do INSS. Passado mais de um século, a PREVI é uma instituição sólida que, procurando antecipar-se sempre às mudanças e necessidades de seus participantes, é reconhecida como referência em planos de previdência complementar.

#### **1904** UM PROJETO DE FUTURO

No início do século passado, um grupo de funcionários coloca em prática um projeto ambicioso e incomum na sociedade brasileira da época: a criação de um fundo de pensão para garantir segurança e tranquilidade no futuro. No dia 16 de abril de 1904, o sonho transforma-se em realidade e é criada a Caixa Montepio dos Funcionários do Banco da República do Brasil, com 52 associados.

#### **1905** AMPARO AO TRABALHADOR

A direção do Banco do Brasil auxilia seus funcionários afastados do trabalho por invalidez ou idade, pagando-lhes integralmente o salário que recebiam quando estavam na ativa. Esta preocupação é registrada no Relatório Anual à Assembleia Geral dos Acionistas: “Não seria digno do Banco desamparar seus servidores na velhice e na invalidez”.

#### **1911** AMPARO AO TRABALHADOR

Em 3 de abril, a Assembleia Geral dos Acionistas resolve destinar, semestralmente, a doação de um valor fixo à Caixa Montepio. A decisão é regulamentada e registrada no Relatório Anual da Caixa Montepio dos Funcionários do Banco do Brasil.

#### **1913** AMPARO AO TRABALHADOR

Na Assembleia Geral de 29 de abril, é regulamentada uma proposta de aposentadoria custeada pelo Banco do Brasil para empregados com mais de 30 anos de serviço ou considerados inválidos por uma junta médica, e que tenham mais de dez anos de serviço efetivo.

#### **1923** APOSENTADORIA CUSTEADA

Votação da 1ª lei criando a primeira caixa de aposentadoria chamada lei Elói Chaves. Neste mesmo ano foi criado o Fundo de Beneficência dos Funcionários do Banco do Brasil com a finalidade de dar assistência aos funcionários afastados.

#### **1926** CRIAÇÃO DA CAIXA DE PECÚLIOS

<sup>117</sup> Disponível em: <http://www.previ.com.br/a-previ/nossa-historia>. Acesso em 20/08/2016.

É instituída a Caixa de Pecúlios dos Funcionários do Banco do Brasil. Com ela, a família do funcionário falecido passa a receber, de uma só vez, o benefício pecuniário. É independente dos planos de benefícios e mantém-se por meio de contribuições específicas.

**1930****MÉDICOS DO BANCO DO BRASIL / UMA CAIXA MAIS MODERNA**

É organizado o Serviço Médico do Banco do Brasil, o que significou, segundo relatório apresentado no ano seguinte na Assembleia Geral dos Acionistas, “uma economia considerável na aplicação dos dinheiros do Fundo”.

**1933****UMA CAIXA MAIS MODERNA**

A Diretoria do Banco transforma o Fundo de Beneficência em Fundação, “entidade jurídica autônoma, administrada pelos próprios funcionários”, mas sob sua fiscalização; e resolve repassar à Caixa Montepio, às voltas com um déficit, a cota de 1% do lucro líquido semestral da instituição, que antes era destinada ao Fundo de Beneficência, cujo patrimônio já se encontrava integralizado.

**1934****FACILIDADES DE CARTEIRA DE EMPRÉSTIMOS**

Em julho, foi criada a Caixa de Empréstimos aos Funcionários do Banco do Brasil, que oferecia uma modalidade de crédito semelhante aos “empréstimos rápidos”. O Governo Federal decreta a criação do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários (IAPB), que, diferentemente das caixas, que se organizavam por empresa, deveriam oferecer cobertura previdenciária a toda categoria.

**1936****O SONHO DA CASA PRÓPRIA**

A Caixa da Previdência cria os “empréstimos hipotecários” destinados à “construção, aquisição e reformas de casas residenciais ou liquidação de hipotecas”.

**1944****NOVOS BENEFÍCIOS PARA OS ASSOCIADOS**

Em 27 de janeiro, é criada a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil com o objetivo de ressarcir as despesas de saúde do corpo social da instituição, que também presta serviços médicos. Só no primeiro ano se associam cerca de 3,5 mil funcionários do Banco.

**1966****A NOVA PREVIDÊNCIA**

O IAPB, Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários, é extinto e surge o Instituto Nacional da Previdência Social, o INPS, que une diversos institutos previdenciários.

**1967****A CAPRE E A NOVA PREVIDÊNCIA**

A Caixa de Previdência foi autorizada a receber como sócios todos os funcionários que até então eram vinculados unicamente ao antigo IAPB. A antiga Caixa da Previdência desaparecia, dando lugar à CAPRE, que buscava adaptar-se ao novo ambiente institucional da previdência do país. O novo fundo torna-se então a entidade complementadora de benefícios de aposentadoria e pensões de funcionários do Banco do Brasil.

**1977****LEI REGULAMENTA A PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Em 15 de julho, é promulgada a Lei 6.435, que inaugura a regulamentação da previdência privada. Esta lei organizava o setor, estabelecendo a distinção entre as entidades abertas e as entidades fechadas de previdência privada.

**1980****PREVI SUPERA O DÉFICIT**

A década de 80 teve como marco inicial a superação do crescente déficit técnico apresentado pela entidade, gerado pelas inconsistências herdadas do antigo Estatuto de 1967, quando assumiu compromissos relativos a benefícios para funcionários que, até então nunca haviam contribuído para o seu fundo.

**1988****ELEIÇÕES NA PREVI**

Pela primeira vez em uma eleição para a Diretoria da PREVI, houve mais de uma chapa concorrendo. A partir daí, as eleições para a Diretoria Deliberativa e o Conselho Fiscal passaram a ser mais competitivas efetivamente, assim como a participação dos associados tornou-se mais intensa.

**1991****PREVI ADQUIRE AÇÕES DA USIMINAS**

A PREVI participa da privatização da USIMINAS, primeira estatal brasileira a ter seu controle acionário transferido para agentes privados. Na ocasião, a PREVI adquire 14,94% do capital votante da empresa, o que lhe permite a indicação de representante para o Conselho de Administração.

**1992****UMA FORÇA EMERGENTE NA ECONOMIA**

A PREVI vence os leilões de privatização da ACESITA, Companhia de Aços Especiais Itabira, adquirindo também cerca de 15% do capital volante e liderando um acordo de acionistas que acaba por eleger a nova diretoria da empresa.

**1997****NOVO MODELO DE GESTÃO E CRIAÇÃO DO PREVI FUTURO**

A Reforma Estatutária de 1997 introduz o modelo de gestão participativa na PREVI e promove a ampliação da participação dos associados nos destinos da entidade. É criado o PREVI Futuro, Plano destinado aos novos funcionários do Banco do Brasil.

**1998****PARIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES**

É promulgada a Emenda Constitucional n. 20, que introduz a norma da paridade das contribuições entre patrocinadores e associados. A medida repercute sobre a PREVI, na medida em que ela praticava, até então, a fórmula 2:1, ou seja: duas partes de contribuição da patrocinadora para 1 parte do associado.

**2001****NOVAS REGRAS SÃO IMPLEMENTADAS**

Promulgação das Leis Complementares 108 e 109, as quais vêm substituir a Lei 6.435 e decretos que a complementam na normatização do funcionamento dos fundos de pensão e das demais entidades de previdência complementar. Entre os principais impactos dessa nova legislação sobre a PREVI está um maior controle, pelas patrocinadoras, do processo decisório nas entidades vinculadas a empresas públicas, por meio do voto de qualidade.

**2002****PREVI SOFRE INTERVENÇÃO**

A PREVI sofre, por cerca de 40 dias, intervenção do Ministério da Previdência e Assistência Social por não proceder a alteração estatutária que introduziria na entidade o voto de qualidade da patrocinadora.

## 2004 CENTENÁRIO DA PREVI

No seu centenário, a PREVI é o mais importante fundo de pensão do país e o maior da América Latina. Durante todo esse tempo, a PREVI vem permitindo a seus associados garantias de segurança e tranquilidade no futuro. No início, foram 52 sócios. Após 100 anos, eram 120 mil.

## 2005 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A PREVI foi a única instituição da América Latina convidada a participar da reunião da ONU que discutiu a elaboração dos Princípios para o Investimento Responsável - PRI e Governança Corporativa.

## 2005 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Os recursos totais da PREVI alcançaram a marca histórica dos R\$ 106 bilhões, aproximadamente 30% do total dos recursos dos fundos de previdência brasileiros. Os resultados positivos permitiram o aumento dos benefícios, com a redução da Parcela PREVI (PP), e a redução das contribuições em 40%.

## 2007 SUPERÁVIT PERMITE MAIS BENEFÍCIOS PARA OS ASSOCIADOS

A suspensão da cobrança de contribuições do Plano de Benefícios 1 foi uma das medidas aprovadas para utilização do superávit. As mudanças no Regulamento do Plano 1 permitiram o pagamento de diversos benefícios especiais aos participantes, conforme a situação de cada grupo. Neste mesmo ano, a PREVI volta a conceder financiamentos imobiliários por meio da Carim 2007.

## 2008 CRISE MUNDIAL NÃO IMPEDE A EVOLUÇÃO DOS PLANOS

A PREVI, mesmo diante do cenário de crise econômica mundial e apesar do resultado negativo do exercício, manteve a situação superavitária do Plano 1 e, no Plano PREVI Futuro, alcançou a marca de R\$ 1 bilhão em ativos e mais de 52 mil associados. Importante destacar também a redução da taxa de administração e o aumento do limite de crédito do Empréstimo Simples, a abertura da carteira imobiliária para o PREVI Futuro e a melhoria dos canais de comunicação com os participantes.

## 2009 IMPORTANTE RESULTADO EM ANO DE INCERTEZAS

O ano começou cercado de incertezas e terminou com um ótimo resultado, que ratifica, mais uma vez, a solidez da PREVI e sua capacidade de superar desafios. O lançamento do programa Perfis de Investimento, o aumento de limite e de prazo para as operações de Empréstimo Simples e a extensão do financiamento imobiliário para os participantes do PREVI Futuro e para aqueles do Plano 1 que já quitaram o financiamento anterior foram os destaques do ano.

## 2010 INVESTIMENTO COM RESPONSABILIDADE

Em 2010, o PREVI Futuro superou a marca de R\$ 2 bilhões em ativos. No Plano 1, foi aprovada a destinação da Reserva Especial, com a incorporação dos Benefícios Especiais de Remuneração e de Proporcionalidade ao Passivo Atuarial do Plano, o pagamento do Benefício Especial Temporário (BET) e a suspensão das contribuições dos participantes por mais três anos consecutivos. A PREVI sediou a primeira reunião, no Brasil, da cúpula do *Principles for Responsible Investment* – PRI, com a participação dos maiores investidores do mundo.

## 2011 SOLIDEZ E CONQUISTAS

A solidez dos ativos, a ênfase na diversificação e a observância da Política de Investimentos da PREVI foram capazes de amenizar os efeitos da crise europeia. A consolidação e a continuidade do pagamento do BET foram conquistas relevantes para os participantes do Plano 1. O PREVI Futuro segue em fase de acumulação com a diversificação e a ampliação da sua carteira de investimentos e o crescente número de adesões ao Plano.



## NOVO CENÁRIO

Em um cenário novo no país, de taxas de juros baixas, a PREVI diversificou ainda mais os seus investimentos, com destaque para os empreendimentos imobiliários. Outra iniciativa importante foi a aprovação da possibilidade de investimento direto no exterior. O resultado do Plano 1 permitiu a manutenção da suspensão das contribuições e do pagamento do Benefício Especial Temporário (BET) por mais um exercício.

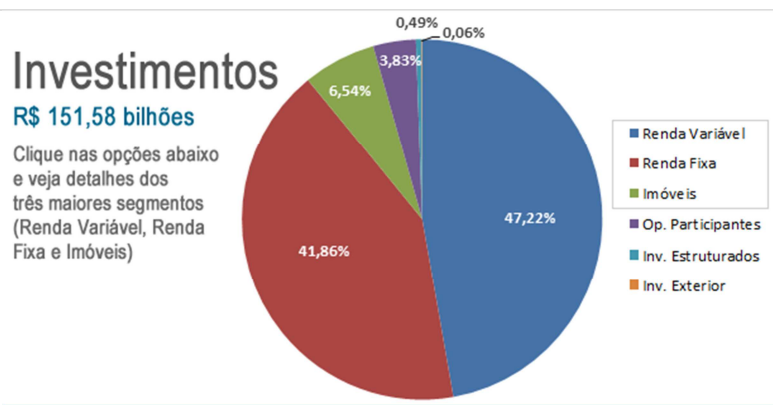
**Gráfico 5:** Plano 1 - Rentabilidade 1º Semestre/2016<sup>118</sup>

No segmento de Renda Variável, a rentabilidade manteve-se positiva, 6,62% (7,33% no primeiro trimestre). Algumas empresas apresentaram desempenho de destaque: Banco do Brasil ON (19,71%), Petrobras PN (40,60%) e CPFL Energia (40,47%). Estão alocados R\$ 71,6 bilhões em Renda Variável. Cabe ressaltar que alguns ativos, como a Vale e a Neoenergia, são avaliados apenas no final do exercício e ainda não impactaram a rentabilidade dos investimentos no semestre.

#### Recuperação dos ativos se intensifica em julho

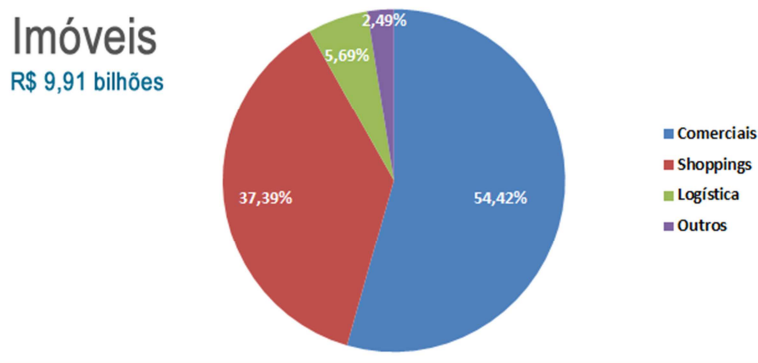
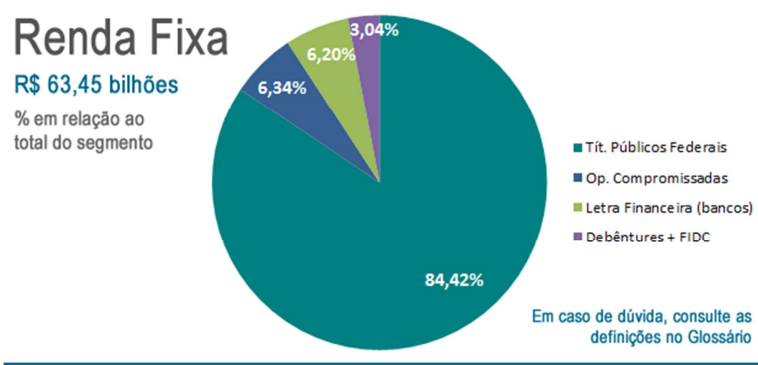
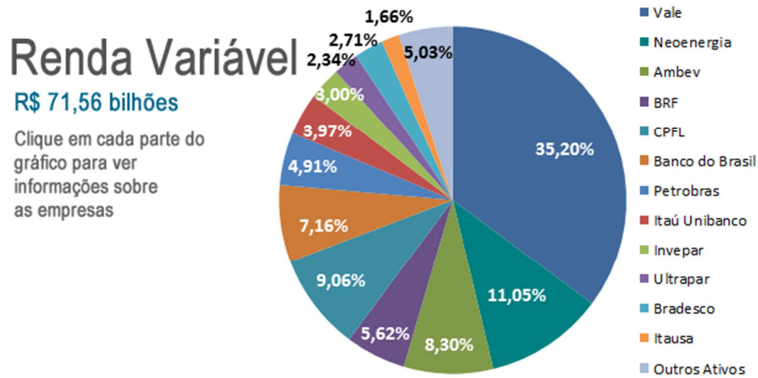
O início do segundo semestre aponta para a manutenção do processo de recuperação dos ativos do Plano 1, que já totalizavam cerca de R\$ 159 bilhões. A rentabilidade acumulada já estava acima dos 11% e superando a meta atuarial.

A PREVI reafirma que os fundamentos das suas políticas de investimentos são bons e que seus ativos são sólidos e saudáveis. Entretanto, passamos por um cenário em que o país ainda não retomou o caminho consistente de crescimento econômico e que as oscilações de mercado têm ocorrido com frequência, com forte influência nos resultados alcançados.

**Gráficos 6 – Plano 1 – Investimentos 1º Semestre/2016**

<sup>118</sup> Disponível em: <http://www.previ.com.br/resultado/index.html#tab-nav-2>. Acesso em 11/08/2016.





#### OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

O Segmento apresentou desempenho de 8,35% no semestre, com saldo de R\$ 5,83 bilhões. Deste total, R\$ 4,68 bilhões estavam alocados em Empréstimos e R\$ 1,15 bilhão em Financiamentos Imobiliários.

#### INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Os Investimentos Estruturados têm horizonte de médio a longo prazo. Rentabilidades baixas ou até negativas na fase inicial, quando há desembolso, são comuns. o retorno positivo tende a acontecer na fase final, em função de reavaliação ou venda dos ativos.

#### INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Proporcionalmente ao patrimônio total do Plano, os ativos investidos no exterior ainda representam pouco, a tendência é que o setor ganhe importância no médio prazo, pois é importante para a estratégia de diversificação.

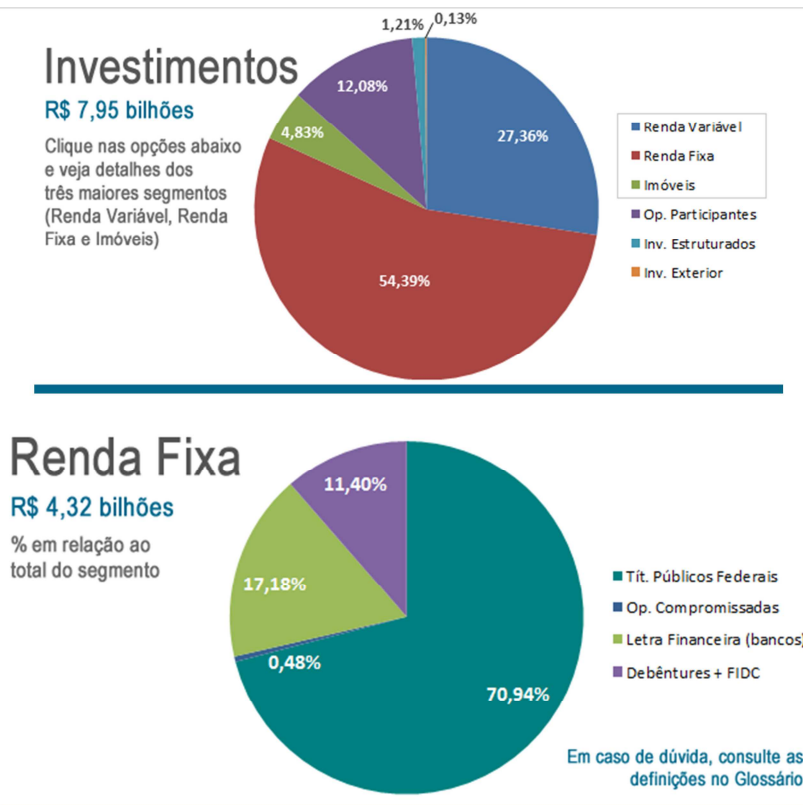
**Gráfico 7:** Previ Futuro - Rentabilidade 1º Semestre/2016

A Renda Fixa teve rentabilidade de 11,08% no 1º semestre, com destaque para a carteira de títulos públicos para negociação. Outro segmento que também apresentou excelente rentabilidade foi o de Investimentos Estruturados, com 11,93% no 1º semestre.

#### Início do segundo semestre mostra boas perspectivas

Em julho, o PREVI Futuro teve rentabilidade de cerca de 17%, quase o dobro da meta do período, de 8,82%, e avançou em torno de R\$ 1,7 bilhão em ativos, superando a casa dos R\$ 8,5 bilhões em ativos totais.

A PREVI reafirma que os fundamentos das suas políticas de investimentos são bons e que seus ativos são sólidos e saudáveis. Entretanto, passamos por um cenário em que o país ainda não retomou o caminho consistente de crescimento econômico e que as oscilações de mercado têm ocorrido com frequência, com forte influência nos resultados alcançados.

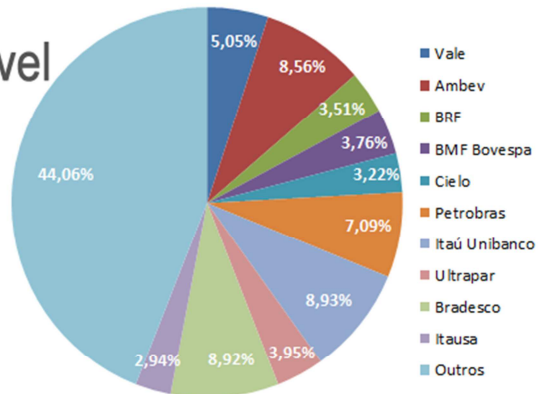
**Gráficos 8:** Previ Futuro – Investimentos 1º Semestre/2016



## Renda Variável

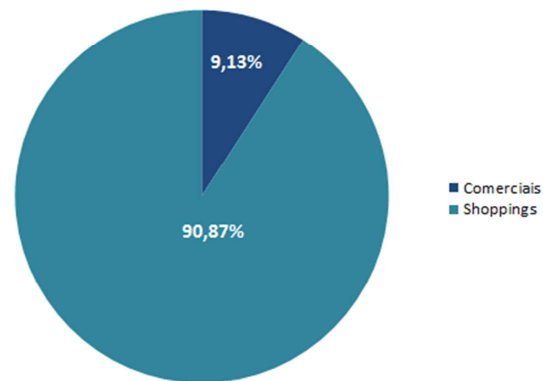
R\$ 2,17 bilhões

Clique em cada parte do gráfico para ver informações sobre as empresas



## Imóveis

R\$ 384 milhões



### OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES

A carteira Crédito ES Décimo Terceiro, criada em março/2016, referente aos contratos de crédito pessoal vinculado ao 13º Salário, obteve rentabilidade de 5,26% no semestre, com saldo de R\$ 10,84 milhões. Já a carteira Crédito Rotativo, que possui o maior volume (R\$ 892,27 milhões), rendeu 8,26% no mesmo período. A carteira para novos financiamentos imobiliários obteve rentabilidade de 6,32% no semestre, com saldo de R\$ 11,10 milhões. Já a carteira CARIM – PREVI Futuro, que possui o maior volume (R\$ 47,17 milhões), rendeu 8,05% no semestre.

### INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS

Os Investimentos Estruturados têm horizonte de médio a longo prazo. Rentabilidades baixas ou até negativas na fase inicial, quando há desembolso, são comuns. o retorno positivo tende a acontecer na fase final, em função de reavaliação ou venda dos ativos.

### INVESTIMENTOS NO EXTERIOR

Proporcionalmente ao patrimônio total do Plano, os ativos investidos no exterior ainda representam pouco, a tendência é que o setor ganhe importância no médio prazo, pois é importante para a estratégica de diversificação.

**Tabela 1 – Governança Empresas Participadas<sup>119</sup>:**

Empresas Participadas	% PREVI
521 PARTICIPAÇÕES	100
SAUÍPE	100
FIAGO	51,89
NEOENERGIA S.A.	49,01
CPFL ENERGIA	29,45
TUPY	26,03
INVEPAR	25,53
PARANAPANEMA	23,96
NEWTEL PART.	22,54
INVITEL LEGACY	19,99
JEREISSATI TELECOM	19,78
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES	18,42
KEPLER WEBER	17,48
VALE	15,68**
FRAS-LE	12,93
SUL 116 PARTICIPAÇÕES	11,17
BRF - BRASIL FOODS S.A.	10,65
BANCO DO BRASIL	9,98
RANDON	6,03
EMBRAER	4,79
ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES	4,25
PETROBRAS	2,83
SETE BRASIL	2,30*
AFLUENTE GERAÇÃO	2,29
AFLUENTE TRANSMISSÃO	2,29
COELBA	2,29
ITAUSA	2,13
AMBEV	1,95
MAGAZINE LUIZA	1,81
ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.	1,6
COSERN	1,54
BRADERCO	1,42
FORJAS TAURUS	1,22
FIBRIA CELULOSE	0,69
BB SEGURIDADE	0,65
RUMO LOGÍSTICA	0,58
SUZANO PAPEL E CELULOSE	0,37
KLABIN	0,14
METALÚRGICA GERDAU S.A.	0,13
GERDAU	0,12
WEG	0,08

\* Participação via Fundo de Investimentos em Participações Sondas - FIP Sondas.  
\*\* Reflete a participação direta (Previ Futuro) e indireta (Plano1), considerando ações resgatáveis.

<sup>119</sup> Disponível em: <http://www.previ.com.br/investimentos/empresas-participadas/>. Acesso em 11/08/2016.

**Tabela 2 – Governança Empresas Participação Acionária e Conselhos<sup>120</sup>**

Empresa	Sit. Prof.	Cargo	Empresa	Sit. Prof.	Cargo
AMBEV S/A	APO	CFT	PARANAPANEMA	EXT	CAT
AMBEV S/A	APO	CFS	PARANAPANEMA	APO	CAS
BRF S.A.	APO	CAS	PARANAPANEMA	APO	CAS
BRF S.A.	PREVI	CAT	PARANAPANEMA	APO	CAT
CPFL ENERGIA	PREVI	CAT	PARANAPANEMA	APO	CAT
CPFL ENERGIA	APO	CFS	PARANAPANEMA	APO	CFT
CPFL ENERGIA	APO	CAT	PARANAPANEMA	OUTROS	CAS
CPFL ENERGIA	APO	CFT	PARANAPANEMA	APO	CFS
CPFL ENERGIA	APO	CFS	RANDON	APO	CFS
CPFL ENERGIA	BB	CFT	RANDON	APO	CFT
CPFL ENERGIA	APO	CAS	RANDON	APO	CAT
CPFL ENERGIA	APO	CAS	RUMO LOGISTICA S/A	APO	CAS
EMBRAER S.A.	BB	CFT	RUMO LOGISTICA S/A	APO	CAT
EMBRAER S.A.	APO	CFS	SAUIPE S.A.	PREVI	CAT
EMBRAER S.A.	APO	CAT	SAUIPE S.A.	APO	CAS
FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A.	APO	CAT	SAUIPE S.A.	APO	CAS
FIAGO PARTICIPAÇÕES S.A.	PREVI	CAT	SAUIPE S.A.	APO	CAS
FORJAS TAURUS	EXT	CAT	SAUIPE S.A.	APO	CAT
FRASLE	APO	CFT	SAUIPE S.A.	QS	CAT
FRASLE	APO	CAT	SUL 116 PARTICIPAÇÕES S/A	PREVI	CAT
FRASLE	APO	CFS	TUPY	APO	CFS
GERDAU S/A	APO	CFT	TUPY	APO	CFT
GERDAU S/A	APO	CFS	TUPY	APO	CAS
GTD PART.	PREVI	CAS	TUPY	APO	CAS
GTD PART.	PREVI	CAT	TUPY	APO	CAT
INVEPAR	APO	CAS	TUPY	APO	CAT
INVEPAR	PREVI	CAT	TUPY	EXT	CAS
INVEPAR	APO	CAS	TUPY	APO	CAT
INVEPAR	BB	CAT	ULTRAPAR PART.	BB	CFT
INVEPAR	APO	CFT	ULTRAPAR PART.	APO	CFS
INVEPAR	APO	CFS	ULTRAPAR PART.	BB	CAT
INVITEL LEGACY	PREVI	CAS	VALE	BB	CFT
INVITEL LEGACY	PREVI	CAT	VALE	APO	CFS
ITAU UNIBANCO HOLDING S/A	EXT	CFT	VALE	PREVI	CAS
ITAU UNIBANCO HOLDING S/A	EXT	CFS	VALE	APO	CAS
ITAUSA	APO	CFT	VALE	PREVI	CAT
ITAUSA	EXT	CFS	VALE	EXT	CAT
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.	APO	CFT	VALE	QS	CAS
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.	APO	CFS	VALE	PREVI	CAT
JEREISSATI PARTICIPAÇÕES S.A.	APO	CAT	VALE	APO	CAS
JEREISSATI TELECOM S.A.	APO	CFT	VALE	APO	CAT
JEREISSATI TELECOM S.A.	APO	CFS	VALE-LITEL	PREVI	CAT
JEREISSATI TELECOM S.A.	APO	CFS	VALE-LITEL	PREVI	CAT
JEREISSATI TELECOM S.A.	BB	CFT	VALE-LITEL	PREVI	CAT
JEREISSATI TELECOM S.A.	APO	CAT	VALE-LITELA	PREVI	CAT
KEPLER WEBER	APO	CFS	VALE-LITELA	PREVI	CAT
KEPLER WEBER	APO	CFT	VALE-LITELA	PREVI	CAT
KEPLER WEBER	APO	CAT	VALE-LITELB	PREVI	CAT
KEPLER WEBER	QS	CAT	VALE-LITELB	PREVI	CAT
NEOENERGIA - AFLUENTE GERAÇÃO	PREVI	CAT	VALE-LITELB	PREVI	CAT
NEOENERGIA - AFLUENTE GERAÇÃO	PREVI	CAS	VALE-VALEPAR	PREVI	CAT

<sup>120</sup> Disponível em: <http://www.previ.com.br/investimentos/governanca/conselheiros/lista-de-conselheiros>. Acesso em 11/08/2016.

Empresa	Sit. Prof.	Cargo	Empresa	Sit. Prof.	Cargo
NEOENERGIA - AFLUENTE TRANSMIS	PREVI	CAS	NEOENERGIA S/A	PREVI	CAT
NEOENERGIA - AFLUENTE TRANSMIS	PREVI	CAT	NEOENERGIA S/A	BB	CAT
NEOENERGIA - ALTO RIO GRANDE	PREVI	CAT	NEOENERGIA S/A	QS	CAS
NEOENERGIA - ALTO RIO GRANDE	PREVI	CAS	NEOENERGIA S/A	APO	CAS
NEOENERGIA - BAGUARI I	PREVI	CAS	NEOENERGIA S/A	APO	CAS
NEOENERGIA - BAGUARI I	PREVI	CAT	NEOENERGIA S/A	APO	CAS
NEOENERGIA - BAHIA PCH I	PREVI	CAS	NEWTEL PART. S.A	PREVI	CAT
NEOENERGIA - BAHIA PCH I	PREVI	CAT	VALE-VALEPAR	QS	CAS
NEOENERGIA - BAHIA PCH II	PREVI	CAT	VALE-VALEPAR	APO	CAS
NEOENERGIA - BAHIA PCH II	PREVI	CAS	VALE-VALEPAR	PREVI	CAT
NEOENERGIA - BAHIA PCH III	PREVI	CAS	VALE-VALEPAR	APO	CAS
NEOENERGIA - BAHIA PCH III	PREVI	CAT	VALE-VALEPAR	APO	CAS
NEOENERGIA - CELPE	PREVI	CAS	VALE-VALEPAR	APO	CAT
NEOENERGIA - CELPE	APO	CFT	VALE-VALEPAR	PREVI	CAT
NEOENERGIA - CELPE	PREVI	CAT	VALE-VALEPAR	PREVI	CAT
NEOENERGIA - CELPE	APO	CFS	VALE-VALEPAR	APO	CAS
NEOENERGIA - COELBA	APO	CFT	WEG	APO	CFT
NEOENERGIA - COELBA	PREVI	CAS	WEG	APO	CFS
NEOENERGIA - COELBA	APO	CFS	521 PARTICIPAÇÕES S/A	PREVI	CAT
NEOENERGIA - COELBA	PREVI	CAT	521 PARTICIPAÇÕES S/A	PREVI	CAS
NEOENERGIA - COSERN	PREVI	CAT	521 PARTICIPAÇÕES S/A	PREVI	CAT
NEOENERGIA - COSERN	APO	CFS	521 PARTICIPAÇÕES S/A	PREVI	CAS
NEOENERGIA - COSERN	APO	CFT	521 PARTICIPAÇÕES S/A	PREVI	CAT
NEOENERGIA - COSERN	QS	CAS	521 PARTICIPAÇÕES S/A	PREVI	CAS
NEOENERGIA - COSERN	APO	CAS			
NEOENERGIA - COSERN	PREVI	CAT			
NEOENERGIA - GERAÇÃO CEU AZUL	PREVI	CAS			
NEOENERGIA - GERAÇÃO CEU AZUL	PREVI	CAT			
NEOENERGIA - GERAÇÃO CIII	PREVI	CAT			
NEOENERGIA - GERAÇÃO CIII	PREVI	CAS			
NEOENERGIA - GOIÁS SUL	PREVI	CAT			
NEOENERGIA - GOIÁS SUL	PREVI	CAS			
NEOENERGIA - ITAPEBI	PREVI	CAT			
NEOENERGIA - ITAPEBI	PREVI	CAS			
NEOENERGIA - NC ENERGIA	PREVI	CAT			
NEOENERGIA - NC ENERGIA	PREVI	CAS			
NEOENERGIA - POTIGUAR SUL	PREVI	CAS			
NEOENERGIA - POTIGUAR SUL	PREVI	CAT			
NEOENERGIA - SE NARANDIBA	PREVI	CAT			
NEOENERGIA - SE NARANDIBA	PREVI	CAS			
NEOENERGIA TERMOPERNAMBUCO	PREVI	CAS			
NEOENERGIA – TERMOPERNAMBUCO	PREVI	CAT			
NEOENERGIA - BELO MONTE	PREVI	CAT			
NEOENERGIA - BELO MONTE	PREVI	CAS			
NEOENERGIA INVESTIMENTO	PREVI	CAS			
NEOENERGIA INVESTIMENTO	PREVI	CAT			
NEOENERGIA S/A	APO	CFS			
NEOENERGIA S/A	APO	CFT			
NEOENERGIA S/A	BB	CAT			

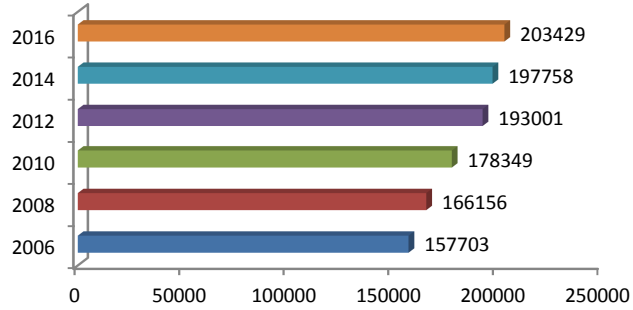
**Tabela 3 – Dados Eleições Governos Federais**

<b>PRESIDENTE DO BRASIL</b>	<b>SIGLA</b>	<b>INÍCIO MANDADO</b>	<b>FIM MANDATO</b>	<b>PARTIDOS POLÍTICOS (PRESIDENTE E VICE)</b>
DILMA VANA ROUSSEFF	DILMA 2	2015	2016 (*)	PT/PMDB
DILMA VANA ROUSSEFF	DILMA 1	2011	2015	PT/PMDB
LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA	LULA 2	2007	2011	PT/PMDB
LUÍZ INÁCIO LULA DA SILVA	LULA 1	2003	2007	PT/PMDB
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	FHC 2	1999	2003	PSDB/DEM
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO	FHC 1	1995	1999	PSDB/DEM
ITAMAR AUGUSTO CAUTIERO FRANCO	ITAMAR FRANCO	1992	1995	PRN
FERNANDO AFFONSO COLLOR DE MELLO	COLLOR DE MELO	1990	1992	PRN
(*) Processo de Impeachment				

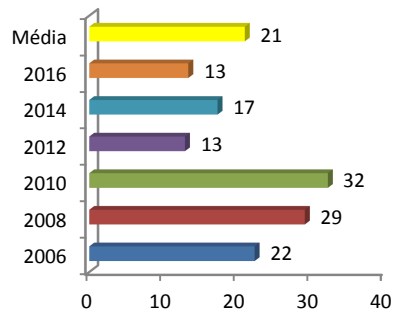


Gráficos 9 – Eleições Previ: eleitores dos últimos 10 anos

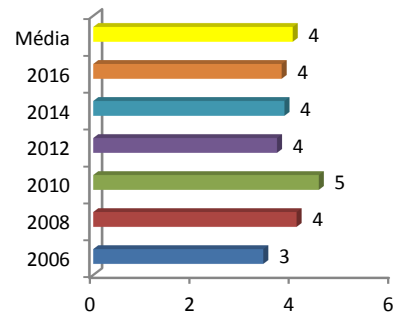
**Total de Eleitores Aptos**



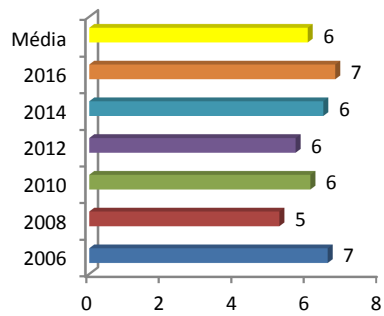
**% Chapa Eleita**



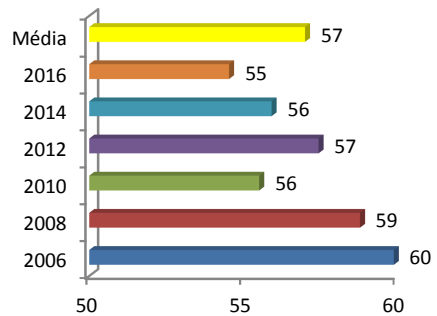
**% Brancos**



**% Nulos**



**% Votantes**



**% Abstenções**

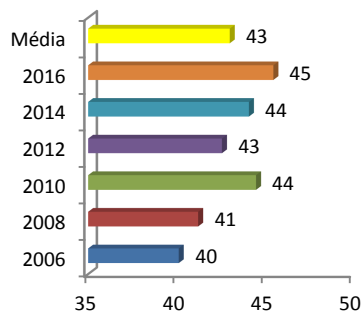


Tabela 5 – Resultados eleições últimos 10 anos

2016 – CHAPA 3		
CHAPA	VOTOS	%
Chapa 1 – Hora da mudança na PREVI	23.542	21,22%
Chapa 2 – PREVI plural e independente	17.892	16,13%
Chapa 3 – PREVI compromisso com associados	27.201	24,52%
Chapa 4 – Autonomia e independência	4.575	4,12%
Chapa 5 – Semente da união na PREVI	16.300	14,69%
Branco	7.685	6,93%
Nulos	13.745	12,39%
Votantes	110.940	100%

Abstenções: 92.489 – Total de Eleitores: 203.429

2014 – CHAPA 3		
Chapa	Votos	%
Chapa 1 – ÉTICA E TRANSPARÊNCIA	10.593	9,58
Chapa 2 – UNIÃO E PARTICIPAÇÃO	20.336	18,39
Chapa 3 – PREVI LIVRE, FORTE E DE TODOS	34.248	30,97
Chapa 4 – UNIDADE E SEGURANÇA NA PREVI	25.107	22,71
Branco	7.582	6,86
Nulos	12.712	11,50
Votantes	110.578	100

Abstenções: 87.180 - Total de Eleitores: 197.758



## 2012 – CHAPA 6

	VOTOS	%
Chapa 1 " PREVI, O FUTURO É AGORA	24.280	21,9
Chapa 2 " PREVI FORTE	15.380	13,9
Chapa 3 " PARTICIPAÇÃO " UNIDOS POR UMA PREVI MAIS FORTE E SEGURA	9.471	8,5
Chapa 4 " OPOSIÇÃO: NOVA PREVI	8.957	8,1
Chapa 5 " SEMENTE DA UNIÃO	9.787	8,8
Chapa 6 " UNIDADE NA PREVI	24.935	22,5
Branco	7.112	6,4
Nulos	10.938	9,9
Votantes	110.860	57,4

Abstenções: 82.141 - Total de eleitores: 193.001

## 2010 – CHAPA 3

	VOTOS	%
Chapa 1 - NOVA PREVI	22.650	22,88
Chapa 3 - UNIDADE NA PREVI	57.458	58,03
Branco	8.067	8,15
Nulos	10.832	10,94
<b>Votantes</b>	<b>99.007</b>	<b>100,00</b>

Abstenções: 79.342 - Total de eleitores: 178.349

## 2008 – CHAPA 3

CHAPAS	VOTOS	%
Chapa 1 - A PREVI É SUA	25.731	26,34
Chapa 2 - PREVI BRASIL, A PREVI É DOS ASSOCIADOS	5.329	5,46
Chapa 3 - COMPETÊNCIA, SEGURANÇA E MAIS BENEFÍCIOS	48.363	49,51
Chapa 4 - PREVI NOVA ERA	2.803	2,87
Branco	6.775	6,94
Nulos	8.676	8,88
<b>Votantes</b>	<b>97.677</b>	<b>100,00</b>

Abstenções: 68.479 - Total de eleitores: 166.156

## 2006 – CHAPA 1

CHAPAS	VOTOS	%
1 - UNIDADE NA PREVI	35.209	37,28
2 - NOSSA PREVI	2.828	2,99
3 - NAÇÃO BRASIL - PREVI PARA TODOS	5.499	5,82
4 - PREVI ACIMA DE TUDO	17.759	18,81
5 - RENOVAR PARA O FUTURO	5.614	5,94
6 - PREVI PARA OS ASSOCIADOS	6.362	6,74
7 - DIGNIDADE E COERÊNCIA NA PREVI	5.460	5,78
Branco	5.377	5,69
Nulos	10.327	10,94
<b>TOTAL</b>	<b>94.435</b>	<b>100,00</b>

Abstenções: 63.268 - Total de eleitores: 157.703